

Realidades & Ficções II

Volume 12, Nº 2, Ano 2014



Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise





Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Volume 12, Nº 2, Ano 2014

ISSN 2311-3642

Publicação oficial da Fepal
(Federação Psicanalítica da América Latina)

Luis B. Cavia 2640 apto. 603 esq. Av. Brasil,
Montevideo, 11300, Uruguay.

revista@fepal.org

Tel: 54 2707 7342. Telefax: 54 2707 5026.

www.facebook.com/RevistaLatinoamericanadePsicoanalisis



Federação
Psicanalítica
da América Latina

Comissão Diretiva da Fepal

Presidente

Abel Mario Fainstein (Asoc. Psic. Argentina)

Suplente: Fernando Weissmann (Asoc. Psic. Argentina)

Secretaria Geral

Jeanette Dryzun (Asoc. Psic. Argentina)

Suplente: Dario Alberto Arce (Asoc. Psic. Argentina)

Tesouraria

Liliana Tettamanti (APdeBA)

Coordenador Científico

Sergio Lewkowicz (Soc. Psic. de Porto Alegre)

Suplente: Zelig Libermann (Soc. Psic. de Porto Alegre)

Diretora da Sede

Susana Garcia Vázquez (Asoc. Psic. del Uruguay)

Suplente: Ana Maria Chabalgoity (Asoc. Psic. del Uruguay)

Diretora do Conselho Profissional

Amelia Jassan (Asoc. Psic. Mexicana, A.C.)

Suplente: Alexis Schreck Schuler (Asoc. Psic. Mexicana, A.C.)

Diretora de Comunidade e Cultura

Mónica Cardenal (Asoc. Psic. de Buenos Aires)

Suplente: Nara Amália Caron (Soc. Psic. de Porto Alegre)

Coordenador de Crianças e Adolescentes

Sérgio Nick (Soc. Bras. de Psic. do Rio de Janeiro)

Suplente: Maria Cecília Pereira da Silva (Soc. Brasileira de Psicanálise de São Paulo)

Diretor de Publicações

Luis Alejandro Nagy Urbina (Soc. Psic. de México, A.C.)

Suplente: Alejandro Martini Morel (Soc. Psic. de México, A.C.)

• *As opiniões dos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem necessariamente as dos editores da publicação. Permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte e somente com autorização expressa e por escrito dos editores.*

• *Os editores fizeram o possível para entrar em contato com os detentores dos copyrights das imagens utilizadas. Se você é responsável por alguma dessas imagens e não entramos em contato, por favor, comuniquem-se conosco através do nosso correio.*

Editores

- Mariano Horenstein (Argentina), Editor-chefe.
- Laura Verissimo de Posadas (Uruguai), Editora-chefe suplente.
- Raya Angel Zonana (Brasil), Editora associada.
- Andrea Escobar Altare (Colômbia), Editora associada.

Comissão executiva

Gloria Gataroff (Argentina-Editora da seção *Bitácula*), Admar Horn (Brasil), Marta Labraga de Mirza (Uruguai-Editora da seção *Cidades Invisíveis*), Sandra Lorenzon Schaffa (Brasil-Editora da seção *De memória*), Fernando Orduz (Colômbia-Editor da seção *Textual*), Lúcia Palazzo (Brasil-Editora da seção *Vórtice*), Jean Marc Tauszik (Venezuela-Editor da seção *Clássica & Moderna*), Laura Verissimo de Posadas (Uruguai-Editora da seção *Argumentos*), Raya Angel Zonana (Brasil-Editora de *Dossiê*), Natalia Mirza (APU), Natalia Barrionuevo (APC), Adriana Yankelevich (Argentina).

Conselho de editores regionais

César Luís de Souza Brito (SPPA), Helena Surreaux (SBPPA), Candida Holovko (SBPSP), Viviane Frankenthal (SBPRJ), Maria Arleide da Silva (SPR), Miriam Catia Bonini Codorniz (SPMS), Claudia Borensztejn (APA), Cristina Bisson (APdeBA), Eduardo Kopelman (APC), Rosa Amaro (SPM), Ana María Pagani (APR), Julia Braun (SAP), Marta Labraga de Mirza (APU), Marta Guzmán (APCH), Jorge Bruce (SPP), Carlos Gómez-Restrepo (Socolpsi), Rómulo Lander (SpdeC), Paolo Polito (AsoVeP), Julia Casamadrid (APM), Adriana Lira (APG).

Revisão da versão em espanhol: Andrea Escobar Altare.

Revisão da versão em português: Raya Angel Zonana.

Colaboradores: Noemí Chena (APC), Iliana Horta Warchavchik (SBPSP), Raquel Plut Ajzenberg (SBPSP), Regina Weinfeld Reiss (SBPSP), Osvaldo Canosa (APA), Verónica Esther Díaz (APdeBA), Eloá Bittencourt Nóbrega (SBPRJ), Wania Maria Coelho Ferreira Cidade (SBPRJ), Analía Wald (APA), Vivian Schwartzman (SPP), Alfredo Valencia (APM), Helena Surreaux (SBPPA), Marcelo Marques (APF).

Logística & Comercialização: Jorge Federico Gómez.

Tradução, correção e normalização de textos: Denise Mota, Natalia Mirza, Alejandro Turell, Nadia Piedra Cueva, Néstor Gamarra, Ana Tanis, Ana María Olagaray, Abigail Betbedé, Camila Barretto Maia.

Projeto gráfico: Di Pascuale Estudio [www.dipascuale.com].

Índice

6	Editoriais
6	<i>Palavras da Comissão Diretiva</i>
9	Print the legend <i>por Mariano Horenstein</i>
17	Argumentos
18	Era uma vez... uma história, uma realidade... <i>por Hilda Botero C.</i>
37	Ficção, realidade e o campo analítico <i>por Jay Greenberg</i>
58	Realidades e ficções na prática e na formação psicanalítica <i>por Rómulo Lander</i>
76	Fragmentos para um diálogo entre realidade e ficção <i>por Fernando Orduz</i>
91	Realidades e ficção na clínica psicanalítica <i>por Rafael Paz</i>
107	Fora de Campo
108	A herança <i>por Thomas H. Ogden</i>
110	A herança. Alguns comentários sobre o texto de Thomas Ogden <i>por Juarez Guedes Cruz, Paulo Henrique Favalli, Sergio Lewkowicz, Maurício Marx e Silva, Ana Rita Taschetto, Karen Cainelli, Katia Ramil Magalhães, Laura Meyer da Silva, Maria da Graça Motta e Nyvia Oliveira Sousa</i>

- 131 Textual
- 132 **“Enfeitiçar o mundo é uma maneira de suportá-lo”**
Entrevista com Juan Villoro
- 143 **Vórtice: Quem pode ser analista?**
- 144 **Deram-nos espelhos: que estranha civilização**
por Lúcia Palazzo
- 150 **“Isso é pra quem quer, e não pra quem pode”**
por Anna-Maria de Lemos Bittencourt
- 153 **Um argumento para a aceitação de psicanalistas gays**
por Ralph Roughton
- 157 **O método e o desvio**
por Pedro Duarte
- 160 **Quem pode ser psicanalista?**
Notas sobre uma construção interminável
por Virginia Ungar
- 163 **Desassossegos de um caminhante**
por Leonardo A. Francischelli
- 165 **Sermos analistas: essa delicada condição**
por Gladys Franco
- 168 **A credencial de um psicanalista**
por Leonardo Peskin
- 171 **O gato de Forer**
por Jorge Kantor
- 174 **Ser/tornar-se analista.**
Raízes e frutos de uma antiga questão
por Roberto Luís Franco y Adriana Lasalvia
- 178 **Um depoimento sobre os desafios
no exercício da função didática**
por Marion Minerbo
- 180 **A relação entre os objetivos da psicanálise
e as aptidões do analista**
por Alfonso Pola Matte

185	Dossiê: A época da psicanálise II
186	Os vivos, os mortos e o passado: psicanálise e história <i>por Mariano Ben Plotkin</i>
194	A psicanálise na filosofia <i>por Mónica B. Cragolini</i>
203	Epistemologias e psicanálise <i>por Esther Díaz</i>
210	A psicanálise e seus “outros”... do mesmo <i>por Eduardo Grüner</i>
222	O design do Eu <i>por Ronald Kapaz</i>
229	O legado do sonho na ciência, nas artes e nas letras <i>por Mariza Werneck</i>
237	Cidades Invisíveis
238	Entre as montanhas e o mar: o Rio de Janeiro <i>por Wania Maria Coelho Ferreira Cidade</i>
245	Clássica & Moderna
246	Pichon-Rivière. Pourquoi pas psychanalyse? <i>por Roberto Losso</i>
255	De Memória
256	Reflexões institucionais <i>por Moisés Lemlij</i>
263	Psicanálise no Brasil: uma foto virtual, apenas... <i>por Leopold Nosek</i>
271	Minha vida e o movimento psicanalítico no Rio da Prata <i>por Marcelo Viñar</i>
278	Alvoreceres da psicanálise na América Latina. A pergunta sobre a subjetividade <i>por Lucía Rossi</i>
287	Bitácula

Palavras da Comissão Diretiva

Fui obrigado a procurar asilo na ficção. Disfarçada de ficção, de vez em quando a verdade se infiltrava.

WILFRED BION*

ESTA É NOSSA ÚLTIMA OPORTUNIDADE como Comissão Diretiva da Fepal e desejamos aproveitá-la para cumprimentar nossa comunidade e reiterar a importância que teve para nós receber *Calibán* sob nossos cuidados, pouco tempo depois do seu nascimento durante a gestão presidida por Leopoldo Nosek, e contribuir para o seu desenvolvimento, não isento de dificuldades, ao longo destes dois anos. Foram editados três novos números e temos consciência do esforço –que agradecemos– dos seus editores, dirigidos por Mariano Horenstein, para a sua realização. Toda publicação necessita de um tempo para se estabelecer, para se tornar conhecida, e conseguimos o mais amplo apoio das sociedades integrantes para tê-lo. De nossa parte, implantamos um sistema de impressão e distribuição cada vez mais eficaz que permitiu aos assinantes, e às sociedades integrantes em geral, ter a revista. A isso vêm se somar negociações para poder obter sua venda online e o fato de estarmos estudando a possibilidade de uma versão digital em inglês, que levaria *Calibán* a muitos leitores potenciais localizados além das nossas fronteiras idiomáticas e culturais, leitores que se mostraram entusiasmados com a revista.

Celebramos hoje a aparição deste novo número da *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, dedicado ao 30º Congresso da Fepal. Com a magnífica qualidade com que nos acostumou, editorial e gráfica, temos certeza de que terá a mesma acolhida dos números precedentes e convidamos a percorrer suas páginas e a desfrutar de sua leitura. Como em números anteriores, inclui em suas páginas uma perspectiva multidisciplinar sobre as realidades e ficções da nossa região, e são elas precisamente o tema do nosso Congresso.

Sabemos que a questão sobre onde colocar a fronteira entre realidades e ficções é um tema complexo e muitas vezes de difícil compreensão, já que não existe uma sem a outra, e menos ainda na prática psicanalítica, e é por isso que escolhemos esse como tema central. Buscamos enfocar as numerosas realidades

* Bion, W. (1991). *Memorias del futuro*. Madrid: Julián Yébenes.

abordadas pela psicanálise: material, histórica, psíquica etc., e também as infinitas ficções possíveis, partindo do mesmo relato clínico, o caso como ficção, as teorias como nossas ficções, mas nos aprofundando também nas diversas realidades latino-americanas e ficções literárias, dramáticas, cinematográficas, artísticas que engendraram e que, por sua vez, permitem ter acesso a elas.

O Congresso é a oportunidade de um encontro que a cada dois anos convoca os analistas da região, e alguns colegas de outras regiões, para atualizar nosso ofício e sua relação com outras disciplinas, com a realidade social e com a cultura em geral. Em tempos de globalização, os encontros regionais, com a vantagem de compartilhar, no nosso caso, apenas dois idiomas, têm a força de estar próximos das demandas comunitárias, em geral, e das demandas da nossa psicanálise, em particular. Apesar de os meios eletrônicos e das transmissões online serem hoje uma vantagem importante para a divulgação desses encontros, e ainda que tanto a realidade como a ficção resistam naturalmente à sua publicação, o registro escrito das ideias trabalhadas continua a ser um recurso inestimável para consignar essas experiências. É por isso que *Calibán* reúne em suas páginas essas produções, começando pelos trabalhos encomendados especialmente a nove colegas de destaque, da região, e a três colegas convidados, um pela Europa e dois pela América do Norte. Esses trabalhos darão lugar a mesas-redondas com seus autores no Congresso.

Esperamos receber toda a comunidade psicanalítica da Fepal afetuosamente, em setembro, em Buenos Aires, e temos certeza de que *Calibán* continuará seu desenvolvimento daqui para a frente com o mesmo entusiasmo de até agora.

Pela Comissão Diretiva

Abel Fainstein

Luis Alejandro Nagy

Sergio Lewkowicz



Marcos López:
Flavio (ojos cerrados).
Fotografía preto & branco.
125 x 125 cm. 1992.

Print the legend

Em um velho *western* de John Ford, *O homem que matou o facínora*, acontece o seguinte diálogo entre Ransom Stoddard e o diretor do jornal *Morning Star*, obrigado a escolher entre os fatos e o mito:

–*You're not going to use the story, Mr. Scott?*

–*This is the west, sir. When the legend becomes fact, print the legend.*¹

Mesmo em um meio de comunicação onde tenta-se retratar a realidade, como um jornal, a conhecida frase mostra o privilégio dado à ficção. A ficção –por isso se imprime– constitui e dá forma à realidade. Isso acontece no *Far West* e também no longínquo Sul que habitamos (onde foi acalentado o *realismo mágico*, ou seja, um realismo que se constitui retroativamente a partir da magia, que poderíamos pensar também como uma das formas da ficção). E acontece também onde quer que seja, porque não existe algo como uma realidade asséptica, imune ou refratária à ficção, daí o acerto de definir como tema do congresso da Fepal deste ano esse par conceitual.

Isso não significa ignorar a realidade dos fatos em seu lado real, só que um fator diferencial da abordagem analítica é poder dissecar o modo em que a ficção configura a realidade.

Este número de *Calibán* forma uma série com o anterior, ambos dedicados a pensar o eixo Realidade/Ficção em psicanálise. Continuamos, assim –na nossa seção **Argumentos**–, a publicação dos textos escolhidos pela Fepal para lançar a discussão e que formam a estrutura central do XXX Congresso Latino-Americano. Com o seguinte matiz: desta vez, não só participam analistas de destaque da nossa região como também convidados da Europa e dos EUA: Antonino Ferro e Jay Greenberg.

A cada vez que um paciente se desespera para recuperar um sonho *exatamente como foi*, a cada vez que outro procura precisar metodicamente esse ou aquele episódio da sua infância ou nos detalhar a rotina dos seus dias ou inclusive o que ele entendeu sobre uma interpretação do analista, desdenhamos da precisão fáctica –o que ou quando ou onde aconteceu– e privilegiamos o relato que o analisando constrói na sessão, o modo como recorda o que lhe foi dito, a maneira

1. –Não vai usar a história, sr. Scott?

–Aqui é o Oeste, sr. Quando a lenda torna-se fato, imprime-se a lenda.

como, retroativamente, construiu sua infância, porque sabemos do poder encoberidor das lembranças e da onipresença do fantasma, e sabemos também que o jogo é jogado no relato disso, que acontece durante a cura. Enfim, sabemos que *a verdade tem estrutura de ficção*, como propunha Lacan, apesar de Freud já sabê-lo. Sabemos que a realidade se constrói como se fosse uma ficção. Daí, talvez, que Thomas Ogden, convidado pela Fepal para participar do congresso com um texto, enviasse para nós fragmentos de um romance, de uma ficção, para falar da sua concepção da psicanálise. É o que publicamos em **Fora de Campo**, junto aos ecos da discussão que suscitou em uma das sociedades brasileiras.

Na seção **Clássica & Moderna**, resgatamos um analista mítico, Enrique Pichon-Rivière. Um pioneiro latino-americano, para quem o fato de haver nascido em Genebra foi apenas um acidente, e sobretudo alguém sobre o qual é difícil resgatar a facticidade da biografia depois da sua figura carismática e de sua vida e ensino cheios de histórias. Aqui também cabe propor a pergunta sobre o que diferencia realidade e ficção, e nesse sentido optamos por um *Print the legend!* Porque o ensinamento e a figura de Pichon, “o maior analista argentino” na definição da nossa entrevistada do número anterior, Élisabeth Roudinesco, são realmente lendários. Seu compromisso clínico e social, sua heterodoxia e sua originalidade teórica, sua busca para além das fronteiras profissionais, sua permeabilidade à arte e à cultura convertem-no em um mestre da psicanálise que – gostamos de imaginar – talvez teria gostado desta revista.

Na seção **De Memória**, e ao se completarem cem anos da publicação daquele artigo freudiano que propunha uma história do movimento psicanalítico, quisemos fazer o mesmo com a sua expressão latino-americana. Queríamos como editores rastrear as peripécias do movimento, suas escalas e desafios, seus acertos e suas dívidas pendentes. Queríamos retratar a *realidade* do movimento psicanalítico latino-americano hoje e para isso convocamos três prestigiosos analistas da Fepal: Moisés Lemlij, Leopold Nosek e Marcelo Viñar, a quem transmitimos nossa proposta. Pela sua experiência, pela sua lucidez e pelas posições institucionais que ocuparam, pensávamos que estavam mais bem situados do que ninguém para retratar, tal como pretendíamos, a realidade psicanalítica latino-americana. Mas vimos que seus textos não refletiam com precisão fidedigna o mapa regional da psicanálise, nem algo semelhante a isso. Recebemos, pelo contrário, três testemunhos fragmentários, tão parciais como luminosos, do compromisso e das ideias de três analistas que, em vez de historiar a psicanálise latino-americana, ocuparam-se de narrar a genealogia ou as peripécias de algumas das suas sociedades ou dos seus pioneiros, ou de recuperar o poder subversivo de algumas perguntas ligadas à política das instituições. Novamente aqui, em vez do mapa das realidades que pretendíamos, recebíamos ficções. E as imprimimos, junto a um quarto artigo de Lucía Rossi que, de fora das nossas instituições, amplia a nossa perspectiva.

Talvez com a história também trate-se disso, de reconstruir realidades coletivas a partir de ficções incompletas e singulares, subjetivas, refratárias a qualquer ideia de totalidade.

A seção **Vórtice** deste número debate em torno de uma pergunta que nos propusemos: quem pode ser analista? Sua editora, Lúcia Palazzo, descreve na introdução os temas que se desenrolam através de um conjunto heterogêneo de textos de

colegas de toda a região e dos EUA. Ali encontram-se aspectos relacionados à orientação sexual, às diferenças étnicas, às condições psicopatológicas etc. e sua relevância relativa no momento em que alguém se converte em psicanalista.

Em **Textual** apresentamos uma entrevista que realizamos com o prestigiado escritor mexicano Juan Villoro ao redor do tema Realidade e Ficção. E o **Dossiê** prolonga o espaço para os estrangeiros na nossa revista ao continuar com a série de textos dedicados a retratar *a época da psicanálise*, o modo como nossa disciplina impactou outros saberes. Aqui publicamos artigos escritos por ensaístas de destaque e com projeção internacional: Mariano Ben Plotkin, a partir da história; Mónica Cragolini, a partir da filosofia; Eduardo Grüner, a partir das ciências sociais; Esther Díaz, a partir da epistemologia; Mariza Werneck, a partir da antropologia; além de um texto com um particular frescor de um relevante designer brasileiro, Ronald Kapaz, onde –como não podia ser de outra maneira, e assim como acontece em toda boa interpretação psicanalítica– a forma adquire tanta relevância como o conteúdo.

A partir deste ano, imprimimos *Calibán* em outro tipo de papel, que tem menos brilho e *glamour* do que o papel *couché* que vínhamos utilizando, mas que fará com que seja mais fácil para o leitor *escrever* sobre a revista, e que cada um de vocês, enquanto o interlocutor crítico que imaginamos, converta-se também em um autor.

O backstage de Calibán

Assim como quem se sente tentado a ir aos “extras” para ver mais, quando termina de assistir, entusiasmado, um filme em vídeo, talvez convenha fazer uma espécie de *making of* de *Calibán*, esboçar seus bastidores para que o leitor conheça algo sobre a complexidade da sua edição.

Este é o quinto número de *Calibán*, reformulação do velho projeto de uma *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, e vale a pena fazer um balanço sucinto. Sobretudo porque se sabe que boa parte dos empreendimentos editoriais, das mais variadas disciplinas, naufragam antes do seu terceiro número e são poucos os que chegam ao quinto com regularidade. Apenas a partir do apoio entusiasta dos leitores, de quem participa da sua edição e de quem a apoia a partir das suas responsabilidades institucionais foi possível chegar até aqui.

Esse projeto editorial implica um grande esforço da Fepal, tanto criativo e científico como financeiro, operacional e logístico, pois trata-se de uma revista que aspira a editar dois números por ano, de alta qualidade, tanto em seus conteúdos como em sua forma, em três idiomas diferentes, chegando, por sua vez, a leitores de toda a América Latina e de outras regiões. É um esforço coletivo no qual já se comprometeram três comissões diretivas da nossa federação: a que acalentou a ideia de uma nova revista, presidida por Leopold Nosek, a que colaborou para a sua institucionalização, presidida por Abel Fainstein, e a que assumirá a partir do congresso deste ano, presidida por Luis Fernando Orduz.

Sempre nos sentimos tentados a ver o que falta ser feito, mas às vezes convém também perceber o que já fizemos.

Passamos, em muito pouco tempo, de editar uma revista a cada dois anos para editar duas revistas por ano, ambas em edições idênticas, impressas em dois idiomas, em países diferentes e quintuplicando a tiragem. Além disso, trabalhamos

no lançamento da edição de *Calibán* em inglês enquanto colaboram conosco tradutores de cinco línguas diferentes. Na edição da revista, trabalham de um modo ou de outro –tanto nos aspectos editoriais como nos técnicos– cerca de 60 pessoas de toda a região. Pelo formato que adotamos, composto por seções de distintos estilos e características, podemos abrigar a diversidade de vozes presente no nosso continente e, ao mesmo tempo, aprofundar-nos nas linhas centrais da nossa prática. A cada número, publicamos três dezenas de textos, o que faz com que, em apenas cinco números editados, tenham podido expressar suas ideias cerca de 170 colegas e intelectuais de destaque. Tentamos estar atentos para que, tanto entre os autores como entre os membros do *staff*, haja a maior representatividade possível, tanto geográfica como teórica e institucional.

Tentamos refletir a variedade do pensamento psicanalítico latino-americano e estimulamos permanentemente –com maior ou menor sorte– autores de posições diferentes a nos enviar suas ideias.

Calibán tem uma política editorial, claro –que emana dos seus estatutos, acordada entre os editores e as diferentes sociedades da região–, pois não pretende ser uma revista asséptica nem anódina, mas sim assumir riscos, ser *ousada* no melhor sentido da palavra (e é esse o significado de “ousadia” presente na palavra antilhana *canibal*, de cujo anagrama formamos nosso nome). Mas, ao mesmo tempo, queremos que seja uma revista não procustiana, uma revista capaz de receber ideias, formatos, pensamentos diversos que reflitam modos distintos de pensar a psicanálise.

Além de publicar textos psicanalíticos –escritos de formas variadas, mas onde predomina o gênero ensaístico–, demos um espaço generoso para estrangeiros à nossa disciplina como escritores, filósofos, artistas, sociólogos etc., de grande relevância internacional, que nos honram com as suas colaborações. Estrangeiros que também nos ofereceram seu pensamento em construção nas entrevistas que publicamos, uma série de testemunhos que talvez algum dia mereçam, reunidos, um formato de livro.

A arte tem um lugar privilegiado em *Calibán*. Não só pelo cuidado com que desenhamos e diagramamos cada número, no modo em que as intervenções artísticas são tratadas (como se fossem parte da interlocução), mas também pelo prestígio dos artistas que nos cedem as suas obras. Tentamos fazer uma revista que, para apreender seu *Zeitgeist*, se adiante. E, para isso, nada melhor do que seguir os artistas. Nesse ponto, também gostamos de nos pensar com alguma *ousadia* nas nossas escolhas, como pode-se notar nas capas e segundas e terceiras capas deste número de *Calibán*. O instigante trabalho de Marcos López, afastado tanto dos códigos tradicionais de beleza como dos standards das revistas psicanalíticas, evidencia um modo tão distinto como provocador de pensar o latino-americano.

Muito se fez e muito também falta ser feito: pudemos resolver melhor as complexidades do envio das revistas através de um continente que tem mais de 22 milhões de quilômetros quadrados, serviços de correios ineficientes e obstáculos aduaneiros inverossímeis, do que ter um sistema de pagamento ágil e confiável para que a crescente quantidade de colegas que querem assinar *Calibán* possam fazê-lo com a mesma facilidade de comprar um livro em Amazon ou pagar seus impostos online. Enfrentamos obstáculos desse tipo, que em muitos

casos são semelhantes aos que enfrentaria uma empresa multinacional para distribuir seus produtos, sem que a Fepal o seja: somos apenas um grande grupo de psicanalistas –e enquanto tais passamos muitas horas por dia fechados nos nossos consultórios– trabalhando com paixão e engenho para fazer avançar este projeto editorial.

A escola do fracasso

Talvez seja bom mencionar o contexto em que preparamos este número de *Calibán*: ele foi editado em meio ao campeonato mundial de futebol, realizado no Brasil e acompanhado atentamente no mundo inteiro. Não é casual, então, que seja o Rio de Janeiro, cidade lendária onde se jogou a final da Copa, uma das nossas **Cidades Invisíveis**.

A essa altura, está claro que o futebol, enquanto fenômeno coletivo, ocupa um lugar incomparável na cena mundial, e a partir das peripécias do torneio surgiram debates apaixonados em que os psicanalistas não estiveram ausentes. Entre todos os assuntos que circularam em discussões emocionantes, há dois que nos tocam particularmente: o da derrota e o da pátria.

É claro que em um torneio há apenas um vencedor, e o resto –de um modo ou de outro– terá de enfrentar o fracasso. Nós sabemos algo sobre isso porque toda a história da psicanálise bem poderia ser descrita como uma história de derrotas.

Por um lado, em um sentido que cabe recuperar, o náutico: derrotas são os rastros que os navios vão deixando pelo caminho, e a psicanálise, ao ter se expandido pelo mundo a partir da diáspora de vários pioneiros da Europa Central, deixou uma série de pegadas que podem ser lidas, e, a partir dessa leitura, pode ser reconstruída a história da nossa disciplina. As derrotas em psicanálise também podem ser pensadas em outro sentido, o militar. E novamente nos revelamos na contramão de qualquer outra disciplina ou práxis do saber humano, onde o que são narrados são os êxitos, comemorados em celebrações e monumentos, descritos nas genealogias de cada ciência.

Não houve uma descoberta em psicanálise que não tenha implicado um resto de perda: foi necessário perder os achados do trauma real para encontrar os efeitos do fantasma na teoria da sedução; foi necessário perder o desejo de alinhamento sem fissuras com a ciência para encontrar a singularidade de uma disciplina que cavalga com dificuldade entre ciência, arte e artesanato clínico; foi necessário perder o espaço de primeira fila que modas ocasionais nos reservavam para encontrar esse lugar estrangeiro na cidade que cabe tão bem à psicanálise; foi necessário perder qualquer desejo de totalidade para trabalhar a partir dos estilhaços deixados ao atravessar a castração.

A escrita de Freud, como a de muitos dos seus seguidores, sempre tem um sabor melancólico, mesmo quando descreve descobertas que poderiam ter desatado um entusiasmo maniforme. Enquanto suas indagações avançavam, do mesmo modo que as de muitos outros autores, uma sensação de perda vai se apoderando do tom dos seus escritos e de seus ensinamentos: o encontro com o que não foi possível, a invenção que revela seus buracos e falências, o otimismo ferido, certamente a presença próxima da morte. Em nossos pacientes acontece algo semelhante: para além do entusiasmo que encontra quem se aproxima do final de uma análise, do novo modo de habitar seu desejo e da liberação de

energia que isso implica, há também uma perda em jogo. Um ar melancólico invade tanto o analista como quem se deitou por anos em um divã, quando chega o momento de ir embora.

O processo de formação de um analista não é acumulativo, não é um *cursus* que poderia levá-lo de modo direto –como em muitas outras disciplinas– a um lugar de prestígio e de saber atingido. Trata-se mais propriamente de um processo que, através da sua análise pessoal, o levará a assumir a sua própria perda, e é a assunção de uma falta de saber o que lhe permitirá encarnar o embuste de um saber suposto para os seus analisandos.

Se a inabarcável literatura analítica fosse rastreada, com certeza ratificaríamos que nossa disciplina tem menos a ver com a vitória e com o “sucesso” do que com a derrota e com o fracasso.

Nós que editamos *Calibán* nos acostumamos a fazer uma revista periódica sem certeza nem garantia de que haverá uma seguinte. E talvez esse seja o melhor modo, a partir de um lugar que não desconheça –como no futebol– a possibilidade da derrota e do fracasso, de que, a cada vez que acabamos de editar um número, já se avista o tema do próximo.

Em qualquer competição entre países está presente a tentação *chauvinista*, o modo em que frustrações ancestrais procuram se redimir na arena simbólica do jogo, nas rivalidades que se amplificam ao ponto de que é mais valioso ver perder o país vizinho do que vencê-lo. Em um continente ainda submerso em dificuldades como o nosso, esse é um luxo ao qual não podemos nos permitir. Não podemos nos permitir não nos alegrarmos com a surpresa que foi a Costa Rica até para eles mesmos ou com a potência apresentada pela Colômbia; não podemos nos dar o luxo na América Latina de não protestar contra o excessivo castigo a uma mordida uruguaia ou não nos identificarmos com a tremenda pressão suportada pelo jovem time dono da casa; não podemos não desfrutar do crescimento de seleções como a chilena ou que a Argentina tenha chegado à final. Simplesmente tratam-se de luxos que não podemos nos permitir em um continente tão frágil como o nosso. Pelo menos, não por enquanto.

E não porque prestemos uma atenção excessiva à ideia de *pátria*, nem sequer à latino-americana. De fato, em psicanálise conhecemos bem a barbárie a que se chegou explorando as paixões nacionalistas e temos um aparelho teórico capaz de destrinchar boa parte das molas dos fenômenos de massa desencadeados aí. Não é também um dado menor que nossos pioneiros –Freud, o primeiro– tenham sido habitualmente um grupo de apátridas que tiveram de ir de um país a outro, nem que o lugar de analista se identifique muito bem com o de estrangeiro. Não podemos nos permitir o luxo de não formar uma comunidade pelo fato de que, para o bem ou para o mal, na América Latina nos une o mesmo tipo de dificuldade, a mesma distância dos centros de poder econômico ou intelectual, as mesmas línguas menores.

Esta revista surge da convicção de que há luxos aos quais não podemos nos dar. E aqui ganha destaque um terceiro ponto que a Copa do Mundo deixa em evidência: o de equipe. Não teríamos podido chegar a este quinto número de *Calibán* sem uma equipe. Uma equipe ainda em processo de consolidação, mas grande o suficiente para não poder ser listada aqui (apesar de todos os seus nomes e funções estarem registrados na página do *staff*).

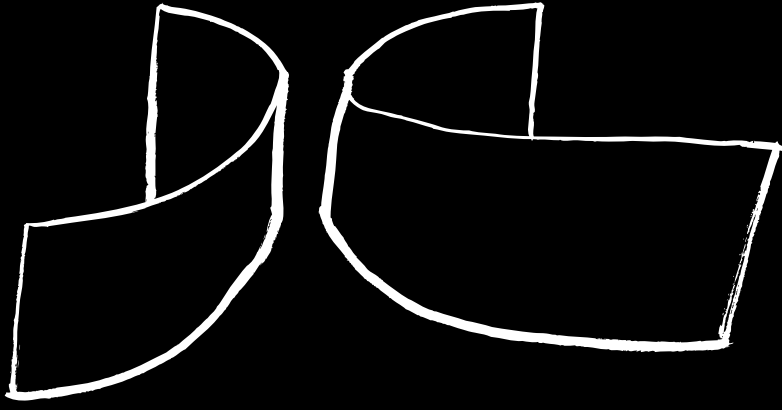
Uma equipe que poderia ser uma seleção latino-americana, onde há editores do Brasil, da Colômbia e do Uruguai; onde há seções coordenadas por colegas que vivem na Argentina ou na Venezuela; onde podem trabalhar juntos tradutores de Montevideu ou de São Paulo com diagramadores de Córdoba ou um coordenador em Mendoza. Uma equipe que certamente irá se assentando, ao mesmo tempo em que permitirá mudanças e dará lugar aos novos jogadores que virão. Uma equipe que pretende ser melhor do que cada um dos seus integrantes, claro, mas também melhor do que a mera soma de todos.

Não é simples integrar uma equipe de trabalho que fala línguas distintas, vive em países distintos e em muitos casos nem sequer se conhece cara a cara, mas essa foi a aposta desta revista desde o começo. A revista que entre todos e em cumplicidade com autores e leitores fazemos é, claro, perfectível: tentamos fazer com que cada novo número seja um pouco melhor do que o anterior, e é o leitor quem julgará o produto final do nosso trabalho.

Mas, voltando aos temas do fracasso e da pátria, há uma filigrana que atravessa de modo quase invisível este número, que talvez fique transparente, mas que não é demais explicitar: enquanto o editávamos, assistíamos aos jogos do “Mundial”. Enquanto nossos respectivos países triunfavam ou saíam derrotados da Copa do Mundo, enquanto passavam de uma instância a outra ou se despediam de terras brasileiras, enquanto o mercado de apostas se tensionava, aplicavam-se sanções injustas ou se discutiam avaliações e em meio a uma ensurdecidora guerra de palavras de ordem e cânticos nacionalistas... em meio a tudo isso, uma catarata de correios eletrônicos circulava entre nós, de um país latino-americano a outro, na contracorrente das maiorias, onde os bandos se desfaziam (ou *quase*, admitamos), e cada um apoiava o país do outro. Como se fôssemos não só uma equipe, mas sim uma grande torcida.

Enquanto jogo, o futebol também tem muito de ficção. Sem por isso deixar de ser uma realidade. E só incluindo o ficcional –seus míticos príncipes Messi e Neymar, estrelas fulgurantes como James Rodríguez, lutadores como Mascherano ou canibais irredimíveis como Luis Suárez– pode-se perceber sua realidade particular. Essa realidade mítica latino-americana é a que tentamos destilar com os instrumentos que a psicanálise nos oferece e que imprimimos, como qualquer outra lenda, a cada número de *Calibán*.

Mariano Horenstein
Editor-chefe Calibán - RLP



Argumentos

Era uma vez... uma história, uma realidade...

A Fantasia desligada da razão produz monstros impossíveis; unida com ela, é a mãe das artes e origem de suas maravilhas.

FRANCISCO JOSÉ DE GOYA Y LUCIENTES

O tema do congresso é um convite *extra-ordinário* para observar nosso trabalho. Meu objetivo nesta contribuição é mostrar mais a ação em seu percurso do que as tentativas de justificá-la; mais minha mente buscando ângulos de *ficção-realidade* que explicações e resultados. Proponho que não ocorre crescimento emocional na sala de análise se o mesmo não acontece na dupla paciente-analista. Proponho também que a liberdade de pensar e propor é a maior contribuição para o desenvolvimento do pensamento em si e na busca de conhecimento, sempre eterna, que se dá em lampejos fugazes que iluminam o caminho. Como não podemos pensar sem não pensar, entender sem não entender, resta então perguntar e perguntar-se, como exercício da capacidade de *ficção-realidade* $F \leftrightarrow R$. Não será encontrar as respostas o que consolidará a compreensão e o conhecimento, já que este “... acontece uma vez só...” (Ende, 1988, p. 107).

Ao longo da nossa existência vivemos na permanente tensão entre ficção-realidade. Procuramos cantos, mitos, poemas, histórias e novelas convocando à ficção que nos guie até a realidade e vice-versa. Tomamos nossa realidade para montar cenários com o sentido que falta nela e é encontrado na ficção. Nós, psicanalistas, trabalhamos da mesma forma: oscilando entre $F \leftrightarrow R$ com ritmo, cadência e melodia; associamos dados e intuições; configuramos ideias; provocamos lampejos que viajarão sem tempo nem espaço rumo a encontros ou desencontros, até o confim dos mundos, ao acaso dos pensamentos. Fazendo caminho ao andar. “A psicanálise é um tipo de ação que é um prelúdio da ação” (Bion, 1979b, Capítulo 11, p. 666).

[...]

MYCROFT: Isso não me surpreende, pois eu já percebi que você se julga uma personagem real e acha que eu sou imaginário. Sua amiga Alice achava que o gato de Cheshire não era real, mas

* Asociación Psicoanalítica Colombiana.

que *ela* era. O gato de Cheshire era tolerante o suficiente para ver que, a partir do ponto de vista do cachorro, o gato, incluído ele mesmo, deve ser maluco, já que ele rosna quando está satisfeito e balança a cauda quando está zangado. Eu não conto tudo ao Sherlock, ainda que ele, como eu, seja uma personagem imaginária, e haja uma consanguinidade de sangue imaginário, é claro (Bion, 1975, Capítulo 27, p. 168).²² N.T: A tradução desses e dos próximos fragmentos, em português, corresponde à versão publicada em Bion, W.R. (1975). *Uma memória do futuro. I – O sonho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 101-103, 130, 134-135, 138-139 181, 183, 186 189, 217, 220.

[...]

EU MESMO: Ou para onde *you* vai, se é que isso ocorre, quando entra no “agora” a partir do “ainda não”, ou quando o “não completamente” se torna “completamente”.

HOMEM: Ou a ficção se torna um fato que é mais forte que qualquer ficção.

EU MESMO: Ou o inanimado, um computador, torna-se muito mais eficiente que qualquer mente humana (Bion, 1975, Capítulo 28, p. 173).

Entrar em contato com o tema proposto despertou em todos nós tensão, oscilação F↔R. “O que se pensará a respeito de crianças e adolescentes no contexto de realidade/ficção?” Aventuramos hipóteses e conjeturas. A partir do convite, este texto já começou a oscilar em minha mente dentro desses mundos, o da fantasia e o da realidade. Uma ficção completa pulsando em minha mente, pescando elementos de realidade, fatos, indagando caminhos de ficção para se expressar. Continuemos nessa oscilação permanente e observemos esse panorama de pensamento que, como toda compreensão, como todo conhecimento, durará enquanto passa pela mente:

“Tudo acontece uma vez só
e uma vez deverá acontecer.
Longe, ali onde o campo floresce,
Devo morrer e desaparecer.”

Uyulala, a voz do silêncio, *La historia interminable* (Ende, 1988, p. 107).

Ficção: Ação e resultado de fingir; invenção; coisa imaginada, relato de ficção.

Imaginação: Faculdade da mente de representar as imagens das coisas reais ou ideais (Dicionário RAE)³³ N.T: Dicionário de espanhol, editado pela Real Academia Espanhola (RAE).

Ficção: Usada com o propósito de esclarecer ou enganar. Personagens de ficção: diferentemente dos personagens supostamente reais (Bion, 1979a).

Realidade: Existência real e efetiva de algo (*Wirklichkeit*) – âmbito do que se pode relatar; o *conjunto de fatos possíveis* ao que corresponde o conjunto de proposições com sentido; é formada pelo conjunto de coisas existentes mais o conjunto de coisas inexistentes, porém possíveis.

Realidade: Totalidade de fatos possíveis e expressáveis através do conjunto de proposições com sentido, tanto as verdadeiras quanto as falsas.

Realidade: Atribuível a algo que pode ser conhecido pelos seres humanos. Subjacente, reconhecível, tanto física quanto mentalmente (Bion, 1979a).

Uma história

Samuel

Samuel chegou à análise aos 10 anos, cursava o quinto ano do ensino fundamental. Está em seu primeiro ano de análise, com uma frequência de três sessões semanais. Quando tinha três anos, seus pais romperam o casamento em termos violentos, repletos de ameaças. Após a separação, Samuel continuou a relação com seu pai conforme determinado pela Justiça. O pai levava Samuel para a casa de seus pais nos fins de semana; esse era o tempo “legal” por “direito” estabelecido para o contato entre pai e filho.

A mãe contou-me brevemente por telefone a “situação” de Samuel. Considerei necessário avaliar pessoalmente o garoto e marcamos uma entrevista.

Samuel é um garoto alto para a sua idade, manca um pouco e tem um aspecto algo atrapalhado; sua fala é suave, com bons modos; faz comentários cuidadosos e considerados, mais como se houvesse sido “treinado” do que de forma espontânea. A expressão de seu rosto é de interrogação permanente, de indagação, e apresenta um ar de submissão. É pontual e vem com agrado à consulta. É muito amável comigo, amabilidade que foi se transformando, lentamente, em confiança e prazer por “falar de suas coisas”.

A “situação” de Samuel

Essa história –eu a resgatei– foi contada especialmente pela mãe e pela avó, e alguns detalhes mais íntimos foram surgindo na análise de Samuel; restam, ainda, muitas lacunas.

Há algum tempo, o pai, nos fins de semana, quando seu filho estava na casa de seus pais, começou a entrar, de noite e de surpresa, no quarto de Samuel quando ele estava prestes a dormir. O abuso começou deitando-se a seu lado, entre seus cobertores, e tocando-o especialmente na genitália e nas nádegas. Apesar da reação de medo e confusão do garoto, esse abuso continuou e avançou até o estupro, com penetração anal (especialmente com objetos). O garoto também era molestado quando tomava banho; o pai entrava no chuveiro e abusava dele com diversos objetos e especialmente com os dedos. Samuel chorava e reclamava que o pai o estava machucando e que contaria à avó. O pai

reagia e ameaçava machucar a avó e a mãe, e até mesmo “matá-las” se ele contasse algo. Não fica claro quanto tempo essa situação durou, pois as respostas de Samuel a respeito –diz a mãe– não se sustentam, ele passa de “sempre o fazia” a “duas ou três vezes” e interrompe qualquer diálogo. O pai ocultava e dissimulava a situação com presentes caros e exóticos (a família não tem muitos recursos financeiros) como videogames e consoles sofisticados.

O abuso se manteve por alguns anos; os fatos vieram à tona no dia em que Samuel pediu ajuda à sua mãe para curar seu ânus, que estava muito ferido. O garoto contou sua experiência à mãe e ela consultou um médico, que imediatamente os encaminhou à Promotoria para Crimes de Violência Sexual, onde fizeram a denúncia de abuso sexual. Samuel foi submetido à rotina de ir a vários lugares constantemente, para responder a indagações, submetendo-se a longas esperas e tendo seu corpo examinado repetidas vezes. O primeiro parecer referiu-se à abertura de uma investigação contra o pai por “acesso carnal abusivo”, e, conseqüentemente, proibiram-se as visitas e a comunicação entre pai e filho. A reação da família do pai, indignada com as “mentiras de Samuel”, foi interromper o contato com ele.

No momento em que recebi Samuel, não havia nenhum parecer definitivo da Justiça, e assim continua a situação. Isso faz com que o garoto se sinta desesperançado e desconfiado das instâncias de autoridade. *Não dizem nada... Parece que não acreditam...* E com respeito ao pai diz: *Acabou com a minha vida!*

Realidade e ficção “vibram”

No início do nosso trabalho, Samuel recorria a extensas narrações sobre sua vida solitária no colégio e as grandes rejeições que sofria por parte dos colegas. Narrava também seu cotidiano com a avó, sua mãe e uma tia, que também amava muito. Por muito tempo, Samuel evitou falar de seu pai, “Dom Gustavo”, como ele o chamava com desprezo. Quando esse material surgia no contexto de sua verbalização, interrompia seu discurso e dizia: *Não quero falar disso* –sacudindo a cabeça com força–, *não posso...* E começava a falar de videogames nos quais os heróis, guerreiros e assassinos encenavam com muitos detalhes suas façanhas e encorajavam Samuel, o personagem, a “lutar e vencer” as situações complicadas. Eu lhe respondia: *Está bem, quando você sentir que pode falar daquilo, quando puder nomeá-lo, conversaremos sobre isso...* Uma proposta que ele aceitava com um grande sorriso. E assim transcorreram os primeiros meses de trabalho. Não criou vínculos com os garotos de sua classe, os amigos que tem são seus vizinhos e colegas escoteiros, organização da qual ele faz parte, incentivado pela avó ao perceber que Samuel ficava deprimido no período de visitas ao pai, quando estava entregue aos videogames.

A primeira manifestação que pude observar clinicamente de algo em transformação foi quando, espontaneamente, ele teve a capacidade de aproximar-se do tema de seu pai, “esse senhor” ou “Dom Gustavo”,

propondo uma analogia: *Isso é uma comida que não quero comer... É algo de que não quero falar...* Com esse texto, pensamos, juntos, que havia uma série de ocorrências que ele comparou a um *buffet* de alimentos que não queria comer, não podia comer. Descrevemos os diferentes pratos ali servidos que ele conseguia observar, mas ainda não experimentar, e que, com o tempo e através do nosso trabalho, poderia provar, um a um. Ele poderia então contar, aos poucos e um a um, os fatos que aconteceram na sua relação com o pai.

Entusiasmado, ele aceitou essa imagem tecida entre nós dois e, ao longo das sessões, foi propondo falar de algum prato em especial. Assim surgiram fragmentos ou bocados desordenados da sua história de abuso: as noites de medo, em que não dormia, pois escutava atentamente o pai no outro quarto, quando ele se levantava para entrar ou não no seu quarto... Os dias com ele após a noite de manuseio... Quando se banhava, os objetos, os ferimentos... A ocultação que fez aos avós paternos... Sua tristeza por não poder contar à sua avó materna ou à sua mãe... Todo o tempo dessas narrações era um vaivém construindo pontes verbais de pensamento e reflexão entre uma “conjetura imaginativa” e uma “conjetura de razão” que estava dolorosamente presa a fatos reais e comprováveis. Eram pontes que ligavam a realidade e a ficção; ele dizia: *O prato principal, o mais importante, eu o comerei quando puder falar do pior!*

Samuel sempre se senta no divã, e eu, na minha cadeira. Ele nunca quis conhecer o consultório de crianças nem brincar ou desenhar. Os meses de trabalho foram passando e Samuel conseguiu narrar momentos de intimidade destruída, estrago físico e emocional perante as incursões do pai em seu corpo. Lágrimas de ódio foram brotando junto com impotência e desejos de vingança. Quando os momentos de maior dramaticidade se instalavam, Samuel se deitava, encostava as costas na parede do lado do divã e abraçava as pernas, em posição fetal, e chorava com raiva e desespero. A dilação e o transitar de uma autoridade a outra sem encontrar respostas definitivas –as autoridades ainda não resolveram nada de concreto– foram vividos pelo garoto como outro abuso constante e ampliado para as figuras que ostentam poder ou autoridade... como o pai. Cada período de tempo entre uma audiência e outra, aguardando a decisão da lei, é vivido como um momento de desesperança repleto de sentimentos de injustiça.

Um importante estado mental de Samuel começou a ser o protagonista das sessões e veículo do surgimento de material passível de ser pensado. Esse estado também me possibilitou maior compreensão, pois pude estabelecer relação entre as narrativas: sua insistência tenaz em relatar cada vez com maior ênfase o modo como jogava os videogames. O mais frequente era ele jogar sozinho; às vezes, com algum vizinho; também inventava que estava com amigos e outras vezes dizia jogar *online*. Essa atividade se transformou em um *novo sentido* de pensar o material, comigo, com grande contundência.

Foi ficando cada vez mais evidente que, sempre que ele fazia alusão à relação com o pai e aos eventos apresentados, a narrativa dos videogames e sua presença neles ganhavam força, rigor e convicção. Ele narrava sem interrupção, acelerando cada vez mais o ritmo de sua fala, com uma fluidez impressionante; eu propunha a compreensão da realidade subentendida ali nas entrelinhas, que era a experiência com seu pai, sua mãe, sua avó e assim por diante.

[...]

HOMEM: Você acabou de usar a expressão “sem dúvida nenhuma”.

BION: *Touché*. Concordo.

HOMEM: Mas você responde na linguagem de um jogo de combate?

BION: É um “brincar de ódio”. O próprio brincar tem uma função, como uma maneira de ensaiar algo. Nós brincamos de soldado. Nem sempre fica claro que as crianças estão “apenas” brincando, principalmente se o jogo se transforma em uma briga sobre as regras segundo as quais o jogo está sendo brincado. De modo inverso, brigas “reais”, guerras “reais” incitam uma hostilidade crítica quando soldados ou marinheiros parecem amigáveis “demais”. Lembro-me de uma tempestade emocional ligada à observância de certas cortesias pelo marechal de campo Montgomery no tratamento a um general inimigo que tinha sido capturado. “Sério demais” rivalizava com “amigável demais” –um psicanalista é vulnerável a atacar os motivos dos “graus” de emoção com que o debate é conduzido. O grau de emoção é uma afirmação; uma formulação verbal pode ser emocionalmente libertadora, mas é restritiva se estimula mais do que satisfaz (Bion, 1975, Capítulo 36, p. 220).

[...]

BION: Aqui nós discutimos. Posso até *imaginar* que estou tendo uma discussão como essa, mas há uma diferença entre a discussão e a imaginação que estou tendo de tal discussão; uma coisa é a discussão; outra é o substituto, ou o prelúdio da discussão.

A ferocidade com que as crianças às vezes brincam constitui uma evidência de que elas não sentem que estejam brincando, ou de que o observador esteja testemunhando “apenas um jogo”. A ideia de “jogo” é uma descrição inadequada para aquilo que está sendo testemunhado. Está sendo erroneamente categorizado através do nome “jogo”. Penso numa analogia matemática. Se o “universo de discurso” não facilita a solução de 3 menos 5, então os números reais não são bons, mas têm que ser ampliados pelos “números negativos”. Se o “espaço para brincar” matemático não é adequado para a manipulação dos “números negativos”,

ele tem que ser ampliado, provendo então condições para “jogos” com números negativos. Se o mundo do pensamento consciente não é adequado para brincar de *Édipo rei*, o “universo de discurso” deve ser ampliado com a finalidade de incluir tais brincadeiras (Bion, 1975, Capítulo 37, p. 228).

Nessa ordem de ideias e acontecimentos, também tinha de procurar minha atitude analítica e capacidade de compreensão e, especialmente, meus momentos de intervenção em um repertório de ficção-realidade. A partir desse repertório, poderia contemplar toda a seriedade mostrada por essa tarefa de brincar, jogar, narrar, contar, perguntar, analisar... entrar e sair.. de fazer vibrar em nossas mentes as compreensões e dores a serem contidas, as experiências a serem digeridas.

No decorrer das sessões, com poucas evidências e ante as propostas de Samuel, eu recorria a *conjeturas imaginativas* que iluminavam minha intuição e ofereciam possibilidades de construir uma ponte entre ficção-realidade, adequando o diâmetro do que vejo como uma *função*: $F \leftrightarrow R$. Samuel precisava tricotar “com duas agulhas” sua ficção e sua realidade para poder alcançar a compreensão dos fatos e as ressonâncias emocionais que explodiam em sua mente. Ele devia tecer-unir cada parte da sua personalidade (função da personalidade) até encontrar a harmonia e a estética que configurariam uma personalidade completa, que naquele momento estava desmembrada e dispersa nas diversas vivências dolorosas, nos cantos dos quartos escuros e de trágica evocação.

Considero útil e exitoso o modelo de “momentos de personalidade” (Stitzman, 2011) que se refere a “movimentos” em transformação que ocorrem na personalidade, como, nas personagens fictícias, suas propostas de interpretação de intenções, estados de ânimo, em interação com os fatos da realidade. Fica evidente como ficção e realidade se requisitavam mutuamente para completar a incursão dos fatos conectados aos presentes sedutores. Videogames e abuso compartilhavam a mesma atmosfera ambivalente e às vezes contraditória. Talvez indagando sobre vestígios de experiências intrusivas e violentas, porém possíveis de serem transformadas criativamente em compreensão e crescimento, poderíamos encontrar terrenos mais firmes e atmosferas emocionais mais saudáveis e promissoras de vida, úteis para um uso específico que daria significados.

Conjetura da Razão ou Conjetura Racional, proposta por Kant, exige fundamentação em fatos cientificamente comprováveis. “Kant tenta dar uma ideia ao filósofo, ou seja, uma conjetura racional, a partir da qual é possível dar sentido às manifestações fenomenológicas que chamamos de *ações humanas* e que, de acordo com suas características, não parecem obedecer a nenhum propósito racional próprio”.¹

1. Santiago Oropel, T. (2004). *Función y crítica de la guerra en la filosofía de I. Kant*. Barcelona: Anthropos, p. 28.

Conjetura da Imaginação ou Conjetura Imaginativa: Proposta por Bion, trata-se do exercício de uma imaginação especulativa sem compromisso com o rigor científico (Bion, 1979/1992, p. 247).

Refiro-me aos acontecimentos organizados na narrativa do terapeuta, com personagens ou objetos fictícios que ajudam a construir as compreensões que vão ao encontro da realidade dos acontecimentos vividos pelo paciente.

Faço referência a $F \leftrightarrow R$ como uma *função* das partes ou “momentos da personalidade”. Proponho uma tensão entre ambos, como “conjunção constante”, ao mesmo tempo conjugada e dispersa, e nem conjugada nem dispersa. O uso, tanto do paciente quanto do analista, ou na sessão, coloca $F \leftrightarrow R$ em função, “vibrando” em ambos os lados e nem de um lado nem de outro, conforme Stitzman propôs, referindo-se a $Ps \leftrightarrow D$: “Nesse sentido, a personalidade ou parte da personalidade não se encontra *posicionada* [itálico do autor] de maneira depressiva ou persecutória frente a um objeto situacionalmente, senão que se encontra simultaneamente integrada e dispersa adquirindo um estado definido no momento de ser usada” (p. 53). Assim, a *função* $F \leftrightarrow R$ serve como continente para tolerar os sentimentos de perseguição e promove o surgimento do pensamento compreensivo e digestor das experiências violentas vividas pelo garoto com seu pai.

Se Samuel conseguir tolerar os sentimentos de perseguição, a presença do dano sofrido, a carência de significado e a intensa dor acrescentada por causa das perdas relacionadas aos acontecimentos de abuso e estupro (mãe, pai, sua integridade, sua inocência...), se ele conseguir conter essa turbulência emocional por tempo suficiente, simultaneamente à “abstração emocional” (Stitzman, 2011, p. 54), poderá pensar os pensamentos, os sentimentos e as emoções da experiência; poderá então usar a *função* $F \leftrightarrow R$ e digerir sua realidade como uma experiência capaz de ser pensada, conhecida e possível de ser historicizada, para continuar seu caminho de crescimento, para não carregar vestígios inférteis e lacerantes que interfiram em seu desenvolvimento e condicionem futuros degradantes e precários, como restos sem valor em seu presente.

Samuel buscava uma presença que pudesse dar sentido à falta de sentido da realidade imposta por seu pai em seu corpo e em sua mente. Com fragmentos de sentido da ficção e o sem sentido da realidade, tentava montar cenas que pudessem ser compreendidas, nas quais pudesse acudir a personagens vivas, reais, que atendessem a sua urgência. Esquadrinhava o terreno da análise sem saber se poderia confiar ou não, mas com sede de compreensão. Procurava na minha mente-continente a possibilidade de unir fantasia-realidade e obter embriões de transformação de suas experiências e emoções.

[...]

BION: Keats descobriu um “princípio da incerteza”, que denominou “Capacidade Negativa”. Os autores do Livro de Jó ou do *Baghavat Gita*, para não ir muito longe, descobriram

a presunção de Jó e de Arjuna, que pensavam que aquilo que eles “não sabiam não era conhecimento”. Mesmo o senhor Toad entra nesse mesmo terreno de desprezo e escárnio, que, como a poluição “mental ou espiritual”, é vida que “mancha o branco esplendor da eternidade”.

SHERLOCK HOLMES: A mim me parece que essas “personagens fictícias” fazem muito mais sentido do que vocês, que são reais.

BION: E muito mais *non-sense*. Toad não era, e não é, sinônimo de “sentido”.

SHERLOCK HOLMES: Se fosse, não teria sido necessário que seu criador o criasse.

ALICE: E por que é necessário?

EU MESMO: Criá-los foi uma atividade com uma história muito longa.

ALICE: Isso não responde a minha pergunta.

ROLAND: Realmente, parece estimular mais a pergunta do que a resposta. Por que essa indústria de criar ficções prosperou tanto?

EU MESMO: Com objetivos de engano e disfarce.

BION: ...e também para ilustrar e transmitir informação.

EU MESMO: Às vezes, informação correta, às vezes, falsa. Depende de o criador se sentir hostil ou amigável; mas, na verdade, não acredito que “dependa” disso, pois me parece que “dependência” se relaciona com prioridade. O que vem primeiro, o sentimento ou a ideia fictícia? (Bion, 1975, Capítulo 43, p. 267)55
N.T: A tradução desses fragmentos, em português, corresponde à versão publicada em Bion, W.R. (1975). *Uma memória do futuro. I – O sonho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 101-102, 103, 130, 134, 135, 138 139 181, 183, 186 189, 217, 220.

Assim era na sessão. Samuel parecia estar sempre criando, funcionando numa dupla espiral ascendente, com pontes de união estáveis em alguns pontos e apresentando, em muitos outros, desconexões dramáticas que empobreciam qualquer significado emocional que pudesse tomar para encontrar um objeto confiável e continente.

Montando, ou melhor, acoplando compreensões inicialmente simples e solitárias, foi adquirindo capacidade para perguntar e perguntar-se, cada vez mais curioso, a respeito de suas vivências, experiências e sentires. Começou a sonhar com maior facilidade, o que lhe permitiu ampliar sua capacidade verbal e reconhecer as pontes estabelecidas entre realidade-ficção-realidade. Podia chegar agora, nas sessões, a conclusões tecidas a duas mentes, com significado emocional franco, dramático, porém firme, confiadas a um continente capaz de encontrar sentido e significado. Pôde falar com espontaneidade, senso crítico e julgamento objetivo sobre suas experiências dolorosas, raivosas, solitárias. Ele está, nesses momentos, *provando o prato principal, porém há de ser devagar e tomando água...* disse.

[...]

MYCROFT: Como você sabe, Sherlock atribuía à inércia aquilo que ele chamava de minha inércia; acho que essa tendência dele de transformar pensamentos em ações beira a temeridade.

EU MESMO: Eu teria achado que durante o tempo que você residiu temporariamente na minha mente –se é que é aí que ela e você estiveram– você se transformaria, de personagem fictícia relativamente menor em parte um pouco maior que suas características mais úteis. Se existisse uma coisa como um sistema mental digestivo, eu diria que a dieta mental de personagens fictícias interessantes contribuiu em muito para minha saúde mental (Bion, 1975, Capítulo 27, p. 170).

[...]

HOMEM: ...Não é necessário cair agora novamente no “óbvio” ou no que é absurdo, “C.Q.D.”⁶⁶ “Como queríamos demonstrar”, versão em português da expressão em latim *Quod erat demonstrandum*.

.....

EU MESMO: Não é possível, igualmente, recair outra vez no óbvio ou no absurdo para solucionar um problema. Considere o problema da linha reta que não se restringe ao círculo, ou à esfera, mas o corta em pontos que são complexos conjugados.

HOMEM: Se for correto que você não busca um significado, me ocorre que a teoria da $PS \leftrightarrow D$ pode oferecer uma abertura análoga à que ocorreu na relação entre a teoria ondulatória e o quantum (Bion, 1975, Capítulo 27, p. 174).

Em um determinado momento de nosso trabalho, Samuel começou a ampliar o vértice de observação em relação às propostas que estavam camufladas nos videogames, como resultado das minhas intervenções que apontavam o quanto sua insistência na narrativa dos videogames e suas representações com personagens fictícias eram ações que o ajudavam a calibrar seus passos vagarosos no trabalho analítico. Digo a ele o quanto precisava recorrer a esses recursos para ajudá-lo a resgatar as personagens da realidade, que muitas vezes ficavam misturadas, e como os fatos precisavam passar pela ficção para filtrar realidades dolorosas com o fim de dar sentido a seu “momento de personalidade”, no qual ele quer e pode comer-compreender suas vivências, enfrentar suas experiências de abuso e perda das figuras que amava e nas quais confiava.

[...]

EU MESMO: ...Mas não vejo a que objetivo útil possa servir uma construção fictícia desse tipo.

HOMEM: Ela dá imediatez e realidade a algo que de outra forma seria difícil de entender.

BION: Mas não é exatamente aí que reside o perigo? Uma

nova teoria plausível criada para inchar ainda mais o já enorme arsenal de teorias plausíveis.

HOMEM: É claro. Mas o medo do que poderia acontecer é um mau guia (Bion, 1975, Capítulo 37, p. 224).

– Quem é você? – perguntou Bastian.

– Meu nome é Argax, muito prazer! – respondeu o macaquinho levantando ligeiramente o barrete. – E quem seria você?

– Eu sou Bastian Baltazar Bux.

– Muito bem – disse o macaquinho satisfeito.

– E qual é o nome desta cidade? – perguntou Bastian.

– Na verdade, não tem nome – explicou Argax –, mas poderia ser chamada... digamos... A Cidade dos Antigos Imperadores.

– A Cidade dos Antigos Imperadores? – repetiu Bastian inquieto. – Por quê? Não tem ninguém parecido com um antigo imperador aqui.

– Ah, não? – o macaquinho disse, abafando uma risada. – Embora todos os que são vistos aqui foram em seus tempos imperadores de Fantasia... Ou pelo menos assim quiseram.

Bastian ficou sobressaltado.

– Como você sabe disso, Argax?

O macaquinho arrumou o barrete de novo e olhou para Bastian ironicamente.

– Eu sou... Digamos... O vigilante da cidade.

[...]

– Você gostaria de fazer uma pequena visita à cidade, senhor? Tipo... Um contato inicial com seu futuro local de residência?

– Não – respondeu Bastian. – O que diabos você está dizendo? O macaquinho pulou para os ombros de Bastian.

– Vamos! – cochichou. – Não custa nada. Você já pagou o direito de entrada.

[...]

– O que eles têm? – perguntou Bastian. – Por que eles estão se comportando de um jeito tão estranho?

– Não tem nada de estranho no comportamento deles – riu Argax em seu ouvido. – Poder-se-ia dizer que são iguais a você, ou melhor, que foram, em seu tempo.

– Quer dizer que são seres humanos?

[...]

– Como chegaram aqui? O que eles estão fazendo? – perguntou Bastian.

– Bom, em todos os tempos existiram seres humanos que não retornaram a seu mundo – explicou Argax. – No começo, não queriam e agora... Digamos... Não podem.

– Por que não? – perguntou.

– Eles têm que *querer*. Mas esses já não querem nada. Gastaram seu último desejo em outra coisa (Ende, 1988, pp. 356-357).

BION: Schacht disse que a acumulação de riquezas era uma ambição inofensiva, mas então a coisa importante poderia ser o modo como ela é acumulada e o objeto para o qual é utilizada. Talvez para conseguir a recompensa pelo trabalho como um substituto para fazer o trabalho.

HOMEM: O mesmo é verdade em relação à psicanálise ou a qualquer outro mecanismo desenvolvido com propósitos de acumulação. Não deve ter escapado a você que fazemos uma suposição tácita sobre um senso de valores; ou mesmo que existe um senso de valores válido segundo o qual as ambições serão julgadas. Podemos encarar nossa “sobrevivência” como um assunto de importância. Nossa sobrevivência teria sido impossível se nós não a tivéssemos desejado.

ALICE: Quem é “nós”?

HOMEM: Aqueles que sobrevivem, juntamente com alguns que falharam. O fato de estarmos vivos inclui uma ambição de assim permanecer. O mesmo impulso parece ter se ampliado à ambição de que a vida deveria ser digna de ser preservada. Percebi essa tendência na psicanálise; toda ênfase, já que ela não é primariamente dirigida à saúde física, sugere que deve existir alguém ou algo preocupado com a felicidade (Bion, 1975, Capítulo 37, p. 225).

Samuel atuava sua fragilidade nos momentos em que eram apresentados “apenas” os elementos ou fatos reais, sem fazer a ponte entre a ficção e a realidade de cada uma das partes ou dos momentos de personalidade. Nesses casos, ele abafava e rechaçava qualquer intervenção. Se eu mudava minha aproximação de modo a levar em consideração seu funcionamento e sua proposta de falar de relações com base em suas personagens e sucessos de ficção, ele respondia com alívio e compreensão sincera, precisamente a respeito de sua realidade, agora integrada e mais fácil de ser assumida. Ele mesmo fazia as pontes de significado entre uma e outra. A ficção não podia desamparar seu esforço de reconhecer a realidade, os fatos. Essa foi uma aprendizagem sensível para ele e para mim.

Uma sessão qualquer...

Depois da sessão do dia imediatamente anterior, especialmente significativa pelo fato de o seu pai estar presente no material e despertar uma série de queixas, lágrimas e injúrias:

Samuel entra no consultório com seu andar característico e o sorriso com que sempre me cumprimenta. Senta-se atravessado no divã e se joga para trás enquanto, desprevenido, levanta os braços num gesto de espreguiçamento: *há coisas tão difíceis de te dizer ou comentar... E de pensar nelas... É muito difícil falar de certas coisas.*

Eu sugiro que tudo o que dissemos na sessão passada ainda está vibrando em sua mente, que ele não encontrou ainda uma forma de

digerir tudo aquilo que está rondando, como um sussurro permanente, tudo o que faz e tudo o que pensa. Digo também que talvez hoje ele precise mastigar e digerir melhor o impacto de ver, ouvir, sentir e enfrentar experiências dolorosas que lhe causam raiva e impotência.

Ele segura as mãos e se joga para a frente, com um movimento de encolhimento em si mesmo... *Parece que não existem palavras para falar de algumas coisas...* Fica em silêncio por um bom tempo. Com um movimento que parece ter sido premeditado, olha para mim, sorri, levanta o tronco “animadamente” e começa a narrar uma sequência do videogame em que se refugiou agora, cheio de lutas, derrotas e vitórias, sem diferença de modulação.

[...]

SHERLOCK: E isso tudo aí o que é?

EU MESMO: Não sei. Mas posso te contar o que “é”, em minha opinião: são fragmentos de uma conversação destruída e pulverizada por uma... bem, personalidade, podemos chamá-la assim, ciumenta, hostil, curiosa e destrutiva, excluída, mas não menos presente (Bion, 1975, Capítulo 26, p. 165).

HOMEM: ...É difícil conceber algo mais livre de freios e restrições do que os pensamentos e os sentimentos. Porém, ao se fazer uma tentativa de conferir a eles uma expressão escrita, ou mesmo falada, a liberdade de pensamento já se desgastou. A liberdade do pensamento comunicado não é absoluta em momento algum (Bion, 1975, Capítulo 36, p. 222).

Essa é a forma em que Samuel “comparece”, torna-se mais presente na sessão: entrando nos videogames em que ele se nomeia como as personagens; e quando eu pergunto por algo que está acontecendo a resposta é que ele –alguma personagem– faz tal manobra, ataca com seu raio do poder, domina e vence o monstro ou a personagem que tem o raio fulminante...

T.: Nesse jogo, você pode falar muito... Pode contar todos os ataques e tragédias das personagens; olha como você me contou tudo o que eles lhe fizeram ali e também o que você lhes fez. Será dessa maneira, usando as personagens de ficção, que você me contará também dos ataques, dores e tragédias de sua realidade?

S.: É, é assim... É que... É difícil...

T.: Ah! Mas essas personagens fictícias te ajudam a mostrar a vídeo-realidade em que você se sentiu violentado também, não acha?

S.: Sim, pelo meu pai! E eu não podia dizer nada porque ele ameaçava fazer coisas ruins com minha mãe ou minha avó.

WATSON: Posso fazer ele calar a boca?

SHERLOCK HOLMES: Meu *caro* Watson!

BION (indignado): Que diabos vocês pretendem se

intrrometendo numa discussão séria? Não percebem que estou levantando questões sérias?

MYCROFT (nada impressionado): Prossiga, Sherlock. Isso é mais na sua linha do que na minha. Fale *you* com ele.

WATSON (antes que Sherlock intervenha, o que, inclusive, parece improvável): Meu caro senhor, o sr. Holmes e seu irmão não devem ser interrompidos; é um assunto privado e importante.

BION: Mas, meu bom homem, você não percebe que todos vocês são personagens completamente fictícias? Sou médico diplomado.

WATSON: Eu também; sou M.D.

BION: Absurdo! Puramente imaginárias e não lá muito brilhantes, mesmo na opinião de seus amigos fantasmas. Sou ex-presidente da Sociedade Psicanalítica Britânica e ex-diretor da Clínica de Londres...

MYCROFT & SHERLOCK (explodem em gargalhadas, juntos).

WATSON (contém seu júbilo com dificuldade, mas consegue ser civilizado). O senhor vai me desculpar, mas devo admitir que jamais ouvi falar de sua existência. Não quero feri-lo ou dar a impressão de estar me vangloriando, mas, mesmo que Mycroft sempre tenha tido um caráter retraído, Sherlock e, em menor grau, eu próprio temos seguidores por todo o mundo. O senhor mesmo estava aí admitindo que existem personagens imaginárias que são infinitamente mais conhecidas do que inúmeras gerações de não entidades. Agora, peço desculpas. Sou um homem muito ocupado – sugiro que deite naquele divã e adormeça tranquilamente.

BION (com um gesto de desespero, abandona seu consultório para os três intrusos e vai dormir).

SHERLOCK: Espero que você não tenha sido duro demais com ele, Watson.

WATSON: É preciso tratar as pessoas reais com dureza, quando se pretende proporcionar um universo seguro para as pessoas imaginárias. Se você bem se lembra, esse mesmo problema já apareceu antes, com os números reais. O problema matemático mais simples ficava impossível de ser formulado, até os números negativos destruírem a tirania de ficar confinados ao espaço restritivo da adição – apenas números reais a mais. (Bion, 1975, Capítulo 20, pp. 127-128).

É interessante esse permanente contraste nas sessões. Samuel convoca as personagens fictícias para montar situações nas quais ele sofre ataques violentos ou ataca de forma violenta, sempre em busca de resolver a “situação”; algumas vezes ganha, e perde em outras. Eu preciso entrar em sua ficção como exercício do presente, no tempo

“agora”, para resgatar, dentro desse universo, os retalhos que chegam a essa outra dimensão. Tecendo entre os dois o tecido de compreensão da sua realidade entrelaçada com sua ficção, configuramos transformações de pensamento, significado e vivências; sua própria capacidade de tolerar a dor, as evocações e as perdas que se precipitam e que, sucintamente, narram a crueldade da realidade. A capacidade de relacionar a ficção com a realidade aumentava em Samuel o poder de reconhecê-las, de entrar e sair da fantasia.

Pois ainda não te disse como eu me chamo. Sou a Dama Aiuola.

[...]

Após um momento de silêncio, ela diz:

– Acho que ela gostaria que passássemos para o quarto ao lado. Provavelmente preparou algo para você.

– Quem? –perguntou Bastian, olhando à sua volta.

– A Casa Mutante –explicou Dona Aiuola, com naturalidade.

Na verdade, algo estranho tinha acontecido. O quarto tinha se transformado sem que Bastian percebesse. O teto do quarto se abrira para cima, enquanto três paredes se aproximaram bastante da mesa. Do outro lado, tinha um lugar onde a porta ainda permanecia aberta (Ende, 1988, pp. 379-380).

[...]

– Olhe! –disse a Dama Aiuola, encantada. – A Casa Mutante sempre tem uma ideia na manga. Fez um quarto especial para você, arrumado para criança.

– Como isso é possível? –perguntou Bastian. – Esta sala não estava aqui antes?

– Claro que não –respondeu a Dama Aiuola. – Sabe? A Casa Mutante é muito animada. Do seu jeito, gosta de participar da conversa. Acho que ela quer te dizer algo com isso. (380) [...] A Casa Mutante –explicou a Dama Aiuola– é maior por dentro do que por fora (Ende, 1988, pp. 380-381).

[...]

– Não, garoto lindo –respondeu suavemente a voz–, nós somos diferentes. Nós não morremos e não nascemos. Somos a mesma Aiuola, se bem que não somos. Quando minha mãe ficou velha, secou, caíram todas as folhas, como as de uma árvore no inverno, e então se encolheu sobre si mesma. Esteve assim por muito tempo. Então, um dia, folhas, brotos, flores e frutos começaram a surgir de novo. Foi assim que eu surgi, pois aquela nova Dama Aiuola era eu. Aconteceu a mesma coisa com minha avó, quando ela trouxe minha mãe ao mundo. As Damas Aiuolas só podem ter um filho se partirem antes. Mas então somos nossas próprias filhas e não podemos ser mães. Por isso estou tão feliz que você esteja aqui, garoto lindo... (Ende, 1988, pp. 382-383).

[...]

– Quem é você?
– Bastian Baltazar Bux.
– Bem, você ainda sabe seu nome.
– Sim, quem é você?
– Sou Yor, a quem chamam de Mineiro Cego. Mas só sou cego na luz. Na minha mina, onde reina a escuridão, posso ver.
– Que classe de mina é essa?
– A Cova Minroud. A Mina das Imagens.
– A Mina das Imagens? –repetiu Bastião, surpreso. – Nunca ouvi falar de algo semelhante.

[...]

– Que classe de imagens são essas? –perguntou Bastian. Yor fechou os olhos e ficou quieto por um momento. Bastian não sabia se deveria repetir a pergunta. Logo, ouviu os sussurros do mineiro:

– Nada se perde no mundo. Alguma vez você já sonhou algo que você não sabia o que era ao acordar?

– Sim –respondeu Bastian. – Muitas vezes (Ende, 1988, pp. 391-392).

[...]

Então Bastian viu as imagens que jaziam ali como se estivessem rodeadas por uma seda branca, como se fossem joias preciosas (Ende, 1988, p. 392).

[...]

– Reconheceu alguma?

– Não –respondeu Bastian.

O mineiro moveu a cabeça, pensativo.

– Por quê? –quis saber Bastian. – Que imagens são essas?

– São os sonhos esquecidos do mundo dos seres humanos –explicou Yor. – [...] Toda Fantasia se assenta sobre o alicerce dos sonhos esquecidos (Ende, 1988, p. 393).

MYCROFT: ...Esses “pensamentos” são sintomas de um grupo subjacente de transformações (Bion, 1975, Capítulo 20, p. 129).

Outra história...

EU MESMO: Mas que falta de cavalheirismo! É parte do preço que nós, psicanalistas, pagamos. O hábito da mente transborda em situações não analíticas.

BION: Você poderia dizer que ser um psicanalista é como usar um sortimento de roupas mentais –a pessoa poderia escolher qualquer personagem que gostasse de ser e vestir o uniforme apropriado. O problema é a pessoa ter que *ser* um psicanalista, e não simplesmente aprender um papel com o objetivo de encenar.

[...]

EU MESMO: ...Nós, juntamente com os muitos que têm a intenção de existir ou dos quais há registro de que existiram e ainda existem, acreditamos que existe algo “mais” que pode ser chamado “ultra” ou “infra” sensorial”. É esse algo mais, ou “algo +”, que supomos tornar-se significativo através do refinamento proporcionado pela psicanálise na prática (Bion, 1975, Capítulo 42, p. 261-262).

Ana tem 14 anos, acabou de dar à luz sua filha Emma em um hospital. Dez dias depois retornou para uma consulta de rotina e, quando saiu de lá, já a caminho de sua casa, foi abordada por uma mulher desconhecida. Seu relato: *uma mulher desconhecida, que devia ter uns 18 anos, se aproximou de mim e me disse que o bebê dela estava internado no hospital, que tinha poucos dias de nascido e não havia sido entregue a ela após o parto. Disse que o bebê não estava recebendo leite e que ela não tinha leite dela; então me pediu que eu doasse um pouco do meu leite materno para ele. Porém, nesse momento, não tínhamos como retirar o leite; então pediu meu telefone, que dei. Assim, cinco dias depois, ela me ligou, e eu lhe perguntei se seu bebê já tinha saído do hospital. Ela disse que não. Então combinamos de nos encontrarmos no hospital, no dia seguinte, após a consulta da minha filhinha, pois ela insistiu que eu lhe fizesse o favor de doar o leite. Embora, supostamente, eu fosse me encontrar com ela, tomei outro caminho para escapar dela, mas ela já estava ali.*

Ana vive momentos de dúvida e suspeitas: ... *Minha filhinha estava no meu colo e fiz carinhos nela por um tempo, até a hora em que fui a um canto do local em que estávamos para encher a mamadeira com meu leite materno; nesse momento entreguei meu bebê a essa senhora. Não tive mais controle da presença do bebê, demorei entre cinco e dez minutos e quando voltei só restava o “baby bag”. Sai correndo para ver se alguém a vira, mas ninguém dizia nada; perguntei a uma senhora que estivera ali por perto, e ela me disse que a mulher a quem eu entregara o bebê saíra correndo com meu bebê na direção direita, rumo à avenida.*

Lúcia tem 20 anos e relata: *Éramos namorados e eu engravidei dele. Fomos morar juntos e com um mês de gestação o abandonei. As coisas ficaram complicadas, fui para a casa de uma tia, não queria morar na casa da minha mãe; foram semanas em que eu não saí do quarto, minha avó sabia de tudo. Não queria abortar, queria tê-lo para que fosse uma boa pessoa, queria salvá-lo de tudo, não deixava ninguém tocar em mim, para que nada lhe acontecesse, e fui morar em outro lugar. Mas ali tinha um sujeito viciado e agressivo, me roubava e oferecia drogas, tornava-se muito violento, gritava comigo e dizia: “Vou mandar que lhe façam algo”. Não queria nem escutar sua voz, tinha medo. Não fiz pré-natal, a empresa na qual eu trabalhava não tinha convênio médico, e fiquei doente, e tudo ficou pior com aquele homem ali.*

Perdi o bebê com três meses de gestação; na casa da minha mãe, eu não quis admiti-lo, comecei a sangrar muito, saiu uma bolinha de sangue, vi o feto, eu sabia que era ele, mas não quis entender isso. Desde esse momento, não aceitei, não fui ao hospital, não contei nada a ninguém, às vezes sujava as roupas com sangue, mas eu dizia que ainda estava grávida e todos acreditavam, todos continuavam perguntando sobre mim e o bebê; não coloquei coisas na barriga. Ele apareceu e disse: “Quero reconhecê-lo”. Eu não pensava nisso, eu desfrutava estar grávida e achava que as coisas estavam bem pela primeira vez na minha vida; não pensava no parto, a barriga ficou assim, aumentei de peso, continuei acreditando que estava grávida. Eu ouvia notícias que diziam: “Não sei quem abandonou um bebê em tal parte”, notícias que me deram esperanças. Comecei a me iludir com isso, via tudo com tanta facilidade, estava disposta a recolher alguma dessas crianças e criá-la. Perambulei por dois dias com essa intenção; foi quando conheci a mãe da menina. Pensei em perguntar-lhe se ela queria mesmo ficar com seu bebê, vi sua mantinha gasta, pobrinha, era uma menina com coisas de menino. No primeiro dia de busca por bebês, a encontrei; pensei que, se pedisse que me desse o bebê, ela gritaria. Coloquei na cabeça a ideia de que ela não tinha como cuidar do bebê e que eu tinha tudo. Chamei-a outra vez para perguntar-lhe, não tinha nada a perder, e ela me contou que ia para o hospital. A gente se encontrou ali perto, mas não consegui lhe perguntar, tive medo que ela criasse um escândalo, ou sei lá.

No momento em que tive o bebê nos braços, apenas quis ir embora, não sabia para onde, nem tinha dinheiro. Fui ao parque, fiquei lá por um tempo, passei horas chorando, a menina não chorava, carregava-a adormecida e pensava, pensava. Fui à casa de uma amiga que acabara de ter um bebê e ela lhe deu leite, ela pensou que o bebê era meu, contei-lhe que brigara com minha família e que não queria voltar. Minha família procurava por mim; eu só disse a meu marido que o bebê tinha nascido e ele disse que me pegaria no dia seguinte. Em casa, eu já não peguei mais o bebê no colo, me perguntaram por que não o pegava mais, acharam que eu tinha depressão pós-parto, pensaram que eu não queria o bebê. Uma manhã chorei muito e não aguentei mais, contei a meu marido, eu não alimentava mais o bebê, não o pegava mais no colo nem nada; contei tudo.

Quase no final da audiência, disse: “Agora estou grávida”. Sim, é confuso porque continuo grávida. Quando recolhi a menina, estava grávida e não sabia, estou de dois meses, choro muito, sinto medo, não quero que o bebê vá parar na cadeia. Acho que isso não tem fim. Queria ser invisível, não ter aparecido nos meios de comunicação. (Fragmento de um depoimento de uma audiência pública e notícias publicadas)

ALICE: É tão profundo que eu nem consigo ver. Por favor, explique.

TOM: O que ele diz é um apoio mental para o insight; assim como um círculo ou uma linha ou um triângulo

ajudaram Euclides, e Tales antes dele (Bion, 1977, Capítulo 1, p. 286).⁷⁷ Tradução ao português publicada em Bion, W. R. (1977). *Uma memória do futuro. II – O passado apresentado*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 5.

Resumo

Samuel é um garoto sexualmente abusado pelo pai. Dificil digestão, difícil simbolização, difícil verbalização. O mundo da Ficção e o mundo dos Fatos pulsam causando intensa dor. Imerso na confusão e no medo, Samuel vai resgatando fragmentos de realidade, para tecê-los em cooperação com sua ficção e, assim, configurar uma história para contar a outros e a si mesmo. A relação analítica acompanha esse caminhar, essa tarefa de transformação de experiências emocionais possíveis de serem conhecidas e compreendidas. Propõe-se $F \leftrightarrow R$ oscilando como uma Função continente e transformadora de experiências dolorosas. O texto se apresenta em forma e conteúdo acompanhando o ritmo e a cadência do tema: Realidades e Ficções.

Palavras-chave: Ficção, Realidade, Abuso Sexual, Pensamento.
Candidata a palavra-chave: Transformação.

Abstract

Samuel is a child sexually abused by his father. Although he finds it quite difficult to assimilate things, find symbols and expresses himself with words, he is beginning to feel the sharp pain of the world of Fiction and that of Facts throbbing in him. Immersed in confusion and fear, Samuel begins to rescue a few pieces of real facts and he weaves them together with fiction building up a story that he can tell others and himself. The analytical relationship keeps him company while he deals with the task of transforming emotional experiences into something that can be known and understood. We suggest that $F \leftrightarrow R$ vibrates as a containing function, a transformer of painful experiences. The text we present here is in form and content faithful to the rhythm and cadence of the topic: Reality and Fictions.

Keywords: Fiction, Reality, Sexual abuse, Thoughts. **Candidate to keyword:** Transformation.

Referências

-
-
-
- Bion, W. R. (1975). *Memorias del futuro: Libro I*. Madrid: Julián Yébenes.
Bion, W. R. (1977). *Memorias del futuro: Libro II*. Madrid: Julián Yébenes.
Bion, W. R. (1979a). *Clave de memorias del futuro*. Madrid: Julián Yébenes.
Bion, W. R. (1979b). *Memorias del futuro: Libro III*. Madrid: Julián Yébenes.
Bion, W. R. (1992). Hay que pasar el mal trago. In *Seminarios clínicos y cuatro textos* (pp. 220-255). Buenos Aires: Lugar. (Trabalho original publicado em 1979)
Ende, M. (1988). *La historia interminable*. Madrid: Alfaguara.
Stitzman, L. (2011). *Entrelazamiento: Un ensayo psicoanalítico*. Valencia: Promolibro.
-

Ficção, realidade e o campo analítico

“Estou muito preocupada com você”, diz minha paciente enquanto se deita no divã. “Tenho medo de que algo esteja errado.”

Elena tem a tendência de notar coisas enquanto vai da porta do consultório ao divã –sobre mim, sobre os objetos no consultório, às vezes sobre ela mesma. Quando percebe alguma coisa, ela menciona o que viu: “Sua agenda de consultas não está onde normalmente a deixa”, dirá; ou “Hoje está vestindo uma camiseta escura”; ou “Talvez se pergunte por que estou sem fôlego”. E depois, havendo expressado o que percebeu, rapidamente passa a outro assunto.

Dessa vez, talvez porque me dou profundamente conta de que algo *sim* está errado, falo antes do normal e pergunto em que está pensando. “Não tenho certeza”, diz, “mas há algo diferente. Talvez seja que há menos humor entre nós do que o normal”. E então, porque é filha de psicanalistas, embora ela não se dedique à atividade, adiciona: “Claro que é tudo transferência”. Tendo dito isso, é característico de Elena mudar de assunto. Eu me esforço para encontrar uma conexão entre a sua observação inicial e o que diz depois, mas –embrulhado nas significações pessoais sobre o que estava errado –sou incapaz de fazê-lo. Fico escutando na minha mente o eco de uma realidade que é perturbadora para mim e que penso que talvez o seja também para Elena, embora não possa ter certeza.

Quaisquer que tenham sido os seus sentimentos a esse respeito, esse momento foi certamente moldado por aquilo que eu tenho certeza que chamou a atenção da minha paciente. Dois meses antes da sessão que descrevo, eu tinha sido submetido a uma cirurgia ortopédica. Ela não sabia sobre a cirurgia, mas sabia que pouco antes das minhas férias de verão eu lhe havia dito que me ausentaria por uma semana mais. Quando voltei a trabalhar estava bastante incômodo e tomando fortes analgésicos que me tiravam a energia e me desconcentravam, o que eu às vezes percebia e outras vezes, não. Quando ela fez o comentário, a dor havia diminuído consideravelmente e eu estava parando de tomar os analgésicos. A abstinência era desagradável e eu tinha

* William Alanson White Institute, Nova York.

consciência de que às vezes ficava de mau humor, embora me enganasse acreditando que pudesse manter isso fora do consultório e nenhum dos meus outros pacientes tivesse dito nada a respeito.

De forma que essa é a realidade, uma realidade que tornava difícil, talvez impossível, para mim criar o tipo de espaço analítico protegido que geralmente busco. O enquadre analítico, um conceito ao qual voltarei mais tarde, viu-se alterado –inclino-me a dizer, deformado– pelo impacto da realidade. Permitam-me adicionar que esse impacto estava dado não só pelas realidades físicas envolvidas, as sessões perdidas e a minha dor posterior, mas também pela minha reação profundamente pessoal à deterioração funcional que implicava. Sem entrar em detalhes desnecessários, é justo dizer que o meu sentido do self estava significativamente afetado. Por bastante tempo, então, a minha analisanda havia estado ocupada com um analista que se sentia afetado, mas que não tinha revelado isso a ela, nem aos outros, nem mesmo a si próprio completamente. Isso com certeza lhe acarretará uma angústia considerável, não só porque a minha saúde limita a minha disponibilidade emocional, mas porque não me abri completamente ao impacto do que está acontecendo comigo, nem com Elena nem comigo mesmo. Esse é o problema.

Visto da perspectiva do tema do nosso Congresso, seu comentário de que tudo é transferência pode ser compreendido de forma plausível como desfazendo duas realidades desagradáveis: a realidade da minha deficiência e a realidade do que era, para ela, um momento incomum de contato íntimo pessoal comigo. “Não se trata de você e de mim”, parece estar dizendo, “trata-se somente de mim”. E para essa paciente, apesar de, ou talvez devido a, sua requintada sensibilidade aos objetos do seu entorno (físico ou de outro tipo), “somente eu” é o lugar mais seguro em que pode estar. O “tomar conhecimento” de Elena é a sua maneira altamente controlada de estender uma ponte sobre uma distância interpessoal cuidadosamente construída, distância necessária devido ao seu medo crônico da perda iminente. Nas suas palavras, “se me mantenho separada, nunca terei que me separar”.

A sequência de pensamentos que abriu a sessão me faz lembrar de uma ideia importante dos Baranger: eles escrevem que a historicização prematura da transferência pode acalmar superficialmente os medos paranoides do paciente oferecendo a segurança de que, nas suas palavras, “*there is no current situation, we can see that this is what happened with your father*”¹ (1962/2008, p. 810). Certamente, a “situação presente” dá forma à experiência de Elena, mas é possível afirmar com convicção que os temores de Elena são paranoides, e não realistas? Seu analista está –não só na sua mente, mas também na dele próprio– ameaçado pela deficiência. Ele também está retraindo conscientemente informação que poderia afetar o tratamento de diversas formas drásticas e inconscientemente está lutando com uma

1. “Não existe uma situação presente, podemos ver que isso é o que acontecia com o seu pai”.

revolta profunda no sentido do seu self. Talvez acalmará superficialmente os seus temores interpretar as suas preocupações como qualquer coisa exceto uma reação diante de uma realidade urgente.

Umaseis semanas depois, novamente ao início da sessão, Elena diz: “Você está melhor agora”. Diz isso com naturalidade, embora perceba que está aliviada. É como se fosse uma mãe falando com o seu filho, uma experiência familiar para mim no trabalho com ela, embora seja décadas mais nova que eu. Seu tom sugere que a febre passou e que então agora nós dois podemos voltar ao que quer que tenha sido interrompido pela doença. Mais uma vez, estou surpreso com a afirmação porque sei que *estou* melhor e que tenho estado melhor por algumas semanas; estou totalmente livre da medicação e estou começando a me sentir eu mesmo pela primeira vez desde meses antes da cirurgia. Mas, antes que eu possa dizer qualquer coisa, ela completa: “É tudo transferência, claro”. Da minha parte fico novamente sentindo o peso da realidade. Elena e eu percorremos um caminho juntos, suportamos a minha doença e recuperação, que nos afetou profundamente a ambos, e no entanto o caminho não pode ser mencionado sem uma autorrevelação que me parece brutal a partir de fundamentos pessoais e clínicos. Será por acaso a exclusão da realidade –sustentada, claro, por um monte de teorizações clínicas– uma maneira de oferecer a Elena uma segurança superficial?

Mas claro que há mais, muito mais. E então, umas duas sessões depois daquela na qual me diz que estou melhor, chega, de maneira atípica, 20 minutos atrasada. Deixou-me uma mensagem na secretária eletrônica dizendo que está atrasada, mas eu não chequei a caixa de mensagens, de forma que não a recebi. Depois me conta sobre o analista de uma amiga sua, que havia tido que se aposentar por causa de uma doença. Essa amiga havia se tornado devota de seu analista anterior e havia passado muito tempo com ele depois que se aposentou. Elena suspeita que tiveram um romance. Depois se lembra de outra amiga que havia se envolvido com um homem muito mais velho, desperdiçando seu potencial de ter uma relação mais gratificante com alguém mais próximo da sua idade. Havia pensado recentemente nessa mulher e lhe havia enviado uma solicitação de “amizade” no Facebook, mas não tinha sido aceita. Elena não diz mais nada sobre isso, mas penso na mensagem telefônica que ignorei e talvez em outras mensagens que ignorei nos últimos meses.

Nessa sessão a “realidade” é posta de ponta-cabeça; a doença e a recuperação são recontextualizadas. Eu continuo pensando que Elena se sentiu perturbada e ameaçada quando viu que “algo estava errado comigo”; a possibilidade de que as minhas capacidades analíticas estivessem ou pudessem estar comprometidas é uma ameaça, uma ameaça real, que pode ser, e na minha experiência com frequência é, defensivamente desconsiderada por ambos os membros da díade analítica. Mas lentamente Elena passa a outra questão. Permitam-me esclarecer

que penso que ela passa para algo *diferente*, não para *algo mais* e certamente não para *algo mais profundo*. Em geral acho que descrever alguma coisa como “mais profunda” que outra é mera metapsicologia. Junto a uma realidade urgente, compartilhada, há outra: a ideia de que “algo esteja errado comigo” é *também e ao mesmo tempo* um substituto do seu desejo. É um desejo que ela não pode aceitar nela mesma e que teme que eu não tenha identificado, a mensagem telefônica ignorada ou a solicitação de “amizade” recusada são eloquentes a esse respeito. Não aceitei e nem mesmo notei o seu oferecimento de cuidado erotizado, e por isso ela se sente rechaçada por mim. “Gostaria que fosse você e eu”, parece estar dizendo, “mas, enquanto me rechaçar ou não notar o que eu ofereço, deve ser e será somente eu”. Como sempre foi, claro, para Elena. Notem que considero que a elaboração transferencial de Elena sobre o que chamou sua atenção é tão “real” quanto a própria observação. Ao caracterizar a situação psicanalítica, Giuseppe Civitaresse aponta que aquilo que ele denomina sua “*radical assuming of an antirealist perspective –that is, a fictional perspective, in that sense that everything... is pervaded... by the shadow of transference*”² (2008, p. 291). Paradoxalmente, essa “perspectiva radical antirrealista” traz à tona outra realidade.

Meus pensamentos se voltam para o conceito de baluarte dos Baranger, que dizem que surge “*in unconsciousness and in silence, out of a complicity between the two protagonists to protect an attachment that must not be uncovered*”³ (Baranger, Baranger & Mom, 1983, p. 65). É uma perspectiva que emerge, expressa em línguas muito diversas, no trabalho de teóricos que operam em uma gama de tradições teóricas: na América Latina, no conceito de Roosevelt Cassorla do *enactment* crônico e dos não-sonhos-a-dois (2001, 2013); no pensamento interpessoal norte-americano no conceito de Edgar Levenson (1972) da transformação do analista; e ainda na Psicologia do Ego norte-americana, nas ideias de Dale Boesky (1990) sobre a resistência que é cocriada conjuntamente pelo analista e pelo analisando. As chaves, de acordo com a minha forma de pensar, são o silêncio e a cumplicidade; o inconsciente é a nossa linguagem psicanalítica preferida para explicar esses desenvolvimentos.

Mas como entendemos o “baluarte” que Elena e eu criamos juntos? No meu relativamente breve relato, fiz alusão a múltiplas ligações que não devem ser descobertas. Existe a sua dependência, mascarada por uma atitude maternal em relação a mim que às vezes se expressa na sua preocupação, às vezes nas suas considerações divertidas e sutilmente condescendentes sobre o quão inteligente eu posso ser. A necessidade, não nomeada e não nomeável, ainda que palpável, evoca em si uma não pouco familiar, mas agora particularmente aguda

2. “Premissa radical de uma perspectiva antirrealista –ou seja, uma perspectiva fictícia, no sentido de que tudo está impregnado... pela sombra da transferência”.
3. “Na inconsciência e no silêncio, da cumplicidade entre os dois protagonistas para proteger uma ligação que não deve ser revelada”.

sensibilidade às mudanças no nosso horário. Por essa dependência ela teme que eu seja ou que me torne velho e fraco; mas, como vimos, essas preocupações por sua vez mascaram esperanças, talvez sexuais, que dependem de que eu seja precisamente isso. Seu alívio – “você está melhor agora” – mascara sua decepção por perder uma possibilidade tentadora e mascara a maneira pela qual me culpa por não perceber as suas iniciativas. Avanços que, na realidade, não notei durante vários meses, até que ela me contou a história das suas amigas. E a minha própria forma particular de não notar surge a partir de um interjogo complexo de realidades pessoais contraditórias: não querer que ninguém me veja como fraco e necessitado, incluindo meus pacientes; e estar cansado e atraído pela sedução sutil e indireta de Elena me vêm rapidamente à mente.

E é claro que nada do que eu disse até agora toca a história da minha paciente. Ela tem, de fato, uma enorme experiência estando perto de pessoas doentes, algumas das quais melhoraram e outras não. A algumas dessas pessoas ela desejava, a algumas queria salvar desesperadamente, e a outras desejava a morte. Algumas delas receberam bem o seu desejo e lhe demandaram os seus cuidados, outras foram indiferentes ou hostis a respeito. A sua história se cruza com a minha de maneiras sutis e complexas; eu tenho as minhas próprias ideias sobre o interjogo entre a necessidade, o ódio e o erotismo.

Tudo isso e, claro, muito mais aparece condensado na observação de Elena de que algo está errado e nos seus comentários posteriores de que estou melhor. Isso me faz notar a trama indissolúvel de realidades em conflito em tudo o que acontece entre nós e nossos analisandos, e que gera problemas tanto clínicos quanto teóricos.

Vou me ocupar do problema teórico primeiro, começando com um olhar mais amplo sobre alguns dos assuntos em jogo. Os acontecimentos que descrevi ocorrem interiormente e tomam seu significado do que se costumava chamar (pelo menos dentro da psicanálise americana) de situação analítica; à qual, no entanto (tomando emprestado dos Baranger), se alude cada vez mais como “campo analítico”. O campo se cria quando o analista e o analisando se encontram sob as condições prescritas pelo contrato psicanalítico. Nesse encontro não há nada que seja ou possa ser visível exceto o campo, seja para os dois participantes ou para um observador externo. Qualquer acontecimento que se descreve é, por definição, um acontecimento dentro do campo.

Da perspectiva do tema do nosso Congresso, o campo é onde se encontram a ficção e a realidade. Mas considerem a maneira em que descrevi o que aconteceu entre Elena e eu. Evitei de propósito caracterizar qualquer aspecto disso como uma “ficção”. Por outro lado, notei as realidades da minha doença e recuperação, que adquirem significações que são pessoais para ela no contexto da sua transferência, motivadas pela sua história, pelo seu desejo e pelos seus medos. E também existe a minha transferência, com que me refiro a

algo que inclui, mas que é mais amplo que a minha contratransferência e que também está motivada pela minha história, pelo meu desejo e pelos meus medos.

Onde entra, nesse panorama, a “premissa radical de uma perspectiva antirrealista” de Civitarese? Todos os analistas estariam de acordo com que a transferência impregna tudo o que ocorre no campo, mas é justo referir-se à transferência como uma ficção? A elaboração erótica que Elena faz da minha deficiência e recuperação é de alguma forma menos real do que os medos que desperta a minha doença? É, em qualquer aspecto, menos real do que a deficiência e a recuperação em si mesmas? E a minha experiência pessoal do que significa estar doente e depois melhor –uma experiência que impregna a minha vida e que adquire significados específicos e idiossincráticos tanto no contexto da minha relação com Elena quanto no contexto de todas as minhas relações, as clínicas e as demais– é menos real que a inibição do humor que ela corretamente notou?

A transferência, vista por essa perspectiva, é tão real quanto a minha cirurgia e tão real quanto a história de Elena de ter cuidado e desejado o seu irmão psicótico. A história psicanalítica endossa essa perspectiva. Lembrem que, na cabeça de muitos, a psicanálise começou quando Freud abandonou a hipótese da sedução e substituiu a centralidade etiológica da realidade material pela força irrefreável da realidade psíquica. Desde as fantasias infantis que criam objetos precoces a partir dos nossos desejos e medos até a relação terapêutica onde o poder inexorável da transferência se impõe sobre as intenções e também sobre o sentido do self do analista, a realidade psíquica é tudo o que precisamos ver. É tudo o que podemos ver.

Mas a realidade psíquica continua sendo realidade. Ao dizer isso quero dizer que as fantasias infantis e as tendências transferenciais existem fora do contexto em que são descobertas. Isso é destacado pela crença que Freud manteve até o fim da sua vida, de que a análise exitosa depende do preenchimento certo dos vazios na memória autobiográfica. As ficções criadas pela transferência e contratransferência são, em última instância, somente uma realidade de outro tipo. Percebemos isso diariamente, quando nos damos conta de que existem atuações que se apoderaram das versões “autorizadas” do que acontece no espaço analítico; as violações declaradas dos limites só são o exemplo mais extremo da maneira em que uma realidade pode ser consumida por outra.

No entanto, nem tudo pode ser realidade, pelo menos não da maneira em que a realidade comum nos seduz e nos constrange. Até as realidades da história pessoal, o desejo e a fantasia deixam muito pouco espaço para as formas criativas pelas quais elas se expressam, de maneira única e de novo, em cada nova relação. A perspectiva radical antirrealista é essencial no nosso projeto psicanalítico porque nos força a reconhecer que inventamos os mundos nos quais habitamos.

Onde entra a ficção, então, nesse panorama? Eu sugeriria que a ficção jaz no mesmo conceito de campo e nas maneiras em que os acontecimentos de uma análise são conceituados por aqueles que se consideram teóricos do campo. Para dizê-lo de outro modo, o campo é o que chamarei de uma “ficção determinante” que gera uma descrição narrativa particular dos acontecimentos que ocorrem dentro da situação psicanalítica. Nada dentro da situação psicanalítica pode ser entendido –pode ser visto, na verdade– na ausência de alguma ficção determinante. Freud (1914/1957) sugeriu isso quando definiu a psicanálise como uma investigação guiada pelas premissas da transferência e da resistência. Com isso não quis dizer simplesmente que era necessário adotar essas premissas para a condução de um tratamento psicanalítico. O que dava a entender, de forma mais profunda, é que só um observador trabalhando com esses conceitos poderia diferenciar uma sessão psicanalítica de uma conversa comum, embora peculiar. E é evidente que qualquer descrição psicanalítica de tal conversa estaria baseada na compreensão do observador dos trabalhos de transferência e resistência.

Entre outras de suas funções, a ficção determinante é um mapa que define os elementos da situação psicanalítica. É um lugar comum, ainda que passe facilmente despercebido, dizer que o mapa não é o território. O mapa de um território dado pode ser traçado de diversas formas, dependendo dos objetivos de quem faz o mapa. Dentro da psicanálise não precisamos buscar além dos diversos modelos de Freud sobre a mente para um exemplo. O modelo topográfico de 1900 e o modelo estrutural tripartite de 1923 não se parecem em nada; cada um foi designado para definir os elementos da mente expostos para entrar em conflito, causando sintomas neuróticos. Apesar de ser incomensuráveis, pelo menos na mente de muitos analistas, cada modelo ainda tem adeptos; cada um deles guia a prática de alguns clínicos.

Seria difícil dizer, especialmente considerando o estado atual do nosso conhecimento, que um ou outro modelo representa a “realidade” de maneira mais precisa. É provável, no entanto, que ambos sirvam para guiar a viagem analítica que os seus adeptos pretendem realizar, da mesma forma, é claro, que outros modelos (Greenberg, 1991). Permitam-me adicionar, a título de digressão, que o que eu falo é verdadeiro para todos os mapas. Até bem entrado o século XX as marinhas de muitos países se apoiavam no modelo ptolomaico do universo para guiar a navegação (Wilford, 1981). Aqui a “ficção determinante” demonstrou a sua utilidade porque os cálculos envolvidos eram mais simples que aqueles baseados no modelo copernicano, e os resultados eram igualmente efetivos. É claro que outros dados confirmam a validade do sistema copernicano, mas esses dados não são e não podem ser percebidos pelos observadores interessados única ou principalmente em mover os seus barcos de um lugar a outro.

relação entre a realidade e a ficção que não seja em si mesma fictícia. Ao dizer isso, não estou me afastando demais da sábia máxima dos Baranger (1962/2008): “*It is essential for the analytic procedure that each thing or event in the field be at the same time something else*”⁷ (p. 799). Mas eu ampliaria a ideia: o que os Baranger descrevem como o campo é em si mesmo e ao mesmo tempo outra coisa, e também o é o casal analítico.

É claro que dizer isso é provocador; a maioria dos teóricos estão mais confortáveis referindo-se ao campo como uma metáfora; essa é a formulação de Beatriz de Leon de Bernardi (2013) e de Giuseppe Civitaresse e Antonio Ferro (2013). Sem abordar profundamente a relação entre ficção e metáfora, é justo dizer que ambas, metáforas e ficções, atribuem suas características a um objeto ou situação que o objeto ou situação não possui literalmente. Uma metáfora, tal como expressou o filósofo Donald Davidson (1978/1981), “*calls something to our attention*”⁸ (p. 218). Surpreendentemente, Davidson faz uma analogia entre a função da metáfora e a função do sonho; apesar de não serem literalmente verdadeiros, ambos têm a capacidade de “*make us appreciate some fact*”⁹ (p. 217). No entanto, continua, o que chama a atenção de qualquer pessoa está predeterminado pela própria metáfora, assim como os significados de um sonho estão predeterminados por seu conteúdo ostensivo: “*In fact*”, escreve Davidson, “*there is no limit to what a metaphor calls to our attention*”¹⁰, e o que vemos está também moldado pelas nossas sensibilidades e pela nossa experiência (p. 218).

Devido ao fato de que as implicações de uma metáfora dependem dos compromissos, das inclinações e dos interesses daqueles que estejam expostos a ela e daqueles que poderiam ter propensão a usá-la, penso que uma palavra mais “dura” como ficção é mais apropriada para o discurso psicanalítico. Nas nossas conversas, formulações que começam como metáforas evocativas se transformam –normalmente apenas com base no uso reiterado– em fatos incontestáveis. Tipicamente o deslize não é percebido. Deixem-me citar dois exemplos disso: para Madeleine Baranger (2005) “*the analytic situation does not correspond to a psychology of the individual*”¹¹ (p. 62) [a ênfase é minha]; e para Civitaresse e Ferro (2013), “*the individual’s proto-mental system... cannot... be studied in isolation [from the proto-mental system of the group]*”¹² (p. 124) [ênfase minha]. Ambos os casos são apresentados como realidades

7. “É essencial para o procedimento analítico que cada coisa ou acontecimento no campo seja ao mesmo tempo outra coisa”.

8. “Traz algo à nossa atenção”.

9. “Fazer-nos perceber algum fato”.

10. “De fato”, escreve Davidson, “não existe limite a respeito do que uma metáfora chama à nossa atenção”.

11. “A situação analítica não corresponde a uma psicologia do indivíduo”.

12. “O sistema protomental do indivíduo... não pode... ser estudado de forma isolada [do sistema protomental do grupo]”.

categoricas; nenhum está precedido –como sugiro que deveria ser– pela expressão “sob a narrativa derivada da ficção determinante do campo...”.

Por que isso tem importância? A resposta está implícita na ideia de Davidson de que a função da metáfora é trazer algo à nossa atenção, e que o que é trazido à nossa atenção pela metáfora está predefinido pela própria metáfora. Se levarmos isso em consideração, somos conscientes de que qualquer coisa que dirige a nossa atenção para algo deve necessariamente afastar a nossa atenção de alguma outra coisa. Algo sempre se ganha quando trabalhamos com metáforas geradoras, e algo sempre se perde, o que é muito diferente do que acontece quando trabalhamos com fatos incontestáveis.

Considerem uma situação que frequentemente se dá e que é vital em qualquer análise. Trabalhando com uma versão radical da teoria do campo derivada do modelo dos Baranger, Guiseppe Civitarese (2005) descreve uma paciente que, uma semana antes das férias de verão, anuncia que seu pai decidiu repentinamente se separar da sua mãe. Pede a ele que a aconselhe sobre como ajudar a sua mãe, deixando o analista com a sensação de estar “encurralado” (Civitarese, 2005, p. 1310). Por sua vez, Civitarese afirma, “*I choose to focus on the characters of the session and try to reply simply, saying that it is a very sad situation, that perhaps her mother is the one who is suffering most now, that I would ask myself how I could help her mother*”¹³ (p. 1310) [ênfase incorporada]. Ele vê o que diz à paciente como uma interpretação “*narrative, unsaturated*”¹⁴ (p. 1312).

O crucial aqui é a ideia de que o comentário do analista centra-se nos “personagens da sessão”, um produto do campo dinâmico. Essa premissa lhe permite acreditar que sua intervenção é uma interpretação no e do campo, ainda que uma interpretação não saturada. Essa forma de compreender as coisas é possível apenas se trabalharmos com a ficção determinante do campo, de acordo com a conceitualização de Civitarese. Os analistas que trabalham com um modelo interativo –que assume um encontro entre dois indivíduos que respondem cada um a seus desejos, medos, objetos internos e assim sucessivamente– provavelmente veriam as coisas de uma forma bastante diferente. Um analista que não acreditasse que tudo o que acontece na hora da análise possa ser entendido como um personagem dentro de um campo poderia não considerar a intervenção como uma interpretação em absoluto.

Muitas alternativas me vêm de repente à mente: a intervenção de Civitarese poderia ser entendida como uma retirada em direção à oferta de apoio ou conselho, que surge da reação culpada do analista diante da acusação enérgica, embora indireta da paciente por aban-

13. “Escolho me focar nos personagens da sessão e tento responder com simplicidade, dizendo que é uma situação muito triste e que talvez a sua mãe seja quem mais está sofrendo neste momento, que eu me perguntaria como poderia ajudar a sua mãe.”

14. “Narrativa, não saturada.”

doná-la; poderia ver-se como a retenção de uma interpretação por parte do analista numa tentativa de escapar do sentimento de estar “encurrado”; talvez reflita a angústia do analista de que confrontar a paciente com as realidades do momento presente a levará a abandoná-lo. Espero que fique claro em relação ao que eu digo que não estou assumindo que alguma maneira de entender a dinâmica desse intercâmbio seja mais “correta” que outra, nem disponho de nenhuma informação que me levaria a pensar que uma intervenção é mais efetiva do ponto de vista analítico ou terapêutico (isso é, claro, virtualmente verdadeiro a respeito de qualquer vinheta clínica).

Antes, a ideia na qual insisto é que nenhum acontecimento em nenhuma análise pode ser entendido ou avaliado sem levar em consideração a ficção determinante que guia o entendimento do analista. No enquadre clínico a ficção determinante pode ser consciente ou inconsciente; e em muitos embora não em todos os casos, os analistas trabalham com empréstimos implícitos de diversos pontos de vista (Sandler, 1983). Fazer teoria, ao contrário, requer que os pressupostos que caracterizam a ficção determinante sejam formulados explicitamente. Essas formulações tendem a ser coesas, de forma que inevitavelmente são reduzidas. Como resultado, cada ficção determinante ilumina certas realidades enquanto oculta outras.

Uma forma de aprofundar nossa apreciação disso é comparar as ficções que se usam em diferentes tradições analíticas. De forma interessante, apesar do uso frequente de metáforas por parte de Freud, numa passagem importante implicitamente recomenda precaução ao fazê-lo. Em “Observações sobre o amor transferencial”, ele lembra aos analistas de que o caminho a ser seguido “*is one for which there is no model in real life*”¹⁶ (Freud, 1915/1958, p. 166), sugerindo assim que a busca de analogias fora do consultório provavelmente se demonstre enganosa. Mas como é difícil conceituar fenômenos que são puramente *sui generis*, com frequência invoca ficções geradoras, poéticas, com a intenção de captar o que acontecia na situação psicanalítica. Os Baranger notam três que são especialmente relevantes para a minha questão – a metáfora arqueológica, a metáfora da partida de xadrez, a metáfora do campo de batalha (Baranger et al., 1983, p. 72).

Os Baranger nos lembram de que a metáfora arqueológica – certamente a versão mais sólida de Freud do que depois foi caracterizado como uma psicologia “de uma pessoa” – por si só não abarca adequadamente a totalidade da situação psicanalítica tal como ele a entendia. Eles assinalam que Freud se apoiava igualmente na metáfora da análise como jogo de xadrez, que nos alerta sobre a participação de dois jogadores, e portanto sobre uma psicologia “de duas pessoas”. A metáfora do campo de batalha evoca sensibilidades similares. Pensar em termos de um jogo de xadrez destaca

15. “[É] um para o qual não existe modelo na vida real” (Freud, 1915/1958). Puntualizaciones sobre el amor de transferencia [Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis III]. O.C. 12:160-176. Bs. As: Amorrortu.

o que tenho em mente quando me refiro a uma ficção, porque a localização das peças sobre o tabuleiro e o efeito de qualquer movimento realizado têm sentido apenas no contexto das regras artificialmente construídas do jogo e das intenções dos jogadores envolvidos nele. Qualquer mudança nas regras do jogo ou qualquer mudança nos estados mentais de qualquer dos jogadores requererá que ajustemos a compreensão de tudo o que vemos.

Tendo em mente essas considerações, agora abordarei os problemas clínicos que se geram pelo interjogo entre ficção e realidade dentro da ficção determinante do campo analítico. Nós psicanalistas, apesar de nos arrogarmos o contrário, nos parecemos mais aos navegantes do que aos cientistas, que –idealmente, pelo menos– são imparciais diante do resultado das suas pesquisas. Dito de uma forma um pouco diferente, nossa responsabilidade como psicanalistas difere significativamente da responsabilidade dos cientistas. Introduzo o termo “responsabilidade” deliberadamente; refere-se ambigualmente a nosso compromisso com um método terapêutico no qual fomos treinados e no qual acreditamos profundamente, e à preocupação humana pelo bem-estar dos nossos analisandos.

Um aspecto de nossa responsabilidade especialmente relevante para o nosso tema é a responsabilidade de falar, e aquilo a respeito do que escolhemos falar será uma seleção de um vasto menu de possibilidades. A escolha daquilo sobre o que falar (e é claro que incluo aqui a opção de não falar sobre algo em particular, ou não falar em absoluto) é infinitamente complexa; sempre está determinada por nossa sensibilidade, conhecimentos, julgamentos, desejos e ansiedades.

Em qualquer relação, nossa responsabilidade é falar a uma realidade sobre a qual há um acordo consensual, embora com frequência seja um acordo tácito. Com frequência esse acordo tácito implica deixar de lado outras realidades que são aparentes para todos os participantes. Um exemplo simples pode ser que fora de um enquadre clínico tendemos a não falar com as pessoas sobre as suas motivações ou as suas transferências; fazê-lo seria considerado intrusivo e desrespeitoso, com toda a razão. Se um amigo chega atrasado a um almoço e culpa o trânsito, vamos expressar empatia, e não interpretar. Mas, se um analisando chega atrasado e põe a culpa no trânsito, nossa responsabilidade está em outro lugar, apesar do fato de que as realidades –tanto logísticas quanto psíquicas– podem ser as mesmas em ambos os casos. A realidade é o terreno, o que dizemos reflete o mapa que escolhemos usar como guia. Dentro da situação psicanalítica, apesar do nosso compromisso de dizer a verdade, sempre temos presente a necessidade de ter tato; e em qualquer hipótese, é simplesmente impossível abordar todas as verdades relevantes em um momento dado. Posto que devemos falar a verdade, mas não podemos falar todas as verdades ao mesmo tempo, sempre enfrentamos a necessidade de escolher. Os momentos que descrevi com Elena, e aos quais retornarei em breve, ilustram isso de maneira poderosa.

Então, como entendemos, formulamos e implementamos nossas responsabilidades dentro da situação psicanalítica? Na mistura de realidades e ficções sobrepujantes que conformam cada momento clínico, como decidimos o que dizer? Ou para dizê-lo de outra forma, como localizamos e abordamos o “ponto de urgência” ao qual tantos analistas acreditam que devemos falar? Eu sugeriria que as formas pelas quais compreendemos nossa responsabilidade e as escolhas clínicas que realizamos são conformadas de maneira decisiva pela ficção determinante que estabelece nossa compreensão da situação psicanalítica e seu processo.

Uma razão importante pela qual é difícil reconhecer que nossos modelos da situação psicanalítica são fictícios –ou metafóricos, se preferirem, embora eu pense que a palavra mais forte é mais potente– é que as responsabilidades que esses modelos prescrevem são terrivelmente reais. E aqui, novamente, tenho em mente a realidade material e a psíquica –a realidade material do nosso compromisso com o bem-estar dos nossos analisandos e a realidade psíquica dos nossos compromissos carregados de modo transferencial para com as pessoas e as instituições que contribuíram para o nosso desenvolvimento como psicanalistas. Um dos desafios da nossa profissão é que temos que aceitar um fato problemático da vida psicanalítica: a única forma de podermos satisfazer as necessidades urgentes é através da implementação de um método que está ancorado em modelos evocativos, mas que não podem ser verificados.

Considerem os tipos de responsabilidade que impõe a teoria do campo dos Baranger. Duas delas me vêm rápido à mente: primeiro, o analista deve manter uma versão altamente específica e inelástica do enquadre analítico. Como expressou José Bleger (1967), “*a process can only be examined when the same constants (frame) are being kept up*”¹⁶ (p. 511); veja-se também Baranger et al. (1983). A inelasticidade do enquadre está implícita na metáfora do campo, da mesma maneira que o campo de jogo em uma competição atlética está definido pelas linhas que determinam o que fica fora dos limites. Eu adicionaria, a título de digressão, que esse olhar do enquadre diferencia a teoria do campo da América Latina das aproximações intersubjetivas da América do Norte. A flexibilidade do enquadre tem uma longa história no pensamento norte-americano (Gabbard, 2007; Gill, 1984, 1991; Stern et al., 1998) e é claro que supõe responsabilidades muito diferentes na condução de uma análise. É justo dizer que muitos, para não dizer a maioria, dos analistas norte-americanos não veem o mesmo tipo de relação entre enquadre e processo que assumem os colegas que trabalham em outras partes do mundo.

A segunda responsabilidade que tenho em mente é a obrigação de aplicar o que os Baranger denominam um “segundo olhar” sobre os acontecimentos de uma sessão analítica. A teoria do campo obriga

16. “Um processo só pode ser examinado quando se mantém as mesmas constantes (enquadre)”.

o analista a aplicar um segundo olhar porque os bloqueios no processo analítico são causados –invariavelmente– por uma “*pathological structuring of the field*”¹⁷ que só pode ser vista quando o analista observa o que aconteceu, presumivelmente de forma algo imparcial, depois da sessão (Baranger et al., 1983).

Como houve relativamente pouca discussão na nossa literatura sobre o que denomino as diversas “ficções determinantes” com as quais trabalhamos, não foi realizado um estudo comparativo sobre as responsabilidades do analista que implicam os diferentes modelos. Embora uma consideração completa desse importante assunto esteja fora do alcance deste trabalho, ainda desejo mencionar rapidamente que essas diferenças existem e que de forma decisiva dão forma não só às maneiras de entender a natureza da participação do analista no processo psicanalítico, mas também às escolhas clínicas de qualquer analista. Vou exemplificar isso fazendo um rápido esboço das responsabilidades que acredito serem inerentes às duas abordagens intersubjetivas que se baseiam em ficções determinantes diferentes das que caracterizam a teoria do campo latino-americana.

Para os analistas kleinianos/bionianos contemporâneos (considero que a sua abordagem é intersubjetiva no sentido de que as identificações projetivas do analisando afetam necessariamente os pensamentos e sentimentos do analista) a responsabilidade primordial do analista é a contenção. A contenção como responsabilidade deriva da premissa de que o movimento da posição esquizoparanoide à depressiva, e desse modo a capacidade de simbolizar e estabelecer relações de objetos estáveis, depende da habilidade da mãe de receber e desintoxicar as identificações projetivas do bebê. Só quando o intollerável se torna tolerável pela intervenção do outro, o pensamento se faz possível; e a incapacidade de pensar é considerada como a causa de grande parte da psicopatologia, senão de toda.

Essa hipótese etiológica traduz-se diretamente à situação clínica, definindo a responsabilidade do analista. O analista deve receber o que é projetado, mas um processo analítico bem-sucedido depende de que ele não atue. Eu sugeriria que esse tipo de contenção pura, embora possa ser uma espécie de ideal ao qual o analista aspira, é impossível quando a situação psicanalítica é vista através da lente da teoria do campo. A lógica de uma “metapsicologia do casal” implica que as perturbações que têm origem em qualquer lugar dentro do campo irão reverberar em todo o seu interior.

Apesar disso, os próprios Baranger tendiam a ser cautelosos a respeito desse ponto; em geral consideravam a contratransferência “*less intense and more instrumental*”¹⁸ que a transferência (Baranger et al., 1983, p. 70), uma fórmula que coincide com o sentido da contenção. No entanto, outras pessoas que trabalham dentro da tradição latino-americana desenvolveram a lógica da teoria do campo de

17. “Estruturação patológica do campo”.

maneira diferente, destacando a responsabilidade do analista de participar dentro do campo mais do que simplesmente funcionar como continente. Precocemente, Heinrich Racker sugeriu o que a meu ver parece ser uma visão intersubjetiva mais participativa, que o coloca sutilmente em desacordo com os Baranger. O famoso epigrama de Racker (1957), “*the myth of the analytic situation is that analysis is an interaction between a sick person and a healthy one*”¹⁹ (p. 308), capta a ideia com força. E, recentemente, Roosevelt Cassorla, no que poderia se considerar uma integração das perspectivas dos Baranger e de Racker, defendeu a ideia de que os *enactments* crônicos são inevitáveis e que os *enactments* agudos podem ser curativos, desde que sejam submetidos a um segundo olhar (2001, 2012, 2013). Para Cassorla –que toma um aspecto essencial da teoria do campo que era relativamente ignorado pelos Baranger– a falha do analista na contenção constitui um aspecto essencial do processo analítico, e não o seu fracasso. Aplicando a ideia do segundo olhar a essa maneira de compreender os fatos dentro do campo, a responsabilidade do analista é examinar, mais do que evitar os *enactments*.

Na América do Norte os primeiros modelos intersubjetivos foram desenvolvidos dentro da psicanálise interpessoal. Em um ramo da tradição interpessoal, aquela desenvolvida por Erich Fromm e seus seguidores, a ficção determinante que deu forma às conceituações da situação psicanalítica é a de que se trata de um encontro entre dois adultos, que inevitavelmente trazem a ele versões completas de suas personalidades. E dado que a falsidade –aquilo que Edgar Levenson (1983) denominou “mistificação”– é o que causa doença, a honestidade é a cura. Desse modo, a responsabilidade do analista é trazer o seu próprio self à relação; espontaneidade e autenticidade – não a contenção e com frequência nem sequer o tato– é do que o analisando precisa. A abertura norte-americana em direção à autor-revelação como uma intervenção analítica legítima começou com essa tradição, embora continue a haver uma ampla gama de opiniões diferentes entre os analistas interpessoais a respeito da sua eficácia.

Discussão clínica

Com essas ideias em mente, permitam-me voltar à minha experiência com Elena. A minha cirurgia, os calmantes e a minha abstinência deles, a minha deterioração e as minhas dificuldades para reconhecer isso tudo contribuem para o que acontece entre nós. Manifesta-se nas expressões faciais, nos tons de voz, no ritmo da minha fala e assim sucessivamente, mas o mais importante é que afeta os meus estados de espírito conscientes e inconscientes. A história da minha paciente, seu desejo, seu medo da intimidade, sua típica sensibilidade e atenção aos detalhes, sua reticência igualmente

18. “Menos intensa e mais instrumental”.

19. “O mito da situação analítica é que a análise é uma interação entre uma pessoa doente e uma saudável”.

típica a se mostrar, e muito mais, conformam e são conformados pela situação tal como se desenvolveu entre nós. Nossa história juntos também é uma força poderosa: um dos muitos elementos possíveis dessa história que eu destacaria é o erotismo fugazmente vislumbrado e depois –como as suas percepções ao entrar no consultório– rapidamente negado. E também estão, é claro, o contrato analítico e o enquadre terapêutico, que impõem a demanda de que todas essas realidades físicas e emocionais na verdade comuns sejam administradas de acordo com as minhas responsabilidades clínicas tal como as entendo.

A maneira em que estruturei essa descrição já indica que trabalho dentro de um paradigma radicalmente intersubjetivo. Ou seja, incluí o que sei dos meus próprios pensamentos, sentimentos e ações, junto com os de Elena, como forças que conformam o que ocorre entre nós; mesmo dizer “entre nós” revela a minha perspectiva. Quero adicionar rapidamente que existem maneiras de pensar a situação que não são intersubjetivas: poderíamos dizer simplesmente que Elena percebeu a minha deterioração e depois a minha recuperação, e que os elaborou de acordo com a sua própria história de temores e desejos conflitivos. Inclusive um conceito tão amplamente usado como o de intersubjetividade é, suponho, seu próprio tipo de ficção determinante.

Mas o propósito do meu trabalho tem um foco mais específico: interessa-me explorar o que implica trabalhar com a ficção determinante do campo em contraste com outras ficções igualmente intersubjetivas, porém mais interativas. Permitam-me imaginar, então, como poderia falar, sobre o que acontece, um teórico do campo. Enfatizando a transformação dentro do campo e pelo campo, de qualquer coisa que pudesse ter origem fora dele –a cirurgia e a tendência de Elena a erotizar a debilidade, por exemplo–, minha doença tal como é experimentada por nós dois na análise seria vista como uma neocriação do casal analítico. É o que Ferro com frequência designa como um “personagem”, um tipo de metáfora que atrai a nossa atenção em direção a algo que ocorre dentro do campo (Ferro, 1992). É justo dizer que, no que se refere à análise, não se trata tanto de que a minha doença dá forma ao campo, e sim de que o campo dá forma à minha doença. Certamente a minha doença, tal como se joga entre Elena e eu, não é o que seria com qualquer outro paciente, e o romance de Elena com a doença não é o que seria com qualquer outro analista.

De forma que a doença e talvez o silêncio a respeito dela sejam um sintoma de Elena e de mim como casal; podemos considerá-lo como uma metáfora da sexualidade efemeramente sentida, mas em última instância resistida. O comentário de Elena sobre a perda do humor que havíamos compartilhado evoca o seu sentimento de haver sido seduzida e abandonada. A minha dependência dos calmantes e a minha posterior abstinência representam ao mesmo tempo a tentação de Elena e os perigos de sucumbir a ela. A negação comparti-

lhada do erotismo dificulta a manutenção da vitalidade da análise. A minha responsabilidade, a partir dessa perspectiva, é aplicar um “segundo olhar” sobre a minha participação com Elena de um modo que facilitaria a minha apreciação das formas pelas quais eu contribuí para criar essa doença dentro do campo.

Agora deixem que eu imagine como essa situação poderia parecer a um analista imerso em uma metáfora mais interativa. Não tenho nenhuma específica em mente. Só para poder fazer um contraste imagino uma espécie de híbrido do modelo psicológico interpessoal norte-americano ou da Psicologia do Ego, que pusesse considerável ênfase na importância da realidade externa que está influenciando ambos os participantes. Nesse modelo imagino que o primeiro foco recairia sobre a minha deterioração real e que, de acordo com isso, a minha primeira responsabilidade seria evitar me aliar às tentativas de Elena de evitar ter consciência desse fato. Isso não envolveria necessariamente, quero frisar, nenhum tipo de autorrevelação, mesmo no caso de um analista que não fosse muito exigente a respeito.

Se escolho revelar algo sobre a minha condição ou não, a minha responsabilidade seria encontrar a forma de ajudá-la a compreender aquilo que por ora ela só pode negar. Isso poderia significar dirigir a sua atenção para aquilo que percebeu ou para como, tendo percebido, afasta-se rapidamente com medo. Apenas lhe indicar essa defesa poderia ser um começo; poderia ajudá-la a ver como a sua ansiedade diante da fraqueza –física ou de outra índole– de um outro necessário lhe cria um conflito que deteriora a sua capacidade de perceber o que acontece. A erotização da relação, construída sobre a sua história, é claro, poderia ser perfeitamente parte da estrutura defensiva que desenvolveu para lidar com as necessidades de dependência e os medos das perdas. Ou talvez o jogo provocador de perceber e fugir seja o próprio erotismo. De qualquer forma, a minha responsabilidade é ajudá-la a ver o jogo intrincado entre o desejo, o medo e a defesa, com o qual sempre viveu e que agora está sendo efetivado comigo.

E dentro dos termos desse tipo de modelo interativo também é minha responsabilidade reconhecer que é provável que os meus conflitos tornem difícil para mim me envolver ou até reconhecer plenamente os conflitos dela. Talvez o fato de “mudar de assunto” depois de mencionar que alguma coisa não está bem me alivie pela ansiedade que desencadeia o seu tipo particular de intimidade, ou talvez porque a minha própria história me conduz a aceitar o seu convite a me unir à sua frustrante dança sedutora. Qualquer que seja a conclusão à qual eu pudesse chegar, quero destacar que a ficção determinante que gera essa narrativa é tão radicalmente intersubjetiva quanto a ficção determinante do campo, embora as especificidades subsequentes sejam, é claro, drasticamente diferentes. Mais interessante que qualquer especificidade, no entanto, é que a responsabilidade do analista sob o vaivém de cada ficção é igualmente diferente.

O que mais chama a atenção nessas imaginações é que as duas formulações dinâmicas que sugeri são verdadeiras, embora por serem incomensuráveis não possam ser ambas verdadeiras. Exceto que, é claro, tudo na situação psicanalítica seja ao mesmo tempo outra coisa; o que temo e espero que capture algo vital sobre a relação entre a realidade e a ficção na mente do psicanalista.

Conclusão

Gostaria de concluir apontando um intrigante paralelo entre as maneiras pelas quais podemos conceituar os encontros entre duas pessoas dentro da situação psicanalítica e as maneiras em que podemos pensar os encontros entre diferentes abordagens teóricas. As abordagens teóricas do campo às quais me referi –aquelas nas quais os Baranger, seguindo Merleau-Ponty, foram pioneiros e que foram desenvolvidas por Ferro, Civitarese, Cassorla, Ogden e outros– destacam a emergência do casal na situação analítica. Ou seja, emerge uma neoformação dentro do campo, que fora dele não tem existência, e cuja natureza não poderia ter sido prognosticada antes do estabelecimento do campo.

Às vezes a teoria se desenvolve de maneira similar. O encontro entre dois pontos de vista conduz a uma integração que transcende o que veio antes, criando um todo que difere da soma das suas partes. O princípio da realidade de Freud surgiu do encontro entre a sua teoria da libido e a insistência de Adler na força dinâmica das realidades das relações interpessoais. O princípio da realidade –guardião do princípio do prazer e portanto em si mesmo uma criatura dos trabalhos da libido– não é nem anterior ao Freud de 1911 nem anterior ao Adler de 1911; é uma nova estrutura conceitual criada dentro do campo teórico que constituía a psicanálise a princípios do século XX. Existem muitos outros exemplos na nossa história, é claro, esse tipo de acomodação representa uma das formas pelas quais a teoria psicanalítica evoluiu.

Mas não é a única forma. Às vezes, talvez porque as próprias teorias são radicalmente incomensuráveis ou talvez porque em um dado momento existam compromissos institucionais e políticos particularmente poderosos, as teorias alternativas destinam-se a se contradizer e desafiar umas às outras. Assim, por exemplo, a teoria do sono de Bion desafia a de Freud, a teoria relacional norte-americana desafia a Psicologia do Ego, a teoria do campo dos Baranger desafia os modelos intersubjetivos arraigados na interação dos indivíduos. E, é claro, vice-versa em todos os casos. A respeito da prática clínica, na América do Norte no final do século passado a teoria da Psicologia do Ego de Kohut desafiou as técnicas preferidas por uma série de outras abordagens (ver Bernardi, 2011, para uma discussão interessante sobre o impacto das ideias de Kohut em sua própria prática). Nesse modelo de mudança não se chega a nenhuma acomodação, nada novo é criado, mas pontos de vista díspares são apresentados para se interrogar mutuamente nas mentes de todos os analistas em atividade.

No enquadre clínico as metáforas tomadas da teoria do campo nos recordam que no consultório estamos sempre na presença de algo novo, algo que transcende a individualidade de ambos os participantes. Ao mesmo tempo, as metáforas ancoradas em uma versão interativa nos recordam que há sempre uma alteridade que opõe resistência à acomodação e à transformação em algo novo (Berenstein); nesse modelo o processo analítico envolve sempre a interrogação de uma mente pela outra.

Quando podemos sustentar as duas visões apesar das contradições evidentes entre elas, criamos um desequilíbrio gerador que nos recorda que temos o privilégio e o peso de trabalhar em uma disciplina na qual “tudo deve ser ao mesmo tempo outra coisa”.

Resumo

Neste trabalho o autor defende a ideia de que o conceito de campo dinâmico, o campo, tal como é desenvolvido pelos Baranger e elaborado pelos seus seguidores na América Latina e em outras comunidades não anglófonas, pode ser pensado de forma útil como uma ficção. Visto desse modo, o campo é uma estrutura narrativa que dá forma à compreensão da situação psicanalítica. Como com qualquer narrativa, alguns dos elementos da situação que tenta descrever são revelados enquanto outros permanecem ocultos. Essa incursão na psicanálise comparativa é ilustrada por material da sua prática clínica.

Palavras-chave: *Metáfora, Intersubjetividade, Contratransferência.*
Candidatos a palavra-chave: *Teoria do campo, Psicanálise comparativa.*

Abstract

In this paper the author argues that the concept of the dynamic field, el campo, as developed by the Barangers and elaborated by their followers in Latin America and other non-Anglophone communities can usefully be thought of as a fiction. Viewed this way, the field is a narrative structure that shapes the understanding of the psychoanalytic situation. As with any narrative, some elements of the situation it is meant to describe are revealed while others are concealed. This venture into comparative psychoanalysis is illustrated by material from his clinical practice.

Keywords: *Metaphor, Intersubjectivity, Countertransference.*
Candidate to keywords: *Field theory, Comparative psychoanalysis.*

Referências

- Baranger, M. (2005). Field theory. In S. Lewkowicz & S. Flechner (Eds.), *Truth, reality, and the psychoanalyst: Latin American contributions to psychoanalysis* (pp. 49-71). London: International Psychoanalytical Association.
- Baranger, M. & Baranger, W. (2008). The analytic situation as a dynamic field. *The International Journal of Psychoanalysis*, 89(4), 795-826. (Trabalho original publicado em 1962)
- Baranger, M., Baranger, W. & Mom, J. (1983). Process and non-process in analytic work. In L. Glocer Fiorini (Ed.), *The work of confluence: Listening and interpreting in the psychoanalytic field* (pp. 63-88). London: Karnac.
- Bernardi, R. (2011). The challenge to and of the “outsider”: The reception of Kohut’s ideas by an analyst trained in a different tradition. *Psychoanalytic Inquiry*, 31(5), 448-461.
- Bleger, J. (1967). Psycho-analysis of the psycho-analytic frame. *The International Journal of Psychoanalysis*, 48, 511-519.
- Boesky, D. (1990). The psychoanalytic process and its components. *The Psychoanalytic Quarterly*, 59, 550-584.
- Cassorla, R. (2001). Acute enactments as a “resource” in disclosing a collusion between the analytic dyad. *The International Journal of Psychoanalysis*, 82(6), 1155-1170.
- Cassorla, R. (2005). From bastion to enactment: The “non-dream” in the theater of analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86(3), 699-719.
- Cassorla, R. (2012). What happens before and after acute enactments? An exercise in clinical validation and the broadening of hypotheses. *The International Journal of Psychoanalysis*, 93(1), 53-80.
- Cassorla, R. (2013). When the analyst becomes stupid: An attempt to understand enactment using Bion’s theory of thinking. *The Psychoanalytic Quarterly*, 82(2), 323-360.
- Churcher, J. (2008). Some notes on the english translation of the analytic situation as a dynamic field by Willy and Madeleine Baranger. *The International Journal of Psychoanalysis*, 89(4), 785-793.
- Civitarese, G. (2005). Fire at the theater: (Un)reality of/in the transference and interpretation. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86(4), 1299-1316.
- Civitarese, G. (2008). Immersion versus interactivity and analytic field. *The International Journal of Psychoanalysis*, 89(2), 279-298.
- Civitarese, G. & Ferro, A. (2013). Metaphor in analytic field theory. In S. M Katz (Ed.), *Metaphor and fields: Common ground, common language, and the future of psychoanalysis* (pp. 121-142). New York: Routledge.
- Davidson, D. (1981). What metaphors mean. In M. Johnson (Ed.), *Philosophical perspectives on metaphor* (pp. 200-220). Minneapolis: University of Minnesota Press. (Trabalho original publicado em 1978)

- De Leon, B. (2013). Metaphor, analytic field, and spiral process. In S. M. Katz (Ed.), *Metaphor and fields: Common ground, common language, and the future of psychoanalysis* (pp. 182-203). New York: Routledge.
- Ferro, A. (1992). Two authors in search of characters: The relationship, the field, the story. *Rivista di Psicoanalisi*, 38(1), 44-90.
- Freud, S. (1957). On the history of the psychoanalytic movement. In *The standard edition* (Vol. 14, pp. 1-66). London: Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1958). Observations on transference-love (further recommendations on the technique of psycho-analysis III). In *The standard edition* (Vol. 12, pp. 157-171). London: Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1915)
- Gabbard, G. (2007). Flexibility of the frame revisited: Commentary on Tony Bass' "when the frame doesn't fit the picture." *Psychoanalytic Dialogues*, 17(6), 923-929.
- Gill, M. (1984). Psychoanalysis and psychotherapy: A revision. *The International Review of Psycho-Analysis*, 11, 161-179.
- Gill, M. (1991). Psychoanalysis and psychotherapy. *The International Journal of Psychoanalysis*, 72, 164-165.
- Greenberg, J. (1991). *Oedipus and beyond: A clinical theory*. Cambridge: Harvard University Press.
- Levenson, E. (1972). *The fallacy of understanding: An inquiry into the changing structure of psychoanalysis*. New York: Basic Books.
- Levenson, E. (1983). *The ambiguity of change: An inquiry into the nature of psychoanalytic reality*. New York: Basic Books.
- Lewin, B. (1951). *Field theory in social science: Selected theoretical papers*. New York: Harper. (Trabalho original publicado em 1943)
- Merleau-Ponty, M. (2012). *Phenomenology of perception* (D. Landes, Trad.). New York: Routledge. (Trabalho original publicado em 1945)
- Racker, H. (1957). The meanings and uses of countertransference. *The Psychoanalytic Quarterly*, 26, 303-357.
- Sandler, J. (1983). Reflections on some relations between psychoanalytic concepts and psychoanalytic practice. *The International Journal of Psychoanalysis*, 64, 35-45.
- Stern, D. (2013). Field theory in psychoanalysis, part I: Harry Stack Sullivan and Madeleine and Willy Baranger. *Psychoanalytic Dialogues*, 23(5), 487-501. doi: 10.1080/10481885.2013.832607
- Stern, D., Sander, L., Nahum, J., Harrison, A., Lyons-Ruth, K., Morgan, A., Tronick, E. (1998). Non-interpretive mechanisms in psychoanalytic therapy: The "something more" than interpretation. *The International Journal of Psychoanalysis*, 79, 903-921.
- Sullivan, H. S. (1947). The study of psychiatry: Three orienting lectures. *Psychiatry*, 10, 355-371.
- Wilford, J. (1981). *The mapmakers*. New York: Knopf.

Realidades e ficções na prática e na formação psicanalítica

A convocatória para o Congresso da Fepal 2014 trata das *Realidades e ficções na prática e na formação psicanalítica dos nossos dias*. Essa convocatória nos convida a ver com sinceridade nossa realidade atual como psicanalistas e como instituição. Selecionei os aspectos que geralmente estão abertos a uma maior controvérsia.

Primeira parte: Em relação à prática psicanalítica

1. A frequência semanal das sessões

Para nós, os analistas formados nos anos 60 e 70 do século XX, a frequência comum e corrente de sessões era de cinco por semana, de preferência na mesma hora todos os dias e com uma duração de 50 minutos. Essa frequência era confortável, útil e certamente facilitava o desenvolvimento do processo analítico. As cinco sessões semanais em divã permitiam um ritmo diário de trabalho analítico que favorecia a associação livre e a regressão dentro da sessão. Nessa época, nós como candidatos podíamos pagar tranquilamente os honorários profissionais sem que isso representasse um motivo de preocupação. Naquele momento, não existiam as crises econômicas mundiais. Não existia a globalização nem existia a internet. Também não existia a crise da psicanálise. Eram anos em que não havia essas turbulências econômicas que hoje atingem o mundo inteiro. Agora os tempos mudaram e a prática da psicanálise já não é a mesma.

As características da oferta psicanalítica e as variações na prática apareceram de acordo com as novas teorias e as novas realidades urbanas e sociais. Assim, aparecem hoje em dia, rotineiramente, as análises condensadas, análises por telefone e por Skype. Essas novas tecnologias abrem a possibilidade do diálogo analítico à distância. Podem ser usadas ainda dentro de uma mesma megacidade devido ao grave fator trânsito. Por essa mesma razão do trânsito, há analisando que mantêm suas quatro sessões com duas visitas semanais ao analista, fazendo duas sessões em sequência a cada visita. A observação cuidadosa nos diz que muitas coisas mudaram lentamente. Refiro-me não só à necessidade e à capacidade de nos atualizarmos,

* Sociedade Psicanalítica de Caracas.

que nos leva a mudanças na técnica, mas também ao tipo de paciente que chega aos nossos consultórios. Por exemplo: vemos muitos analisandos com sérios problemas de déficit, ou seja, com carências afetivas precoces. Esses analisandos mostram patologias narcisistas sérias, patologias do vazio, núcleos autistas,¹ patologias da solidão, que se manifestam de diversas formas clínicas. Também observamos que a situação social e econômica “seriamente menos favorável” dos analistas e dos candidatos produziu efeitos no interesse pela formação e no número de candidatos em muitos países. O problema do desemprego, as limitações econômicas criadas pela estagnação –inflação com diminuição de renda– começaram a se tornar cada vez mais generalizadas. Todos esses elementos são da ordem do *Real*.² Esses elementos surtem seu efeito no momento de decidir a frequência semanal de sessões e também o uso regular do divã.

Não há dúvida de que o trabalho em alta frequência, de cinco sessões semanais em divã, vai facilitar o trabalho analítico para ambos integrantes da dupla. Mas acontece que, por razões econômicas, essa oferta é simplesmente impossível de ser proposta e implantada. Nem sequer para as análises didáticas, porque os candidatos não têm como pagá-la, mesmo com tarifas especiais reduzidas. Assim vimos que pouco a pouco as cinco sessões foram sendo reduzidas para quatro sessões semanais. Anos depois, a frequência das análises reduziu-se a três sessões semanais. O que necessariamente foi aceito por muitos institutos de psicanálise. De três sessões em diante, chamamos de **alta frequência**. Acontece que na prática privada, onde não intervêm os requerimentos do instituto de psicanálise, são oferecidas e realizadas análises de uma e duas sessões semanais, com sucesso. Os analistas aprenderam a trabalhar com analisandos em **baixa frequência**. Segundo a minha experiência e observação, esses analisandos de baixa frequência são os mais numerosos. Vejo que nessas análises a transferência se desdobra igualmente, a possibilidade de trabalhá-la continua igual, mas na minha opinião a redução da frequência semanal torna o processo analítico mais lento e além disso coloca um limite na possibilidade de fazer regressão intrassessão, tão necessária no acesso ao material inconsciente e na abertura à possibilidade de mudança psíquica. O drama é o seguinte: ou o analista aceita trabalhar em baixa frequência, com as limitações que isso implica, ou o paciente não pode ser atendido.

Antes de terminar esse ponto, tenho que acrescentar mais uma coisa: observei que alguns candidatos sentem-se “incômodos” com o trabalho analítico de alta frequência (cinco vezes por semana). Pa-

1 Proposta de Esther Bick (Londres).

2 Refiro-me ao conceito laciano de O Real: aquilo que não conhecemos e que não está atravessado pelo significante. Aquilo que nos surpreende. Uma vez que O Real se faz presente e nos toca, então se converte n'A Realidade. Sugestão: *Experiencia subjetiva y lógica del otro* de Rómulo Lander (2004b), especialmente o capítulo 12: *Los tres órdenes y la proyección borromea*. Disponível em espanhol por meio de solicitação ao seu autor.

rece até que o analista sofre de um sintoma fóbico à alta frequência. Quando apresento casos meus, em que, por uma justificada razão clínica, atendo o analisando duas vezes por dia, alguns candidatos se surpreendem e começam a questionar essa prática. Isso me faz pensar que existe para eles uma razão desconhecida (resistência) que os impede de usar a alta frequência. Sugiro a presença de um fenômeno de evitação fóbica. Pessoalmente creio ser possível trabalhar com sucesso em baixa frequência, mas também creio ser possível trabalhar com sucesso em alta ou em altíssima frequência.

2. Em relação ao trabalho da transferência

Outro aspecto da prática que mudou diz respeito ao tipo de trabalho feito com a transferência. Há 50 anos era muito comum o trabalho automático transferencial do “*aqui-agora-comigo*” que alguma vez ou muitas vezes não correspondia às associações do analisando. Nesses muitos casos não se justificava uma interpretação transferencial. Esse tipo de interpretação transferencial automática cria um perigo. O perigo consiste em deslizar para uma *banalização do trabalho da transferência*. Felizmente isso mudou. Agora é feito um trabalho seletivo e mais preciso de “*quando e como*” fazer a interpretação transferencial. Não é automática. Pouco a pouco apareceu a diferença clara que existe entre “*interpretar a transferência*” e “*interpretar a partir da transferência*”. Sou daqueles que pensam que “*a interpretação da transferência*” é um instrumento de trabalho poderoso. É poderoso porque se refere a –e mobiliza– *elementos inconscientes pré-verbais* do analisando. São elementos presentes e que ficam evidentes na relação de transferência. Ao indicar esses elementos, produz-se um turbilhão emocional (os afetos) no analisando. Essa mobilização é muito efetiva para abrir o caminho para a *mudança psíquica*.

Gostaria de acrescentar mais um elemento: a relação do analista com o seu analisando tem dois aspectos. Um, aquele que é chamado comumente de contratransferencial, que é uma resposta à transferência do analisando. O outro se refere à própria transferência do analista, que diz respeito aos seus elementos infantis reprimidos, mobilizados pelos significantes oferecidos na associação livre pelo analisando.

3. Em relação à interpretação

A interpretação continua a ser a ferramenta mais importante do analista. No entanto, a “*forma de interpretar*” mudou de maneira significativa. Há 50 anos, o analista revelava ao analisando “*através da interpretação*” o que o analista pensava que estava reprimido na cadeia significativa evidenciada na associação livre ou na conduta do analisando. Hoje em dia isso se faz muito menos. Usa-se mais “*a pergunta analítica*” que, bem formulada, permite ao analisando descobrir, por conta própria, os elementos reprimidos. Esse método é mais efetivo e eficaz. Produz maiores efeitos na mente do analisando.

4. Lugar e posição do analista

A possibilidade de diferenciar claramente o “*lugar da escuta*” e a “*posição do falar*” do analista permitiu definir as características analíticas de cada um desses dois lugares. Por um lado, a *escuta do analista* é privilegiada: é confidencial, livre de juízo de valor e é uma escuta sem memória. Isso vai permitir que apareça a *atenção flutuante* e a *neutralidade* na mente do analista. Por outro lado, quando o analista decide “*falar*”, fará isso para interrogar o inconsciente do analisando. Fará isso para que seja o analisando quem vai descobrir sua verdade reprimida e para que, assim, o analista consiga fazer com que o analisando encontre sua verdade perdida sem que se obture a necessária busca interminável. É preciso que a busca seja reiniciada para novos significantes reprimidos, e assim sucessivamente. Por essa via aparece a *abstinência do analista*, que se expressa na ausência do *desejo do analista*.

5. Em relação aos honorários profissionais

O trabalho da análise gera honorários profissionais e constitui um dos três elementos do *Real*³ na sessão. Devo esclarecer que a lógica do dinheiro é um pouco diferente da lógica dos honorários. Vamos diretamente ao segundo. O analisando tem que pagar algo pela sua análise. Se não o fizer, a análise “não continua” no eixo do tempo. A análise vai parar. Para porque surge uma “resistência intransponível” originada nos sentimentos inconscientes de culpa do analisando. Sentimentos que surgem quando seu analista, mês após mês, atende-o gratuitamente. Por isso é necessário pagar algo pela análise. O direito ao trabalho de análise se adquire através do pagamento de honorários. Agora me proponho a fazer uma colocação sobre a forma como evoluíram *as realidades do pagamento de honorários*:

Penso que a terrível explosão demográfica com o seu preocupante excesso de população teve efeitos daninhos sobre o tecido social e a realidade econômica das nações do mundo, inclusive as latino-americanas. Esse fenômeno populacional tem sua repercussão na prática da psicanálise. Seja qual for o honorário a cobrar, a prática da psicanálise deve permitir ao analista desfrutar de uma vida economicamente estável, digna, respeitável. Aceitamos que ninguém vai ficar rico com essa prática, mas é lógico que o dinheiro produzido de forma honrada e digna permita ao analista pagar os gastos de vida, para si mesmo e para sua família.

Há bastante tempo já não é possível cobrar honorários padrão. Refiro-me a um montante de honorários que seja *igual para todos*. A realidade é que os honorários profissionais agora devem ser adap-

3. Os três elementos do *Real* presentes na sessão são: (a) O *dinheiro que se paga* (variável, que se ajusta e pode ser feito de forma inesperada, algo que surpreende). (b) A duração da sessão (quando esta é variável, é também algo inesperado). (c) A abstinência do analista (que pode ser respeitada ou não pelo analista e portanto inesperada, que surpreende). Lander (2004a), *Grafo de la transferencia*.

tados a cada caso em particular. Para conseguir isso é necessário estabelecer uma diferença clara entre o *valor* da sessão e o *custo* da sessão. O “valor teórico” da sessão é uma cifra determinada pelo custo de vida, em uma cidade, em um momento dado da história. Determinar esse “valor justo”, que ao mesmo tempo é arbitrário, não é tarefa fácil. Ao mesmo tempo o custo da sessão refere-se ao montante que o analisando “pode pagar” em um momento dado. Esse montante se define em um diálogo entre o analista e seu analisando, que podem ou não chegar a um acordo. Determinar o “valor teórico” justo da sessão é uma tarefa importante e muito difícil. Muitos se guiam pelo que outros colegas cobram. Outros estabelecem-no de acordo com o custo de certos bens e serviços na cidade em que vão praticar a análise. Observei que determinar individualmente o “valor exato” da sessão para cada analista levantará vários problemas controversos:

- a) **Para muitos candidatos:** o valor da sua sessão vai estar determinado pelo que cobra o analista didata e o supervisor oficial. Geralmente os candidatos recebem tarifas especiais reduzidas e essa tarifa reduzida será o *padrão de referência* que o candidato vai usar na sua prática. Ou seja, vai ignorar o valor justo da sua sessão e trabalhará desnecessariamente com honorários reduzidos.
- b) **O problema do gênero:** é frequente observar que metade das analistas mulheres estão subvencionadas pelos rendimentos de seus maridos. Assim vemos como podem cobrar honorários muito reduzidos, sem se preocuparem com o montante necessário para manter a família. Pergunto-me se esse fator incide no predomínio atual de mulheres que aspiram à formação. Há 50 anos, dois em cada dez candidatas eram mulheres. Hoje em dia, dois em cada dez candidatos são homens.
- c) **A questão da hierarquia analítica:** alguns analistas pensam que a experiência e a antiguidade profissional têm um efeito no momento de determinar o valor justo da sessão. Nesse ponto a discussão é ampla e se apresentam diversos pontos de vista. Alguns opinam que a sessão tem um *justo valor* independente da experiência do analista. Mas acontece que os analistas mais experientes têm um prestígio que facilita ter analisandos com uma melhor posição econômica. Nesses casos o *valor justo* é igual ao do *custo* da sessão.
- d) **O pagamento através de terceiros:** a figura do terceiro está representada pelo pagamento recebido das companhias de seguros. Na América Latina esses seguros são quase inexistentes. A mesma coisa ocorre com o Ministério da Saúde (o Estado), que não paga por esse tipo de serviços. A figura do terceiro aparece nas análises de crianças e adolescentes, onde são os pais que pagam a análise. Esse fenômeno cria às vezes crises

éticas e sérias dificuldades para continuar a análise, quando os pais estão em desacordo com a evolução do caso.

e) **O pagamento por meio de permuta:** poucos analistas aceitam o pagamento de honorários pela via da permuta ou pelo menos fala-se muito pouco sobre isso. A permuta ocorre quando se estabelece um contrato de trabalho no qual o pagamento de honorários profissionais se faz com o produto do trabalho do analisando. Isso ocorre com artistas plásticos que pagam a sua análise com obras de arte de sua autoria. Os tradutores, que pagam com traduções de textos, escritos pelo analista. Alguns levantam as possíveis interferências transferenciais e contra-transferenciais que poderiam aparecer como consequência do pagamento adiantado, quando o valor da obra entregue em pagamento excede o montante da dívida. Os casos que conheço evoluíram satisfatoriamente ao longo dos anos. A verdade é que esses artistas não tinham outra opção que não fosse pagar os honorários com obras de arte.

f) **A questão do recibo:** há 50 anos os analistas não costumavam entregar recibos por honorários recebidos e assim o informavam no momento de estabelecer o contrato de trabalho. Hoje em dia as coisas mudaram. Os analisandos esperam receber o seu recibo por honorários pagos e os analistas de hoje em dia entregam esse recibo em cumprimento à lei fiscal de cada país.

6. Em relação ao uso de psicofármacos

O desenvolvimento recente das neurociências e portanto da psicofarmacologia é algo que ocorreu de forma rápida nos últimos 20 anos. Há 50 anos os psicofármacos eram muito limitados em seu número, eficácia e seletividade. Os analistas médicos dessa época não utilizavam os psicofármacos e encaminhavam para os psiquiatras aqueles poucos pacientes que se mostravam agitados e violentos. Hoje em dia as coisas são muito diferentes. Agora existe uma oferta abundante de psicofármacos que oferecem acalmar a angústia, os populares ataques de pânico, a depressão, as fobias, a paranoia, as obsessões, os delírios e a agitação. São psicofármacos muito seletivos, poderosos em seu efeito e de fácil acesso. Basta comprá-los e tomá-los. Seu efeito de melhora sintomática é visível e rápido. Ora, tudo isso significa que nos anos atuais estamos na era dos avanços nas neurociências e psicofármacos.

Mas existe algo que os psicofármacos não podem oferecer ao sujeito: “*o conhecimento de si mesmo*”. Para acessar esse conhecimento são necessários uma motivação e um diálogo muito especial. É necessário o diálogo com o analista. Esse é um diálogo sincero, confidencial, que transcorre sem juízo de valor e que tem um objetivo: que o sujeito *conheça mais a si mesmo*. Na época atual de constantes descobertas na nanotecnologia existem novos instrumentos

ultrassensíveis de medição, que tornaram possível a *medição no sangue* dos diferentes neurotransmissores.⁴ Isso é algo recente que não era possível medir há dez anos.

Infelizmente essas descobertas das neurociências impulsionaram o aparecimento de um novo *paradigma psiquiátrico* biológico. Esse novo paradigma baseia-se numa premissa que considero equivocada, que diz: *A saúde mental se fundamenta no equilíbrio dos neurotransmissores*. Assim, a alteração dos neurotransmissores significa a alteração da saúde mental do indivíduo. Para complicar mais as coisas e aumentar a negação da *existência do sujeito do inconsciente*, devo dizer que esse novo *paradigma psiquiátrico* considera que para chegar a um diagnóstico correto se requer duas coisas. Primeiro um cuidadoso estudo dos sintomas psiquiátricos. E depois conhecer os valores sanguíneos dos diversos neurotransmissores. Uma vez que se obteve o diagnóstico procede-se a um tratamento específico farmacológico, que tem o objetivo de reestabelecer o equilíbrio perdido dos neurotransmissores. Nesse novo paradigma psiquiátrico biológico, a história pessoal e sobretudo a história de infância do sujeito não têm nenhuma importância. O diálogo sincero e confidencial com o paciente perdeu para a psiquiatria biológica toda a significação. Para o novo paradigma a única coisa que interessa é restaurar o equilíbrio dos neurotransmissores utilizando a combinação certa de alguns psicofármacos.

Mas acontece que “a causa” do desequilíbrio nos neurotransmissores é (a) *o trauma psíquico*, (b) *o conflito psíquico* e (c) *as carências afetivas de infância*. Ou seja, aqui proponho que os neurotransmissores alterados *não são a causa* dos problemas, mas sim *sua consequência*. Insisto em que para alcançar e manter essa estabilidade mental neurobiológica se requer conhecer mais a si mesmo. O sujeito deve conhecer e compreender a natureza do seu trauma, do seu conflito e das suas carências, conhecer a natureza do seu ser e na medida do possível “aceitar-se assim como é”. Esses traumas, conflitos e carências são a verdadeira causa da alteração dos neurotransmissores. Esse “conhecimento de si mesmo” é algo que os psicofármacos sozinhos e por si próprios não podem oferecer.

Isso é uma realidade que nos leva ao aparecimento de um novo paradigma que não existia antes: nos leva ao aparecimento de uma *contradição* na prática clínica psicanalítica. Refiro-me à possibilidade de trabalhar em análise com analisandos que simultaneamente e sem necessidade estão se medicando. Esse é especificamente o ponto em discussão e o motivo dessas reflexões.

4. Um neurotransmissor é uma biomolécula que transmite informação de um neurônio a outro consecutivo. Ambos os neurônios estão unidos mediante uma *sinapse*. O neurotransmissor é liberado nas vesículas localizadas na extremidade do neurônio *pré-sináptico* durante a propagação do impulso nervoso. Atravessa o espaço sináptico e atua mudando o potencial de ação no neurônio seguinte *pós-sináptico*. Os principais neurotransmissores são: acetilcolina, dopamina, noradrenalina, serotonina, GABA, glicina e o glutamato. Disponível em espanhol em: <http://www.uprm.edu/biology/profs/velez/neurotrans.htm>

Uso de psicofármacos simultâneo à análise

Para alguns analistas medicar e ao mesmo tempo psicanalisar é algo que não tem sentido. É algo não recomendável. Isso não é um capricho, já que tem uma boa razão. A análise busca, com a escuta analítica e o diálogo analítico, ajudar o sujeito a encontrar o conhecimento perdido de si mesmo. Ou seja, conhecer algo dos seus traumas, conflitos e carências. Esses são os aspectos de si mesmo que se localizam fora da consciência, algo perdido no inconsciente do sujeito. O analisando está interessado em saber mais sobre si próprio, sobre a natureza do seu desejo, dos seus temores, das suas contradições. Esses são assuntos que lhe ajudarão a resolver sua angústia e aceitar alguns aspectos de si mesmo que lhe são imodificáveis. Por introspecção, ao revisar a sua história de infância será possível atualizar os seus valores pessoais e os seus ideais.

Por sua vez o psicofármaco melhora o sujeito porque enterra (reprime) ainda mais profundamente as ideias e os seus afetos, provocando uma “normalização artificial” dos neurotransmissores. Esses neurotransmissores voltarão a se alterar assim que a medicação for suspensa. Por isso, em alguns casos lhe recomendam que tome a medicação para o resto da vida. Com esse procedimento *não está sendo resolvida* a causa do problema, e sim oferecendo uma ajuda paliativa, um alívio transitório. Se um procedimento como a terapia analítica oferece buscar e resgatar o que está reprimido, conhecer e dar significação à infância esquecida, e o procedimento dos psicofármacos produz uma maior repressão e esquecimento dos problemas da infância, então podemos pensar que ambos os procedimentos têm interesses contrários.

Outros analistas pensam que isso não é assim. Sustentam que a melhora artificial produzida pelo medicamento vai facilitar o trabalho da análise. Sustentam que a medicação e a análise seriam complementares. Esse é o debate que agita as águas dos tempos atuais.

Quando os psicofármacos são uma ajuda

O “paradigma psicanalítico” se fundamenta no estudo dos mecanismos mentais que estejam presentes no sujeito em um momento determinado da sua vida. Não se fundamenta no estudo dos sintomas, nem na nominação diagnóstica, arbitrária de cada época. A cura analítica aparece quando o sujeito, através do diálogo analítico, se conhece a si mesmo e se aceita tal como é.

Portanto os códigos de diagnóstico como o ICD (*International Code of Diseases*) e o DSM (*Diagnostic Statistical Manual*)⁵ são códigos estabelecidos e apoiados em análises estatísticas dos *sintomas*

5. Campanha internacional STOP DSM: esse é um manifesto a favor de uma “abordagem subjetiva” do sofrimento psíquico em crianças e adolescentes, diferente do conceito utilizado no DSM. Esse manifesto é assinado por numerosos profissionais de diversas nações e instituições. Sugiro ler: Medscape Medical News: Experts react to DSM-5 approval (Deborah Brauser, dez. 03, 2012) <http://www.medscape.com/welcome/news>.

reportados nos históricos médicos.^{6,7} Por isso digo que carecem de valor psicanalítico. As doenças mentais “arbitrariamente nominadas” nesses códigos não se baseiam no estudo dos mecanismos mentais, nem na forma como funciona a mente dos seres humanos. Esses códigos se fundamentam nos sintomas observados. Aqui é necessário estabelecer as diferenças que existem entre os conceitos de cérebro e de mente. O cérebro é um órgão biológico suscetível de ser avaliado segundo os códigos de diagnóstico. A mente, ainda que tenha a sua localização no cérebro, é um *aparelho virtual*, chamado por nós, psicanalistas, de *aparelho mental*, e não é suscetível de ser avaliada segundo os códigos de diagnóstico mencionados.

Se o *paradigma psiquiátrico* se propõe a curar doentes mentais com base nas doenças inventadas pelos códigos especializados em doenças orgânicas, então já temos desde o começo problemas com o conceito básico utilizado em tais códigos. Digo isso porque a esses supostos doentes mentais eles irão receitar certos medicamentos para normalizar os neurotransmissores. Além de basear-se em um conceito equivocado, esses psicofármacos podem produzir sérios efeitos colaterais muito nocivos. Isso significa que para receitar um psicofármaco devem existir razões muito claras e poderosas.

A mente humana é muito complexa e certamente é capaz de produzir condutas violentas e perigosas que não são acessíveis a um código psicanalítico. Então, se não são acessíveis ao diálogo, me pergunto: o que pode ser oferecido a essas pessoas agitadas, paranoicas, violentas ou estuporosas? Aqui é onde o valor dos psicofármacos modernos adquire toda a sua justificação. A agitação maníaca, a violência paranoica delirante, o estupor depressivo, a insônia grave, rebelde, não são acessíveis ao diálogo. Não há como entrar em uma relação subjetiva, simbólica. Nesses casos os mecanismos mentais que desataram essa angústia incontrolável, presentes nesses sujeitos, ultrapassam a capacidade de relação humana e têm que ser atenuados com o uso de psicofármacos que regularão artificialmente os neurotransmissores e melhorarão a conduta. Isso abre posteriormente a possibilidade de ajuda por meio do diálogo. Uma vez estabelecida a capacidade de relação, abre-se o diálogo,

6. Escrito em 10 de dezembro de 2012 na revista *Psychology Today*. Allen Frances, presidente do comitê que redigiu o DSM-4, escreveu que a aprovação do DMS-5 foi um ato “terrível”, porque incluía *mudanças no diagnóstico que são claramente perigosas e carecem de base científica*. Ele e outros lamentaram o que consideram uma “patologização dos seres humanos”, argumentando que o DSM havia excedido seu mandato. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/newsweek/2012/12/09/the-dsm-s-controversial-update.html>

7. Robert Spitzer, que foi o principal editor do DSM-3, falou sobre um problema diferente e disse que, desde que foi publicado o DSM-5, percebeu-o como *algo delirante*. Ao ficar sabendo que o *politburo de especialistas* encarregado das principais deliberações havia assinado um compromisso de *não emitir opinião contrária* ao DSM-5, nem aos colegas, nem ao público, nem à imprensa, isso o alarmou ainda mais. Aos dois ex-editores se uniu uma longa lista de profissionais que assinaram petições contra a aprovação do DSM-5. Todos estavam preocupados porque os autores do DSM-5 foram excessivamente complacentes com a indústria farmacêutica. Dizem eles que a indústria farmacêutica não desistirá até que cada homem, mulher e criança tenha o seu diagnóstico que requeira uma pílula para remediá-los. Disponível em: <http://internationalpsychoanalysis.net/2012/12/11/the-dsms-controversial-update/>

então progressivamente é possível começar a retirar os reguladores artificiais: os psicofármacos.

Mas o problema não fica por aqui. Muitas pessoas não têm capacidade de introspecção, outras não têm o interesse ou a motivação para estabelecer um diálogo psicanalítico. Outros estão convencidos (com uma certeza delirante) de que o problema da sua vida está na família e na sociedade. Afirmam não ser compreendidos ou compreendidas. Ou seja, projetam em outros as suas próprias dificuldades. Portanto não têm motivação para falar com sinceridade sobre si próprios. Mas de qualquer forma essas pessoas padecem de sérios problemas com a sua vida diária. Alguns estão abertos à ajuda passiva, sem que isso signifique algum esforço da sua parte. Aqui a ajuda passiva psicofarmacológica adquire grande valor.

Hoje em dia os psicofármacos são uma grande ajuda para essa enorme massa humana que necessita de alívio. O *chamado de alerta* consiste em não se enganar e acreditar que a ajuda psicofarmacológica vai resolver os problemas de todas essas pessoas. Isso não é possível. Essas pessoas necessitam de algo mais. Necessitam saber mais sobre si próprias, da forma que for. Às vezes, o desespero nos leva a buscar a ajuda esotérica, mágica ou religiosa. Desses recursos esotéricos estamos saturados hoje em dia. O “excesso de população” e as “penúrias econômicas” mundiais aumentam ainda mais a miséria e as necessidades das pessoas que as levam a buscar uma ajuda religiosa ou esotérica.

Segunda parte: Em relação à formação psicanalítica

1 Em relação ao conceito de formação psicanalítica

A formação de um analista é uma tarefa cheia de obstáculos e contradições. Trata-se de ir além da simples informação sobre o saber psicanalítico existente. Trata-se, mais exatamente, de facilitar que um sujeito encontre um algo que busca (ser psicanalista) sem conhecer a natureza nem as características disso que busca. Além disso vai tropeçar uma e outra vez na ilusão de acreditar que “ser como aquele outro idealizado” o faz psicanalista. Alguns se detêm nesse ponto unindo-se a esse ideal com o qual estão confortáveis e produtivos. Outros talvez, mais exploradores e com um insaciável desejo de saber mais, por sorte questionam tudo, incluindo o consagrado inquestionável. Assim, temos que conviver “como professores” com o fato de saber que nunca vão encontrar essa verdade que tanto buscam (porque é inapreensível) e outras vezes saber que alguns outros vão padecer da certeza da verdade ilusória que acreditam ter encontrado.

O instituto, na sua necessária tarefa de formar novos psicanalistas, desenha um esquema de formação, seguindo até certo ponto uma ideologia universitária. Assim, o instituto define os requisitos para ingresso e conclusão, o programa de estudos e outras exigências oficiais, tais como a obrigação da análise didática e das supervisões oficiais. Essa tarefa do instituto o converte inevitavelmente em um organismo com autoridade e faz com que a formação psicanalítica caia

em contradições e paradoxos com a própria natureza de todo processo psicanalítico.

Esse processo analítico está baseado, entre outras coisas, na *liberdade* de iniciar ou interromper a própria análise didática de acordo com a vontade do analisando (determinada pela dinâmica da transferência). Também se baseia na *liberdade* oferecida pela confidencialidade da análise, que dá sustentação à livre associação. Assim, o analista, o supervisor e o coordenador de seminários oferecem uma escuta privilegiada livre de qualquer julgamento de valor.

Mas acontece que essa oferta corre sempre perigo devido às necessidades acadêmicas, que em certos passos da formação requerem desses mesmos analistas e professores uma aprovação ou reprovação do trabalho realizado pelo candidato. Ou seja, passam a ser avaliadores, o que inevitavelmente inclui um juízo de valor. No entanto não há maneira de se livrar desse paradoxo. É necessário avaliar e exigir o cumprimento das normas do instituto.

2. O processo de seleção de candidatos

Nos institutos afiliados à IPA, realizava-se há 60 anos um processo de seleção de candidatos que era muito particular. Sempre pensei que esse processo de avaliação para o ingresso acabava sendo executado com critério psiquiátrico. Os trabalhos publicados na década de 60 em relação a esse processo particular de seleção mostram como esses analistas utilizavam um raciocínio psiquiátrico de diagnóstico. A discussão nesses trabalhos era determinar o tipo de patologia psiquiátrica que era inaceitável para os institutos de psicanálise da época (Greenacre, 1961; Weiss & Fleming, 1979). Assim, encontramos trabalhos em que se recomenda não aceitar para a formação os aspirantes que apresentam problemas depressivos, psicoses, tendências maníacas, psicopáticas, condutas homossexuais e traços orgânicos. Esse critério de seleção psiquiátrica foi progressivamente questionado com bons argumentos psicanalíticos ao longo dos anos seguintes.

A novidade propunha utilizar “critérios psicanalíticos” para determinar o tipo de mecanismos mentais que o aspirante utilizava na sua vida diária: primitivos ou não. Isso era o importante a determinar. Assim, pouco a pouco, foram sendo esclarecidas quais eram as verdadeiras habilidades que um aspirante deveria ter para ser aceito na formação psicanalítica. Habilidades que eram independentes das suas possíveis patologias psiquiátricas. Assim chegou a ser considerado que a cordialidade e a honradez ética pessoal eram necessárias em um aspirante. O mais importante era a capacidade natural para *perceber* os elementos do inconsciente que apareciam no material clínico de um paciente. Essas eram as verdadeiras habilidades fundamentais que havia que detectar no aspirante. Pouco a pouco, entendeu-se a existência de uma diversidade sexual “sem patologia” que abriu as portas a novos tipos de candidatos. O problema que surgiu era como detectar a presença dessas habilidades.

Nessa época antiga era comum que, além do currículo profissional, que incluía os diplomas universitários, fosse solicitado um ensaio breve que o aspirante devia escrever sobre a sua vida. Depois eram feitas duas ou três entrevistas de seleção com analistas experientes do instituto. A experiência mostrava que esse procedimento era suficiente para detectar a presença dessas habilidades no aspirante. Foi então que com o objetivo de detectar habilidades naturais para trabalhar com o inconsciente, implementou-se adicionalmente a realização com o aspirante de várias supervisões de material clínico. Essas supervisões deveriam ser realizadas pelo aspirante com analistas de diferentes níveis de experiência. A diversidade na experiência dos analistas demonstrava ser uma variável valiosa. Apresentar material clínico terminava sendo revelador da forma como trabalhava o aspirante e das suas capacidades naturais de perceber o inconsciente. Isso demonstrou ser de grande ajuda no processo de seleção. Mas é necessário admitir que esse método tem suas deficiências e limitações. Apesar de permitir detectar corretamente as boas habilidades de captar o inconsciente, também permite que esses candidatos possam ocultar com sucesso problemas paranoicos graves. Assim observamos, infelizmente a posteriori, que estruturas psicóticas paranoicas delirantes foram selecionadas como candidatas e conseguiram terminar com sucesso a sua formação. Essas paranoias lúcidas graves são irrecuperáveis e podem florescer de tal maneira que vão impedir a sua participação na vida institucional, ainda que alguns continuem com a sua prática privada.

Para nos aprofundarmos um pouco nesse problema, faz-se necessário mencionar o lugar que ocupa o que comumente se denomina *as transferências* que aparecem na instituição. Às vezes a transferência entre analistas, na instituição, é responsável pelos erros de seleção. Isso se refere ao fenômeno de transferência que ocorre nos avaliadores com aspirantes recomendados ou supervisionados ou às vezes analisando de analistas com muito prestígio na instituição. A clareza para avaliar esses aspirantes que estão silenciosamente respaldados por analistas de prestígio desata uma transferência de trabalho⁸ no avaliador, o que origina a perda da clareza de pensamento, com diminuição da percepção da realidade no avaliador.

Nas três regiões geográficas da IPA existe uma variedade de requisitos formais que refletem a cosmovisão de cada região e de cada país. Por exemplo, durante muitos anos nos Estados Unidos, até a década de 80, só se permitia o ingresso à formação psicanalítica aos aspirantes médicos. Hoje em dia, nos EUA, aceitam-se médicos e psicólogos. Na Europa, seguindo a tradição direta de Freud, aceitavam-se e ainda se aceitam aspirantes não médicos, chamados laicos.

8. *Transferencia de trabajo y mística en la institución*. Artigo de Rómulo Lander (2011b) inédito. O tipo de relação que um sujeito mantém com o seu trabalho vai ser determinado pelas “experiências de infância” de cada pessoa. Disponível em espanhol por meio de solicitação ao autor.

Na Argentina, que foi o lugar do início da psicanálise na América Latina, inicialmente só se aceitavam aspirantes que fossem médicos. Hoje em dia na Argentina também são aceitos aspirantes psicólogos. Muitas sociedades na América Latina seguiram esse mesmo caminho. Outras não o fizeram e adotaram o modelo europeu de aceitar aspirantes laicos.

Assim, algumas sociedades na América Latina estão abertas a aceitar qualquer profissão universitária, desde que o aspirante demonstre possuir as habilidades naturais necessárias.

3. Em relação aos analistas didatas e sua categoria institucional

Recordemos que foi em 1922 que Max Eitingon introduziu o novo modelo de treinamento com os seus três elementos clássicos. Mas foi apenas anos depois, já passada a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1957, que sob a presidência de William Guillespie foi criada a categoria de analista didata vitalício. Os estatutos & regulamentos das sociedades mais antigas refletem os privilégios e o poder que recaíam nesses analistas didatas.⁹ Com o tempo mostrou-se que essa hierarquia artificial outorgava uma “autoridade de decisão” exagerada a quem às vezes não merecia. Isso deu origem a sérios mal-estares dentro das instituições. Apareceram conflitos insolúveis que levaram a rupturas institucionais. Como uma consequência dessa situação, as sociedades se dividiam e nasciam novas instituições dentro de uma mesma cidade.

Geralmente a redação de novos estatutos & regulamentos escritos para essas novas sociedades refletia melhoras administrativas notáveis. Ali eram corrigidos defeitos legais que existiam nas sociedades antigas. Nesses estatutos e regulamentos se atualizavam e revisavam requisitos e direitos em relação aos membros. Tudo isso levou a um processo natural evolutivo de melhora. Mas isso não ocorreu em todas as instituições. Por exemplo, em mais da metade das instituições psicanalíticas do mundo (60%), o “analista didata vitalício” ainda representa dentro da instituição uma “categoria de membro” com privilégios que não se aplicam a outros membros da mesma instituição. Em 40% das instituições restantes do mundo, essa categoria deixou de existir. Foi substituída pela “função didática” outorgada por tempo limitado.¹⁰ Nesses institutos deixou de existir o “analista didata vitalício”. O analista interessado em exercer a “função didática” solicitava ao instituto tal função. Nos regulamentos estão claramente definidos os requisitos e os passos para adquirir tal função. Em algumas instituições isso é algo simples. Em outras, ainda hoje em dia, não o é. É necessário que a solicitação da função didática seja aprovada previa-

9. *Los analistas didactas en el mundo*, artigo de Rómulo Lander (2011a). Disponível em espanhol por meio de solicitação ao autor.

10. Ver trabalho citado, *Los analistas didactas en el mundo*.

mente pelo “conselho de didatas”. Como podem observar o conselho de didatas retém um poder de decisão que poderia ser questionável. Uma vez adquirida a função didática, ela é válida por cinco anos. Nesse momento deve-se solicitar a sua renovação ao instituto. O processo para a renovação por outros cinco anos está igualmente definido nos regulamentos. Geralmente o interessado deve demonstrar nessa reavaliação que mantém uma prática e um pensamento psicanalíticos e que as suas capacidades mentais estão intactas.

4. Em relação às supervisões oficiais

A supervisão psicanalítica é uma oportunidade de aprendizagem: por meio do ensino e por meio da descoberta. A supervisão cobre assim duas dimensões chave: uma, a transmissão do conhecimento psicanalítico, chamada muitas vezes de *ensino*, e dois, a *descoberta* que o candidato vai fazer da sua capacidade inédita de trabalhar com o inconsciente e realizar seu ato analítico. A supervisão vai oferecer um espaço para realizar essa difícil tarefa. Esse espaço de supervisão vai estar submetido à presença inevitável da transferência e da contratransferência. O candidato poderá (ou não) descobrir a sua capacidade inédita de detectar o inconsciente no material produzido em sessão. O supervisor não pode lhe dar ou ensinar essa capacidade. No entanto o candidato que tem essa capacidade pode não saber trabalhar com ela, ou pode ter dificuldades ou interferências, resistências ou áreas cegas, diante do horror que poderia lhe produzir a descoberta do reprimido em si próprio. O supervisor pode ajudar o candidato a reconhecer e explorar analiticamente esses conteúdos em si próprio. É nesse trabalho analítico realizado pelo supervisor e pelo analista didata que reside a possibilidade de transformação do candidato. Assim, entre o supervisor e o analista didata pode surgir uma sinergia.

Esse problema dos limites e da profundidade do que pode abarcar a supervisão psicanalítica em relação à psique do candidato provoca debates intensos desde meados da década de 30. Naomi Blitzsten e Joan Fleming (1953), entre outros, declaravam que *a supervisão analítica devia incluir um trabalho terapêutico com o supervisionado*. Afirmavam que uma boa supervisão ajudava o estudante a reconhecer seus conflitos psíquicos não resolvidos e recomendavam explorá-los analiticamente com o supervisor quando esses conflitos interferiam com o seu trabalho analítico.

Em 1963, Jacob Arlow, ao contrário, insistia na necessidade de definir os limites da supervisão. Afirmava que as intervenções do supervisor deviam ser limitadas quanto à sua profundidade. Que em relação à psique do candidato essas intervenções só deviam se referir aos fenômenos mais superficiais. Talvez assinalar somente as motivações inconscientes mais evidentes e sobretudo não tentar fazer interpretações do candidato. Afirmava que não se deve esquecer que a supervisão analítica é apenas uma experiência para transmitir um conhecimento

teórico técnico. León Grinberg, da América Latina, em seu conhecido texto sobre *La supervisión psicoanalítica*, de 1965, delimita claramente a diferença entre supervisão e análise pessoal, ao afirmar que a interpretação psicanalítica só tem lugar no espaço da análise pessoal. Se o supervisor interpreta o candidato, nesse ato estaria convertendo a supervisão psicanalítica em uma análise pessoal. Grinberg propõe que esse ato de interpretar o supervisionado, longe de ajudar no processo de ensino e aprendizado, cria distorções desnecessárias. Caso seja necessário, prefere recomendar ao supervisionado que trate de alguma dificuldade observada na supervisão com o seu analista pessoal.

Essas discrepâncias e posições contrapostas em relação ao modelo de trabalho na supervisão clínica têm sua origem no começo da psicanálise. Até Max Eitingon propunha que o candidato não iniciasse a sua prática analítica enquanto não houvesse terminado a sua análise didática. Esse aspecto da sua proposta não foi acolhido pelos institutos da época. Desde então os limites entre supervisão clínica e análise didática nunca ficaram estabelecidos de uma forma tecnicamente clara. Tanto é que na mesma época da proposição de Berlim, em Budapeste surgiu, em 1924, a proposta de Sandor Ferenczi e de Otto Rank. Nessa proposta eles sugerem que o candidato deve iniciar sua prática analítica quando ainda estiver em análise didática.

Essa análise didática passou a ser chamada então *Analysekontrolle* e a supervisão era chamada *Kontrollanalyse*. A nomenclatura revela os aspectos invertidos de um mesmo processo. Propunham que o candidato devia explorar analiticamente a relação inconsciente que ele estabelecia com o seu paciente, para assim atingir um entendimento mais profundo sobre as suas próprias resistências e dificuldades na condução do trabalho analítico.

Na sua análise didática ou *Analysekontrolle* o candidato podia explorar ainda mais abertamente ou com mais profundidade a origem das suas dificuldades e das suas resistências com o trabalho analítico. O importante é que os húngaros consideravam que, no âmbito da supervisão clínica, o candidato podia ser convidado a associar livremente e a explorar mais profundamente a natureza da relação que mantinha com o seu paciente. Essa relação tinha dois aspectos. Um, a resposta emocional do analista àquilo projetado pelo paciente (chamada contratransferência) e, dois, a própria transferência do analista. Os húngaros citavam Freud e diziam que a análise não podia ir além dos conflitos inconscientes trabalhados e resolvidos pelo próprio analista. O limite da sua própria prática de análise vai ser definido pelo limite da sua análise pessoal. Estava claro para eles que as reações transferenciais do candidato com o seu paciente eram o mais importante de explorar analiticamente e que a transmissão do conhecimento teórico e técnico era secundária. O assunto é controverso e ao mesmo tempo crucial. Em diferentes épocas desde 1930 todo analista toma uma posição em relação a esse dilema.

Atualmente, dentro de quase todos os institutos da IPA se respeita voluntariamente o critério da delimitação na supervisão clínica, ainda que não seja uma norma oficial (Zaslavsky, Nunes & Eizirik, 2005). Insiste-se em manter claramente separado o campo de trabalho do analista didata e o campo do supervisor oficial, coincidindo com as diretrizes expressas por Arlow e Grinberg. No entanto, muitos outros analistas supervisores membros da IPA, na intimidade do seu trabalho, continuam considerando que é muito útil para o processo de transformação do candidato ter acesso à sua vida pessoal e ao seu mundo interno, permitindo-se explorar na supervisão tudo o que esteja relacionado com o processo transferência-contratransferência. Isso significa uma maior liberdade para ocupar uma posição analítica na supervisão.

Na minha opinião o que levou historicamente ao afastamento do modelo húngaro foram as dificuldades produzidas pelos conflitos transferencial e contratransferencial originados em duas figuras importantes para o candidato: o analista e o supervisor. Se a relação humana entre esses dois analistas é amigável e se não existem profundas diferenças teóricas ou conceituais no que se refere à natureza do que é a psicanálise para cada um deles, então o modelo húngaro poderia ser aplicado de maneira exitosa sem maiores conflitos. O candidato nesse caso teria uma oportunidade extraordinária de transformação. Se as condições das relações humanas desses analistas não são assim, então o modelo IPA-Eitingon seria o mais indicado. No entanto, é necessário reconhecer que, apesar de utilizar esse segundo modelo, o candidato mantém relação de trabalho com dois analistas com que desenvolve um vínculo transferencial, para depois aparecer um terceiro: a segunda supervisão oficial.

5. Em relação aos requisitos para a formatura e a questão do limbo

Os “requisitos de formatura” são um assunto que merece discussão e atualização em muitos institutos da América Latina. É comum que esses requisitos exijam ao candidato ter as dívidas quitadas com a instituição, ter cumprido satisfatoriamente as supervisões e os seminários oficiais e ter continuado a análise didática até o momento em que a dupla analítica considere necessário. Alguns institutos exigem um “trabalho de conclusão” que seja teórico-clínico e que o candidato possa mostrar sua forma de exercer o ato analítico. Em outros, esse trabalho de conclusão não é um requisito, mas esse requisito é solicitado para ingressar na sociedade psicanalítica. Nesse passo é que se localiza o problema. Pelo seguinte: existem candidatos que não apresentam o trabalho de conclusão. Outros sim, apresentam-no com facilidade. Mas existem os que passam meses e anos preparando um trabalho que nunca apresentam. Portanto, esses candidatos não se formam no instituto e não ingressam na sociedade, ficando em um limbo. Ficam aí nesse limbo ainda depois de ter cumprido satisfatoriamente uma formação baseada

no tripé de Eitingon. Pergunto a todos vocês e digo o seguinte: se o candidato está insolvente com a instituição e mostrou satisfatoriamente a todos os seus professores de seminários e aos seus supervisores oficiais suas boas capacidades analíticas e sua expertise em conduzir uma análise, então por que não deixar que se forme oficialmente, sem requisito de um trabalho adicional? Em todo caso, se o instituto o permitiu concluir, é porque o instituto considera que é capaz de exercer satisfatoriamente a sua prática analítica. Então, nesse caso, não se justifica colocar obstáculos à entrada na sociedade. Bastaria a solicitação de ingresso de um candidato formado pela própria sociedade para poder ser membro de tal sociedade. Sempre me surpreendeu o altíssimo número de candidatos no limbo, coisa que ocorre nas três regiões da IPA.

Resumindo: proponho que o Comitê de Educação da Fepal estude esse problema, determine a magnitude e envie a todos os institutos “uma recomendação oficial” de que a formatura ocorra “sem a exigência de um trabalho adicional”, e ainda incluir uma recomendação às autoridades das sociedades de que aceitem o ingresso de seus próprios candidatos, sem exigir um trabalho de ingresso.

Resumo

No trabalho intitulado Realidades e ficções na prática e na formação psicanalítica, as ideias são apresentadas em duas partes. A primeira se refere à prática da psicanálise e são discutidos vários temas: (a) A frequência das sessões, (b) O trabalho realizado pelo analista com a transferência, (c) O tipo de interpretação, (d) O lugar e a posição do analista durante o processo, (e) O problema com os honorários profissionais, (f) O problema atual com o uso simultâneo de análise e psicofármacos. Na segunda parte, a discussão aborda a questão da formação psicanalítica: (a) Um debate sobre o conceito da formação, (b) Discute-se sobre o tema da seleção de candidatos, (c) Debate sobre os “analistas didatas” e sua categoria institucional, (d) Um debate sobre as “supervisões oficiais”, (e) Debate sobre os requisitos para a formatura e a questão do limbo.

Palavras-chave: *Psicanálise, Sessão, Interpretação, Honorários, Psicofármacos, Formação psicanalítica.*

Abstract

In this paper entitled Realities and fictions in practice and training in Psychoanalysis ideas are presented in two parts. The first part refers to the practice of psychoanalysis and several topics are to debate: (a) The frequency of the sessions, (b) The work on transference, (c) Types of interpretations, (d) “Place and Position” of the analyst during the process, (e) The problem with professional fees, (f) The current problem with the simultaneous use of analysis and psychoactive drugs. The second part discusses the topic of psychoanalytical training: (a) Debate on the concept of analytic training, (b) Debate on the topic of selection

of candidates, (c) Discussion on training analysts and its institutional hierarchy, (d) Debate on the nature of official supervision, (e) Discussion of the requirements for graduation and the matter of the limbo.

Keywords: *Psychoanalysis, Session, Interpretation, Professional fees, Psychotropic, Psychoanalytic training.*

Referências

- Blitzsten, L. & Fleming, J. (1953). What is a supervisory analysis? *Bulletin of the Menninger Clinic*, 17, 117-129.
- Greenacre, P. (1961). A critical digest of the literature on selection of candidates for psychoanalytic training. *The Psychoanalytic Quarterly*, 30, 28-55.
- Lander, R. (2004a). Grafo de la transferencia. In R. Lander, *Experiencia subjetiva y lógica del otro* (pp. 345-350). Caracas: Editorial Psicoanalítica.
- Lander, R. (2004b). Los tres órdenes y la proposición borromea. In R. Lander, *Experiencia subjetiva y lógica del otro* (pp. 93-97). Caracas: Editorial Psicoanalítica.
- Lander, R. (2011a). *Los analistas didactas en el mundo*. Manuscrito inédito.
- Lander, R. (2011b). *Transferencia de trabajo y mística en la institución*. Manuscrito inédito.
- Weiss, S. & Fleming, J. (1979). The teaching and learning of the selection process: One aspect of faculty development. *The Annual of Psychoanalysis*, 7, 87-109.
- Zaslavsky, J., Nunes, M. & Eizirik, C. (2005). Approaching counter transference in psychoanalytical supervision: A qualitative investigation. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86(4), 1099-1131.

Fragmentos para um diálogo entre realidade e ficção

Questionamentos

Helena é de baixa estatura, seus movimentos quando entra no consultório são delicados, e seu discurso, correto. Um rosto com reflexos angelicais coroa sua breve extensão e a todo momento seu rosto se ilumina com um brilho de picardia nos olhos que acompanha um sorriso travesso. Graduada em antropologia, alterna essa ocupação com a atuação teatral. Helena *oscila*. Nasceu na Colômbia, passou sua adolescência na França, terminou seus estudos universitários na Argentina. Helena vai e vem, vaga e divaga.

Ela diz: *“É muito estranho tudo o que aconteceu, porque passei todo o ano com a ideia de querer ir para Los Angeles e acabo em Buenos Aires e me saiu essa coisa do filme. É como se primeiro tivesse que vir para o sul para só então ir para Los Angeles. Porque te digo que isso ainda está nos meus planos. Mas, mais para a frente, ainda tenho muitas coisas por fazer na Nove de Julho”*.

Mas não apenas de país em país, ou de ofício em ofício; Helena também vai e vem do dia à noite. A cada tanto declara, como uma carta de identidade: *“Aqui, em análise, fala Helena. Na vida lá fora, de noite, atua Malena”*.

“Dos amores, te conto que tenho uma relação muito bonita com um argentino que se chama Nicolás (...). Aliás, é a relação mais real e bonita que já tive na vida, ele me trata muito bem e eu também o trato muito bem (...). Conhece meus dois lados, Miss Helena e Malena, a louca, e aguenta o tranco, me banca, cara, isso é bom (...). Acho que ele gosta mais da Miss, vamos ver quanto tempo a Malena aguenta ficar em segundo plano”.

Começemos pelo princípio: como qualifico a frase que ela me enuncia? Poderia cair rapidamente em ideias diagnóstica- “doras” e falar de uma dissociação histeriforme: Helena-Malena. Devo considerar uma como real e a outra como uma fantasia? Uma como verdade, outra como falsidade? Não seria possível encontrar essa dissociação da personagem que fala (Helena) em relação à personagem que atua (Malena) em cada momento das sessões e em todos

* Sociedad Colombiana de Psicoanálisis.

os nossos pacientes? Será que Malena só existe lá fora? Não seria Malena quem produz o relato do qual Helena se sente uma portavoza? Por que falar em dicotomias, se somos somente relatos duais em oposição?

Ela continua: “Às vezes me pergunto se serei só Helena ou Malena. Olha que minha irmã se chama Milena, e agora estou montando uma peça, e minha personagem se chama Selena”. Helena vira-se no divã, busca meu rosto, deixa-me ver a picardia de seu olhar e solta sua risada. Quando o paciente nos fala, não seria toda uma série de histórias cruzadas, que teceu sobre si mesmo, que o leva a construir uma suposta história real que opera como plana superfície especular, na qual ilusoriamente reconhece como unidade? Quem de nós não leva seu duplo entranhado como antimatéria em seu relato? Que psiquismo não desdobra seu ser em cada história que narra?

A narração que se enuncia frente ao outro sobre algo que acontece não leva, em si, o germen de uma deformação primária? O relato sobre um acontecimento não pretende domar algo da brutalidade da pulsão? Falo de brutalidade em um sentido ligado à espontaneidade, ao primitivo. Quando narro, de alguma forma a palavra implica uma doma racional frente ao que o sujeito atuou, é uma recomposição. A palavra dá conta de uma experiência que é múltipla. Nessa síntese que organiza uma experiência, quanto o falante *ficcionaliza* uma história com base na demanda consciente de uma ideia de identidade unitária?

O próprio fato de solicitar ao outro que nos conte quem somos leva o germen de uma construção de historicidade. Seleciona-se um início, recortam-se cenas, amarram-se fragmentos. O falante parece editor de cinema, corta e cola fragmentos de memória para nos dar uma versão (*universal, diversa, perversa*) de seu ser. Não poderíamos pensar o mesmo do analista que ouve a história? Não leríamos os pacientes a partir da ficção? Não seriam as teorias isto: construtos conjunturais (para não dizer imaginários)?

Teoria provém do grego *Theatron*, palavra que designa o lugar no qual os espectadores se sentam para assistir ao espetáculo teatral. Teoria, então, é uma forma de ver uma representação. Dependendo do lugar que ocupo, observo algo do espetáculo. Nossas teorias, portanto, não são a realidade, são lentes que nos permitem observar certas dimensões de um fenômeno. A partir de cada lente que construímos, percebemos algo do mundo, o ponto de vista de uma interpretação do fato. Freud assinalava duas maneiras de operar no interpretante: uma que sobrepunha sentido ou significações, outra que permitia que emergisse o sentido, operando como um escultor sobre uma pedra.

Quando ouvimos um paciente, introduzimos a teoria como uma lente que torna visível ou amplifica certos aspectos do relato do paciente. Por *via di porre* sobreponemos significações, por *via di levare* permitimos a emergência de algo que não podemos antecipar. O que

são as teorias? O que é esse estruturalismo lacaniano ou a mito-história freudiana, ou as grades de Bion, ou as fantasias kleinianas, ou os arquétipos junguianos? Escutas que buscam inscrever o relato do paciente em um código que torne possível lê-las?

Há universos literários e artísticos que, para obter um reconhecimento social, criam uma realidade. Isso faz com que falemos de surrealismos, hiperrealismos, freudismos. As linguagens em torno de um pensamento acabam tendo uma autonomia que ganha um valor de realidade, no qual o referente é a própria obra; constroem-se em universos em si mesmos (*real-ismos, psicolog-ismos*).

Cartografias

Há pouco tempo, um companheiro de destino de voo perguntava-se, surpreso com sua visão da janela do avião, como teriam feito os geógrafos da conquista espanhola para construir, com tanta exatidão, os mapas que ele havia aprendido quando criança no colégio. Impactava-lhe a capacidade dos antigos geógrafos de *re-presentar* em escala o desenho; as diversas formas de contorno geográfico que ele havia observado do avião, nos Atlas de sua infância. A pergunta que eu me faço ao escrever estas linhas é: onde está a surpresa? Na capacidade genial de um Juan de la Cosa ou de Américo Vesúpcio, que delinearão o que seu corpo ia observando, recorrendo e representando sua vivência? Ou o surpreendente é o fato de meu companheiro, 50 anos depois, constatar a dimensão de realidade da construção imaginária que havia aprendido na instituição escolar primária? Quantas coisas, como meu companheiro de viagem, não teremos tomado como reais e teriam sido apenas narrativas?

O que há por trás de cada realidade? Outra realidade? Trata-se de um desdobramento de camadas? A teoria psicanalítica constrói modelos de funcionamentos fictícios, nos quais o encontro com o paciente seria a constatação real? Primeiro fazemos o mapa do paciente, logo buscamos no relato do paciente constatar nossas coordenadas. Reconstruímos uma realidade empírica a partir de uma realidade ideal que se constrói a partir do modelo da supervisão, dos esquemas referenciais operativos que aprendemos durante a formação. Quando o sujeito ingressa na psicanálise, entra em um mundo com uma linguagem determinada, é um labirinto com uma série de chaves que podem ser lidas somente por nós. É um *labirinto-mapa* que sobrepomos à realidade do paciente.

Essa ideia do paciente como um texto *mistérico* (histórico) propõe uma superfície que emerge como simulação de algo que está oculto, algo oculto que pode ser uma verdade ou simplesmente algo que se oculta sem que possamos chegar a um elemento real. Operamos sobre o texto do paciente como quem resolve um enigma, mas não necessariamente o resolve. Entramos no labirinto pensando em uma Ariadna ou em um Minotauro, mas nem sempre os encontramos. Entrar no universo do paciente é, como dizia Cortázar

(1995), sobre Paris, em *Rayuela (O jogo da amarelinha)*: “Entrar em um laboratório no qual as fórmulas pragmáticas não servem mais que para se perder” (p. 458).

Juan é um senhor de idade, casado pela segunda vez com Maria. Chega à análise com uma realidade que lhe chega como evidência, a realidade que viola em todo macho a virgindade de sua masculinidade profunda: a infidelidade. Ao escutá-lo, capto que a infidelidade de sua esposa atual é uma suposição que ele constrói sobre uma cadeia de acontecimentos reais. Sua esposa compra um apartamento de alguém que leva o mesmo nome de um amor do passado. A felicidade da esposa não é lida como a conquista de um sonho almejado, mas como o reencontro com o passado cheio de nostalgias. Juan me constrói um mapa que se encaixa perfeitamente em sua suspeita; os mínimos detalhes que relata parecem o que meu colega observara do avião em relação aos mapas de sua infância: tudo se encaixa perfeitamente. Não é demais agregar um elemento ao qual Juan vem fazendo rodeios: as relações sexuais que mantém com sua mulher atualmente não são tão contínuas como antes e, como diz, “são um sombrio ritual do passado”.

O mapa da realidade que traz em sua narrativa o leva, um certo dia, ao caminho da vingança; Juan decide buscar uma mulher mais jovem. No divã ele me conta de sua amorosa vingança: “Se ela o fez, por que eu não haveria de fazer o mesmo?”. Juan é um homem muito correto e conservador em sua forma de viver a vida, e por isso me surpreende seu ato. Alguns dias depois, sua mulher percebe que ele esconde algo; encontra um indício de um depósito em uma conta bancária por uma soma econômica considerável. O acusador vira o acusado. Juan explica à sua mulher um segredo guardado: ele vem mantendo um filho com problemas econômicos, filho do seu primeiro casamento. Em seguida, observa em minha biblioteca um livro de Dostoiévski e fala de *Crime e castigo*. Juan deixa em mim, como em sua esposa, a marca ou o indício da sua construção.

Digo-lhe: “Juan, nunca lhe havia passado pela cabeça, durante sua relação com Maria, ser infiel?”.

“Não”, responde Juan, “isso nunca”.

Resposta esperada para um homem que construiu uma imagem de si mesmo o mais correta possível, sendo assim o mapa de comportamentos que rege a sua vida.

Continuo a lhe dizer: “Às vezes, Maria não corresponde aos seus desejos. Nesses momentos você pensa em se vingar, mas a sua retidão não te permite. Um dia, você encontra no relato de sua mulher a suspeita de que necessita para realizar seus desejos contidos; agora pode pensar em realizá-los, não com sua imaginação, mas com seu sexo, e você é feliz quando está com a jovem prostituta, não apenas pelo prazer que ela lhe proporcionou fisicamente, mas porque encontrou nela o *álibi* perfeito”.

Juan fica em silêncio, passa a mão pela sua barba branca e me conta uma história relacionada com o início da sua relação com Maria. Ambos tinham relações anteriores, estavam casados, mas ele ainda carregava muita culpa da separação de sua primeira mulher.

Susana, sua primeira mulher, mergulhava nas profundidades intelectuais; Maria nadava nas belezas superficiais. De algum modo, Juan optou por uma superficialidade que agora o aflige. Parece que não apenas castiga Maria, como também procura Maria no passado.

Juan se levanta do divã, acaricia sua careca, olha-me, abre sua carteira e me mostra uma foto guardada. Vê-se na foto o rosto de uma bela jovem de uns 30 anos: “*Essa era Maria quando começamos*”.

Será a atual infidelidade uma cópia da realidade que o traumatizou há 30 anos? Será o desejo resistente a desaparecer que busca *Marias* que copiem um pedaço da história que ama? Onde está o simulacro, a realidade, o desejo, a ficção? Evito não questionar sobre mães *Marias*, pois não está em Édipo o conceito que procuro como causa do labirinto.

Pornorrealismo

Freud incita Ernst a lhe contar a verdade, a não se submeter ao poder da resistência: para cumprir com a exigência da associação livre, deve-se dizer tudo, nada deve ser calado. O *homem dos ratos* hesita, levanta-se do divã, pede desculpas, não quer continuar falando. Freud, questionando a negação de Ernst, diz:

Aqui o paciente interrompeu-se, levantou-se do divã e pediu-me que lhe poupasse a exposição dos detalhes. Assegurei-lhe que eu próprio não tinha gosto, qualquer que fosse, por crueldade e certamente não tinha desejo algum de atormentá-lo; contudo, naturalmente não podia conceder-lhe algo que estava além de minhas forças. A superação das resistências era uma lei do tratamento, e de forma alguma poder-se-ia dispensá-la. Continuei, dizendo que faria tudo que pudesse para, não obstante, adivinhar o pleno significado de quaisquer pistas que me fornecesse. (Freud, 1909/1973a, pp. 1446-1447).

Mais adiante, Freud lhe assinala que naquele ato de levantar-se do divã Ernst buscava se distanciar da possível agressão do pai transferida a ele. Assim, obriga o paciente a se deitar novamente e a contar seus pensamentos. Terá Freud desfrutado da confissão de Ernst? Anos mais tarde, em 1925, Freud define a negação como a linha de defesa que se ativa quando a repressão é vencida. Mas, a essa altura de sua vida, em 1909, nega (sem que ninguém lhe pergunte) que goza da crueldade e do tormento? Elementar, meu caro Sigmund?

Há certo gozo quando a verdade é encontrada, quando o que está oculto se revela. Será a psicanálise um condutor da verdade desnuda? Essa invocação da verdade implica imprimir na presença do real a emergência do traumático.

Poderíamos chamar de *realismo traumático* esse momento na sessão ou na história de um paciente no qual não se pode considerar a fantasia como espaço de possibilidade. A violência de uma cena relatada na sessão (desde o grito do pai ao filho até as cenas de abuso sexual) tem esse impacto de exterioridade que não nos permite pensar em uma ressonância íntima. Algo nessa violência real tiranos da transferência fantasmática que seria o tom da relação psicanalítica, uma espécie de ruído exterior que silencia o sussurro da dimensão interna. O trauma é um pedaço de realidade que nos liga a uma história que já não é e que não quer renunciar a existir. Incrusta-se no corpo impedindo que o real vire história ou passado, da mesma forma como, na história anterior, a foto de Maria adere à história de Juan. Essa forma da realidade faz com que a narrativa dos pacientes ligue-se a uma causa externa como explicação de sua história e assume essa teoria da sedução como um fato real. Do real não se duvida, ele é.

Seria possível pensar de forma inversa e imaginar que um elemento sedutor da história, aquele no qual de alguma forma se enlaça erótica ou tanaticamente à narrativa, tivesse seduzido o ego e se imposto como real. Volto ao caso de Juan e penso em como a história da infidelidade se impõe; uma infidelidade que busca um mesmo rosto, a foto congelada de Maria. A busca da verdade como real seria semelhante à noção de porno-grafia, na qual superdimensionamos uma porção de realidade; a pornografia leva-nos a ver uma realidade em excesso. Pode ser pornográfico o olhar analítico que busca uma dimensão histórica como se fosse real. A partir dessa noção, buscase na ideia de trauma uma realidade sem metáforas, obscena. Queremos adentrar na obscuridade para fazer a luz (que afã de remover tudo do espaço das trevas).

A lente da câmera procura se aproximar, seu objetivo vai além do limite do íntimo para nos permitir observar como um homem lança-se em meio a um edifício em chamas, como uma bala perfura um corpo, como é o hematoma causado por um golpe. Quanto mais a câmera se aproxima, mais efeito de realidade, mais pornográfico. O analista, por vezes, pede detalhes da história, tal como Freud com *o homem dos ratos*. Ele quer levar a lente ao relato fidedigno da realidade histórica, a lente capta os mais ínfimos detalhes dos passados mais obscuros da história.

A pornografia poderia ser definida como o efeito da pulsão escópica sobre a noção de realidade. O olho deseja ver para além do véu. O saber se impõe ao analista (ou “*sa-ver*”, segundo a ordem de ideias que estou propondo). O pornográfico poderia estar ligado a essa ideia do anal, que busca expulsar o íntimo em direção ao exterior. A busca de uma verdade que faça explodir os controles, uma verdade que opere como destapadora de “*panelas apodrecidas*” e que, por isso, faça-nos ver uma realidade com dimensões de vergonha, pudor e asco. A realidade poderia ser associada àquela operação da mente

que parece atuar sem metáforas; a verdade desnuda, a carne desossada, o cadáver aberto da anatomia. Esse corpo que não acessa a metáfora e que segrega, inflama, deflagra (penso nas crianças com enurese ou encoprese). O reino dos verbos imperativos, sem conjugação.

No entanto, curiosamente, a chamada realidade histórica não tem como ser verificada e talvez por isso Freud (1897/1973e) a tenha substituído pela teoria da fantasia:

Já não acredito em meus neuróticos (...). No inconsciente não existe um “signo de realidade”, de modo que não se pode distinguir a verdade da ficção investida de afeto. Segundo isso, restaria uma solução: a fantasia sexual apropria-se quase sempre do tema dos pais (pp. 3578-3579).

Cópias

Em meio a essa ideia pornográfica do real, que função cumpriria a ficção, a fantasia, o fantasmático? Na ficção não há critério de verdade, na ficção não se define se as coisas são verdadeiras ou falsas. Está mais próxima da ideia da poética de Aristóteles (trad. em 1999), quando faz referência ao fato de que não é ofício do poeta narrar as coisas como aconteceram, senão como deveriam ter acontecido e de modo verossímil. O poeta sabe que, ao relatar algo, constrói a narrativa de um feito e, ao contá-lo, dá-lhe forma, independentemente de essa forma ser uma deformação ou uma reformulação. O narrador quer dizer algo e por isso constrói uma forma de dizer e um encadeamento de fatos para ressaltar um acontecimento em detrimento de outro.

Para Todorov (1967) a arte é imitação, a literatura o faz com a palavra e a pintura com a imagem. Acrescenta, ainda, a ideia de que a arte não imita a realidade, mas as coisas fictícias. Mas o que imita nosso paciente em análise? A história que supõe ter vivido? O pedaço de história que o seduziu?

O tema da análise é mostrar que a referencialidade do discurso analítico não se dirige à realidade exterior, mas a uma realidade que o falante não consegue reconhecer como tal. Com isso quero dizer que, ao falar em uma sessão, o paciente acredita operar sobre uma dimensão real e o que o analista faz, de alguma maneira, é mostrar-lhe a dimensão ficcional que há por trás desse discorrer. O analista é um construtor de uma percepção diferente no analisando, e essa é a essência da interpretação. Sobre uma realidade que o paciente assume como verdade, o interpretante gera uma troca de significação; um interpretante que troca a perspectiva ou cria uma perspectiva. Altera a dimensão de uma realidade ao criar outra.

Diz Cortázar (1982):

Vi sempre o mundo de uma maneira diferente, senti sempre que, entre duas coisas que parecem perfeitamente delimitadas e separadas, existem espaços através dos quais, pelo menos

para mim, fluía um elemento que não podia se explicar com leis, que não podia se explicar com lógica, que não podia se explicar com a inteligência racional. (par. 4).

A função do analista talvez seja a de transformar um relato ao buscar o lugar a partir do qual se produz tal narrativa. O relato não é gerado por uma história que aconteceu de forma real, seu ponto de ancoragem é um desejo que busca construir uma dimensão histórica. O paciente acredita que seu relato esteja ancorado em um fato real: o que aconteceu em minha vida? Essa frase implica pensar sobre um acontecimento fundamental, real, sobre o qual se ergue o curso da vida, a forma de sentir, de atuar. Uma fotocópia de uma situação real. A realidade incita a cópia, a ficção possivelmente não. A ficção como cópia sempre transforma o modelo que imita.

Conjunções

Estabelece-se entre os termos realidades e ficções uma relação de conjunção e multiplicidade, em contraste com a ideia algo reducionista de opor um termo ao outro. Realidade e ficção não têm limites definidos entre si; poderia dizer-se que nem sequer se contrapõem, sendo apenas polos entre os quais o psiquismo humano se move de forma contínua. São conceitos que incidem um sobre o outro de múltiplas formas. Assim sendo, teríamos que pensar novos modelos que nos permitam recriar essa relação: como Freud buscou na física de sua época, poderíamos pensar na “Banda de Moebius” ou na “Garrafa” de Klein. Duas noções nas quais um aspecto advém de outro (interior-exterior, realidade-ficção) sem que haja limites claramente definidos.

Realidade e fantasia, como conceitos, dispõem-se paralelamente no curso do desenvolvimento. Na experiência de separação da mãe, o que é perdido vai dando lugar à existência do real. Mas, ao mesmo tempo, aquilo que resiste a aceitar a perda, aquela ação mental que reconstrói o ausente, vai dando lugar primeiro à fantasia, e logo à magia da palavra. A existência da realidade é acompanhada pela gênese da fantasia no processo de separação da criança de sua mãe. Nesse corte há uma primeira ação: a criança expulsa aquilo que não pode assimilar, aquilo que lhe parece desagradável. O que lhe gera desprazer é ejetado do campo do eu e, de forma complementar, o que lhe é agradável é assimilado pelo Ego.

Em Freud, o juízo atribui ou nega uma qualidade a algo: ou a aceita (come-a), ou a recusa (a expulsa). Dito dessa forma, o real ou o exterior é assimilado a algo mau e alheio, gerando para o si mesmo o refúgio das sensações prazerosas. Isto é, o eu-prazer e o não-eu-desprazer. A linha de oposição parece estar construída, o mundo se fragmenta em dois planos. Frente à sensação do real como desagradável, surgem movimentos de evasão, negação, transformação, substituição. O sujeito foge, “escotomiza”, troca, sobrepõe, cria lembranças

encobridoras, alucina. Mas essas ações não ocorrem sobre uma *realidade real*, realizam-se através das cristalizações psíquicas da realidade, ou seja, sobre os rastros mnêmicos, as representações e os juízos. Freud chama de *fantasia* esse processo de substituição. Através da ação da prova de realidade, a imagem interna começa a procurar os referentes de seu construtor nos objetos da realidade externa (aquela que em um primeiro momento associou-se ao desagradável). O sentir subjetivo quer sair de sua sensação de irrealidade, buscando seu correlato fora de si, no objetivo.

Os polos, a princípio opostos ou dicotômicos, começam uma nova forma de relação; trançam-se, enroscam-se. O processo interno que tenta reproduzir o externo opera pelo pensamento: atua por *reprodução* e nesse processo a imagem sofre *de-formações*. Nada se produz de forma idêntica.

Muitas vezes, a razão que julga nos leva a pensar em termos contrapostos os planos da realidade e da fantasia. Qual é verdade e qual é mentira? É uma história real ou uma fantasia? Seria possível pensar em uma relação diferente à de oposição. No fenômeno clínico, na comunicação que o paciente estabelece conosco, a quem importa se é realidade ou ficção, realidade *ficcionada* ou ficção realista? Para que introduzir esse limite? No relato do paciente não há realidade ou ficção, mas um efeito literário, aquilo que um paciente produz com seu transferir narrativo. Realidade e fantasia se cruzam, alternam-se, roçam-se.

Diz Carlos Fuentes (1993), em seu conto *Dos orillas*:

Pergunto-me se um evento que não é narrado realmente ocorre. Pois o que não se inventa apenas se consigna. E mais: uma catástrofe (e toda guerra é uma) somente é disputada se é narrada. A narração lhe excede. A narração disputa a ordem das coisas (p. 20).

O que existe são leituras desses efeitos que o paciente vai deixando na superfície do leitor analítico, assim como a consciência é um efeito de superfície do inconsciente. Nesse sentido, realidade e ficção são efeitos do inconsciente: a realidade como história, a ficção como fantasia. Como diria Freud (1939/1973f) em *Moisés y el monoteísmo*: “Até o ponto em que é deformada, ela pode ser descrita como um delírio; na medida em que traz um retorno do passado, deve ser chamada de verdade” (p. 3320).

Ao falar de conjunções e de pluralidade, quis propor como conjectura que as ficções são esse lugar onde repousam os arquivos ou a memória da realidade. A questão é que a ficção, como residência da realidade na alma, cria *heterotopias*. Em outras palavras, a ficção não é um lugar singular, é uma multiplicidade de espaços. Não é um espaço vazio, senão diversas formas de ficcionalizar. Acredito que o que traz a ideia de ficção como *heterotopia* é a possibilidade de se

pensar diversas atribuições de sentido a uma realidade, várias formas de inscrevê-la. A respeito da memória, Freud (1896/1973d) enuncia: “Não há uma versão única, mas várias, ou seja, se acha transcrita em diferentes classes de *signos*” (p. 3551).

Fantasia onírica

Se antes eu falava da realidade como um imperativo sem conjugação, gostaria de propor agora que a ficção opera nos signos uma sintaxe distinta da linguagem racional. A ficção é uma subversão da ordem estabelecida na consciência que, de alguma forma, Freud delineou nos processos oníricos.

Pensemos na coordenada de nossos atos que é o tempo. O tempo da consciência tem passados, presentes, futuros. Por isso, em vigília vivemos invadidos por nostalgias e desejos, entre passados e futuros. O *oxalá* governa os desejos. O álbum é um signo do acumular nostalgias. No sonho, tal desejo desaparece e o passado é tão atual como o agora; somente existe a realização. É curioso que para falar do mundo imaginário onírico o mecanismo seja o de *real-izar*.

Na mitologia grega, há um tempo refletido por Cronos, o tempo linear, sequencial. Mas o tempo tem outras formas de representação para os gregos. Aión e Kairós não devoram nem avançam em linha reta como o pai de Zeus, mas falam de outra forma de apreensão do tempo: de um passado e de um futuro sem presente, do instante ou do momento oportuno.

O tempo do inconsciente dobra sua linearidade tal qual o quadro de Dalí *Los relojes blandos*²² N.T.: “Os relógios moles”.

. Não existe essa noção de flecha do tempo. O sonho pode ser entendido como uma multiplicidade de imagens em uma unidade de tempo, multiplicidade que o despertar da mão de Cronos se encarregará de organizar sequencialmente para que o ato onírico tenha um sentido e possa ser lido. Mas isso implica recordar e *re-cordar* já é uma ação racional.

A fotografia construiu uma noção de realidade. Acreditamos que essa imagem aquietada nos reflete. No entanto, é curioso que, diante dessa foto fixa, a maioria dos seres humanos experimenta uma sensação de estranheza, de repulsa. O curioso é que isso que a fotografia reflete opõe-se ao que o cérebro representa. Se pudessemos ver nossas imagens cerebrais, nos encontraríamos com o homúnculo: um ser em nada similar à suposta imagem real. O homúnculo seria mais parecido com um ser disforme: apenas mãos, lábios, língua. De maneira tão distinta representa nosso córtex cerebral a ilusão unitária do olhar.

O inconsciente une elementos sem relação entre si; as coisas são e não são, juntam-se sem uma preocupação com continuidades lógicas, ao menos aparentemente. As imagens mentais dos objetos se desfazem de suas continuidades lógico-espaco-temporais. Nos sonhos, a identidade se perde, a imagem se rompe e se recompõe,

fazendo surgir fragmentos de outras representações. É por isso que quando estamos em um sonho sempre somos uma recomposição de outros seres.

Mas as associações não são fruto do acaso. Para o bem ou para o mal, o que propõe Freud é que no inconsciente existe outra irracionalidade. Não é uma organização ao acaso, segue outra lógica na qual as imagens fragmentam-se, deslizam, reorganizam-se, condensam-se, para então voltarem a deslizar e novamente reorganizarem-se temporalmente.

A título de exemplo: Man Ray é Emmanuel Rudzitsky. *Man* é Emmanuel. Emmanuel significa Deus que está entre nós, o criador nos habita, Emmanuel. *Man* é uma apócope de Emmanuel, apócope é uma palavra grega, *apokopto*, que significa cortar (...), cortam-se fonemas ou sílabas. Se a perda se dá no princípio da palavra, chama-se *aférese*, se ocorre no meio da palavra, chama-se *síncope*. Pois bem, assim opera o inconsciente para sonhar: sobre restos e jogos de palavras cortadas. *Man* pode ser sonhado esta noite por qualquer um de vocês como uma *Man-cha*; *Man* pode ser uma *mano*³³ N.T.: *Mano* em espanhol significa mão.

ou uma *mano* pode ser *Man*; *Man* pode ser Manuela. Duchamp também entendeu isso, criando um nome sob o qual se ocultar: era *Roseselavy* = *Eros cest la vie*. É por meio desses jogos de linguagem que se tecem os sonhos, as ficções.

O inconsciente faz sentido com os polos contrários que a consciência opõe. O gérmen do contrário habita o outro polo, não há uma diferença entre eu e o outro. É uma transformação incessante de contrários na qual um converte-se no outro. No sonho sou violado enquanto violo, ataco enquanto sou atacado, vejo enquanto me exibio, como enquanto sou comido e vice-versa. Essa é a operação da ficção, que poderia se chamar metonímia: uma parte substitui o todo, uma boca substitui um rosto, mãos substituem o corpo. Toda uma cadeia de deslocamentos, de contiguidades espaciais e temporais. O elemento consequente pelo antecedente, tanto como um antecedente pelo consequente, ou até a coexistência dos momentos temporais, do princípio e do fim.

Epílogo-simulacro

Na primavera de 2010, no hall de um museu, uma mulher fez um quadrilátero de aproximadamente 64 metros quadrados. Ela pôs duas cadeiras, uma em frente da outra, e se sentou durante 716 horas e meia, compreendidas entre os dias 14 de março e 31 de maio de 2010, das 10 da manhã às 5 da tarde, olhando para a frente em atitude silente. A outra cadeira era um claro convite para que outra pessoa se sentasse à sua frente.

Para os iniciados no consumo da arte, o nome de Marina Abramovic incitava o desejo de ocupar a cadeira vazia para compartilhar alguns minutos frente ao estandarte corporal de um nome que *re-*

presentava um gênero artístico, que ressaltava a presença do real sobre a arte como representação. De fato, o título da exposição foi *A artista está presente*.

Em algum momento, um homem, com as marcas da nívea passagem do tempo sobre sua outrora longa cabeleira e os sulcos de Cronos marcando a pele de seu rosto, sentou-se na frente de Marina. Ela manteve seus olhos fechados, assim o fazia a cada vez que algum participante abandonava a cadeira, enquanto esperava que outro espectador ocupasse o lugar vazio. Após alguns segundos, ela abriu os olhos e, diante do homem que agora observava, teve como primeira reação esboçar um leve sorriso, ao que o homem respondeu com um sutil movimento com a cabeça. De sua boca, parecia escapar um onomatopeico *uff*.

Após alguns segundos, os olhos dela começaram a inundar-se de lágrimas que não transbordavam do canto interno da órbita inferior. Ela logo levou suas mãos em direção ao homem: as mãos encontraram-se, apenas as mãos, que se retiraram após alguns segundos de contato. Em seguida, o homem, de nome Ulay, retirou-se; ela secou suas bochechas, passou a mão pelo seu rosto, voltou a fechar os olhos. Dois minutos depois, é o rosto de uma mulher ruiva que veem seus olhos; Marina, ao ver aquele rosto novo, volta a fechar seus olhos como se resistissem a ver a imagem que agora estava à sua frente. O homem que havia amado já não é aquele. Marina e Ulay não se cruzavam há 23 anos, quando caminharam durante três meses sozinhos pela muralha da China, cada um partindo de um extremo e encontrando-se por um breve período, que os distanciaria para se reencontrarem 23 anos depois, em um cenário cheio de gente, por apenas breves minutos.

A cena que descrevo faz parte da vida de uma artista que se dedicou à performance. Uma arte que critica as artes representativas que atuam pela imagem, na ausência do corpo. A performance pode ser definida como a busca de que o corpo do artista faça-se presente em um tempo e em um espaço reais, de que a presença do real não seja substituída por uma imagem. Em um momento sem tempo (ao menos sem Cronos, mais próximo a Aión ou a Kairós), um ser (ora mulher, ora homem) entra em um espaço vazio de aproximadamente 36 metros quadrados. Dessa vez, não se trata de um hall amplo de algum edifício de caráter público, onde um retângulo é delimitado por uma linha marcada no chão. Dessa vez são paredes de concreto de algum edifício privado que procuram isolar o tempo e o espaço reais de um entorno. À diferença do primeiro espaço que narrei, pensado como uma realidade efêmera, esse espaço é construído pensando em certa permanência sólida.

Diferente da cena anterior, na qual o público presenciava uma cena (espetáculo), aqui a intimidade veda suas bordas aos estímulos externos. De forma similar, o mobiliário que habita o espaço são duas poltronas, mas dessa vez não estão frente a frente, mas uma

atrás da outra. Uma poltrona rotunda localiza-se atrás de uma *chaise longue*, não no centro do espaço, mas voltada a uma das margens da sala. O espaço encontra-se tão vazio como o da cena anteriormente descrita. Atrás da *chaise longue*, o ser que ocupa a poltrona dedica mais de sete horas diárias a habitar esse espaço. Enquanto Marina cria uma ação que denomina performance, nosso anônimo ser cria um simulacro ou artifício para capturar uma experiência que alguém antes dele chamou de *transferência*. Enquanto o artista cria, nosso ser *re-cria* nesse espaço, ou repete, uma situação original que, em algum lugar do mundo, outros milhares de pares reproduzem como uma fotocópia: um ser deitado em um móvel longo falar a outro que passa grande parte do tempo em silêncio, como a artista mencionada previamente.

A primeira vez que a forma “análise” aparece no mundo da língua grega é no verso 200 do canto XII da *Odisseia* (Homero, trad. em 1993), quando Ulisses é solto de suas amarras. A análise é o instante em que são desatados os nós que prendem Ulisses, como diria Pascal Quignard (2011). Assim como na performance, que busca desprender a realidade com a presença do corpo real do artista, o anônimo psicanalista busca desatar uma história amarrada de forma invisível na maneira em que seu companheiro de sala fala, enquanto habita e ocupa a *chaise longue*.

Poderíamos dizer que o simulacro provoca uma realidade para então desatá-la-analisá-la. O mais provável é que, durante o curso do encontro que acontece com o passar do tempo, o que vai sendo desatado é uma ação que terá como receptor o silente ser. O pescador, que com a rede busca capturar uma realidade que não pode ver, logo se vê devorado por fauces que saltam sobre a superfície do mar, tal como a relação entre Ahab e Moby Dick no romance de Melville.

Alguns artistas das artes visuais incomodam-se em ter suas vidas situadas em lugares icônico-imaginários e demandam a presença de seu corpo nas coordenadas reais do tempo-espaço. Em contraposição, nossos desatadores psicanalistas gostam de estar em um lugar imaginário para poder capturar uma realidade que não mostra seu rosto. Gostam de chamar esse cordel de *falso enlace* para controlar aquilo que desatam, não os têm como causa nem como objetos. O Mestre já assinalava que a única forma de compreender o que desamarramos é passar por ferro e fogo; não há escapatória, a realidade que se desata nos chama como as sereias da Ilha dos Pássaros chamam os Argonautas e Ulisses.

Enquanto o artista da performance insiste em ser real, o analista insiste em ser uma isca falsa. De alguma maneira, a psicanálise é um simulacro construído para desatar uma realidade que resiste a ocupar o lugar de recordação, como uma foto em um álbum.

Enquanto a narração do paciente acontece fora do universo referencial da transferência, o analista, com o falso enlace de suas intervenções, deseja capturar essa realidade que flui em direção ao exterior

e dirigi-la para si mesmo. Se isso é verdade, por que se surpreende com a emergência do real? Será por ser, de alguma maneira, como o salto de Moby Dick sobre o arpoeiro Pequod do capitão Ahab?

Em *Amor de transferencia*, Freud (1914/1973i) fala da aparição súbita da realidade: “A cena muda totalmente, como se uma súbita realidade viesse interromper o desenvolvimento de uma comédia” (p. 1690). Mas qual comédia? O simulacro sobre o qual opera o par analítico?

Resumo

O objetivo deste trabalho é construir um diálogo entre os conceitos de realidade e ficção, apresentando-os como pares antitéticos de uma forma de organização da mente que adquire diversas configurações. São essas configurações que dão a forma expositiva em fragmentos, em uma série de capítulos curtos nos quais se debatem distintas relações entre realidade e ficção. Em “Cartografias” fala-se da forma como construímos teorias-ficções que modelam uma realidade; em “Pornorealismo” explora-se como o conceito de trauma deu um estatuto de realidade indelével na psicanálise; em “Cópias” mostra-se que o que existem são narrativas ficcionais de um acontecimento tido como real; em “Conjunções” argumenta-se a relação de necessária interdependência entre os dois conceitos; em “Fantasia onírica” ilustra-se a forma como o inconsciente tece a realidade psíquica; por fim, em “Simulacro” propõe-se o dispositivo analítico como uma ficção que aponta para a construção de realidades. Esses fragmentos são ilustrados com vinhetas clínicas e algumas referências bibliográficas e artísticas.

Palavras-chave: Narração, Realidade, Simulação. **Candidato a palavra-chave:** Cópia.

Abstract

The paper's goal is to build a dialogue between the concepts of reality and fiction, showing them as antitetic pairs of the mind's organization that acquire different configurations. The author presents a series of short chapters that show different forms of the relationship between reality and fiction. The way in which fiction constructs theories that give form to reality is shown through cartographies. In “Pornorealism” it is explored the concept of how trauma has given a status of uneffacable reality in psychoanalysis. In “Copies” it is shown that what there is are fictional narrations of something told as real; in “Conjunctions” the necessary relationship between two concepts, its independence. In “Oniric phantasy” it shows the way in which psychic reality weaves itself with the unconscious. Finally, in “Simulacrum” the analytic setting is proposed as a fiction that leads to reality building. All this is illustrated by clinical and literary references.

Keywords: Narrative, Reality, Simulation. **Candidate to keyword:** Copy.

Referências

- Aristóteles. (1999). *La poética de Aristóteles*. México, DF : Porrúa.
- Baudrillard J. (1978). *Cultura y simulacro*. Barcelona: Kairos.
- Baudrillard, J. (1990). *La transparencia del mal*. Barcelona: Anagrama.
- Cortázar, J. (1982). El sentimiento de lo fantástico. Recuperado de <http://www.ciudadseva.com/textos/teoria/opin/cortaz5.htm>
- Cortázar, J. (1995). *Rayuela*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Freud, S. (1973a). Análisis de un caso de neurosis obsesiva. In *Obras completas* (Vol. 2, pp. 1441-1486). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1973b). Los dos principios del funcionamiento mental. In *Obras completas* (Vol. 2, pp.1638-1642). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1973c). La interpretación de los sueños. In *Obras completas* (Vol. 1, pp. 343-720). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1973d). Manuscrito 52. In *Obras completas* (Vol. 3, pp. 3551-3556). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (1973e). Manuscrito 69. In *Obras completas* (Vol. 3, pp. 3578-3580). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1897)
- Freud, S. (1973f). Moisés y la religión monoteísta. In *Obras completas* (Vol. 3, pp. 3241-3324). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1939)
- Freud, S. (1973g). La negación. In *Obras completas* (Vol. 3, pp. 2884-2886). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1973h). Neurosis y psicosis. In *Obras completas* (Vol. 3, pp. 2742-2744). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1924)
- Freud, S. (1973i). Observaciones sobre el amor de transferencia. In *Obras completas* (Vol. 2, pp. 1689-1696). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1973j). Los orígenes del psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 3, pp.3433-3656). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1938)
- Freud, S. (1973k). La pérdida de la realidad en la neurosis y la psicosis. In *Obras completas* (Vol. 3, pp. 2745-2747). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1924)
- Fuentes, C. (1993). *El naranjo*. Bogotá: Alfaguara.
- Homero. (1993). *La odisea*. Bogotá: Oveja Negra.
- Quignard, P. (2011). *Butes*. México: Sexto Piso.
- Saganogo, B. (2007). Realidad y ficción: literatura y sociedad. *Revista Estudios Sociales Nueva Época*, 1, 53-70. Recuperado de http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/pperioid/estsoc/pdf/estsoc_07/estsoc07_53-70.pdf
- Todorov, T. (1974). *Literatura y significación*. Bogotá: Planeta.

Realidades e ficção na clínica psicanalítica

A sociabilidade humana é constitutiva de sua essência tanto como a conectividade e a dependência em relação ao mundo material. Devemos partir dessa premissa explorando as realidades que a interpeção do inconsciente freudiano permitiu definir, interrogando, há mais de um século, os saberes estabelecidos. Tarefa necessária tanto pela condição histórica de tais realidades como pelos modos de concebê-las, e imprescindível para definir acordos e desacordos em uma tradição riquíssima e arborescente. Também útil para evitar elaborações cavilatórias, em última instância, subordinadas a uma polaridade realidade interna/realidade externa como entidades reciprocamente extrínsecas e que nos prende a esforços de diferenciação que caem no formal e abstrato.

Introdução

A singularidade humana é um dado empiricamente evidente: cada um, no recorte de sua figura, movimentando-se, fazendo, desfrutando, padecendo, enfim, sendo, o que faz com que seja fácil sermos levados a pensá-la como ilha que se conecta ao acaso com outras ilhas. É sobre esse fundo histórico de individuação nítida e exaltada que se deram as condições necessárias para as criações freudianas.

Postular uma interioridade psíquica complexa à primeira vista reforça essa perspectiva, mas de um modo paradoxal, já que todo aprofundamento em sua gênese e modo de desenvolvimento mostra a individuação como diferenciação a partir de relações primordiais necessárias e de vínculos em rede. Congruentes com a condição gregária do mamífero neotênico que somos e que impregna tanto “nosso mundo adulto como suas raízes na infância”, parafraseando Melanie Klein.

Foram as condições da modernidade avançada que permitiram que a interioridade, concebida como complexa, enigmática e estendida democraticamente a todos (claramente de forma tendenciosa), fosse se tornando componente natural da paisagem intelectual, o que se reflete de maneira ostensiva na arte e na literatura, especialmente nos romances do século XIX.

* Sociedad Argentina de Psicoanálisis.

Sobre essas possibilidades históricas e culturais de representação, abriu-se caminho para o inconsciente freudiano, deslocando o eixo da subjetividade para o novo continente do primordial reprimido. Recordemos que Freud situa nele nada menos que o núcleo de nosso ser, dando lugar para que se coloque uma questão persistente: um novo centramento ou a inexistência de centro? Pergunta que surge da heterogeneidade do reprimido, de sua irredutibilidade e da fonte de suas produções, seja o Id, os objetos internos ou versões do Self.

Realidade e realidades

Aquilo que espontaneamente denominamos realidade e que opera como termo de referência e suporte implícito na vida de todos os dias é, na verdade, uma massa viva de significações, na qual convergem, lutam e se entrelaçam modos diversos de conceber os outros, o mundo e os valores.

Com sedimentações perduráveis que sustentam o registro aparentemente ingênuo e veraz do senso comum, para quem o sol nasce e se põe todos os dias, de acordo com o que continuam anunciando os jornais, como se a revolução copernicana não tivesse acontecido. Isso mostra a tenacidade de cristalizações semânticas, como resultantes de inércias culturais e hegemonias ideológicas poderosas.

No que diz respeito ao sol, é sabido que constitui “um modo de dizer”, inclusive poeticamente perdoável. De fato, também a lua continua “nascendo”, mas há demasiadas afirmações pré-copernicanas que gozam de cômoda consensualidade e sustentam o senso comum. Trata-se de camadas e camadas de significações que perduram como cimento despercebido da existência e que entrelaçam seus valores e vigências com os pré-conscientes individuais, gerando “o natural” de estereótipos perceptuais.

Por outro lado, não é o nada que subjaz às realidades assim construídas, mas o real do mundo, as coisas e os homens, sobre os quais as práticas sociais, que são sempre transformações do existente e atribuições de sentidos, erigem representações e relatos. Tal é a materialidade simbólica que constitui o leito coletivo no qual nascemos e somos constituídos, no jogo de apropriar-se/ser apropriado desde os mediadores primordiais. Pois todo sistema singular de representações ergue-se no seio de uma trama que o precede e no qual repete e cria seus sonhos e certezas, conectando-se sempre ao discurso de algum conjunto, retomando livremente a expressão de Piera Aulagnier (2001, p. 163).

Pois bem, de tempos em tempos um estrato estabilizado de sentidos desacopla-se do que Castoriadis (1997) denominou “magma conjuntista identitário” e começa sua navegação autônoma no espaço social. Um exemplo evidente disso é tudo o que se refere às questões de sexo e gênero que, à deriva imprevisível, mina com suas interrogantes os sentidos comuns erigidos sobre séculos e séculos de coerções.

Sendo impossível indicar seus efeitos uma vez lançados, é uma realidade com que é preciso contar e, sobretudo, como analistas, transformando ao menos as próprias perplexidades em continências lúcidas.

Naturalmente somos convocados (muitos intelectuais constituem o exército de reserva das convenções e obviedades alteradas) a remendar rapidamente o bloco sêmico e valorativo em apuro. Certas comoções, a assinalada acima é uma delas, têm efeitos de multiplicação, sobretudo se coincidem com crises globais que arrastam veneráveis edifícios de crença (igrejas, bancos, instituições representativas).

Como psicanalistas, não estamos preparados para tamanhos interrogantes, pois não se trata dos mesmos “questionamentos” de anos atrás, até certo ponto cômodos, aos quais cada um aderiria ou não, mas dos efeitos da impotência de respostas frente a uma crise sistêmica, do incremento de coerções e do protagonismo de seres humanos que começaram a andar e interpelam no ato -e com tal gesto se subjetivizam- os reservatórios de respostas do senso comum.

Continuam precisando de cuidados, reparação, espaços de acolhimento e elaboração; continuam produzindo sonhos e sonhos despertos, mas em perspectivas de existência totalmente diferentes. E mais, sem nos referirmos às grandes rachaduras que a todos nos envolvem, pequenos processos de deslocamentos consensuais estão ocorrendo sempre, de tal modo que, se pretendemos ser representantes de um “nível 0” de sentidos, nossa clínica se transformará em um lugar estéril e, mais do que de assombro instrumentalizável, de catarses rancorosas pelas inclemências do mundo.

É sobre tal conjunção/disjunção de realidades, no plural, que devemos assentar a questão da realidade psíquica e dessa peculiar construção que é a realidade psicanalítica.

Ou seja, aquela artesanalmente construída e sustentada por vínculos antigos e outros novos, e onde nosso ofício pode se exercitar caso ocorra, como veremos adiante, uma conjunção propícia de tempos e de lugar.

Realidade psíquica inconsciente

A postulação da realidade psíquica inconsciente implicou um ato de força no território do conhecimento ao afirmar a existência de uma materialidade específica própria do reprimido, assim como de um método para trabalhá-lo e conhecê-lo. Enquanto outros desenvolvimentos, no melhor dos casos, situam-se em uma atitude de reconhecimento/desconhecimento dessa instância e da complexidade de seus efeitos. Ou seja, “falam” do inconsciente, mas moderam a potência de suas determinações e a conseguinte interpelação aos sujeitos e à cultura que propõem, além de carecer de dispositivos para ter acesso à intimidade de seus processos.

1. “O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real, é-nos tão desconhecido em sua natureza interna como o real do mundo exterior, e nos é dado pelos dados da consciência de maneira tão incompleta como é o mundo exterior pelas indicações de nossos órgãos sensoriais.”

Quando Freud se refere ao inconsciente como “o psíquico verdadeiramente real” (1900/1979),¹ é para assinalar a plenitude de sua eficácia, causa do constante processo de descentramento e recentramento subjetivo ao qual estamos submetidos: cavaleiro precário no próprio domínio de si, segundo a famosa alegoria.

Por sua vez, o “ato de força” epistêmico não deve nos surpreender, pois cabe lembrar que já Kühn (1989), ao ocupar-se das mudanças de paradigmas e das revoluções científicas, tinha muito presente que as disputas que diziam respeito ao conhecimento não se dão em lugares celestes afastados das paixões, mas na própria trama de inércias ideológicas e dos jogos de prestígio. Tal corte epistemológico com o “estado da arte” vigente e os saberes que o sustentavam requeria fundar de outra forma a própria consistência. É nesse ponto que se tornou necessário definir um topos e uma materialidade: o inconsciente e os desejos reprimidos. Com esse par foi enunciada a célula básica da ontologia psicanalítica, sustento de um domínio conceitual específico e pertinente. Ou seja, passível de ser trabalhado e pensado com propriedade, ao constituir-se baseado em uma praxis, em um fazer que conhece, transforma e se transforma mediante um método transmissível.

Sobre essas pedras fundantes, foi possível avançar em prol do objetivo essencial de transformação pensada daquilo que é dado a partir do sofrimento pessoal e do desconhecimento de suas fontes. Tal afirmação do inconsciente, reprimido e eficaz, é posta permanentemente em xeque no seio da clínica, por sua condição essencialmente resistencial, para a qual contribui a rede de saberes convencionais. Pois, como é sabido, não somos feitos para tolerar a experiência nua e crua do reprimido e a multiplicação expandida de seus efeitos; ao contrário, a estruturação psíquica tem como condição variados sepultamentos. Ou seja, coloca-se ao sujeito a tarefa de situar-se perante o mundo, as coisas e os outros como realidade externa ao seu próprio contorno, mas também frente ao “território estrangeiro interior”.

A isso se soma a dialética de assimilação e estranheza com relação ao próprio corpo, que se dá de maneira oscilante, não apenas nos marcos determinados pela maturação e pela cultura, mas na cotidianidade habitual, ao ser um sistema aberto que goza, padece e temporaliza, por seu registro sensível das marcas da vida. Uma versão fraca dessa construção pode levar a entender como objetivo de nossa clínica o cadenciar, em prol da harmonia, da interioridade pulsante e fantasmática com os requerimentos daquilo que é externo a seu regime.

Sabemos que, a rigor, essa tarefa é impossível e interminável, por isso toda produtividade humana, a da análise inclusive, situa-se nessa tensão entre domínios passageiros e estranhezas frequentes, concentrações estáveis e despersonalizações oscilantes. Tudo isso recoberto pelos véus consensuais que o pré-consciente trama, prove-nientes do árduo adestramento do pulsional, desejante e ilusório pelas “urgências da vida”.

O mapa do psiquismo, desde os primeiros esboços freudianos, modificou-se profundamente, de acordo com a escola ou com os autores: comparemos simplesmente os desenhos canônicos da primeira e da segunda tópica com o esquema planetário de Wisdom (1967), construído sobre a base dos desenvolvimentos kleinianos, que modificaram a agrimensura de espaços e a formulação de seus conteúdos, dividindo as águas entre os psicanalistas.

Alguns ainda consideram ter chegado ao limite da representação figurativa, levando-os a recorrer a notações símeles matemáticas para dar conta da índole dos processos (Bion o faz de maneira eminente).

Os desenhos de Winnicott (1951/1999) são, por sua vez, muito interessantes por terem não apenas um sentido claro de “mera ajuda”, mas por mostrarem o deslocamento a espaços relacionais e ao detalhe de suas características, os modos necessários para pensar processualmente as estruturas.

Com todas essas variantes, nitidamente diferenciadas e, portanto, impossíveis de serem reunificadas, a ideia de exterioridade interna radical com relação à consciência perdurará, constituindo algo como um limiar mínimo de acordos. Podendo, no entanto, sempre deslizar-se em direção àquele antagonismo elementar a que fizemos referência, “realidade interna”/“realidade externa”, e conduzir a uma tarefa ingenuamente reconciliatória de buscar “nexos” e harmonias entre ambas.

Em outras palavras, uma versão imprecisa da “dessecação de Zui-derzee”, quando sabemos que a coisa é mais complexa, sendo interioridade constituída por diferenciação, a centração é oscilante em virtude do estiramento por solicitações definitivas provenientes de diversos “amos” (Paz, 2008) que requerem servidões, não existindo um nível “0” de equilíbrio.

Trata-se de um trâmite emocional e cognitivo constante com o mundo, com os outros, com aspectos do próprio ser e, por sua vez, com graus variáveis de fusão, desfusão, impregnação, identificação e conflito. Com dominâncias variáveis nesse marcar o mundo e ser marcado por ele, e com uma permeação expansivo/regressiva oscilante, o que permite transformações contínuas, ainda no mais obstinado dos caracteropatas estabilizados.

Na linha aberta por “realidade psíquica” situa-se a concepção kleiniana de “mundo interno”, herdando sua força conotativa e assumindo o instintual e desejante, mas transformando-os ao situá-los na trama fantasmática. O nome “mundo interno” é, sem dúvida, um nome afortunado, não apenas pelas ressonâncias que promove de imediato, mas por certa sugestão estética e também valorativa que nasce da orla romântica daquilo que alude à vigência profunda de “parques naturais”, subtraídos da transparência e impossíveis de transmitir de maneira linear. Além disso, implicando heterogeneidade, variedade, complexidade, fronteiras e facilitando representações do mundo interno em termos cênicos, que servem como “representações intermediárias” para recolher de modo transmissível seu drama.

Isso se alinha com o que sabemos dos sonhos e da produtividade da vigília onírica, imprescindível para captar o jogo da livre manifestação e a percepção flutuante no contexto psicanalítico. Sendo a teoria ampliada das identificações projetivas a chave para entender a complexidade relacional em sua constituição e em seu regime de funcionamento.

Teorias vivas

A fecundidade das teorias é posta intensamente à prova em uma clínica transferencial de campo e de processos analíticos. Conjunto fantasmaticamente povoado e que gera processos de assimilação do verdadeiro, sustentado na transferência de trabalho. Em sua base subjazem hipóteses de gênese e repetição baseadas na exterioridade de outros primordiais, como fontes de traumas e/ou cuidados.

Em enumeração não exaustiva, mas representativa: a teoria ampliada do trauma, a partir de Ferenczi, a função estruturante na geração de um sistema Self-objetos de Fairbairn e a teoria da sedução/implantação de Laplanche. Essas teorias provenientes de heranças e culturas psicanalíticas diferentes assinalam não a óbvia importância geradora do exógeno, mas a relativização produtiva (Freud, 1914/1980) de tal noção, em virtude da admissão generalizada da relacionalidade constitutiva.

O que Winnicott diz sobre o inconcebível do bebê isolado é a enunciação sintética e provocativa que define um estado de coisas referido à complexidade originária. Totalização a partir da qual não se pode conceber o desenvolvimento como desdobramento por passos programados a partir de um germe isolado que evolui. A questão passa a ser como se constitui uma singularidade a partir da dependência absoluta ou da fusão, o que faz com que a categoria de diferenciação ocupe um lugar fundamental.

A teoria de Fairbairn, sendo pós-clássica, consistente e original, assim como surgida em um entrecruzamento de orientações psicanalíticas, serve-nos estrategicamente: nela nos encontramos com hipóteses de gênese que oferecem um modo criativo de pensar a eclosão da unicidade mítica originária.

Tal como Ferenczi, atribui-se ao objeto mal introjetado o deslocamento da cadência do estado “0” inicial, instalando-se como constitutivo do próprio ser, mas dando também lugar ao estabelecimento de vínculos libidinais e anseios de conexão com as realidades do mundo e dos outros. Composição complexa, distante de harmonias elementares que, portanto, não tende a inspirar acordos como chave do trabalho analítico, mas requer a elaboração árdua e necessária dos materiais, a partir da profundidade e da força dos laços que estão em jogo em tal matriz contraditória. Devemos nos ocupar do bem e do mal, de resíduos ou fragmentos importantes, sem hierarquias a priori, que somente serão qualificados pelos efeitos de verdade que promoverem.

A “objetividade” das teorias homônimas é um modo fecundo de tratar da força do reino interior, como apropriação a partir dos programas instintivos do tipo complemento objetal/subjetivo externo, necessário tanto para construir alternativas ilusórias frente à ausência como para recortar perfis o mais nitidamente possível do mau.

Para sustentar a alteridade inconsciente, muitos recorrem a uma espécie de “radicalização” da pulsão, como se a insistência no enunciado freudiano do limítrofe e de sua substancialidade híbrida –acessível pelas suas mobilizações transferenciais, mas inabalável às transformações em sua raiz por ser corpo– preservasse sua deturpação em desvarios linguísticos. Além disso, sustentam a metapsicologia –no sentido clássico e pós-clássico– como recurso estratégico para afirmar tal irreducibilidade do inconsciente (é o caso exemplar de André Green) dado que temem correr o risco de diluírem-se em um relacionismo de meras interações.

Para além da questão liminar –sem dúvida, importante, mas de outra índole– da mendacidade das histéricas, a questão foi, naquele momento, hierarquizar a consistência da realidade interna e torná-la autônoma da natureza exógena do trauma, realocando a eficácia dos impulsos e desejos autóctones. Questão essa que retorna frequentemente na história do pensamento psicanalítico.

Nesse sentido, a diferenciação tornou-se menos clara a partir de concepções de uma trama relacional originária como condição para sua estruturação. A circulação pulsional passaria, então, por sua ancoragem no corpo, a ocupar o lugar de endogeneidade, mas com uma dialética inerente, pois as apetências congênicas cumprem seu destino e fecham seus circuitos de “imprinting” em dispositivos, por definição, relacionais.

Isso abarca a refinada formulação de Bion de pré-concepções lançadas em buscas determinadas pela espécie, a sua saturação por objetos externos em qualidade e quantidade, por um lado imprescindíveis e por outro admitindo uma variação infinita de modulações. Questão que se vincula à temática winnicottiana do verdadeiro como encarnação somatopsíquica persistente, que sustenta sua existência como pode, em relutância a se expor a qualquer intempérie e protegida pelo “falso”.

Seguindo essa linha, que pauta a espécie, as modalidades de trato, de geração de significância e, por conseguinte, de emocionalidade cognitiva como dados de partida, cabe situar as bases de uma clínica psicanalítica de campo e processo. Que, por sua vez, permite-nos fazer articulações plausíveis com dados provenientes de outras fontes, reconstrutivas ou observacionais.

Levamos em consideração que essa massa pulsional, desejan e cognitiva, ainda que submetida a recalques e dissociações, é também próxima e impregna a cotidianidade, já que não se trata somente de algo remoto e profundamente sepultado, mas de um jogo elusivo de superfícies com variados recursos de evitação. A contradição fome de verdade/repúdio ao conhecer (-se) é dilema, mínimo ou transcendente,

na vida de todos os dias. Perceber e registrar o percebido sem deixá-lo incorporar-se e bascular na trama pessoal de ideias e sentimentos supõe sempre romper, em alguma proporção, os véus narcisistas. Daí a dupla resistência ao novo e às contingências: o medo genérico do inesperado e as exigências que podem advir.

Em nossa clínica, ocorre algo semelhante, mas potencializado, já que se trata do recalçado e de sua colisão e mistura com as realidades do mundo. É verdade que o contexto do processo analítico e da regressão aceita criam uma atmosfera de peneira dos preceitos cotidianos, de suas aspirações e exigências. Mas, a não ser que ocorra uma instalação massiva e sem elaboração, os mínimos movimentos de verdades e abalos produzidos alteram o estado das coisas, e assim se dá o encontro, a partir do “ateliê protegido psicanalítico”, com as externalidades da vida que propõem solicitações mais ou menos peremptórias e apenas possíveis de serem respondidas a partir de certo grau de incerteza, dado o sistema de ensaio e erro que constitui o singular da existência. Isso ressoa nos desamparos primordiais e na história traumática ou propícia de cada um, colocando à prova as potencialidades de emocionalidade cognitiva. Ou seja, estabelecer representações íntegras ao mesmo tempo que abertas à necessidade de formar, com outras, conjuntos continentes de maior amplitude, gerando espirais de pensamento.

Em tais construções simbólicas, o trabalho da psicanálise pode ser muito fecundo não apenas como continência elaborativa dos resíduos danosos do metabolismo relacional, mas como neutralizador dos micro “ataques ao vincular” (Bion, 1967) e da própria consistência das representações. Esses recursos são próprios da posição de integração depressiva que supõem a permeação de aspectos do Self com capacidade reparatória e tolerância à ambiguidade.

Os requerimentos de perícia técnica nascem de tudo o que está em jogo nesse ponto: o acompanhar exploratório, a contenção das próprias supostas sabedorias, assim como a gradação para chegar ao repudiado, lembrando-se das recomendações freudianas de ir aos poucos em direção ao resistido, assim como da valoração que fizera do trabalho sobre arborescências fantasmáticas pré-conscientes e o desentranhamento como necessário ofício de paciência.

Disso tudo pode-se depreender que o trabalho psicanalítico se dá sobre a articulação indissociável entre realidade psíquica e realidades externas, que estão em jogo no território novo, criado, da realidade psicanalítica, sustentada na transferência positiva sublimada, transformada em transferência de trabalho.

O “juízo de realidade”, como função discriminativa, opera nesse espaço, com valores de verdade que um bom processo legitima junto ao enriquecimento perceptivo que supõe a ativação imaginante.

É por isso que cabe explorar qual é a consistência dessa peculiar realidade e seu grau de compatibilidade atual com os parâmetros dominantes, que nos leva a requerimentos éticos, identitários e de fidelidade a uma tradição para preservá-la.

Percepção, ilusão

Façamos aqui uma digressão para introduzir a problemática da percepção, uma vez que está relacionada aos processos que estamos examinando.

Perceber é um ato complexo que, em seu nível basal, nos expõe à desmesura (se comparada a nossas possibilidades de assimilação) da multiplicidade de seres, coisas e experiências. Essa é a condição traumática potencial de toda relação com o mundo, que a psicanálise tem teorizado de múltiplas maneiras.

Situemos a matriz de relação com o outro em um horizonte de perda e recuperação ilusória. Levando o modelo ao extremo, poderíamos dizer que não fomos feitos para a captação nua e crua do real, e que a condição prematura que nos define requer o envoltório de saberes de cuidado e proteção pelos demais, assim como de filtros para a dor, a espera e as carências. Esses, em sua vertente positiva de produção, constituem a ilusão.

O desenvolvimento do que academicamente costuma chamar-se de capacidade perceptiva consiste, então, na apreensão do existente no mundo, do próprio corpo e da mente, envolvida nos dispositivos de ilusão adequados para a sobrevivência e a própria expansão. Entende-se, com isso, a sustentação do psíquico em sua vitalidade e em seu desenvolvimento imaginante. Isso implica transformações nos modos de criar ilusões e nos próprios dispositivos que a geram.

O impulso iluminista da psicanálise, sintetizado na exortação kantiana do “atreva-se a pensar” é vigente também na clínica e, de fato, temos insistido nos processos de verdade como necessários e ao mesmo tempo resultantes da experiência analítica. Mas isso não pressupõe uma cruzada implacável de esclarecimentos (uma das formas do *furor curandis*), mas a modulação do possível de tolerar para cada um e de acordo com as circunstâncias. Levando em conta que, uma vez surgida do imaginante, por trás de sua cara de encobrimento, subjaz na ilusão a potencialidade antecipatória: pensar no que ainda não existe.

Depreende-se daí que o juízo de realidade não constitui um saber plano que achata as ambiguidades inerentes às representações que fazemos do mundo, mas é o reconhecimento de limites na produção imaginante e poder sustentar-se nos consensos estáveis de representações, o que implica uma posição contingente.

O juízo de realidade abriga o imaginante, situando-o no espaço do possível, do duvidoso ou do impossível. Move-se em zonas impregnadas de ideologias, trabalhando entre acordos e contradições.

Realidade psicanalítica, ilusão, psicanálise valor

A realidade psicanalítica é uma estabilização de sentidos que nasce da sedimentação de experiências emocionais e cognitivas do campo transferencial, tornando concreta, atual e exposta a realidade psíquica do analisando, entendida como o conjunto de fantasias básicas e derivadas.

Tal realidade psicanalítica oferece as coberturas necessárias de ilusão -a empatia se tece no delicado eixo idealização-sugestão-com-penetração-identificação-distância-, para que os processos de verdade que se desencadeiam sejam viáveis ou toleráveis em função do alívio que geram e da modulação da dor psíquica que se consegue.

Esse delicado trânsito da sinceridade e os processos de verdade requerem novas qualidades de continência, mas em momentos avançados da análise já se pode contar com o construído durante o processo como valor em si, concretude vincular e fruto singular de um método gerador. Trata-se de uma entidade nova, criada, conquista sublimada e conjunta dessa singular relação, sedimentada pelo trabalho elaborativo, que se inclui e se legitima em uma tradição de saberes e valores compartilhados. Desse modo, o próprio processo torna-se algo substancial a ser preservado, como lugar original de questionamento radical do ser, mas também como lugar reparatório. Processo esse baseado em relações de objeto emolientes recuperadas e em processos de continência elaborativa.

A Psicanálise como Valor se sustenta no crescimento e na tolerância às verdades e “...não depende da convergência de partes ‘maduras’ preexistentes do analisando e do analista -que não têm por que serem descartadas-, mas como resultante aleatória do vital, do reparatório e do criativo incluídos na heterogeneidade psíquica dos protagonistas da análise e possibilitado por esta” (Paz, 2008, Capítulo 10).

Cronotopos

Depreende-se do que foi falado anteriormente que a base necessária da nossa clínica é a criação e a sustentação do “reino intermediário” (Freud, 1914/1980) que constituiu uma novidade absoluta no que diz respeito a recursos para lidar com o sofrimento psíquico. Nessa perspectiva, colocaremos em jogo um conceito importado de Bajtin (1982), *cronotopos*, que foi elaborado em uma perspectiva sócio-histórica da literatura. *Parece-nos útil adotá-lo para nosso ofício*, já que se refere ao plexo de lugares e tempos dissociados e reprimidos que convergem no tempo/lugar da psicanálise, outorgando-lhes carnadura atual. Ajuda-nos, assim, a precisar o que o nosso dispositivo cria, como junção de temporalidades diferentes, em um lugar estável e em ligação inextricável, gerando uma atualidade transferencial heterogênea e consistente que constitui a realidade psicanalítica. É uma matriz de facilitação da expansão subjetiva, expressa através de manifestações simbólicas de diferentes categorias, estruturas e complexidades, que relativizam o peso do atual, subordinado à ordem inercial de realidade, abrindo possibilidades de composição diversas.

Nesse contexto, a transferência de trabalho é um composto de identificações projetivas convergentes que nasce de fontes primárias de apego e necessidade cooperativa, e que se mantém sobre o eixo valorativo apontado e, operativamente, na geração de acordos cronotópicos entre paciente e analista. Por exemplo, aceitando a categoria

oscilante que vão adquirindo proporções diferentes de recordações, de reminiscências, de relatos do presente ou de antecipações projetadas. Assim como as diferentes opções do psicanalista na coleta do material e na “seleção dos fatos”, evocando Bion.

É aqui onde os estilos mostram-se nitidamente: analistas ou pacientes evocativos, outros ligados ao atual e à eficácia da tarefa, outros ao altruísmo de analisar-se “para os outros” (a mulher, os filhos, os pais etc.), gerando tensões de adequação que às vezes são tomadas, precipitadamente, como transferência negativa.

O “*timing*” é, sem dúvida, um aspecto técnico, mas sobre o qual é preciso pensar no seio do acordo cronotópico em curso e no sentido forte de *techné*, de um saber instrumental dedicado, que remete a esses acoplamentos e desacoplamentos em que é difícil delimitar forma e conteúdo das intervenções.

Em termos do processo analítico, é bom que ocorra a variação de cronotopos, uma vez que ela permite mudanças qualitativas na proporção de tempos, ritmos, tipos de conteúdo e exigências de verossimilhança (é possível pensar, nesse ponto, a diferença entre construções e interpretações). Isso origina transformações no, por assim dizer, continente caracterial da análise.

A estereotipia *a deux*, ao contrário, não exclui dinâmicas, mas as situa circunscritas a circulações reiteradas. São liturgias psicanalíticas que podem convocar o melhor de ambos para sair do aprisionamento, ou então, na pior das hipóteses, podem convocar atuações, ativações intempestivas, confissões contratransferenciais etc..

A questão é não perder de vista a preservação da cronotopia, elástica, mas consistente quando se consegue construí-la, vida situada no enquadramento formal do procedimento e que gera um lugar (tudo o que é oposto a um “*não lugar*”, no sentido proposto por Marc Augé). Ou seja, espaço vitalizado, ambiente transicional que, embora dependa essencialmente da condição especialista do analista, consolida-se ao aceitar as transformações oriundas das transferências e as influências recíprocas nos modos de pensar a singularidade do analisando. E atribuindo-se ao transferencial trófico, nascido de objetos nutritivos renascidos e aspectos do Self ligados a eles, um papel essencial na construção do dispositivo de verossimilhança/verdade, que define o valor efetivo do cronotopos como facilitador de experiências emocionais e cognitivas mutativas.

É, pois, apenas sobre uma crença fundada, que requer garantias de não descalabro e de reparação possível, que podem ser colocados em jogo, na maior quantidade de dimensões possíveis, o pulsional e o desejante recalçado.

A questão é sustentar tal realidade psicanalítica em sua heurística de verossimilhança/verdade, que inclui na própria repetição a esperança de “fazer bem as coisas desta vez” (tradução literal de *Wiedergutmachung*, uma das palavras com que Melanie Klein implicara, precisamente, os processos de reparação).

A partir desse lugar, é viável interrogar-se sobre a “realidade material” com menores distorções projetivas, o que não tem nada a ver com o menosprezo da mesma, o que seria absurdo, mas com uma ordem lógica de preeminência no processo de indagação.

O ficcional

Ficção remete a um trabalho de criação de sentidos que se sabe diferenciado do da vida em seu decurso espontâneo. No entanto, ela cria e recria sua própria consistência e, mais especificamente, uma ordem de verossimilhança.

A ficcionalidade requer, para sustentar-se, um pacto simbólico com outro ou outros de acordo com contextos e circunstâncias. Possui também certas características fundamentais:

- 1) O distanciamento da realidade material.
- 2) A geração de lógicas representacionais com sentidos e perdurabilidade consistentes.
- 3) A suposição, em relação dialética com o item 1, de uma realidade material que existe e é constituída para além da construção ficcional.

O exemplo mais claro de tal pacto é o que se estabelece entre atores e espectadores em uma peça de teatro, que supõe o amparo de credibilidade durante o tempo em que a proposta possuir verossimilhança, ou seja, enquanto as premissas de tempo, lugar, sentidos se mantiverem, ainda que em formas estéticas “avançadas” trabalhe-se sobre os limites. A demarcação espacial e temporal são aspectos fundamentais do enquadramento necessário para que a peça tenha um forte impacto.

É útil pensar na ordem psicanalítica em ressonância com uma construção histórica e conceitual distinta, encarnada também em tradições culturais de tempos remotos. *Acrescentando uma tomada de posição fundamental*: a ideia de ficção não subsume nem esgota a noção de realidade como socialmente construída. Tampouco a essência da realidade psicanalítica.

Mas a ficção não é, como foi dito algumas vezes, um “como se”, ideia que implica a de uma inconsistência ilusória, que teria que ser superada por um adequado acesso “à realidade”. O “como se” conota uma transicionalidade no sentido mais fraco da palavra: pseudorealidade que, à luz do dia, desvanece.

Mas acontece que as sombras infernais da Odisseia têm presença efetiva, casual, em uma ordem de materialidade persistente e consistente. Que deve se transformar sem jogar a criança (Self produtivo imaginante) junto com a água do banho (os aprisionamentos parasitários por submissões imaginárias). É por esse motivo que a analogia da psicanálise com procedimentos ficcionais tem certa validade, mas a pretensão de expor suas raízes e de superar as resistências rompe o pacto que os procedimentos ficcionais supõem.

Uma consabida discussão no ofício teatral é o grau de incidência do mesmo na vida dos espectadores. Usualmente a questão é respondida com prudência - "ninguém pretende mudar a vida de ninguém a partir de uma *mise-en-scène*", ou outras modéstias desse estilo. Nós, ao contrário, sim. Daí a importância de marcar diferenças. Questão ambiciosa que se demonstra por oposição nas prevenções freudianas que dizem respeito ao *furor curandis* e que, a não ser pela megalomania secreta, não têm lugar em nossos pactos ficcionais.

O ficcional/teatral relaciona-se com a venerável tradição aristotélica que codificara a catarse. Esta, como sabemos, é parte fundamental da história de constituição do método psicanalítico e, acrescentemos, componente essencial do atual, incluída e transformada. No entanto, para além das semelhanças, a superação das resistências marca nossa especificidade. É a partir dela que se esperam transformações no sofrimento e nos modos de ser com a ativação transfereencial de pulsões e desejos desdobrados em relações objeto/sujeito, o que requer que seja atravessada pelas realidades dos outros e do mundo. Sem tal atravessamento, o espaço analítico se desvirtua como narcisismo "*a deux*", âmbito de resistência tentador frente às dificuldades da vida, mas que leva consigo, sob o alibi de sustentar uma vinculação especial, a própria experiência do inconsciente. Esta, de fato, supõe encarar todas as rochas duras, tenazes, insistentes, por vezes opacas à apropriação simbólica, que requerem um trabalho respaldado para serem transformadas. Se tal espaço transferencial não pode sustentar sua consistência e, portanto, sua autonomia relativa, decai em operações restritas de esclarecimento, na medida em que não se engendram "aquis" e "agoras" de repetição que possibilitem *in presentia* o trabalho elaborativo da diferença.

Acrescentemos que o cronotopos psicanalítico clássico é baseado em uma temporalidade de evolução e progresso, em oposição e luta com a compulsão à repetição. Mas o trabalho no campo entendido como transferencial, povoado de representações e cargas emocionais inerentes à heterogeneidade de versões do Self e relações de objeto, levou à construção de um cronotopos daquilo que emerge e se expande. Este não é exclusivamente o infantil nem pode ser apanhado em um relato sequencial.

O caminho é, então, dar lugar aos fragmentos não agrupáveis em alguma coerência superior graças à contenção, que opera como propiciadora de uma semiose alternativa.

A partir dessa perspectiva, o cronotopos psicanalítico torna-se matriz relacional que tende a produzir expansões subjetivas a partir de uma heurística do inconsciente. Assim, com todas as variações e heterogeneidades possíveis, aquelas correntes que promovem o trabalho no campo e admitem em todos seus efeitos a regressão/expansão são incomensuráveis com os parâmetros normatizados pelo relato sequencial e ascensional (do inferior ao superior, do primitivo ao evoluído, do infantil ao adulto).

Essa conjunção de paradigmas não é totalmente desdenhável, e não apenas admitindo-a com secreta superioridade, pois acontece que é simplesmente impossível desprender-se, a não ser maníaca ou histericamente, de valores que nos informam e que ainda nos dizem coisas valiosas. O imprescindível é desencaixá-la da sucção por dispositivos de coerção que achatam, dado que o atual dominante não é precisamente a valorização de um pensar emocional e de uma emocionalidade cognitiva abertos.

Para concluir:

A ficção nunca se desentende do real e de outras construções de realidade, assim como dos processos de verdade, pois constituem uma referência implícita, ainda que seja para ignorá-los, livrar-se deles ou até violentá-los.

A antiga asserção freudiana, congruente com o senso comum do fantasiar como defesa frente às penúrias da vida, conserva seu valor, mas se torna mais complexa na medida em que toda a cultura pode ser concebida como construção alternativa à opacidade e dureza daquilo que é dado.

É oportuno aqui, para finalizar, nessa zona limítrofe entre dispositivos ficcionais e de processamento de verossimilhança/verdade, trazer a contribuição de Tarkovski, em uma citação cheia de ressonâncias para nós, psicanalistas.

“Não deveríamos esforçar-nos em apresentar ao espectador uma ideia; [...] É melhor mostrar-lhe a vida, e ele já saberá o que fazer com ela.”

E logo, para que nos apropriemos dela: *“No cinema há apenas uma coisa importante: a verdade de alguns estados momentâneos”* (Orellana, 2003, párr. 21).

Resumo

Partimos da premissa da existência de realidades (no plural) historicamente construídas. Aquilo que espontaneamente denominamos realidade é, na verdade, uma massa viva de significações onde convergem modos diversos de conceber os outros, o mundo e os valores. No âmbito de nossa incumbência: o inconsciente (o psíquico “verdadeiramente real”) e a realidade psicanalítica. Uma versão fraca pode levar a entender como objetivo de nossa clínica o cadenciar da interioridade pulsante e fantasmática com os requerimentos do externo a seu regime. Postula-se uma clínica transferencial, de campo e processo analíticos a partir da qual se constitui a realidade psicanalítica. Introduce-se o conceito de Bajtin de cronotopos, como ligação de lugares e tempos dissociados e reprimidos que convergem no tempo/lugar da análise, outorgando-lhes carnadura atual. A ideia de ficção é posta em questão para dar conta daquilo que se coloca em jogo no nosso domínio.

Palavras-chave: Realidade material, Realidade psíquica, Mundo interno, Ilusão, Ficção. **Candidata a palavra-chave:** Realidade psicanalítica.

Abstract

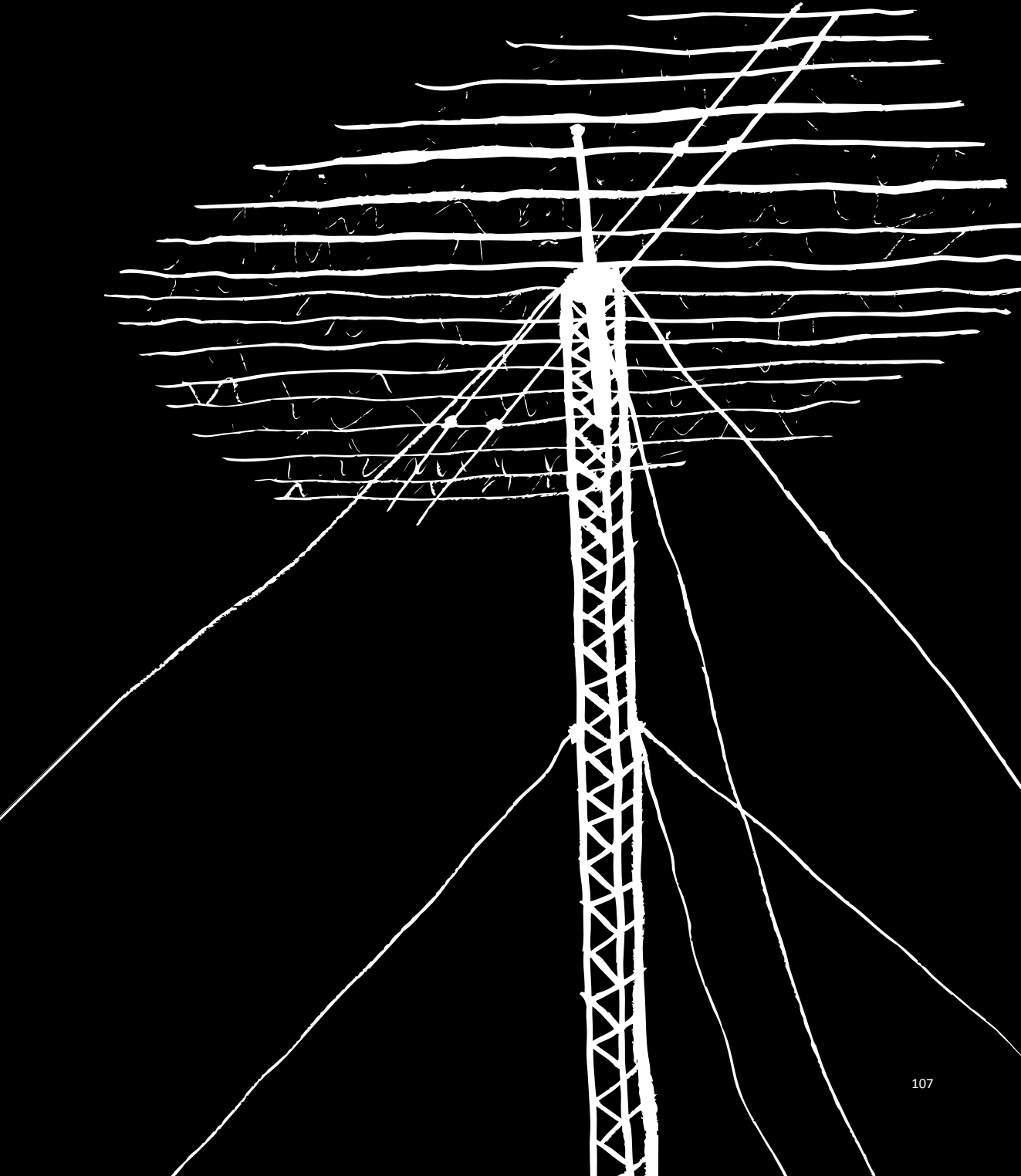
This paper begins considering the existence of realities (in plural) historically constructed. That which we spontaneously call reality is a prime matter alive of signifiers where converge a diversity of modes of conceiving the others, the world and values. And in the field we are dealing with: the unconscious (the really true psychic) and the psychoanalytical reality. A soft version can lead us to understand a scope of our clinic to slow down the pulsing and fantasmatic interiority with exterior requirements to his regime. We claim a transference clinic of analytical process and field from where we constitute the psychoanalytical reality. It introduces Bajtín's concept of "chronotopos" link between dissociated places and times that converge with places and times of the analysis, rendering them current incarnation. The idea of fiction is questioned to express what is at stake in our domain.

Keywords: Material reality, Psychic reality, Internal world, Ilusion, Fiction. **Candidate to keyword:** Psychoanalytic reality.

Referências

- Aulagnier, P. (2001). *La violencia de la interpretación: Del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bajtín, M. (1982). *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI.
- Bion, W. (1967). *Second thoughts: selected papers on psychoanalysis*. London: William Heinemann.
- Castoriadis, C. (1997). El imaginario social instituyente. *Zona Erógena*, 35, 47-50.
- Fairbairn, R. (2003). *Estudio psicoanalítico de la personalidad*. Buenos Aires: Hormé.
- Freud, S. (1979). Sobre la psicología de los procesos oníricos: lo inconciente y la conciencia, la realidad. In *Obras completas* (Vol. 5, pp. 598-608). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1980). Recordar, repetir y reelaborar: Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II. In *Obras completas* (vol. 12, pp. 145-157). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1914)
- Kuhn, T. (1989). *¿Qué son las revoluciones científicas? y otros ensayos*. Barcelona: Paidós.
- Orellana, J. (2003). La falsa frontera entre ficción y realidad en el cine: Una interpretación epistemológica del realismo de André Bazin y Andréi Tarkovski. Recuperado de <http://www.andreitarkovski.org/articulos/orellana.html>
- Paz, R. (2008). El psicoanálisis valor. In R. Paz, *Cuestiones disputadas en la clínica y la teoría psicoanalítica* (pp. 335-347). Buenos Aires: Ediciones Biebel.
- Tarkovsky, A. (2002). *Esculpir en el tiempo*. Madrid: Rialp.
- White, H. (2011). *La ficción de la narrativa*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.
- Winnicott, D. W. (1999). Objetos y fenómenos transicionales. In D. W. Winnicott, *Escritos de pediatría y psicoanálisis* (pp. 307-324). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1951)
- Wisdom, J. O. (1967). Un acercamiento metodológico al problema de la histeria. *Revista de Psicoanálisis*, 24(3), 495-527.

Fora de Campo



A herança**

A estrada que saía para a fazenda Bromfman no final de agosto não é diferente de milhares de outras estradas para fazendas de grãos no Kansas – lama seca polvilhada com uma fina poeira de argila amarela que se desloca quase imperceptivelmente com o menor movimento do ar. Randy Larsen se dirigia à fazenda em resposta a uma ligação dizendo que alguém havia morrido lá. No condado de Arwood, um dos xerifes faz um inquérito de rotina sobre as circunstâncias de todas as mortes que ocorrem fora do hospital do condado. Essas investigações frequentemente se tornavam simples ligações de condolências. Randy suspeitava que um ou outro dos pais de Earl Bromfman ou de sua esposa –ele não conseguia lembrar seu nome– havia morrido durante uma visita.

Randy conheceu Earl no colegial, quando eram colegas no time de futebol. Todos os anos alguns dos jogadores mais velhos importunavam os mais novos. Earl estava no segundo ano, e Randy, no primeiro, e ele cuidou de Randy quando este entrou para o time, algo pelo qual Randy ficou agradecido até o dia de hoje. Ele lembrava de Earl como um “garoto de fazenda” –um dos filhos de famílias de fazendeiros cujas vidas eram inimagináveis para aqueles que cresceram na cidade. A vida na fazenda era uma vida regida pela natureza, de um modo que as crianças da cidade podiam chegar a captar, mas jamais poderiam entender plenamente.

Forças de imenso poder –centenas de milhas de nuvens negras de gafanhotos que bloqueavam o sol; léguas e léguas de pragas de trigo que têm o poder de destruir um ano de trabalho de milhares de pessoas; a desolação de um animal após parir um natimorto; a destruição causada por uma geada precoce e aberrante ou uma tempestade de granizo no verão–, tudo isso pairava silenciosamente sobre as crianças da fazenda, a sabedoria de que a natureza não tem inimigos, nem favoritos, a sabedoria que deixava nessas crianças o terrível medo face aos limites do poder de seus pais, que se não eram capazes de controlar seus próprios destinos, muito menos podiam controlar o de seus filhos.

Earl, que recentemente completou 36 anos, era da terceira geração dos homens Bromfman a possuir e gerenciar a fazenda de trigo da família. Ele era um homem

* Associação Psicanalítica Americana, San Francisco (EUA).

** Este texto foi publicado originalmente em *The parts left out: A novel* (por Karnac Books, em 2013) e sua reprodução foi gentilmente autorizada por Karnac Books. Traduzido por Pedro Antunes.

grande, com finos cabelos loiros e olhos azuis penetrantes. Seu peso e sua voz grave e ressonante impunham um respeito que ele não achava que merecia. Como tantas entre as pequenas fazendas do condado de Arwood, a de Earl passava por dificuldades, em parte por causa de uma série de secas ao longo dos anos, mas principalmente porque os conglomerados, com seus modernos sistemas de irrigação e transporte, conseguiam vender suas safras por um preço menor do que o dos pequenos fazendeiros. Earl assumiu a fazenda logo depois da universidade, uma decisão bem-vinda por seu pai, cuja artrite piorava a cada ano, e por seu irmão mais velho e sua irmã mais nova, que consideravam a fazenda condenada.

A maioria das pequenas fazendas que restavam era administrada por homens que Earl havia conhecido a vida inteira. Eles haviam frequentado a mesma escola, a mesma igreja, eles haviam visitado as casas uns dos outros por alguma razão –para entregar uma caçarola se alguém estava doente, pegar uma ferramenta ou uma peça de maquinaria emprestada por uma semana ou algo assim. Earl sempre foi querido, visto como um homem que defendia seus amigos e lutava por suas fazendas e por sua maquinaria antiga tão ferozmente quanto lutaria pela suas próprias coisas.

Sua esposa, Marta, uma mulher solene de pequeno porte, trabalhava com Earl na fazenda, ao lado de dois ou três homens contratados que apareciam apenas quando a temporada de plantio se aproximava e desapareciam depois da colheita. Desde que os tempos difíceis começaram, Marta conseguia algum dinheiro trabalhando como garçõnete na lanchonete da cidade, em meio turno durante a temporada agrícola e em turno integral no inverno. Ela era sempre agradável com os clientes e os outros funcionários da lanchonete, mas raramente sorria, e nunca ria. Ela não conversava sobre si mesma ou sobre sua família, nem bisbilhotava os assuntos dos outros; ela chegava na hora e saía quando o expediente terminava. Era difícil dizer sua idade, pois seu rosto era uma teia de rugas e vincos gravados em sua pele pelo sol e por suas preocupações.

Marta não queria filhos, mas teve dois. Warren e Melody, agora com 11 e 15 anos, ajudavam com algumas tarefas da fazenda para economizar de Earl o custo de contratar um funcionário extra. Melody ensinava a Warren como fazer os trabalhos mais difíceis, à medida que ele ficava mais velho. Com pouco tempo para atividades além da escola e do trabalho na fazenda, eles eram os melhores e únicos amigos um do outro. A forte ligação entre os dois era evidente para qualquer um que os visse juntos, apesar de a natureza desse vínculo só ser conhecida pelos dois.

A casa de fazenda no terreno de Earl era pequena, mesmo para os padrões das fazendas vizinhas. Ela tinha três cômodos –a cozinha, que ocupava o térreo por inteiro, e dois quartos no segundo andar–, além de um pequeno banheiro embaixo da escada. Earl e Marta dormiam no quarto maior, enquanto Melody e Warren dividiam o outro quarto. Quando Earl era criança, havia três camas no quarto menor, para acomodar seu irmão, sua irmã e ele.

Quando pequeno, Warren era muito tímido, seguindo sua mãe dia e noite, sem nunca perdê-la de vista. Mesmo com dois anos de idade, acordava antes do nascer do sol pelo som de seus pais se vestindo para as tarefas da manhã e ia, silenciosamente, atrás de sua mãe até o celeiro onde ela alimentava e dava água aos dois cavalos de arado. Warren sentava no chão perto de uma das baias,

chupando o dedo enquanto assistia sua mãe trabalhar. Sua boca e seu rosto ficavam riscados por uma mistura de sujeira, feno e esterco de cavalo, o que parecia não lhe incomodar. Marta considerava a necessidade do menino de ficar perto dela como um sinal de fraqueza, uma atitude da qual não gostava, pois ela sabia bem demais que os fracos não se davam bem nesse mundo.

O que ela achava mais repelente em Warren era o constante chupar de dedo e, ainda pior, o olhar delirante em seus olhos enquanto o fazia. Ele começou a chupar o dedo com apenas algumas semanas de vida e parecia fazê-lo cada vez mais à medida que crescia. Seu dedão estava sempre em sua boca e não só na frente da família, mas também, sem qualquer vergonha, na frente dos visitantes da fazenda e na escola, até agora, aos 11, uma idade em que a maioria das crianças já tinha perdido esse hábito.

Nos anos recentes, sempre que a professora, Senhorita Wells, avistava Marta na lanchonete, ela fazia questão de lhe falar sobre como Melody era uma boa menina, quase uma mocinha agora –de tão boa índole e ansiosa para ajudar. Ela sempre acrescentava que Warren era um bom menino, mas era uma criança muito quieta, que sentava na fila do fundo, chupando o dedo, raramente participando das aulas, ou do coral, ou nos esportes. Cada criança é diferente –ela havia aprendido isso ao longo dos vários anos ensinando–, mas, de uma maneira ou de outra, todos pareciam crescer e se sair bem. Marta acenava com a cabeça, concordando sobre cada criança ser diferente, mesmo crianças da mesma família, e como cada um parecia encontrar seu próprio caminho, só Deus sabia como. Interiormente, Marta se encolhia quando a Senhorita Wells falava de Warren, mas você nunca desconfiaria pela expressão em seu rosto ou pelo som de sua voz ao se unir aos elogios da Senhorita Wells a Melody e à sua confiança de que Warren, como todas as outras crianças que ela ensinava, se tornaria um bom rapaz cujos pais se orgulhariam.

A Senhorita Wells estava certa, Melody era uma boa menina, mas nem sempre foi assim. Quando tinha quatro anos, perto da época em que Warren nasceu, ela era um pequeno terror, correndo pela casa sem ouvir nada que lhe diziam. Palmadas no bumbum não levavam a nada, apenas a uma completa produção teatral com choro como você nunca havia escutado. Podia fazer você sentir como se sua

A herança. Alguns comentários sobre o texto de Thomas Ogden

Juarez Guedes Cruz*, Paulo Henrique Favalli*, Sergio Lewkowicz*,
Maurício Marx e Silva**, Ana Rita Taschetto***, Karen Cainelli***, Katia Ramil Magalhães***,
Laura Meyer da Silva***, Maria da Graça Motta***, Nyvia Oliveira Sousa***

* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

** Membro Associado da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

*** Membro Aspirante da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

cabeça estivesse rachando, e limpar tudo o que saía do seu nariz se tornava apenas mais uma tarefa do dia. A única coisa que funcionava com Melody era colocá-la no seu quarto e dizer que ela não ousasse sair ou terminaria no armário. Melody só precisou ser trancada no armário algumas vezes para aprender a se comportar, e ela era uma menina muito colaboradora desde então.

O encontro seguinte de Marta com a Senhorita Wells ocorreu em um sábado particularmente quente e úmido da primeira semana de agosto. Todas as mesas da lanchonete estavam cheias, e as pessoas se apertavam na porta, metade dentro e metade fora da lanchonete. Com a porta aberta, o ar condicionado não dava conta do calor que vinha da rua e da cozinha. A costas do uniforme de Marta estavam encharcadas de suor enquanto ela tentava anotar os pedidos dos clientes que conseguiam mesas, servir os pratos quentes que se acumulavam no balcão da cozinha, trazer o troco para os clientes que esperavam impacientemente para ir embora e limpar as mesas cheias de copos e pratos sujos. A Senhorita Wells havia conseguido encurralar Marta enquanto ela segurava um copo embaixo do cano de Coca-Cola na máquina de bebidas. Marta conseguiu se esquivar depois de mais ou menos um minuto, mas o boletim da Senhorita Wells sobre Warren e Melody a deixou agitada da mesma maneira. Naquela noite, enquanto Warren terminava de limpar a mesa depois do jantar, Marta, parada na pia, com água até seus cotovelos, lhe disse: “Vi a Senhorita Wells hoje. Ela disse que você senta no fundo da sala e chupa o dedo o dia todo. Você tem 11 anos agora, deveria comportar-se melhor”. Marta aprendeu a lidar com Melody quando ela era novinha, mas continuava tentando-o com Warren. Nem o armário havia funcionado com ele. Ele era um menino obstinado. A mãe de Marta nunca havia lidado com ninguém como Warren e, mesmo que tivesse, Marta não falava com ela há muitos anos e jamais pensaria em lhe pedir conselhos sobre o que quer que fosse. Conversar com a mãe de Earl, Flora, que havia morrido há alguns anos, nunca foi de nenhuma utilidade, pois ela sempre ficava do lado das crianças, o que deixava Marta tão irritada que era difícil manter a cordialidade.

Em várias ocasiões ao longo dos anos, Marta havia visitado a farmácia com a intenção de perguntar ao farmacêutico, Senhor Renkin, se ele sabia como lidar com uma criança da idade de Warren que ainda chupava o dedo, mas a

Considerações iniciais

“A poesia é indispensável. Se eu ao menos soubesse para quê...”. O caráter sintético desse intrigante epigrama de Jean Cocteau (citado por Ernst Fischer [1959/1967] em seu ensaio sobre a necessidade da arte) aponta para o paradoxo que nos propõe a experiência artística: ela nos remete à ordem da vivência puramente subjetiva, constituindo nisso a

sua essência. Ao mesmo tempo provoca a necessidade de explicações que a objetivem. Esse parece ter sido o desafio de Thomas Ogden enviando para publicação na revista *Calibán* um texto de ficção. Que a psicanálise sempre se apoiou na literatura para ilustrar suas concepções é um fato bem conhecido e documentado. Desde Freud (1907/1976), os textos de escritores criativos, além de ponto

cada tentativa seu orgulho falava mais alto e ela não conseguia falar com ele, e apenas comprava algo que não precisava para não chamar a atenção de ninguém. Ela finalmente percebeu, não muito depois do aniversário de 11 anos de Warren, que ela nunca conseguiria falar diretamente com o Senhor Renkin e que seria mais fácil lidar com a vendedora que trabalhava meio turno, cujo crachá azul brilhante com letras brancas dizia “Jenny”. Jenny, uma menina ruiva e esbelta, com grandes sardas alaranjadas por todo o rosto, que não devia ter saído do colegial há mais de um ou dois anos. Ela era um tipo que Marta havia conhecido na escola e de que não gostava, o tipo que levantava a mão o tempo todo, ansiosa para se exibir. Marta teria preferido falar com uma mulher mais velha, com filhos, que sabia como as crianças podem ser difíceis.

Como a farmácia era em frente à lanchonete, Marta podia tentar, nos seus intervalos, correr até o estabelecimento quando não houvesse clientes. Tentando ser o mais casual possível, como se o problema que ela tinha com Warren fosse comum, ela perguntou a Jenny no tom mais amigável e maternal que podia: “Você tem algo que as pessoas usem para manter os dedos das crianças longe de suas bocas?”

Jenny olhou para Marta reticente, sem entender o que ela estava perguntando.

“Você quer dizer algo para um bebê que coloca tudo na boca?”

“Não, eu quero dizer algo para uma criança mais velha.”

“Uma criança mais velha que faz o quê com seus dedos?”

“Uma criança que coloca o dedão na boca.”

“Oh, uma criança mais velha que ainda chupa o dedo. Tinha uma menina na minha sala que fazia isso até ficar mais velha. Era triste e eu me sentia mal por ela. Vou perguntar ao Senhor Renkin o que fazer.” Jenny se virou, caminhou para trás do balcão e falou baixinho com o farmacêutico. Marta assistia com o canto do olho. A maneira com que Jenny sussurrava e a expressão grave no rosto do Senhor Renkin faziam parecer como se a garota estivesse perguntando sobre um tratamento para sífilis, não sobre um remédio para uma criança que chupa o dedo.

Ao retornar, Jenny disse a Marta: “O Senhor Renkin me disse para lhe dizer que não se preocupe. Ele disse que esse problema não é incomum e que, nor-

de partida para profundos insights a respeito do psiquismo humano, constituíram a base de sustentação de diversas construções teóricas e clínicas psicanalíticas.

A novidade é que, em anos mais recentes, vários psicanalistas ilustres (Bion, Ferro, Bollas e Ogden) têm tomado um rumo que, à primeira vista, parece inverso: elaboram, eles próprios, textos ficcionais com os quais preten-

dem expressar, de maneira direta e sem uso do jargão especializado, suas concepções a respeito da alma humana.

Tal providência parece ter o seguinte fundamento: a linguagem dos afetos pode ser mais eficientemente expressa se a colocamos em uma dicção poética e estética do que se a reduzimos a uma retórica técnica. Para citar um só exemplo: a expressão “horas-espe-

malmente, as crianças superam, mas algumas devem ser castigadas. Ele sugere colocar uma pomada no dedão da criança que tenha cheiro e gosto ruins e que deixe o dedão dormente, algo que a maioria das crianças não gosta e faz com que elas parem. Ficaré pronto em mais ou menos uma hora”.

No caminho de volta para a lanchonete, ela repassou as palavras do Senhor Renkin na sua cabeça várias vezes, contente por ouvir as palavras “algumas crianças devem ser castigadas”. Ele parecia entender o que ela enfrentava. Ela não contaria a Earl. Não havia necessidade de incomodá-lo com isso. Era seu trabalho como mãe administrar essas coisas. Ele provavelmente não entenderia o dano que pode causar deixar isso acontecer por muito tempo –ele normalmente é indiferente com relação às crianças, mas esse é o jeito dos homens, não é?

Apesar de serem as palavras do Senhor Renkin que passavam pela cabeça de Marta, era a voz de Jenny que as dizia. Jenny era apenas uma menina, e uma menina daquela idade não tem experiência real com crianças, ou com a vida, em todo o caso. No entanto, o som da voz de Jenny tinha um efeito consolador em Marta. A garota havia tratado Marta respeitosamente, como uma mulher mais velha –ela a chamou de Senhora Bromfman depois de falar com o farmacêutico, que deve ter lhe dito seu nome de casada. Marta apreciou isso.

No restante daquela tarde, na lanchonete, o movimento foi calmo. Marta olhava para seu relógio a cada dez minutos, ansiosa para pegar a pomada. Ela ensaiou em sua cabeça as palavras que ia usar para dizer a Warren sobre a pomada que colocaria em seus dedos –na verdade, ele só chupava o dedão direito, mas ele podia começar a usar o esquerdo quando o direito não estivesse mais disponível. Ela imaginava a expressão em seu rosto quando ela lhe desse a notícia de que os dias de envergonhar a família e a si mesmo estavam no fim. Ela teria que encontrar uma hora e um lugar em que ela e o garoto não fossem interrompidos por Earl ou por Melody. Provavelmente o levaria para os fundos depois de lavar a louça; isso seria o melhor. A última coisa que ela queria era que Earl ou Melody estragassem o plano ao qual ela havia dedicado tanto tempo e empenho. Não foi fácil, mas já que ela era o único membro da família que levava o assunto a sério, cabia a ela cuidar dele.

rança”, utilizada por Meltzer (1986), parecemos muito mais eloquente, ao referir-se à consistência e estabilidade de uma relação de objeto, do que a locução técnica e algo fria “constância objetal”.

Conforme Bion (1973), a capacidade negativa da mente do analista é a habilidade de permanecer na incerteza, no mistério e na dúvida (o não saber) sem procurar o fato e a ra-

ção. O poeta, por exemplo, detém essa condição de suportar uma sobrecarga de afeto e mistério, sem refugiar-se em respostas, permanecendo aquele que indaga de uma forma estética. Assim, ele transforma suas inquietudes em arte. No seu prelúdio à trilogia *Uma memória do futuro*, onde ocorre a passagem para essa outra modalidade de escrita, Bion (1991) escreve que nessa obra há mudanças

O jantar parecia durar para sempre, mas finalmente a mesa estava vazia, o chão varrido e a louça no corredor. Marta podia ver que Warren estava prestes a escapar. Ela o chamou: “Warren, quero falar com você”. Na sua obediente, mas distante maneira, Warren virou-se e seguiu sua mãe pela porta dos fundos para o caminho marcado pelo sol e por pneus entre a casa e a casinha que só era usada pelos funcionários. Um caminhão abandonado, uma velha máquina debulhadora e outras máquinas quebradas da fazenda enferrujavam silenciosamente no pátio.

“Eu vi a Senhorita Wells outro dia e ela me disse que você é um bom menino, mas que você se destaca dos outros porque seu dedão está na sua boca a maior parte do tempo. Isso é verdade?”

Olhando para o chão, Warren disse: “Acho que sim.”

“Ela disse que você deve ser estimulado a parar de agir assim. Você acha isso uma boa ideia e gostaria de ajuda para isso?”

“Eu não sei, sim.”

“Você não fica envergonhado por fazer isso na sua idade, na frente de todos?”

“Acho que sim.”

“Eu falei com o Senhor Renkin, na farmácia, e ele disse que tinha algo que lhe ajudaria a largar esse hábito. Você quer ver o que é?”

Ainda olhando para o chão e desenhando linhas na terra seca com seu pé direito, ele disse calmamente: “Tudo bem.”

“É uma pomada para ser colocada nos seus dedões para te lembrar do que você está fazendo quando coloca o dedão na boca. Depois de todo esse tempo, você não percebe se seu dedão está na sua boca ou não. Você acha que um lembrete vai ajudar a perceber que você está fazendo isso, para que você possa parar?”

“Eu não sei. Talvez.”

“Eu estou com a pomada aqui e vou colocar um pouco nos seus dedões para você começar logo. Não faz sentido perder tempo com isso, faz?”

Marta pegou a pomada cuidadosamente na sacola de papel que Jenny havia lhe entregado poucas horas antes. Depois de espremer um pouco da pomada amarela no seu dedo indicador, Marta olhou para Warren, que lhe ofereceu as

de significado que estão de acordo com as regras da gramática, há outras cujas regras serão mais difíceis de detectar, e só o serão por aqueles dispostos a fazer o esforço, e há ainda outros modos de pensamento cuja lógica, gramática e modo de compreensão ainda não foram descobertos. Para esses é que ele e outros autores lançaram mão da “licença poética”. O que levaria um psicanalista a utilizar esse

recurso literário para melhor expressar seu pensamento? Seria a busca de uma maior liberdade? Escapar do superego técnico? Seria a escrita criativa uma forma mais sofisticada, com maior alcance, de comunicação via identificação projetiva?

Meltzer (1995) salienta que uma poesia bem-sucedida é inspiradora e possui a capacidade de emocionar, tanto com reações de

duas mãos com as palmas para baixo. Marta segurou seu braço direito firmemente e passou a pomada no seu dedão, de alto a baixo, até a base. Em seguida fez o mesmo com o outro dedão. Warren não resistiu. O cheiro picante da pomada irritou os olhos de Marta, fazendo com que lágrimas caíssem por suas bochechas.

Warren voltou para a escuridão da casa depois que a pomada foi aplicada. Melody estava no quarto que dividia com Warren, sentada em sua cama, lendo um livro escolar quando Warren abriu a porta.

Ela olhou para cima e perguntou: “O que aconteceu?”

“Ela colocou uma coisa nos meus dedões que tem cheiro e gosto ruins.”

“Dói?”

“Não, mas meus dedões estão dormentes, como se estourassem como balões quando toco algo.”

Melody foi calmamente pegar um pano úmido e um pouco de sabão para tirar a pomada da pele de Warren, antes que penetrasse.

Na manhã seguinte, Warren alimentou e deu água aos cavalos, e alimentou as galinhas como fazia todos os dias depois do café da manhã. Um tipo de vitória, pensou Marta, quando o viu sem o dedão na boca e sem a terrível expressão de contente autossatisfação no seu rosto. Semanas se passaram com novas aplicações da pomada dia e noite. A casa estava ainda mais quieta que o normal, com apenas algumas palavras ditas quando algo precisava ser feito. A quietude era tudo, menos pacífica. O ar que os quatro respiravam estava impregnado com a batalha que estava sendo travada entre Marta e Warren.

Apesar de ser apenas um menino, Warren já era páreo para sua mãe. Warren a enfrentava de uma maneira que nunca Earl ou Melody haviam ousado. A batalha entre eles parecia ser sobre seu comportamento –o chupar de dedo que Marta tanto odiava–, mas o que estava em jogo era muito maior que esse hábito. Uma luta de vida e morte acontecia entre os dois. Estava em jogo sua vontade, e a dela. Nenhum deles tinha algo além da vontade como propriedade. Marta, em sua cabeça, não era nem fazendeira, nem garçonete, nem esposa, nem mãe –ela era uma chama pálida que negava se extinguir. Ela *era* sua recusa em ter sua vontade frustrada. De forma semelhante, Warren, em sua cabeça, não era filho, nem aluno. Ele *era* sua recusa em ser extinto por sua mãe.

perturbação ou inquietude, como de admiração. A leitura de poesia nos leva a um impacto estético e pode vir a se tornar um alimento ou instrumento para um pensar sobre as experiências emocionais, possibilitando um crescimento mental. A criação literária (artística) possibilita nomear o que não tem nome, algo que inexistia ou era inimaginável, mas que se descobre e se sente, como quando o bebê per-

cebe o seio pela primeira vez, quando alguém é beijado e sente o beijo, quando se vê a neve, enfim, quando não há palavras que definam o que se sente. Desse modo, a intervenção clínica do analista é fertilizada pela arte de modo geral, onde existe a possibilidade de novos significados mentais.

A leitura do conto de Ogden permite a apreensão estética de ocorrências emocionais

No meio desse período de intensa guerra, uma manhã, depois que Warren havia terminado suas tarefas, Marta o espiou sentado atrás do celeiro com o dedão na boca. Ou ele tinha se habituado a ignorar os efeitos da pomada, o que era bem possível para Warren, ou ele havia encontrado uma maneira de tirá-la de seus dedos. Marta pensou que talvez Warren tivesse consciência de estar quebrando as regras; talvez ele estivesse ostentando sua vitória sobre ela. O fato de Marta ter visto o menino com o dedão na boca foi sentido por toda a família de maneira tão impactante quanto a explosão de uma arma. Nenhuma palavra precisava ser dita. Uma mudança radical havia acontecido que parecia afetar todo o mundo físico e mental da família, como se a intensidade da luz do sol tivesse aumentado repentinamente e o ar tivesse ficado mais fino do que era. Uma mudança em Marta havia começado que ninguém no mundo, exceto Earl, havia visto antes. A resposta de Marta dessa vez não era ferver de raiva, como era seu costume quando Warren desobedecia. Ao contrário, ela afundou tanto em si mesma que ela parecia não mais viver na mesma casa, ou no mesmo mundo, que os outros membros da família.

Durante esse período, que durou vários dias, Marta repetidamente perdia e reavia sua habilidade de transformar seus pensamentos em palavras para si mesma. Quando conseguia falar consigo mesma sobre o que estava sentindo, ela percebia que não estava apenas consumida por amargura ou uma fome de vingança; o que ela sentia era futilidade, não apenas com relação à luta com o menino, mas com relação à crescente percepção de que ela jamais escaparia da vida que o destino lhe havia reservado. Enquanto estudante na universidade estadual, ela conheceu Earl, um garoto de quem ela gostava, mas não amava –ela ainda não tinha certeza do significado da palavra *amor* quando ouvia outras pessoas usando. Marta se casou aos 21 anos, aos 25 já tinha dois filhos e tinha vivido sua vida adulta como a esposa de um fazendeiro, algo que ela havia prometido a si mesma que nunca aconteceria. Havia mulheres que não se casaram, nem tiveram filhos, mas elas pareciam mais fortes que ela. Elas aceitavam ser excluídas, serem vistas com pena, serem vistas não como mulheres de verdade. Marta atacava a si mesma por ser tão fraca a ponto de se deixar chegar aonde estava.

que não causariam o mesmo efeito caso fossem transmitidas na linguagem teórica. Difícil imaginar um texto técnico psicanalítico, um relato de caso, que nos impactasse de forma mais poderosa do que a história de Marta Bromfman, essa pobre mulher que enlouquece, diante de nossos olhos atônitos e comovidos, a partir de um fato aparentemente banal.

Coerente com essa proposta, o autor (Ogden, 2006) recomenda ler poesia e ficção como parte da formação de psicanalistas. Diz ele que essa é uma forma de “treinamento do ouvido” e assegura que a escrita imaginativa tem sido essencial para um contato com a vida-onírica nos seminários analíticos conduzidos por ele.

Mas, uma vez vivenciado o impacto estético proporcionado pelo instigante conto de

Durante essa série de dias em que tudo corria ao mesmo tempo em sua mente, Marta se viu correndo até a farmácia, dessa vez não para pedir mais remédio –pois ela sabia que não havia nenhum lá–, mas para dizer algo a Jenny. Ao abrir a porta da farmácia, Marta parecia diferente com Jenny –ela olhava diretamente nos olhos de Jenny e se movia com forte determinação.

Marta levou Jenny firmemente para um canto da loja, longe de onde o Senhor Renkin estava trabalhando. “Eu tenho algumas palavras para lhe dizer, e se eu não disser agora, temo que nunca o farei, então, por favor, me escute. Só vai levar um minuto. Você é jovem ainda, e ainda há tempo de tomar algumas decisões antes que elas sejam tomadas por você. Você deve saber que, quando se casa e tem filhos, a vida que tinha antes é arrancada de você. Não, na verdade, você a entrega ao concordar em se casar e ter uma família, mas a maioria das mulheres não sabe disso e nem sempre decide ter uma família, elas apenas vão e fazem. É preciso ser uma mulher muito forte para decidir não se casar e nem ter filhos, e você pode ou não ser uma delas, mas quero que você tome uma decisão sobre isso antes de fazê-lo, porque, se você realmente escolheu essa vida, acho que você sentirá menos amargura em relação à vida que deixou para trás.”

Marta não esperou uma resposta. Ela não queria ter uma conversa, era apenas algo que ela tinha de dizer a essa garota que lhe havia entregado uma mensagem particular de uma maneira que lhe permitiu manter um pouco de dignidade. Marta saiu da farmácia com passos tão rápidos que parecia deixar um esboço em seu rastro.

Marta vivia agora em um estado de espírito em que não há consideração, você é arrastado por uma torrente de ação. Ela podia sentir a direção em que se movia, mas não sentia nada, exceto sua força imperativa. O que estava por acontecer aconteceria independentemente da interferência de alguém. Marta não sabia a fonte da ideia que havia lhe tomado –ela era apenas sua agente, não sua arquiteta. A ideia pode ter tido sua origem em algo que sua mãe ou sua avó, ou mesmo alguma amiga, havia lhe dito quando criança, ou em alguma conversa que ela havia ouvido por acaso, ou talvez em um sonho, ou talvez fosse apenas uma ideia de sua própria autoria, que havia surgido meses ou anos atrás e que agora se transformava convulsivamente de uma imaginação em algo que não podia ser mais real e não podia ser detido.

Ogden, cabe agora buscar a objetivação necessária daquilo que essa leitura possa ter provocado em nós enquanto psicanalistas.

O desenrolar da narrativa

O pano de fundo, sobre o qual a narrativa se desenrola, é prenúncio de acontecimentos capazes de causar forte desequilíbrio naquela aparente vida imóvel. Ogden inicia descre-

vendo uma paisagem árida, uma fina poeira que se desloca com o ar e certa desolação decorrente de uma série de secas nos últimos anos, caracterizando os tempos difíceis. É a estrada que leva até a fazenda Bromfman, que não é diferente de milhares de outras estradas, mas o que acontece em cada fazenda, em cada casa, em cada mente pode seguir um caminho e uma trama particulares e, portanto, únicos.

Marta, ao invés de retornar para a lanchonete como era o padrão depois de suas visitas à farmácia, foi direto para loja de departamentos. Ela selecionou um par de luvas de trabalho de couro e uns cadarços de couro. Quando percebeu, estava na rua novamente e não se lembrava de quem estava no caixa, nem se lembrava de ter aberto sua bolsa para pagar pela compra. Ela olhou para suas mãos para ver se carregava uma sacola com as luvas e os cadarços, e, se sim, quão grande era. Ela viu em sua mão esquerda uma sacola de papel marrom. Ela olhou para dentro e viu as luvas e os cadarços que pretendia comprar, o que lhe assegurou que não estava ficando louca. De qualquer maneira, ela se preocupou por talvez ter parecido estranha ou ter dito algo sem sentido ou, ainda pior, dito algo sobre o motivo para ter comprado essas coisas. Ela se perguntou se estava sonhando e logo acordaria para descobrir que sua vida seguia simples e convencional. Que presente seria –mas sua vida jamais havia lhe oferecido esse tipo de presente.

Quando Marta finalmente retornou à lanchonete, ela descobriu que tinha ficado fora por mais de uma hora. O restante do dia não teve significância, exceto como um período de espera antes que o evento principal começasse. Esse tipo de espera era familiar para Marta. Quando criança, cada dia era um dia de esperar pelo evento principal, a volta para casa de seu pai no fim do dia. Ela havia aprendido como deixar o terror de lado enquanto esperava. Claro que as coisas eram diferentes agora – ela era uma mulher adulta, com marido e filhos, mas de alguma maneira a sensação desse tipo específico de espera não havia desaparecido da sua vida cotidiana.

No jantar, Earl disse: “A previsão do tempo é de que não vai chover esta semana e de que provavelmente chova muito pouco nas próximas”.

Alguns minutos depois: “Jeffers, do outro lado da estrada, disse que sua égua está doente de alguma coisa. O veterinário já veio e disse que provavelmente seja gripe. Isso vai se espalhar como fogo”.

Earl parecia não falar para ninguém em particular, nem parecia esperar uma resposta. Warren e Melody estavam quietos, como sempre ficavam no jantar, não olhando para nada além da comida nos seus pratos. Marta estava imersa em pensamentos.

Nesse cenário, o suspense e a ligação com os personagens acontecem de imediato, e é possível vê-los com clareza e acompanhar seus dramas, dilemas e dores. Ogden apresenta uma família de quatro pessoas, cujas vidas se restringem às lidas de uma fazenda, no interior do Estado do Kansas. À aridez do ambiente soma-se o despojamento, a falta de perspectiva ou ambição que não seja tra-

balhar para seu sustento, repetindo as mesmas tarefas dia após dia.

São habitantes de uma casa mínima, sem nenhum conforto ou objetos que indiquem a busca simples de um prazer, sugestiva de um mundo interno sufocado, despojado da capacidade de pensar e refletir sobre o que está ocorrendo. As pessoas ali parecem viver apenas mecanicamente. No entanto, esse am-

Pouco antes da hora de dormir, Warren não se surpreendeu quando sua mãe lhe disse para ir até os fundos com ela e não teve nenhuma reação ao ver as luvas de couro que sua mãe tirou da sacola de papel marrom.

“Warren, me dê as suas mãos e eu lhe colocarei isso. É para seu próprio bem. Você não pode continuar sendo um bebê ao invés de ser como os outros garotos da sua idade.”

Warren estendeu as mãos, palmas para cima, dedos esticados e separados, como se mostrasse para sua mãe que não estava escondendo nada. Depois de deslizar os dedos nas luvas, que eram grande demais para ele, Marta pegou os largos cadarços de couro da sacola e cuidadosamente os amarrou na parte do punho de cada luva. Os cadarços eram longos, por isso precisavam ser enrolados no punho várias vezes, o que fazia com que parecessem muito mais bagunçados do que Marta esperava. Warren estava quieto, com os olhos fixos na linha escura que as montanhas formavam contra o céu do entardecer atrás da cabeça de sua mãe.

Depois de todas as tentativas malsucedidas de fazer com que Warren parasse de chupar os dedos, Marta sabia que estava enfrentando um menino extraordinariamente teimoso. Ele havia deixado de ser seu filho e ela havia deixado de ser sua mãe; ele era um animal que ela tinha de domar e ela era uma mulher que não descansaria até que essa tarefa fosse concluída. Ela não tinha pistas de como a situação havia chegado nisso –os eventos pareciam ter se precipitado, um atrás do outro, carregando-a para essa cena, na qual ela amarrava luvas de couro em um menino de 11 anos de forma tão apertada que ela sabia que, se calculasse errado, poderia cortar a circulação de sangue para seus dedos, provocando um caso de gangrena que exigiria amputação dos dedos, ou talvez das mãos –talvez esse fosse o precipício para o qual ela estava sendo irresistivelmente atraída.

Warren não chorou, nem reclamou.

Na manhã seguinte, Warren saiu do seu quarto com as luvas nas mãos e os cadarços amarrados. Ele parou silenciosamente na frente de sua mãe, pedindo que ela removesse as luvas para que ele pudesse trocar de roupa e fazer suas tarefas antes do café da manhã. Marta desamarrou os cadarços, puxou as luvas das mãos do menino e cuidadosamente as colocou na última gaveta da cômoda

biente monótono pode, a qualquer hora, estar sujeito a catástrofes como nuvens de gafanhotos, secas, geadas ou pragas capazes de destruir toda a lavoura.

Tal construção literária, com seu poder impactante, se oferece a nós psicanalistas como fonte de reflexão, questionamentos e possíveis elaborações teóricas sobre o psiquismo. As perguntas que de imediato se

impõem são: o que leva ao desencadeamento de um ódio tão destruidor dentro de uma relação objetual carregada de afeto como é a relação mãe/filho? Como compreender a natureza desse ódio? Que motivações ocultas determinam o comportamento dessas pessoas? A que pistas o conto nos aponta?

No cenário descrito desenvolve-se a trama que tem como tema central o conflito da mãe,

à direita do fogão à lenha. Ele retornou para seu quarto para colocar suas roupas de trabalho, como se nada de incomum tivesse acontecido.

Esse padrão se repetiu por vários dias. Uma manhã, depois que Warren havia se vestido, ele foi até o celeiro, onde seu pai e Melody já estavam trabalhando. Antes de entrar no celeiro, ele ouviu Melody implorando ao pai que fizesse com que sua mãe parasse de tratar Warren tão cruelmente. “Ela está louca, você sabe disso. Por que você não faz ela parar?”

Earl estava sem palavras. Ele finalmente disse: “Não é tão fácil. O orgulho de sua mãe foi ferido por Warren. Ela sofre quando Warren envergonha a si mesmo e a ela na escola, na frente dos vizinhos”.

“Ela está amarrando Warren com luvas e cordas. Eu não aguento ver isso. Eu não sei como você consegue. Eu lhe desamarro depois que ele vai dormir e amarro de novo de manhã.”

Earl olhou para ela com seus olhos profundos e tristes e disse: “Eu sei que você faz isso. É a coisa certa a fazer”.

“Se você acha que é a coisa certa a fazer, por que você não faz alguma coisa? Por que você não faz o que é certo?”

“Eu gostaria de poder lhe explicar, Melody, mas eu não sei como.”

“Eu não me importo com as suas explicações, eu só me importo que você faça algo. Você é pai dele.”

“Você não precisa me lembrar disso”, Earl respondeu. “Eu nunca esqueço, mesmo que pareça que sim.”

Warren observava silenciosamente da porta do celeiro.

Marta estava na cozinha quando os três voltaram de suas tarefas. Ela sentiu que algo havia acontecido lá fora. Era como se, de repente, ela tivesse acordado para algo que estava na sua frente o tempo todo. Marta disse, num tom baixo e sem expressão: “Venha aqui”. Não havia necessidade de explicar com quem ela estava falando. Warren caminhou até ela e estendeu as mãos, palmas para baixo, sem que ela precisasse pedir. Marta pegou uma mão de cada vez e examinou cuidadosamente. Ela estava interessada principalmente no dedão direito. A pele daquele dedo ainda estava macia por estar em sua boca a noite toda e eram significativas as marcas que seus dois dentes inferiores haviam deixado na parte

Marta, com seu filho menor, Warren. Inicialmente o problema surge como uma preocupação razoável da mãe com o hábito regressivo do filho de chupar o dedo e de estar sempre perto dela. O que, no entanto, evolui para uma verdadeira guerra, que desemboca em um ódio mortal por parte de Marta contra a ferrenha resistência de Warren. Uma luta de vida ou morte acontece entre os dois. A violência dos

episódios finais e o trágico desfecho sinalizam para o fato de que ali se colocam em jogo forças emocionais muito mais poderosas do que uma simples preocupação materna possa aparentar.

Marta traz consigo as marcas da frustração. Encontra-se envelhecida precocemente. É incapaz de realizar sua função continente materna com um filho necessitado e dependente que a segue por todos os lados. É al-

de cima do dedão, impressões que eram muito familiares para Marta. Ela tinha certeza de que Warren havia dormido com o dedão direito na boca durante toda a noite e que Melody ou Earl, ou os dois, haviam removido as luvas e colocado de volta de manhã. Warren virou-se e retomou seu lugar à mesa, de costas para sua mãe.

Marta mergulhou em um acesso de raiva, de uma forma tão selvagem que nem Earl nem as crianças tinham visto. Ela gritava, chorava e implorava para que Deus lhe dissesse o que ela havia feito para merecer um filho tão teimoso, odiável e egoísta como esse, que envergonhava a si próprio, à mãe e à família todos os dias de sua vida. Ela gritou com ele: “Eu nunca te quis. Você sabia disso?”. Warren, ainda de costas para ela, não demonstrou a menor surpresa com o que ela havia dito.

Earl se aproximou de Marta, mas ela recuou, gritando: “Fique longe de mim, não ouse me tocar”.

Earl disse, em voz baixa e tão calmamente quanto podia: “Marta... Marta, você tem sido uma boa mãe para o menino, você fez o certo para ele”.

O silêncio tomou conta da cozinha. Aquele momento eterno e quieto antes da explosão de uma granada. O sol havia subido acima do armazém e lançava uma corrente de luz no topo da mesa, antes de tocar a parede oposta, onde desbotava a pintura amarela em um branco cor de giz. O momento foi interrompido quando Marta levantou a cabeça e voltou seu olhar para Earl e Melody, que estavam parados entre ela e a mesa onde Warren estava sentado. Ela os atacou: “Vocês estão do lado dele desde o começo. Eu já passei por um inferno com ele e vocês têm a ousadia de me julgar e desfazer tudo o que eu trabalhei para alcançar”. Warren, ainda sentado à mesa, de costas para o que estava acontecendo, olhava impassível para o brilho vindo das janelas.

Com a voz mais gentil que ele conseguia, Earl disse: “Nós não estamos contra você. Nós sabemos que você se preocupa com o menino e que você está fazendo seu melhor para ajudá-lo”.

Marta caminhava para lá e para cá, perto da parede onde ficavam o fogão e a pia, seus olhos vidrados. Então, no que pareceu ser um único movimento, ela pegou uma faca do topo do armário à direita do fogão, passou voando por Earl,

guém que não experimentou o amor e o amparo, tão necessários ao ser humano, e carrega a amargura como uma praga que se arrasta e se alastra por gerações, e que pode destruir vidas. Contra essa carência, Marta ergue rígidas defesas que sufocam qualquer expressão de afeto. Entende que revelar sentimentos é sinal de fraqueza, e que os fracassos não se dão bem nesse mundo.

A insuficiência em exercer o papel de uma mãe apta a formar filhos capazes e autônomos é denunciada pelo comportamento de Warren. A atitude do menino é motivo de profunda vergonha, principalmente diante das advertências da professora. Faz-se necessário, portanto, eliminar aquele tumor que desgraça sua vida, Warren, que não apenas aponta para sua incompetência materna, como também

pegou a mão direita de Warren e a pressionou contra a mesa, derrubando no chão seu prato, copo e garfo. Debruçando-se no seu ombro direito, ainda segurando a mão de Warren na mesa, ela levantou o braço para apunhalar a mão que tanto lhe oprimia. O menino não fez nada para resistir. Earl, saindo de um momento de paralisia, deu um pulo, segurou seu braço acima do cotovelo e empurrou Marta para longe de Warren. Enquanto Marta girava na direção de Earl, a lâmina da faca arranhou seu ombro. A raiva nos olhos de Marta parecia aumentar perante a traição de Earl. Ela cambaleou para longe de Earl, recuperou seu equilíbrio e tentou outro golpe na mão do menino, que seguia estendida na mesa, dedos esticados como ela havia deixado. Earl segurou seu antebraço e, dessa vez com mais força, virou seu corpo para longe da mesa, de uma maneira em que eles ficaram cara a cara, com apenas centímetros entre os dois. Earl, segurando o braço de Marta perto de seu corpo, ficou surpreso com a enorme força física com que Marta se livrou de seu controle, cortando a pele entre seu polegar e seu indicador ao se libertar. Ele olhou para sua mão, que sangrava abundantemente, antes de olhar para Marta, com um olhar ameaçador em sua direção. Ela estava novamente ereta, preparando-se para um outro ataque a Warren. Earl recuou um passo e então, com os joelhos dobrados, as mãos ao seu lado, deu um pulo, levando seu ombro direito ao pescoço de Marta, jogando-a para o ar. Ela foi jogada para trás, agitando os braços tentando segurar-se a algo, sua cabeça atingindo o chão antes do resto do corpo, a faca voando até o pé da escada para o segundo andar. E então, nada.

O corpo de Marta estava imóvel, seus ombros encostados no chão como se tivessem sido pregados durante uma luta. O que era mais alarmante era a maneira com que sua cabeça estava distante do seu pescoço, num ângulo que parecia uma boneca quebrada, jogada numa pilha de lixo. Seus braços e pernas estavam espalhados para todos os lados, sinalizando uma absoluta e final desconexão de corpo e alma.

Earl deu alguns passos, ajoelhou-se ao lado da cabeça de Marta e vagarosamente deslizou sua mão esquerda nas suas costas e a mão direita embaixo de sua cabeça. Ao começar a levantá-la para uma posição sentada, sua cabeça caiu para seu lado. Por reflexo, ele estendeu seu braço com medo, antes de deitá-la gentil-

desnuda a menina desamparada e carente de amor materno que traz dentro de si, e que tenta por todos os meios sufocar.

Poderíamos pensar em Marta como a representação da pulsão de morte, tendo em vista a maneira desvitalizada como ela é descrita no texto. Mas Ogden também sugere que esse comportamento é uma tentativa extrema de se livrar do sentimento de morte

oriundo da ausência precoce de um objeto que poderia tê-la seduzido para o prazer de viver. Seremos mais complacentes com Marta se compreendermos seu embotamento afetivo como a única forma possível que encontra de sobrevivência psíquica. A vida, em sua dimensão mais ampla, já lhe teria sido roubada ao nascer, sendo esta a herança que a ela foi legada.

mente no chão. A cozinha estava em silêncio, de uma maneira diferente de tudo o que eles já haviam presenciado. O ar estava pesado com os grãos de poeira iluminados pela luz solar que entrava pelas janelas. Warren ainda estava sentado à mesa, sem nunca ter se virado para ver o que acontecia atrás dele. Melody estava a alguns passos atrás de seu pai, olhando para ele, ajoelhado ao lado do corpo.

Depois de algum tempo –nenhum deles sabia quanto–, Melody perguntou: “Ela está morta?”

Earl, em um mundo próprio, não ouviu a pergunta. Melody deu pequenos passos na direção de sua mãe. Ela não via nenhum movimento em seu peito. Ela viu uma pequena poça de sangue crescendo de onde a orelha direita de sua mãe estava pressionada ao chão.

Melody pensou: “É culpa minha que isso tenha acontecido. Eu a odiava. Eu não quero uma mãe. Eu não quero nunca ser uma mãe”.

Earl pensou: “Ela acabou mais ferida do que os outros, até mais do que o menino”.

Warren olhou direto para o sol até que teve de fechar os olhos, vendo pontos de várias cores dançando à sua frente.

Melody quebrou o silêncio: “Não temos que chamar alguém?”.

Earl não havia pensado nisso: não parecia real que ele havia matado sua esposa alguns minutos –ou horas?– atrás e agora estava ajoelhado ao lado de seu corpo. O que mais podia ser feito, além de ligar para o escritório do xerife?

Randy Larsen, dirigindo o carro cor de creme do xerife do condado, com a insígnia e o lema pintados nos lados, chegou à fazenda Bromfman menos de uma hora depois da ligação de Earl. Quando estacionou perto da picape de Earl, Earl estava do lado de fora, esperando, com um curativo na sua mão direita, envolto desajeitadamente ao redor do seu polegar e do seu indicador.

“Ei, Earl, sinto muito por ouvir que alguém morreu aqui.”

Parecia para Earl que Randy estava tentando ser cortês, deixando aberta a possibilidade de que fosse algo mais do que isso.

Sabendo que o que estava prestes a dizer seria um choque para Randy, mas que Randy não demonstraria, Earl respondeu: “Vamos acabar logo com isso. O corpo de Marta está na cozinha. Por que não entramos?”

Como descreve o autor, Marta perdia e recuperava sua capacidade de transformar pensamentos em palavras, para ela mesma. Em um crescente declínio de sua capacidade mental, atinge o ponto em que não pensa mais. É arrastada para uma torrente de ação e, nitidamente psicótica, sente que todos estão contra ela e parte para o ataque tentando destruir e eliminar o que lhe causava tanta

vergonha e sofrimento, concretamente os dedos do filho.

Por outro lado, Warren, em seu empenho pela sobrevivência, agarra-se ao autoerotismo e, para tanto, conta com a ajuda da irmã Melody, retratada no conto como a porta-voz do princípio da realidade. Quanto à escolha desse prenome é bom lembrar o destaque que Ogden dá à música em alguns de seus

Randy seguiu Earl silenciosamente para os fundos da casa, onde Earl abriu a porta para a cozinha. Earl abriu a porta de tela e depois a outra, e fez um sinal para que Randy entrasse antes dele, um cuidado que ele provavelmente não teria sob circunstâncias normais. Randy ficou parado no vão da porta, tomando tempo para examinar o cômodo antes de entrar. O corpo de Marta estava no chão, com o rosto para cima, uma poça de sangue de cerca de 60 cm de diâmetro se espalhava por debaixo de seu cabelo. Seus braços estavam arremessados para a frente, e sua perna direita, esticada em cima da esquerda. Ninguém havia arrumado seu vestido, que mostrava sua perna direita até a altura da coxa. A faca estava no chão, do outro lado da cozinha. Um prato e um copo de plástico tinham parado no distante canto da cozinha, à esquerda de Randy, nas sombras perto de uma cadeira decrepita. Parecia para Randy que nada no cômodo havia sido tocado depois que Marta morreu, e que isso era a maneira de Earl dizer: “Eu não tenho nada a esconder”. Na verdade, Earl não pretendia fazer nenhum tipo de afirmação. Simplesmente não tinha ocorrido a Earl endireitar as coisas. O que havia acontecido havia acontecido, e o que iria acontecer iria acontecer.

Randy se aproximou de Marta e habilmente tomou seu pulso. Sem encontrar nada, ele olhou cuidadosamente para o corpo, começando pela cabeça e pelo pescoço quebrado. Ele levantou a cabeça e, depois de mover para os lados, gentilmente a colocou de volta no chão. Passou metodicamente para o torso, braços, mãos, unhas, abdômen, costas, pernas e pés, procurando por cortes, contusões, hematomas, roupa rasgada, urina, fezes, e assim por diante. Earl sentia como se sua mente estivesse sendo inspecionada por evidências de culpa, ódio, amargura, alívio, ciúme, infidelidade e qualquer motivo abominável conhecido pelo homem.

Randy ficou em pé e, depois de respirar fundo, virou-se para Earl e disse: “Diga-me o que aconteceu.”

Earl disse: “Eu não sou bom de contar coisas. Marta sempre disse isso. Eu posso começar por como se chegou a isso. Eu nunca esperei nada assim de Marta. Foi como se algo tivesse tomado conta dela. Ela veio até mim com aquela faca ali no chão, e eu me virei para sair do caminho, e ela cortou meu ombro.

trabalhos, por exemplo, quando escreve sobre a “música” que acontece na fala do paciente e também se refere, em outro texto, à expressão teatral “*face the music*”, como o ato de encarar a verdade (Ogden, 2010).

A fuga da realidade está representada na atitude ausente e passiva do pai, Earl. Apegado a um imperativo paterno, Earl persiste na disposição fracassada de manter uma fazenda

condenada diante dos modernos métodos de cultivo, irrigação e transporte adotados pelos grandes conglomerados empresariais. Mostra-se alheio ao drama que ocorre em sua própria casa, até que, diante da evidência do quadro psicótico que surge à sua frente, explode em um gesto de desmedida violência.

Enfim, a aparente quietude da casa dos Bromfman abrigava muitos gritos desespera-

Não foi nada profundo. Eu tentei tirar a faca dela, porque Warren estava sentado à mesa, esperando pelo café da manhã, e Melody estava parada ao meu lado. Eu não queria que eles se machucassem. Eu tentei tirar a faca dela. Ela era muito mais forte do que eu esperava e a lâmina cortou minha mão, mas não muito. Eu tinha que fazer algo para prevenir que isso fosse mais longe. Eu já a tinha visto com raiva antes, mas nunca assim. Eu não planejei o que ia fazer. Acho que foi instinto, mas eu a golpeei como fazia quando era atacante, indo contra outro jogador. Acho que a atingi muito forte, mais forte do que eu esperava, e ela caiu, batendo a cabeça no chão. Eu a vi caindo como se fosse em câmera lenta, como nos filmes. Realmente foi assim. Eu a vi cair e soube que era grave, porque sua cabeça estava abaixo do resto do corpo, então sabia que sua cabeça ia bater primeiro, e sabia que isso era ruim. Quando ela não se moveu, eu fui ver como ela estava. Ela não se mexia, nem respirava. Já estava morta”.

Randy olhou para Earl e disse: “Você não tem ideia do motivo para ela estar tão furiosa a ponto de lhe atacar com uma faca?”

“Não, eu não faço ideia.”

Randy o pressionou. “Não faz ideia. Não havia nada acontecendo entre vocês dois? Quando se é casado por muito tempo, como você e Marta, você conhece a pessoa muito bem, quero dizer, sobre o que a deixa brava. Nenhuma ideia?”

“Não, eu lhe diria se soubesse.”

Randy ficou quieto por um tempo e olhou em volta da cozinha mais uma vez. E então disse: “Earl, em 12 anos como xerife, eu ouvi mais histórias do que posso contar sobre como alguém se machucou e acabou morto. Como eu não estava aí quando essas coisas aconteceram, eu só posso ouvir as histórias e ver se fazem sentido para mim. Sempre há uma coisa ou outra que faz com que a história se encaixe para mim, e quando isso acontece eu costumo saber que o que ouvi é verdade. Você entende?”

“Não, acho que não entendo.”

“Eu tenho que lhe dizer Earl, e digo isso não como xerife, mas como alguém que lhe conhece há bastante tempo e que não quer lhe ver em uma complicação com a lei, que eu não ache que você mereça. O que estou dizendo é que o que

dos, sufocados. A dor sem amparo, que não cessa, atinge níveis insuportáveis, rasgando a narrativa e colocando todos naquela família em carne viva. A doença se espalha como fogo na casa dos Bromfman.

A herança, culpa que cada um carrega dentro de si e que passa para as outras gerações, parece ser a representação da pulsão de morte, muito intensa nessa família, as-

pectos da natureza mais íntima do ser humano que por momentos nos são incompreensíveis.

A fazenda condenada é igual à escolha de uma vida condenada, ao desistir de seus objetivos para dar seguimento aos objetivos do pai. Seria essa a herança de Earl?

Melody pensou: é culpa minha que isso aconteceu. Eu a odiava. Eu não quero uma

“você me disse não faz sentido. Eu não acho que esteja mentindo porque eu lhe conheço e você não é assim, então, acho que você está deixando algo de fora, e isso faz parecer que você não está dizendo a verdade. Isso é o que me preocupa, Earl. Que você vá contar essa história e ninguém vá acreditar, e você vai se afundar tanto que não vai conseguir sair. Não estamos falando de derrubar a cerca de alguém com o seu trator, estamos falando de uma pessoa morta aqui.”

“Eu sei. E sei que está tentando me ajudar, mas eu contei da melhor maneira que posso tudo o que aconteceu. Cada palavra que eu disse é verdade.”

“Earl, deixe-me ver se entendi direito. Marta, do nada, pegou uma faca, atacou você, cortou seu ombro e depois sua mão enquanto você tentava tirar a faca dela. Então você a atingiu com um golpe de futebol tão forte que a fez voar e cair no chão de cabeça, o que fez com que ela quebrasse o pescoço e morresse instantaneamente, e você não tem a menor ideia do motivo pelo qual ela tentou lhe esfaquear.”

Earl sabia que estava deixando de fora o que mais machucaria Marta se a cidade toda soubesse. Mas o que acontecia na casa de sua família, e o que aconteceu no passado, não era assunto de ninguém, só dela. Não tinha nada a ver com o que a lei devia saber sobre como ela morreu.

Randy parecia precisar entender tudo, e o que ele não entendia o incomodava. “Earl, eu tenho que lhe dizer que minha experiência como xerife me leva a uma conclusão: deve ter havido uma briga –no mínimo– que deixou Marta tão irritada que ela lhe atacou com uma faca. As pessoas não fazem o que a Marta fez sem motivo. Até os loucos têm motivo para fazer o que fazem, senão não o fariam. E os loucos não saem por aí, esfaqueando os outros, sem que ninguém saiba que algo está errado.”

Earl olhou para Randy, como se dissesse que já havia contado tudo o que tinha para contar.

Randy fez uma pausa antes de dizer: “Earl, eu odeio ter que fazer isso, mas antes de ir preciso falar com as crianças, se você não se importar. Você disse que elas estavam na cozinha quando tudo aconteceu.”

Earl chamou Warren e Melody, que estavam na cabana atrás da casa, olhando para a porta da cozinha através da persiana enquanto seu pai e o xerife conversavam durante um tempo que parecia ser horas. Eles sabiam

mãe. E nunca quero ser uma. Seria essa a herança de Melody?

Earl refletiu: ela acabou mais ferida do que os outros, até mais do que o menino. Essa seria a herança de Marta?

Warren olhou direto para o sol até que teve de fechar os olhos, vendo pontos de várias cores dançando na sua frente. Seria essa a herança de Warren?

Porém, alguém interessado em ouvir se revela, afinal. A chegada de Randy, experiente investigador, que escuta o que faz sentido e fala sem soar como autoridade, é seguida de lágrimas, provocadas por bondade, e não por dor, que escorrem no rosto de Melody.

É nesse momento de fala e escuta que se rompe o segredo, destino repetitivo de uma dor que pairava silenciosamente sobre a ca-

que o homem era o xerife por causa da insígnia verde pintada nos lados do carro. Quando o pai deles os chamou, eles demoraram um pouco para sair, para disfarçar que estavam espiando.

Randy disse que sentia muito pelo que tinha acontecido com a mãe deles, e que sabia que isso devia ser muito difícil, mas que gostaria de conversar com eles, só por uns minutos, para ver se eles podiam contar o que havia acontecido, porque cada um vê coisas que os outros não percebem.

Randy virou-se para Melody porque ela era mais velha e lhe pediu que contasse o que aconteceu. Ela contou a história como seu pai havia dito que contasse, mas ela falou de uma maneira cantada, parecia que estava recitando a tabuada.

Tentando reformular sua pergunta para fazer com que ela fugisse do roteiro que Earl havia escrito, Randy lhe perguntou se ela sabia se havia algo incomodando sua mãe recentemente. Melody não pôde evitar dizer o que ela sabia porque, finalmente, havia alguém interessado em ouvir. Ela contou para o xerife como sua mãe vinha sendo cruel com Warren por um bom tempo, sem motivo aparente. Ela hesitou antes de continuar porque não queria envergonhar Warren, mas nada iria deter o que ela queria dizer há tanto tempo –que sua mãe se sentia envergonhada por Warren chupar o dedo na sua idade, e ainda mais na escola, onde todos podiam ver, e que ela havia tentado puni-lo e não havia funcionado, havia tentado uma pomada que também não havia funcionado e, por fim, havia tentado as luvas de couro.

Até então, Randy só havia escutado Melody e não havia interrompido pois ela estava contando a história claramente, mas ele a interrompeu quando ela mencionou as luvas de couro.

“De que tipo de luvas você está falando?”

“Luvas de couro que homens usam para fazer trabalhos pesados, como cortar madeira ou carregar caminhões de feno. Ela as guardava na última gaveta do armário da cozinha.”

“E você está dizendo que Warren devia usá-las à noite?”

“Sim, ela as colocava em Warren à noite e amarrava com cadarços de couro nos punhos, para que ele não tirasse –ele não tiraria, porque ele faz o que mandam–, mas ela amarrava para se certificar de que ele não as tiraria.”

beça das crianças. E seria também de onde advém a possibilidade de um novo começo? Possibilidade de ruptura da herança tão faticamente legada àquela família? Ou seria, ainda, uma sobra de esperança, necessária para que pudéssemos recontar essa história, que tanto nos impactou?

Referências

Bion, W. R. (1973). *Atenção e interpretação: uma aproximação científica à compreensão interna na psicanálise e dos grupos*. Rio de Janeiro: Imago.

Bion, W. R. (1991). Introduction... prelude... overture & beginners... one, two... In W. R. Bion, *A memoir of the future* (p. 9). London: Karnac Books.

Fischer, E. (1967). *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1959)

Freud, S. (1976). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen.

Randy, tentando não mostrar nenhum sentimento sobre o que estava ouvindo, perguntou: “Por quanto tempo sua mãe amarrou as luvas em Warren?”

“Apenas alguns dias, mas eu não aguentava ver nem uma vez, então eu desamarrava as luvas depois que ela ia dormir e as colocava de novo pela manhã. Foi isso que a deixou brava. Ela enlouqueceu essa manhã quando percebeu que alguém havia tirado as luvas de Warren. Fui eu quem tirei. O que eu fiz terminou na morte dela. Mas eu não aguentava ver aquilo.”

Randy, sem soar como xerife, disse: “Melody, você não fez com que ela morresse. Adultos se metem em encrencas e acabam morrendo sem a ajuda de crianças. Você só estava sendo a irmã mais velha do seu irmão, uma irmã mais velha que eu teria orgulho de ter”.

Lágrimas caíram nas bochechas de Melody. Ela não conseguia lembrar a última vez que chorou, mas sabia que fazia anos. Devia ter sido porque sua mãe fez alguma maldade com ela, ou com Warren, mas ela não conseguia lembrar porque havia acontecido há muito tempo. Melody sentiu que, quando chorou, sua mãe ganhou duas vezes, então prometeu, há muito tempo, que nunca mais choraria. Ela não imaginava que não seria dor, mas bondade, o que a faria quebrar sua promessa.

Randy pediu que Melody continuasse contando o que aconteceu. Ela limpou seu nariz com o braço e suspirou profundamente. Warren olhava fixamente para Melody, esperando para ouvir o que mais ela diria. “Hoje de manhã, papai, Warren e eu entramos na cozinha depois de terminar as tarefas. Ela estava pior do que eu já tinha visto. Ela nos olhou uma vez e mandou que Warren mostrasse sua mão direita. Ela viu que ele havia chupado o dedão. Eu não sei como ela teve tanta certeza, mas ela sabia. As luvas não tinham funcionado, então ela deduziu que o papi, ou eu, havíamos tirado as luvas e que estávamos contra ela. Esqueci o que ela disse, talvez não tenha dito nada, mas ela pegou uma faca do topo do armário do lado do fogão, onde as facas e panelas ficam guardadas, e correu para onde Warren estava, na mesa, e antes que alguém soubesse o que ela ia fazer, ela pegou sua mão e a colocou na mesa. Então percebemos que ela ia esfaquear sua mão, ou cortá-la fora, ou algo assim. Foi aí que o papai pulou entre ela e Warren, e segurou a mão que estava com a faca, mas ela conseguiu

In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vols. 9 e 5). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1907)

Meltzer, D. (1986). *Metapsicologia ampliada* (p. 237). Buenos Aires: Spatia.

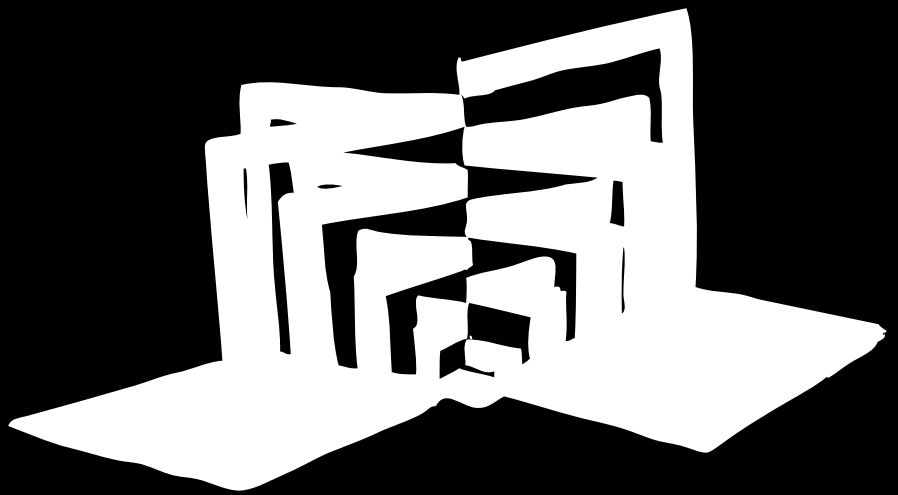
Meltzer, D. & Harris, W. M. (1995). *A apreensão do belo: o papel do conflito estético no desenvolvimento, na violência e na arte*. Rio de Janeiro: Imago.

Ogden, T. H. (2006). On teaching psychoanalysis. *Int J Psychoanal*, 87, pp. 1069-1085.

Ogden, T. H. (2010). Do que eu não abriria mão. In T. H. Ogden, *Esta arte da psicanálise* (pp. 39-47). Porto Alegre: Artes Médicas.

escapar e foi em direção ao Warren novamente, e o papai a atacou e ela caiu forte no chão, e ela não estava respirando, e ela estava morta.”

Melody sabia que não havia dito ao xerife o que havia dito para seu pai no celeiro – que qualquer um podia ver que sua mãe estava louca e que seu pai devia fazer com que ela parasse de tratar Warren assim. Mas ela concluiu que, guardando isso para si, não mudava o fato de que seu pai não havia feito nada errado: sua mãe havia tentado esfaquear Warren, e seu pai só havia tentado impedi-la. Earl não se importava que Melody havia contado a história como contou, apesar de que isso deixava aparente que ele havia mentido para Randy. Estava certo que Melody contasse a história assim, ele pensou, mesmo que ele mesmo não tivesse contado.



Textual

Juan Villoro (Cidade do México, 1956) é um homem de vários ofícios. Estudou sociologia na Universidad Autónoma Metropolitana. Foi diplomata nos anos 80. Exerceu as letras a partir de vários lugares, como roteirista de rádio, compositor de canções de rock, jornalista, tradutor, professor universitário. Os temas da sua produção escrita também são variados e escreve em diversos gêneros, entre os quais se destacam a crônica e o romance, mas também fez teatro e literatura infantil.

Destaca-se sua paixão pelo futebol. É torcedor declarado do Necaxa, mas como tem gostos diversos e grande parte do seu tempo é dividida entre a Espanha e o México, também compartilha sua paixão futebolística pela magia do Barcelona. É professor de literatura da Universidad Pompeu Fabra, dessa cidade.

Recebeu vários prêmios, entre eles o Heralde (2004), por seu romance *El testigo*, e o Prêmio Iberoamericano de Letras José Donoso (2012).

Entre a sua produção, podemos destacar, em romance:

- *El disparo de Argón*. Madri, Alfaguara, 1991.
- *El testigo*. Barcelona, Anagrama, 2004.
- *Arrecife*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

Em conto:

- *Los culpables*. México, Almadía, 2007.
- *Forward: Kioto*. México, La ratona cartonera, 2010.

Em ensaio:

- *Efectos personales*. Barcelona, Anagrama, 2001.
- *De eso se trata*. Barcelona, Anagrama, 2008.

Em crônica:

- *Los once de la tribu*. México, Aguilar, 1995.
- *Dios es redondo, ensayos y crónicas sobre fútbol*. México, Planeta, 2006.



Foto: Cristina Marcano



“Enfeitiçar o mundo é uma maneira de suportá-lo”

Entrevista com Juan Villoro*

Sua escrita abarca diferentes temáticas e estilos, que vão desde a crônica –que relata fatos reais– até a novela e o conto –que os inventa. Qual é sua perspectiva sobre termos como *realidade, verdade, imaginação e ficção*? Como você joga com a passagem de um estilo ao outro?

Acho interessante considerar a validade dos gêneros no sentido de que cada um deles tem regras e desafios próprios, mas ao mesmo tempo me interessa muito ver a intersecção e a mistura de recursos que podem acontecer entre os diferentes gêneros literários. Não há nenhum que me pareça favorito ou mais fácil de praticar; creio que o que há de atraente em cada um deles depende das dificuldades e dos desafios que oferecem. Trata-se de ter sistemas nervosos diferentes para enfrentar fracassos e ilusões diferentes.

Ao mesmo tempo, cada vez que eu pratico um gênero, acho significativo supor que algo dos outros pode me ajudar a expressar soluções. Há algum tempo li uma entrevista com o maestro Daniel Barenboim, e lhe perguntavam por que, se ele era fundamentalmente maestro, não se concentrava só nisso e ainda insistia em fazer um concerto de piano, ministrar aulas de música ou inclusive compor alguma obra. Ele disse: “Se eu não pudesse ver a música de todos esses ângulos diferentes, não seria o maestro que sou”.

Ampliando essa reflexão, gostaria de pensar que, ao escrever um conto para crianças ou um romance ou uma peça de teatro, os demais gêneros que pratiquei me permitem lampejos literários para resolver esse gênero em particular. Isso no que diz respeito à forma e aos gêneros.

Passando para a questão mais profunda da relação com a realidade, creio que todos os gêneros literários têm o mesmo desafio de partir de um horizonte conhecido; o ambiente que nos rodeia, a circunstância que determina o artista para reiventá-lo, para acrescentar-lhe algo. Creio que o gesto de escrever surge necessariamente de uma insatisfação.

* Realizada para *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise* por Luis Fernando Orduz (Sociedad Colombiana de Psicoanálisis).

Não estamos contentes com o mundo, ele nos parece malfeito, acho que para o artista a realidade é algo que sempre deixa a desejar. Não basta o mundo que nos rodeia. Portanto é necessário acrescentar uma zona compensatória, complementar, que é a da arte, da imaginação. Ali se estabelece uma dialética tensa e fecunda entre a representação da realidade que depende de uma referência concreta e a necessidade de transgredi-la, de levá-la a uma zona que possa completar, que possa complementar essa própria realidade.

Esse é justamente o trabalho da imaginação: não é um trabalho no vazio, não é um trabalho que surja por sopro divino como inspiração; é o exercício que nos permite tirar peso do mundo para exercer a leveza da representação artística.

Juan, por falar em realidade e ficções: seria possível suportar a vida real sem construir ficções?

Creio que não. Precisamos de ficções de ordens muito diversas. A mais comum é o sonho, claro; se não tivéssemos um inconsciente que nos compensasse e complementasse o que vivemos durante a vigília, não suportaríamos a realidade. As primeiras explicações do mundo dadas pelo homem foram mágicas. A magia é um ato de sobrevivência frente a uma realidade incompreensível, mas também insuficiente, então tentar enfeitiçar o mundo é um modo primário, elementar, de suportá-lo.

Outras formas de complementar o mundo seriam –sem dúvida– a evocação nostálgica, que, como sabemos, também é uma forma de invenção, porque a lembrança é seletiva e reorganiza de modo retrospectivo o que vivemos; dá aos acontecimentos uma lógica que não necessariamente é aquela que eles tiveram ao ocorrer.

Claro que há outros tipos de manifestações como o amor, a ilusão, o desejo, tudo o que nos tira de nós mesmos e que nos permite criar um sistema de representação que nos ajuda a aguentar uma realidade, em si mesmo, insuficiente.

Ou seja que, quando alguém *conta* sobre si mesmo, quando narra sobre si, nunca é dita uma verdade como tal? Construimos contos do que *somos*? Não se diz uma verdade?

García Márquez disse: “As coisas não são como acontecem, mas sim como nos lembramos delas”. Isso nos leva a uma reflexão de caráter filosófico: o que é a realidade? Há uma realidade imanente? Ou a realidade é o que nós julgamos que foi real? É difícil pensar em uma realidade sem testemunhas, e toda testemunha tem uma subjetividade.

Na ciência existe o princípio de Heisenberg, segundo o qual qualquer pessoa que participa de um experimento, pelo simples fato de fazê-lo, o modifica. A mesma coisa podemos dizer sobre a realidade; vê-la, observá-la é uma forma de modificá-la, de certo ponto de vista. Temos assim que há uma realidade, que é a que cada um pensa. Nesse sentido, uma das grandes contribuições da arte é que nenhuma realidade é tão forte como a que nós recebemos através de uma obra de arte.

Não há um naufrágio vivido por um protagonista ou visto por uma testemunha que seja tão intenso como aquele que nós podemos ler em chave de depoimento

em *Relato de um naufrago*, de García Márquez (1970), ou em chave de ficção, como *Robinson Crusóé*, de Defoe (1719/2009). A realidade é algo que existe quando representada.

Mas também há uma realidade que nos assalta mais além da imaginação, como a baleia que salta sobre Ahab no romance de Melville (1851/2010). Falamos do valor da fantasia, mas há realidades cruas, brutais.

A realidade nos assalta e nos confunde, não tem lógica, mais ainda, não tem nem sentido. A realidade é arbitrária, não tem nenhuma necessidade de justificar a si própria. Então nos surpreende com um cataclismo natural, com o assalto de uma baleia, como você dizia, de *Moby Dick*, com um conflito histórico, com uma guerra repentina. A realidade é assim, é um conjunto absurdo de coisas.

Minha filha dá um grande salto, em altura, na aula de ginástica, triunfa nessa manobra. Ao descer do colchão, torce um tornozelo. Esta é a realidade: você faz o mais difícil e fracassa no que é mais fácil. Não há uma lógica direta nos desafios da realidade. Entre outras coisas, a arte existe para dar sentido a uma realidade que não tem sentido; a realidade não está completa, não tem a menor noção de consequência. Nem sempre algumas coisas acontecem porque acontecem outras; a arte chega para dar um sentido de consequência, para que haja uma lógica, mesmo que essa lógica seja assombrosa. A arte dá uma justificativa que a realidade não tem.

Uma frase sua que li uma vez: “A máscara e a mentira são, às vezes, modos de encobrir uma verdade que está sendo dita”. Poderia falar um pouco mais sobre isso?

Muitas vezes pensamos que, se alguém se disfarça, faz isso para se esconder e converter-se em outra pessoa. Um dos desafios mais arriscados que temos é dizer o que pensamos, é ser sinceros; às vezes a sinceridade pode ser suicida, ela nos coloca em problemas ou simplesmente nos envergonha. O carnaval de Veneza foi estruturado ao redor da ideia das máscaras não para que os habitantes da cidade se escondessem, mas sim para que todos eles pudessem dizer o que não se atreveriam a falar de outra maneira.

Oscar Wilde dizia: “Coloque uma máscara em um homem, e ele dirá a verdade”. Porque, de fato, essa é a maneira de nos sentirmos autorizados a falar sem estar vulneráveis. Daí que na confissão cristã seja tão importante falar com uma pessoa que não vemos, o sacerdote está oculto, por trás de uma divisória. A mesma coisa na psicanálise de caráter freudiano: o paciente está estendido em um divã e não vê a pessoa à qual se dirige.

A máscara libera quem a usa, e não ver a pessoa com quem você fala também é um ato liberador; é mais fácil dizer algo a uma pessoa que não se vê. Às vezes estar com certas pessoas desconhecidas –penso em certos encontros casuais em um aeroporto ou no balcão de um bar– faz com que sejam confessadas coisas que uma pessoa não diria aos seus seres mais queridos.

Máscara, em grego, denota “pessoa”, é curioso esse sentido.

A máscara acaba sendo, em muitos sentidos, a verdadeira personalidade de alguém. Aqui no México tivemos casos muito conhecidos, como o do Subcomandante Marcos, um líder político que usa um passa-montanha. Em agosto de 1994, vários meses depois de haver pegado em armas, Marcos deu uma entrevista coletiva na Selva Tojolabal. Foi indagado sobre quando tiraria o passa-montanha. Disse: “Como já fizemos uma reunião democrática nessa selva, o passa-montanha não pertence a mim, é uma decisão coletiva se o tiro ou se não o tiro, então vamos submeter isso a votação agora mesmo”.

Nesse momento, uma espécie de terror de fim do mundo percorreu a assembleia, porque todos sentiram que se perderia a investidura que já tinha um patamar coletivo, assim que em uníssono a multidão gritou: “Não!”, incluindo-se os jornalistas que gostariam de ter tido a exclusividade de conhecer o rosto de Marcos. Isso revela que a máscara é um signo de identidade, nesse caso, de identidade política; poderíamos pensar em outros tipos de máscaras equivalentes.

Se nos aprofundarmos na cultura mexicana, a ocultação aparece aí. A máscará “está” no Santo,¹ por exemplo. O ídolo tem algo de encobrimento?

O México tem sido um permanente baile de máscaras. O Santo foi uma figura extraordinária que teve uma parte de sua atração no fato de não possuir um rosto definido; seu rosto podia ser o rosto de todos ou de qualquer um. Era o rosto de um vingador anônimo a la Batman. De fato, houve imitadores de Santo na luta social, como *Superbairro* ou *Super Animal* e outras figuras desse tipo. A máscara confere um poder alternativo e muitas vezes converte-se em uma forma de identidade.

Esse fenômeno também aparece no mundo da arte, como Banksy, ou nos heterônimos de certos escritores, ou em nomes substitutos, ou no anonimato.

Na literatura é muito comum a questão do pseudônimo, do “também conhecido como”. Escritores que escrevem com nomes diferentes, que procuram construir um personagem e dotá-lo de uma biografia. O caso exemplar dos heterônimos de Pessoa: cada um deles tem uma trajetória pessoal, cada um deles tem uma tendência poética diferente, um estilo distinto, algo que permite a Pessoa criar uma tradição múltipla, mas que também é a de um só homem.

Mas sem assumir diretamente um personagem ou um pseudônimo, creio que todo ato criativo implica a liberdade da máscara, no sentido de que você está escrevendo em nome de um personagem determinado.

Pedro Páramo de Juan Rulfo começa dizendo: “Vim a Comala porque me disseram que aqui vivia meu pai, um tal de Pedro Páramo” (Rulfo, 1955/2004). Essa não é a história de Juan Rulfo, mas sim do seu xará Juan Preciado. Mas, a partir de Juan Preciado, nós vamos ouvir a voz mais genuína de Rulfo.

1. N.T.: Rodolfo Guzmán Huerta (1917-1984), conhecido como “O Santo”, um dos mais populares lutadores mexicanos.

A arte é essa construção de uma máscara para poder dizer o que de mais genuíno temos dentro de nós, sem que isso pareça necessariamente uma confissão em primeira pessoa. Atribuímos ao personagem, ao estilo literário, às necessidades da obra. Aí podemos nos soltar com sinceridade porque na vida real as ideias mais radicais que temos nos colocaríamos em problemas.

“As metáforas são as perversões da linguagem, e as perversões são as metáfora do amor”, dizia George Steiner. Não há a possibilidade de construir uma verdade que não passe por uma metáfora, por uma perversão, por uma ficção?

A metáfora é essencialmente uma comparação. A frase de Steiner é talvez, como muitas frases dele, excessivamente contundente. Creio que o ser humano, mais do que ser um animal pensante como pretensiosamente dizemos, é um *animal comparativo*. Conheço muitas pessoas que raciocinam de modo regular, ou inclusive poderíamos dizer que não raciocinam muito, mas todas elas adoram as comparações. É difícil encontrar um ser humano que não tenha a inclinação psicológica de comparar. Somos obrigados, no decorrer da nossa vida, a nos pronunciarmos sobre disjunções: se você gosta mais das loiras ou das morenas, do vinho branco ou do tinto, do Real Madri ou do Barcelona, do doce ou do salgado.

Ao longo da vida, pareceria que vivemos em relação a essas escolhas. Se uma pessoa se dedica a várias coisas, imediatamente a pergunta é sobre qual delas faz melhor. Se essa pessoa faz apenas uma coisa e a faz várias vezes, imediatamente a pergunta é qual das vezes foi melhor.

Essa vocação comparativa do ser humano criou a metáfora. *Metáfora* em grego quer dizer *mudança*; move-se uma coisa de um lugar para o outro através de uma comparação. Não podemos renunciar a isso, o mundo é bastante precário, então o homem acrescenta algo ao mundo. Nem sempre faz isso racionalmente; dizer isso seria arrogante da nossa parte, digamos que, pelo menos, o compara. Acho que a metáfora, nesse sentido, é essencial. Claro que o amor desempenha uma parte imprescindível nesse imenso teatro das comparações. Você gosta mais de uma mulher por oposição a todas as outras, ou por oposição à que teve antes, ou à que não te deu atenção. É impossível amar sem comparar.

Alguma vez ouvimos você dizer que era necessário se despersonalizar para escrever. Qual é sua perspectiva sobre isso? Uma pessoa se despersonaliza a cada vez que fala para alguém, ou quando falamos em um contexto diferente?

Acho que na arte esse exercício é mais radical do que em outras facetas da vida; nem sempre nos comportamos da mesma maneira nas diferentes zonas da cotidianidade. Somos uma pessoa diante de um amigo, diante do gerente de um banco; outra pessoa frente à esposa, outra frente à amante; dependendo das variações da vida, há diferentes usos do eu. Mas todas essas facetas articulam-se mais ou menos em uma personalidade, a não ser que estejamos diante de casos de cisão patológica, de dissociações graves.

No caso da escrita ou do exercício artístico, essa despersonalização é mais profunda porque o autor chega a desconhecer a si mesmo, ignora como chegou a esses resultados. É o primeiro a estar surpreso ou é o primeiro assustado frente a eles, há uma certa condição de delírio. Não gostaria de parecer muito esotérico e sugerir que a arte é um xamanismo. Refiro-me ao processo criativo intenso, por meio do qual o artista chega a resultados que ele ignorava e que fazem com que sinta, subitamente, que está diante do trabalho de outra pessoa. Inclusive, para mim, vejo que essa é a prova mais gratificante da arte: quando releio um trabalho meu e de repente tenho a impressão de que foi escrito por outro, sinto que nesse momento a obra tem autonomia suficiente para viver por conta própria. De modo que essa despersonalização me parece não só comum à arte, senão também seu momento mais desejável.

Uma paixão compartilhada: o futebol. Por que essa paixão por esse espetáculo que oscila entre o real e a ficção? Digo isso porque nesse espetáculo muitas vezes há conluios, há gols fictícios que nunca existiram e gols reais que, por determinação de um árbitro, convertem-se em falsos. Por que a paixão pelo futebol?

Há razões muito pessoais. Meus pais se divorciaram quando eu tinha nove anos, e meu pai decidiu me levar aos estádios todo domingo. É uma atividade muito conveniente para um pai divorciado, porque você não pode ir todo domingo ao zoológico sem ficar entediado; o cinema é um programa atrativo, mas nem sempre há boas opções de filmes para crianças, e o futebol, pelo contrário, oferece uma diversão regular. Durante muitos anos pensei que meu pai era um grande torcedor e que por isso me levava a estádios. Ele tinha um interesse relativo no jogo, mas na verdade o que queria era me entreter: viu que eu tinha um prazer extraordinário com as partidas, assim que me acompanhou ao longo de toda a minha infância para ver jogos de futebol. O único lugar onde tive uma relação paterna estreita foi em um estádio de futebol.

Isso me marcou de forma indelével para associar o futebol com a minha infância, e depois, graças às narrações de grandes locutores dos anos 60, como Ángel Fernández –um locutor excepcional–, pude associar o futebol com a palavra, com a invenção de apelidos, com uma linguagem que já não era utilitária porque esse locutor não narrava objetivamente o que acontecia no gramado, mas sim contava metáforas, lendas, citava poemas ou letras de *corridos*.² O futebol então se converteu em uma trama narrativa.

Nas narrativas de futebol, da época dourada do rádio, o que se ouvia de um locutor não era o que via, mas era crível; era verossímil. Os locutores ou jogadores fazem com que acreditemos que eles fazem coisas reais, mas que não são reais. Um caso típico: a luta livre, os esportes, em geral, mas também a literatura. O narrador faz com que acreditemos que uma ficção é real.

A literatura, para poder ser crível, tem que ser verossímil; esse é um dos grandes atrativos que possui, porque permite que mundos imaginários sejam perfeita-

2. N.T.: Corrido é um gênero folclórico literário-musical do México, também presente em outros países da América Latina.

mente aceitáveis para nós. Podemos acreditar em histórias situadas no futuro, em seres gigantes, em chuvas de 60 anos e em outros excessos sobrenaturais graças aos recursos que fazem com que essa realidade seja crível.

As regras de verossimilhança mudaram com o tempo: na Idade Média, bastava dizer que aparecia um gigante para que isso fosse real; era uma lógica desafiadora que admitia a aparição de monstros e portentos. Hoje em dia o leitor requer um convencimento psicológico, e muitas vezes um dos melhores recursos para que algo possa ser crível em um romance é que um personagem duvide disso, porque o personagem é nosso delegado no romance; não há nada mais lógico que, frente a uma surpresa, apareça uma dúvida, uma vacilação.

Muitas vezes o grande escritor de contos fantásticos coloca nas entrelinhas o que está dizendo, situa-o em uma zona intermediária entre a realidade e a fantasia. Uma vez que divide essas dúvidas –que são as nossas–, começa a dar um passo através desse umbral e nos leva ao terreno propriamente fantástico, justamente quando estamos imbuídos ou convencidos desse universo que ele havia proposto.

Você disse uma vez que, na literatura, a realidade é o texto, enquanto ele tiver a força de nos convencer da sua verossimilhança.

Pensemos em um exemplo literário. O que faz com que acreditemos que, em *Cem anos de solidão* (García Márquez, 1967/2004), Remédios, a Bela subiu ao céu? Como García Márquez teceu as palavras para convencer o leitor da factibilidade desse fato? Ele cria uma espécie de atmosfera, de estética do exagero: recordemos que falou de chuvas de borboletas amarelas e de um general que perdeu quase cem batalhas. Como prelúdio da cena da assunção de Remédios, bebe-se um chocolate borbulhante, quente. Depois a leva para fora, para o pátio, e a coloca no meio de uns lençóis de bramante que estavam sendo dobrados, lençóis que permaneciam em movimento graças a uma mulher que os manipulava. De repente um vento aparece e infla os lençóis, fato que poderia levar o leitor a pensar em velas de navio sendo infladas, mas que também faz com que se pense em asas; diz García Márquez: “o deslumbrante bater de asas dos lençóis que subiam com ela”. Aí, no meio dessa narrativa prévia, Remédios sobe ao céu. Mas esse prelúdio do chocolate borbulhante é o combustível que a eleva, não houve Deus que a parasse. Esse é o mistério da criação literária.

Associa-se ficção com mentira.

Acho que é o mais comum associar a ficção –nesse caso o romance, o conto– com o universo da mentira, do falso. A reportagem é associada com a verdade. É válido pensar que a fabulação é falsa, e o testemunho, verdade? Não acho que seja assim. Como diria o escritor argentino Juan José Saer: “A diferença entre a crônica e a ficção não é aquela que pode estar entre a mentira e a falsificação, senão simples e unicamente a diferença entre o inverificável e o verificável” (Saer, 1997). No exemplo que acabo de dar com Remédios, a Bela, esses personagens às vezes são mais familiares do que nossos próprios parentes.

Villoro e a psicanálise...

Sobre a minha relação com o divã, posso dizer que de certa forma trata-se de um negócio familiar, porque tanto minha mãe como minha irmã são psicanalistas. Para além disso, estive em tratamento três ou quatro vezes, em diversas épocas e com diversos analistas, com técnicas diferentes. Nesses momentos, o divã foi uma tábua de salvação para regressar depois ao naufrágio da vida.

No processo psicanalítico, descobri minhas emoções e suas causas, fatos que não são, para dizer de alguma maneira, teoria. Algo disso que descobri em mim de repente aparece em algum personagem. Mas não desejaria fazer uma transposição do que descubro no divã para minhas histórias porque acho perigoso que um personagem pareça estar psicanalisado, no sentido de entendido. No trabalho de divã cada um trabalha sua neurose, não é por ser neurótico que você é um bom escritor ou artista. Também não se perde nem se ganha em criatividade artística ou literária pelo fato de ir ao divã.

Se Dostoiévski tivesse frequentado o divã, será que os irmãos Karamázov ficariam perdidos em um relato ocasional, e não teriam se transformado em romance?

Essa frase foi dita por Carlos Fuentes e acho que é um erro. O trabalho literário surge de outras zonas e necessidades. Acho útil que o escritor consiga resolver seus problemas pessoais, mas não creio que a criatividade dependa de um repasse mecânico dos problemas pessoais para as obras de arte.

Há muitas pessoas que acreditam que ter talento é a mesma coisa que ter problemas, e que basta ser neurótico para ser sensível. É comum acontecer que o artista seja uma pessoa complexa no seu mundo interior, mas nem sempre a neurose é o alimento fundamental da criatividade. Pessoalmente, estive cinco ou seis vezes em terapia com técnicas diferentes e não acho que isso tenha modificado minha maneira de escrever, nem para bem, nem para mal.

Qual foi a contribuição da psicanálise para o seu trabalho com a escrita?

Não sei especificamente, mas creio que é muito importante que o autor, quando escrever ficção, faça isso a partir de um lugar de onde procure se soltar um pouco de si mesmo e que tenha o atrevimento de avançar um pouco às cegas, como um sonâmbulo. Claro que, quando escrevo um conto ou um romance, sei exatamente para onde vou, tenho uma cartografia traçada, mas o mais interessante para mim é poder me extraviar dentro dessa cartografia. Então não levo muito em consideração categorias preestabelecidas, como que esse personagem tem um complexo de inferioridade, ou aquele outro tem um complexo de Édipo. O mais importante é me deixar levar nesse lugar.

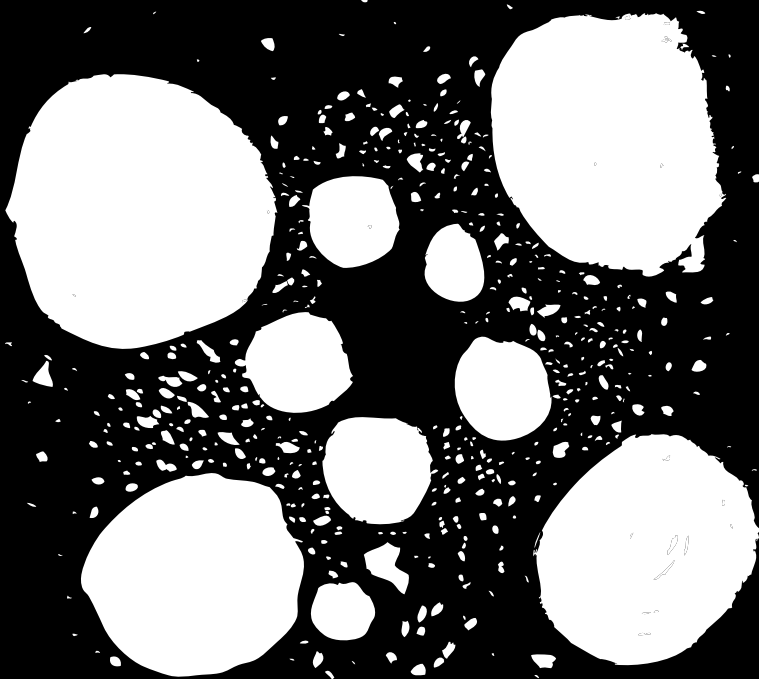
Pois bem, no processo psicanalítico descobri minhas emoções e suas causas, que não são, para dizer de alguma maneira, teoria. Ou seja, não se trata de dar uma explicação muito racional dos acontecimentos, mas sim de encontrar as

formas do acaso, as maneiras complexas ou profundas em que são forjadas as emoções e as reações que temos. Descobri algo disso em mim, e de repente aparece em algum personagem.

Mas insisto, não desejaria fazer uma transposição mecânica porque creio ser perigoso que um personagem pareça como se estivesse psicanalisado, no sentido de entendido. Um personagem deve ser suficientemente complexo, contraditório e rico para que o leitor o interprete e, se assim desejar, o analise psicologicamente.

Referências

- Defoe, D. (2009). *Robinson Crusoe*. Barcelona: Debolsillo. (Trabalho original publicado em 1719)
- García Márquez, G. (1970). *Relato de un naufrago*. Barcelona: Tusquets.
- García Márquez, G. (2004). *Cien años de soledad*. Madrid: Cátedra. (Trabalho original publicado em 1967)
- Melville, H. (2010). *Moby Dick*. Almería: Libros de la Arena. (Trabalho original publicado em 1851)
- Rulfo, J. (2004). *Pedro Páramo*. México: Mondadori. (Trabalho original publicado em 1955)
- Saer, J. J. (1997). *El concepto de ficción*. Buenos Aires: Ariel..



Vórtice

Quem pode ser analista?

Deram-nos espelhos: que estranha civilização

Lúcia Palazzo*

*Os escafandristas virão
Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas
Sua alma, devãos*

*Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização*

CHICO BUARQUE

Vórtice é uma seção peculiar porque se reinventa a cada edição e coloca em cena o eco de antigas palavras, como também ideias e pensamentos produzidos no campo psicanalítico contemporâneo. Como mergulhadores nos *devãos* do inconsciente, lançamos o debate em torno da pergunta “¿quem pode ser psicanalista?”

A proposta é abordar questões que ao longo do tempo foram silenciadas ou pouco discutidas nas sociedades e institutos psicanalíticos: sobre a formação, a transmissão do saber psicanalítico; sobre a loucura, o normal e o patológico; sobre diversidade étnica, discriminação e preconceito; sobre a sexualidade, o envelhecimento, o adoecer físico e mental do analista, que em segredo sofre. “Não conte a ninguém” é a norma?

A pergunta que o psicanalista faz a si mesmo, no seu dia a dia, é se está exercendo a função que lhe cabe de psicanalisar. Assim, pensamos refletir, através dos artigos, sobre quais são as vicissitudes a que os psicanalistas estão submetidos e sobre o que habilita uma pessoa a exercer a psicanálise.

No seu texto clássico sobre a questão da análise leiga, Freud (1926/2014) estabelece um diálogo com um interlocutor imparcial e faz uma explanação sobre os percalços e fundamentos da clínica psicanalítica para demonstrar que não há razão nenhuma para que haja restrição de profissionais de outro campo do saber. Afirma que os médicos não são os únicos privilegiados para o exercício clínico, uma vez que a pessoa do analista é o instrumento principal para o desenvolvimento do processo psicanalítico. Reage aos opositores: “Aquilo que realmente conta, as possibilidades internas de desenvolvimento da psicanálise, não é afetado por regulamentos ou proibições”. Salienta que não basta a leitura da literatura psicanalítica, uma vez que só há uma única via possível de conhecimento: *submeter-se à própria análise*.

Longe de pretender decifrar qual é o enigma da natureza humana -essa metamorfose ambulante- e no contraponto das ciências po-

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

sitivistas, a psicanálise interroga e atravessa o campo de onde poderemos nos aproximar de um saber sobre o homem -o inconsciente.

É na aproximação às produções inconscientes que consiste a riqueza do nosso ofício. O analista utiliza a singular relação transferencial, fonte inesgotável de experiências -no limite exterior da linguagem e da prática analítica-, para descobrir os movimentos desejantes e as vivências afetivas que pulsam, fazem e refazem o sujeito, no vir a ser constante. A psicanálise transita no lugar privilegiado de um saber que possui “um perpétuo princípio de inquietude, de questionamento, de crítica e de contestação daquilo que, por outro lado, pôde parecer adquirido” (Foucault, 1966/1999, p. 517).

O que se espelha no espaço do discurso psicanalítico é um inquietante universo teórico, construído historicamente a partir de grandes descobertas, debates, conflitos, dissensões e feridas narcísicas. Discursos, portanto, que produzem efeitos de verdade, mas que não são em si nem verdadeiros nem falsos. São construções subjetivas determinadas por fatores históricos, políticos e econômicos, colocando em questão aquilo que rege as teorias, e quais são os efeitos de poder e de verdade que circulam nos enunciados científicos. Assim, a questão dos efeitos das relações de poder no *setting* analítico é, também, um fator a ser considerado na prática psicanalítica.

Green (1988) coloca o dedo na ferida, quando descreve no seu estudo sobre o narcisismo: “O que é o desejo? Indo mais além das definições conhecidas... o desejo é o movimento pelo qual o sujeito é descentrado... ferida de não poder ser o Outro”. O descentramento do sujeito abre o caminho para o desejo e para a diversidade discursiva. Afinal, só poderemos ir para onde não estamos.

Trilhas invisíveis, o desvio e a norma

As trilhas invisíveis forjadas por membros das sociedades psicanalíticas e candidatos dos institutos andam lado a lado com o silêncio imposto por regras que perpetuam relações de poder no âmbito societário. Por medo de ex-

posição e retaliação, muitos se calam. Quem não ouviu nos corredores a sentença “*Isso não é psicanálise?*”? Um imperativo que exclui e desqualifica, e com autoridade, dito sobre o que supostamente é psicanálise. Em *Vórtice*, os trabalhos apresentados pelos *11 autores*, de diferentes países, colocam o foco da questão em diferentes ângulos, cada qual de acordo com a sua ética psicanalítica.

Anna-Maria Bittencourt, abrindo a seção, dispara: “*Isso é para quem quer e não para quem pode?*”. Alterando de forma radical a equação que submete, imaginariamente, o sujeito a um “poder” constituído, coloca que Ser e Poder são instâncias questionáveis e moventes. E não se trata de quem “pode mais”, mas sim de quem possui o *desejo*, que move e transforma a sua vida inconsciente, de forma a sedimentar o lugar de onde poderá falar psicanaliticamente. Levanta questões acerca do projeto de lei sobre o Ato Médico, *em trâmite no Congresso Nacional Brasileiro*, que propõe restrições aos procedimentos dos profissionais de saúde. Aborda, também, a questão da restrição velada, preconceituosa e arbitrária, na seleção de “*membros de orientação sexual homossexual, considerada, a partir de uma leitura desviante da obra de Freud, uma condição patológica equalizada à paranoia, às neuroses narcísicas ou às perversões?*”.

Ralph Roughton expõe a sua experiência em promover a inclusão de gays e lésbicas no grupo societário de psicanalistas da American Psychoanalytic Association (APsaA) e da International Psychoanalytic Association (IPA). Relata os problemas e as dificuldades de suplantar o medo de assumir a sexualidade, “sair da tragédia do armário” e enfrentar o sofrimento causado pela invisibilidade e pela vida dupla. Aponta a negação e a hipocrisia institucionais, pois muitos gays e lésbicas “não assumidos” se tornaram psicanalistas, muitas vezes, destacando-se em funções de ensino e liderança. Levanta argumentos para o debate em função da discriminação e de problemas no âmbito da justiça, além de argumentos teóricos sobre a sexualidade. Afirma que “saber a orientação sexual de uma pessoa não nos diz nada sobre sua maturidade ou saúde psicológica,

seu caráter, seus relacionamentos objetivos ou sua capacidade para amar”. Mostra-se otimista com as mudanças que conquistaram, permitindo a inclusão, no corpo societário, de gays e lésbicas como pessoas respeitáveis.

Pedro Duarte, filósofo convidado, aceitou o desafio de debater sobre a questão de Vórtice desde fora do campo psicanalítico, fortalecendo a ideia da importância da troca com outras disciplinas do saber, posto que traduzem dimensões da experiência humana. Discute a resistência implícita à aceitação de analistas gays na formulação da pergunta proposta: “*Por que não psicanalistas homossexuais?*”. E reafirma a “desmontagem histórica, ocorrida no século XX, das construções identitárias fixas -resultado, entre outras, da psicanálise”, ressaltando a multiplicidade da existência erótica. Evoca a importância da psicanálise ao estabelecer uma mudança de paradigma com a descentralização do sujeito e ao abalar alicerces moralistas burgueses da sociedade moderna. Concorda com o filósofo Walter Benjamin, quando considera que “método é caminho indireto, é desvio”, lançando o seu método crítico de pensamento, fora das normas. Lembra, ainda, que a norma é sempre histórica e relativa, como ensinou Michel Foucault. Questiona a ética do cuidado psicanalítico no contraponto da exigência, muitas vezes acalentada em alguns discursos, de homogeneidade no interior da prática clínica.

Leonardo Peskin reflete sobre quais são as credenciais para que alguém possa ser agente do discurso analítico. Faz uma crítica sobre as produções obsessivas e normas absurdas criadas para lidar com o impossível de um credenciamento que nos assegure imaginariamente. A busca por excelência e por um discurso universal pode levar ao empobrecimento e à produção de analistas clones. Comenta sobre o percurso e sobre divergências de Lacan com a IPA, e suas considerações acerca de como se valida uma análise e o próprio analista. Acredita que, mais importante do que a pessoa do analista, é a possibilidade de este estimular em sua prática o discurso analítico, pondo em ação o seu desejo. Tanto o discurso como o desejo

do analista seriam categorias teóricas que buscam independência, ou menor intromissão possível, da vontade egoica, das fantasias inconscientes e da pessoa concreta do analista. Observa que há fatores puramente intuitivos na operatória inconsciente e que o ato analítico é sempre um risco a correr.

Virginia Ungar inicia a sua exposição com alguns questionamentos: existe algo como a vocação? Existe um “ser” psicanalista? Aquele que quer ser analista pode sê-lo? Qual o papel da transmissão do saber psicanalítico? Faz uma analogia com a famosa frase de Simone de Beauvoir quando esta diz que “não se nasce mulher, torna-se”. Portanto, não se nasce analista, torna-se, numa tarefa interminável. Comenta a sua travessia de ser psicanalista iniciada com a entrevista para análise com José Bleger. Enfatiza que cumprir requisitos formais não é suficiente para a construção do “ser analista”. Afirmo que observar (mais próxima da Escola Inglesa) e escutar (segundo a tradição francesa) são qualidades necessárias para o analista. Outra qualidade seria a receptividade, no sentido de não saber e não compreender. Mais importante é uma atitude introspectiva, de regulação das próprias aspirações narcisistas, e abertura para o novo.

Jorge Kantor chama a atenção para a ausência de reflexão nos institutos latino-americanos sobre a *diversidade étnica* dos nossos países. Questiona sobre o porquê de não se falar abertamente sobre isso na comunidade psicanalítica. Será que há uma política discriminatória? Corajosamente fala do racismo e dos prejuízos raciais na vida dos nossos pacientes. Levanta outro assunto polêmico sobre a sexualidade dos analistas e confia que não mais se feche a porta do “closet” para qualquer candidato em função da sua orientação sexual. Pergunta: quanta gente valiosa, inteligente, foi rechaçada por não se encaixar em uma visão normativa das comissões de admissão? Traz à tona outro assunto difícil: o abuso sexual, emocional ou financeiro, que deveriam ser parte do trabalho de detecção e intervenção das comissões de ética. Aborda as dificuldades pes-

soais do analista frente a divórcio, morte, doenças e idade avançada, pois são questões mais sutis de depreciação do trabalho clínico. Discute o efeito “Forer” que permeia a prática clínica dos analistas aderidos aos axiomas e postulados teóricos do saber psicanalítico.

Gladys Franco levanta a questão da seleção de aspirantes nos institutos e da importância de discutir constantemente critérios a serem considerados. Relaciona a exigência de graduação, médico ou psicólogo, para ingresso na sua sociedade, a partir do período de ditadura que viveu seu país, o Uruguai. Baseia a sua fundamentação na análise pessoal como o lugar fundamental onde o analista encontrará a sua identidade, uma particular criatividade para a escuta e a convicção acerca da eficácia do inconsciente. O instrumento idôneo para a prática analítica é o analista, pela sua própria experiência pessoal de análise, e isso independe de qualquer graduação prévia. Não é um saber que dependa do intelecto e nem de conhecimento adquirido na universidade. Evoca Winnicott para alertar que pode haver análises que chegam ao “fim” sem que o par analítico tenha consciência de que haviam sido cúmplices em uma mentira. Recoloca questões sobre o término da análise, a enfermidade do analista e em que momento renunciar ao trabalho.

Marion Minerbo desliza a questão para “quem pode ser analista didata?”, através da análise de um caso clínico de uma paciente em formação psicanalítica. Destaca algumas dificuldades no manejo técnico, quando a paciente levava para o cenário analítico, tão somente, as suas vivências e impressões institucionais. A partir dessa experiência, propõe algumas questões sobre peculiaridades da escuta nas análises didáticas. Interroga como ser um “funcionário da instituição”, analista didata, e, ao mesmo tempo, um analista autônomo. Oferece, como caminho possível para uma análise de formação, o descolamento do conhecido *a priori* e o posicionamento equivalente ao de um estrangeiro, que desconhece o que lhe é apresentado. A capacidade para esse necessário distanciamento estaria ligada à *condição psí-*

quica do analista, que precisa ser capaz de atravessar a transferência com o seu próprio analista para, assim, desempenhar sua função frente aos seus analisandos.

Roberto Franco e Adriana Lasalvia aceitaram o desafio de participar do debate como candidatos de um instituto de formação psicanalítica da América Latina. Como tal, falam desse “*lugar do excêntrico, do estrangeiro, do provisório*”, marca indelével do sujeito do inconsciente. Tornar-se analista está em questão! Reportam historicamente as “raízes e os frutos” da formação psicanalítica, desde a fundação da IPA, e sugerem que a institucionalização e a padronização da psicanálise retiraram parte da sua potência, quando, ao invés de privilegiar a singularidade, legislaram a favor do coletivo. Enfatizam que a transmissão pela via transference criou, concomitantemente, um problema à análise, pois esta pode sofrer distorções, gerando a tendência ao conformismo e à submissão ao analista idealizado. Essa seria a fórmula para os ditos psicanalistas “normais”. Questionam a pertinência ou não de diferenciar a análise didática da análise terapêutica, acreditando na valorização da introjeção da função analítica. Circunscrevem a complexa tarefa de seleção nos institutos como um sério problema a ser encarado, indicando a análise e a contratransferência do entrevistador como um ponto a ser considerado. Refletem sobre os desastrosos silêncios institucionais e sobre os traumas transgeracionais que precisam de elaboração.

Alfonso Pola inicia fazendo um acompanhamento das argumentações do texto freudiano *A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial* (Freud, 1926/2014). Oferece como exemplo exitoso a Sociedade Britânica de Psicanálise, que recebe profissionais de outras áreas, alheias à medicina e à psicologia, com uma formação clinicamente rigorosa. Reafirma o ganho de conhecimento pela análise, que tem um espaço epistêmico próprio, trazendo a proposta de Ahumada sobre o que este chamou de ciências observacionais. Considerando que o conhecimento da experiência vem através

do observador/investigador e enfatizando a importância da análise do próprio analista. Conclui afirmando que é importante tentar buscar métodos para reconhecer e dirimir as diferenças no pluralismo teórico atual para se aproximar de uma boa prática analítica. Acredita que os grupos de discussão podem contribuir, como vêm fazendo os grupos de métodos clínicos comparados.

Leonardo Francischelli metaforicamente sugere que muitos caminhos levam a Roma, e um deles seria identificar-se com um “ente” psicanalítico e seguir essa trilha até chegar lá, pautado pelo seu desejo. A esse “desejante visceral”, instituição nenhuma teria coragem de impedir a sua passagem, marcando a posição ética de um exercício clínico soberano. Afirma: “Ninguém faz um samba se não tiver alma de poeta. Assim como ninguém será analista se não tiver uma boa dose de loucura”. Evoca o trabalho de Freud em defesa do exercício leigo da psicanálise. Lembra que Virgínia Bicudo, entre outros, como Melanie Klein, não era médica, nem psicóloga e se destacou como expoente da psicanálise brasileira. Conta que em 1997, no congresso internacional de psicanálise de Barcelona, “o touro da hipocrisia caiu, mortalmente ferido”. Um participante ocupa a tribuna da arena do congresso e confessa: “Sou analista e homossexual”. Discorre sobre os tabus e as redes de silêncio em torno do analista. Com poesia, finaliza: “*A vida é um dom recebido. Desfrutá-la constitui uma obrigação ética. Quem seguir esses valores saberá se encontrar com o fim*”.

A “mordida de Calibán”

Jornais do mundo inteiro noticiaram amplamente o caso da mordida de um jogador latino-americano no companheiro europeu do time adversário, em uma partida de futebol na Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Um número considerável de pessoas viu a imagem e, perplexo, o mundo se surpreendeu, afinal era a expressão do canibalismo ao vivo: *eu mordo e como você*, sem mais delongas. A arma não era de fogo, não eram bombas, nem gás, nem era uma arma química, mas era voraz e no corpo a corpo.

Atitude impensável no mundo globalizado e civilizado. Nesse contexto, não há tempo e espaço psíquico para pensar e relativizar a experiência. Pouco importam leis ou sentimento ético, não há alteridade possível. O que causa mal-estar é a fragilidade da capacidade simbólica, para regular a agressividade emergente, que permite a convivência espontânea e criativa. Algumas reportagens levantaram a dúvida: será que a excessiva punição aplicada ao jogador, além de ter sido excluído da Copa, poderia expressar outro tipo de voracidade irrefreada em terras sul-americanas? Afinal, de que mordida se tratava? Há controvérsias.

Porém, a mordida mais dolorosa se apresentou na fala de uma criança pobre, vendedora de balas na rua, que afirmara ao repórter: “*Moço, quando eu crescer, eu quero ser turista. É, turista. Gringo. Quem é turista vive muito bem, não vive? E sabe falar inglês também, não sabe?*”. Ser turista, estrangeiro, na própria terra pode ser um sonho transitório e instigante, como sonha o pequeno menino vendedor de balas, deslumbrado com a Copa do Mundo e com tantas línguas diferentes. Mas ele, na sua esperteza infantil e cheio de esperança, imagina que, se falar inglês, obterá a chave para alcançar o sucesso, como também abrirá a porta de saída da invisibilidade e da exclusão social.

Os questionamentos acima, a partir do conagraçamento e dos acontecimentos na Copa do Mundo, sediada em países com graves distorções sociais, políticas e financeiras, servem como pano de fundo para reflexões sobre a formação do psicanalista e sua contribuição no cenário social.

Atualmente, muitos analistas atuam em *settings* pouco valorizados, como em comunidades vulneráveis e submetidas à violência. Embora os modelos de formação sejam baseados, geralmente, em um enfoque tripartite (análise pessoal, supervisão e seminários teórico-clínicos), já vislumbramos algumas mudanças para ampliar o contexto da formação e avançar na experiência clínica fora dos consultórios particulares, inclusive com ampla discussão sobre um quarto eixo na formação, voltado para

questões institucionais, sociais, para as artes e a cultura, em geral. Essa compreensão terá mais peso se pensarmos nos problemas societários a enfrentar, nas transferências cruzadas, nas rivalidades, nos narcisismos aflorados e também nos problemas sociais de cada região. Para alguns analistas é muito difícil ver-se como um ser político e inserido na cultura, e que, como tal, possui ferramentas para pensar os problemas da sociedade em que vive, principalmente em países com movimentos de contestação, reivindicações básicas e transformações a realizar ou com regimes políticos autoritários. Mas, apesar de todas as dificuldades, apresentamos a expansão da psicanálise.

Vórtice contribui para essa reflexão e faz um giro nos modelos que cada autor forjou a partir de sua própria trajetória. A formação enriquecedora de um analista é aquela atravessada, também, pela interlocução com os saberes locais, com as artes, com outros campos do saber, e pela participação no mundo à sua volta. O voltar-se para fora cria uma rede de sustentação ampliada entre os pares, evitando o risco de ser recolonizado constantemente por um discurso unitário, hierarquizado e fechado em si mesmo.

Desejar ser analista implica despojar-se das certezas e recriar-se nas dúvidas. A reflexão de Michel Foucault sobre a invenção e o esvanecer do homem, e também da psicanálise, na reinvenção criativa constante, evidencia o paradoxo que enfrentamos na vida, no divã e na poltrona:

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”.¹

Referências

- Birman, J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (1999). As ciências humanas. In *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas* (8ª ed., pp. 475-536). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1966)
- Foucault, M. (2007a). Genealogia e poder. In *Microfísica do poder* (pp. 167-177). São Paulo: Graal. (Trabalho original publicado em 1979)
- Foucault, M. (2007b). Verdade e poder. In *Microfísica do poder* (pp. 1-14). São Paulo: Graal. (Trabalho original publicado em 1979)
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: Diálogo com um interlocutor imparcial. In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 124-230). São Paulo: Schwarcz. (Trabalho original publicado em 1926)
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.

1. Frase citada em reportagem sobre o autor na revista *Cult*, número 191, junho de 2014. São Paulo: Bregantini.

“Isso é pra quem quer, e não pra quem pode”

Anna-Maria de Lemos Bittencourt*

A provocativa pergunta de Vórtice: “*Quem pode ser psicanalista?*” associa à figura do analista os temas *poder e ser*, atualizando assim velhas polêmicas que, de roupagem nova ou nem tanto, repetem-se na história da psicanálise. O termo *poder*, conforme ganhe o sentido de força ou capacitação, exige que se aponha à pergunta, *quem pode*, novas interrogações: de onde ele emerge, quem o confere? Do mesmo modo, a expressão *ser psicanalista* requer desdobramentos para que uma possível conotação essencialista da palavra *ser* não se superponha ao que se entende como a posição do analista.

Um exemplo recente de uso arbitrário do poder foi visto no projeto de lei sobre o ato médico, em trâmite no Congresso Nacional brasileiro, propondo restrições a procedimentos dos profissionais de saúde, que necessitariam agora do aval médico para sua prática. Tal legislação, que parece servir a desejos de supremacia hierárquica ou de reserva de mercado, reativou a discussão, supostamente anacrônica, sobre a necessidade da graduação médica para capacitação profissional dos analistas.

Volta à baila situação semelhante ocorrida na maioria das instituições psicanalíticas que durante anos só aceitaram qualificar analistas médicos, contrapondo-se historicamente ao modo como se constituíram as sociedades psicanalíticas, quando da sua fundação. A favor da medida, dizia-se que os médicos teriam mais familiaridade com a morte, com o nascimento e com o modo de lidar com o corpo humano. É verdade que a prática clínica pode aproximar o médico das vicissitudes e do sofrimento humanos –o que não é garantido–, pois é igualmente verdadeiro que um tecnicismo asséptico pode defensivamente afastá-lo dele; o hábito –branco– não necessariamente faz o monge. A exposição à vida e o processamento de experiências humanas dolorosas, ou não, é com certeza fundamental para a formação do analista, incluindo-

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – Rio 2.

se a exposição à sua própria neurose, mas isso depende menos da graduação profissional que de organização libidinal. Igualmente importante é a exposição ao pluralismo cultural e ao diálogo com profissionais oriundos de diferentes graduações universitárias, cujo olhar diferenciado pode trazer novo vigor à pesquisa e clínica psicanalítica. Viveu-se essa experiência com a aceitação, tardia, de psicólogos para a formação psicanalítica, abrindo-se novas frentes de diálogo, propiciadas pela sua formação humanística.

A restrição à formação de “leigos” (não médicos) foi um retrocesso institucional, fato espantoso diante da posição explicitada pelo próprio Freud (1926/1976), que reivindicava para a psicanálise um lugar singular entre os saberes da época, não a considerando um ramo especializado da medicina, e revelava mesmo seu temor de que ela viesse a ser fagocitada pela medicina. As duas seriam quase opostas, com diferentes objetos de estudo e metodologias; a medicina voltada, principalmente, para fatos objetivamente verificáveis, a psicanálise, para fenômenos subjetivos, mais especificamente, para os processos inconscientes. Portanto, o ato analítico caracterizado pela decifração do inconsciente através do processo interpretativo não é contemplado pelo ato médico, e a capacitação do analista para exercer tais funções exigirá formação específica.

Outra forma de arbitrariedade se verá na restrição explícita ou velada à aceitação de membros de orientação sexual homossexual, considerada, a partir de uma leitura desviante da obra de Freud, uma condição patológica equalizada à paranoia, às neuroses narcísicas ou às perversões. Essa posição preconceituosa difere de princípios básicos psicanalíticos que, levantando recalques, desvelando desejos proibidos, fizeram aflorar a bissexualidade humana e o complexo de Édipo, eixos constitutivos da subjetividade. A escolha do objeto sexual, definido pela sua contingência, é marcada pela história infantil e pela resolução do Édipo, sendo a homo ou heterossexualidade destinos pulsionais, e não patológicos. Logo, *todos os seres*

humanos são capazes de fazer uma escolha homossexual, e na realidade o fizeram inconscientemente. Desse modo, não cabe considerar que os homossexuais façam parte de um grupo destacado do resto da humanidade (Freud 1905/1972, p. 146).

Freud sustentou suas argumentações não apenas teoricamente, mas também através de depoimentos pessoais. Em sua correspondência com Ernest Jones em 1921, que havia aconselhado à Sociedade Holandesa de Psicanálise não aceitar como membro um médico homossexual, Freud abertamente discorda dessa discriminação, tais pessoas não poderiam ser excluídas sem outras razões suficientes. Alertou ainda, aos dirigentes das sociedades psicanalíticas, “contra a transformação disso em lei, considerando os vários tipos de homossexualidade e os diferentes mecanismos que a causam (Spiers; Lynch, 1977, p. 9)” (Bulamah & Kuperman, 2013, p.149). Declarou em 1935 (apud Jones, 1957) não ver na homossexualidade vício, degradação ou doença, mas variação das funções sexuais. Tais posições “esquecidas” ganharam uma nova dimensão através dos consistentes trabalhos e dos corajosos depoimentos de analistas que se declararam gays (Roughton, 2002).

O comportamento homossexual vem sendo objeto de estudos multidisciplinares, mas, cem anos depois, a psicanálise sustenta sua posição progressista ímpar. Alguns autores observaram (Correa, 2003) que o distanciamento dessa posição –opondo-se à normatização ou naturalização da sexualidade– acentuou-se a partir da morte de Freud. Como se configuraram nesse banquete totêmico os processos identificatórios e relações transferenciais dos analistas com o pai morto?

A formação de identificações traz o selo da cultura de sua época, e as instituições psicanalíticas não fugiram a essa regra. Criadas com o intuito de preservar a identidade do novo saber e oferecer capacitação ao psicanalista, foram atravessadas por ingerências políticas desde a fundação. A proposta inicial era transmitir a psicanálise através de conhe-

cimento teórico, prática supervisionada e análise pessoal. É *através desta que o pobre diabo* (o futuro analista) *adquire aquela aptidão ideal* (grifo meu) *que lhe faz falta em sua profissão* (Freud 1937/1989); só ela lhe traz convicção da existência do inconsciente dentro de si, instrumentalizando-o, assim, para o trabalho de interpretação do inconsciente do outro. É natural que a complexidade da formação psicanalítica tenha trazido inquietações –educar, governar e psicanalisar não são profissões impossíveis?–, mas a falta de argumentos consistentes acabou por transmutá-las em normas restritivas.

O ideário cultural é datado, e o que hoje toma cores de verdades revela-se amanhã fruto da miopia de uma época. Aceitam-se hoje profissionais leigos e homossexuais –até quando se usará esse qualificativo? O debate institucional permanente sobre regras estabelecidas (prazo ou número de sessões, por exemplo) é necessário para evitar que a ingerência institucional sirva a pressões políticas e ideias preconcebidas, furtando-se a esclarecer o que separa capacitação de força, *quem pode de quem pode mais*, transmissão da psicanálise de exercício de poder. A proposta de Calibán atualiza a discussão.

Talvez tenhamos que admitir que os analistas possam ter posto em dúvida o poder transformador da análise e, ao invés de se identificarem com ela, fizeram-no com o rigor superegóico de regras institucionais, cujos rituais esterilizam o pensamento e amortece os desejos.

A identificação com a psicanálise faz-se pela análise do analista –que, segundo Ferenczi (1928/1992), é a segunda regra fundamental desse trabalho– que interroga seu desejo de ser analista.

O que significa, contudo, ser analista? Não cabe aqui a leitura ontológica que entende o ser como totalidade fechada e unificada onde não há lugar para o outro e para a diversidade. Melhor pensá-lo sob a ótica do conceito de

going on being (Winnicott, 1963/1990), organização em aberto do *self*, na qual o todo não é considerado algo pronto de antemão, mas permanente processo de movimento no tempo, modificando-se constantemente a partir de um sistema de trocas com o meio (Bittencourt, 2002).¹ Parodiando esse autor: não há tal coisa como um analista, a não ser que inserido num contexto relacional onde ele vai sendo. Contexto que pode ser o campo transferencial de uma experiência analítica, mas que deve se expandir para outros campos que em sua diversidade estimulem novos desejos. Há que se cuidar para que o legado da psicanálise não seja os conflitos de Freud com seus discípulos, desde Viena, porque foi movendo o Acheronte, transitando pela via régia dos sonhos, que ele conheceu seus diabos, criou teorias e delas duvidou, as refez e renovou, mas, principalmente, *foi sendo analista*.

A identificação com a psicanálise faz-se pela exposição a essa condição movente e é pela busca de um lugar incerto para colocar seu desejo que se adquire a *aptidão ideal* para ser analista. Afinal, ser psicanalista é pra quem quer, e não pra quem pode.

Referências

- Bittencourt, A.-M. (2002). A busca do self: Ponto de chegada ou de partida. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 36(4), 899-908.
- Bulamah, L. & Kuperman, D. (2013). Notas para uma história de discriminação no movimento psicanalítico. *Estudos da Língua(gem)*, 11(1), 147-164. Recuperado de
- Correa, C. (2003). Sodoma e Gomorra: Mille e tre ensaios sobre a sexualidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37(4), 1105-1118.
- Ferenczi, S. (1992). *Elasticidade da técnica psicanalítica*. In *Obras completas (Vol. 4, pp. 25-36)*. São Paulo : *Martins Fontes*. (Trabalho original publicado em 1928)

1. Trabalho apresentado no X Encontro Latino-Americano sobre o Pensamento de Winnicott, Santiago do Chile, 2001.

Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 135-250). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)

Freud, S. (1976). A questão da análise leiga. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 209-293). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926)

Freud, S. (1989). Análisis terminable e interminable. In *Obras completas* (Vol. 23, pp. 211-270). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1937)

Jones, E. (1957). *The life and work of Sigmund Freud* (Vol. 3). New York: Basic Books.

Roughton, R. (2002). Rethinking homosexuality: What it teaches us about psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 50(3), 733-763. doi: 10.1177/00030651020500032001

Winnicott, D. W. (1990). From Dependence towards Independence in the Development of the Individual. In *The maturational processes and the facilitating environment: Studies in the theory of emotional development* (pp. 83-92). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1963)

Um argumento para a aceitação de psicanalistas gays*

Ralph Roughton*

Os editores da *Calibán* me convidaram para dividir minha perspectiva sobre a questão “Quem pode ser um psicanalista?”. Tal perspectiva é baseada na minha experiência de promover a inclusão de gays e lésbicas no corpo de psicanalistas da *American Psychoanalytic Association* (APsaA) e da *International Psychoanalytic Association* (IPA).

Antes de 1990, se algum “homossexual assumido” estivesse em formação nos institutos da ApsaA, isso certamente se tratava de um segredo cuidadosamente guardado. Mesmo que não houvesse regras escritas barrando-os da formação, os números falavam por si próprios: de quase 3.000 membros da APsaA, nenhum deles se identificava como gay ou lésbica.¹

Havia, é claro, gays e lésbicas “não assumidos” e que se tornaram psicanalistas naqueles anos, muitas vezes destacando-se em funções de ensino e liderança –todavia, mediante o custo pessoal de viver uma vida dupla, sob o constante medo da exposição. E não eram apenas esses indivíduos que estavam “dentro do armário”, a organização também estava. Estávamos evitando um assunto controverso que envolvia negação grupal e hipocrisia, e também desencorajando a entrada de potenciais colaboradores em nosso grupo de profissionais.

* Tradução de Lucas Charafeddine Bulamah. Associação Psicanalítica Americana.

1. Para esclarecer minha escolha pelas palavras “homossexual” e “gay”: uso “homossexual” quando falo sobre pensamentos mais antigos ou sobre proposições teóricas. “Gay” implica uma atitude mais contemporânea, especialmente para as pessoas que aceitam a si próprias e suas identidades.

Descrevi alhures o processo de mudança nesse quesito (Roughton, 2002b). No final dos anos 80, a princípio mediante os esforços de Richard Isay (Isay, 1991, 1996), a questão passou a ser discutida. Finalmente, em 1991, a APsaA adotou uma diretriz de não discriminação que determinava a seleção dos candidatos e docentes, incluindo supervisores e analistas didatas, com base nas qualidades diretamente relevantes à capacidade de aprendizagem e desempenho como psicanalistas, e não com base em suas orientações sexuais.

Hoje a APsaA, oficialmente, dá boas-vindas e valoriza seus candidatos e analistas gays e lésbicas. Membros abertamente gays tornaram-se presidentes de comissões, professores, diretores de institutos, analistas didatas e supervisores. A APsaA tornou-se uma defensora de mudanças sociais, emitindo posicionamentos e recomendações em questões jurídicas, em apoio à igualdade.

Em 1999, após diversos anos de calorosos debates, a IPA adotou uma diretriz similar, mas a mudança, se houve, foi vagarosa. Em muitas sociedades, gays e lésbicas não são bem-vindos e podem ser silenciosamente rejeitados ao apresentarem suas candidaturas.²

A diferença entre a resposta da APsaA e a da IPA é, em parte, cultural, refletindo fatores externos à psicanálise, bem como distintas teorias a respeito da homossexualidade (Roughton, 2001a, 2001b, 2001c, 2003). Todavia, a diferença mais considerável é que a APsaA instituiu um comitê de trabalho para auxiliar grupos locais na implementação de mudanças. O que não foi feito no caso da IPA.

Essa é a história. Ponderemos agora as razões para as mudanças.

O argumento sobre justiça

No processo de mudança na APsaA, foi útil a distinção entre a questão da discriminação e os aspectos clínicos e teóricos da homossexualidade. Percebemos então, se é possível que alguém seja gay e também um bom psicanalista, que excluir qualquer pessoa devido à sua homossexualidade é discriminação e, portanto, um equívoco. Não se tratava de defender que qualquer pessoa não qualificada pudesse ser aceita, mas que aqueles que se mostrassem qualificados não fossem rejeitados em virtude de um fator irrelevante.

Acreditávamos que havia diversas evidências empíricas comprovando que a orientação homossexual não inviabiliza alguém de ser um bom psicanalista. Portanto, considerávamos essa exclusão, em primeiro lugar, uma questão de injustiça. Isso abriu caminho para a reconsideração de teorias contraditórias. Quando a questão foi apresentada dessa forma ao Conselho Executivo da APsaA, eles concordaram, majoritariamente, que os candidatos deveriam ser avaliados de acordo com qualidades relevantes à aprendizagem e à prática da psicanálise, e não serem rejeitados exclusivamente devido à orientação sexual.³

Quando razões semelhantes foram apresentadas à IPA, houve dois grupos distintos de opositores: (1) aqueles que consideravam a homossexualidade patológica e, portanto, um critério de exclusão; e (2) aqueles que se opunham a qualquer forma de discriminação, mas objetavam o que consideravam a “política da identidade” de nomear categorias.

Ao último grupo de opositores, minha resposta foi a de que nomear alguma coisa e não falar sobre ela não faz com que o estigma desapareça. Eu perguntava àqueles grupos que acreditavam não estar discriminando: (1) se os

2. O autor agradece a Lucas Charafeddine Bulamah, da Universidade de São Paulo, por sua valiosa ajuda na compreensão da saga de gays e lésbicas que anseiam se tornar psicanalistas na América Latina e na IPA. Sua dissertação de mestrado é recomendada para saber mais sobre o assunto (Bulamah, 2014).

3. Entendo que, em algumas partes do mundo, o termo “orientação sexual” é utilizado mais amplamente, de modo a incluir qualquer variação no objeto sexual. O uso que faço do termo se refere somente ao gênero do objeto erótico, que se presume ser humano, adulto, vivo e consentido.

potenciais candidatos os viam como tolerantes; (2) se aqueles que fossem aceitos se sentiriam confortáveis o suficiente para serem sinceros sobre seus relacionamentos ao ponto de, por exemplo, levar seus parceiros para eventos sociais; e (3) se eles ainda ensinavam que a homossexualidade era patológica.

O argumento sobre teoria

Não há nenhuma teoria amplamente aceita sobre as origens, o desenvolvimento e as desordens da sexualidade. Isso também vale para a homossexualidade e para a heterossexualidade. Diversos construtos teóricos se referem a uma “parada no desenvolvimento”, no esquema psicosssexual; ou “narcisismo” em qualquer pessoa que ame alguém “igual a ele próprio”; ou “negação da diferença sexual”. Todavia, quando aplicados às vidas de indivíduos saudáveis, esses construtos não se mantêm de pé.

O método de estudo de caso em psicanálise foi muito enganoso no que diz respeito à homossexualidade. As teorias eram derivadas de relatórios de casos anedóticos, frequentemente sobre pacientes seriamente perturbados. A coexistência entre a doença e a homossexualidade era confundida com causalidade, e assunções problemáticas eram, em seguida, generalizadas em teorias sobre o desenvolvimento e sobre transtornos, aplicáveis a todos os homossexuais.

Nos Estados Unidos, as teorias viam na homossexualidade a decorrência de uma “parada no desenvolvimento”, fosse expressada sob a forma de um malogro na aquisição da primazia genital heterossexual, no desenvolvimento psicosssexual, ou um malogro na aquisição da separação-indivuação, resultando em patologias do caráter.

O uso de dados empíricos para incitar os psicanalistas a desistirem de suas teorias não é uma tarefa fácil. Eles se recordam do paciente X, cuja patologia *borderline* é intrinsecamente expressa em sua vida amorosa lésbica turbulenta; mas eles ignoram a similaridade com o paciente Y, cuja patologia *borderline* é expressa de maneira intrínca em sua vida amorosa he-

terossexual turbulenta com seu marido. De uma amostra de 100 homossexuais escolhidos aleatoriamente, alguns serão saudáveis, outros neuróticos, outros narcisistas, *borderline* ou psicóticos. O mesmo pode ser dito de uma amostra de 100 heterossexuais. Saber a orientação sexual de uma pessoa não nos diz nada sobre sua maturidade ou saúde psicológica, seu caráter, seus relacionamentos objetivos ou sua capacidade para amar. É, portanto, mais útil pensar a orientação sexual como uma dimensão independente, não necessariamente ligada a alguma patologia em particular.

Um pouco mais prevalentes na Europa e na América Latina são teorias que, para os norte-americanos, podem parecer muito abstratas e derivadas da linguística: por exemplo, a compreensão de que amar alguém anatomicamente igual pode *somente* ser um amor narcisista *por si próprio*. Acredito que essa generalização é comprovadamente falsa caso signifique que nenhum homossexual possa desenvolver um relacionamento objetal maduro.

Ao explorarmos a vida realmente vivida por pessoas reais, facilmente observamos exemplos de amor objetal maduro entre casais de mesmo sexo, indistinguíveis em termos de qualidade de relacionamento dos casais heterossexuais. A diferença entre um objeto narcísico e um objeto sexual maduro está na qualidade do relacionamento, não no sexo do objeto (Roughton, 2002a). Como Frommer coloca de maneira sucinta: “O amar que é chamado narcísico não diz respeito a *quem* se ama, mas *como* se ama” (Frommer, 2000).

O argumento baseado na experiência

Mesmo que não haja um grau pronunciado de psicopatologia, poderia haver problemas quando psicanalistas gays e lésbicas tratam de pacientes? Isso não foi extensivamente estudado, mas não há evidências apontando para problemas no crescente grupo de psicanalistas gays. Ellman (2001) entrevistou um grupo de candidatos gays sobre seus casos de controle e julgou-os capazes de ser objetos transferenciais para seus pacientes do sexo

oposto. Em um relatório de caso extenso, Phillips discutiu o rico trabalho de transferência entre um analista gay e um paciente heterossexual (Phillips, 1998).

Nos últimos 20 anos, os institutos da APsaA tinham entre seus membros pelo menos 70 candidatos gays e lésbicas assumidos. O consenso é de que eles são tão qualificados como qualquer outro grupo de pessoas e que alguns deles são, inclusive, excelentes e chegaram a ser indicados para funções didáticas e de supervisão.

Antes desses 20 anos, todavia, aqueles que optavam por suprimir suas atrações sexuais e esconder seus relacionamentos amorosos para se tornarem psicanalistas experimentavam “a tragédia do armário”. Quando uma parte tão importante de seus verdadeiros *selves* tinha que permanecer invisível, o resultado são sentimentos de isolamento e, frequentemente, vergonha –mesmo quando colegas desavisados superficialmente o tratam como um deles. Você sabe que eles não sabem quem você realmente é.

Sem dúvida, há membros nas sociedades psicanalíticas latino-americanas que se incluem nesse padrão, bem como havia na APsaA. Quando nossas diretrizes de inclusão mudaram, com a intenção de eliminar tal discriminação – quando tornou-se seguro sair daquele armário–, tais efeitos de segredo e isolamento começaram a se reverter. Nada mudou tão rápido assunções e sentimentos sobre gays quanto saber que um respeitável colega, ou um aluno, é ele próprio gay.

Em todos os setores que conheço da APsaA, os resultados foram positivos. Membros mais antigos, especialmente, ficavam frequentemente atônitos, tendo percebido que nunca haviam conhecido nenhum gay, fora alguns pacientes. Na vida de uma organização, segredos conhecidos,

mas não verbalizáveis sempre tiveram efeitos negativos nos processos do grupo. Abrir nossos olhos e nossas portas a colegas gays e lésbicas na APsaA foi certamente uma experiência que beneficiou a todos. Talvez algo similar possa acontecer também na América Latina.

Referências

- Bulamah, L. C. (2014). *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, Brasil.
- Ellman, S. (2001). Discussion of homosexuality: Clinical and technical issues. *International Psychoanalysis*, 10(1), 23-24.
- Frommer, M. S. (2000). Offending gender: Being and wanting in male same-sex desire. *Studies in Gender and Sexuality*, 1(2), 191-206.
- Isay, R. (1991). The homosexual analyst: Clinical considerations. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 46, 199-216.
- Isay, R. (1996). *Becoming gay: The journey to self-acceptance*. New York: Pantheon Books.
- Lewes, K. (1988). *The psychoanalytic theory of male homosexuality*. New York: Simon & Schuster.
- Phillips, S. (1998). A new analytic dyad: Homosexual analyst, heterosexual patient. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 46(4), 1195-1219.
- Roughton, R. (2001a). Dialogue on homosexuality: Continued. *International Psychoanalysis*, 10(2), 29-32.
- Roughton, R. (2001b). Homosexuality: Clinical and technical issues. *International Psychoanalysis*, 10(1), 17-19.
- Roughton, R. (julho, 2001c). *The empirical basis for changing psychoanalytic concepts of Homosexuality*. Trabalho apresentado no 42nd Congress of the International Psychoanalytical Association, Nice, France.
- Roughton, R. (2002a). Response to Bergeret's 'homosexuality or homoeroticism: "Narcissistic eroticism"'. *The International Journal of Psychoanalysis*, 83(4), 949-952.
- Roughton, R. (2002b). Rethinking homosexuality: What it teaches us about psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 50(3), 733-763.
- Roughton, R. (2003). The International Psychoanalytical Association and homosexuality. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 7(1-2), 189-196. doi: 10.1300/J236v07n01_11

O método e o desvio

Pedro Duarte*

O convite que gentilmente foi feito para que eu colaborasse com a questão aqui em pauta tomou-me de surpresa. O motivo é simples. Não sou psicanalista. O que faria com que eu estivesse habilitado, então, a opinar sobre quem deve –ou não deve– sê-lo? Decidi aceitar o convite. Contudo, não por ter encontrado algo que me desse a devida chancela, e sim por reconhecer que recusá-lo pela falta de qualificação técnica seria, tacitamente, afirmar que alguém que não é psicanalista nem sequer pode debater o assunto. Como acredito que, independentemente de conclusões *a posteriori*, é melhor não ter certezas *a priori*, acolhi esse desafio de dar uma palavra sobre tal controvérsia, esperando que ela seja ouvida como uma colaboração para o debate. É evidente que psicanalistas são os mais preparados para discutir sobre psicanálise, no entanto, como em qualquer outro campo, a abertura para um fora de si sempre pode trazer algo de sugestivo. É com esse espírito que escrevo aqui.

Foram endereçadas a mim duas perguntas. Começo pela segunda, pois me parece mais simples, para depois passar à primeira. “*Perde-se algo quando não há quase psicanalistas oriundos da filosofia, da sociologia e de outras áreas?*”. Eu acho que pode até se perder, mas não necessariamente. O problemático é menos a ausência de psicanalistas oriundos de outras áreas do que a falta de contato dos psicanalistas com tais áreas. Pois elas não são somente disciplinas do saber, mas dimensões da experiência humana. O exercício da psicanálise perde quando os que a praticam encerram-se apenas no seu mundo próprio, com seu vocabulário específico e suas determinações particulares. Ou seja, a psicanálise perde quando se fecha em si, o que vale também para qualquer outra área. John Coltrane tem a ensinar sobre solidão, Bernini, sobre o êxtase, e Proust, sobre homossexualidade, a qualquer um. E aproveito essa “deixa” para passar à segunda questão posta aqui: “*...sobre o que habilita uma pessoa a exercer a psicanálise. Por que não psicanalistas homossexuais?*”.

* Professor doutor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, autor de *Estio do tempo: Romantismo e estética moderna* (Ed. Zahar).

Meu objetivo é contribuir para esse debate, que toca na teoria psicanalítica, na sua prática e no seu lugar no mundo.

Início, como cabe à filosofia, atentando para a formulação da questão. Ela implicitamente reconhece que existe uma resistência à aceitação de psicanalistas homossexuais, ou ficaria sem sentido perguntar: por que não? Formulada assim, a pergunta parte do horizonte da resistência, mas parece se contrapor a ele. Por isso, fala de “psicanalistas homossexuais”, e não de “homossexuais psicanalistas”. Na língua, diferentemente do que ocorre com as exatas equações matemáticas, a ordem dos fatores altera o produto: ao dizer “homossexuais psicanalistas”, a identidade primeira do indivíduo é a homossexualidade, e a segunda (psicanalista) vai para um âmbito auxiliar, como se fosse determinada pela primeira, ou até pudesse ser posta em dúvida. Para usar o desgastado léxico aristotélico, é como se a essência fosse ser homossexual e o acidente, estar psicanalista. Este seria circunstancial, e aquele, fundamental. Quando invertemos a fórmula, esse esquema é destruído: o indivíduo não vira essencialmente psicanalista e acidentalmente homossexual, pois ser psicanalista é uma profissão, e todos nós sabemos que é acidental. O que sobressai, aqui, é a ausência de qualquer essência que preceda a existência, para falar como o filósofo francês Jean-Paul Sartre (Sartre, 1978).

Parece, portanto, que a questão insinua a existência de uma resistência à prática psicanalítica por homossexuais, e ela mesma, contudo, coloca-se contra tal resistência, como se enxergasse a desmontagem histórica, ocorrida no século XX, das construções identitárias fixas resultado, entre outras, da psicanálise, desde Sigmund Freud e com Jacques Lacan, por exemplo. Desmistificar o sexo enquanto mero ato biológico do homem, assumindo sua realidade cultural e linguística, ou apontar que pai e mãe não são apenas predicados empíricos, mas sim funções de caráter simbólico –eis algumas das conquistas que o saber psicanalítico trouxe para a civilização ocidental moderna no século XX. Homem de seu tempo, Freud

pode até ter deixado, na letra, eventuais álibis que amenizam essa desmontagem. É o preço que pagam os que abrem caminhos. O espírito da letra, porém, propõe uma grande liberação para a admissão de que a sexualidade, como a vida na qual ela está presente, tem menos padrões estáveis do que nós gostaríamos de acreditar metafisicamente. E que isso não tem por causa necessariamente as perversões de natureza patológica, mas antes a multiplicidade da existência erótica. Talvez por isso Ferenczi preferiu falar de homoerotismo, ao invés de homossexualismo (Costa, 1994).

Qual o lugar histórico e intelectual, e não apenas clínico, que a psicanálise ocuparia dentro da civilização moderna que a pariu? Esse lugar, a meu ver, esteve atrelado a uma salutar descentralização do sujeito, que para a tradição filosófica, desde René Descartes e com Immanuel Kant, era dado como fundação estável, centralizadora, universal e atemporal. Em outras palavras, a obra de Sigmund Freud, na passagem do século XIX para o XX, acompanhou uma espécie de corte epistemológico ou de mudança de paradigma, para falar a linguagem estruturalista dos anos 1960 e 1970, cujo signo foi a obra de Friedrich Nietzsche, colocando sob suspeita alicerces morais –e, mais, moralistas– provenientes da filosofia desde o século XVII, ou seja, os alicerces da sociedade burguesa moderna. De um ponto de vista externo, como é o meu, e por isso talvez incauto, a possibilidade de resistência a psicanalistas homossexuais parece, na prática, negar o que seria uma herança teórica fundamental da psicanálise para a história –inclusive social e cultural– do século XX.

É fácil pensar a homossexualidade como desvio da heterossexualidade. Há quem diga que ela é uma prática, em todas as sociedades conhecidas, da minoria das pessoas. Mesmo que se conceda esse ponto, bastante discutível sobre qual o seu real significado, ainda assim caberia perguntar: o desvio da norma deve ser excluído? Ou não seria o caso de aproveitar o desvio como algo que, quem sabe, pode ensinar mais alguma coisa sobre o modo de ser da

norma? O filósofo judeu-alemão Walter Benjamin escreveu, certa vez, que “método é caminho indireto, é desvio” (Benjamin, 1984). Torcia, assim, nosso pensamento habitual, sugerindo que precisamente no desvio estava o seu método crítico de pensamento, tão próximo da arte. Ora, o próprio desvio é uma arte, na medida em que inventa um caminho fora da norma e, assim, a relativiza. Pois a norma, como nos ensinou Michel Foucault (1999), é sempre histórica e relativa, nunca natural e eterna. O desvio o prova a cada dia, e a nossa capacidade de absorvê-lo é um teste de abertura para diferentes formas de vida, de felicidade, de tristeza, de sexualidade. Não se trata necessariamente, portanto, de defender a presença de analistas homossexuais por sua igualdade ontológica com os heterossexuais, e sim pela sua diferença ôntica, que também tem vez.

Psicanálise clínica é, entre muitas outras coisas, um encontro. Como todo encontro, ainda que informado por uma concepção técnica determinada, tem sua singularidade irreduzível. É um “a cada vez”. Noutros termos, a clínica é também uma combinação –ou uma falta de combinação combinada– que se produz entre os indivíduos nela envolvidos: analista e analisando. E aqui, além da linha teórica daquele, todas as particularidades que o definem como ser humano contam. Cada analista é único. Isso dá ao analisando a possibilidade de procurar aquele com o qual consiga mais combinação –se preferirem, transferência. Ora, é difícil supor que nunca o exercício da homossexualidade –com tudo o que traz de experiências subjetivas e objetivas, pessoais e sociais– possa constituir no analista condição igual –e quem sabe às vezes até melhor, dependendo do caso– para as relações com o analisando. Mesmo porque, talvez, a formação de um psicanalista dependa menos do que ele é do que daquilo que ele faz com o que ele é. Novamente, porque a essência se decide na própria existência. E essa é sempre diferente e diferida.

O prefixo “hetero”, nesse sentido, parece mais interessante que o prefixo “homo”. O primeiro indica diferença, o segundo indica igual-

dade. E, caso a lógica psíquica seguisse as raízes etimológicas, então a capacidade compreensiva de um analista homossexual seria, de fato, menor que a de um heterossexual, pois ele só teria fixado um modelo de sexualidade, sem fazer a passagem por ambos, desde a tenra identificação infantil. Só que os processos de subjetivação de indivíduos são mais complexos que isso e fogem a regras. Nesse caso, a fixação da heterossexualidade no lugar de padrão normal da sexualidade pode transformá-la em exigência de homogeneização. Por isso, seria preciso admitir a heterogeneidade que as experiências homossexuais apresentam.

Mesmo porque a sexualidade não é somente um repertório de qualidades ou propriedades estáveis, que definem um ser e pronto. “Qualquer que seja esse repertório, e mesmo se o complicarmos ao infinito”, argumentou o filósofo Alain Badiou, “o ser sexual não é intuível senão nesse meio indesignável e indiscernível de todas as propriedades que as metamorfoseia umas nas outras” (Badiou, 2000, p. 160). O ponto é que a sexualidade não configura uma estrutura eterna transparente, mas é ela mesma histórica, alterada com o tempo, como todas as experiências humanas. A ética do cuidado psicanalítico com a heterogeneidade das subjetividades não fica prejudicada quando exige a homogeneidade no interior da prática psicanalítica, e logo no que toca à sexualidade? Minha pergunta não é retórica, e a deixo para ser debatida.

Referências

- Badiou, A. (2000). Da vida como nome do ser. In É. Alliez (Org.). *Gilles Deleuze: Uma vida filosófica* (159-167). São Paulo: Editora 34.
- Benjamin, W. (1984). *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, J. F. (1994). *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Foucault, M. (1999). Nietzsche, a genealogia e a história. In *Microfísica do poder* (pp. 15-37). Rio de Janeiro: Graal.
- Sartre, J.-P. (1978). *O existencialismo é um humanismo: A imaginação; questão de método*. São Paulo: Abril Cultural.

Quem pode ser psicanalista? Notas sobre uma construção interminável

Virginia Ungar*

Não há dúvida de que a pergunta que dá título a este artigo define um campo de pensamento tão amplo quanto complexo. Para começar, poderíamos recortar esse campo no terreno das capacidades, por um lado, e, por outro, no das habilitações. Sobre esse último eixo, existem discussões e polêmicas sobre as carreiras de graduação que habilitam ao exercício da psicanálise. Na Argentina, por exemplo, só os médicos e psicólogos podem trabalhar como analistas. Apesar de ser uma questão que mereça ser discutida, prefiro enfocar agora a interrogação sobre as capacidades.

Voltando à pergunta em questão, podemos considerar outras interrogações com a intenção de estimular a reflexão. Por exemplo:

Existe algo como a vocação? É necessário descobri-la e estimulá-la? Trata-se de algo que não está disponível para ser descoberto, mas sim que é gerado em determinadas circunstâncias? Que relação há entre vocação e profissão?¹

Quem quiser ser analista sempre pode chegar a sê-lo?

Há um “ser” psicanalítico?

Que papel cabe à transmissão nesse mapa?

Ao escrever essas perguntas, lembro-me de uma célebre frase de Simone de Beauvoir (1949/1999), em *El segundo sexo*: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa frase, desconfio, admite respeitosamente a seguinte analogia: “Não se nasce analista, torna-se analista”. E esse devir, por outro lado, não implica a superação

de uma etapa ou fase, senão que poderíamos considerá-lo uma tarefa interminável.

Pensando assim, o ser analista é produto de um longo processo de construção que provavelmente tenha raízes históricas nas brincadeiras prediletas da infância, que se emaranham com ideais aspiracionais e modelos de identificação, mas sobretudo com experiências (positivas e negativas) e encontros acontecidos ao longo da vida de uma pessoa. Definitivamente, esse ser em construção é consequência de um conjunto de encontros, propositais e ocasionais, que terminam por compor uma travessia.

Pois bem, se tivesse que historiar minha travessia de “ser psicanalista”, começaria pela primeira entrevista como futura paciente com José Bleger, aos 17 anos, que teve um lugar nuclear na minha vida. Esse encontro “me derivou”. Essa palavra, que em latim se refere a “desviar uma corrente de água”, parece estranha, ao passo que na acepção náutica significa “ser levado pela corrente” (Corominas, 1980).

Mas essa travessia não é simples. Ser analista é uma profissão arriscada que requer preparação. Sem ir muito longe, um psicanalista “oferece” sua mente e também o seu corpo (ainda mais em análise de crianças) para serem “usados” pelos seus pacientes. Isso é ainda mais certo, também, no trabalho com pacientes muito regredidos, perturbados ou com déficits simbólicos. Nesses casos – e também com pacientes da série neurótica, em menor grau –, o estado emocional do terapeuta será habitado pelos seus próprios conteúdos e também por aquele que o paciente projeta e necessita que seu analista sustente em si, que seja capaz de processar e diferenciar dos seus próprios conflitos para não reprojeta-los em estado bruto. Ou seja, um psicanalista que aja, em vez de pensar.

Mas também é necessário dizer que é possível se preparar para os riscos. Como afirma Meltzer, contamos com a própria análise como resguardo e com o método analítico como de-

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

1. Para Leonardo Wender (1965), a profissão é a expressão instrumentada da vocação.

fesa contra “a sedução das emboscadas contratransferenciais” (Meltzer, 1967/1968). Nesse sentido, uma transgressão técnica vai nos advertir sobre esse possível evento.

Seguindo esse argumento, dá-se como certo que o analista passou por uma análise pessoal e “introjetou” o método analítico. Deslizamos assim para o terreno dos requisitos que habilitariam alguém para exercer essa profissão e aí corremos o risco de pensar que, se são atendidas as exigências das regulações legais com relação ao país onde trabalhar ou as de alguma instituição que “garanta” sua realização, é possível “conseguir” ser psicanalista. Na prática, a condição normativa é necessária, mas não suficiente.

Por isso mesmo, a construção do “ser analista” é um longo processo que não se esgota na formação “clássica”.²

É uma tarefa contínua e interminável, e que costuma ocupar a vida inteira de um psicanalista.³

Se retomarmos a questão das capacidades, penso, melhor dizendo, em certas *qualidades* de personalidade como necessárias para ser analista. Não há dúvida de que essas qualidades podem ser parte da personalidade daqueles que se iniciam na tarefa e no caminho da formação, mas são redimensionadas, treinadas, desenvolvidas e também geradas através do aprendizado por meio da experiência, parafraseando Bion (1962/1987).

Pois bem, quais são essas qualidades? As primeiras são observar e escutar. Na tradição psicanalítica, a *observação* se contrapõe de alguma maneira àquelas posturas que têm seu eixo na noção de *escuta*. A primeira foi destacada pela Escola Inglesa de psicanálise porque a noção de fantasia inconsciente está tingida de uma forte ênfase no perceptual-visual. Enquanto a tradição da psicanálise francesa, centralizada na noção de estrutura e no conceito lacanianos de que o inconsciente tem a estrutura

da linguagem, é mais compatível com o foco situado no analista que “escuta”, para dizer de alguma maneira, o inconsciente que “fala”.

As duas posições parecem se contrapor em relação a um possível predomínio de um órgão sensorial, a vista ou o ouvido. Mas, quando nos aproximamos do fato clínico, essa polarização é difícil de sustentar. Por acaso um analista que escuta seu paciente falar não registra também os tons e a música da sua voz? Os silêncios e a linguagem –sem palavras– do corpo? Os ruídos que vêm de fora do consultório ou seus próprios pensamentos, sensações corporais ou ansiedades?

Outra qualidade seria um tipo particular de *receptividade*, onde se rechaça a explicação imediata ou a formulação de teorias. Sustentando o não saber e não compreender, Bion descreve esse estado mental com o termo “capacidade negativa” adotado de uma carta de Keats para seus irmãos. Ele se refere a quê? Nada mais nada menos do que à possibilidade de permanecer na incerteza, no mistério e na dúvida, conservando a paciência sem uma ânsia exacerbada de chegar ao fato e à razão até que “uma pauta evolua” (Bion, 1970/1974). É claro que se refere aqui a causas e explicações.

As qualidades de personalidade que enunciei só podem ser adquiridas, como vimos, através do aprendizado por meio da experiência. Claro que está incluída a formação analítica, que permite introjetar a atitude analítica à qual me referi em outro artigo (Ungar, 2000). Mas ela não é suficiente, só constitui uma base sobre a qual vai continuar a ser construído o “ser psicanalista” uma e outra vez. Entre outras razões, porque, ao longo de toda a vida, o analista enfrenta não só as resistências e a tendência a evitar a dor mental dos seus pacientes, mas também suas próprias resistências à análise, que, como nos recordou Bion, são tão facilmente mobilizadas pelos pacientes em nós mesmos.

2. A formação clássica é a que se baseia no tripé de Eitington: análise pessoal, seminários e supervisão.

3. Atualmente, trata-se de um tema candente o envelhecimento da população de analistas e não há critérios comuns no mundo inteiro com relação à idade em que seria recomendável deixar de trabalhar com pacientes.

O trabalho de um analista é solitário por definição e, ao não ter gratificações e reconhecimento visíveis fora do consultório, a isso vem se somar uma privação narcisista importante. É uma tarefa em que a criação de um espaço de intimidade e o respeito pela confidencialidade são requisitos inevitáveis. Isso tem um alto custo subjetivo para o analista enquanto única testemunha no caso de um paciente melhorar.

Se isso sempre foi um desafio (no sentido duplo da palavra⁴) para o analista, em uma época como a nossa –em que a intimidade se tornou um espetáculo (Sibilia, 2008)– isso se torna ainda mais verdadeiro. Por outro lado, também é difícil a tarefa cotidiana quando esse processo de construção é realizado em lugares de pouca estabilidade social e econômica, de grande oferta de “curas express”, em sociedades de culto ao “sucesso” com a decorrente pressão da “excelência educativa” e da tendência à medicalização selvagem.

Pensando assim, pode ser analista e, o que é mais importante, pode continuar a sê-lo quem for capaz de manter a paixão pela tarefa e conseguir transmiti-la, inclusive, nessas condições. Mas o que poderia impulsionar e recriar essa paixão? Sobre isso, não pretendo ensaiar uma resposta como se deve, mas ensaio uma hipótese.

Só uma atitude de introspecção, de regulação das próprias aspirações narcisistas, de abertura para o novo e de atitude de reflexão, de diálogo sincero entre colegas e com outras disciplinas poderá sustentar no psicanalista a paixão pela nossa tarefa, que, apesar de ser arriscada e dolorosa, permite, como poucas, ser testemunha do encontro de alguém consigo mesmo de uma maneira que tenha a possibilidade de escolher com liberdade e de acordo com o seu próprio desejo.

Referências

- Beauvoir, S. de. (1999). *El segundo sexo*. Buenos Aires: Sudamericana. (Trabalho original publicado em 1949)
- Bion, W. R. (1987). *Aprendiendo de la experiencia*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1962)
- Bion, W. R. (1974). *Atención e interpretación*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1970)
- Corominas, J. (1980). *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos.
- Meltzer, D. (1968). *El proceso psicoanalítico*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1967)
- Sibilia, P. (2008). *La intimidad como espectáculo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Ungar, V. (2000). Dos planos en la formulación de la interpretación psicoanalítica. In Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (Ed.), *El trabajo psicoanalítico: Antes y después de la interpretación* (Vol. 2, pp. 629-642). Buenos Aires: Autor.
- Wender, L. (1965). Psicoanálisis de la vocación. *Revista de Psicoanálisis*, 22(1-2), 69-97.

4. N.T.: Em espanhol, originalmente, “reto”, palavra que tem o sentido de desafio e também de advertência.

Desassossegos de um caminhante

Leonardo A. Francischelli*

...Falta-me tempo e me sobra ignorância...

NILSON MIRANDA¹

Se o Édipo é universal, todos o vivenciam. Dessa travessia nascemos com um aparelho de linguagem. Com esse instrumento ninguém estaria, necessariamente, excluído da possibilidade de vir a ser um psicanalista. De onde viriam as reservas? O interrogante sobre “quem pode ser” já está construído com o estofado do preconceito. Ele coloca, de saída, que haveria alguma contraindicação para alguém. E a questão do “ser psicanalista” aponta ao vocacional? Faríamos testes vocacionais aos postulantes? Claro que não. Então, quem deverá se pronunciar sobre a vontade de um sujeito de ser psicanalista?

São muitos os caminhos que levam a Roma. Um pode ser aquele que se poderia chamar de identificar-se com um “ente” psicanalítico e seguir essa trilha até chegar lá. O mais elegante seria que aquele que espera ser analista pautasse sua vontade pelo seu desejo e que dele não ceda.

Com essa marca, instituição alguma, por mais burocrática e autoritária que fosse, vacilaria em dar passagem a um desejante visceral. E, este, partindo do seu desejo, coloca-se em uma posição ética que marcará um exercício clínico soberano.

Ninguém faz um samba se não tiver alma de poeta. Assim como ninguém será analista se não tiver uma boa dose de loucura. Se os demais normais são melhores analistas? Serão os normóticos que a literatura descreve?

Não. Esses representam uma neurose pura, sem nenhuma loucura no sentido lacaniano, em que, “longe de a loucura ser um fato contingente das fragilidades de seu organismo, ela é a virtualidade permanente de uma falha aberta em sua essência” (Lacan, 1966/1998). Os mais normais, por isso mesmo, partindo de Bion, estariam impedidos de sonhar o sonho do paciente. Ou de outra prática clínica na qual a posição da escuta ocupe o lugar central, e as palavras, seu posto verdadeiro. O caso do esquecimento do nome de Luca Signorelli seria o modelo central do trabalho analítico, ou seja, como Freud procura as razões do mesmo, no qual trabalha com substituições de letras e palavras, chegando às razões inconscientes do esquecimento do nome do pintor dos afrescos da catedral de Orvieto (Freud, 1901/1984c). Em o “Familiário” de Heinrich Heine (Freud, 1905/1984a) trabalha as condensações inconscientes na criação dessa palavra e revela os desejos presentes nessa construção. Ainda encontramos seu pensamento de que o sonho é como um rébus (Freud, 1900/1984b).

Por esses e outros fundamentos, Lacan (1966/1998) recomendava, aos pretendentes à função de psicanalistas, que fizessem palavras cruzadas. As palavras são o material de trabalho do analista em transferência.

Para analisar o outro é preciso um bocado de loucura e audácia. Evidencia-se o exemplo do próprio Freud. É preciso voar como ele voou, contra ventos e tempestades. Apenas apoiado nos clássicos e na sabedoria popular. E fora do seu tempo. Essa constitui a herança que precisamos tornar nossa.

Faz muitos anos, lá pelos anos 80, por contingências da vida, votei em uma assembleia da APA pelo ingresso dos psicólogos. Arnaldo Rascovsky, que estava presente na assembleia, pronunciou um veemente discurso a favor do ingresso dos psicólogos na formação psicanalítica. Sustentava sua defesa de que transmitir

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.

1. Homenagem a um velho combatente pela liberdade do homem.

conceitos psicanalíticos, tanto para médicos quanto para psicólogos, exigia os mesmos cuidados, visto que teria que se quebrar, romper pensamentos arraigados, advindos de um saber positivista acadêmico.

Evoco, aqui também, o trabalho de Freud (1926/1984d) em defesa do exercício leigo da psicanálise.

Lacan (1966/1998), quando coloca o retorno ao espírito de Freud, não apenas aponta, para meu gosto, a revisitar as ideias esquecidas de Freud, mas inaugura e abre espaço a todos os que passaram pela universidade.

A SBP de São Paulo e também a Sociedade Psicanalítica de Brasília, até hoje, recebem para a formação psicanalítica outros profissionais, além de psicólogos e médicos. Virgínia Bicudo, entre outros, como Melanie Klein, não era médica, nem psicóloga e se destacou como expoente da psicanálise brasileira.

Em 1997, em Barcelona, no Congresso Internacional de Psicanálise o touro da hipocrisia caiu, mortalmente ferido. Alguém ocupa a tribuna da arena do congresso e confessa: “Sou analista e homossexual”. As vozes sussurram. Os comentários cruzam os mares escandalizados. O muro da heterossexualidade na psicanálise era tão sólido como o muro de Berlim, porém ambos se fragmentaram, caíram. Hoje, do muro de Berlim somente resta aquela linha que indica, para o visitante, onde ele estava construído. Não existe mais. O sol nasce para todos.

Dentro desses comentários livres em torno de quem pode ser analista, e de como se trata de tema assediado diariamente por controvérsias que criam sintomas sociais, como os abordados tangencialmente acima, caberia ainda desvendar outros. São pequenos tabus que giram em torno da pessoa do analista, mas não em suas relações transferenciais com seus analisandos, porém em sua vida societária, ou mesmo com a comunidade analítica que o cerca.

Sobre o adoecimento do psicanalista, por exemplo, existe um pequeno tabu que se traduz nas seguintes palavras: “*não conte a ninguém*”, pois quem disse que analista adoce? Nossa relação com o ficar doente é muito particular.

Construímos uma rede de silêncio. Ninguém deve saber. Se a comunidade ou a sociedade souber que o analista adoceu, e de doença grave ou incurável, o mundo cai. Por que esse comportamento? Não saberia a resposta correta. Temerariamente, me arriscaria a formular a hipótese de uma má resolução do complexo de castração. Contudo não no sentido da famosa e mortal frase que se origina no monumento do nosso preconceito: falta de análise. Não. Isso vem da rocha de base, da alma nunca cativa da castração. Aliás, essa maldita expressão “falta de análise” é um contrassenso ambulante, pois a falta não é constituinte do sujeito? Não deixa de ser notável nossa posição frente à doença pessoal, mesmo que Freud, desde os anos 20, tenha publicizado seu câncer que o levaria à morte. Será que os analistas se acreditam imortais?

E, falando de tudo um pouco, também sempre surge a questão sobre quando um analista deve começar e quando seria o momento de fechar as portas do consultório. Freud começou jovem, e hoje são muitos os jovens que iniciam sua formação. Em outros tempos, quem sabe, os que se aproximavam do ofício impossível traziam na bagagem um currículo mais hierarquizado. Entretanto, quem desenvolveria maior capacidade analítica? Onde exerço a psicanálise, é comum escutar de colegas com muitas horas de voo que Freud deveria ser apresentado aos jovens postulantes em ordem cronológica, para não enlouquecê-los. Eles se perderiam dentro da própria obra. Não compartilho essa posição. Penso que a formação é um perder-se e encontrar-se constantemente. E a prática diária de todos os tempos passa pelos mesmos trilhamentos.

Freud falou que o envelhecimento nos concilia com a morte, com o fim (Vierek, 2009). Como a morte é soberana, portanto ninguém a dirige, a decisão do final lhe pertence. Contudo Freud acertou com o dr. Max Schur, seu médico privado, sobre o momento final. Antecipou-se à morte pela eutanásia (Jones, 1976, p. 266). Como fica esse modelo para cada psicanalista? Qual é a hora de parar? Qual é a hora do fim?

Na ficção literária de Jorge Amado (1972), morrer no campo de batalha é uma clara referência à sexualidade e à sensualidade dos personagens de sua obra, que o autor deste texto interpreta como sendo a melhor morte para o escritor. O encontro com esses finais, o término do ofício, o limite da vida, é de cada um. A filosofia sempre se debateu sobre esse encontro solitário com a finitude. O homem é o único animal que sabe de sua morte. E, por possuir o dom da palavra, pode falar sobre ela. A vida é um dom recebido. Desfrutá-la constitui uma obrigação ética. Quem seguir esses valores saberá se encontrar com o fim.

Referências

- Amado, J. (1972). *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1984a). *Obras completas: El chiste y su relación con el inconsciente* (Vol. 8). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1984b). *Obras completas: La interpretación de los sueños, primera parte* (Vol. 4). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1984c). *Obras completas: Psicopatología de la vida cotidiana* (Vol. 6). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1984d). ¿Pueden los legos ejercer el análisis?. In *Obras completas* (Vol. 20, pp. 165-244). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1926)
- Jones, E. (1976). *Vida y obra de Sigmund Freud* (Vol. 3). Buenos Aires: Horme.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Vierek, G. S. (2009). O valor da vida: Uma entrevista com Freud. *Jornal da Brasileira*, 12(2), 8-12.

Sermos analistas: essa delicada condição

Gladys Franco*

Quem pode ser psicanalista? A formulação de tal pergunta implica um emissor regulador, detentor do poder de admitir e de vetar. A pergunta também contém, implícita, a censura: quem *não* pode ser psicanalista. As comissões de admissão das instituições psicanalíticas (presumo que isso aconteça não apenas na instituição que integro) reveem periodicamente os critérios com relação a quais aspirantes admitir e quais aspirantes vetar. Há consenso sobre a inconveniência de que pessoas psicóticas ou psicopatas aspirem a ser psicanalistas, debate-se, ocasionalmente, quais pessoas –dentro do espectro das patologias do narcisismo– poderiam não ser excluídas... e regularmente cometem-se erros na admissão e na exclusão porque é impossível encapsular em conceitos controláveis as variáveis que serão dinamizadas no encontro entre aspirantes a ser psicanalistas e psicanalistas entrevistadores.

Alguns critérios formais que são exigidos para aspirar a ser psicanalista, apesar de serem difíceis de modificar, mereceriam um questionamento maior, por exemplo, o título de graduação prévio. Na instituição da qual sou parte (APU), o requisito do título de médico ou de psicólogo para a admissão ao instituto foi incorporado durante o período de ditadura pelo qual passou o Uruguai entre 1973 e 1985, provavelmente como uma forma de obtenção de novas garantias frente à situação de perseguição vivida, onde todos os espaços em que a palavra circulava eram suspeitos de subversão.

Entre os membros fundadores da instituição, houve analistas sem formação acadêmica prévia, mas anos depois, segundo registram atas, defenderia-se que os aspirantes deveriam

* Asociación Psicoanalítica del Uruguay.

contar com “um título universitário em alguma das ciências do homem”.¹

Poucos anos depois, isso se restringiu aos títulos de médico ou de psicólogo.

O requisito de um título de graduação situa a formação psicanalítica institucionalizada em um lugar paradoxal. Como psicanalistas podemos comprovar, com a nossa experiência, que o valor do conhecimento adquirido na nossa passagem pela universidade é lateral e circunstancialmente útil, mas absolutamente descartável para o fim de *ser* psicanalista, se não contarmos com análise pessoal suficiente. Apesar de, oficialmente, os três modelos de formação que a IPA reconhece ressaltarem que são igualmente importantes a análise pessoal, a formação teórica e a prática supervisionada, também os três modelos enfatizam que é a análise pessoal o que prepara o candidato para “o que vai encontrar e experimentar quando conduzir outras análises”.²

A ética da formação descansa de modo fundamental no fato de que o candidato a analista esteja o mais bem formado possível para assumir a responsabilidade de oferecer tratamento analítico.

O objetivo da formação de analistas não é fundamentalmente a aquisição de conhecimentos pela via do intelecto, mas sim o desenvolvimento de uma criatividade particular para a escuta, elaborada em transferência, unida a uma convicção sobre a eficácia do inconsciente que só é possível adquirir através da experiência analítica pessoal. Como sabemos, essa experiência deve ser intensa e prolongada no tempo para permitir a criação e a instalação de uma neurose de transferência que habilite as condições de emergência do inconsciente, o que poderia ser resumido como inerente à experiência da análise. Em transferência –pedra angular da prática psicanalítica que não deixa de ser mais uma formação de compromisso, semelhante ao sonho, ao lapso, ao ato falho ou ao sintoma neurótico– vai se abrir o trabalho

das resistências, será possibilitado o contato com os núcleos duros e dolorosos que a vida nos deu e que interrogaremos, rastreando o brilho do desejo, durante anos.

O instrumento idóneo para a prática analítica será, então, o analista, trabalhado pela experiência analítica pessoal, que se colocará à disposição do paciente. De onde poderia-se concluir que a análise de um médico ou de um psicólogo seria um instrumento melhor que a análise de um escritor, de um professor, de um filósofo ou de uma pessoa com (ou sem!) qualquer outra formação anterior?

A psicanálise é uma ciência conjectural que se afirma em uma forma de saber e de conhecimento que está em desacordo com o saber passível de ser adquirido mediante o intelecto. Nesse ponto reside o paradoxo de pedir aos futuros analistas um título de graduação universitária, compreensão que havia levado Freud a dizer que, apesar de que “a incorporação da psicanálise ao ensino universitário significaria uma satisfação moral para todo psicanalista, (...) não é menos evidente que este pode, por seu lado, prescindir da universidade sem menosprezo algum para a sua formação” (Freud, 1919/1975).

A recomendação de uma análise intensa e prolongada para as pessoas que querem ser psicanalistas, promovida pelos institutos psicanalíticos, está sustentada na necessidade de favorecer as máximas condições de analisabilidade para quem fará da prática psicanalítica e das suas variações seu modo de trabalho estável. Faço minhas aqui algumas palavras de Green: “Com toda a franqueza, devo dizer que não vejo como obter resultados sem uma análise a mais completa possível das raízes do conflito psíquico, análise que, admito, está muito longe de ser fácil...” (Green, 2002/2005). Para complementar, evoco Winnicott (1971/1979), quando alerta para o excessivo conforto na análise, ilustrando isso com a imagem de duas pessoas que podem combinar realizar uma análise, que pode durar

1. Atas da Comissão de Ensino da APU, setembro de 1974.

2. Relatório do Comitê de Educação da API, 2006.

um longo período, mas que se ela não chegar ao contato com os núcleos da patologia mais profunda, paciente e analista poderão chegar ao final e se despedir sem consciência de terem sido cúmplices de uma mentira.

É a partir da análise e através dela, então, que analista e analisando se lançarão na busca de uma verdade inatingível, já que a psicanálise é a experiência que nos revela que “a verdade só pode ser dita de maneira parcial e de forma desfigurada” (León, 2006). Lacan dirá que a pretensão de conhecimento é um afã totalizador do eu e pertence ao registro imaginário; o saber, pelo contrário, é sempre um saber inconsciente: “A análise veio nos anunciar que há saber que não se sabe” (Lacan, 1981). É que a verdade a ser alcançada no trajeto da análise pessoal é a verdade do inconsciente, uma verdade essencialmente inapreensível, alcançada e perdida no próprio ato de aproximação circunscrito pelas formações de compromisso, sobre as quais e com as quais trabalha-se em análise.

A ideia do saber em psicanálise é, então, inconciliável com a noção acadêmica de saber, bem como a noção de verdade se afasta tanto da verdade científica como da verdade religiosa. Com base nessas requisições de fidelidade aos seus princípios, a psicanálise fica situada em uma posição marginal com relação a outras formas de transmissão de conhecimento, posição incômoda imprescindível para manter a condição original que Freud quis lhe atribuir com o achado da palavra “peste”. Mais próxima da função da arte que da função da ciência, a psicanálise funda-se assim no espírito de subversão que questiona todo discurso de saber totalizador, tanto no sujeito como na sociedade que o acolhe. Como a arte, a psicanálise não pode e não deve ser adaptativa nem funcional às leis que, de modo situacional, regem a sociedade em que se desenvolve (não pode – não deve, no momento histórico que vivemos, ser funcional às leis do mercado glo-

bal), sua posição, pelo contrário, aponta para as margens, como diz J. D. Nasio: “O limite é nosso lugar, ainda se nem sempre somos capazes de ocupá-lo” (Nasio, 1987).

Freud nos ensinou com a sua experiência de autoanálise que, além de curiosidade, é necessário ter coragem para se arriscar nessa busca da verdade que sabemos ser sempre falha, imperfeita, esquivada e, no entanto, servirá de faro e meta, e indicará um caminho povoado pelos “lestrigões e ciclopes”³ gerados pelo desejo e por sua repulsa. A análise do analista abre as vias de uma formação que nunca cessa e que se recria diariamente na prática, mantendo o instrumento ativo e em forma. Poderia-se dizer que o “título” de psicanalista exige uma certificação permanente onde intervêm os efeitos da sua análise, a permeabilidade necessária para voltar ao divã periodicamente e o trabalho diário em transferência com os seus pacientes.

As instituições se ocupam da habilitação formal do início da prática do psicanalista, mas não está resolvida a definição sobre qual seria o momento de deixar de analisar pacientes; também não há (talvez não possa haver) controles definidos sobre as circunstâncias em que um analista deveria interromper sua prática. Especialmente as situações de doença grave física ou psíquica constituem um conflito sério para pacientes e colegas. Se em tais circunstâncias o analista não decide por si próprio fazer uma pausa em sua prática, é possível ver como, com a intenção consciente de não abandoná-lo, submete o paciente a uma situação dolorosa em que se turva a assimetria imprescindível, onde se coloca em risco a disparidade subjetiva, gerando-se fenômenos identificatórios de desmentido. Especulando sobre o alcance dos efeitos da análise, Laplanche apresentou uma pergunta inquietante que poderia ser pensada em relação a essas situações: “Seria necessário pensar que um encerramento ptolomaico, e no final das contas, narcisista, cons-

3. “Nem Lestrigões nem os Ciclopes/nem o bravo Posêidon hás de ver,/se tu mesmo não os lebares dentro da alma,/se tua alma não os puser diante de ti”, em tradução de José Paulo Paes. *Ítaca*, K. Kavafis (1911/1976).

titui a meta final, com relação à qual a própria cura não seria mais do que um episódio de reestruturação fecundo, mas transitório?” (Laplanche, 1998).

A doença ou o deterioração da velhice serão então momentos de prova a ser enfrentados pelo analista, novamente, com a rocha dura da castroação. Encerrar suas atividades, abster-se de continuar a trabalhar, aposentar-se antes de que a impossibilidade fique evidente, será outro indicador de como o analista foi trabalhado pela análise –tomando cuidado com o “encerramento ptolomaico” da metáfora laplanchiana– para alcançar desse modo verdadeiros níveis de criação, durante e até o final da sua vida.

Referências

- Asociación Psicoanalítica del Uruguay, Comissão de Ensino. (1965-1986). *Actas: Libro 1* [Documentos reservados]. Montevideo: APU.
- Freud, S (1975) ¿Debe enseñarse el psicoanálisis en la universidad? In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 165-171). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1919)
- Green, A. (2005). *Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 2002)
- Kavafis, K. (1976). Itaca. In *Poesías completas* (pp. 46-47). Madrid: Hiperión. (Trabalho original publicado em 1911)
- Lacan, J. (1981). *El seminario de Jacques Lacan, libro 20: Aún, 1972-1973*. Buenos Aires: Paidós.
- Laplanche, J. (1998). La teoría de la seducción generalizada y la práctica: Metas del proceso analítico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 87, 55-65.
- León Pinto, S. (2006). El lugar del psicoanálisis en la universidad. In *Psicoterapia psicoanalítica: Desataduras del alma* (pp. 321-333). Recuperado de
- Nasio, J. D. (1987). *En los límites de la transferencia*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Winnicott, D. (1979). *Realidad y juego*. Buenos Aires: Gedisa. (Trabalho original publicado em 1971)

A credencial de um psicanalista

Leonardo Peskin*

Antes de mais nada, um princípio: o psicanalista só se autoriza de si mesmo.

J. LACAN¹

A simples pergunta “*quem pode ser psicanalista?*” nos conduz às questões mais intrincadas da história da psicanálise, já que produziu as maiores controvérsias e confrontações, que inclusive levaram a dissidências de associações psicanalíticas. Promoveu regulamentos e dispositivos de todo tipo, alguns deles muito obscuros com aspectos morais alheios à ética da psicanálise. Freud abre essa pergunta no artigo *Pueden los legos ejercer el análisis?* (Freud 1926/1976b) e desenvolve sinteticamente toda a teoria e a técnica psicanalítica procurando avais –que não são os do médico, do psiquiatra ou do psicólogo– para quem exercer a profissão de psicanalista.

No final das contas, a questão é: quais são as credenciais necessárias para que alguém possa ser agente do discurso analítico (Lacan, 1969-1970/1992, 1972-1973/1981)? Na busca dessas credenciais foram criados labirintos formais, tornando evidente que, se para algo “impossível” pretende-se dar solução “possível”, florescerá uma produção obsessiva. Por meio do uso de complexos recursos simbólicos, tenta-se criar uma garantia imaginária.

À medida que as supostas garantias se mostram insuficientes, continuam a ser acrescentados requisitos que tentam estabelecer axiomas imbatíveis. “As coisas são assim!: tem que ser médico, heterossexual, sem sintomas e com muitas evidências de transferências com ana-

* Asociación Psicoanalítica Argentina

1. Proposição de 9 de outubro de 1967 (1967/1987).

listas consagrados da mesma paróquia e trabalhar de modo estrito com enquadres de tais ou quais características.”

Discurso do amo, de formato universal, que levou, na busca pela excelência, a um empobrecimento, que produziu analistas clones com pouca capacidade de produzir fatos analíticos. Recomendava-se a identificação com o analista didata como ideal perpetuado, anulando assim a possibilidade de um fim de análise para o analista (Roudinesco, 1993; Roudinesco & Plon, 1998).

A partir de diversas crises e graças à valentia de alguns analistas (Baranger, 1970; Baranger, Baranger & Mom, 1978), puderam ser mudados os aspectos mais regressivos, retornando ao tripé de formação de um analista: estudar a teoria e a técnica, analisar-se e realizar a supervisão com liberdade de escolha sobre com quem fazê-lo.

Mesmo com essa depuração, continuou a estar sob questionamento o que credencia alguém a ser psicanalista.

As leis que regem o exercício das práticas de saúde mental estão acima das regras das instituições psicanalíticas, o que impede que elas outorguem autorizações para o exercício profissional. A mesma coisa acontece com a ética apresentada pelo direito, que é muito diferente da ética da psicanálise. A psicanálise sempre possui alguma confrontação com a moral e com as conveniências do “bem-estar” social, ao dar lugar ao desejo como organizador ético do inconsciente a que o sujeito deve se referir.

Essas dificuldades fazem com que as associações não autorizem o exercício da profissão, elas somente dão avais de formação e indicação (candidatos, membros aderentes, membros titulares, função didática etc.). Ou seja, as autorizações valem para o âmbito interno das instituições, mas não para a tarefa fora desses âmbitos. Nem sequer os títulos de alguma associação são válidos em outras, apesar de que, com o tempo, foram criados alguns dispositivos de validação entre as instituições da IPA. A maior parte desses impedimentos e autorizações tem um sentido de política institucional, e continua aberto o fundo da questão: como legitimar que alguém é analista? (Wallerstein, 1985).

Lacan foi avançando sobre a pergunta “quem é psicanalista?” ao longo de toda a sua obra. Por um lado, considerando até onde uma análise deve ser conduzida, e, por outro, sobre como deve ser e agir quem a conduz. A maior parte dos seus ensinamentos estão direcionados a desfazer as exigências imaginárias que estão ligadas a imperativos morais.

Relembremos, aliás, que ao avançar nessas buscas Lacan é “excomungado” da IPA por conta de um cálculo simples: se tinha certa quantidade de candidatos em análise, não eram suficientes as horas de um dia para cumprir com os requisitos formais. Portanto, deixava de cumprir as regras da IPA. Esse caso, justamente, passou a ser um exemplo de como não se deve qualificar a tarefa analítica. Para além dessas faltas e da transgressão que implicavam, a pergunta deveria estar mais centrada em se, em seu ofício, promovia tratamentos psicanalíticos.

Já fora da IPA, Lacan foi abrindo horizontes sobre como uma análise pode ser legitimada. Em particular, a do próprio analista. Assim, reapareceram muitos dos problemas apresentados em todas as tentativas de outros autores, desde Freud. Um exemplo é a experiência do Pase, dispositivo concebido e problematizado para que alguém perceba se chegou a se analisar e, conseqüentemente, a ser analista. Caímos novamente na constatação de que a busca de consistências objetivas tornam-se imaginárias e deixam tantas dúvidas como as formulações mais formais. Especialmente porque são instrumentadas dentro de políticas institucionais que sempre escolhem velar pelos seus próprios interesses, tanto para subsistir como para rivalizar com outras instituições. Em muitos casos, foi necessário chegar à dissolução das instituições ou continuar a aceitar que todas as propostas terminam a serviço do que Freud chamou de resistências à psicanálise.

Quanto mais são formalizados os requisitos, por trás de uma suposta garantia de objetividade, mais são burocratizados e se afastam da psicanálise (Safouan, 1983).

Daria no mesmo se fosse uma instituição médica, ou de escrivães ou de pilotos de avião que

pedem um brevê. Isso se transforma em x horas de capacitação, em algum exame ou entrevista, em algum trabalho ou em alguns depoimentos. Nessa questão, acrescentam-se os impossíveis freudianos: governar, analisar e educar.

Mais do que a pessoa do analista e suas características, interessa que ele, em sua prática, tenha estimulado o discurso analítico. E a melhor maneira de fazê-lo é colocando em ação o desejo do analista.

Tanto o discurso do analista como o desejo do analista são categorias teóricas que buscam ser independentes da vontade egóica, do fantasma e da pessoa concreta do analista. Ser um analista seria permitir que operem esse desejo e esse discurso com a menor intromissão das fantasias e das vontades morais do analista. Trataria-se de dar oportunidades ao inconsciente de resolver aquilo que ficou sem solução, por conta dos diversos mecanismos (repressão, desmentida, cisão e inclusive forclusão) que travam a possibilidade de afrontar o desejo, ou de levar a pulsão a alguma solução sublimada (Peskin, 2008).

Para Lacan (1964/1986, 1967/1987) a melhor alternativa para chegar a ser um analista é através da sua própria análise. É a análise que produz um analista, em particular ao ser realizada até o final. No entanto, nem toda análise consegue isso. As condições preliminares como são os títulos acadêmicos, a idade, a condição física, o gênero, a orientação sexual vão ter incidências dependendo de como forem elaboradas pelo analista em sua análise. Evidentemente, a análise é condição necessária, mas não suficiente, a supervisão e os seminários têm que complementá-la (Donnet, 1974; Dor, 1996; Dumézil, 1993).

Talvez a resposta à pergunta sobre quem pode ser analista seja aquela capaz de produzir efeitos analíticos e talvez, no máximo, poderíamos dizer que é aquele que consegue isso com maior frequência. O testemunho sobre se é um analista virá dos seus analisandos, das suas intervenções em debates e das produções que for capaz de realizar. No entanto, um fenômeno muito frequente é que nem sempre os teóricos são os melhores clínicos e alguns que não se destacam tanto por sua capacidade docente ou teórica podem conduzir curas analíticas. Talvez sejam outros que, teorizando, perceberão porque tiveram sucesso.

Por último, para não cair em um idealismo ao questionar todas as referências formais, consideremos que, quando, como analistas, escolhemos outro analista para fazer a o encaminhamento de um paciente, levamos em consideração uma série de fatos sujeitos a uma lógica pré-consciente. Pensamos que lhe convém tal pessoa, de tal idade, de tal gênero, com tais títulos ou especialização em tal tema. Todas essas referências são válidas, mas observemos que há fatores intuitivos, fruto do funcionamento do nosso inconsciente, lugar de onde provêm nossas intervenções como analistas. E o “quem pode ser um psicanalista para esse paciente” gera uma especificidade, que vai muito além de toda definição formalizável, a escolha é feita tão a “puro risco” como qualquer ato analítico. Do mesmo modo que no ato analítico, se tivermos um bom resultado, depois tentaremos compreender porque isso pôde acontecer. Apesar de que, muitas vezes, o melhor, se as coisas vão bem, é não fazer perguntas demais.

Referências

- Baranger, M. (1970). Teoría e institución psicoanalítica: La formación psicoanalítica. *Revista de Psicoanálisis*, 27(2), 211-219.
- Baranger, W., Baranger, M. & Mom, J. (1978). Psicopatología del proceso didáctico. *Revista de Psicoanálisis*, 35(1), 181-190.
- Donnet, J.-L. (1974). Carrera y jerarquía en la sociedad psicoanalítica: Esbozo de crítica estructural. In *Del lado del psicoanalista* (pp. 121-167). Buenos Aires: Corregidor.
- Dor, J. (1996). *Clínica psicoanalítica: Enseñanza, conducción de la cura, estudios clínicos*. Buenos Aires: Gedisa.
- Dumézil, C. (1993). *Dinámica lacaniana*. In R. Harari (Comp.). *Lacan, hoy* (pp. 104-110). Buenos Aires: Nueva Visión.
- Freud, S. (1976a). Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 107-119). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1976b). ¿Pueden los legos ejercer el análisis? In *Obras completas* (Vol. 20, pp. 165-244). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1926)
- Lacan, J. (1981). *El seminario de Jacques Lacan, libro 20: Aun 1972-1973*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1986). *El seminario de Jacques Lacan, libro 11: Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis 1964*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1987). Proposición del 9 de octubre de 1967 sobre el psicoanalista de la escuela. In *Momentos cruciales de la experiencia analítica* (pp. 7-23). Buenos Aires: Manantial. (Trabalho original publicado em 1967)
- Lacan, J. (1992). *El seminario de Jacques Lacan, libro 17: El reverso del psicoanálisis 1969-1970*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (2008). La dirección de la cura y los principios de su poder. In *Escritos 2* (2ª ed., Vol. 2, pp. 559-615). Buenos Aires: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1958)
- Peskin, L. (2008). *Los orígenes del sujeto y su lugar en la clínica psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós.
- Roudinesco, E. (1993). *Lacan: Esbozo de una vida, historia de un sistema de pensamiento*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Diccionario de psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Safouan, M. (1983). *Jacques Lacan y la cuestión de la formación de los analistas*. Buenos Aires: Paidós.
- Wallerstein, R. S. (Ed.). (1985). *Cambios en los analistas y en su formación* (Vol. 4). Londres: Asociación Psicoanalítica Internacional.

O gato de Forer

Jorge Kantor*

Difícil missão aceitei. Poderia ter dado alguma desculpa dizendo: “Sim, claro, ainda que eu não saiba do que vocês estão falando” ou, dando uma de ainda mais desentendido: “Não me perguntem, prefiro não me expor”. De qualquer modo, recebi a tarefa de escrever sobre o que não se deseja falar com uma leve exaltação, como se fosse uma medida antidepressiva, já que esses assuntos costumam estar para além do desconsolo. Vou mencionar algumas dessas coisas sobre as quais poucas pessoas se arriscam a falar, sobre os institutos, os consultórios.

Pode ser que as grandes transgressões, sim, caiam no radar das comissões de ética respeitadas. Por exemplo, na minha jovem instituição (talvez, mais do que jovens, sejamos adultos recentes, passamos dos 30 anos), já tivemos duas baixas desse tipo: uma pessoa que renunciou antes que o expulsassem e outra que está nos processando para anular a expulsão. Efetivamente, ela ganhou em primeira instância, nós vencemos em segunda, e agora a questão está em juízo, que é quando se decidirá de forma definitiva quem tem razão. Dizia que não me perguntaram sobre as falhas quanto à ética ou à moral que fariam com que qualquer pessoa se sentisse inclinada a inclinar o polegar, mas sim sobre aqueles assuntos dos quais ninguém quer falar, mas que são conhecidos e que preferimos ignorar.

Bom, mãos à obra: uma primeira questão que me chama a atenção sobre os nossos institutos latino-americanos é que eles não costumam refletir a diversidade étnica dos nossos países. Não sei realmente a razão para que isso aconteça, mas sem dúvida é uma dessas coisas sobre as quais deveríamos falar abertamente, mas da qual não falamos. Será que temos –darei de forma amável–, sem que per-

* Sociedad Peruana de Psicoanálisis.

cebamos, uma política discriminatória? Em geral, os preconceitos raciais são parte da nossa cultura e somente há pouco tempo estamos, dentro da comunidade psicanalítica, entendendo a importância que têm na vida dos nossos pacientes (Bruce, 2007; Kantor, 2014). Também deveríamos pensar sobre como os preconceitos raciais influenciam na nossa vida institucional. Ninguém gosta de aceitar que é racista e, no entanto, não é de psicanalistas negar algo demasiadamente óbvio, pelo menos não deveria sê-lo.

Robert Kennedy disse em 1968 (o ano em que foi assassinado) que em 40 anos os EUA estariam preparados para ter um presidente negro (ainda não se usava “afro-americano”) e não se enganou. Quanto tempo vai passar para que os psicanalistas compreendamos a importância dos *preconceitos malignos* na nossa prática e na nossa vida institucional?

Uma questão que, sim, saiu à luz com relação aos que se candidatam aos nossos institutos tem a ver com a orientação sexual. A homossexualidade foi até pouco tempo atrás razão suficiente para desqualificar o candidato. Novamente, na minha instituição, apesar de o assunto provavelmente nem sequer ter sido especificado nas discussões sobre um candidato determinado, deve ter pesado o suficiente para descartá-lo. Apesar de que isso parece já ter mudado entre os peruanos, acredito que não voltaremos a fechar as portas do armário e a desqualificar candidatos tendo como base apenas a sua orientação sexual.

Quantas pessoas valiosas foram rechaçadas porque não se encaixavam na visão normativa das comissões de admissão? Algumas porque eram homossexuais, outras por serem inteligentes demais (sic), várias por preconceitos inconscientes.

Uma vez aceito(a) o(a) candidato(a), o que fazemos quando, evidentemente, erramos na escolha? Na minha instituição, o analista didata não é informante, ou seja, não pode contar nada sobre as perturbações do seu analisando. Mais uma vez, se a falha for tão grande a ponto de ser necessária a intervenção de uma comis-

são de ética, provavelmente existirá um modo de intervir, mas se a questão for mais sutil, volta a pergunta sobre como proceder. A grande expectativa é que o candidato se cure e, se isso não acontecer, que saia por iniciativa própria. Mas alguns deles ficam, e aí, com certeza, vamos ter que ver o que fazer...

Para o psicanalista, parafraseando Freud (1913/1987), não só os seus casos, mas a sua própria carreira profissional poderia ser análoga ao xadrez: talvez possamos remendar o início e melhorar alguns finais trágicos, mas entre uma coisa e outra as possibilidades de jogada são infinitas.

Seguindo a comparação jogo-ciência, teríamos que diferenciar, por um lado, a insuficiência na prática e no pensamento psicanalítico e, por outro, a deterioração das habilidades entre colegas. Enquanto nos mantivermos dentro das margens do enquadre, realizaremos certo nível de tratamento adequado com nossos pacientes. Haverá pessoas que cometerão erros que não deveriam ter feito, perderão peças vitais e até criarão situações que, para o jogo, são inaceitáveis.

O problema da insuficiência técnica ou metapsicológica pode ser compensado com programas de “educação continuada” e de repente algo vai melhorar. Para todos nós é sempre bom continuar a aprender. A outra questão é muito mais difícil. De novo, o abuso sexual, emocional ou financeiro, apresentações públicas pouco éticas etc. deveriam ser parte do trabalho de detecção e intervenção das comissões de ética.

Questões mais sutis na depreciação do trabalho clínico acontecem quando o analista se envolve em dificuldades pessoais, como divórcio ou morte, ou causadas por fatores físicos, como uma idade avançada, ou doença, ou, diretamente, uma perturbação emocional. Em todo caso, são situações em que se tenta fazer com que passem desapercibidas pelos colegas (Guy, 1995).

Infelizmente, os pacientes não terminam o tratamento quando percebem mostras de deterioração emocional ou física em seu analista.

A força do vínculo transferencial muitas vezes costuma resistir à renúncia. Muitos pacientes suportam estoicamente que os colegas adormeçam, falem ou cheguem tarde às sessões, que cheguem seus e-mails enquanto o paciente faz associações e que talvez, se são confrontados, façam interpretações em que apelam para a identificação projetiva, para o *enactment* ou para alguma outra versão intersubjetiva que os livre da própria responsabilidade.

O efeito Forer, ou seja, a falácia da legitimação pessoal tem, infelizmente, uma versão psicanalítica. Não me vem à cabeça nenhuma outra profissão em que os dados dependam tanto da visão que tenha sobre eles o próprio fazedor. Inevitavelmente, vamos tender a uma posição incômoda, provavelmente com uma alta dose de autoengano.

Nos casos de deterioração do analista, deve acontecer a negação do autodesprezo por meio do uso inconsciente do efeito Forer, mas acho mais preocupante que esse efeito possa acontecer entre analistas que gozam de boa saúde.

Nossa prática deve estar entre as mais difíceis de avaliar. Como saber o que realmente está sendo feito nos consultórios? Seria necessário aceitar que nem sequer nós mesmos estamos em condições de apreender nossa própria prática clínica. Em última instância, não saber o que está acontecendo em uma sessão também não é algo que deva nos preocupar demais, uma análise vai se desdobrando durante o processo etc.

O efeito Forer, pelo contrário, consiste em adotar um número de postulados, axiomas ou fórmulas do saber psicanalítico e se acomodar em uma perspectiva limitada, resumida, uma espécie de entumescimento guardião para encarar a clínica, como se tudo fosse a mesma coisa.

Élisabeth Roudinesco opina sobre o que acontece na França. Sem dúvida, devemos compreender que se trata de algo que está acontecendo em todos os lugares. Seria necessário mudar apenas os postulados teóricos aos quais se afiliam em cada lugar, o teor é o mesmo:

Na França, bom número de psicanalistas, não todos, felizmente, tendem a limitar Lacan a alguns jogos de palavras (...), fazem de Lacan o arauto de valores passadistas. Instituem, dessa forma, o “nome do Pai” como slogan parado no tempo, encarnação de uma “lei simbólica” que serve para proteger a sociedade contra a proliferação das “mães malvadas”, acusadas de se fundir com seus filhos, desrespeitando o “complexo de Édipo”. Criticam a sociedade moderna (...), as reproduções medicamente assistidas, os casais homossexuais, as mães solteiras, as mães de crianças autistas, consideradas excessivamente “fusionais” etc. Por que não imaginar amanhã psicanalistas criticando o divórcio ou o adultério, em nome do “bem dos filhos” e do equilíbrio necessário no seio de uma fratria?” (Badiou & Roudinesco, 2012, p. 45).

Vai ser difícil colocar um guizo nesse gato.

Referências

- Badiou, A., & Roudinesco, E. (2012). *Jacques Lacan: Pasado presente. Diálogos*. Buenos Aires: Edhasa.
- Bruce, J. (2007). *Nos habíamos choleado tanto: Psicoanálisis y racismo*. Lima: Universidad San Martín de Porres.
- Freud, S. (1987). Sobre la iniciación del tratamiento: Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, I. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 121-144). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Guy, J. D. (1995). *La vida personal del psicoterapeuta*. Buenos Aires: Paidós.
- Kantor, J. (2014). *A peruvian case of prejudice*. Manuscrito apresentado para sua publicação.

Ser/tornar-se analista. Raízes e frutos de uma antiga questão

Roberto Luís Franco e Adriana Lasalvia*

Ao situar o contexto em que abordaremos a, sempre, presente questão “quem pode (ou não) ser psicanalista”, e a correlata: “isso não é psicanálise”, é preciso inicialmente esclarecer a partir de que lugar escreveremos. Fomos convidados, como candidatos de um instituto de formação psicanalítica, a refletir sobre esse assunto com o intuito de expressarmos o que poderia ser a visão desse grupo sobre o tema. Realizamos, em um primeiro momento, uma consulta entre os candidatos de nosso instituto, mas não obtivemos respostas suficientes – o silêncio prevaleceu. Partimos, então, para um estudo retrospectivo e histórico da formação psicanalítica, pois é nela, e através dos institutos, que ocorre a seleção, transmissão e habilitação do psicanalista. Na história é possível encontrar motivos que justifiquem esse sintoma institucional, o silêncio.

Do lugar de candidato, de outro, de excêntrico, de estrangeiro, de provisório, de quem está em mudança, identificamos a marca distintiva da psicanálise e o que determina sua especificidade, que é exatamente privilegiar o lugar e o papel do inconsciente, esse desconhecido, em eterno movimento, transformação, conflito, provocando desconforto, prazer e encontros. A formação busca criar as condições que propiciam a transmissão do saber e da experiência psicanalítica. O modelo de Eitington tornou-se uma tradição nas instituições ligadas à IPA e se organiza a partir de três eixos: o estudo teórico, o estudo da clínica (através de seminários clínicos e de casos supervisionados) e a análise pessoal.

Raízes

A IPA é criada em 1910 visando estabelecer a autoridade para determinar e avaliar “o que é e o que não é psicanálise, quem é e quem não é psicanalista, protegendo, desse modo, a psicanálise dos abusos de popularidade que vinha ganhando” (Kupermann, 2008); e para construir uma imagem social da psicanálise menos

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – Rio 2.

ameaçadora à sociedade conservadora de então, temerosa de seu discurso libertário sobre questões como o sexo, entre outras (Roudinesco, 2010). A psicanálise se afasta de seu destino inevitável de provocar oposição e despertar rancor (Freud, 1914/1974b). Ao se institucionalizar e criar uma padronização da formação, acaba perdendo parte de sua essência que contempla o individual, a singularidade, em favor do coletivo. Abandona, assim, seu sentido inconformista e propõe uma conformação.

A busca por estabelecer critérios para a seleção de candidatos a psicanalistas provoca divergências, não só quanto a quais atributos devem ser valorizados pelo entrevistador, a partir de seus gostos e ideologia, mas também se é possível que sejam detectados. A seleção é assunto complexo, sempre imperfeita, o que leva à discussão da análise do entrevistador e de sua contratransferência, pois não é só uma questão a respeito do candidato (Langer, 1962).

A questão “quem pode ser psicanalista” e a correlata “isto não é psicanálise”- atravessam a formação de uma maneira muito particular. Vem do lugar institucional, no qual está depositada a autoridade que determina quem pode ser analista, a partir das mais variadas formas de transferência.

A história da transmissão psicanalítica passou por vários períodos diferentes. Inicialmente, houve uma fase de pura “instrução”, nas quais os interessados liam as produções de Freud. Foi seguido por outra de “demonstração”, que consistia em breves análises. O interessado (candidato) podia experimentar em si mesmo os efeitos da análise. Depois foi a “análise propriamente dita”, estimulada por debates sobre a necessidade de os candidatos terem uma análise profunda e longa como as análises terapêuticas. Esse período foi sucedido pelo das “superterapias”, que visavam um profundo conhecimento do inconsciente e do caráter do analista. O “período de pesquisa” foi aquele em que se reconheceu que teria havido um excesso de expectativas, e retornou-se à ideia de que a análise didática deveria se aproximar de uma análise terapêutica (Balint, 1954).

Freud era muito cético com relação às pretensões dessas análises que se tornaram mais longas do que as terapêuticas. Também foram reveladas as implicações sociais severas que esse modelo de “superterapia” provocou, assumindo dimensão comparável ao trauma, devido às migrações de analistas entre 1920 e 1935, causadas por dissensões, disputas teóricas e ressentimentos (Balint, 1954).

O uso da transferência tendo outra função – a transmissão – permite que surjam distorções. A tendência ao conformismo, a submissão ao analista idealizado afastam o candidato da possibilidade de tratar-se para, em troca, obter o conhecimento analítico. Aliena-se o desejo do candidato pelo desejo do analista didata, que “deseja” transmitir a psicanálise. Produzia-se dependência, submissão e obediência (Gitelson, 1954; Kupermann, 2008).

Assim surgiram os candidatos “normais”, produtos das mudanças sociais da época, mas também das intervenções das instituições de formação psicanalíticas (Gitelson, 1954). Dessa forma, instaura-se a trama edípica, a “patologia das associações”: a tendência presente nas associações humanas de se estruturarem edípiamente, reproduzindo os afetos familiares infantis – o amor e o ódio pelo pai são transferidos aos pares –, o que faz reinar a megalomania pueril, a futilidade, a obediência cega e os interesses pessoais (Kupermann, 2008).

As condições apontadas por Heimann como inadequadas para candidatos à formação seriam a psicose e “... o extremo oposto: as assim chamadas personalidades ‘normais’ em quem o realismo, a adaptação e uma vida bem ordenada, incluindo gratificação sexual e uma suave capacidade de trabalho, são construídas em uma personalidade rasa e pobre” (Heimann, 1954). Mas quando denuncia criticamente os candidatos “normais” não suspeita que essa “nova” patologia (narcísica, segundo Gitelson, 1954) era produto direto da institucionalização da psicanálise. Muitos anos depois, certa anormalidade é defendida como condição indispensável ao analista (McDougall, 1987).

A instituição psicanalítica assume uma “feição totêmica”... já que é o saber psicanalítico que une os seus constituintes e assume a condição de antepassado comum, e é seu espírito guardião (o grupo do anel). O totem da instituição psicanalítica –o saber psicanalítico– é o substituto do pai, de Freud, a quem todos devem devoção filial, e que em alguns casos assume dimensão religiosa. Quais seriam, então, seus tabus? Talvez uma pista se encontre em sua história de lutas fratricidas, cismas e “lembranças encobridoras” ou, em alguns casos, “lembranças francamente falseedoras” (Franco, 2002).

A organização da ordem de filiação na transmissão se exerce com mandamentos – tabus–, “isto não é psicanálise”. Os interditos instituídos com a violência autoritária e tirânica, e não com a autoridade da lei simbólica, não promovem entendimento, mas sim trauma. Impedem o pensamento. Cria-se uma assimetria na estrutura de poder que desestimula a mobilidade de discursos e de possibilidades simbólicas dentro da instituição. Traumas são produzidos ao se negar o que foi vivido como real. Muitas vezes o silêncio é a alternativa em relação aos abusos sofridos na violência das interpretações absolutas e nas atuações contratransferenciais do analista. E a saída, parece-nos, não tem sido o diálogo franco, e sim a busca de analistas de fora de nossas instituições na tentativa de fazer caminhar aquilo que estava estagnado, sem desejo.

A transmissão baseada em uma transferência idealizada, de uma “análise completa”, dispõe os candidatos a uma posição infantilizada, regredida. A queixa de candidatos demasiadamente normais não é causa, mas sim consequência de um processo que institucionalizou a idealização onipotente do analista e da psicanálise, em uma visão bem distante da defendida por Freud ao longo de sua vida. Freud deixa clara sua noção crítica dos alcances e limites da psicanálise, quando afirma: “... Ganharemos muito se conseguirmos transformar seu sofrimento histórico em infelicidade comum” (Freud, 1895/1974a).

A necessidade de exercer o controle de quem pode ou não ser analista, durante as formações, não se verifica exclusivamente com o uso das transferências. Em artigo intitulado “Trinta métodos para destruir a criatividade dos candidatos a psicanalista”, publicado às vésperas de sua posse como presidente da IPA, Kernberg detalha o modo de impor um pensamento avesso a críticas e mudanças, um verdadeiro manual de instrução. As estratégias listadas vão desde sistemática lentificação dos processos de avaliação dos trabalhos clínicos dos candidatos, com solicitações de revisões, à constante infantilização dos mesmos, ao lado da frequente idealização dos didatas (Kernberg, 1996). As recorrentes observações de que “isto não é psicanálise” colocam em dúvida não apenas o trabalho em questão, mas a seleção (seus critérios), além de todo o processo de formação. Trata-se de sintomas institucionais.

A violência do silenciamento, do apagamento histórico, da denegação, do desmentido provocam mais traumas –uma velha história que se repete.

Os traumatismos transgeracionais dariam conta do que se transmite de uma geração a outra, uma transmissão levada a cabo em silêncio e em segredo, mas atuada, onde reinaria a lei do silêncio psíquico, quer dizer, a proibição de pensar...

Por que os analistas esquecemos certas ocasiões de nossa própria história? Como atuou a intropressão do superego dos analistas e formadores sobre pacientes e candidatos? Quantos segredos, delitos e paixões foram silenciados através do sofrimento e do desmentido inoculado sobre eles ao longo da história de nossa disciplina? (Cabré, 2012, pp. 11-12).

Frutos

A psicanálise, ao tratar do inconsciente, esse estrangeiro, com outra língua, fala do estrangeiro que habita em cada um de nós. O psicanalista também ocupa esse lugar de estrangeiro que está constantemente construindo sentidos diante da

incompletude, das diferenças e da alteridade (Fuks, 2000). O psicanalista está sempre em transformação, o trabalho analítico é interminável e incompleto. A ideia de modelos perfeitos e poderosos abafa as diferenças e imperfeições. Negase o sentido e a dimensão criativa da castração.

A análise didática não deve ensinar, a análise de formação não deve conformar nem a análise de treinamento deve treinar. Seja qual for o nome que se dê, são expressões que visam designar a análise que o candidato empreende em sua trajetória de se tornar psicanalista. Nesse processo, o que deve ser buscado e valorizado é “a introjeção da função analítica em lugar da identificação com a pessoa do analista” (Rocha, 2005). A independência almejada na análise de um analista implica em que possa “... produzir-se sucessivamente uma desidentificação para que possa suscitar o mais elementar movimento emancipatório” (Cabré, 2012).

A proposta de estudar detidamente nossa história e repensar os modelos de formação, assim como promover o estabelecimento dinâmico de transferências nômades, ou seja, que possam circular para além das figuras do analista e do supervisor, são propostas que propiciam uma maior liberdade, oportunidade de trocas e possibilidade de novos arranjos que produzam novos sentidos (Kuperman, 2008). Permitir que a formação possa reproduzir o frescor do processo analítico em seu incessante esforço por sentido.

Nos dias de hoje, dominados por uma premissa do ato afirmativo, narcísico, grandioso, a psicanálise continua sendo um incômodo a essa tendência, por ter em sua essência a ideia de dualidade, de conflito, de castração.

O que pode ser, inquestionavelmente, chamado de psicanálise foi definido por Freud: “Qualquer linha que reconheça esses dois fatos (transferência e resistência) e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus” (Freud, 1914/1974b).

Essa visão, que poderia parecer nostálgica, saudosista, de uma psicanálise que poderia estar perdida, é a psicanálise que buscamos.

Referências

- Balint, M. (1954). Analytic training and training analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 35, 157-162.
- Cabré, L. M. (2012). En torno al concepto de introyección: Evolución de un concepto teórico y sus consecuencias en la técnica psicanalítica. *Temas de Psicoanálisis*, 3, 1-14.
- Freud, S. (1974a). Estudos sobre a histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 2, pp. 37-363). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1974b). A história do movimento psicanalítico. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 11-82). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1975). Análise terminável e interminável. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 239-287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Franco, R. L. (2002). Violência institucional: A instituição psicanalítica totêmica e os sacrifícios (também dos alunos) – uma velha história que se repete. *Boletim do Instituto da SBPRJ*, 14, 50-54.
- Fuks, B. (2000). *Freud e a judeidade: A vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gay, P. (1988). *Freud, a life for our time*. New York: Norton & Company.
- Gitelson, M. (1954). Therapeutic problems in the analysis of the “normal” candidate. *The International Journal of Psychoanalysis*, 35, 174-183.
- Heimann, P. (1954). Problems of the training analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 35, 163-168.
- Kernberg, O. (1996). Thirty methods to destroy the creativity of psychoanalytic candidates. *The International Journal of Psychoanalysis*, 77, 1031-1049.
- Kupermann, D. (2008). Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Langer, M. (1962). Symposium: Selection criteria for the training of psycho-analytic students. *The International Journal of Psychoanalysis*, 43, 272-276.
- McDougall, J. (1987). *Em defesa de uma certa anormalidade: Teoria e clínica psicanalítica* (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rocha, F. (2005). Emancipação versus adaptação: Perspectivas na formação psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 38(69), 131-149.
- Roudinesco, E. (2010). Psicanálise e homossexualidade. In *Em defesa da psicanálise* (pp. 46-72). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Um depoimento sobre os desafios no exercício da função didática

Marion Minerbo*

Ao receber o convite da editoria da seção Vórtice, da revista *Calibán*, com a proposta de dar minha opinião sobre o tema “Quem pode ser psicanalista?” e questões “que ao longo do tempo foram silenciadas, pouco discutidas, e que a nosso ver tornaram-se sintoma nas sociedades e institutos psicanalíticos”, lembrei-me imediatamente da primeira análise didática que conduzi, há muitos anos.

A moça havia me procurado depois de ter interrompido sua análise anterior porque, segundo ela, a ex-analista “estava excessivamente identificada com a instituição” e não conseguia escutar o que ela dizia em outro registro. Não demorei a entender do que ela estava falando. Boa parte do material que ela trazia em sessão tinha a ver com a sua formação: falava de psicanálise, de pacientes, mas também dos seminários e dos coordenadores, das reuniões científicas, dos colegas, de outros didatas, de seus supervisores etc. O tema que aparecia insistentemente dizia respeito, no nível manifesto, a uma realidade institucional que, até certo ponto, era compartilhada por nós.

Esse caso exemplar nos coloca algumas questões sobre as peculiaridades da escuta analítica no contexto da análise de formação. Como escutar referências a pessoas e situações que fazem parte de uma realidade institucional comum ao didata e ao seu analisando? Como formular interpretações usando o tipo de material clínico que, com muita frequência, surge nessas análises? Como mencionar seminários, colegas e situações institucionais, sem que se

entenda que estamos, efetivamente, nos posicionando pessoalmente sobre esses temas? Como deixar claro que, sem negar que há uma realidade institucional compartilhada, em análise tudo isso é escutado como tendo valor transferencial e como representação de conflitos e defesas ligados ao mundo interno?

Enfim, como ser ao mesmo tempo um analista didata, que de certa forma é um “funcionário da instituição”, e um analista autônomo, capaz de se descolar psiquicamente dessa realidade e de se colocar como um estrangeiro – como alguém que não conhece nem as pessoas, nem a instituição? Nesse sentido, parece-me que a única, mas *enorme* diferença entre o trabalho de um analista que se dispõe a exercer a função didática e o de um analista *tout court* é que o primeiro precisa reconhecer, e ser capaz de sustentar psiquicamente, o seguinte paradoxo: estar a serviço da instituição e, ao mesmo tempo, estar única e exclusivamente a serviço do seu analisando. A *condição psíquica* para isso é ter conquistado autonomia suficiente com relação ao seu próprio objeto primário, representado transferencialmente por seu próprio analista e pela instituição.

Isso nos leva ao tema desta edição de *Calibán*. Os editores nos propõem o desafio de pensar “Quem pode ser psicanalista?”. No contexto desta minha pequena reflexão, “Quem pode ser analista didata?”. Naturalmente, não me atrevo a discutir questão de tamanha complexidade, mas uma coisa me parece certa: quando o didata não é capaz de sustentar psiquicamente esse paradoxo, ele e seu analisando correm o risco de cair *juntos* numa dupla armadilha. Por um lado, o trabalho analítico pode simplesmente se esvaziar, tornando-se improdutivo, mesmo que o paciente continue vindo às suas quatro sessões semanais. E, por outro, pode contribuir para a formação de clãs transferenciais, o que vai contra o objetivo de qualquer análise, inclusive a didática: ajudar quem nos procura a se tornar autônomo com relação a seus objetos primários.

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Voltando à minha analisanda, o tipo de material clínico que ela trazia dificultava particularmente a sustentação desse paradoxo. Ela falava de colegas meus, exaltando alguns, destruindo outros. Criticava o funcionamento de certos seminários numa linha com a qual eu, na verdade, concordava. Identificava conflitos entre clãs e tomava partido, supondo, muitas vezes com razão, que essa seria também a minha opinião. Criticava a analista anterior, apontando as distorções produzidas pela análise didática de uma maneira que eu considerava bastante lúcida.

Quase não falava de sua vida pessoal, de seus pais e de sua família. Em compensação, relatava situações em seminários ou reuniões científicas em que, claramente, haviam atuado no palco institucional suas questões edipianas. Em lugar de estabelecer com seus colegas relações horizontais, produtivas, de parceria, dedicava-se exclusivamente às relações verticais, nas quais seduzia certos analistas *seniors* e enfrentava outros. Em alguns momentos atuava de forma bastante inadequada sua transferência negativa com a própria instituição, gerando antipatia. Tudo isso, como se pode imaginar, a colocava numa situação muito desfavorável para si mesma. Sua evidente paixão pela psicanálise acabava sendo “interditada”, na medida em que fechava portas e perdia oportunidades importantes para crescer profissionalmente, tanto na vida institucional quanto em seu consultório.

Um dia o conjunto do material se organizou na minha escuta em torno de um “fato selecionado” (Bion, 1992): a noção de “romance familiar” (Freud, 1909/1975). E foi isso que me ajudou a sustentar o paradoxo mencionado. Sendo uma pessoa perspicaz, os deslocamentos transferenciais se davam com “suportes” propícios, isto é, idealizava pessoas que, *de fato*, tinham mérito e criticava outras que, *de fato*, eram pessoas de difícil convívio institucional. Atacava a instituição em aspectos que *de fato* eram problemáticos. Compartilhar muitas de suas opiniões criava um dilema para a escuta analítica: eu corria o risco de tomar *apenas*

como realidade institucional algo que era *também* da ordem da realidade psíquica e da transferência. Nesse sentido, era preciso escutar a instituição que ela trazia para a análise como sendo também algo da ordem da *ficção*, isto é, como criação e elaboração de seu romance familiar. Cito Freud:

A fase seguinte no processo de separação entre o neurótico e seus pais poderia ser descrita como “o romance familiar do neurótico”. É raramente lembrado conscientemente, mas pode quase sempre ser revelado pela psicanálise [...]. A imaginação da criança se empenha na tarefa de libertar-se dos pais, sobre quem, agora, ela tem uma opinião desfavorável, substituindo-os por outros, em geral de uma posição social mais elevada. Usará, para isso, quaisquer coincidências oportunas de sua experiência real [grifos meus], tal como quando passa a se relacionar com um poderoso proprietário rural, se mora no campo, ou com algum membro da aristocracia, se mora na cidade [tradução livre]. (Freud, 1909/1975, pp. 238-239).

Não há dúvidas de que minha paciente se valia de uma “coincidência oportuna de sua experiência real” para construir seu romance familiar. Vinda de uma família modesta que valorizava a cultura, ser admitida na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, filiada à Associação Psicanalítica Internacional, fundada e legitimada pelo próprio Freud, equivalia a passar a fazer parte de um tipo de “aristocracia”.

Outra “coincidência oportuna da sua experiência real” que alimentou seu romance familiar foi o processo de seleção, que costuma ser realizado por analistas mais experientes e com longo percurso institucional. Por já “pertencerem à nobreza”, estavam incumbidos de avaliar suas competências para ocupar a posição pleiteada e, em caso positivo, “ungir” o novo membro. Vinda de família modesta, o custo da análise didática lhe impunha algum sacrifício financeiro. Em seu romance familiar, esse fato servia para mostrar que a instituição

selecionava aqueles que davam provas de estarem dispostos a se sacrificar pela “causa psicanalítica”, assim como os nobres não hesitam em se sacrificar pelo reino. Todos esses elementos reais eram usados para idealizar ou criticar a sua “nova família”.

Além disso, ela percebia, corretamente, que certos analistas de maior prestígio, como certos nobres, estão cercados por uma verdadeira “corte” de seguidores, engajados numa troca de benefícios recíprocos. Esses personagens apareciam com grande frequência em sua análise. Por fim, como na aristocracia, a instituição está organizada segundo uma “hierarquia” – membros associados, efetivos e didatas – na qual ela esperava progredir graças ao reconhecimento de seus méritos.

Ao longo do processo fomos entendendo por que a formação analítica e a instituição estavam hiperinvestidas. Ela mesma acabou percebendo essa dinâmica e usando o termo “romance familiar” para se referir a ela.

Alguns anos depois do término da análise, minha ex-analisanda tornou-se membro associado da SBPSP, conquistando uma inserção institucional independente e reconhecida. No lugar daquelas atuações, vem sendo apreciada por seu espírito colaborador. Além disso, parece ter se tornado uma analista sensível e capaz, usufruindo do grande potencial que já era visível quando iniciou sua análise. Achei que não seria excessivamente intrusivo lhe telefonar para solicitar sua autorização para publicar este depoimento pessoal.

Referências

- Bion, W. R. (1992). *Cogitations*. London: Karnac Books.
- Freud, S. (1975). Family romances. In *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 235-242). London: The Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1909)

A relação entre os objetivos da psicanálise e as aptidões do analista

Alfonso Pola Matte*

Em 1926, Freud publica um artigo destinado a defender sua opinião de que a prática da psicanálise deveria ser aberta para uma ampla gama de profissionais, não apenas para médicos. “¿Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos con un juez imparcial” (Freud, 1926/1992) é o título desse texto, que se insere no contexto da defesa de Theodor Reik, acusado de exercer a psicanálise sem ser médico. Para sustentar sua posição, em diálogo com um interlocutor imaginário, Freud expõe um resumo da sua visão sobre a prática da psicanálise e reafirma sua ideia de que, na análise, o fator terapêutico e a investigação do inconsciente se desenvolvem de modo inseparável. Nesse contexto, defende que o que é bom para o desenvolvimento da profissão, nesse caso, que haja analistas de outras profissões, pode ser bom para os pacientes, na medida em que suas necessidades de diagnóstico diferencial durante a avaliação, ou de atendimento médico durante o decorrer da análise, sejam salvaguardadas. Em sua argumentação, Freud aceita tacitamente que as proposições sobre as condições consideradas ideais para a formação de analistas, e portanto, para a prática, dependem da ideia que se tenha sobre o devir do processo analítico e seus objetivos. Na medida em que existem múltiplas e às vezes contraditórias concepções sobre o tema atualmente, isso termina sendo uma das dificuldades apresentadas para a obtenção de acordos sobre os standards da prática e da formação analítica. Especificamente

* Asociación Psicoanalítica Chilena.

com relação ao tema que preocupava Freud nesse artigo, creio que a experiência de algumas sociedades é ilustrativa. Por exemplo, a Sociedade Britânica de Psicanálise é um caso de desempenho bem-sucedido e enriquecedor de profissionais alheios ao âmbito médico ou da psicologia acadêmica para o desenvolvimento da psicanálise como disciplina e creio que dá razão àqueles que consideramos essa uma contribuição para a nossa disciplina. Para que isso seja possível, deve vir acompanhado de uma formação clinicamente rigorosa, que garanta a idoneidade clínica de quem sai formado pelos institutos.

Proponho-me a aproveitar a proposta de Freud para refletir sobre as condições do analista recomendáveis para o exercício da disciplina. A questão tem implicações que necessitamos apresentar, especialmente pensando que a consideração das condições ideais pode sugerir standards mínimos e limites que impliquem restrições para o acesso à prática da análise. Isso exige não só reflexão, mas também uma aquilatação ponderada da experiência acumulada. A realidade sempre oferece oportunidades para demonstrar que as condições reais superam aquilo que pode ser imaginado baseando-se nas condições habituais.

Com relação à idade de entrada de um candidato à formação, para usar um exemplo simples, li as recomendações de alguns institutos que sugerem não postergar demais o início desse processo, atentando para a extensão prolongada da formação e para o tempo que leva, depois de finalizada, a aquisição de experiência que capacita à prática da psicanálise. Em alguns casos, estabelecem limites de idade para os candidatos. Apesar de que, por outro lado, essas mesmas recomendações também chamam a atenção sobre a importância de ter certa experiência de vida antes de começar a formação. Levando isso em consideração, poderia se tender a pensar que a idade inicial para começar a formação estaria entre os 30 e os 45 anos. No entanto, não é raro encontrar casos de analistas que

tiveram carreiras prolíficas, bem-sucedidas e gratificantes tendo iniciado a formação antes ou depois disso. Se é assim quanto à idade do analista, algo parecido pode ser aplicado a outras variáveis, com relação à personalidade, a condições pessoais, vocação, saúde física etc., que podem afetar tanto quem gostaria de se formar como analista como quem, já formado, esteja exercendo a prática analítica. Os fatores que intervêm são numerosos e difíceis de distinguir e de serem combinados entre si, se o propósito é imaginar as possibilidades infinitas com que a realidade pode nos surpreender.

Depois de ter feito essa observação, tentarei traçar algumas linhas sobre o que me parecem condições ideais para a prática psicanalítica. Como disse ao me referir ao artigo de Freud, parece um pré-requisito tentar definir que ideia se tem sobre a natureza da empresa analítica. A ideia que se tenha sobre o que se trata a psicanálise influi na forma como podemos imaginar as condições ideais para a sua prática. Se imaginarmos, como Freud, que na psicanálise os aspectos terapêuticos estão sempre e inevitavelmente ligados à investigação do inconsciente e não podem ser separados dessa investigação e se, além disso, considerarmos que o resultado da análise é alguma forma de crescimento ou de evolução da personalidade associada ao conhecimento de si mesmo, obtido mediante o *insight*, isso condicionará a forma como serão concebidas as condições ideais para a prática. Minha visão pessoal reside, além do mais, em uma ideia de conhecimento passível de ser alcançado através da análise, que tem um espaço sistêmico próprio, localizado dentro do que Ahumada (1997) chama de ciências observacionais. Refiro-me a uma forma de conhecimento onde a participação da experiência, por parte do observador-investigador, é crucial para a compreensão do que está sendo observado. Nessa forma de conhecimento, o *insight* sobre as próprias emoções e fantasias desempenha uma parte fundamental para a observação e a compreensão das dinâmicas relacionais ativadas durante as sessões.

Assim, a análise do próprio analista é essencial para a sua prática e se entende a ideia de que o analista será capaz de analisar até onde houver chegado a sua própria análise pessoal. Como propôs Money-Kyrle (1958), a particular inferência antropomórfica que caracteriza a análise clínica tem como limite as resistências internas do próprio analista para reconhecer suas motivações e os processos de identificação onde está envolvido. É possível supor que todos os analistas temos pontos cegos, aspectos das nossas respectivas personalidades que dificultem nossa aproximação a certas áreas de conflito ou que, sob certas circunstâncias, tenhamos maiores dificuldades para reconhecer a realidade emocional em que estamos. A autoanálise, o treino e a experiência contínua de supervisionar ajudam a ampliar o campo das experiências acessíveis. Sabemos, no entanto, que isso sempre está sujeito a limitações. Essa aspiração de ampliar o campo do acessível à reflexão e ao *insight* é um estímulo para todo analista, para persistir na tarefa da sua própria autoanálise e do trabalho com seus pacientes. Há circunstâncias em que uma dificuldade como essa pode se tornar um obstáculo incontornável para o crescimento mental e desse modo pode representar um obstáculo para o potencial de crescimento e amadurecimento do analista e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento profissional. Estando tão ligado o desenvolvimento pessoal com o desenvolvimento profissional, essa última conseqüência parece inevitável. Penso

que, em alguns casos, isso pode ser identificado desde que o aspirante a analista inicia sua formação. Essa é a difícil tarefa que têm as pessoas encarregadas da seleção dos candidatos nos institutos de psicanálise. Acredito, como afirmava anteriormente, que essa tarefa se tornou especialmente difícil, considerando o pluralismo teórico que impera. Ao haver visões diferentes sobre o objetivo da tarefa do analista e, portanto, sobre os standards da prática, e sem uma maneira que permita dirimir essas diferenças, essa tarefa se tornou particularmente difícil. Owen Renik (2003) sugere que essas diferenças são inabordáveis dentro dos limites do projeto científico. Tanto é assim que recomenda que os institutos de psicanálise abandonem a pretensão de seleção de candidatos e de cautela com relação aos standards da prática. Ele pensa que, no estado atual da nossa disciplina, qualquer acordo sobre a questão seria de natureza política, e não científica, porque acredita que não dispomos dos meios para resolver nossas diferenças com relação ao que constitui uma boa prática analítica. Sem estar de acordo com a leitura que Renik propõe para o problema, parece-me indispensável esclarecer as diferentes posturas sobre o tema e tentar buscar métodos para reconhecer e dirimir as diferenças nesse âmbito. O esforço representado pelos grupos de discussão denominados *métodos clínicos comparados* vai nessa direção. Creio que nesse momento de desenvolvimento da nossa disciplina, todo esforço nessa direção deve ser bem-vindo.

Referências

Ahumada, J. L. (1997). Disclosures and refutations: Clinical psychoanalysis as a logic of enquiry. *The International Journal of Psychoanalysis*, 78, 1105-1118.

Freud, S. (1992). ¿Pueden los legos ejercer el analisis? Dialogos con un juez imparcial. In *Obras completas* (Vol. 20, pp. 165-244). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1926)

Money-Kyrle, R. E. (1958). On the process of psycho-analytical inference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 39, 129-133.

Renik, O. (2003). Standards and standardization. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 51S, 43-55.



Dossiê
A época da psicanálise II

Os vivos, os mortos e o passado: psicanálise e história

*(O historiador) – E o sr., o que faz?
(O psicanalista) – O mesmo que o sr.. A única
diferença é que eu trabalho com os vivos, e o
sr., com os mortos...*

ERWIN DUKATENZEILER,
*El porvenir de una ilusión
(el psicoanálisis)*

*No tocante às pessoas de tempos passados,
estamos na mesma posição que com relação
a sonhos para os quais não temos associações
–e somente um leigo pode esperar de nós que
interpretamos tais sonhos.*

FREUD, carta a Lytton Strachey (1928)¹

Sigmund Freud inventou a psicanálise como uma tecnologia médica destinada a curar algumas doenças mentais e, ao mesmo tempo, como um método de investigação de outra “criação” sua: o inconsciente. Em um dos textos fundadores da psicanálise, sustentava-se que muito se ganharia caso se conseguisse transformar a miséria histórica em uma simples infelicidade comum (Breuer & Freud, 1893/1991, p. 305). No entanto, essas modestas aspirações rapidamente transbordaram e, em 1913, a pedido de uma prestigiosa revista italiana, Freud (1913a) escreveu um artigo destinado a discutir as contribuições que a psicanálise poderia dar a diversas dis-

ciplinas científicas (incluída a filosofia). No entanto, também nesse caso continuava a caracterizar a disciplina que havia criado como um procedimento médico destinado a curar algumas formas de doenças nervosas (neuroses) por meio de técnicas psicológicas (Freud 1913, p. 165).

Freud pertencia a uma geração de cientistas educados durante as últimas décadas do século XIX, que faziam parte do que poderíamos definir como “o momento evolucionista”, muito influenciado pelas ideias de Charles Darwin, mas também pelas de J.B. Lamarck. Apesar de, ao longo da sua carreira, Freud haver feito esforços explícitos para inserir sua disciplina no universo das ciências da sua época –suas discussões sobre a psicanálise como uma possível “visão do mundo” iam nesse sentido (Freud, 1933/1974c)–, o certo é que, se pensarmos a obra freudiana não em termos de “obras completas”, mas sim como um conjunto de textos heterogêneo e às vezes contraditório, desenvolvido ao longo de mais de quatro décadas –um período cheio de mudanças radicais de paradigmas científicos e ideológicos–, comprovaremos que o “arquivo” de Freud, ou seja, o conjunto de textos, ideias e saberes em que fundou seu próprio saber, era extremamente diverso. Dentro desse conjunto de saberes, detenho-me em um, em particular: a história (compreendida como historiografia, ou seja, como disciplina dedi-

* Membro do CIS-IDES/Conicet – Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas, Argentina.

1. Mencionado por Burke (2007). Traduzido por mim.

cada à reconstrução do passado; ela mesma um produto histórico) e suas relações com a psicanálise freudiana.²

Isso acontece porque há uma certa afinidade eletiva entre a história e a psicanálise quanto a seus objetivos e métodos. Em ambos casos, a tarefa consistiria em construir uma narrativa sobre o passado baseando-se em vestígios encontrados no presente. A temporalidade é constitutiva do saber e da prática psicanalítica, assim como, obviamente, da historiográfica. Não é através da *compreensão* e da reconfiguração do passado, por meio das técnicas de interpretação e (re)construção, que o paciente analítico pode reconfigurar sua posição no presente e se projetar para o futuro? Que outra seria a tarefa do historiador profissional e o estatuto social da sua disciplina, senão contribuir para pensar o passado (social) a partir do presente com vistas ao futuro? (Cruz, 2014).

Essa afinidade de métodos e objetivos acontece em dois sentidos: o da interpretação –em ambos casos, a construção de narrativas é realizada com base em um trabalho hermenêutico sobre os pedaços do passado que se encontram no presente– e o da própria tarefa de construção dessa narrativa. Freud defendia que “sua tarefa [a do psicanalista] é fazer com que surja o que foi esquecido a partir das pegadas que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo” (Freud, 1937/1974d, p. 33, sublinhado no original). Portanto, a tarefa psicanalítica se aproximaria da historiografia tanto em sua dimensão interpretativa como em sua dimensão construtiva.

No texto mencionado mais acima, Freud (1913) indicava que a comparação entre a infância do indivíduo e a história precoce das sociedades havia sido frutífera tanto para a psicanálise como para a história das civilizações. Na verdade essa associação se baseava em um dos pontos mais frágeis do edifício psicanalítico, aquele ao qual

Freud insistiu em se apegar até o final da sua vida, apesar de as provas de sua obsolescência serem mostradas por seus colaboradores mais próximos (Jones, 1947): o evolucionismo lamarkiano associado com a ideia haekeliana de que a ontogênese recapitula a filogênese (Maffi, 2012; Plotkin, 2013). Os estudos “antropológicos” de Freud, particularmente “Tótem y tabú” (Freud, 1913/1974a), são produtos disso.

No entanto, as simetrias e semelhanças entre psicanálise e história têm limites e matices importantes, e não são nem simples nem lineares. Não vou me estender aqui sobre essas diferenças –que já discuti em outro texto (Plotkin, 2013). Prefiro me concentrar no que cada uma das disciplinas –história e psicanálise– pode contribuir com relação à outra,³ mas considero importante assinalar alguns pontos antes. Em primeiro lugar, a temporalidade da psicanálise é diferente da temporalidade historiográfica. Apesar de os desenvolvimentos teóricos recentes tenderem a questionar isso, o certo é que a matéria-prima da historiografia como disciplina moderna continua a ser uma temporalidade linear em que acontecimentos mais recentes podem ser interpretados à luz de outros mais remotos. A temporalidade freudiana é bem diferente da historiográfica, já que viola as noções convencionais sobre a linearidade do devir, questionando o passado sobre seu estatuto como tal (Armstrong, 2005, p. 136). A temporalidade psicanalítica é múltipla devido à tensão existente entre a dimensão consciente que se desenvolve no tempo histórico e o inconsciente que não reconhece nenhuma temporalidade, e porque o reprimido retorna como sintoma, originando uma espécie de circularidade histórica. Na temporalidade freudiana, o passado é presente e age sobre ele, e o exemplo mais claro é o fenômeno da transferência que pode ser definido como “passado em ação”. A temporalidade psicanalítica –se dei-

2. A seguir, a menos que haja esclarecimentos ao contrário, o termo história será utilizado como sinônimo de historiografia.

3. As tentativas de articular história e psicanálise são de longa data. Atualmente existem pelo menos duas revistas internacionais dedicadas a esse propósito: *Psychoanalysis and History*, dirigida por John Forrester, da Universidade de Cambridge, e *CulturasPsi/PsyCultures*, revista online de acesso livre (www.culturaspsi.org).

xarmos de lado as hipóteses evolucionistas e filogenéticas de Freud— condensa-se, em última instância, no período vital do paciente; a historiográfica se conecta com a dos mortos com um inconsciente (adotado como uma hipótese, mais do que como uma realidade *a priori*) impossível de atingir. Não é possível psicanalisar os mortos, como reconhece o próprio Freud na carta que serve de epígrafe, apesar de ele mesmo não ter se privado de tentá-lo. A historiografia parte de um luto, já que o passado só pode ser estudado enquanto seja reconhecido como tal, apesar de as preocupações e as perguntas se originarem no presente e se projetarem para o futuro, e apesar de esse passado estar muito próximo de nós. A psicanálise, por sua vez, busca a aceitação do luto com o passado individual.

A temporalidade historiográfica acontece em dois momentos: o do historiador e o dos fatos que são historizados. A temporalidade psicanalítica, pelo contrário, manifesta-se em uma multiplicidade de momentos: o do presente e o dos múltiplos passados que se transformam em outros tantos presentes a partir dos quais as fontes e os indícios são reinterpretados e reconfigurados. A temporalidade da psicanálise acrescenta uma complexidade adicional, dado que Freud propõe desde muito cedo (Freud, 1895/1966, p. 356) a existência de uma espécie de “causalidade invertida” —*nachträglichkeit*—, segundo a qual as experiências mais recentes permitem não apenas dar sentido, senão mudar o estatuto ontológico de eventos passados, ao dar entidade traumática a fatos que não tiveram tal caráter quando efetivamente aconteceram, já que estavam fora de toda conceitualização possível. Como observa Freud no caso de “O homem dos lobos”, “a criança tem, com um ano e meio, uma impressão à qual não pode reagir de forma suficiente; só depois, já com quatro anos, quando essa impressão experimenta um revivescimento, chega a compreendê-la e a ser agitada por ela, e apenas dois decênios depois pode apreender, com atividade mental cons-

ciente, o que naquela primeira época aconteceu com ela” (Freud 1918/1974b, p. 1963, nota 1341). Michel de Certeau afirma que as diferenças com relação às formas de historiar o passado, existentes entre psicanálise e história, forçam o historiador a repensar sua relação com seu objeto, uma vez que, onde a historiografia conceitualiza a relação de eventos em forma de sucessão, de correlação, de efeito e de disjunção, a psicanálise encontraria imbricação, repetição, equívoco e equivocação (De Certeau, 1995, pp. 78-79).

Para além dessas e de muitas outras diferenças e assimetrias que não discutirei aqui, o certo é que ambas disciplinas, psicanálise e historiografia, têm pontos em comum suficientes para estabelecer um diálogo frutífero. Quais seriam as bases desse possível diálogo? Começamos por mencionar brevemente três formas de apropriação de elementos da psicanálise por parte da historiografia que considero particularmente infrutíferas. A primeira consistiria em realizar um uso instrumental da psicanálise tal como foi pretendido pela chamada “psico-história”, que esteve na moda em certos espaços acadêmicos norte-americanos durante as décadas de 1960 e 1970; ou seja, uma “psicanálise” dos mortos e, portanto, realizada fora de uma das condições fundamentais da psicanálise: a associação livre do paciente. É que a psicanálise só pode ser realizada entre os vivos porque suas categorias se tornam *ahistóricas* quando são retiradas do ciclo vital do paciente, ou seja, convertem-se em supostamente válidas para todo tempo e em todo lugar, independentemente dos contextos sociais, políticos e econômicos em que se desenvolvem. No entanto, observou-se (de modo muito discutível no meu ponto de vista) que essa ahistoricidade da psicanálise permitiria ao historiador construir ferramentas para repensar seu vínculo com o passado e reconstruir com ele uma “empatia” a partir dos elementos comuns (inconscientes e conscientes) que o uniriam aos atores de outras épocas (Taylor, 2012).⁴

4. Outro historiador observou, pelo contrário, que a psicanálise permitiria ao historiador manter uma “distância adequada” do seu objeto, o passado (Phillips, 2012).

Também não me parece frutífero pensar a psicanálise como uma “ciência auxiliar da história” no sentido elaborado por Peter Gay (prestigioso historiador com formação psicanalítica). Finalmente, e em terceiro lugar, não creio que a utilização irreflexiva de metáforas psicanalíticas na análise histórica leve esta última muito longe.⁵

Como afirma François Dosse, a colaboração entre as duas formas de saber, psicanálise e história, só pode ser realizada sob condição de evitar a utilização acrítica, por parte de cada disciplina, de conceitos e métodos da outra (Dosse, 2002). As contribuições mais proveitosas que a psicanálise fez e pode fazer para a historiografia (e, mais amplamente, para as disciplinas conhecidas como “ciências sociais”) realizaram-se em outro plano. Para começar, e como afirmaram a partir de lugares e posições distintas autores como Michel de Certeau e Dominick LaCapra, a psicanálise interpela a história e obriga o historiador a questionar não só o estatuto do seu saber, senão suas próprias relações com esse saber e até com as fontes em que se baseia. Segundo LaCapra, a incorporação, por parte dos historiadores, de conceitos psicanalíticos como o da transferência, ou a própria ideia da “atenção flutuante”, permitiria a eles esclarecer alguns aspectos cruciais da sua relação com seu objeto de estudo e com a própria noção de “objetividade histórica” (LaCapra, 1987, pp. 228-229).

O olhar psicanalítico contribuiu também para um reestudo do estatuto das fontes historiográficas. Freud insistia –a partir do seu suposto abandono da chamada “teoria da sedução”– em que sonhos e fantasias podiam ser “lidos” e interpretados como signos das intenções inconscientes que os produziam, e já não como “reflexos” distorcidos de eventos “reais” –ou seja, externos– aos quais se referiam (Toews, 1991, pp. 504-545; Maffi, 2012). Por-

tanto, as fantasias e os sonhos, enquanto formas discursivas, adquiriram um novo estatuto ontológico e epistemológico, e deixaram de ser “fontes”, no sentido historiográfico, para serem, por sua vez, fontes e objeto da investigação analítica. Em parte influenciados pela psicanálise, certos setores da historiografia também reelaboraram recentemente a concepção tradicional de *fonte* e transformaram a memória (e os esquecimentos), as fantasias coletivas e os discursos em fontes e objetos de investigação. A preocupação com a memória como objeto de estudo e como fonte tornaram mais porosos, sem dúvida, os limites entre historiografia e psicanálise (Ricoeur, 2004).

A própria noção de “ação diferida” pode constituir (utilizada com prudência) uma contribuição importantíssima para a historiografia, para repensar certas construções da memória coletiva. A ideia de que um fato histórico pode ser ressignificado pela memória coletiva e adquirir um estatuto que não teve no momento em que aconteceu abre uma série de problemas que a historiografia não pode ignorar. O que são as histórias nacionais (oficiais ou não), senão as ressignificações do passado a partir de leituras realizadas à luz de fatos e processos presentes? Eventos esquecidos (reprimidos?) podem de repente ser “recordados” e reformulados com o efeito de dar legitimidade a processos que vão desde movimentos nacionais até guerras internacionais, como foi visto, por exemplo, há duas décadas, nos Balcãs. Movimentos rebeldes que, em seu momento, tiveram repercussão relativa ou nula transformam-se e são rememorados como “guerras de libertação nacional”. Os “esquecimentos coletivos” mencionados por Ernest Renan como um dos fundamentos da construção das nações podem aflorar à luz de diversas maneiras e com diversos sentidos a partir das necessidades genealógicas de eventos presentes.

5. Um exemplo (e certamente não é o único) de utilização bem-sucedida de conceitos psicanalíticos para a análise histórica é o que faz Lynn Hunt com a ideia de “romance de família” como ferramenta hermenêutica para compreender o lugar que as execuções de Luís XVI e Maria Antonieta ocuparam no imaginário coletivo durante a Revolução Francesa (Hunt, 1992). O exemplo talvez mais bem-sucedido do uso de instrumentos analíticos da psicanálise para uma análise histórica é o texto clássico de Norbert Elias (1939/2000).

Não é, portanto, nas analogias entre o desenvolvimento psicológico do indivíduo e a história das sociedades – como Freud defendia, baseando-se nas suas certezas evolucionistas e em suas hipóteses filogenéticas – onde a história encontraria sua associação mais produtiva com a psicanálise, senão, melhor, em questões vinculadas aos métodos de investigação e ao estatuto do objeto e das fontes. Não é nas pretensões historiográficas de Freud – apesar de que algumas das suas hipóteses possam ser extremamente iluminadoras – que o historiador deveria procurar aproximações proveitosas com a psicanálise, mas sim na abertura de novos horizontes metodológicos e temáticos, e na busca de instrumentos para o próprio questionamento das relações com o seu objeto, ou seja, com o passado.

A pergunta agora seria sobre com que a história pode contribuir para a psicanálise. Para responder isso, moverei meu foco de análise de questões mais propriamente teóricas e metodológicas para outras que compõem a constituição da psicanálise como prática social, porque creio que é aí onde a contribuição pode ser mais significativa e considero, além disso, que pode ter consequências teóricas importantes.

A psicanálise, como outras práticas sociais, construiu seus próprios mitos de origem. Sem dúvida, o mais importante deles tem a ver com a sua localização dentro do que poderíamos caracterizar como uma “genealogia vazia”. De acordo com a visão canônica, a psicanálise não reconhece antecedentes, já que seria a “descoberta” (não a construção, como são, de fato, todas as práticas sociais) de um gênio solitário trabalhando em condições de “esplêndido isolamento”. É necessário enfatizar que, a partir dessa perspectiva, o inconsciente e, em geral, as categorias psicanalíticas foram “descobertas”, já que a psicanálise e suas conceitualizações seriam realidades no sentido mais banal do termo. A origem dessa mitologia já foi amplamente estudada e debatida desde os anos 60 por autores como Henri Ellenberger, Frank Sulloway e muitos outros, e não posso me ocupar disso aqui. No interior de uma parte importante da comu-

nidade psicanalítica, o mito de origem sobreviveu aos embates da historiografia, cujos achados foram simplesmente ignorados.

Esse mito de origem da psicanálise se associa a outro, vinculado com a sua prática e com o seu estatuto. Apesar de Freud ter feito todos os esforços possíveis para situar seu saber dentro da *Weltanschauung* da ciência, o fato é que a forma em que, geralmente, a disciplina se desenvolveu colocou essa possibilidade em questão. O primeiro problema é o da suposta irredutibilidade do saber psicanalítico e a concomitante “extraterritorialidade” requerida por sua prática, cortesia que, segundo Peter Berger, a psicanálise não estaria disposta a tornar recíproca com relação a outras formas de saber (Berger, 1965). Essa pretensão de extraterritorialidade manifestaria-se no fato de que a psicanálise se apresenta como uma forma de saber única e incomensurável. Como afirma o psicanalista Alfredo Eidelsztein, “para o psicanalista, a psicanálise torna-se extraterritorial porque ele se vê obrigado a considerar o seu saber com a mesma lógica que aplica em sua clínica: a psicanálise é diferente de toda outra disciplina” (Eidelsztein, 2008, p. 77) e, portanto, impermeável a qualquer forma de crítica formulada de fora da psicanálise. As críticas, geralmente, são, além do mais, interpretadas como resistências. O próprio Freud observava que é “identicamente impossível (...) discutir com aqueles psicólogos e neurologistas que não reconhecem as premissas da psicanálise e consideram seus resultados artificiosos” (Freud, 1918/1974b, p. 1965). Sobre isso, é interessante resgatar uma experiência de Claude Lévi-Strauss ao ir à primeira apresentação do seminário de Jacques Lacan na École Normal Supérieure: “Confesso, francamente, que eu mesmo, o ouvinte, no fundo não compreendia nada. E me encontrava no meio de um público que parecia compreender” (citado por Lézé, 2010, p. 25, traduzido por mim). Pareceria que a “compreensão” de certas formas de psicanálise se alcança por meio da “iniciação”, mais do que por meio de mecanismos racionais, já que é uma experiência *incomensurável*.

A segunda dimensão da pretensão de extraterritorialidade da psicanálise tem consequências talvez mais profundas. Por sua peculiaridade, a psicanálise estaria fora das “regras do jogo” e, portanto, não seria suscetível de ser analisada pelas ciências sociais.⁶

Por esse ponto de vista, haveria uma negação por parte dos psicanalistas da dimensão social –e, portanto, histórica– da sua prática, entendida como uma forma de interação social que tem lugar dentro de um campo específico, com suas regras de jogo próprias e suas lutas pela acumulação de capital simbólico (e não só simbólico) (Lézé, 2010). Poderíamos dizer que, assim como Mao Tse-tung defendia que só dentro da revolução era possível entender a revolução, para importantes setores dentro do movimento psicanalítico, só aqueles que passaram pela psicanálise –e, no extremo, só os psicanalistas– estariam em condições de compreender o funcionamento do “campo psicanalítico”. Em boa medida, o regime de autoridade que valida a psicanálise está baseado nessa pretensão de extraterritorialidade, em seu caráter de saber que não pode se equiparar a nenhuma outra forma de saber e que, portanto, está associado com uma prática que escapa a qualquer forma de regulação, seja legal ou simbólica. No limite, “o psicanalista se autoriza a si mesmo”.

Pierre Bourdieu indicou várias vezes a falácia da pretensão de extraterritorialidade, ainda que da sociologia com relação a si mesma. Toda forma de interação social baseada em um sistema de crenças –como são todas, de fato (Bourdieu, 1987, p. 157)– pode, enquanto formação histórica, ser analisada sociológica e historicamente (e também etnograficamente, eu acrescentaria). No entanto, o sucesso da “petição de extraterritorialidade” da psicanálise manifesta-se na ausência (pelo menos até muito recentemente) de verdadeiros estudos sociais empíricos, do tipo etnográfico ou sociológico, sobre o funcionamento do campo psicanalítico, em contraposição com a

abundância de estudos desse tipo realizados sobre outras dimensões das “culturas psi”.

Depois desse desvio, podemos voltar à pergunta que lhe deu início: qual pode ser a contribuição da historiografia para a psicanálise? Se aceitarmos o que foi dito até aqui, temos que convir que a psicanálise desenvolveu uma incapacidade particular e peculiar de historiar-se a si mesma, o que implicou pensar-se como prática social, inserida em um universo mais amplo de práticas e saberes que têm como objeto a negociação da subjetividade no mundo (pós-) moderno. Se a história pode contribuir em algo para a psicanálise, isso é o mesmo com que pode contribuir para qualquer situação do presente: retorná-la à “contingência das coisas”, ou seja, “desnaturalizá-la”, reintroduzindo-a no jogo das relações sociais e culturais, ou seja, “historizando-a”. Isso nos permitiria (e, em particular, permitiria aos psicanalistas) pensar a prática psicanalítica a partir de outro lado, não tomando-a como um *a priori*, mas sim perguntando-se sobre o universo conceitual e de práticas sociais em que a prática e o saber psicanalíticos se situaram nas diversas culturas e nos diversos períodos históricos em que se desenvolveram. Mas isso requeriria um esforço adicional, que poderíamos caracterizar como de “exotização” das categorias psicanalíticas, ou seja, analisá-las com o mesmo critério de um antropólogo quando se aproxima das formas de pensamento dos seus “nativos”. Como afirma Yosef Yerushalmi –um autor cujas simpatias pela psicanálise estão fora de qualquer suspeita–, ao se referir ao Moisés de Freud (1937/1974e): “Começar a realizar uma avaliação adequada de ‘Moisés e a religião mono-teísta’ requer não só uma suspensão do ceticismo psicanalítico, senão a habilidade de entrar provisoriamente, mas com empatia, em estruturas de pensamento e modos de discurso tão alheios como os encontrados por um antropólogo que estuda as tribos bororo ou nam-biquara do Brasil... ou, se preferirem, penetrar

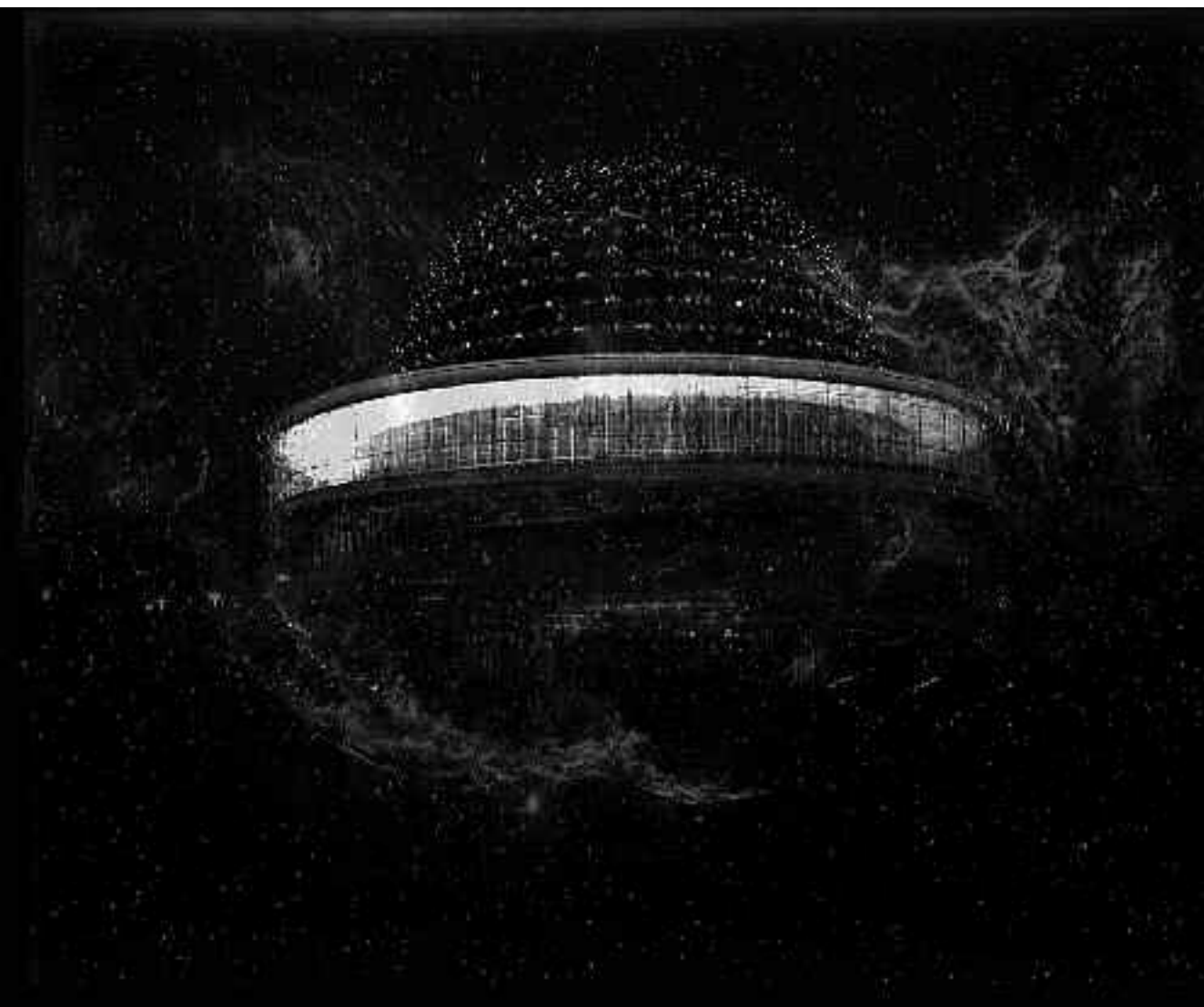
6. Para o caso do Brasil, ver Russo (1999). Para uma discussão sobre os olhares dos sistemas de crenças por dentro, ver Bourdieu (1987, pp. 106-112).

como Alice... em mundo 'cada vez mais curioso' [*curiouser and curiouser*]" (Yerushalmi, 1991, p. 4).

Para ir terminando, digamos então que as contribuições que cada uma das disciplinas (psicanálise e história) pode fazer à outra têm muito mais a ver com proporcionar-se mutuamente instrumentos para a autorreflexão (e o autoquestionamento) e para refletir sobre as relações com seus respectivos objetos, do que com a utilização indiscriminada e acrítica de categorias e formas de análise próprias de cada uma delas. Se a psicanálise pode contribuir para abrir novos caminhos, para que os historiadores pensem suas relações com as fontes, o próprio estatuto delas e da "objetividade histórica", bem como para a abertura de novas temáticas e métodos para se aproximar delas, a história (agora entendida tanto no sentido de historiografia como no de sucessão de fatos do passado) deveria dar à psicanálise nem mais nem menos do que a capacidade de historiar a si mesma, desnaturalizando categorias e a obrigando a sair da autorreferencialidade que pareceria ser um elemento quase constitutivo da sua própria história e de sua identidade como fenômeno cultural e social; em outras palavras, permitir-lhe e ajudá-la a enterrar os mortos.

Referências

- Armstrong, R. (2005). *A compulsion for antiquity. Freud and the Ancient World*. Ithaca: Cornell University Press.
- Berger, P. (1965). Towards a sociological understanding of Psychoanalysis. *Social Research*, 32(1).
- Bourdieu, P. (1987). *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Breuer, J. & Freud, S. (1991). Studies on hysteria. In J. Breuer & S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogart Press and the Institute of Psycho-Analysis. (Trabalho original publicado em 1893)
- Burke, P. (2007). Freud and Cultural History. *Psychoanalysis and History*, 9(1), pp. 5-15.
- Cruz, M. (2014). *Adiós, historia, adiós. El abandono del pasado en el mundo actual*. México: Fondo de Cultura Económica.
- De Certeau, M. (1995). *Historia y psicoanálisis, entre ciencia y ficción*. México: Universidad Iberoamericana.
- Dosse, F. (2002). Michel de Certeau, histoire/psychanalyse. *Mises à l'épreuve. Espaces Temps*, 80/81, pp. 66-93.
- Eidelsztein, A. (2008). Por un psicoanálisis no extraterritorial. *El Rey Está Desnudo*, 1(1).
- Elias, N. (2000). *The civilizing process*. Oxford: Blackwell. (Edição revista; trabalho original publicado em 1939)
- Freud, S. (1913). The claims of Psycho-Analysis to the interest of non-psychological sciences. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. XIII). London: The Hogart Press.
- Freud, S. (1966). Project for a scientific psychology. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. I). London: The Hogart Press. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1974a). Tótem y tabú. Algunos aspectos comunes entre la vida mental del hombre primitivo y los neuróticos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 5). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1974b). Historia de una neurosis infantil. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 6). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (1974c). El problema de la concepción del universo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. VIII). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (1974d). *Construcción en psicoanálisis*. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. IX). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (1974e). Moisés y la religión monoteísta. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. IX). Madrid: Biblioteca Nueva (Trabalho original publicado em 1937)
- Hunt, L. (1992). *The family romance of the French Revolution*. Berkeley: University of California Press.
- Jones, E. (1947). *The life and work of Sigmund Freud* (Vol. 3). New York: Basic Books.
- LaCapra, D. (1987). History and Psychoanalysis. *Critical Inquiry*, 13(2), pp. 222-251.
- Lézé, S. (2010). *L'autorité des psychanalystes*. Paris: PUF.
- Maffi, C. (2012). *Le souvenir-écran de la psychanalyse. Freud, Klein, Lacan. Ruptures et filiations*. Paris: Éditions du Félin.
- Phillips, A. (2012). Keeping our distance. In B. Taylor & S. Alexander (Eds.), *History and Psyche: Culture, Psychoanalysis and the Past*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Plotkin, M. B. (2013). Historia y psicoanálisis. Encuentros y desencuentros. *CulturasPsi/PsyCultures*, 1, pp. 25-44.
- Ricoeur, P. (2004). *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Russo, J. (1999). Uma leitura antropológica do mundo psi. *Cio-Psyché. Historia da psicologia no Brasil*, pp. 67-75.
- Taylor, B. (2012). Historical subjectivity. In B. Taylor & S. Alexander (Eds.), *History and Psyche: Culture, Psychoanalysis and the Past*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Toews, J. E. (1991). Historicizing Psychoanalysis. Freud and his time and for our time. *The Journal of Modern History*, 63(3), pp. 504-545.
- Yerushalmi, Y. (1991). *Freud's Moses, Judaism terminable and interminable*. New Haven: Yale University Press.



Obras nesta seção:
Ernesto Ballesteros, da série
Viaje al observatorio de Córdoba.
Fotografia processada.
Medidas variáveis. 2007

A psicanálise na filosofia

É conhecida e fartamente comentada a “aversão” de Freud à filosofia e ao seu caráter especulativo. Apesar de ter caracterizado a psicanálise como uma disciplina “entre” a medicina e a filosofia, Freud manteve com esta última uma atitude metodológica de “evitação”. Essa atitude derivava da consideração de que a filosofia olhava com desdém, a partir de uma suposta superioridade intelectual, para os resultados da investigação psicanalítica. Mas, em *Múltiplo interesse da psicanálise*, Freud indica que a filosofia tem como base a psicologia, e que os filósofos trabalharam a problemática do inconsciente, apesar de partirem de abordagens inadequadas: ou melhor, consideraram que o inconsciente é da ordem do místico e do inapreensível, ou melhor, ao reduzir o psíquico ao consciente, não consideraram a peculiaridade do inconsciente. Por outro lado, Freud também considera que os filósofos poderiam ser objeto de estudo da psicanálise, já que suas obras evidenciam “individualidades de destaque”. Esse foi o modo com que, por exemplo, Freud e seu círculo abordaram a obra de Friedrich Nietzsche em duas sessões das “Quartas-Feiras Psicanalíticas”, interpretando “sua filosofia” a partir das suas “patologias”.

O certo é que a filosofia se viu obrigada, nestes últimos cem anos, a abordar a psicanálise, sem poder ignorar o seu valor no âmbito do pensamento e colocando-a no lugar que lhe corresponde enquanto disciplina sobre a qual não pode permanecer alheia (assim como também não pode ignorar a arte, as ciências, a tecnologia etc.).

Tentaremos, então, assinalar algumas das linhas principais dessa presença do psicanalítico na filosofia.

O problema do estatuto epistemológico da psicanálise

Um dos primeiros interesses da filosofia na psicanálise esteve vinculado ao seu estatuto epistemológico: a psicanálise é uma “ciência natural” ou uma “ciência cultural”, pertencente ao âmbito das humanidades?

A distinção entre ciências da natureza (com observações “objetivas” ou neutras e constatação de regularidades) e as ciências do espírito ou culturais (que remetem a questões singulares, não repetíveis) é própria do século XVIII, no entanto, a divisão nesses dois patamares de disciplinas continuou a se manter em vários aspectos, apesar de que com termos diferentes (hoje em dia, fala-se mais coloquialmente de “ciências duras” e “ciências moles”). Como apontou Jürgen Habermas (1968), Freud pretendeu aplicar à psicanálise certos métodos das ciências naturais, o que faz com que o estatuto epistemológico da psicanálise termine sendo bastante problemático. Porque Freud objetivou esboçar explicações causais (próprias das ciências naturais), mas que só são compreendidas de maneira hermenêutica (método das ciências culturais ou das humanidades). Antes de Habermas, Ernest Nagel (1959) havia observado a impossibilidade de validação empírica de uma relação particular entre um analista e seu paciente, e Karl Popper

* Doutora em filosofia pela Universidade de Buenos Aires, pesquisadora principal do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet).

(1935) havia indicado que a psicanálise é incontestável: pela sua capacidade de “explicar tudo”, qualquer acontecimento poderia confirmar a teoria.

De alguma maneira, vários dos problemas epistemológicos da psicanálise haviam sido antecipados por um contemporâneo de Freud, o escritor Karl Kraus, quando, com a sua peculiar ironia, caracterizou-a em *Die fackel*¹ afirmando que: “A psicanálise é aquela doença mental que consiste em acreditar que ela é a sua terapia” (Kraus, 1913, p. 20). Nessa expressão, alude ao problema de que qualquer diagnóstico supõe algo de projeção inconsciente, com que Kraus já estava questionando o lugar do analista e sua suposta “objetividade”. Por outro lado, Kraus também criticou o dogmatismo freudiano que o levava a uma certa redução: a ideia de que o núcleo de toda neurose tem uma etiologia sexual vinculada ao complexo de Édipo, a explicação dos sonhos por desejos ocultos etc. Essa “universalidade” é o que exercia um grande poder de sedução para o cidadão comum: “trata-se de um método que obviamente converte o leigo em especialista mais rapidamente do que converte um paciente em uma pessoa sã” (Kraus, 1908, p. 20). Essa sedução também foi observada por outro contemporâneo de Freud, Wittgenstein (1978), que enfatizou o modo de operar da psicanálise, a partir da busca de confirmações e da reinterpretação das evidências contrárias de maneira favorável à teoria, por exemplo, na ideia de resistência.

Por essas e outras razões, para a filosofia, a psicanálise sempre ocupou um lugar ambíguo: mesmo aqueles que não a consideraram um âmbito relevante do saber viram-se obrigados a “tratar” da psicanálise, ou seja, a necessitar explicar as razões da sua rejeição ou pouca recepção.

A Escola de Frankfurt: o freudo-marxismo

Quem primeiro tentou estabelecer nexos entre Freud e um filósofo como Marx foi Wilhelm Reich (1934), e costuma-se falar de

“freudo-marxismo” para fazer referência a essa tentativa que, com diversas vertentes, caracterizou o pensamento de vários membros da primeira Escola de Frankfurt (apesar de Reich não ter pertencido a ela e, por outro lado, haver sido desautorizado por Freud). Os pensadores reunidos no Instituto de Investigação Social de Frankfurt tentaram realizar uma reunião entre Freud e Marx para poder analisar criticamente a realidade social. Ou seja, levaram em consideração que a psicanálise era um elemento necessário para pensar tal realidade, apesar das acusações que lhe haviam sido feitas por conta do seu caráter mais propriamente “individualista”. Em 1946, Theodor W. Adorno ministrou uma conferência na Sociedade Psicanalítica de San Francisco, “A psicanálise revista” (depois publicada em Horkheimer e Adorno, *Sociológica*), onde critica a diluição do pensamento freudiano na psicologia do eu. Em 1951, ao elucidar a base psicológica do nazismo e do fascismo, Adorno remeteu a conceitos como repressão, bloqueio emocional de origem inconsciente e outros, para explicar a conduta intolerante. Para a Escola de Frankfurt, as tendências totalitárias são próprias da sociedade ocidental e refletem medos da classe média que, ameaçada em seu poder ou nível social, pode se tornar autoritária. Por outro lado, os meios massivos de comunicação contribuem para essa conduta, a partir da produção de estereótipos da família pequeno-burguesa.

O texto de Horkheimer e Adorno, *Dialética do esclarecimento*, de 1969, implica uma forte crítica da razão moderna que, em sua pretensão de emancipação, termina por articular as novas formas de dominação. Aquela razão dos filósofos modernos converte-se em uma razão instrumental, em uma tentativa de dominação total do mundo e da natureza. De alguma maneira, a psicanálise permitiu explicar vários dos processos implícitos nesses mecanismos de domínio que levaram, em Auschwitz, à demonstração de que a razão mais refinada pode acabar em barbárie. A razão objetiva, interessada em

1. Edição digital disponível em <http://corpus1.aac.ac.at/fackel/>

valores, reduz-se na época moderna à razão instrumental, razão calculante e que tende ao senhorio sobre o real: essa é a razão que tornou possível a barbárie de Auschwitz.

Marcuse e a “mais-repressão”

Quem retoma várias das premissas do freudo-marxismo de Reich é Marcuse. Em *Eros e civilização*, Herbert Marcuse viu na repressão pulsional a condição da civilização. Esse livro, de 1953, tem como subtítulo *Uma investigação sobre Freud* e recorre a conceitos da metapsicologia freudiana para se referir à ideia do avanço progressivo até a destrutividade, com a culpa que isso gera, por parte da civilização, e para pensar a possibilidade de uma “saída” dessa situação. As categorias da psicanálise são retomadas, mas enquadradas em um contexto histórico e vinculadas com as forças sociais que definem a psique humana. Desse modo, Marcuse enriquece a visão freudiana com os conceitos de “mais-repressão” (*surplus repression*) e princípio de desempenho. A mais-repressão é a dominação do capital que, ao trabalho alienado, agrega o controle do tempo livre (lugar antes destinado, em parte, ao princípio do prazer). O princípio de desempenho é o modo em que o princípio de realidade se manifesta sob a forma histórica do capitalismo, em que o indivíduo deve limitar sua sexualidade à genitalidade, para que o “resto” do corpo seja utilizável no trabalho. Para Marcuse, os dois princípios mencionados não significam mais do que as manifestações da cultura capitalista e podem ser transformados: é possível reativar uma sexualidade polimorfa, mediante a sublimação não repressiva, que oferece a gratificação em atividades eróticas não dirigidas exclusivamente ao genital. E o capitalismo, com seus defeitos, também é a possibilidade de transformação, na medida em que a grande quantidade de recursos materiais e intelectuais que oferece tornam possível a ideia de uma sociedade não repressiva.

Em sua crítica da razão técnica ou instrumental, Marcuse aposta nas possibilidades oferecidas pela fantasia para pensar a forma de uma “sociedade livre”, e por isso postula a ideia da “sociedade como obra de arte”: uma imaginação liberada da exploração contribuiria para essa perspectiva de saída da ordem repressiva. Marcuse consegue propor, então, a partir de Freud, uma possibilidade “além de Freud”: diante do pessimismo do pai da psicanálise, o caráter marxista que aparece em sua teoria deu um pouco de esperança revolucionária à mesma psicanálise. Já Erich Fromm (1941, 1947) e Max Horkheimer² (1937) haviam criticado a importância atribuída por Freud à pulsão de morte como uma forma de resignação diante do *status quo* e haviam indicado a incapacidade da psicanálise para reconhecer o elemento histórico da opressão. Marcuse consegue dar um giro à teoria da repressão, um giro otimista que vê a possibilidade de transformação das condições da civilização, condições que Freud havia interpretado de modo quase ahistórico. Esse otimismo tem um matiz utópico: diante da ideologia da homogeneização (em que a razão, satisfeita, faz um pacto com as circunstâncias), a utopia da sociedade não repressiva do gozo e da abundância, na forma da sociedade como obra de arte, mantém desperta e em tensão a razão, para que não se resigne com o que existe (ou seja, com a sociedade da repressão capitalista).

Paul Ricoeur, Freud e a hermenêutica

Também Paul Ricoeur soube ver o valor da utopia como forma de denúncia da sociedade e do *status quo*, e como possibilidade de crítica da razão instrumental. É em um rastro de pensamento próximo ao dos membros da Escola de Frankfurt, nesse ponto, que se aproxima de Freud. Em *Da interpretação: ensaio sobre Freud*, de 1965, Ricoeur apresenta a tentativa de um estudo filológico e hermenêutico da obra do pai da psicanálise. Para Ricoeur, Freud, Marx

2. Horkheimer indica a necessidade de que os conteúdos psíquicos estudados sejam diferentes de acordo com as classes sociais, já que a consciência difere segundo o grupo social e a etapa da história (não há consciência universal nem ahistórica).

e Nietzsche são os “mestres da suspeita”: são três autores que, ao se confrontar com determinados modos habituais de analisar a psique, as relações sociais e a realidade, exercem sobre esses modos uma atitude crítica e de desconfiança que os leva a descobrir algo diferente “por trás” do que parecia de uma determinada maneira. Nietzsche descobre a vontade de poder, Marx, os interesses de classe, e Freud, o inconsciente.

A reinterpretação que Ricoeur faz da psicanálise se inscreve na ideia de hermenêutica. O termo “hermenêutica” (do grego *hermeneuein*: interpretar, esclarecer, traduzir) vinculou-se a Hermes, o deus arauto e mensageiro, e remete, em primeiro lugar, à arte de interpretar os textos (religiosos, jurídicos, literários etc.). Posteriormente diversas correntes filosóficas adotaram a hermenêutica como método próprio do pensamento.

Ricoeur considera a psicanálise basicamente uma arqueologia do sujeito (um “ir para trás” na compreensão de si) e uma semântica do desejo (porque para esse pensador a existência é, antes de mais nada, desejo e esforço para existir). Do ponto de vista do acesso ao inconsciente, Ricoeur dedica um lugar especial aos sonhos, considerando-os textos que requerem uma tradução (do mesmo modo que Freud observava que a interpretação dos sonhos é análoga à decifração de um hieróglifo).

Em sua interpretação filosófica da psicanálise, o que Ricoeur tenta é tematizar uma dialética que equilibre duas hermenêuticas: a arqueologia do sujeito, que vai para trás (a busca da origem), e uma teleologia, que mira para frente, para os fins, como uma composição progressiva de figuras ou categorias em que o sentido de cada categoria é esclarecido a partir das últimas categorias. Regressão (arqueologia) e progressão se contrastam e se complementam como duas direções da interpretação psicanalítica. Essa dialética regressivo-progressiva é um modo de a reflexão tornar-se concreta, a partir da leitura dos símbolos (já que para Ricoeur a reflexão realiza-se nas obras). O que Ricoeur encontra em Freud é uma tematização

e uma explicitação clara dessa arqueologia do eu (a necessidade da regressão para a compreensão de si), e, além disso, uma teleologia implícita e não tematizada. Essa teleologia está presente na ideia do “devir-consciente”, como “fim” da psicanálise, a noção expressa pela conhecida frase “onde havia o id, o ego deve advir”. Mas essa tarefa, esse fim, segundo Ricoeur, é o não dito no freudismo. Mediante o “devir-consciente”, o sujeito se apropria do sentido da sua existência, que é desejo: a leitura de Freud permite descobrir que a arqueologia do sujeito deve se completar com uma teleologia (que está implícita). Ou seja, a interpretação (regressiva) dos símbolos inconscientes vai contribuir (progressivamente) para a autocompreensão do sujeito “além” de si mesmo.

Jacques Derrida e a desconstrução como “psicanálise da filosofia”

Jacques Derrida (1996) também pensa, como Ricoeur, um “mais além” de Freud, sempre tendo presente que, como afirma em *Ser justo con Freud*, nossa época é a “época da psicanálise”. Muitas vezes foi dito que a desconstrução derridiana (sua forma de ler e confrontar a história do pensamento) representa “a psicanálise da filosofia”. A desconstrução tem como objetivo ver e descobrir “sintomas”, essas brechas onde se manifesta que o autoproclamado edifício seguro da filosofia não é tão seguro, senão que está atravessado por um “princípio de ruína” que torna impossível a tendência filosófica à totalidade. Ou seja, a desconstrução e a psicanálise são exercícios de pensamento que se tocam: o termo grego *análisein* (de onde vem “análise”) se relaciona com o desatamento, mas também com a dissolução do vínculo (por isso há algo de “solução” e “liberação” na análise). A desconstrução, ao se deter no pensamento ocidental, também desliga e dissocia, mediante uma genealogia nietzscheana que não busca a origem, mas sim que mostra a insignificância de toda origem pretendida. De alguma maneira, a psicanálise continua “acreditando” na origem, por isso a desconstrução mostra “o reprimido” na história

da metafísica, mas também “desconstrói” a própria psicanálise como modo de metafísica. Nesse sentido, talvez seja Derrida o pensador que mais perto (e mais longe, também) esteve da psicanálise: não só dedicou muitas páginas a conceitos de Freud e de outros psicanalistas, senão que também se preocupou com a “instituição” psicanalítica e mostrou a solidariedade existente entre os conceitos e as práticas.

Para Derrida, Freud contribuiu de modo significativo para a problemática da *différance* (a diferença, *différence*, que escreve com *a* para denotar distância do conceito filosófico habitual), mas seu pensamento também se encontra dentro dos parâmetros da metafísica ocidental (a metafísica da presença que Derrida critica e desconstrói). A contribuição de Freud à temática do inconsciente é uma via de pensamento decisiva para colocar em xeque a subjetividade moderna, que se pretende autoconsciente e autotransparente. Derrida trabalha com temas freudianos como a repressão, o inconsciente, o trabalho do luto, para mostrar de que maneira são impensáveis sem a noção de “rastros”, mas, ao mesmo tempo, para indicar que a psicanálise não pôde chegar a pensar tal noção. O “rastros” remete, em Derrida, à ausência de origem e à impossibilidade do presente: que tudo “é rastros de rastros” implica que não há uma origem primeira (*arkhé*: fundamento) ou centro que dê um sentido último ao que é. Não há, então, um princípio ou fundamento como presente pleno que possa centralizar as significações. Desse modo, Derrida considera que a problemática do rastros deve se situar “além e na beira da psicanálise”.

Esse diálogo e confrontação com a psicanálise é iniciado por Derrida com o seu exame da textualidade de *Além do princípio do prazer* (1920), mostrando de que modo Freud necessita “especular” filosoficamente, algo que sempre detestou: Sócrates, Platão e Nietzsche do “eterno retorno do mesmo” aparecem na obra freudiana mencionada. Porque o que se propõe é um pensamento impossível: um pensamento do sem origem e do sem destino. Efetivamente, nessa obra Freud tenta explicar

por que existe a repetição do desprazer, repetição que coloca em xeque a suposta soberania do princípio do prazer. O que Derrida mostra é que o princípio de realidade não é um princípio oposto ao de prazer, mas sim seu complemento. O princípio de realidade provoca a insatisfação da psique e a demora do prazer; o prazer não é, então, senão a *différance* (com “à”) da presença do prazer no desprazer: o princípio de realidade garante o domínio do princípio do prazer. No entanto, esse domínio já está desconstruído pela pulsão de morte, que permite a conservação da psique. Um dos pontos de maior distância com relação a Freud aparece, talvez, nessa problemática da morte. Para Derrida, a vida a morte (sintagma sem vírgulas, sem conjunções) é um movimento que não pode ser reconduzido à lógica da presença e da identidade. Derrida lê na pulsão de morte freudiana uma “economia da apropriação”, na consideração da morte como o mais próprio do homem. No entanto, essa economia, apesar dos esforços de apropriação, desconstrói a si mesma.

É esse domínio desconstruído o aspecto que parece fundamental, para Derrida, para ver o alcance político da psicanálise. A psique conserva-se por um movimento de autoimunização que a protege da alteração que significa o outro (*alter*: em latim, outro), ou seja, conserva-se destruindo-se. E nesse paradoxo reside a possibilidade da política, por isso a psicanálise contribui para pensar a relevância da pulsão de morte como sentido da pulsão de poder (e daí a relevância do pensamento sobre a crueldade).

O que é importante no que Freud nos legou é a possibilidade de questionar o direito, a lei, a religião e a autoridade patriarcal e, então, sua própria autoridade como “pai fundador” da psicanálise. Não são os irmãos (como indica *Totem e tabu*) que matam o pai, senão que o pai, para se conservar melhor, retira-se para a origem e se destrói. Mas nesse ato sua autoridade se torna mais poderosa que nunca, se possível. Por isso Derrida foca em colocar a psicanálise contra a psicanálise, mostrando a resistência da psicanálise a si mesma.

Outro dos aspectos relevantes da psicanálise freudiana vincula-se, para Derrida (1995), com a questão do arquivo: o pensamento freudiano poderia ser uma ciência geral do arquivo, tal como indicado em *Mal de arquivo*. O trabalho de arquivo, para se conservar, apaga-se (enquanto participa da pulsão de morte como instância conservadora-destruidora). A pergunta da desconstrução é o que acontece com o poder político e a instituição, que arquivam e incorporam sua própria ruína (para fazê-la desaparecer). A desconstrução, de alguma maneira, estaria indicando a mitologia dos princípios e das pulsões no freudismo, não para criticá-la simplesmente, mas sim para pensar “outro modo de pensamento” não mitológico.

Não só Freud transita pelas páginas derridianas: Lacan também o faz, o que se alude não só em relação ao falo como significante privilegiado, mas também na questão do animal (em que, ao afirmar que o animal simula, mas não pode simular que simula, Lacan se situaria em uma longa linha de pensadores que privilegiaram o humano sobre o animal, dando fundamento teórico a uma lógica de exclusão e submissão do vivente). Mas é em relação ao *Seminário sobre a carta roubada*³ onde está o lugar em que essas críticas se unem com a questão citada anteriormente do problema institucional: ali se decide quem é o dono da carta roubada, ou seja, quem tem “carta livre” para ser a autoridade herdeira da autoridade paterna. Questões de escolas e herdeiros, sobre as quais a psicanálise tem muito para pensar.

Quem tentou apresentar a possibilidade de uma “psicanálise derridiana” foi René Major (2001), a partir da ideia de “análise desistencial”: há uma desistência constitutiva e destitutiva no sujeito que implica que a deslocação do sujeito é também des-locação do pensamento. Essa des-locação indica uma não unidade do não sabido, que desestabiliza a função do sentido.

E nesta referência a Derrida e à psicanálise, não se pode deixar de mencionar a presença de Nicholas Abraham e Marie Torok em sua obra. Derrida fez o prólogo (“Fors”) do texto de ambos autores, *Cryptonymie, le verbière de l'homme aux loups* (1976). Uma série de conceitos, como luto impossível, cripta no seio do eu, fantasma de incorporação, trabalho do fantasma no inconsciente e outros, move-se entre as obras desses autores, mostrando de que maneira psicanálise e filosofia não podem fazer outra coisa senão se contaminarem. Questões como a problemática do outro e seu caráter de secreto em Derrida seriam impensáveis sem essa contaminação.

A psicanálise e a filosofia francesa

Pode se afirmar, sem dúvida, que os pensadores que, nos últimos cem anos, mais se aproximaram das questões que fazem pensar sobre a psicanálise, foram franceses. Ao percurso anterior, deveríamos acrescentar estes dados mínimos: em 1938 Gastón Bachelard publica *A psicanálise do fogo*, com forte presença de Jung na obra. Diante da relevância da pulsão sexual em Freud, Bachelard aposta na imaginação, propondo uma nova psicanálise dos elementos (a água, a terra, o ar, o fogo). Por sua vez, em *O ser e o nada*, Jean-Paul Sartre (1943) anuncia uma “psicanálise existencial” por oposição à psicanálise freudiana. Enquanto este último ocupa-se de desejos fáticos que afetam o sujeito todos os dias, a psicanálise existencial se preocupa com o desejo transcendental. E, enquanto o inconsciente é um conceito central para Freud, para Sartre é um conceito obscuro, produto do “irracionalismo alemão”. Nesse sentido, Sartre considerava que um adulto não pode justificar seus erros pelo que aconteceu em sua infância, isso é “má fé”. O sujeito, para Sartre, escolhe-se em suas decisões e se constrói dessa maneira.

3. J. Derrida refere-se ao seminário de J. Lacan, “Séminaire sur «La lettre volée»” (1957), que se encontra em *Écrits 2*, Paris, Seuil, 1966, em “Le Facteur de la Vérité”, incluído em *La carte postale. De Socrates à Freud et au-delà*, Paris, Flammarion, 1980.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *O anti-Édipo* (1972), opuseram a “esquizoanálise” à psicanálise freudiana. A esquizoanálise critica dois aspectos centrais da psicanálise freudiana: a relevância do Édipo (o romance familiar) e sua redução da libido a catexis familiares. O trabalho com o inconsciente será produtivo, mais que repositivo, como defendeu Freud, não se trata de interpretar (não há “nada” para interpretar), mas sim de construir máquinas. O inconsciente “máquina”, produz no social.

Para Michel Foucault (1961), é necessário “ser justo”⁴ com a psicanálise, que não é uma psicologia, já que levou em consideração a problemática da linguagem. Ao não determinar a loucura como doença psíquica, mas sim como algo que compete à razão, Freud “retornou” à idade clássica. Para Freud, a loucura é uma “sem-razão”, mas enquanto na idade clássica ela foi condenada ao silêncio, excluída e fechada, o interessante da psicanálise é que dialoga com ela.

Para Alain Badiou, “a teoria psicanalítica tem muito a dizer sobre a subjetivação, mas a emancipação da humanidade não vai acontecer a partir de um divã, e sim no espaço público”:⁵ trata-se de subjetivação coletiva. Badiou as-

sume a contemporaneidade com o pensamento de Lacan e aproxima a filosofia da psicanálise no questionamento da verdade.

Fora da França, há muitos outros filósofos que se vincularam com as problemáticas psicanalíticas e que não podemos senão mencionar: o esloveno Slavoj Žižek (1994a, 1994b), que costuma analisar a política com conceitos lacanianos e aplicar noções psicanalíticas para o cinema; a norte-americana Judith Butler (1990), que releu Freud em relação ao sujeito e à bissexualidade; o inglês John Forrester (1980, 1990), que transitou com rigor crítico aspectos pouco mencionados da psicanálise, para citar apenas três exemplos.

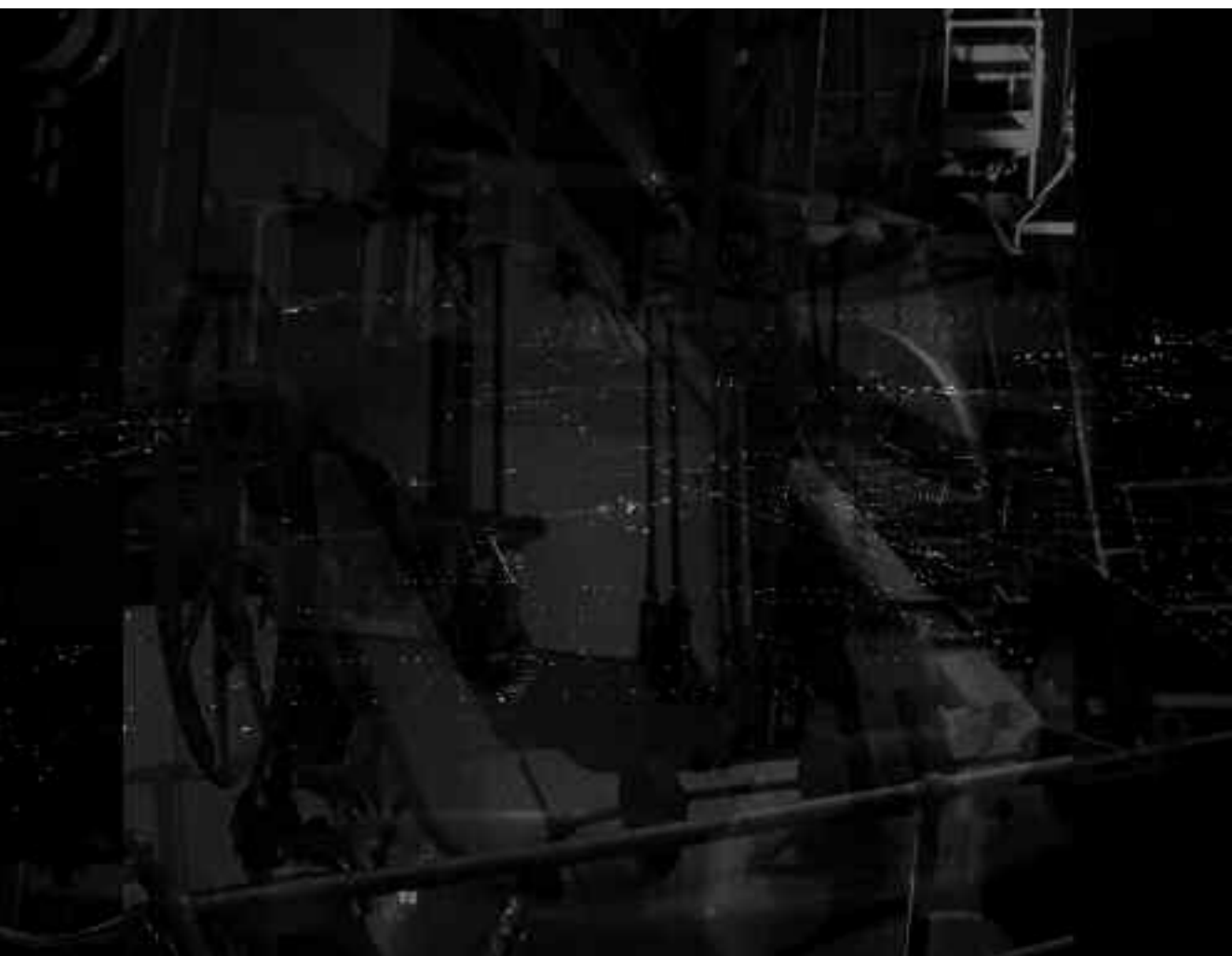
Como tentei mostrar nesta breve síntese, a evitação freudiana da filosofia teve sua ressonância na evitação da psicanálise por parte de alguns filósofos que questionaram, sobretudo, alguns aspectos metodológicos. Mas também existiu – e existe – uma forte marca psicanalítica no pensamento filosófico contemporâneo. Essa marca não só indica “temas comuns”, senão que também torna visível que é possível pensar “a favor” ou “contra” a psicanálise, mas não é possível pensar “sem” ela.

4. A rigor, Foucault indica “ser justos com Freud” (p. 428), expressão retomada por Derrida no capítulo indicado em *Résistances de la psychanalyse*, 1996.

5. Veja-se a proximidade indicada entre psicanálise e verdade em *Manifeste pour la philosophie*, Paris, Seuil, 1989, e a importância de Lacan em *Le séminaire*, Vol. 1, *Lacan: L'antiphilosophie 3* (1994-1995), Fayard, 2013.

Referências

- Badiou, A. (25 de maio de 2000). Ese sujeto que no es el de Marx. *Página 12*. Recuperado de <http://www.pagina12.com.ar/2000/suple/psico/00-05/00-05-25/psico01.htm>
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Derrida, J. (1995). *Mal d'archive, une impression freudienne*. Paris: Galilée.
- Derrida, J. (1996). Être juste avec Freud: L'histoire de la folie à l'âge de la psychanalyse. In *Résistances de la psychanalyse* (pp. 89-146). Paris: Galilée.
- Forrester, J. (1980). *Language and the origins of psychoanalysis*. London: Macmillan.
- Forrester, J. (1990). *The seductions of psychoanalysis: Freud, Lacan and Derrida*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, M. (1961). *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard.
- Fromm, E. (1941). *The fear of freedom*. New York: Farrar & Rinehart.
- Fromm, E. (1947). *Man for himself: An inquiry into the psychology of ethics*. New York: Rinehart.
- Habermas, J. (1968). *Erkenntnis und interesse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Horkheimer, M. (1937). Traditionelle und kritische theorie. In *Zeitschrift für sozialeforschung* (Vol 6, pp. 245-294). Paris: Librairie Félix Alcan.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1969). *Dialektik der aufklärung: Philosophische fragmente*. Frankfurt am Main: S. Fischer.
- Kraus, K. (1908). Tagenbuch. *Die Fackel*, 10(256), 15-32.
- Kraus, K. (1913). Nachts. *Die Fackel*, 15(376-377), 18-25.
- Major, R. (2001). *Lacan avec Derrida: Analyse désistentielle*. Paris: Flammarion.
- Nagel, E. (1959). Methodological issues in psychoanalytical theory. In S. Hooks (Ed.), *Psychoanalysis, scientific method and philosophy* (pp. 38-56). New York: University Press.
- Popper, K. (1953). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Reich, W. (1934). *Dialektischer materialismus und psychoanalyse*. Kopenhagen: Verlag für Sexualpolitik.
- Ricoeur, P. (1965). *De l'interprétation: Essai sur Freud*. Paris: Seuil.
- Wittgenstein, L. & Barrett, C. (Ed.). (1978). *Lectures and conversations on aesthetics, psychology and religious belief*. Berkeley: University of California Press.
- Žižek, S. (1994a). ¡Goza tu síntoma!: Jacques Lacan dentro y fuera de Hollywood. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Žižek, S. (1994b). *Todo lo que usted siempre quiso saber sobre Lacan y nunca se atrevió a preguntarle a Hitchcock*. Buenos Aires: Manantial.



Epistemologias e psicanálise

Que tempestades de terríveis desgraças derrubaram Édipo, que adivinhou o enigma célebre, o homem poderoso (...)

SÓFOCLES, *Édipo rei*

Em que mudou a epistemologia a partir do aparecimento da psicanálise? Em nada. Ou melhor, se pensarmos na epistemologia como uma disciplina única e nos referirmos à filosofia da ciência neopositivista ou de origem anglo-saxônica –por ser a hegemônica—, seria correto dizer que a epistemologia nem sequer se moveu com o aparecimento da psicanálise. Inclusive, diante da pressão exercida pela presença real de uma prática como a psicanálise, com legítima aspiração de cientificidade, os popes desse tipo de epistemologia se dignaram a mencionar a disciplina psicanalítica, apesar de ter sido –e de ser– para insultá-la e negá-la como ciência (veja, por exemplo, Chalmers [2012]).

“Pseudociência” é como a psicanálise é denominada pelo epistemólogo Mario Bunge (1985). Por sua vez, Ernest Nagel, Imre Lakatos, Carl Hempel e Karl Popper, para citar apenas alguns dos representantes da epistemologia anglo-saxônica do século XX, doaram um pouco

do seu tempo para a discussão sobre o status epistemológico das ciências sociais em geral e da psicanálise em particular (veja, por exemplo, Echeverría [1995, 1999]). Apesar de haverem entrado em um acordo sobre o fato de que esse status não existe. Os herdeiros dessa tradição continuam a aderir à impassível postura dos seus mestres alegando questionamentos como os seguintes: como pretende ser uma ciência uma disciplina cujo objeto privilegiado de análise é o inconsciente?, em qual laboratório podem ser mensurados assuntos “metafísicos”?, o que tem a ver o “suposto” método psicoanalítico com o indiscutível método empírico da ciência?, será que as proposições psicanalíticas podem ser formalizadas matematicamente ou comprovadas rigorosamente com a experiência?, poderia-se falar de ciência ao mencionar um “suposto” conhecimento que não acata o método hipotético-dedutivo?¹

Os manuais de raiz anglo-saxônica ignoram a psicanálise como ciência. Apesar de haver versões –de origem norte-americana– onde a psicologia é aceita, mas não a psicanálise (veja, por exemplo, Echeverría [1999]). Mas não se qualifica essa disciplina como ciência social, e sim como ciência natural. A psicologia condutista, como se sabe, estuda tudo em função

* Doutora em filosofia pela Universidade de Buenos Aires. Diretora do Mestrado em Metodologia da Pesquisa Científica e diretora do Centro de Pesquisas em Teorias e Práticas Científicas da Universidade Nacional de Lanús.

1. Gregorio Klimovsky (1922-2009) foi um adepto consuetudinário da filosofia da ciência de origem anglo-saxônica refratária à psicanálise. No entanto, quando foi contratado como epistemólogo por reconhecidas instituições psicanalíticas, “adequou” seu discurso aos novos clientes e, apesar de nunca ter deixado de defender o método hipotético-dedutivo como o único legítimo, concedeu status epistemológico à psicanálise, sob condição de que se ajustasse a tal método (veja, por exemplo, Mombrú [2013, 2014]).

da consciência e da conduta (sobre o inconsciente e a construção da subjetividade, melhor nem falar). As proposições condutistas são consideradas mensuráveis, controláveis, “verificáveis”; ou seja, científicas. A psicanálise, pelo contrário, com sua proverbial análise do inconsciente, é jogada no desvão dos absurdos.

Conclusão: a epistemologia –para ser mais exata, a epistemologia preponderante– não mudou com o surgimento da psicanálise, amuralhou-se, mais propriamente, para não permitir que ela penetrasse em seus domínios.

Uma epistemologia ou várias epistemologias?

Mas, se modificarmos minimamente a pergunta inicial, podemos obter resultados diferentes e fecundos: em que mudaram *algumas* epistemologias com o surgimento da psicanálise?

Agora sim. Porque a epistemologia não é somente aquela que reina na grande maioria das instituições de ensino da nossa região. Poderia-se dizer que 90% dos formados na universidade consideram a epistemologia como o deus único das religiões monoteístas. Essa filosofia da ciência “divinizada e única” costuma ser chamada de “epistemologia herdada”. Herdada de quem? Do Círculo de Viena e da sua posterior expansão britânica e norte-americana. Nasceu falando alemão e se converteu ao inglês. Mas não perdeu sua convicção de empirismo lógico, sua ideologia cientificista e sua atitude expulsora de qualquer outro tipo de reflexão sobre a ciência que não seja formalista, contrastável e universal.

No entanto, existem outros modos de pensar a ciência. Sintetizei, em primeiro lugar, a posição da epistemologia herdada e sua negação da psicanálise. Em segundo lugar, realizarei uma “panorâmica” da epistemologia alemã em relação às ciências sociais, entre as quais situo a psicanálise. A filosofia alemã, ao conquistar um campo epistemológico para as ciências sociais, abriu um espaço para a psicanálise antes de ela existir. Por último, trabalharei em aspectos da epistemologia francesa. Nela encontramos reconhecimento

científico, crítica sem exclusão e diálogo controverso com a disciplina psicanalítica.

A contribuição epistemológica alemã para as ciências sociais

A filosofia da ciência alemã (não a austríaca), antes de haver sido fundado o Círculo de Viena, já havia concedido status epistemológico às ciências sociais. Seus iniciadores foram contemporâneos de Sigmund Freud (1856-1939). Apesar do fato de que quem deu o pontapé inicial, a partir da filosofia, ter precedido historicamente o pai da psicanálise e de que quem faz o mesmo, a partir da sociologia, haver nascido alguns anos depois. Refiro-me a Wilhelm Dilthey (1833-1911) e a Max Weber (1864-1920), respectivamente.

Dilthey (1988) lutou teoricamente contra o cientificismo que, entre outras particularidades, caracteriza-se por considerar que o único conhecimento verdadeiro é o produzido pelas ciências naturais (também chamadas “duras”) e que o método da ciência não pode ser outro que não seja o utilizado por tais disciplinas, tradicionalmente consideradas “objetivas”. Em contraposição a essa postura, nascida com a própria ciência nos alvares da modernidade, Dilthey defendia uma ciência da subjetividade. O objeto de estudo das ciências duras é a natureza ou o dado, enquanto que o humano é o objeto das ciências sociais ou o que os alemães denominam ciências do espírito. O argumento para reclamar um método específico é que, se é outro o objeto de estudo (com relação às ciências naturais), outros devem ser os métodos de investigação (das ciências sociais ou humanas).

O filósofo alemão critica também a relação de dominação que implica pretender que todas as ciências sejam regidas pelo método explicativo das ciências duras. Propõe que as ciências do espírito gerem métodos coerentes com a aproximação das construções humanas. Linguagem, direito, arte, religião, sociedade, cultura. Dilthey aposta na *compreensão* como método, na interação entre o sujeito investigador e o objeto de análise (outro su-

jeito ou produtos de subjetividades: obras de arte, organizações sociais, conflitos, empreendimentos). Enfatiza fundamentalmente que nesse tipo de ciência – não ingenuamente denominada “mole” – tudo deve ser analisado a partir do histórico.

Outra característica resgatada pelo compreensivismo é o acaso. Essas variáveis (história e acaso) eram inadmissíveis para as ciências naturais anteriores à física quântica e às teorias do caos. E continuam a ser recusadas pelos epistemólogos e cientistas defensores do método único em ciência, da neutralidade ética do conhecimento científico e do caráter lógico-matemático, e portanto ahistórico e universal, das ciências.

Max Weber (1973) dobra-se à torção metodológica realizada por Dilthey. Ambos consideram que as ciências sociais explicam (como fazem as naturais), mas também “compreendem” o objeto analisado. São explicativas e compreensivas. No entanto, a noção de compreensão como método científico cheirava a psicologismo individualista, mais do que a método científico com pretensões de objetividade. De modo que Dilthey produziu uma nova torção em sua visão epistemológica e apelou para a teoria do teólogo Friedrich Schleiermacher (veja, por exemplo, Moralejo [2002]) e sua utilização da hermenêutica (cujo significado é interpretação) para realizar exegese de textos sagrados e filosóficos, e a implantou em investigações humanísticas como instrumento legítimo. Aqui está a entrada triunfal da hermenêutica no campo das humanidades.

A hermenêutica havia sido utilizada pelos pais da Igreja para interpretar as Sagradas Escrituras e foi retomada pelo romantismo alemão precoce. Schleiermacher a consolida, em suas investigações, como reconstrução de sentido e interpretação do pensamento e da linguagem. Dilthey a translada para as ciências sociais. Muda compreensão por hermenêutica, entender por interpretar. Coloca a hermenêutica, assim, no lugar de privilégio do qual ainda goza nas ciências humanas.

Mas nem todas as correntes hermenêuticas concordam sobre o significado dos seus termos. Um dos máximos expoentes da hermenêutica tradicional contemporânea é Hans-Georg Gadamer (1999). A partir do seu painel teórico, o exercício hermenêutico pode nos revelar sentidos ocultos naquilo que investigamos. Há atualmente outras versões hermenêuticas críticas dessas noções. Mas trata-se de críticas imanentes e, conseqüentemente, legítimas epistemologicamente. Para esses pós-hermeneutas, interessa a interpretação rigorosa em si mesma e a compreensão libertadora que todo conhecimento traz consigo. Mas não creem na noção de verdade primogênita ou de um sentido implícito que a hermenêutica “devolveria”. Um exemplo de destaque dessa nova visão da hermenêutica pode ser rastreado na conferência que Michel Foucault (1975) fez no VII Colóquio Filosófico de Royaumont, em julho de 1964. Nela, refere-se aos três mestres da suspeita do século XIX: Nietzsche, Freud, Marx.

Mas nem só de hermenêutica vivem as ciências sociais. A partir do gesto liberador dos primeiros compreensivistas, proliferaram diferentes métodos. Pode-se aventurar a dizer que existem tantos métodos como marcos teóricos ou, dito de outra maneira, em ciências sociais o método é determinado pelo marco teórico do qual depende. De modo que uma investigação marxista assumirá a dialética materialista; uma nietzschiana, a genealogia; uma derridiana, a desconstrução; uma foucaultiana, a arqueologia genealógica, e assim sucessivamente. E, como conclusão digna do tema que nos traz aqui, uma investigação psicanalítica assumirá a interpretação.

A epistemologia francesa entre a cultura e a história

Enfoco a filosofia da ciência francesa de uma perspectiva que consiste fundamentalmente em analisar o saber em relação ao poder, sustentar a reflexão a partir da história e reafirmar a jovialidade e o desejo. Para essa epistemologia, a lógica é indiferente ou acessória. O fundamental é a história. Assume-se como

uma epistemologia da subjetividade. Considera que a tecnociência é um modo de subjetivação, e que o que é próprio da ciência, mais do que conhecer, é saber; mais do que busca da verdade, é aceitação do erro; mais do que estrutura lógica, é vida sempre mutante e que dá a si mesma suas próprias formas.

E a posição da epistemologia francesa com relação à psicanálise? Foucault (2012) refere-se à psicanálise como um cenário muito barulhento de metade do século XX (tão barulhento como o marxismo, a linguística e a etnologia). E resgata a influência da epistemologia francesa em sua consolidação científica. Avalia que, se fosse deixado de lado o médico e epistemólogo George Canguilhem (1984), não se entenderia um forte aspecto do debate psicanalítico desse momento. E foi precisamente nesse momento que se opuseram freudianos e não freudianos, marxistas e não marxistas, estruturalistas e pós-estruturalistas.

Foucault (2012) indica que se fosse necessário buscar fora da França algo similar ao que acontecia com os trabalhos de Alexandre Koyré, Gaston Bachelard, Jean Cavaillès e George Canguilhem, isso seria encontrado na Escola de Frankfurt. Alguns são perseguidos pelo fantasma de Descartes, e outros, pelo espectro de Lutero. É a partir daí que a filosofia da ciência francesa lança seu pensamento e navega em seus dilemas. Suas interrogações são resolvidas ao redor de uma racionalidade que questiona a universalidade e aceita a contingência. A epistemologia francesa, mesmo em sua época positivista, com Auguste Comte (1999) à frente, prescindiu das ciências sociais. Talvez tenha sido essa atitude o que possibilitou que o surgimento da psicanálise fosse incluído com “naturalidade” na episteme francesa contemporânea.

Além disso, a história da ciência, no pensamento francês, abre um campo de análise para que a epistemologia deixe de ser uma simples reprodução metodológica justificacionista da ciência e amplie a conceitualização da tecnociência em relação ao seu contexto político, cultural e social. A ciência não é unicamente

conhecimento. História e epistemologia caminham juntas. De modo que é possível fazer epistemologia a partir do núcleo duro da ciência, relacionando-a com práticas jurídicas, penais, corporais, desejanças, históricas e/ou míticas. É coerente, então, que a psicanálise, como prática de saber do nosso tempo, permeie a epistemologia francesa. E, como uma mostra, sintetizo uma desconstrução epistemológica de Édipo em confronto com (ou em complemento) a interpretação psicanalítica.

Édipo, sábio e poderoso

Édipo e seu triângulo familiar não revelam nenhuma verdade atemporal, tampouco uma incidência histórica do nosso desejo. A assimilação de Édipo como o relato mais antigo do nosso desejo e do nosso inconsciente é um instrumento utilizado pela psicanálise para dar uma tônica universal à expressão desejança. Mas também pode ser lida como uma manipulação teórica que produz (para além das boas intenções individuais) uma barreira para que o desejo fique preso no seio do pequeno drama da família burguesa, em vez de escapar dos códigos impostos pela domesticação e correr livre pelo mundo. Desse ponto de vista, Édipo seria um instrumento de limitação que tenta impor uma “cura” para o nosso desejo e nosso inconsciente, não uma lei universal do desejo. Trataria-se, mais propriamente, de um instrumento de poder exercido sobre o inconsciente por parte da prática psicanalítica. Essa postura vem da filosofia da ciência francesa, especificamente de *El anti-Edipo. Capitalismo y esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1985).

Mas não é esse o livro que utilizarei para apresentar um esquema de reflexão crítico-epistemológico sobre a problemática psicanalítica, e sim a reelaboração da figura edípica realizada por Foucault (1980) na segunda conferência de *La verdad y las formas jurídicas*. Essa análise questiona Édipo como homem de poder e buscador da verdade, menos do que como o depositário dos nossos desejos mais secretos. Nesse breve desenvolvimento (da análise foucaultiana),

fica patente que o pensamento francês não só assume o status epistemológico da psicanálise, senão que o utiliza como fonte de inspiração para seus próprios questionamentos conceituais.

A análise de Édipo revela também aspectos metodológicos (convém recordar que a metodologia é uma função da epistemologia). Na tragédia de Sófocles, ilumina-se o arcaico nascimento de uma prática judicial de acesso à verdade: a *indagação*. Um método de busca da verdade ainda vigente na Justiça e na ciência. Édipo é o ponto de emergência da indagação, esse modo de acesso à verdade que começou sendo uma prática jurídica e, sem abandonar esse âmbito, converteu-se também em um método privilegiado da investigação científica. E além disso tem a virtude (pouco frequente) de ser utilizado não apenas pelas ciências sociais –e, portanto, pela psicanálise–, mas também por diferentes disciplinas científicas, tais como a biologia, a química, a física, entre outras.

Esse percurso peculiar pela história de Édipo como sujeito de saber mostra-se como construção de objeto da investigação e, por se tratar de uma epistemologia ampliada ao político-social (ou seja, não limitada à mera história interna da ciência), revela-nos Édipo também como tecnologia de poder político. Foucault tenta fazer aparecer aquilo que o pensamento ocidental se esforçou em responder várias vezes: as relações de poder implícitas em qualquer vestígio de verdade, inclusive no âmbito das ciências. Parte do pressuposto de que, se realmente existe algo semelhante a um complexo de Édipo, não é produzido no individual, e sim no social ou coletivo.

Édipo é o primeiro testemunho das práticas jurídicas gregas. Na tragédia, inspirada no mito, há um soberano, Édipo, que, ignorando certa verdade, consegue descobri-la, ao custo de questionar sua própria soberania. Promove uma indagação sobre a verdade que implica um poder adquirido (graças à sua sabedoria sobre os enigmas) e perdido (por exigir a verdade na indagação das causas da peste que assola a pólis).

É necessário esclarecer que, além da indagação como modo de acesso à verdade, nessa tragédia também aparecem vestígios da *prova*. Outro modo de acesso à verdade próprio da Justiça e cooptado também pela verdade científica. Por exemplo, quando Édipo critica seu cunhado por não lhe haver dito toda a verdade sobre a sentença do oráculo, afirma que a atitude tinha como objetivo usurpar o trono e destruí-lo. Creonte se defende oferecendo como “prova” o juramento de ter dito a verdade. Mas não é o procedimento da prova o que prevalece na análise estabelecida aqui, mas sim o de um agenciamento que Foucault qualifica de lei das metades. A descoberta da verdade em Édipo vai acontecendo por metades que se ajustam e se acoplam. Um mecanismo que responde à ideia grega de símbolo.

Em épocas em que as comunicações remotas eram imprecisas e duvidosas, os gregos utilizavam precisamente a lei das metades. Utilizemos o caso de dois soberanos que estabeleceram um pacto de amizade, mas que moram em lugares distantes um do outro. No momento de se separarem, quebram uma ânfora e cada um deles fica com uma fração. Depois, caso tenham que se comunicar, junto à carta, entregam ao mensageiro essa metade como prova de autenticidade. O soberano que recebe o mensageiro checa sua autenticidade “provando” se o pedaço de ânfora oferecido coincide com a outra metade que ele havia guardado. Essa coincidência é o *símbolo*: fragmentos que se juntam e “reconstroem” a verdade.

Vejamos esse jogo de metades no desenvolvimento da tragédia. Diante da peste que assola a cidade, Édipo, o soberano, envia um mensageiro para consultar o oráculo de Apolo. A resposta que volta de Delfos diz que o país está ameaçado por uma maldição. Mas isso não é suficiente, então Édipo força Creonte a falar, para assim obter a segunda parte do oráculo. Finalmente, seu cunhado (cuja outra metade é que também é seu tio) expressa a parte que falta: a causa da maldição é um assassinato.

Obrigatoriamente surge outra interrogação: quem foi assassinado? A segunda metade que completa essa resposta é que a vítima foi Laio, o falecido rei de Tebas.

Surge então a ansiosa pergunta de Édipo: quem cometeu o assassinato? Mas Apolo se nega a completar essa metade. Édipo reflete que não é possível forçar a resposta dos deuses. Aqui fica uma metade em suspensão: o nome do assassino. No entanto, Édipo, obstinado em sua busca, ao não poder forçar a vontade do deus, pergunta a Tirésias, o representante de Apolo, sua outra metade. Apolo, deus da luz, é representado na Terra por Tirésias, o adivinho cego. Luz e trevas formam outro símbolo, cuja completude acontece quando o cego acusa Édipo de ter assassinado Laio.

Na segunda cena da tragédia, praticamente tudo está dito. O jogo das metades realizado por Apolo, a luz, e Tirésias, a noite, revela as causas da peste: maldição, assassinato, quem foi assassinado, quem matou. Apesar de nada ser dito taxativamente, já que Tirésias não fala de maneira direta. Recorda Édipo de que ele havia prometido desterrar quem tivesse cometido assassinato, que deve então cumprir a promessa e desterrar a si mesmo. Apolo –através dos seus mediadores– não expressa as coisas com clareza, apesar de ser o deus da luz, e dirige-se a Édipo com rodeios, dizendo-lhe que, se quer que a peste acabe, necessita expiar a falta. Detecta-se nesse ponto outra das características que vai adquirir a investigação científica: a *previsão*. Toda ciência, mesmo investigando o presente, necessita do passado e mira o futuro. Aqui temos o surgimento da *hipótese*. Isso é, da suposição, o ponto indispensável de qualquer indagação.

Na trama que estamos analisando, são necessários ainda dados do presente e testemunhas do passado. Presente e passado também constituem pedaços de um símbolo ainda inconcluso. É preciso saber quem matou Laio. Isso será resolvido pelos testemunhos. Jocasta tenta convencer Édipo da sua inocência. Laio foi assassinado por vários homens em uma encruzilhada. Mas isso, ao invés de tranquilizá-

lo, leva-o ao naufrágio. Já aparece outro pedaço da ânfora. Édipo lembra que ele assassinou um homem em uma encruzilhada.

As réplicas de Jocasta, que não deseja perder nem o poder nem seu jovem marido, e a lembrança de Édipo, obcecado em saber, apesar de tudo e de todos, oferecem uma verdade quase completa. Mas falta um pequeno fragmento: Laio foi assassinado por um ou por vários homens? Essa interrogação fica sem conclusão na obra. Mas o que se sabe até agora, de certo modo, continua a ser um pedaço da história e, nesse caso, trata-se de algo proverbial que se resolverá. Porque Édipo não é apenas quem matou o antigo rei, também é aquele que matou seu pai e se casou com a sua mãe.

De repente, é como se o tempo se detivesse. Surge uma esperança para o teimoso buscador de verdade (também de justiça e de conservação do poder). O deus havia previsto que Laio morreria nas mãos do próprio filho, consequentemente, enquanto não for demonstrado que Édipo é filho de Laio, a velha previsão não se realizou. No entanto, novamente o acoplamento de metades vai impor a verdade, já não em nível dos deuses, também não em nível dos nobres. O símbolo definitivo vem do estrato mais baixo da sociedade: as testemunhas que fecharam o círculo são dois escravos. O servo de Corinto anunciará a Édipo a morte do seu pai, Políbio. Grande alegria para o atribulado rei. Porque Édipo acreditava que Políbio era o seu pai e, se ele morreu de morte natural e longe do seu (suposto) filho, fica *demonstrado* (outro recurso desse processo jurídico retomado depois pela investigação científica: a *demonstração*) que não matou seu pai. Mas o escravo desencanta o rei ao lhe revelar que Políbio não era o seu pai, já que ele mesmo, quando Édipo era pequeno, o havia entregue ao rei de Corinto como filho adotivo.

Novamente o assombro e, ante o desconcerto geral, obtém-se o testemunho do outro escravo, o de Citerão. O sensível servo a quem Laio havia entregue seu pequeno filho para que o matasse. Esse ancião confirma o que havia sido dito pelo mensageiro de Corinto. Corrobora que é verdade

que há tempos entregou a esse homem uma criança que vinha do palácio de Jocasta e que, segundo se dizia, era seu filho. Vislumbra-se aqui um fragmento confuso que deveria ter sido esclarecido por Jocasta ao confirmar que um filho seu havia sido entregue ao pastor de Citerão. Mas ela está mais preocupada em conservar Édipo do que com o brilho da verdade. No entanto, já se sabe que Édipo é filho de Laio, que esse filho recém-nascido foi entregue a Políbio, que Édipo – a quem, quando jovem, chegaram rumores de que seria o assassino do pai – havia fugido para não matá-lo e terminou matando um desconhecido, que na verdade era Laio.

Além do sugestivo trabalho foucaultiano, ensaio um pequeno encerramento para a presente reflexão. A narrativa de Sófocles nos revela, mais do que um desejo de amor sexual, uma forte vontade de poder. Não somente por parte de Édipo e de sua busca da verdade em razão da reafirmação de um poder que, paradoxalmente, termina perdendo, senão também de Jocasta. Ela se esforça em não perder nem o poder nem o homem que justamente tem a mesma idade da criança que lhe havia sido arrebatada por Laio. Jocasta, que não se matou quando arrancaram o bebê dos seus braços para atirá-lo ao horror de um abismo, faz isso quando perde o poder e o homem (marido e filho ao mesmo tempo).

Freud (1973) em sua interpretação da tragédia omite analisar uma frase que Sófocles (1974) coloca na boca de Jocasta quando fala a Édipo: “Laio era alto e corpulento; sua cabeça começava a branquear. Parecia-se um pouco contigo” (p. 137). Essa “metade da omissão” se completa, de acordo com a minha perspectiva, com o helenista Pierre Grimal (1997) quando comenta: “No entanto, logo será descoberto o segredo do nascimento de Édipo porque, em um determinado ponto da lenda, as cicatrizes dos seus tornozelos revelam a identidade da criança a Jocasta. Essa versão foi modificada por Sófocles” (p. 148). Existe aqui algo indiscutível, seja a partir de Freud, seja a partir de Foucault. Édipo continua a ser um exemplo impecável de como as práticas sociais e os discursos consti-

tuem determinado tipo de subjetividade. Esse interesse da psicanálise é compartilhado com a epistemologia francesa e, além de pactos e traições, representa um ponto de confluência produtivo prenhe de intensa riqueza conceitual para a análise de pensamentos futuros.

Referências

- Bunge, M. (1985). *Pseudociencia e ideología*. Madrid: Alianza Editorial.
- Canguilhem, G. (1984). *Lo normal y lo patológico*. México: Siglo XXI.
- Chalmers, A. (2012). *¿Qué es esa cosa llamada ciencia?* Madrid: Siglo XXI.
- Comte, A. (1999). *Discurso sobre el espíritu positivo*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1985). *El anti-Edipo. Capitalismo y esquizofrenia*. Buenos Aires: Paidós.
- Dilthey, W. (1988). Introducción a las ciencias del espíritu; Teoría de las concepciones del mundo; Dos escritos sobre hermenéutica. In *Obras completas*. México: FCE.
- Echeverría, J. (1995). *Filosofía de la ciencia*. Madrid: Akal.
- Echeverría, J. (1999). *Introducción a la metodología de la ciencia. La filosofía de la ciencia en el siglo XX*. Madrid: Cátedra.
- Foucault, M. (1975). *Nietzsche, Freud, Marx*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto.
- Foucault, M. (1980). *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa.
- Foucault, M. (2012). La vida: la experiencia y la ciencia. In *El poder, una bestia magnífica*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Freud, S. (1973). *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Gadamer, H. G. (1999). *Verdad y método*. Salamanca: Sí-gueme.
- Grimal, P. (1997). Edipo. In *Diccionario de mitología griega y latina*. México: Paidós.
- Le Blanc, G. (2004). *Canguilhem y las normas*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Mombrú, A. (2013). *Filia y Sofía. Para una metacrítica de la epistemología*. Tese de doutorado em filosofia. Remédios de Escalada: UNLa. (Inédita).
- Mombrú, A. (2014). De las buenas intenciones en la epistemología argentina. In E. Díaz (Ed.), *Gilles Deleuze y la ciencia. Modulaciones epistemológicas II*. Buenos Aires: Biblos.
- Moralejo, E. (2002). La hermenéutica contemporánea. In E. Díaz (Ed.), *Metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Biblos.
- Sófocles. (1974). *Edipo rey*. Madrid: Labor.
- Weber, M. (1973). *Ensayo sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu.

A psicanálise e seus “outros”... do mesmo

... Todo o mundo acredita que eu me atenho, antes de mais nada, ao caráter científico do meu trabalho, e que minha meta principal é o tratamento das enfermidades mentais. É um tremendo erro que tem prevalecido durante anos e que tenho sido incapaz de corrigir. Eu sou um cientista por necessidade, e não por vocação. Sou na verdade, por natureza, artista. (...) Meus livros, de fato, parecem-se mais a obras de imaginação que a tratados de patologia. Tenho podido cumprir meu destino por uma via indireta: seguir sendo um homem de letras, mesmo que sob a aparência de um médico.

SIGMUND FREUD¹

1

A relação entre a psicanálise e as (outras?) “ciências sociais” sempre foi (será?) amplamente controversa. Mesmo depois de terem desaparecido os preconceitos e lugares comuns sobre a psicanálise como indagação no Inconsciente dos “indivíduos” (mas o Inconsciente é “individual”?), mesmo se for reenviada uma ou mil vezes ao leitor a primeiríssima de todas as linhas da *Psicologia das massas e a análise do eu*, em que Freud afirma enfaticamente que não existe uma psicologia individual, sempre ficará o gesto ideológico inerte que *afasta* a psicanálise da pretensão “im-pertinente” de dizer algo sobre a sociedade, a cultura, a história, a religião, a arte. E nem falemos da *ciência em*

geral, um campo do qual ainda hoje há quem exclua a psicanálise, repetindo uma e outra vez um mal-entendido fundador: porque –como costumava dizer, de forma aproximada, Oscar Masotta— não se trataria tanto de perguntar se a psicanálise é uma ciência, mas sim de perguntar *o que é* uma ciência depois da psicanálise. No final das contas, a descoberta –e ainda a “invenção” — do Inconsciente deveria ter produzido uma alteração radical do vínculo sujeito/objeto “clássico”, com que, salvo exceções extemporâneas, continuam a trabalhar as ciências “normais”, incluídas muitas vezes as sociais/humanas.

É tudo muito estranho, se olharmos bem. Freud, grande colecionador de antiguidades, não se cansou de insistir que o que ele fazia era uma espécie de *arqueologia* (entre os pensadores do século XX, só Foucault, que não era exatamente um freudiano “ortodoxo”, parece haver retido essa palavra, enquanto Lévi-Strauss, mais próximo da psicanálise, fala de *geologia*): ou seja, uma exploração das camadas mais profundas da temporalidade histórica e genealógica das culturas e dos sujeitos dessas culturas. E essa arqueologia era para ele –nossa epígrafe mostra isso nitidamente— uma forma de *arte*. Devemos entender como mero acaso que o único prêmio que Freud recebeu em vida tenha sido o Prêmio Goethe de *Literatura*?²

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA), instituição onde é professor titular de sociologia e antropologia da arte, e de teoria política.

1. Citado em: F. Ansermet (1990, p. 6). *Las psicosis en el texto*. Buenos Aires: Manantial.

2. Em algum lugar, Borges, acreditando ironizar a psicanálise, faz-lhe uma grande homenagem ao qualificá-la de ciência-ficção.

Lacan, por sua vez, usou de forma célebre a metáfora da linguagem para indicar a lógica *estruturante* do Inconsciente: e é possível pensar em um produto mais social, cultural e historicamente elaborado do que a linguagem e, mais particularmente, a *língua*? Por outro lado, Freud não sentiu nenhuma timidez em se ocupar dos problemas mais profundos das origens da cultura, da religião, da arte e da literatura etc.: aí estão de *Totem e tabu* a *O futuro de uma ilusão*, de *O mal-estar na cultura* a *Moisés e o monoteísmo*, e aí estão os textos sobre Shakespeare ou Dostoiévski, sobre Leonardo ou Michelangelo. E aí está a famosa conferência de 1905 em que Freud compara a técnica psicanalítica não com a *pintura* (que acrescenta formas e cores a uma tela em branco), mas sim com a *escultura* (que retira da pedra o que “sobra” para que fique uma forma). E aí está, finalmente, a demonstração última: quando o fundador da psicanálise teve que escolher um *nome* para batizar o chamado “complexo” que lhe deu (nem sempre boa) fama mundial, escolheu o de um mito e de uma obra de teatro.

Em resumo: não importa o que se pense a favor ou contra a pertinência de um vínculo psicanálise/ciências sociais e humanas, Freud e todos os seus seguidores mais importantes *sempre* entenderam como um fato a intervenção “psicanalítica” nos problemas da cultura. Claro que muitas vezes fizeram isso –e muitos psicanalistas continuam fazendo— de modo reducionista ou, como às vezes se diz, “aplicada” demais. Mas essas precipitações, por si só, não decidem sobre aquela pertinência potencial: outras tantas fizeram sociólogos, antropólogos ou historiadores, estudiosos das religiões, economistas ou cientistas políticos, teóricos da literatura ou críticos de arte, sem que ninguém os critique com a mesma virulência por conta da transgressão dos seus “currais” disciplinares. A rigor, não se trata, nesses abusos, de uma *má* “aplicação” da psicanálise, mas sim de algo que *não é* psicanálise. Para que sejamos entendidos corretamente: a psicanálise *não é* “apli-

cável” a esses outros terrenos, precisamente porque *não é exterior* a eles. A hipótese do Inconsciente pode ser utilizada ou não em diversos campos do saber sobre o humano (do mesmo modo que *O capital* de Marx pode ou não ser utilizado em economia, ou que *As estruturas elementares do parentesco* de Lévi-Strauss pode ser utilizado ou não em antropologia, e assim por diante³), mas –já que, não nos cansaremos de insistir, o Inconsciente não tem nada a ver com a “psicologia” dos indivíduos— não é uma hipótese *alheia* ao campo da cultura: pelo contrário, para um “bom” freudiano, é a que permite pensar a própria *fundação* –ou, talvez melhor, a *fundamentação*— da cultura. Claro que não é obrigatório ser (nem bom nem mau) “freudiano”. Mas, sim, seria conveniente não ficar preso a falsos dilemas ou dicotomias forçadas: apesar de que, já há dois séculos, impôs-se uma divisão do trabalho intelectual burocrática, que delimita com rigidez obsessiva os territórios das “disciplinas” (e deveríamos começar por escutar as palavras que usamos: em termos pessoais, quem escreve isto é partidário de um pensamento estrito e rigorosamente *in-disciplinado*), é necessário não confundir as questões teóricas com as – como chamá-las?– “gremiais”.

A seguir, então, descontaremos como uma verdade adquirida (é também uma escolha, e alguém poderia tachá-la de *crença*: dá no mesmo) que a teoria –e, claro, a prática, o que implica toda outra série de problemas sobre os quais tentaremos voltar– psicanalítica *pertence constitutivamente*, para além das especificidades do seu “objeto” e dos seus métodos, ao pensamento crítico da Modernidade. Mais do que isso, como propusemos em algum outro lugar, é uma das formas mais radicalmente “*autocríticas*” do pensamento moderno. Assim entenderam muitíssimos dos maiores pensadores críticos do século XX (de Adorno a Althusser, de Benjamin a Sartre ou Merleau-Ponty, de Bloch a Jameson, de Horkheimer a Žižek, de Marcuse a Lévi-Strauss, Ricoeur, Foucault,

3. Claro que esse “pode ou não pode” não indica indiferença, mas sim escolha (teórica, ideológica, política).

Barthes ou Badiou), que, sem importar as “ambivalências” que tinham com o pensamento de Freud, não deixaram de colocá-lo ao lado de Marx (e ocasionalmente de Nietzsche) como esses grandes “mestres da suspeita” (Ricoeur) ou “fundadores de discurso” (Foucault) depois dos quais, simplesmente, a realidade humana *em geral* já não pode ser pensada do mesmo modo. Não tem muito sentido, então, continuar a se perguntar pela questão da psicanálise e das ciências sociais (ou humanas): seria como perguntar-se pela relação entre o dedo índice e os outros quatro para falar da mão.

2

A psicanálise, dizíamos, é uma forma de pensamento *crítico*. Ou seja: de pensamento da *crise*. Sua certidão de nascimento e sua *emergência* (no sentido pleno do termo) como dispositivo teórico-prático e discursivo é datável entre o final do século XIX e início do XX. Coincide, portanto, com a origem aproximada do que poderíamos denominar *segunda modernidade*, ou “*modernidade tardia*”, ou, no campo específico da arte e da literatura, *modernismo*. O surgimento da psicanálise, queremos dizer, é contemporâneo das novas vanguardas estético-literárias (do simbolismo ao surrealismo, do pós-impressionismo ao dadaísmo, do cubismo ao abstracionismo, do futurismo ao construtivismo, de Proust, Kafka, Joyce, Faulkner, Beckett). Também das novas “técnicas de reprodução” –como foram denominadas por Walter Benjamin– e do seu impacto demolidor sobre as maneiras de consi-

derar, de olhar, a arte e a cultura, começando por essa nova “linguagem”, insólita, inédita e que deixou pasmos a todos: o *cinema*.⁴

Esse novo *alto modernismo* estético-literário, como foi denominado, supôs, como dizíamos, uma crise terminal, sem retorno, das maneiras de *fazer* e de *pensar* a arte e a literatura: da demolição da perspectiva renascentista ao estouro do realismo representacional, da técnica dadaísta da colagem à fragmentação da subjetividade na “corrente de consciência” proustiana ou joyciana, nada ficou igual.

Pois bem, essa crise se inscreve –com a sua própria especificidade e relativa autonomia, mas se inscreve inexoravelmente– no marco de uma crise maior, muito mais ampla: o colapso progressivo das formas dominantes do pensamento *moderno-clássico*, por assim dizer. Muito esquematicamente: todo o otimismo evolucionista e “progressista” que havia passado do iluminismo racionalista do século XVIII ao positivismo “científico” do século XIX desmorona dramaticamente. O mundo atravessado pelo *fin de siècle* até a primeira metade do século XX não permite mais alimentar ingênuas esperanças no progresso da humanidade, na paz universal, em um desenvolvimento científico-técnico que garanta uma vida cada vez mais rica, mais confortável, mais pacífica, mais livre de conflitos. Não: esse “novo mundo” é o dos grandes colapsos econômicos, o da luta de classes, o dos genocídios coloniais na África e na Ásia, o dessa Primeira Guerra Mundial em que, pela primeira vez na história, os avanços mais “progressistas” da técnica foram aplicados sistematicamente no extermínio calculado de milhões de pessoas (e, como sabemos, não pa-

4. Não nos privaremos aqui de observar mais uma vez uma contingência certamente casual, mas também “propiciatória”: o ano de 1895, em que os irmãos Lumière (e que “nome do pai” para os inventores da tela luminosa!) realizaram a primeira projeção cinematográfica, é também o ano de publicação, por Freud, do “Projeto (projeção?) de uma psicologia para neurologistas”, que muitos decretam ser o texto fundador do que se chamaria “psicanálise”. Freud –que era um homem de gostos artísticos mais propriamente clássicos–, tendo morrido em 1939 (quando o cinema já era uma forma de arte plenamente consolidada, com grandes autores nas costas), aparentemente nunca pisou em uma sala de cinema. E no entanto –apesar de não termos tempo de desenvolver isso agora– o célebre capítulo VII sobre a elaboração onírica, em *A interpretação dos sonhos*, pode ser lido como um notável tratado de... montagem cinematográfica. Cada uma das figuras lógico-retóricas que Freud descreve para o “trabalho do sonho” (condensação, deslocamento, investimento no contrário, dialética representação de coisa/representação de palavra etc.) poderia ser traduzida em recursos da linguagem técnica fílmica (“raccord”, montagem paralela, “flash back”, fusões etc.).

raram mais: essa Primeira Guerra que ia –farapos moribundos do otimismo em retirada– ser “a guerra que terminará com todas as guerras” foi na verdade apenas um preâmbulo de algo muito pior). É, no rastro dessa Grande Guerra, a proliferação dos fascismos de variada estirpe. E é também a dessa outra “catástrofe” que ninguém havia previsto: a grande Revolução Russa. Ou seja: além do que se possa pensar sobre a sua história posterior, foi, para as classes dominantes cuja prosperidade sustentava “materialmente” o otimismo e o progressismo do século XIX, uma espécie de despertar para um pesadelo (“A História é esse pesadelo do qual não podemos despertar”, escrevia James Joyce naquele momento) em que os subsolos carentes das “classes perigosas” haviam saído à superfície como um vulcão em erupção, produzindo uma *fratura* profunda (e teremos que voltar sobre essa imagem da “fratura”) no que até então havia aparecido como a harmonia eterna sob o comando do Capital.

É nesse clima –“apocalíptico”, pode ser chamado– que a psicanálise cai como um raio, formando parte da mesma tempestade, para inflingir à humanidade sua famosa terceira ferida narcisista: o Eu (*moi*, na distinção lacaniana) não está no centro do sujeito, assim como a Terra não estava no centro do universo, nem o Homem no centro da criação, nem sequer da Natureza. Mais recentemente: a Modernidade já não gira ao redor do sujeito transparente, autossuficiente e consciente de si mesmo representado (de forma um pouco reducionista, é verdade) pelo *cogito* cartesiano. Não, o sujeito está tão quebrado, tão partido, tão *fraturado* como a própria Modernidade. Justamente sobre isso existiram vozes de advertência enérgicas, profundas ao longo de todo o autocomplacente século XIX: Marx, Kierkegaard ou Nietzsche haviam indicado as *outras* “fraturas” que se aninhavam nas próprias raízes do otimismo “positivo”: fraturas na sociedade, na subjetividade ético-religiosa, na “genealogia

da moral”. Foram tão somente os pioneiros de uma suspeita cada vez mais estrepitosamente proclamada: a “Razão”, esse *logos* unitário, harmonioso e sabichão, que acreditávamos ter sob controle, ou se dissolvia em uma conflagração, ou pelo menos se apresentava como um campo de batalha onde nada estava decidido antecipadamente. “O sonho da razão engendra monstros” havia arriscado, antes de todos eles, o grande Goya (afirmação inquietantemente ambígua, pelo menos em castelhano e em português: é quando a razão *dorme* que se despertam os monstros, ou eles são rebentos das *ilusões* da razão?). Em todo caso, nos rastros da luta de classes de Marx ou da oposição *apolíneo/dionísio* de Nietzsche, as novas filosofias e as teorias da cultura enfiaram o escalpelo para a derrocada da confiança no *logos*. Simmel falava da *tragédia da cultura* (algo mais do que um simples “mal-estar”⁵), Max Weber, do conflito entre *racionalidade formal* e *racionalidade substancial* (Adorno e Horkheimer, duas décadas depois, incorporando Marx, Freud e Nietzsche, traduzirão isso como *racionalidade instrumental* e *racionalidade material*), o jovem Lukács verá a cultura moderna como a tentativa necessariamente fracassada de recuperar uma “totalidade orgânica” perdida para sempre, Walter Benjamin lerá os novos impulsos revolucionários em chave messiânico-apocalíptica, Heidegger começará a criticar a “essência da técnica” como responsável por um “esquecimento do Ser” e até a pacífica História da Arte se verá em convulsão por conta das análises inéditas de um Aby Warburg que mergulha por trás do harmonioso e racional equilíbrio renascentista para encontrar toda classe de *monstros* à espreita.

Repitamos: a psicanálise nasce desse ventre tumultuado, rasgado. Daí seu radical valor de *sintoma*: a humanidade está, literalmente, quebrada. Imersa em um conflito insolúvel, sem saída. Convém reter uma palavra que, a propósito de Simmel, apareceu anteriormente: *tra-*

5. Não estamos minimizando a expressão célebre de Freud. O que estamos dizendo é que o título desse texto, *O mal-estar na cultura*, talvez merecesse ser traduzido como *A cultura como mal-estar*.

gédia. De fato, se algo pode definir a substância última *do trágico*, é isto: um conflito que não tem solução possível, como ilustrou de forma insuperável Sófocles em sua *Antígona*, com relação à contradição entre a Lei do sangue e a Lei da *pólis*. E será, de novo, pura casualidade que os três grandes “mestres da suspeita” – Marx, Nietzsche e Freud – tenham permanentemente como horizonte de referência precisamente a *tragédia*, essa que se repete como farsa, que ameaça com o seu caos dionisíaco a elegância apolínea, que coloca em cena o parricídio e o incesto como condição “cultural” da subjetividade? Isso é a “nova cultura”, e isso é também o novo *sujeito dividido* introduzido pela psicanálise, como marca da época que, agora sabemos, apesar de não poder ter sido “descoberta” em nenhuma *outra* época, projeta-se ao humano *ser-aí* como tal: o que, para dizê-lo com o primeiro Sartre, introduz a *negatividade* no mundo.

Não se trata então, simplesmente, da relação da psicanálise com as ciências sociais/humanas. Trata-se de que a psicanálise veio contemplar uma dramática *mudança* no que poderíamos chamar de a *imagem* do humano-social. As ciências sociais/humanas já não podiam permanecer incólumes (apesar de Deus saber que tentaram e às vezes continuam tentando): entre os extremos da rejeição virulenta ou da aceitação acrítica (ainda que sempre incômoda) da psicanálise, os infinitos matizes possíveis tiveram que acusar o impacto.

3

Nas marchas e contramarchas posteriores a esse processo, apareceram como os mais aptos para tentar um conflituoso –quase dizemos “neurótico”– vínculo com a psicanálise: o marxismo e a antropologia (que por sua vez pode ou não ser marxista). Vejamos os dois separadamente.

Os equívocos da articulação marxismo/psicanálise (do *freudo-marxismo* de Wilhelm Reich ou Erich Fromm à luta de classes interpretada no código Eros/Thanatos de Marcuse) já são

lendários e até motivo de jocosa ironia. Sem que nos somemos ao coro de sarcasmos sobre essas tentativas às vezes heroicas, é necessário dizer que seu erro central veio de uma pressa excessiva de assimilar *conteúdos* radicalmente heterogêneos: foi necessário forçar até o limite a verossimilhança teórica para “demonstrar” uma homologação entre a energia revolucionária e as pulsões sexuais, e coisas desse (supérfluo) estilo. A algo posterior Escola de Frankfurt (Benjamin, Adorno e Horkheimer, em particular) tentou essa colaboração de modo mais produtivo, recuperando com profundidade crítica o momento de *dilaceramento* subjetivo-cultural, apesar de não estar isenta das suas próprias “aplicações” ocasionais. Foi preciso chegar o diálogo –explícito ou implícito– Althusser/Lacan para que se começasse a suspeitar que a articulação, se era possível, devia ser pensada do lado da *lógica operacional* que ambos discursos teóricos colocavam em jogo.

Esquemáticamente:

- a) são os dois únicos discursos da modernidade cuja “verdade” teórica é absolutamente indissolúvel da sua *prática*: para recordar a equação althusseriana, a *prática teórica* duplica-se em um *teoria da prática*;
- b) essa *prática-teoria* é, em ambos casos, “coletiva”. Isso é mais do que óbvio no caso do marxismo, mas deveria sê-lo também para a psicanálise, se não fosse pelos já aludidos preconceitos “individualistas”: a clínica é um (pelo menos) *entre-deux* que já “fazem massa”;
- c) ambos remetem, como dizíamos, a uma *fratura constitutiva* do real: luta de classes na sociedade, divisão do sujeito; e tanto o *sujeito coletivo* marxiano como o *sujeito falho* (como quem fala da “Falha de Santo André”) freudiano são, claro, um desmentido ao autocontrolado, primeiro e ahistórico sujeito “cartesiano”;
- d) ambos, portanto, sem que possam ser reduzidos a uma *identidade*, são análogos no que nos permitimos chamar de seu *modo de produção* (não exatamente

- de um “saber”, mas sim, mais propriamente, dos seus “efeitos de verdade”, novamente inseparáveis da sua *ação* sobre a realidade): para ambos, a *transformação* da realidade é condição da sua *interpretação* (qualquer psicanalista poderia aprovar essa célebre Tese XI sobre Feuerbach de Marx);
- e) em ambos, a *lógica* da interpretação procede do mesmo modo: mediante o que Althusser chamou de *leitura sintomática* –como podemos lembrar, Lacan não se privou de uma *boutade* a propósito da invenção, por Marx, da teoria psicanalítica do sintoma: bastaria, para comprovar isso, uma leitura paralela da famosa análise marxiana do *fetichismo da mercadoria* e o artigo de Freud sobre *Fetichismo* (1927/1972a). Ali se veria a extraordinária analogia dos dois raciocínios, ao concluir que tanto a sociedade capitalista como o equilíbrio psíquico do sujeito dependem de um “autoengano” que sustenta, no imaginário, a “realidade” simbólica;
- f) ambos convergem, a partir das suas próprias e incomensuráveis perspectivas, para o exame do que a linguagem hegeliano-marxista invocaria como *alienação* (ou “alheamento”, ou “coisificação”, segundo o caso): em Marx, o trabalho humano, e, em Freud, o “processo primário” do Inconsciente –e Freud, lembremos, não deixava de falar do *trabalho* do sonho, por exemplo– não é *reconhecido* em seus produtos, de modo que eles (como no caso da mercadoria-fetice) se apresentam à consciência como se dissésse-
- mos de *fora*, com frequência de modo ameaçador, “fantasmático”, “sinistro” etc.; e, aliás, esse tema é também um ponto de cruzamento não só entre psicanálise e marxismo –especificamente o chamado *marxismo ocidental*, de Lukács em diante, incluindo de novo a Escola de Frankfurt–, mas sim também de ambos com o “existencialismo”, particularmente o de Sartre, com sua indagação sobre a não menos fantasmática experiência da “náusea”, enquanto, justamente, *estranhamento* do sujeito frente à realidade, frente a uma *facticidade* absurda, incompreensível e ameaçadora (passível de ser relacionada, por sua vez, com certos aspectos da literatura de Kafka).⁶
- g) conseqüentemente, a partir de tudo o que foi apresentado, o lugar *específico* (não o único, mas sim o mais qualificado) da eficácia da psicanálise para o marxismo é o de uma *teoria crítica da ideologia*, desligada das ingenuidades do “marxismo vulgar” (por exemplo: o que pode querer dizer o conceito de *falsa consciência* depois de Freud?). Nesse terreno, é bom reconhecer que avançou-se muito nas últimas décadas, como pode ser visto, entre outros, nos trabalhos sobre o tema de autores como Slavoj Žižek ou Fredric Jameson (que teve a audácia teórica de falar de um *inconsciente político* da cultura).

Quanto à antropologia, suas relações ambivalentes com a psicanálise são bem precoces (e o primeiro passo, desde já, foi dado por Freud,

6. Obviamente, não nos escapa que Sartre opôs sérias “resistências” –valha a expressão– à psicanálise freudiana, ao ponto de propor sua própria psicanálise existencial (nome que não deixa de ser uma homenagem deslocada), que abriu espaço em seu momento a uma nada desprezível escola, especialmente na corrente antipsiquiátrica de Laing, Cooper, Basaglia et al. Por outro lado, não se deve esquecer o “amoroso” roteiro cinematográfico que dedicou às investigações do “jovem” Freud (e que o grande diretor John Huston recortou e deformou, desconsideradamente, fazendo com que Sartre retirasse seu nome dos créditos) e, mais importante, o uso sistemático de pelo menos certas categorias psicanalíticas em suas grandes biografias filosófico-literárias (o Baudelaire, o Rimbaud, o Mallarmé, e sobretudo as monumentais obras sobre Genet e Flaubert), para não mencionar sua própria e magistral autobiografia, *As palavras*. Por outro lado, já no famoso capítulo sobre a “má fé” em *O ser e o nada*, é possível ver como esse conceito aproxima-se, por um lado, do inconsciente freudiano e, por outro, do mecanismo ideológico no sentido de Marx.

pelo menos desde *Totem e tabu*, de 1913). Novamente, os claros-escuros desse interesse mútuo adquirem todos os tons possíveis: desde as críticas do denominado “relativismo cultural” ou do funcionalismo de Malinowski – centradas sobretudo na postulação freudiana de uma universalidade do Édipo, quando na verdade trataria-se nesse “complexo” da configuração familiar moderno-burguesa ou, ainda de modo mais específico, do patriarcalismo vitoriano-vienense etc. – até as “aplicações” interessantes, mas, em geral, desviadas de Geza Roheim às sociedades “arcaicas” das hipóteses psicanalíticas sobre as neuroses ou à análise dos sonhos. Mas o verdadeiro, decisivo, ponto de inflexão será dado por Lévi-Strauss e sua antropologia “estruturalista”, já desde o final da década de 40, que, para dizer de modo vulgar, “enfia o pé na jaca” e muda radicalmente os termos da discussão: o *tabu do incesto* não tem nada a ver com a particularidade da família ocidental moderno-burguesa, porque nele não está em jogo tão somente o estreito “triângulo” familiar, senão a lógica muito mais vasta e abrangente das *estruturas de parentesco*. Nesse sentido, claro que o “Édipo” (compreendido antropologicamente como determinado pela proibição do incesto em sentido extenso: ou seja, o impedimento cultural de ter acesso sexualmente a *certos* sujeitos para poder ter acesso a *outros*) é claramente universal, e não poderia ser de outra maneira: em primeiro lugar, a proibição é o pretexto *negativo* para uma prescrição *positiva*, a da *exogamia*, que permite a circulação dos *partenaires* sexuais fora do círculo consanguíneo imediato (que, por sua vez, é definido de modos muito diferentes segundo cada sociedade), permitindo a “reprodução ampliada” tanto das existências biológicas como dos sistemas de alianças externas; nessa linha, o “Édipo” pode ser visto como um complexo *sistema de classificação* que organiza e legisla tacitamente aquele “intercâmbio”. Em segundo lugar, ainda que de modo mais “fundador”, o “Édipo”, mediante a cláusula negativa da proibição, opera a diferenciação *entre* e a passagem da Natureza à Cultura, e, enquanto tal, *gera* a

própria sociedade humana. Do ponto de vista (antropo)lógico que aqui se desenrola, então, carece de sentido o debate universalidade/particularidade: essa lógica não pode ser senão *universal*, apesar de expressar-se de maneiras muito diferentes nas sociedades particulares, e é uma lógica estritamente *inconsciente*. Conclusão: *Totem e tabu*, à sua maneira, tem total razão, apesar de que, claro, em Lévi-Strauss não encontramos (mais do que sob a forma de uma alusão muito tangencial e sem peso nenhum no núcleo da teoria) o inconsciente *pulsional* de Freud, mas sim um que é estritamente “cognitivo” (mais “kantiano” que freudiano, como em seu momento indicou Paul Ricoeur).

Por outro lado, a ideia lacaniana do “inconsciente estruturado como uma linguagem” faz-se notar – de forma quase nunca explícita, é verdade – em toda a obra lévistraussiana, e muito especialmente em suas análises da lógica dos mitos. Como é mais do que sabido, tanto em Lacan como em Lévi-Strauss cumpre um papel decisivo a linguística de Saussure, e muito especialmente a variante “fonológica” de Jakobson e Trubetskoy. As regras da linguagem são tão inconscientes como as de parentesco e agem além da vontade dos sujeitos falantes. O discurso mítico (e, por extensão, o ideológico), diríamos que também o “estruturado como uma linguagem”, é até certo ponto *autônomo* dos sujeitos que o reproduzem: “Os mitos se pensam entre si *através* dos sujeitos”, disse, celebrenmente, Lévi-Strauss, para escândalo de muitos “consciencialistas”, e inclusive *produzem* seus próprios sujeitos. Nesse sentido, os mitos não são “mentiras”: muito pelo contrário, sintomatizam uma profunda *verdade* da cultura, a saber, a necessidade de o “espírito” humano criar universos imaginário-simbólicos que lhes permitam um intercâmbio não terrífico com o *real*. O mito é uma *formação do inconsciente* (sempre na acepção lévistraussiana dessa palavra) que afeta, para o bem ou para o mal, junto aos rituais com que se articula, e tanto como as estruturas do parentesco, a organização e o próprio funcionamento das sociedades.

Depois de Lévi-Strauss, a psicanálise continuou a surtir efeitos em outras correntes da antropologia, de forma muito notória, por exemplo, nesse antropólogo extraordinariamente original e criativo que é Michael Taussig –em que Freud e Lacan aparecem como fontes teóricas junto a Benjamin, Bataille etc.– bem como nesse também originalíssimo historiador e antropólogo da arte “post-warburgiana”, Georges Didi-Huberman, cuja leitura parapsicanalítica de Warburg devolveu esse mestre ao lugar *inquieta*nte que lhe corresponde nos estudos estéticos. A interface psicanálise-antropologia-linguística abriu espaço também para ricas indagações na teoria e na crítica poética-literária, especialmente na França (Barthes, Genette, Kristeva, Sollers, Macherey etc.).

Mas onde essa influência se tornou mais questionável foi nos *cultural studies* anglo-saxônicos e nessa “nova onda” das últimas duas ou três décadas, autodenominada teoria *pós-colonial* (com sua “santíssima trindade” formada pelos nomes de Edward Saïd, Homi Bhabha e Gayatri Spivak). Apesar de haver produzido obras não isentas absolutamente de interesse em seu posicionamento de denúncia dos rastros do colonialismo na cultura, e fez isso com uma altíssima sofisticação teórica, na nossa opinião seu recurso à psicanálise –quase exclusivamente em sua vertente lacaniana– é excessivamente permeado pela filosofia pós-estruturalista de autores iniciados *em*, mas afastados depois *da* psicanálise (Foucault, Derrida, de forma secundária, Deleuze e Guattari): o resultado, apesar de poder ser apreciado em outros terrenos, é que esse “ecletismo” redunde em uma concepção do sujeito subordinada às ideias de “dispersão”, “disseminação”, “rizoma”, “multiplicidade”, e assim por diante. Ou seja: termina-se perdendo o núcleo duro psicanalítico do sujeito como *dividido* (“fraturado” ou “falho”, como o chamávamos anteriormente) e, dessa maneira, “dispersa-se” também o *conflito fundador* que em seu momento alinhava a psicanálise com as correntes de pensamento profundamente *críticas* sobre as quais estivemos falando. O já mencionado Slavoj Žižek

fez, para nosso gosto, a crítica mais rigorosa sobre essa perspectiva, observando como essa multiplicação *ad nauseam* das diferentes “subjetividades” –na celebração dos “multiculturalismos”, por exemplo–, apesar de, em um sentido, expressar realidades inegáveis e politicamente dignas de atenção, por outro, corre o risco de perder de vista, tanto teórica como politicamente, aquelas *fraturas* básicas – a luta de classes, a divisão do sujeito– sobre as quais construir uma transformação verdadeiramente *radical* da realidade.

4

Entramos em águas mais escuras, e ainda turbulentas. Há duas “zonas” do saber humanístico onde a referência –ou melhor: a surda *invocação*– à psicanálise, quando existe, reveste-se de uma confusa problematidade. A primeira delas é o que se convencionou chamar de *teologia política*. Vale dizer, nos termos mais genéricos possíveis, a reflexão sobre os conteúdos “inconscientemente” políticos da teologia, ou os teológicos da filosofia política. O autor que consagrou essa denominação no primeiro terço do século XX (ou seja, como parte do pensamento da *crise* que descrevíamos: e, de fato, a teologia política do século XX é contemporânea da chamada *teologia da crise* de Karl Barth ou Von Balthasar, entre outros) foi, como se sabe, o grande jurista e teórico político Carl Schmitt. Ou seja: a teologia política *moderna* (já que não é um invento do século XX) tem uma idiosincrasia originária decididamente de direita (Schmitt, como também é notório, foi um pensador filonazi, apesar de logo ter “problemas” com o regime, da mesma forma que Heidegger). No entanto, nas últimas décadas, veio sendo desenvolvida uma teologia política “de esquerdas”, sob o influxo parcial de pensadores marxistas muito heterodoxos interessados nas questões teológicas, como Walter Benjamin ou Ernst Bloch (ambos certamente contemporâneos de Carl Schmitt e que souberam manter um diálogo ríspido,

mas respeitoso com o jurista alemão). Inclusive autores marxistas “heréticos” da atualidade, como os mencionados Žižek e Badiou (na escola italiana, poderíamos recordar Giorgio Agamben, Massimo Cacciari, Gianni Vattimo e Roberto Esposito), incursionaram nesse terreno, interessando-se de forma bem significativa pela figura *fundadora* de Pablo de Tarso, verdadeiro “inventor” do cristianismo em um sentido originário de *ruptura* radical com a Lei vigente. Não é este o lugar –nem teríamos a competência suficiente– para abordar detalhadamente os prós e os contras dessa complexa e certamente fascinante corrente de pensamento. Basta dizer para o momento que, tratando-se, nesses últimos casos, de autores do último terço do século XX, mal poderiam ter se separado da influência da psicanálise. Mais uma vez, trata-se mais de Lacan do que de Freud, pela simples razão de que Freud –apesar do significado objetivamente “revolucionário” da sua nova teoria– ainda estava imbuído parcialmente de uma forte antirreligiosidade “cientificista” (o que obviamente não lhe impediu de se ocupar intensamente do tema religioso), ao passo que Lacan, sem que seja possível qualificá-lo indiscutivelmente como “crente”, mergulha com maior despreconceito nos “efeitos de verdade” da religião e da teologia, em sua opinião inclusive eficazes para entender a problemática do nó Real-Imaginário-Simbólico (lembremo-nos do seu famoso e enigmático enunciado: “Deus... é Inconsciente”, bem como das suas reflexões sobre a perda da simbolicidade produzida pela tecnociência moderna – um dos pontos de encontro de Lacan com Heidegger– e do conseqüente e surpreendente regresso do religioso no século XX, como retorno a alguma forma de transcendência).

E já que antes discutimos a relação psicanálise/marxismo e acabamos de mencionar que muitos dos novos “teólogos políticos” reconhecem-se pelo menos próximos de certos aspectos do marxismo, convém também recordar que Marx insistia que a crítica da política devia começar pela crítica da religião (algo que Freud sem dúvida poderia ter endossado) e que com

frequência utilizou em seus textos metáforas de origem “teológica” (ao falar, por exemplo, do *feticchismo* da mercadoria, ou ao qualificar o capitalismo como *religião da mercadoria*). Tudo isso cria –de forma igualmente fascinante– ambigüidade: apesar de que, sem dúvida, Marx e Freud são figuras substancialmente “ateias” que quiseram realizar uma impugnação demolidora dessa “*ilusão sem futuro*” (palavras de Freud), não é menos certo que seu profundo interesse no tema permite considerá-los uma espécie de “pais terríveis” de pelo menos *certo* pensamento teológico-político. Pois bem: o enfoque quase excludente da nova teologia política na posição *aparentemente* menos “suspeita” frente à religião de Lacan (ainda que descansando-se, em alguns casos, na tradução à linguagem apocalíptica-revolucionária do “messianismo” benjaminiano) dá a impressão às vezes de correr o risco de, em boa medida, *anular* o criticismo antirreligioso freudiano, tirando novamente de vista o aspecto ricamente *conflituoso* do problema. Como dizíamos, não temos aqui espaço para desenvolver adequadamente essa questão difícil e de todos os modos é algo que está em pleno desenvolvimento hoje mesmo. Veremos onde vai.

A outra “zona” à qual nos referíamos no início desses parágrafos é ainda mais difícil –quase nos atreveríamos a dizer: mais “angustiante”– de abordar. De certo modo, está vinculada a outra das “novidades” do pensamento e da teoria política e social, a chamada *biopolítica*, ou às vezes *biopoder* –o nome de batismo, até onde sabemos, é de autoria de Foucault e foi retomado especialmente pelos já citados Agamben e Esposito, e, à sua maneira, por Toni Negri–, ou seja, a reflexão crítica a propósito de um Poder exercido diretamente sobre a administração, e inclusive a *conformação*, dos corpos e do *bios*, a Vida como tal. Isso está longe, logicamente, de constituir uma grande novidade para a psicanálise, pelo menos no que se refere à sexualidade em sentido amplo e, mais ainda, à relação com a cultura no âmbito do “combate” entre as pulsões *eróticas* e as *tanáticas* nesse outro grande “mito científico” freudiano que se chama *O mal-estar na cultura*.

Pois bem: essa questão remete a algo anterior, e é o canônico *pessimismo* freudiano (e, obviamente, também laciano) com relação às possibilidades de uma transformação profunda da “natureza humana” (se é que existe tal coisa: e em certo sentido, para a psicanálise, *sim*, existe). Na perspectiva de Freud, parece não haver muitas alternativas para a Cultura: ou ela não tem alternativa senão reprimir as pulsões “tanáticas” mais destrutivas, que a longo prazo levariam à autoaniquilação da humanidade, ou deve dar a elas livre curso e apostar –com possibilidades de sucesso muito reduzidas– que saibam se deter antes do apocalipse final (recorremos outro célebre enunciado de Freud: “A satisfação plena do desejo é sinistra”). Claro que isso não tem por que levar a uma posição ideologicamente *repressiva* –o próprio Freud estava longe de ser um socialista revolucionário ou um ácrata “libertário”, mas estava ainda mais longe de qualquer conservadorismo reacionário–, e muitos dos autores que citamos (de forma muito notória, Herbert Marcuse, bem como, entre nós, León Rozitchner, ainda que por uma perspectiva muito diferente) fizeram esforços enormes para diferenciar as formas constitutivamente “necessárias” de repressão das que correspondem às sociedades historicamente concretas e ao exercício do poder sobre os setores oprimidos.

A discussão, no entanto, continua aberta e, por vias mais ou menos indiretas, está vinculada à provocação (não apenas) pós-moderna sobre a “morte do Homem” e a dissolução das fronteiras entre o “social” e o “natural”. Já em meados da década de 60, e ao longo do seu cé-

lebre debate com Sartre no final de *O pensamento selvagem*, Lévi-Strauss propôs sua escandalosa hipótese com relação a que o fim último das ciências humanas devia ser o de voltar a dissolver a humanidade na química das circunvoluções cerebrais.⁷

Essa era, em primeiro lugar, uma afirmação epistemológica sem dúvida discutível, dirigida a amolecer a brecha entre as humanidades e as ciências mal chamadas “duras”.⁸

Mas era também uma advertência de ordem, se preferirmos, filosófica-antropológica: finalmente, a humana é *uma* entre as espécies viventes, que não deveria aspirar a uma superioridade dominante (para além das derivações “ecologistas”, aqui há uma convergência notável com postulações semelhantes de Heidegger e da Escola de Frankfurt com relação ao tema de um *antropocentrismo* onipresente tipicamente moderno, que está na base dos impulsos de dominação): no final das contas –é um chamado mínimo à “modéstia”–, o Universo se virou durante milhões de anos sem o Homem, e não se vê por que não poderia continuar o seu caminho sem ele. E não é possível deixar de escutar aqui a ressonância de certas ideias freudianas sobre a pulsão de um retorno ao “sentimento oceânico” anterior ao nascimento e à diferenciação sexual. Como quer que seja, foi *depois* dessa bomba relógio lançada por Lévi-Strauss que apareceram as ideias sobre “a morte do Homem” (e, portanto, sobre a contingência efêmera das ciências sociais/humanas) em autores como Foucault e outros. E nos últimos quatro ou cinco anos, sempre no

7. Contrariamente ao que pode parecer à primeira vista, essa ideia não é contraditória com a hipótese da proibição do incesto como “umbral” diferenciador entre Natureza e Cultura. Em *As estruturas elementares do parentesco*, Lévi-Strauss já havia esclarecido que se tratava justamente de um umbral –ou, se preferirmos, da “dobradiça” de uma porta–: ou seja, algo que ao mesmo tempo separa e articula dois espaços. Para maior clareza, ali diz que a proibição do incesto indica o que já existe de cultura na natureza e o que ainda existe de natureza na cultura. No último capítulo de *O pensamento selvagem*, pois, o autor não faz mais do que voltar a essa questão, enfatizando agora a possível “reversibilidade” da cultura à natureza.

8. Não podemos evitar recordar aqui uma engenhosa brincadeira de Emilio de Ipola, quando dizia que não só existem ciências “duras” e “moles”, mas também ciências “al dente”. Ele se referia, se entendemos bem, a disciplinas como a linguística, que possivelmente é a mais “matematicamente” formalizada das ciências sociais/humanas. Mas a brincadeira tem outro alcance paradoxal: o fato é que as ciências exatas e naturais (as “duras”) vêm amolecendo progressivamente desde coisas como a teoria da relatividade, o princípio de indeterminação ou a física quântica, ao passo que as ciências sociais tradicionais (a sociologia, de forma muito clara) se conservam em uma tolice bastante rígida.

campo da antropologia, apareceram pelo menos duas obras de grande importância – *O fim da exceção humana*, de Jean-Marie Schaeffer, e *Para além de natureza e cultura*, de Philippe Descola – que, sem perder seu espírito lévi-straussiano, denunciam as influências do profundo pessimismo freudiano.

Seria fácil, muito fácil, despachar alegremente essas advertências, especialmente a partir de um (forçoso?) otimismo progressista, marxista ou em geral “de esquerdas”, que confiasse cegamente na transformabilidade para melhor das sociedades e da humanidade como tal. Uma coisa é – como acreditamos que se deve fazer – alojar-se nessa “aposta pascaliana” que não renuncia à luta contra a exploração, a injustiça, a destruição do humano no altar sacrificial da renda do Capital etc. Outra muito diferente é esconder a cabeça como um avestruz frente aos problemas muito sérios que – juntemo-nos a eles ou não – propõe o famoso e/ou infamatório “pessimismo” psicanalítico. No final das contas, o panorama histórico do último século – duas guerras mundiais, governos totalitários com apoio de massas, genocídios sem precedentes, massacre dos povos coloniais, Hiroshima e Nagasaki (e hoje mesmo Palestina, Iraque, Afeganistão, a metade da África), degradação e colapso dos “socialismos reais” que haviam despertado enormes esperanças em “outro mundo” para milhares de milhões de pessoas e, em geral, degradação de todo o humano sob o império das mercadorias e das finanças –, por mais que possamos encontrar todo tipo de explicação econômica e política para esses processos, não oferece muito fôlego para um otimismo irresponsável que desconsidere placidamente o pessimismo psicanalítico, apesar de que insistiremos que isso não pode ser uma desculpa para a resignação (pessimismo da inteligência/otimismo da vontade, para repetir um hiperútil *dictum* do muito marxista Antonio Gramsci). Conviria sempre procurar reunir coragem intelectual suficiente, dentro do espírito do trágico ao qual aludimos antes, para olhar essa Górgona de frente.

Anteriormente, defendíamos que a psicanálise, longe de ser passível de uma relação forçada com as ciências sociais/humanas, pertencia por direito próprio ao mesmo terreno. Sem que nos desmintamos sobre essa convicção, no entanto, e depois de tudo o que dissemos, é o momento de corrigir, ou de pelo menos matizar seriamente tal afirmação. Digamos assim: a psicanálise se coloca frente às (tradicionalmente denominadas) ciências sociais como um *Outro...* do Mesmo. É como uma *clivagem interna* – uma *banda de Moebius*, se preferirmos – das ciências sociais e das humanidades, que as confronta com um *limite interno* (quase nos atreveríamos a abusar do jargão dizendo: indica-lhes seu ponto de “castração”) que elas parecem não estar (ainda?) preparadas para atravessar. A hipótese do Inconsciente, e todos os abismos insondáveis que a partir dela se abrem para a análise da “subjetividade” – coletiva ou individual que seja –, é, apesar das tentativas às vezes extraordinárias que comentamos, uma “pedra dura” para uma “cientificidade” que resiste ao seu próprio questionamento – que resiste, se preferirmos dizer como Lacan, a que o mero *saber* não é uma garantia para chegar à *verdade*, enquanto ela é produto de uma *práxis*, e não da pura abstração teórica –, apesar de ter suas forças tradicionais cada vez mais debilitadas e corroídas.

Desnecessário dizer que as “neurociências” e similares não são uma alternativa plausível, não importa qual seja a sua eficácia em seu território particular: a “dissolução na química das circunvoluções cerebrais” é uma metáfora poética para *outra coisa*, como vimos; levá-la a sério como saída para os problemas humanos é um irrisório despropósito.

Será que as ciências sociais poderão estar à altura da sua própria crise – porque *estão* em crise, não há que escondê-lo: a sociologia, a antropologia, não digamos já a economia ou a ciência política, literalmente *não sabem para onde correr*, independentemente do admirável

trabalho de alguns dos seus adeptos? Será que a psicanálise, esse Outro do Mesmo, poderá ser um “corretivo” para as suas *insufi*/ciências? Será que o marxismo poderá sê-lo, que, ao seu próprio modo, compartilha com a psicanálise essa *diferença irreduzível* entre Saber e Verdade? Pode ser, mas tudo depende, como teria dito Sartre, não do que o mundo fez conosco, mas sim do que nós formos capazes de fazer com isso que nos fez –incluindo, nessa “capacidade”, a de fazer algo *mais e melhor* com coisas como a psicanálise e o marxismo. E sobretudo depende do que for capaz de fazer o próprio mundo, a própria sociedade cuja “ciência” nos empenhamos em fazer. Porque –citando agora nosso recordado León Rozitchner–, quando a sociedade não sabe o que fazer, a ciência não sabe o que pensar. Estamos nisso.

Referências

- Althusser, L. (1983). *Freud y Lacan*. México: Siglo XXI.
- Badiou, A. (2009). *Saint Paul: La fondation de l'universalisme*. Paris: PUF.
- Benjamin, W. (1971). *Escritos escogidos*. Buenos Aires: Sur.
- Bloch, E. (2008). *El principio esperanza* (Vol. 1). Madrid: Trotta.
- Descola, P. (2012). *Más allá de naturaleza y cultura*. Barcelona: Gedisa.
- Didi-Huberman, G. (2008). *L'image survivante*. Paris: Minuit.
- Freud, S. (1972a). El fetichismo. In *Obras completas* (Vol. 8, pp. 2993-2966). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (1972b). El malestar en la cultura. In *Obras completas* (Vol. 8, pp. 3017-3066). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1972c). Psicología de las masas y análisis del yo. In *Obras completas* (Vol. 7, pp. 2563-2610). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1972d). Tótem y tabú. In *Obras completas* (Vol. 5, pp. 1745-1850). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1913)
- Foucault, M. (1975). *La arqueología del saber*. México: Siglo XXI.
- Heidegger, M. (2007). *La pregunta por la técnica*. Barcelona: Folio.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. (1969). *Dialéctica de la ilustración*. Buenos Aires: Sur.
- Jameson, F. (1989). *Documentos de cultura, documentos de barbarie*. Madrid: Visor.
- Lacan, J. (1971). *Escritos I*. México: Siglo XXI.
- Lacan, J. (1986). *Le séminaire, livre VII: L'éthique de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- Lévi-Strauss, C. (1970). *Antropología estructural*. Buenos Aires: Eudeba.
- Lévi-Strauss, C. (1971). *El pensamiento salvaje*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Lévi-Strauss, C. (1972). *Las estructuras elementales del parentesco*. Buenos Aires: Paidós.
- Lukács, G. (1970). *El alma y las formas: Teoría de la novela*. Madrid: Grijalbo.
- Marcuse, H. (1969). *Eros y civilización*. México: J. Mortiz.
- Marx, K. (1983). *El capital*. México: Siglo XXI.
- Nietzsche, F. (1982). *El nacimiento de la tragedia*. Madrid: Alianza.
- Ricoeur, P. (1970). *Freud: Una interpretación de la cultura*. México: Siglo XXI.
- Roheim, G. (1968). *Psicoanálisis y antropología*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rozitchner, L. (1984). *Freud y los límites del individualismo burgués*. México: Siglo XXI.
- Sartre, J.-P. (1964). *El ser y la nada*. Buenos Aires: Losada.
- Schaeffer, J.-M. (2007). *La fin de l'exception humaine*. Paris: Gallimard.
- Taussig, M. (1980). *The devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Weber, M. (1966). *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Žižek, S. (1989). *El sublime objeto de la ideología*. México: Siglo XXI.

O design do Eu



Depois de terminar o breve texto que você agora vai ler, percebi que o convite para falar sobre design numa revista de psicanálise havia provocado em mim um resultado curioso. O que você vai encontrar a seguir não é uma reflexão linear, com começo, meio e fim, mas uma soma de pequenos insights e divagações. Algo entre a prosa fragmentária e o aforismo. Vejo, e quis ressaltar isso aqui, que a psicanálise e esse convite me colocaram em um lugar muito particular: em um divã.

É daí que falo.

*Um homem se propõe a tarefa de desenhar o mundo.
Ao longo dos anos, povoa um espaço com imagens de províncias,
de reinos, de montanhas, de baías, de naus, de ilhas, de
peixes, de moradas, de instrumentos, de astros, de cavalos e
de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente
labirinto de linhas traça a imagem de seu rosto.”*

Jorge Luis Borges

Co mo apresentar, em síntese, a um outro público, a visão de quem vive, pratica e pensa o design? Como fazê-lo de forma que possam ser de algum uso as pontes que cada um de vocês fará entre essas duas disciplinas, unidas pela dimensão humanística e talvez mais próximas do que um primeiro olhar possa indicar?

Lembro-me, para começar a me entregar a essa reflexão, de um evento do qual participei, um congresso internacional de design, em que o presidente da instituição anfitriã, na abertura cerimonial do evento, começou assim sua fala: “*Designers são pessoas que, tendo dificuldade de se expressar com palavras, decidiram desenhar*”. Ficam evidentes a ironia e o artifício de que ele se serviu para, reduzindo a expectativa, fazer, logo em seguida, um lindo discurso sobre nossa profissão e a responsabilidade que nos compete assumir como agentes transformadores da e na sociedade.

* Designer gráfico.

“Dediquei quatro anos para pintar como Raphael,
mas uma vida inteira para pintar como uma criança.”

Pablo Picasso

Desenhar, lembremos, é nosso primeiro impulso de expressão e a manifestação embrionária de uma *interioridade*. Cada um de nós, quando criança, desenhava antes de escrever e antes de ser educado para a linguagem oficial de comunicação, essa que uso agora. A maioria de nós, nesse momento, abandona o desenho e, com ele, uma dimensão mágica, rica de sentidos e significados que só o desenho como linguagem pode oferecer.

Esses primeiros rabiscos, ainda que pura pulsão, mas já com potência de “obra”, nascem como um *jogo lúdico e exploratório* de um Eu que se manifesta e transforma o mundo –um papel em branco no princípio–, pequeno campo de ação já carregado de significados e desafios, que irá se expandir para todo um universo a ser explorado ao longo da sua vida. Cada encontro com uma nova “folha em branco”, cada vez maior, recoloca a questão desse Eu que age no mundo e, a partir dessa ação, desenha e se desenha simultaneamente, testando e descobrindo limites, sabores, cores, potências, significados, sentidos, diferenças, emoções, tensões, contrastes e paixões.



Do desenho ao design acontece uma evolução de complexidade e território. O desenho, que era fim, passa a ser ferramenta, e um novo fim se apresenta: a vontade de pensar e transformar o mundo através da ação intelectual e prática sobre a matéria; exercício de imaginação e desenho de um novo mundo que acolha e se molde aos sonhos, desejos e necessidades de um homem sempre diferente e novo como o rio de Heráclito.

“A arte é feita para perturbar. A ciência tranquiliza.”

Georges Braque

O *design* foi, desde sempre, uma disciplina integradora e uma disciplina de fronteira. Na fronteira entre técnica e arte, com o desafio e a missão de democratizar o acesso ao belo, não apenas no sentido estético, mas também no ético. Incorporando o belo ao mundo da reprodução industrial e da máquina, o *design* carrega em seu ventre a vocação para a busca da *harmonia*. Não só a harmonia da forma, mas também a harmonia de conteúdos, integrando arte e ciência, ética e estética, razão e emoção, eficiência e poesia, ergonomia e sedução, o Eu e o Outro.

“O que tento lhe traduzir é mais misterioso, enreda-se nas raízes mesmas do ser, na fonte impalpável das sensações.”

Cézanne

rente Diante do desafio de desenhar *o que ainda não existe*, movido por uma intenção e pela capacidade de imaginação, o *designer* inicia esse embate com a matéria, num diálogo com a página em branco onde, percebo, uma alternância de estado entre ator e espectador se processa e, a cada gesto, deixando-se levar pelo *acaso instrumentado*, numa espécie de *presença ausente*, esse *sujeito* age e observa para materializar, ao longo dessa dança e desse diálogo com o papel, um resultado e um *objeto*. *Objeto* que se desenha e é desenhado ao mesmo tempo, revelando-se e surpreendendo até mesmo seu autor.

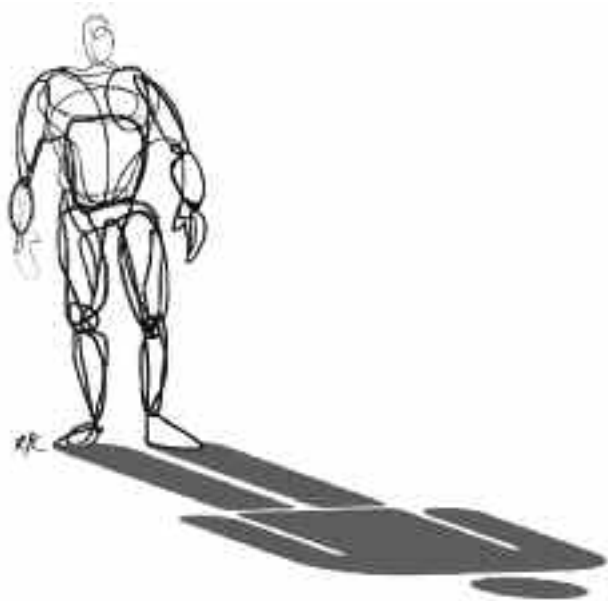
É na forma do objeto que se revela o conteúdo do sujeito.

A estética é a face visível do espírito.

Assim, se educados para saber ler tudo o que se inscreve na matéria por um sujeito que sonha e deseja, quem sabe não pudéssemos ler também ali o que vai escrito no seu inconsciente, e que se manifesta no gesto criativo como *obra* e como *marca*.

“Para aqueles que sabem como ler, eu pintei minha autobiografia.”

Picasso



Design e mercado: onde começa um desenho?

“Nada é belo, só o ser humano: nessa pequena entidade ingênua mora toda a estética, essa é a primeira verdade sobre a estética. Mas adicionemos a ela, imediatamente, uma segunda: nada é feio, a não ser o ser humano degenerado. O território do juízo estético fica, assim, delimitado.”

Friedrich Nietzsche

Avancemos agora para uma dimensão prática: o exercício do design gráfico –meu mundo– e sua relação com o mercado.

Comunicar é da natureza de todo design. A roupa que usamos fala. Os objetos que escolhemos e que ambientam nossa casa falam. A arquitetura de nossa cidade fala.



Uma área em especial do design, o design gráfico, dedica-se essencialmente a comunicar, e é hoje parte importante e anônima da vida na cidade.

Na embalagem da água, no jornal, nos livros, na sinalização do metrô, na tela do computador, no menu do restaurante, na etiqueta da roupa, na bula do remédio, no cartaz do teatro, na marca das empresas, na identidade de todo serviço e produto está o território do design gráfico. Uma prática que existe para diferenciar, organizar, hierarquizar, indicar, informar, sinalizar, facilitar, simplificar, estruturar, harmonizar, economizar, identificar, embelezar. Enfim, para produzir uma série grande e sutil de milimétricas e significativas diferenças.

Num contexto de profusão de mensagens, como acontece na cidade, a identidade e a clareza de toda informação que nos chega mediada pelos símbolos, o vocabulário dominante do homem urbano, devem ser cuidadosamente planejadas e desenhadas para servir ao cidadão.

Vivemos hoje numa dinâmica de organização social que se estruturou em torno de *corporações* –entidades produtivas baseadas na lógica da especialização por competências. A grande maioria das pessoas está vinculada a uma empresa e é lá que vai construir sua vida profissional. A realidade e a dinâmica da vida na cidade acabam por fazer com que nesse mesmo ambiente, entretanto, aconteçam as grandes experiências afetivas desse indivíduo. É lá que ele vai desenhar e realizar seu projeto de vida, fazer amigos, aprender a lidar com o outro, namorar, casar, sofrer, celebrar e sonhar.

Essas corporações são identificadas e reconhecidas por nós através de suas *marcas*. Nós nos referimos a elas, muitas vezes, como “marcas”. É curioso perceber que sua atuação no mundo e sua identidade sejam associadas ao conceito de *marca*, aquilo que o homem deixa como sinal quando age no mundo. A evidência de uma presença e de uma essência.

Essa presença e essa essência são resultado de um complexo e delicado equilíbrio de valores. Valores práticos, como a qualidade técnica de seu produto, por exemplo, e valores humanos, como a razão de ser, a filosofia e a visão de mundo que os orientam.

Essa complexidade fez surgir um novo tipo de especialização dentro do universo do design gráfico –o design estratégico– e uma nova área de conhecimento, batizada de “*branding*”. Tecnicamente, a forma de entender, construir e gerenciar *valor de marca*.

E é nesse contexto que a psicanálise apareceu como inspiração e ferramenta na minha forma particular de ver e endereçar algumas das grandes questões envolvidas nesse tema amplo e fascinante.

“*Em uma criatura sensível, o que não é feito através de uma afeição não produz nem o bem nem o mal na natureza daquela criatura.*”
Shaftesbury, *Characteristics of men*

Como aconteceu isso?

Depois de muitos anos recebendo e *ouvindo* clientes que nos procuravam com demandas estéticas, comecei a questionar meu fazer:

“Filhos da sociedade de consumo que somos, pode ser que tenhamos nos afastado das nobres motivações pelas quais um homem sente que deve ‘falar’, através de sua obra.

Que marcas estamos deixando? O que buscam nossos clientes quando buscam um designer? Seremos cenógrafos de identidades? Decoradores de exteriores? Cabeleireiros de clientes? Maquiadores?”

Percebi então que essas demandas estéticas deveriam ser entendidas como um *sintoma*, como uma vontade de *falar melhor de si*. Uma oportunidade para a reflexão.



“Se o artista tem uma missão, acho que é a de melhorar a qualidade do desconhecido.”

Waltercio Caldas

O próximo passo, o mais difícil, foi ver e fazer ver que esse desafio não era apenas um desafio de forma, um “*como dizer*”, mas sim e antes de tudo um desafio de conteúdo, um “*o que dizer*”.

Na dinâmica de mercado, pressionadas pela competitividade globalizada e moldadas pelas diretrizes mercantilistas rasas, essas corporações acabaram se afastando das questões humanas essenciais e buscando solucionar na forma, na estética, a questão da *identidade* e da *diferença* de que tanto precisam para sobreviver, mas que não se constroem como cenografia (muitas vezes acabam sendo apenas isso...) e com uma estética encomendada.



“Se a imagem não é tão boa, é porque não chegamos perto o bastante do objetivo.”

Robert Capa

Na maioria das vezes, essas corporações, pequenas ou grandes, são construídas em torno de objetivos comerciais básicos. Indagadas sobre sua razão de ser, quase sempre apontam como “projeto de vida”, missão ou proposta de valor “*crescer e se multiplicar*”.

Percebemos então que na verdade essas organizações agem, dessa forma, por um *instinto de sobrevivência básico*, como age qualquer outro organismo vivo, *sem pensar ou questionar*. Uma ameba tem esse mesmo “projeto de vida”. Todo ser quer permanecer no ser.

Assim, para que um organismo seja um organismo *diferenciado e humano*, e que tenha uma *identidade* baseada numa *singularidade*, é preciso trocar o *agir por instinto* pelo *agir por convicção*. E identificar as convicções e transformá-las em uma proposta de valor é o começo do *desenho de uma identidade*, de uma *marca* e de uma *ética*.

Dessa forma, antes de *oferecer respostas* –a matriz de nossa formação inspirada pelo conceito do design como um “*problem solving*”–, percebemos que deveríamos começar por (re)colocar *novas perguntas*, mais complexas, buscando promover um contexto de reflexão que batizamos informalmente de “*psicanálise corporativa*”.

Uma reflexão identitária onde o foco é *fazer a marca falar de si*, segundo dinâmicas de entrevistas individuais com pessoas-chave da instituição, e visando responder às questões fundamentais de todo indivíduo:

O que sou eu? De onde venho? Para onde eu vou?

Com isso, entendemos hoje que, se uma empresa busca uma *identidade*, que essa identidade deva ser a expressão de uma *visão de mundo*, *valores e sonhos* que são uma *obra coletiva*, produto de indivíduos que devem conhecer e se identificar com esses valores para realizar ali, em grupo, seus sonhos, sua potência e sua razão de ser.

Só assim poderemos restabelecer o contato da estética com uma ética, recuperando a dimensão simbólica e mágica do mundo. Reencantando com sentidos e significados o mundo dos objetos, harmonizando forma e conteúdo e resignificando o *produzir mercadorias* como uma *obra*, um *legado* e uma forma de deixar sua marca no mundo.

“A Ética e a Estética são uma mesma e única coisa.”

Wittgenstein

E então, onde começa um desenho? Parece-me, hoje, que o desenho começa no sujeito. Um sujeito em permanente mutação que busca, ao longo de sua trajetória de encontros, uma forma de falar de si, de compartilhar sua visão de mundo com seu semelhante, para que assim ele próprio, no encontro com o outro, com o diferente, possa aperfeiçoar o desenho de seu eu.

*“O mais importante e bonito no mundo é isso:
as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas,
vão sempre mudando. Afinam e desafinam...”*

Guimarães Rosa

O legado do sonho na ciência, nas artes e nas letras

Quando, em 1914, Sigmund Freud analisa, na segunda parte de seu ensaio “Contribuição à história do movimento psicanalítico” (Freud, 1912-1914/2012a), o possível interesse que a psicanálise poderia despertar em outras ciências, externas ao campo da psicologia, projeta, na história do conhecimento, uma dimensão que só vai se tornar plenamente visível e fecunda a partir dos anos 1960.

A perspectiva interdisciplinar inaugurada na segunda metade do século XX, muito mais do que criar pequenos efeitos passíveis de serem verificados em uma ou em outra forma de conhecimento, vai possibilitar nova organização do campo dos saberes. O grande desenvolvimento alcançado pela linguística, de Ferdinand de Saussure a Roman Jakobson, passa a acalantar, nas ciências humanas em geral, o sonho de criação de uma grande ciência geral dos signos, na qual se abrigariam, além da linguística, a antropologia, a literatura e até mesmo a psicanálise.

Nesse contexto, a teoria marxista vai exercer um importante papel. Revigorado pela descoberta de textos inéditos de Marx e por novas interpretações de seu pensamento, o marxismo também contribui de forma fundamental para esse novo deciframento do homem e do mundo, desencadeado pela irrupção dessa solidariedade inédita entre as ciências.

Segundo Roland Barthes, o que está em questão nesse momento não são confrontos entre disciplinas, nem mesmo drásticas rupturas, mas um *deslizamento epistemológico*, que permite fazer surgir um objeto novo e uma linguagem igualmente nova, “que não estão, nem um nem outro, no campo das ciências que se tencionava tranquilamente confrontar” (Barthes, 1988, p. 71).¹

Para ficarmos apenas no terreno francês, é difícil localizar, na França do final dos anos 1950 e até os últimos anos da década de 1970, um pensador, ou uma ciência, que tivesse permanecido imune aos novos desafios propostos pela linguística, pela psicanálise, pela antropologia ou pelo marxismo. Para citarmos apenas alguns, as obras de Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault, Roland Barthes e Jacques Lacan (o famoso quarteto “estruturalista”, guardadas as proporções), a partir dos seus respectivos domínios, remetem e dialogam diretamente com todas essas ciências, aproximando-se ou distanciando-se delas em grau maior ou menor, mas sempre tomando-as como incontornável referência.

Por mais distantes que possam parecer os métodos e objetos que as constituem, todas elas confluem para o mesmo ponto, ou seja, as leis que regem o funcionamento do capitalismo, da linguagem, dos mitos ou do psiquismo humano

* Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP.

1. Por tratar-se de um teórico da literatura, para Barthes esse objeto novo é o texto, que vem substituir o antigo conceito de obra. Mas, de modo geral, na perspectiva interdisciplinar dos anos 1960, sempre há a busca de um novo objeto epistemológico em substituição a fórmulas consideradas obsoletas.



têm como característica comum o fato de não se darem a ver facilmente na superfície da sociedade humana. Bem ao contrário, para chegar até elas é preciso um rigoroso trabalho de escavação, realizado por meio de métodos específicos, que permitam adentrar estruturas inconscientes. Essas ciências, e não apenas a psicanálise, como bem afirma François Dosse, “privilegiam o inconsciente, o avesso do sentido manifesto, o reprimido, o inacessível da história ocidental” (Dosse, 1993, p. 13) e pretendem oferecer uma alternativa a algumas das falsas promessas das ciências iluminadas.

Nem mesmo a arte e a literatura escapam ao contágio desse movimento. Cada uma delas registra, em sua singularidade, a mudança operada nas formas de compreender o homem e busca também, a partir daí, novos modos de expressão.

Contudo, se em seu artigo de 1914 Freud não poderia prever os desenvolvimentos ulteriores das ciências que evoca, e detectar seu caráter –mais que inter– transdisciplinar, nem por isso deixa de ser possível tentarmos verifi-

car, nos limites desse artigo, a contribuição singular que a psicanálise trouxe para as ciências, as artes e as letras contemporâneas. Para chegarmos a isso, será necessário realizar um grande recuo no tempo.

Um método para bem conduzir a razão

Estamos no século XVII. Século de homens barrocos, cuja inquietude foi tantas vezes descrita. Até esse momento, toda forma de saber organiza-se a partir da arte de criar semelhanças, correspondências, analogias. Artes e ciências refletem-se mutuamente, como num jogo de espelhos, prisioneiras que são das regras da *mimesis* grega, ou do *imitatio* latino.

É a semelhança, nos ensina Foucault, que determina a forma de organização dos saberes, o jogo dos símbolos, a exegese dos textos e a possibilidade de penetrar nas coisas visíveis e invisíveis (Foucault, 1981, p. 33). Homens e saberes do início do XVII, ainda que pressintam a existência da Alteridade, ou já tenham sido confrontados com ela, em algum momento,

permanecem enredados na ordem do Mesmo e são incapazes de pensá-la. Daí sua inquietação e suas metáforas igualmente inquietantes: o mundo está às avessas, é apenas um teatro, e a vida, um sonho.

Surge então René Descartes, que, em 1637, dispõe-se a substituir o ilusório pelo real, a denunciar os artifícios das semelhanças, a instaurar a ordem da diferença e a passar todo e qualquer conhecimento pelo crivo da razão. Barroco como todos do seu tempo, reproduz, em seus escritos, as mesmas metáforas desalentadoras utilizadas por seus contemporâneos: sabe-se “um homem que caminha sozinho nas trevas” e que, para encontrar sua rota, é melhor seguir por estradas já conhecidas do que “tentar ir em linha reta, escalando por cima dos rochedos e descendo até o fundo dos precipícios” (Descartes, 1989, pp. 41 e 43).

Em seu *Discurso do método para bem conduzir a razão e buscar a verdade nas ciências*, René Descartes renega, entre outras coisas, a filosofia dos antigos, as matemáticas, as letras, as ciências ocultas, as experiências ilusórias dos sentidos e dos sonhos. E retira o homem do cosmos: o universo como um todo não se reflete mais no rosto humano do microcosmo, torna-se simples objeto de pensamento.

A radicalidade do pensamento cartesiano cria condições para a invenção do sujeito moderno, reinaugura o racionalismo, abre caminho para o iluminismo e para o advento de novas ciências. Contudo, e para ficarmos apenas no que nos diz respeito, ao conferir ao sonho o estatuto da ilusão, retira-lhe, por séculos, a possibilidade de ser pensado como forma de conhecimento. O sonho só volta a ser objeto de ciência quando, em 1900, Freud (1993) publica a *Interpretação dos sonhos*.

A revelação do inconsciente inflige uma dura ferida narcísica ao método concebido por Descartes para buscar a verdade na ciência: a partir daí descobre-se que, bem ao contrário do que postulou, não somos conduzidos apenas pela razão, mas por uma caixa preta que encobre nossos desejos e o significado de nossas experiências mais íntimas. Para termos acesso

a ela, foi também necessária a criação de um método, tão difícil e rigoroso como o *cogito* cartesiano. Diferentemente deste, no entanto, o método psicanalítico não tem como condição prévia o uso do filtro da razão, o “pensar dirigido”, mas submete-se ao antes considerado falso e ilusório território dos sonhos.

Diante disso, uma pergunta se impõe: durante os três séculos que separam Descartes de Freud, a quem coube o legado dessa herança onírica, a quem foi confiada a tarefa de ser o guardião dos sonhos? Como não será difícil constatar, essa herança jamais desapareceu.

Coube aos artistas e poetas, criadores da corrente subterrânea que caminha lado a lado com o chamado desencantamento do mundo, resguardar, renovar e conferir ao sonho um lugar privilegiado, ainda que não o tenham transformado em objeto de conhecimento científico (Béguin, 1991, p. 3).

Na França do século XVIII essa vertente atende pelo nome de Jean-Jacques Rousseau, cuja obra vai fomentar o romantismo na Inglaterra e na Alemanha, e desencadear a prática das *rêveries*. No século XIX, a celebração dos estados alterados de consciência será representada por Charles Baudelaire, Stéphane Mallarmé, Arthur Rimbaud e Gérard de Nerval, entre outros. É preciso ainda destacar, nesse momento, o papel desempenhado pela literatura fantástica, que vai estabelecer um elo sutil, e interessantíssimo, com a psicanálise e seus fantasmas.

Da literatura fantástica ao surrealismo

No que diz respeito à literatura fantástica, o que interessa aqui não é apenas associá-la ao *unheimlich*, essa estranheza íntima que Freud identifica nos contos de Hoffman, mas salientar o papel singular que esse gênero de narrativa desempenha no período pré-psicanalítico imediato. Com efeito, ao tratar de demônios, vampiros e fantasmas, o gênero fantástico prenuncia e antecipa a revelação de fenômenos inconscientes. Evidência disso, segundo a concepção de Tzvetan Todorov, é que o advento da psicanálise substitui e torna inútil esse tipo de literatura. Segundo ele:

Não se tem necessidade hoje de recorrer ao diabo para falar de um desejo sexual excessivo, nem aos vampiros para designar a atração exercida pelos cadáveres: a psicanálise e a literatura, que, direta ou indiretamente, nela se inspira, tratam disso tudo em termos indistintos. Os temas da literatura fantástica se tornaram, literalmente, os mesmos das investigações psicológicas dos últimos 50 anos (Todorov, 1975, p. 169).²

Essa afirmação torna-se facilmente contestável na medida em que esse tipo de literatura não só continua existindo como é impensável a substituição sugerida por Todorov: ainda que possam se imbricar e se alimentarem mutuamente, literatura e ciência psicanalítica não possuem a mesma natureza. Cada uma delas constitui, à sua maneira, uma experiência diferenciada do homem e do mundo e, por isso mesmo, dificilmente são intercambiáveis. Essa perspectiva pode ser amplamente demonstrada quando se examinam as relações fecundas e, ao mesmo tempo, conturbadas, estabelecidas entre surrealismo e freudismo.

Ao historiar a entrada da psicanálise na cena francesa, Élisabeth Roudinesco refere-se a uma polêmica que talvez divida, ainda hoje, psicanalistas, médicos e escritores. De um lado, escritores e poetas –sobretudo os surrealistas– reivindicam a anterioridade da descoberta do freudismo em relação ao meio médico. De outro, são os médicos que afirmam deter a primazia sobre o saber psicanalítico (Roudinesco, 1988, p. 17).

André Breton, fundador do movimento surrealista, entra em contato com as ideias de Freud durante a guerra, quando, na condição de médico, atende a pacientes psiquiátricos. Louis Aragon e Théodore Fraenkel também exercem a medicina durante a primeira grande guerra. No entanto, o que lhes interessa é o reconhecimento da primazia sobre as ideias de Freud pela “via literária”, e não pela “via mé-

dica”. Algumas datas parecem favorecê-los. Vejamos: em 1924, Louis Aragon (1924/2006) publica *Une vague de rêves*, que precede em alguns meses o *Manifesto surrealista* de André Breton (1924/2001). Um e outro defendem a prevalência do sonho sobre a vigília. Reunindo-se à tarde nos cafés parisienses, os surrealistas entregam-se a uma sonolência ininterrupta, à qual não faltam os transe hipnóticos e as iniciações mediúnicas. Conta Aragon:

Uma epidemia de sono se abateu sobre os surrealistas... São sete ou oito que vivem tão somente para esses instantes de esquecimento, onde, com as luzes apagadas, falam sem consciência, como afogados ao ar livre... (Aragon, 2006).

Já o *Manifesto* de Breton define o homem como um “sonhador definitivo”, uma espécie de *homo oniricus* que acede ao inconsciente, entre outras coisas, por meio da escrita automática. O movimento é assim definido por Breton, como em um verbete de dicionário:

Surrealismo, s.m. Automatismo psíquico puro pelo qual se exprime, quer verbalmente, quer por escrito, quer de outra maneira, o funcionamento real do pensamento. Ditado do pensamento, na ausência de qualquer controle exercido pela razão, fora do âmbito de qualquer preocupação estética ou moral (Breton, 2001).

Enquanto isso, a chamada “via médica” só vai dispor da tradução francesa da *Interpretação dos sonhos* (Freud, 1993) a partir de 1925. No ano seguinte, é fundada a Sociedade Psicanalítica de Paris, dois anos após o surgimento do *Manifesto*.

Depositários do legado onírico dos séculos anteriores, guardiães dos sonhos, os surrealistas sabem que detêm em suas mãos a mesma matéria trabalhada por Freud e, por isso mesmo, reivindicam ter compreendido, de imediato, os

2. Sobre o tema, ver: Noemi Moritz Kon, *A viagem: da literatura à psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

propósitos do método psicanalítico. Mais do que isso, lançam-se em uma campanha feroz em defesa da análise leiga e publicam na revista *Révolution Surréaliste* um fragmento do artigo de Freud sobre o tema: *Die Frage des Laienanalyse* – A questão da análise leiga (Rou-dinesco, 1988, p. 19).

Parece incontestável que a atividade surrealista tenha pontos em comum com a prática analítica, embora com propósitos muito diferentes, para não dizer opostos. É igualmente verdade que a psicanálise tenha acrescentado legitimidade às crenças dos surrealistas, possibilitando-lhes compreender melhor o que eles próprios buscavam. Essa busca de legitimidade e reconhecimento, no entanto, revela-se desastrosa quando o grupo surrealista tenta estabelecer diálogo com o criador da psicanálise.

Em 1932, André Breton (1985) publica *Les vases communicants*, onde expõe a teoria surrealista do sonho, confrontando-a com a de outros autores, Freud entre eles. Ao receber seu exemplar em Viena, Freud escreve a Breton, defendendo-se da acusação de ter omitido, em sua bibliografia, um importante predecessor da interpretação simbólica dos sonhos. Segue-se uma áspera correspondência, marcada, sobretudo, pela distância que Freud faz questão de manter com a arte surrealista. Em uma de suas cartas, previne:

Ainda que receba, de sua parte e de seus amigos, tantos testemunhos do interesse que demonstram pelas minhas pesquisas, me sinto incapaz de ter clareza sobre o que pretende o surrealismo. Talvez eu seja mesmo incapaz de compreendê-lo, eu, que estou tão distante da arte (Breton, 1985, p. 176).³

No que diz respeito à arte pictórica, a reação de Freud não foi muito diferente. Procurado por Salvador Dalí, em 1939, em seu exílio londrino, para opinar sobre algumas telas que, segundo Dalí, representam o inconsciente, declara: “Não

é o inconsciente o que eu vejo em suas pinturas, e sim o consciente” (Bradley, 1999, p. 32).

Dalí e Max Ernst são os surrealistas que mais exploram os motivos freudianos e o imaginário sexual. Ernst presta homenagem a Édipo em uma de suas colagens. Já Dalí desenvolve um método que chama de crítico-paranóico e pinta uma série de telas em que tematiza o sonho, a masturbação e a culpa.

Talvez Freud tivesse razão em guardar suas distâncias do surrealismo. Imbuídos de propósitos estéticos em que o choque e o escândalo são presenças obrigatórias, o grupo surrealista celebra a histeria como o maior acontecimento estético do século XX. Parricidas, que realizam de maneira concreta a fantasia edípica, criminosos de toda espécie, que desafiam a ordem estabelecida, empregados domésticos que assassinam os patrões, resolvendo à sua maneira a luta de classes, e toda espécie de desordem psíquica são elevados à condição de deuses no panteão surrealista. A existência desses seres apenas atesta a falência psíquica e moral da espécie humana.

Em um número da revista *La Révolution Surréaliste*, ilustrada com fotografias de uma paciente de Charcot em atitudes francamente histéricas (que os surrealistas preferem denominar atitudes passionais), declaram: “A histeria não é de modo algum um sintoma patológico, podendo de todas as maneiras ser considerada uma forma suprema de expressão” (Fer, 1998, p. 212). Caso igualmente digno de nota é o das irmãs Papin, gêmeas criadas em orfanato que, durante um surto, matam seus patrões, arrancam-lhes os olhos e os esquarteram em um festim diabólico. Para os surrealistas suas ações, ao invés de criminosas, podem ser consideradas, antes de tudo, poéticas.

O crime das irmãs Papin, que estarrece a sociedade francesa, não é exaltado apenas pelos surrealistas. O dramaturgo Jean Genet dedica-lhes uma peça, *As criadas*, e Jacques Lacan também escreve sobre elas na revista surrealista *Minotaure*.

3. Tradução livre da autora.

Se a psicanálise influencia a arte e a literatura, o inverso também é verdadeiro. Jacques Lacan frequenta o grupo surrealista durante os anos 1930. Interessado, sobretudo, a nova leitura do freudismo trazida pelos surrealistas, libertos da visão estritamente terapêutica da psicanálise, presente na classe médica francesa (Roudinesco, 1994, p. 32).

As excêntricas teorias de Salvador Dalí sobre a paranoia também deixam marcas no jovem Lacan. Se Freud fornece-lhe a base essencial de suas pesquisas, as ideias dalinianas possibilitam-lhe complementar sua formação. Segundo Elisabeth Roudinesco, o trabalho de juventude de Lacan, *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité* (Lacan, 1932/1975), é resultado de uma síntese que leva em conta três domínios do saber: a clínica psiquiátrica, a doutrina freudiana e o chamado segundo surrealismo (Roudinesco, 1994, p. 48).

Tudo somado, é preciso dizer que a aventura surrealista não teria sido tão densa de consequências se não tivesse sido inseminada pelas ideias de Freud. Por outro lado, é necessário reconhecer que André Breton e seus companheiros, embora não ignorem a grande dor que isso representa, são responsáveis por certa exaltação e estetização das desordens psíquicas que permanecem até hoje no imaginário contemporâneo.

Psicanálise e marxismo

O encontro de Marx e Freud parece dos mais improváveis. No entanto, pode-se dizer, sem medo de errar, que para entender o século XX é imprescindível conhecer o papel que seus respectivos pensamentos desempenharam na história das ideias. A conjunção deles é possível quando se considera o caráter libertário que suas propostas representam para a sociedade humana. Em ambos encontra-se a denúncia de uma ordem social repressora, que de um lado aprisiona o indivíduo em sua classe, de outro, em seu psiquismo. E, como já dissemos anteriormente, uma e outra forma de repressão são veladas, não se dão a conhecer facilmente.

Foi Leon Trótski, salvo engano, que primeiro se interessa por Freud no domínio so-

viético, no início da primeira década do século passado. Para ele, o freudismo possui uma perspectiva “literária” e algo fantasiosa. Discorda também do lugar proeminente ocupado pela sexualidade, mas acredita ser perfeitamente possível transformar a psicanálise em uma psicologia materialista. Nesse momento, é preciso lembrar, a União Soviética, do ponto de vista psicológico, era dominada por Ivan Pavlov, cujas ideias eram consideradas plenamente compatíveis com o desenvolvimento de uma sociedade fundada no materialismo histórico. Embora não descarte a importância do pavlovismo, Trótski não considera a psicanálise incompatível com o marxismo. Para Elisabeth Roudinesco, a implantação do freudismo na União Soviética a partir de um solo pavloviano é fundamental para entender a forma como, um pouco mais tarde, vão se desenvolver, em terras francesas, as relações entre o marxismo, a psicologia e a psicanálise (Roudinesco, 1994, pp. 50-51).

Por sua vez, por volta de 1919, Sigmund Freud chega a declarar certa simpatia pelo bolchevismo, embora predominem as reservas. Diz ele:

A crítica econômica do sistema comunista não me compete em absoluto, e não me é possível examinar se a supressão da propriedade privada é oportuna e vantajosa. No que concerne a seu postulado psicológico, todavia, creio estar autorizado a reconhecer nele uma ilusão sem nenhuma consistência. Abolindo-se a propriedade privada, certamente se retira à agressividade humana e ao prazer que ela proporciona um instrumento poderoso, mas não o mais poderoso (Roudinesco, 1994, p. 58).

Esse embate terá desdobramentos tanto na obra de Wilhelm Reich quanto, um pouco mais tarde, na de Herbert Marcuse. Cada um à sua maneira, os dois autores veem, sobretudo no sistema capitalista o grande produtor da repressão da libido. Reich funda em Berlim, no início dos anos 1930, a Associação para uma Política Sexual



Proletária, que equipara a luta sexual dos trabalhadores à luta de classe. Herbert Marcuse, desenvolvendo, e ao mesmo tempo diferenciando-se das ideias de Reich, lança, em 1955, *Eros e a civilização* (Marcuse, 1955/2003). Suas obras projetarão uma luz ao mesmo tempo utópica e libertária nos movimentos contraculturais das décadas de 1960 e 1970.

Essa história não termina aqui. O imenso panorama das contribuições da psicanálise nas artes, nas ciências e nas letras demandaria um esforço que não cabe nos limites deste artigo. Fazendo minhas as palavras com que Freud fecha seu ensaio sobre o interesse da psicanálise para as outras ciências:

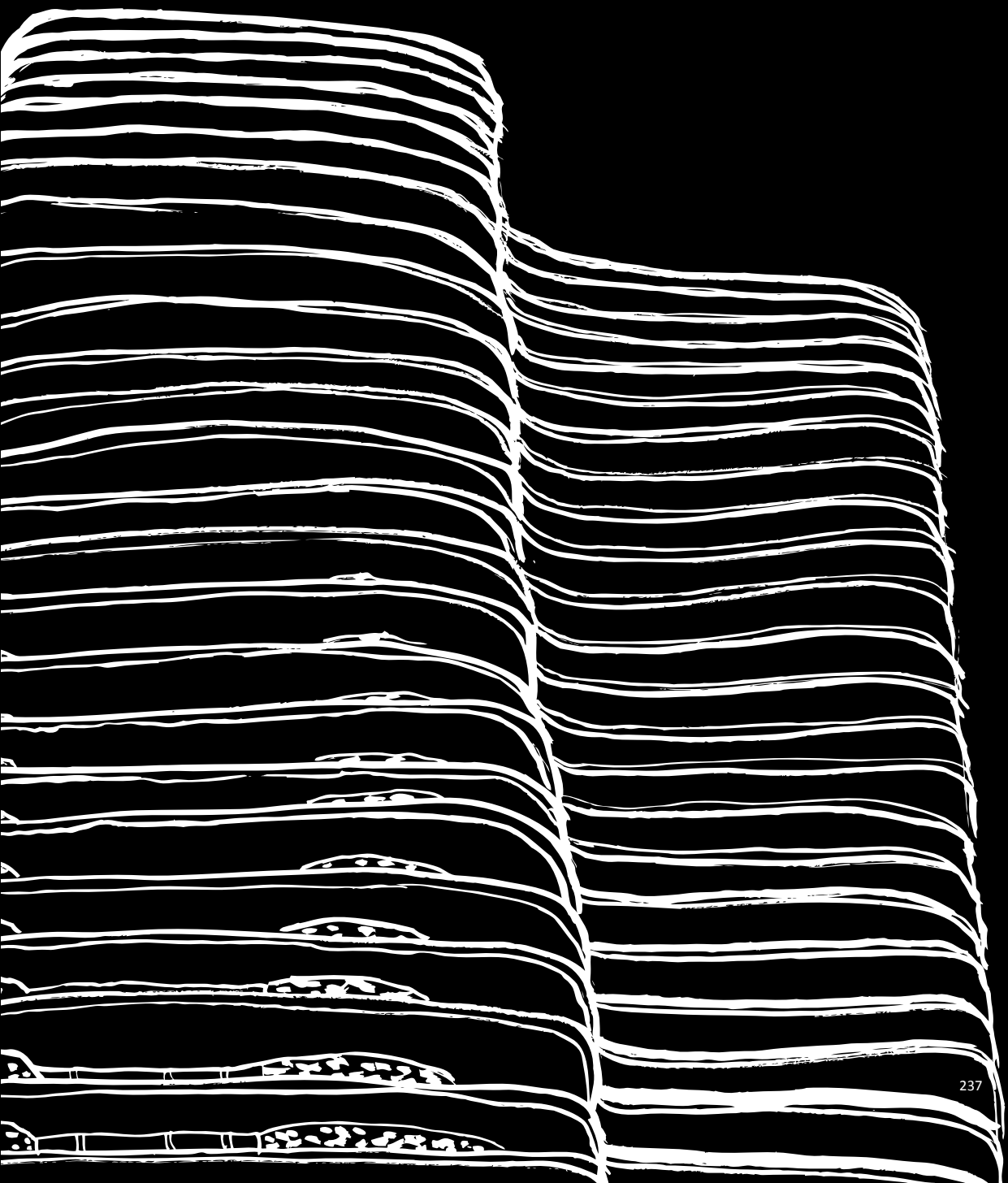
Meu objetivo se cumpriu se agora estiver claro como ela [a psicanálise] pode interessar a muitos âmbitos do conhecimento e que extensos laços começa a estabelecer entre eles (Freud, 1912-1914/2012b, p. 363).

Referências

- Aragon, L. (2006). *Une vague de rêves*. Paris: Seghers. (Trabalho original publicado em 1924)
- Barthes, R. (1988). *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense.
- Béguin, A. (1991). *L'âme romantique et le rêve*. Paris: José Corti.
- Bradley, F. (1999). *Surrealismo*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Breton, A. (1985). *Les vases communicants*. Paris: Galimard.
- Breton, A. (2001). *Manifestos do surrealismo*. Rio de Janeiro: Nau Editora. (Trabalho original publicado em 1924)
- Descartes, R. (1989). *Discurso do método*. São Paulo: Ática.
- Dosse, F. (1993). *História do estruturalismo* (Vol. 1). Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Ensaio.
- Fer, B. (1998). *Realismo, racionalismo, surrealismo: a arte no entre-guerras*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Freud, S. (1993). *L'interprétation des rêves*. Paris: PUF.
- Freud, S. (2012a). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912-1914)
- Freud, S. (2012b). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912-1914)

- Foucault, M. (1981). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kon, N. M. (2003). *A viagem: da literatura à psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1975). *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1935)
- Marcuse, H. (2003). *Eros y civilización*. Barcelona: Ariel. (Trabalho original publicado em 1955)
- Roudinesco, E. (1988). *História da psicanálise na França* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Todorov, T. (1975). *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva.

Cidades Invisíveis



Entre as montanhas e o mar: o Rio de Janeiro

*Poder dormir / Poder morar
Poder sair / Poder chegar
Poder viver / Bem devagar
E depois de partir poder voltar
E dizer: este aqui é o meu lugar...¹*

VINICIUS DE MORAES,
A terra prometida

Olho a cidade do lugar onde me situo, de um lugar com certa tranquilidade e com o rebulição próprio à minha humanidade. Gosto da minha cidade, do bairro onde moro e trabalho, dos encontros com colegas e amigos nos intervalos das jornadas de trabalho, gosto das imediações, dos cheiros e do calor que toca minha pele. Mas gosto também do outro lado do Rio, lá longe, lá onde moram aqueles que trabalham pesado, nos serviços mal remunerados e sofridos. A cidade é o lugar do encontro, ela tem um quê de terra, de mãe, de casa. Depois das viagens, é sempre bom retornar para ela.

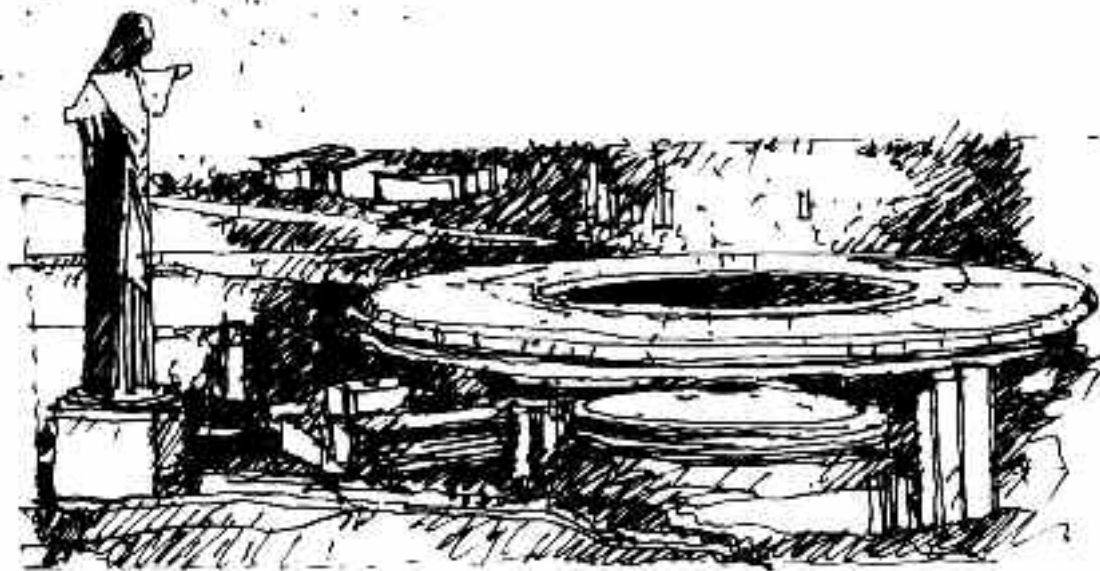
O Rio de Janeiro é uma cidade linda, de natureza forte, exuberante e vigorosa. A cada curva se avista uma montanha, um morro, um vale. Nas suas entranhas se encontram rios, cachoeiras, baías, restingas, lagos e lagoas, sem falar da vasta costa litorânea com praias de beleza encantadora. A sua gente é de todo tipo, mas há algo que nos caracteriza: um gosto de receber, de abrigar, de acolher. Tal receptividade calorosa é reconhecida em qualquer esfera da cidade, seja na população, no comércio em geral, nos hotéis, e parece

ser o que de melhor os visitantes levam, a afetividade marcada pela hospitalidade presente na subjetividade carioca.

No verão, que se apossa da cidade para além de seu tempo devido, o Rio ganha certa sensualidade traduzida pelos corpos que circulam pelas orlas das praias, um bronzeado, variando entre o ocre, o vermelho e o dourado, tingem os corpos e avisa que estamos nos trópicos, rota constante do sol.

Quando nascida, há 449 anos, esbanjava paraísos e era habitada pelos índios tupinambás. De lá para cá, muita coisa aconteceu, os índios foram expulsos e mortos em suas próprias terras, além de escravizados. Nada diferente das guerras seculares que põem à mostra a maldade e a destrutividade humanas. Violência oriunda do desconforto e mal-estar resultante de conflitos pulsionais, “do ajustamento precário do homem a uma civilização complicada” (Freud, em entrevista com George Sylvester Viereck [1926]). A colonização, pela coroa portuguesa, trouxe com ela a urbanização e o crescimento populacional, trouxe também a importação de escravos vindos do continente africano, de toda parte, de todos os lados da África. Foram mais de 300 anos de tráfico negreiro e de atrocidades que deixaram marcas profundas em nossa cidade, marcas da escravidão e dos extermínios. Assim, tribos e línguas desapareceram, mas deixaram um patrimônio que gerou nossa pluralidade – o povo multifacetado, de origens e influências diversas.

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.



Desenhos: Arq. Daniel Villani.

À parte as tristezas e traumas que nos constituem, hoje o Rio de Janeiro é o segundo maior centro financeiro e cultural do Brasil e é a cidade mais visitada do sul da América. Pelos seus recantos está a arte e, dentre suas várias expressões, a musicalidade. São representações de nossa diversidade. Canta-se e dança-se como forma de linguagem, de simbolização e elaboração, como forma de catarse das dores e alegrias cotidianas, como num diário de viagem, ou ainda, como se a música se prestasse todo o tempo a compor a trilha sonora dos piores e melhores momentos vividos. Herdamos isso do mundo, mas principalmente dos povos africanos. O samba, o choro, o funk, o hip hop, a bossa nova, o sertanejo.

A linguagem, capacidade complexa do humano, ganha um colorido particular na língua entoada pelo povo da cidade, cujas fortes influências indígenas e africanas bordaram palavras no vocabulário como Ipanema, Iracema, Paraná, Pará, ou ainda, vindas da África, acarajé, banguela, berimbau, cachaça, cafuné e todo um dicionário que, tal qual um livro de história, conta as nossas origens. A

linguagem corporal e afetiva acompanha essa trajetória.

Um psicanalista valoriza a história, as origens, a ancestralidade, não que nos antecipemos a perguntá-la, mas ela ressurgir, assim, das ruínas, de algo que sobrevive em nós há mil anos e que precisa de alguém que queira escutá-lo ou deslizar os olhos pelas letras, palavras, frases, ganhando nesse passeio a história.

Minha cidade não é uma coisa só, e nada o é. No entanto, é importante dizer que a sociabilidade experimentada pelos visitantes esbarra em uma contradição vivida pelos seus habitantes. Há uma disparidade na maneira de tratar o estrangeiro, estranho à nossa cultura, e o semelhante próximo, aquele estranho com quem compartilhamos a história e a fragilidade dos dispositivos do Estado. Há uma dificuldade quase explícita de lidar com o diferente, com a alteridade.

Neste passeio, atravesso um Rio caudaloso, rico e privilegiado, e chego a um lado obscuro, a uma parte invisível da cidade, a um Rio de Janeiro oculto, desconhecido e ignorado. É o lado desprezado da Cidade Maravilhosa: a

zona norte, parte da zona oeste e as favelas – que convivem lado a lado conosco, deitadas pelos morros da cidade. Estações de dor, de sofrimento, de alegria, de sonhos, de esperança e de religiosidade. Por essas paragens vivem-se muitas vidas: a do trabalho, a das brincadeiras de rua, a da conversa fiada nos portões, a das escolas de samba e do samba de roda, a da “pelada” (jogo de futebol de rua ou na várzea), a dos botecos, ditos “pés sujos”, a da brejeirice, a da solidariedade, a do forró e a do medo de guerra. A violência assombra seus habitantes, crianças e jovens morrem todos os dias e estampa-se nos jornais da cidade estatísticas assustadoras, próprias mesmo das guerras. Há um samba, da Estação Primeira de Mangueira, escola de samba do Rio de Janeiro, que canta essa história muito bem, ele diz assim: “No Rio de lá, luxo e riqueza; no Rio de cá, lixo e pobreza” (D’Aguiã, Bermini, Veneno & Bizuca, 2000). Pois é assim o meu Rio, lindo, grande, potente, com interconexões variadas entre o seu povo e os seus recantos, mas com diferenças tão marcantes no acesso aos bens essenciais que podemos dizer que tem uma personalidade cindida.

Há evidências do descaso com que essas pessoas são tratadas pelo poder público, mas há, também, claros sinais da capacidade de resistir, de fazer do sofrimento justificativa para a alegria, de retirar dos gestos simples e de passagens cotidianas motivo para grandes comemorações. Assim, o nascimento de um bebê pode ser regado a cerveja, com som na caixa, e água no feijão, pois chegou mais um! Expressão usada para dizer que, se “a alma não é pequena” (Pessoa, 1934), sempre cabe mais um. O futuro casamento de um amigo ou amiga dá margem a um churrasco de despedida que se inicia às 13h e termina no dia seguinte, sem que pare de chegar gente. Da mesma forma, o dia 23 de abril, dia em que se celebra São Jorge, considerado um amigo íntimo. Nesse dia, instituiu-se feriado municipal, tal a força do santo, e todos se vestem de vermelho ou imprimem São Jorge no peito ou, ainda, na própria carne, como forma de agra-

decimento pela graça alcançada. E das casas saem, com muito orgulho, para a alvorada de São Jorge, às cinco da manhã, para em seguida comemorarem a ocasião: e vêm os batuqueiros, o povo da umbanda, do candomblé, da Igreja Católica, e de todos os credos, e a festa está formada.

As ruas, os bairros, os espaços públicos, a cidade deveriam promover o encontro de seus cidadãos, respeitando-se as diferenças, afinal nos vangloriamos da mistura, da falada miscigenação, exportamos uma imagem de cidade feliz e harmoniosa, mas não é só isso. O que se vê são vidas desperdiçadas, dizimadas, e o ordenamento das mortes sendo marcado pelo lugar social, pelo lugar onde se habita. A cidade se revela mais violenta no seu lado invisível, lá onde o Estado não chega, onde só transitam as forças repressivas e clandestinas.

Tal dissociação da cidade cria um estranhamento em seus habitantes, que ficam geograficamente limitados, e dessa maneira os espaços ficam demarcados, criando-se um código de territorialidade. O interessante é que os grupos socioeconomicamente desfavorecidos circulam por toda a cidade para trabalhar, entram em nossas casas a trabalho, mas sentem-se pouco à vontade para ocupar os espaços de lazer e entretenimento, espaços públicos. As áreas mais democráticas, onde o povo se mistura, talvez sejam as praias, as rodas de samba, os bailes funks e no Carnaval. Há uma parte considerável da cidade absolutamente desconhecida por parte dos moradores da outra ala da cidade, fruto de marcas e fantasias construídas desde o tempo da escravidão. Os espaços de diversão e de arte populares são abertos, e muitas vezes visitados, embora alguém de suas potencialidades, uma vez que a cultura do medo exige que seja erigido um aparato de segurança, ainda que imaginário, para que visitantes de outras localidades transitem por eles.

Na zona sul, o movimento cultural é intenso: museus, galerias de arte, teatros, cinemas, shows e excelentes restaurantes garantem a diversão e o contato com o contexto cultural

carioca e mundial. A efervescência cultural é histórica e faz do Rio celeiro das diversas formas de expressividade. Os passeios ao ar livre são a tônica da cidade, passear pela orla –caminhando, correndo ou de bicicleta– é o mais comum de se ver. À noite, é rotineiro o chope gelado, um cineminha e, depois, jantar com amigos. As visitas à casa de amigos, acompanhadas de jantares, também são práticas frequentes. Gosta-se de conviver, de conversar e de se aproveitar da generosa configuração que temos na cidade. Na Lapa, centro do Rio, área da boêmia e de diferentes tribos, encontramos todo tipo de música nos bares, casas de show e redutos de jovens que se iniciam na arte da vida noturna. O futebol, afirmação da cultura popular e paixão que o carioca leva muito a sério, leva hordas de guerreiros ao Maracanã, trava-se então uma luta que termina com muito samba, suor e cerveja.

Caminhando pela zona sul da cidade, região menos vulnerável, saio da beira-mar, percorro uma deslumbrante lagoa, a Rodrigo de Freitas, e chego à Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Rio 2. Rua arborizada, casas coloridas e de traços variados, flores se esparramam pelas janelas, dando uma ideia de cidade do interior. Ao final da rua, um altivo morro, de nome Corcovado, mescla o cinza da pedra com múltiplas tonalidades de verde e no seu topo, à esquerda, está o Cristo Redentor, um dos maiores símbolos da América Latina e Patrimônio Cultural da Humanidade. Passamos horas preciosas nessa casa. Lugar de saber, fonte de paixões, cultura de aprendizado, tornou-se lugar de encontro das diferenças. Mas não estamos sós, temos ainda a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Rio 1, e a Associação Psicanalítica do Estado do Rio de Janeiro, Rio 4. Entre separações e reagrupamentos, a Rio 3 integrou-se à Rio 1, e hoje formam um só grupo, o da SPRJ. A psicanálise difundiu-se de tal maneira pela cidade que atualmente contamos com outras dez, ou mais, instituições que usufruem de prestígio entre universitários e a população em geral.

O saber psicanalítico possui sólidas raízes na cidade, principalmente em função de sua proposta libertária e, também, pela crença e paixão que transbordam das narrativas dos psicanalistas locais. Crê-se na força do inconsciente e da vida psíquica, com sua genuína capacidade transformadora. Talvez o diferencial da psicanálise do Rio esteja no encontro entre o mar e a montanha, entre a natureza e o homem. Um *entre*, que faz com que transitemos pela cidade respirando ar puro, que olhemos pelas janelas em nossos trajetos e encontremos a beleza desenhada ao alcance do olhar, e é como se estivéssemos a sonhar sob o efeito da força e da grandeza da natureza. Esse encontro, esse *entre*, permite-nos mergulhos profundos que nos ajudam a reinventar a vida, dia após dia.

A psicanálise como instrumento importante do pensamento e da sociedade cria aberturas para a reconstrução de sentidos. Assim, através de atividades societárias, tenta-se abrir o diálogo com a coletividade, promovendo encontros, espaços nos quais o cidadão possa interagir com a psicanálise e nos quais a psicanálise possa se comunicar com outros campos do conhecimento e com o seu próximo. Frequentadora assídua das universidades, a psicanálise ganha adeptos na sua difusão pela via acadêmica. Há que se pensar as diferenças, a pobreza, os preconceitos –e dentre eles o racismo–, as desigualdades, o toque de recolher das favelas vizinhas de nossas casas. Há que se abrir a porta para a cidade e para o mundo.

Presente no cenário carioca e no imaginário coletivo, a psicanálise aproximou-se ainda mais do público através das redes sociais, da televisão, da literatura e do cinema. Contudo, continua sendo uma relação de difícil acesso, distante, mitificada e contestada pelos crescentes métodos terapêuticos e psiquiátricos que aceitam com a possibilidade de tratamentos mais curtos e com a promessa de “efeitos” mais rápidos. Enquanto nós, psicanalistas, lidamos com um ofício processual que se faz, também, de poesia, de literatura, das artes plásticas e das infinitas melodias e prantos que nos tocam emocionalmente.

Psicanalisar no mundo atual - no qual as subjetividades sofrem as pressões de nosso tempo e da cultura da velocidade, da homogeneidade -, numa cidade que cresceu sem planejamento urbano, sem comprometimento com a assistência médica, com obstáculos como o elevado custo de vida, uma rede de transportes com problemas que paralisam o trânsito, com extenuantes jornadas de trabalho e pouco tempo para o lazer e, ainda, com uma comunidade psicanalítica que disputa espaço - é praticar um exercício de enfrentamento às exigências de uma sociedade desumanizante.

A vocação para o questionamento e para a reflexão sobre o impacto dessas mazelas e da violência na vida das pessoas torna o Rio de Janeiro um lugar de vanguarda e esperança. A liberdade de expressão é valorizada e praticada. Contudo, o lado politizado e questionador da intelectualidade carioca, ou dos militantes nas causas sociais e políticas, não garante o avanço necessário para as mudanças no campo socio-político-econômico.

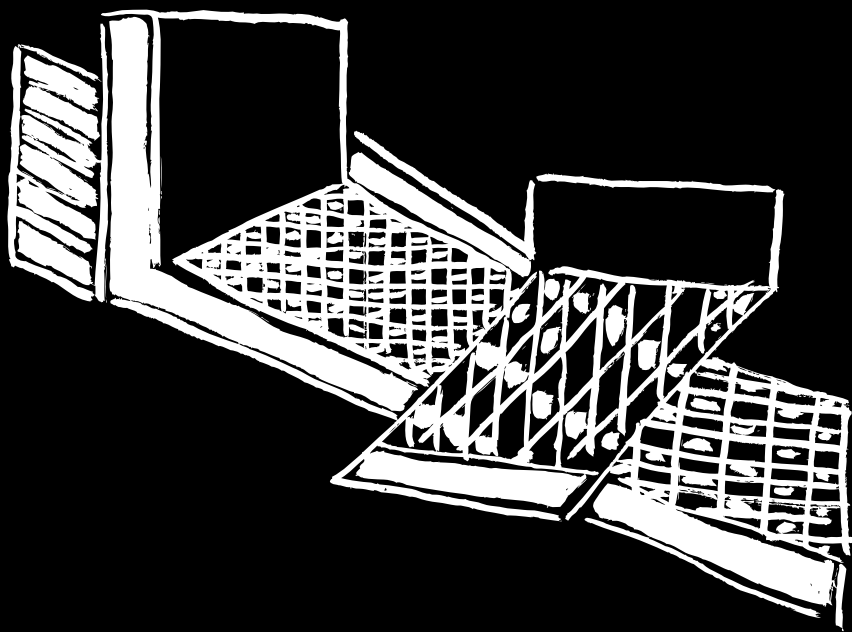
Assim, mesmo com problemas estruturais que apontam para complicações nas representações sociais, o Rio de Janeiro continua lindo e vibrante, apesar das duras condições em que vive parte significativa da população.

A terra prometida, sonho realizável no espaço psíquico, pode ganhar corpo com a ética da alteridade e da solidariedade, no desejo de que um dia nossos habitantes possam “dormir/ morar/ sair/ chegar/ viver/ Bem devagar/ E depois de partir poder voltar/ E dizer: este aqui é o meu lugar”... (Vinicius de Moraes [1971/1988, canção 18]).

Referências

- D'Aguiã, M., Bermini, G., Veneno, V. & Bizuca. (2000). *Samba Enredo da Estação Primeira de Mangueira*.
- De Moraes, V. (1971). A terra prometida. [Gravada por V. de Moraes & Toquinho]. In *Convite para ouvir* [CD]. Rio de Janeiro: RGE. (1988)
- Do Império, J. (1976). Água no feijão. In *Eu e meu pandeiro* [CD]. Rio de Janeiro: Polydor.
- Viereck, G. S. (1926). *El valor de la vida*. Recuperado de <http://virtualia.eol.org.ar/014b/default.asp?entrevistas/viereck.html>
- Pessoa, F. (1934). Mar português. *Mensagem*. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000004.pdf>





Clássica & Moderna

Pichon-Rivière. *Pourquoi pas psychanalyse?*

Tive a sorte de trabalhar durante longos anos com Enrique Pichon-Rivière. Em 1960, eu era um jovem médico que, a partir da endocrinologia, havia começado a me aproximar da psicanálise, tendo estado em tratamento psicanalítico e acompanhado vários cursos e seminários. Havia desejado entrar na Asociación Psicoanalítica Argentina (APA), mas nesse momento não estava em condições econômicas de pagar uma análise didática, além do fato de que os didatas eram poucos e era necessário esperar dois ou três anos para conseguir vaga com quase todos eles. Quando soube da existência de uma escola, a Primeira Escola Privada de Psiquiatria Dinâmica, dirigida por Enrique Pichon-Rivière, um dos fundadores e membro didata da APA, cujos professores, além de Pichon-Rivière, eram José Bleger, Diego García Reinoso, David Liberman, Edgardo Rolla e Fernando Taragano, todos –exceto o último– também membros de destaque da APA e todos discípulos de Pichon-Rivière,¹ decidi me inscrever ali. Fui então aluno da segunda turma da escola. Ali pude conhecer não só Pichon-Rivière, mas os outros professores e pude entrar em contato com seu pensamento, baseado em suas ideias e enriquecido por sua constante contribuição pessoal e pelas escolhas temáticas de cada um dos que integravam esse grupo excepcional de docentes. Fui depois, e sucessivamente, observador e coordenador de grupos operativos da escola. Pude comprovar, a partir da minha experiência lá e em posteriores contatos com Pichon-Rivière (que também foi meu supervisor durante algum tempo), sua abertura às ideias dos demais e seu cuidado em apresentar suas próprias formulações como provisórias. Também me ofereceu sua genialidade, sua versatilidade e sua curiosidade por tudo o que fosse humano, em meus regulares encontros com ele. Cada aula era uma surpresa, ele sempre nos surpreendia com algo novo ou com uma versão diferente ou enriquecedora do que já havia dito. Mostrava-nos “ao vivo e em cores” sua concepção dialética e sua ideia do “movimento em espiral”, que ocupa um lugar importante na sua teoria do processo terapêutico. Poderia endossar integralmente algo que David Liberman² disse sobre ele uma vez: “Com duas ou três palavras, o cara conseguia

*Asociación Psicoanalítica Argentina.

1. Celebro agora o fato de que a dificuldade desse momento para entrar na APA tenha me impedido de fazê-lo, porque a APA daqueles tempos se caracterizava por uma quase completa hegemonia de uma espécie de “fundamentalismo kleiniano”. Essa dificuldade permitiu-me conhecer Pichon e suas ideias.

2. Citado por Joaquín Pichon-Rivière (2009).

fazer com que disséssemos mil e [sobretudo, eu acrescentaria] que pensássemos por horas e horas. Tinha a sensação de que me conhecia há anos e que eu –pelo contrário– nunca chegava a conhecê-lo”.

Durante minhas supervisões com ele, em um hotel da rua Paraguay, aconteceu várias vezes que eu lia minha sessão, ele ficava em silêncio e semicerrava os olhos, a ponto de eu pensar que tivesse dormido... será que o entendia? No entanto, em determinado ponto, abria os olhos e me dizia o que havia pensado, sempre interessante e agudo, demonstrando que havia escutado muito bem tudo o que eu havia dito, deixando evidente uma capacidade rara de se identificar com o paciente e, fiel às suas ideias, incluindo sempre hipóteses relacionadas com o contexto familiar e social do analisando.

Pichon-Rivière foi uma personalidade única, múltipla, que abarcou temáticas desde a psiquiatria clássica até a dinâmica, a psicanálise, a psicoterapia grupal, familiar e de casal, a psicologia social e a psicanálise aplicada. Interessou-se também pela arte e pela literatura em suas relações com a loucura. São muito importantes seus estudos sobre a vida e a obra de Isidoro Ducasse –Conde de Lautréamont–, autor dos *Cantos de Maldoror* (Lautréamont, 2007) e sobre Antonin Artaud. Também interessou-se pelo surrealismo e teve contato com André Breton e Tristan Tzara. Lautréamont interessou-o muito por conta do seu contato com o sinistro e pelas circunstâncias da sua vida.³ Também a tristeza⁴ foi uma preocupação fundamental presente ao longo da sua obra.

Em sua coluna da revista *Primera Plana* escreveu sobre diversos temas da vida cotidiana e sobre futebol, algo que o apaixonou:⁵ metaforicamente falava da família como um time de futebol. Dizia-nos em suas aulas:

Uma família deve ser como um time de futebol. Em um time de futebol, cada jogador tem seu lugar no gramado e seu papel (zagueiro, atacante etc.), mas, de acordo com as vicissitudes do jogo, pode mudar, o zagueiro pode passar a atacar ou vice-versa. A mesma coisa deveria acontecer nas famílias. Cada um tem sua função no grupo, mas, segundo os momentos da vida familiar, cada membro da família deve ter plasticidade suficiente para assumir as funções de outro ou de outros dos membros.

Estou convencido de que Pichon-Rivière, como todo pensador genial, adiantou-se à sua época em muitos aspectos, o que lhe rendeu não poucas críticas e desqualificações por parte de muitos colegas de linha mais conservadora, dentro e fora da sua instituição, a APA. Foi acusado de não ser psicanalista, por conta da sua não adesão incondicional às ideias que nesse momento predominavam

3. Suicídio da mãe quando tinha um ano e meio de idade, abandono por parte do pai diplomata, mistérios familiares... O papel da perda, do mistério, do abandono, temas que sempre preocuparam Pichon-Rivière.

4. Quando perguntado sobre o porquê de haver se dedicado à psiquiatria, disse: “Porque queria entender a tristeza. Minha busca foi saber sobre o homem e, em particular, saber sobre a tristeza” (prólogo de *Del psicoanálisis a la psicología social* [Pichon-Rivière, 1971]). “A tristeza me acompanhou a vida inteira... em uma primeira época, sentia a tristeza como algo presente... e desde então não fiz outra coisa senão estudar para poder revelar algo do meu próprio mistério” (citado por J. Pichon-Rivière, 2009).

5. Artigos que, ao lado de outros, foram compilados posteriormente por Ana Quiroga no livro *Psicología de la vida cotidiana* (Pichon-Rivière & Pampliega de Quiroga, 1970).

na APA e também na psicanálise de outros países. Também existia –e ainda existe em muitos grupos– o temor de “fazer derivar o campo da psicanálise do intrapsíquico para o relacional ou o interacional” (Kaës, 2007/2010), confundindo sua teoria vincular com essas outras posturas que não consideram a dimensão intrapsíquica.

Pichon-Rivière foi também um pioneiro na introdução da psicanálise para a compreensão das psicoses, em estudar a transferência nos psicóticos e em aplicar o método psicanalítico no tratamento dessa problemática. Era impressionante sua capacidade de se conectar com o paciente psicótico: conseguia mudanças importantes em casos gravíssimos que, muitas vezes, outros terapeutas se abstinham de tratar. Muitos colegas que atendiam casos graves e que se encontravam com dificuldades aparentemente incontornáveis recorriam a ele.

Em uma época em que, como já dissemos, predominavam no ambiente psicanalítico da Argentina quase exclusivamente as ideias kleinianas –e seus exageros–, Pichon-Rivière introduzia sua *teoria do vínculo*, que constitui, na minha opinião, uma das suas contribuições mais importantes –senão a mais importante– para a teoria e a prática psicanalíticas.

Já nos anos 60 repetia em suas aulas que “não existe psiquismo fora do vínculo” e sublinhava também a importância de ver os pacientes no interior do seu âmbito de pertencimento, do seu contexto familiar e social. Uma das suas frases frequentes nas aulas era “que entrem os que vierem”, entendendo que, se um paciente era acompanhado por um ou mais familiares, vizinhos ou amigos, todos deviam entrar no consultório, “inclusive o cachorro”, acrescentava. Dizia que um terapeuta deveria ir, pelo menos uma vez no decorrer de um tratamento, à casa do seu paciente e destacava a importância de ver os pacientes em seu contexto familiar e social, em seus vínculos. Pichon-Rivière já indicava, nesses tempos, que a sessão analítica era “bi-corporal e tripessoal”, aludindo à constante presença do terceiro (ou de terceiros) no âmbito da relação. Adiantava assim, em muitos anos, o auge das posturas que, nos últimos anos, centram-se na intersubjetividade, que em anos recentes, tanto entre os autores norte-americanos (Stolorow & Atwood, 1996) como entre os europeus (Turillazzi & Ponsi, 1998), começaram a destacar a importância da relação no marco da sessão analítica. De todos os modos, acredito ser necessário esclarecer, como dissemos, que o *vínculo* pichoniano não é o do interacionismo nem o das “relações interpessoais” de certas escolas norte-americanas.

Por outro lado, desde já algum tempo, o conceito de vínculo é empregado com maior frequência no âmbito psicanalítico e psicológico, mas é necessário esclarecer que, para Pichon-Rivière o vínculo não se refere apenas ao fenômeno em que, dados dois sujeitos preexistentes, A e B, estabelece-se um vínculo entre eles, senão ao fato de que o vínculo é *constitutivo* do sujeito, o sujeito se constitui *a partir* dos vínculos, no interior dos vínculos.⁶ Os vínculos não só estão *entre* os sujeitos, senão que também funcionam *dentro* deles, a partir da internalização dos vínculos externos, ideia, essa última, *esboçada* por Freud com seu conceito de identificação.⁷

6. Kaës, em nossos dias, define o sujeito como sujeito do vínculo. Definição que poderia perfeitamente ter sido assinada por Pichon-Rivière.

7. “A identificação” constitui “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (Freud, 1921).

Essa internalização dos vínculos passará por um processo de modificação causado pelas *necessidades*, sendo elas “o fundamento motivacional do vínculo”, alusão aqui à situação de desamparo (*hilflosigkeit*) inicial do sujeito humano e à sua inviabilidade fora dos vínculos com os outros. Pichon-Rivière as define como *necessidades biopsicológicas*: de amor, de contato, de proteção, de calor, de nutrição. O indivíduo nasce com essas e outras necessidades, o que possibilitará passar, desde o começo, por experiências que serão, algumas delas, frustrantes e, outras, gratificantes. O sujeito nasce de vínculos e vive em vínculos ao longo da sua existência; é um sujeito “encadeado” aos vínculos, vínculos externos, mas também internos. Surge assim outro conceito pichoniano fundamental: o *grupo interno* (que desenvolve a partir do conceito kleiniano de *mundo interno*), em permanente interação dialética com o grupo externo. Essa ideia da mente enquanto *grupál*, apesar de já se prefigurar, de algum modo, em Freud (id, ego, superego), adquire relevância em Pichon-Rivière. E esse grupo não é um grupo estático, é um grupo integrado por vínculos, com tudo o que acontece neles, por isso também Pichon-Rivière nos fala de um drama interno (no sentido de drama como ação).

A ideia de grupalidade da mente é central também na obra de René Kaës. Quando Kaës veio a Buenos Aires pela primeira vez, em 1985, convidado para o Congresso de Psicoterapia de Grupo e Psicodrama realizado no Centro Cultural San Martín, em sua participação, começou a falar do seu conceito de *grupo interno*. Muitos de nós dissemos, surpresos, que esse conceito já havia sido desenvolvido entre nós por Pichon-Rivière. Kaës também se surpreendeu: não sabia da existência do pensador argentino. Havia criado esse conceito independentemente dele. A partir daí, René Kaës interessou-se pela obra pichoniana e publicou vários textos em que analisa sua obra, definindo semelhanças e diferenças entre suas ideias e as de Pichon-Rivière, e também trabalhou para que seus textos fundamentais fossem traduzidos para o francês.

Pichon-Rivière, sempre levando o futebol em consideração, utiliza uma metáfora, a do *campo interno*, para se referir à sua ideia de grupo interno como algo dinâmico, em permanente interação e movimento. Também a partir da sua experiência no asilo de Torres, onde pôde comprovar a atitude que o desarraigamento produzia nas pessoas que vinham do interior, estando em uma situação de anomia, desenvolveu o conceito de *internalização ecológica* (unido à noção de *querência* ou *terra natal*), como internalização do ambiente onde se desenvolve a vida do sujeito, resgatando uma vez mais a importância do ambiente social para a constituição e o sustento da identidade.

A ideia de grupalidade do psiquismo, junto à dialética grupo interno/grupo externo, leva a consequências técnicas, a meu ver, muito importantes: a chamada análise “individual” não é individual, na verdade, porque no *campo* estão presentes dois corpos, mas também múltiplos personagens, nos respectivos grupos internos do paciente e do analista. Isso apaga, para mim, as diferenças entre as análises “vinculares” (adotando o termo vincular no sentido de mais de um paciente no campo) e “individuais”: a análise individual também é uma análise vincular,⁸ e assim a compreendo na minha prática cotidiana. Considero que sempre faço análise vincular, tenha à minha frente um paciente, um casal, uma família ou um grupo.

8. Já Bion (1961) havia observado que “a análise individual é, em realidade, a análise de um par”, o par paciente-analista.

Coerente com essas ideias, Pichon-Rivière recomendava uma *psiquiatria vincular*, onde a patologia devia ser estudada como uma patologia não dos indivíduos isolados, mas sim como *uma patologia dos vínculos*. Para mim essa ideia continua vigente; não se pode compreender o que acontece com uma pessoa de forma isolada, senão em função da sua vincularidade (externa e interna), ou seja, em seus níveis psicossocial e sociodinâmico –segundo a nomenclatura pichoniana. Creio que esse é um ponto que adquire particular relevância nos nossos tempos, frente às tendências “biologizantes” da psiquiatria contemporânea, onde certas mudanças humorais e/ou genéticas são consideradas *causa única* do sofrimento mental.

Uma ideia de Pichon-Rivière que tem grande valor é sua reformulação da teoria dos instintos (ou pulsões):⁹ partia da teoria instintiva em sua formulação kleiniana (instintos de vida e de morte) para reformulá-la, dando-lhe uma dimensão vincular. Coerente com a sua teoria, propõe que se fale não de instintos, senão de dois tipos de vínculos, ou de modelos vinculares: um *vínculo bom*, originado nas experiências gratificantes, e um *vínculo mau*, produto de experiências frustrantes. Assim, a *pulsão*, que Freud já definia como *conceito limite* entre o somático e o psíquico, adquire uma origem vincular: *a pulsão nasce do vínculo*. Em anos recentes, Kaës formulou ideias semelhantes.¹⁰

Desse modo, dá um sentido intersubjetivo à teoria pulsional.

Creio que a teoria da *doença única* de Pichon-Rivière, que tem sido, às vezes, objeto de interpretações simplistas, adquire um significado particular atualmente, quando é tão forte, como dissemos, a tendência à “biologização” das teorias do sofrimento humano e da doença mental. Baseando-se na mais pura tradição freudiana e, fundamentalmente, na teoria das séries complementares, Pichon-Rivière nos lembra de que todo sofrimento parte de uma situação de *privação* que, por sua vez, desencadeia uma depressão, que pode ter manifestação clínica ou não, e que o que consideramos “doenças mentais” são modos de reagir dos indivíduos, que utilizam diferentes mecanismos de defesa e se expressam em uma ou mais das conhecidas três áreas de expressão da conduta (mente, corpo e mundo externo).¹¹

É original o seu conceito de uma patologia do objeto bom, que denomina depressão esquizóide, caracterizada pelo sentimento de “estar à mercê”: o indivíduo deposita seus aspectos bons e idealizados no objeto, que depois deve controlar e teme continuamente perder.¹²

Patologia caracterizada pelo sentimento de nostalgia e pelo sentimento de estar à mercê do depositário. Não vou desenvolver aqui todo o conceito de doença única, mas esse conceito, e especialmente o de mobilidade das estruturas, parece-me fundamental. Pichon-Rivière não estabelece uma diferença taxativa entre as diversas estruturas psicopatológicas; são “instrumentais e situacionais

9. Nessa época, falava-se de instintos, e não de pulsões, a partir da (agora sabemos que errônea) tradução de Strachey, que aparece em Klein e em todos os autores da época.

10. Aqui também Freud insinua uma ideia semelhante, quando afirma que a mãe desperta a pulsão sexual em seu filho. Ou seja, a pulsão origina-se de um vínculo.

11. Áreas que são coexistentes, cooperantes e interatuantes.

12. Teoria dos três “d’s” (depositário, depositante e depositado).

em cada aqui e agora do processo de interação e com caráter funcional, instrumental, situacional e vincular” (Pichon-Rivière, 1971). Não são estruturas fixas e, nesse sentido, entre as psiconeuroses, psicoses, estados limites, transtornos psicossomáticos etc., não existem fronteiras rígidas. Essa é uma ideia à qual adiro, mas que muitos dos autores atuais não compartilhariam e que continua sendo parte de um assunto polêmico e atual. A meu ver, as ideias do sujeito como parte integrante de vínculos, do jogo dialético e permanente entre grupo externo/grupo interno e da mobilidade das estruturas são de grande atualidade e estão presentes no meu trabalho e no de muitos colegas.

Uma frase de Pichon-Rivière transcrita por Zito Lema (1976) sintetiza de modo genial sua concepção do sujeito: “O indivíduo humano é um ser de necessidades que só são satisfeitas socialmente, em relações que o determinam. *O sujeito não é só um sujeito relacionado: é um sujeito produzido* [itálicas acrescentadas], ou seja, o resultado da interação entre indivíduos, grupos e classes”. Aqui Pichon-Rivière introduz também a importância da dimensão social. Ele nos ensinava a levar em consideração não só a dimensão vincular intrapsíquica e a interpísica, mas também a social. O sujeito é produzido a partir do social, fato que ganha uma particular importância nos tempos atuais, tempos em que as mensagens sociais penetram mais precocemente do que nunca na mente dos seres humanos através dos meios de massa, do computador e também de outros meios de comunicação; mensagens que são internalizadas –do mesmo modo que no caso da internalização ecológica–, passando a fazer parte do psiquismo consciente e inconsciente, com suas consequências na vida psíquica e social dos sujeitos e das famílias, tema em que estou particularmente interessado neste momento.¹³

Outra ideia pichoniana me ajuda muito a entender meus pacientes: aquela que defende que a doença aparece como “solução”, uma tentativa de resolver o problema apresentado ao sujeito frente a um contraste entre as suas aspirações (eu me permitiria dizer: a dos mandatos provenientes de certos vínculos internalizados) e suas possibilidades reais de concretização, situação com que nos deparamos frequentemente na clínica.

Pichon-Rivière –sabemos– foi um pioneiro ao indicar a necessidade de tratar do paciente, em muitos casos, com a sua família. Simultaneamente a alguns analistas que nos Estados Unidos haviam começado a trabalhar com famílias, a partir da insuficiência do enquadre bipessoal, sobretudo em casos de pacientes psicóticos e de crianças (Lidz, Jackson, Ackerman e outros), nosso autor inaugurou o tratamento psicanalítico das famílias. O sujeito, ele diz, adoece de insegurança, *de amor e por ódio*: de desejo e de falta de amor, pela necessidade não satisfeita de modo suficiente, e por ódio, já que o grupo do qual provém –o grupo familiar– não lhe permite obter identidade própria. É um grupo onde não há discriminação: “Não se sabe quem é quem”. Situação que encontramos frequentemente nos grupos familiares que nos consultam.

Claro que continua vigente sua teoria do *porta-voz*, como sujeito que expressa o sofrimento, o mal-estar e a insegurança grupal no grupo familiar. A doença surge para Pichon-Rivière como uma “qualidade nova que aparece no campo

13. Ver Losso & Packciarz Losso (2011 e 2012), onde desenvolvemos esse tema.

familiar”. Posteriormente Pichon-Rivière indicou que pode haver mais de um porta-voz no grupo; por exemplo, o porta-voz dos aspectos sãos.¹⁴

Pichon-Rivière introduz também o conceito de *mal-entendido*, que considera a *doença básica* do grupo familiar. Trabalhamos continuamente sobre os mal-entendidos no grupo, no enfrentamento permanente entre o grupo interno –os modelos vinculares internos de cada um, distorcidos por determinadas situações ocorridas em algum momento da sua história– e o grupo externo no aqui e agora, a família atual, e não a pretérita, a da realidade externa, e não a internalizada.

Continua totalmente vigente, a meu ver, a ideia a respeito de que, quando alguém adoece, aparece a tendência à segregação do doente como depositário das ansiedades do grupo: tenta-se afastá-lo com a fantasia de que a ansiedade desaparecerá. Situação que se apresenta todos os dias nas famílias e para a qual devemos estar atentos para poder detectar essas tentativas impregnadas de segregação, muitas vezes formuladas como propostas de ajuda ao doente, reforçadas às vezes com opiniões de alguns colegas. Podemos nos encontrar, assim, com o fato de que, no decorrer de uma análise familiar, em determinado momento, a família possa nos propor: “Dr., já que o sr. entende o Pedro (o *porta-voz*) tão bem, por que não começa uma análise individual com ele?”

Pichon-Rivière introduziu também a dimensão transgeracional, por meio da sua metáfora da *cruz*: o indivíduo “está em uma cruz”: a linha vertical corresponde aos seus vínculos com as gerações anteriores (cadeia transgeracional), e a horizontal, aos vínculos com os contemporâneos, em primeira instância, com o seu grupo familiar, indicando o papel patógeno do *mistério* familiar, termo que não foi muito afortunado, mas que acredito adequar-se muito bem ao que muitas vezes percebemos nas famílias: que há ali um mistério subjacente aos conflitos que nos apresentam. Hoje, a partir de Racamier e outros, fala-se mais em *segredos*. Os segredos criam essa atmosfera de mistério, uma *conspiração do silêncio*, dizia, apropriadamente, Pichon-Rivière, às vezes, consciente, às vezes, inconsciente. A tentativa de enfrentar esse mistério é vivida como uma ameaça de catástrofe, e portanto a família resiste ao seu esclarecimento. Isso leva a um tratamento particular do doente, a uma forma de “cuidá-lo” de modo que os fatos fiquem ocultos, estabelecendo-o no papel de “doente”, tudo o que configura uma sutil (ou nem tanto) forma de segregação.

A tarefa corretora na família consistirá, para Pichon-Rivière, na redistribuição da ansiedade no grupo, na possibilidade de análise dos mal-entendidos, na reconstrução das redes de comunicação, em uma reformulação dos vínculos (eu diria que mediante a confrontação entre a vincularidade interna e a externa) e em uma reestruturação do interjogo de papéis. Um elenco de metas terapêuticas bom e válido.

Quero deixar um último comentário sobre a questão *psicanálise versus psicologia social*. O livro que reúne os textos mais importantes escritos por Pichon-Rivière se chama *Del psicoanálisis a la psicología social*¹⁵ e sua escola

14. A teoria do porta-voz foi enriquecida posteriormente por Kaës (2007/2010), com seu conceito de *funções fônicas*, acrescentando os conceitos de porta-sintoma, porta-palavra, porta-sonho e porta-ideal.

15. Na segunda edição, por razões que desconheço, mudou-se por *El proceso grupal*. Creio que o primeiro título era mais significativo e estava mais de acordo com o conteúdo do livro.

terminou se chamando Escola de Psicologia Social. Sobre seu conceito de psicologia social, Pichon-Rivière (1975) relata que em 1969 viajou a Paris, onde apresentou um trabalho que teve entre seus espectadores Jacques Lacan. No final da exposição, Lacan lhe perguntou: “*Pourquoi psychologie sociale, pourquoi pas psychanalyse?*”¹⁶

Pichon-Rivière diz que ficou pensando, que nesse momento ele preferia falar de psicologia social, porque desse modo a ênfase fica no problema do determinante, em última instância, dos processos psíquicos, no papel que cabe às relações sociais como condição de possibilidade da ordem humana e, conseqüentemente, do psiquismo, e da gênese do sujeito dentro da estrutura vincular, negando ou reformulando a teoria do narcisismo primário, o que o levava a definir –baseando-se fundamentalmente no Freud (1921) de *Psicología de las masas*– a psicologia como social.

Pichon-Rivière opunha essa ideia ao que considerava o idealismo lacaniano, onde a problemática do desejo aparece como uma problemática ideal, essencialista, enquanto ficavam escondidos os fundamentos, as bases materiais da historicidade do indivíduo, o senso histórico, que constitui o sujeito dentro da estrutura vincular, razão pela qual esse sujeito desejante é, antes de tudo, sujeito da necessidade e, por isso, é sujeito do desejo, tentando não desligar o indivíduo da sua inserção social e das demandas do seu corpo, e reafirmando a importância do conceito de necessidade e do interjogo necessidade-satisfação, interjogo intrincado no desenvolvimento das relações sociais. De todos os modos, creio que nessa “transição” da psicanálise à psicologia social influiu muito em Pichon-Rivière a rejeição que encontrou durante muitos anos, como dissemos, no ambiente psicanalítico “oficial”.

Não posso resistir à tentação de transcrever o parágrafo com que começa seu artigo “La psicología social” (Pichon-Rivière & Pampliega de Quiroga, 1970, p. 9):

O contraste que mais surpreende o psicanalista no exercício da sua tarefa consiste em descobrir, com cada paciente, que não nos encontramos diante de um homem isolado, senão diante de um emissário; em compreender que um indivíduo como tal não é só o ator principal de um drama que procura esclarecimento através da análise, mas também o porta-voz de uma situação protagonizada pelos membros de um grupo social (sua família), com quem está comprometido desde sempre e que incorporou ao seu mundo interior desde os primeiros instantes da sua vida.

Isso é o que Pichon-Rivière chama de psicologia social. Como analista, em 2014, estou totalmente de acordo com essa posição.

Então faria minha a pergunta de Lacan: “*Pourquoi pas psychanalyse?*”. E acho que temos o direito de responder que isso, na verdade, é psicanálise pura.

16. “Por que psicologia social, por que não psicanálise?”

Referências

- Bion, W. (1961). *Experiencias en grupos* (trad. Ángel Nebbia). Buenos Aires: Paidós.
- Freud, S. (1921). *Psicología de las masas y análisis del Yo* (p. 18). Buenos Aires: Amorrortu.
- Kaës, R. (2010). *Un singular plural. El psicoanálisis ante la prueba del grupo*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 2007)
- Lautréamont, C. (2007). *Los cantos de Maldoror*. Barcelona: Belacqua. (Trabalho original publicado em 1869)
- Losso, R. (2001). *Psicoanálisis de la familia. Recorridos teórico-técnicos*. Buenos Aires, Lumen.
- Losso, R. (2002). Vigencia de Enrique Pichon-Rivière. *Revista de Psicoanálisis*, 59(4), p. 883.
- Losso, R. & Packciarz Losso, A. (2011). Viejos y nuevos mitos en la familia. Mitos familiares y mitos sociales. *Revista de Psicoanálisis*, 68(1), pp. 139-150.
- Losso, R. & Packciarz Losso, A. (2012). La violence des mythes. Mythes familiaux et mythes sociaux. In A. M. Nicolò & A. Eigner (Eds.), *La violence dans les familles et les couples* (pp. 47-56). Paris: In Press.
- Pichon-Rivière, E. (1961-1963). Clases dictadas en la Primera Escuela Privada de Psiquiatría Dinámica, Buenos Aires.
- Pichon-Rivière, E. (1971). *Del psicoanálisis a la psicología social*. Buenos Aires: Galerna.
- Pichon-Rivière, E. (1975). Entrevista con Pichon-Rivière acerca de Jacques Lacan. *Actualidad Psicológica*, 12.
- Pichon-Rivière, E. (1979). *Teoría del vínculo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Pichon-Rivière, E. (1980). Una teoría de abordaje de la prevención en el grupo familiar. *Revista Argentina de Medicina Psicosomática*, 17.
- Pichon-Rivière, E. & Pampliega de Quiroga, A. (1970). *Psicología de la vida cotidiana*. Buenos Aires: Galerna.
- Pichon-Rivière, J. (2009). *E & A. Enrique y Arminda*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Stolorow, R. & Atwood, G. (1996). The intersubjective perspective. *Psychoanalytic review*, 83(2), pp. 181-194.
- Turillazzi Manfredi, S. & Ponsi, M. (Novembro, 1998). *Transfert, controtransfert e intersoggettività. Contrapposizione o convergenza?* Apresentado no seminário Intersoggettività, reciprocità e contenimento nello sviluppo infantile e nel lavoro clinico, Nápoles.
- Zito Lema, V. (1976). *Conversaciones con Enrique Pichon-Rivière sobre el arte y la locura*. Buenos Aires: Timerman.



De Memória

Reflexões institucionais

Alguns autores tiveram uma influência muito forte na psicanálise latino-americana. Um deles foi Donald Meltzer, cuja influência, mais do que teórica, foi sentida principalmente nos parâmetros técnicos da prática clínica. Para ilustrar os extremos aos quais chegaram seus seguidores, transcreverei a seguir um trecho da entrevista que fiz com Néstor Goldstein, publicada no segundo volume do meu livro *Cara a cara. Entrevistas profanas*:

M.L.: ... Estava pensando na velha teoria de Donald Meltzer, de que, se você mudar de gravata ou pendurar um quadro no consultório, isso vai afetar o paciente profundamente.

N.G.: Quando Meltzer veio a Buenos Aires e trouxe essas teorias, todos tínhamos que usar a mesma gravata e não trocá-la, tirar os quadros do consultório, usar o mesmo terno, atravessar a rua, se víamos que vinha um paciente, e coisas desse tipo. Eu fiz isso mais ou menos. Pouco a pouco, a situação foi se amenizando e voltamos a usar qualquer gravata e a pendurar os quadros que queríamos no consultório. O interessante desse caso é que mais ou menos em 1990 Meltzer voltou a Buenos Aires. Eu era presidente da APA nesse momento e perguntei a Horacio Etchegoyen se podíamos convidá-lo para dar uma conferência, e ele me disse que sim. Promovemos o evento, havia muita gente no salão grande da APA etc. Quando se aproximava a hora em que ia chegar, fui ao térreo e fiquei perto da entrada para receber Meltzer formalmente com todo o protocolo da minha investidura como presidente. Em um certo momento, vou para dentro e, quando viro, vejo que entra um senhor barbudo, com calças jeans meio rasgadas, e digo ao segurança: “Cuidado, dê uma olhada em quem entrou”. E acontece que era Meltzer, havia mudado totalmente. Estava muito solto, foi muito simpático, muito agradável, não estava interessado em como se vestia nem nada desse tipo, nada a ver com o cuidado obsessivo que havia nos imposto da primeira vez. Deu uma bela conferência e fiquei pensando em quanto a patologia de cada um influi em sua aplicação posterior na teoria ou na clínica analítica, não?

* Sociedad Peruana de Psicoanálisis.

M.L.: Deve haver alguma moral nessa história, porque já estamos entrando no assunto de como se mistura o pessoal com a prática [e agora acrescento: e com o institucional, o ideológico e o político].

N.G.: Sem dúvida, o Meltzer que recebi como presidente 30 anos depois não tinha nada a ver com o Meltzer que havia dito que era necessário tirar os quadros do consultório. Nessa última conferência falou da apreensão da beleza, enquanto que da primeira vez havia toda uma série de cuidados técnicos para manter uma assepsia no setting que praticamente fazia com que ficássemos imóveis. Não sei em profundidade o que aconteceu com a sua vida, mas sei que se separou, que voltou a se casar, que teve a perda da segunda mulher... o certo é que mudou, já não era o mesmo... A mesma coisa aconteceu com Melanie Klein, no final aqui eram mais kleinianos do que ela... Não era que nos vendiam espelinhos coloridos e nós comprávamos acreditando que eram joias, tudo chegava rodeado de um corpus teórico muito sólido, muito estruturado, então isso impressionava (Lemlij, 2011).

Sobre o mesmo tema, Andrés Rascovsky me comentou na entrevista publicada no primeiro volume de *Cara a cara*:

A estruturação oferecida por Meltzer influenciou enormemente por conta da transferência que havia com a Sociedade Britânica. A necessidade, por exemplo, de manter o consultório livre inclusive de imagens para que isso não influenciasse o paciente e a constância objetal que Meltzer valorizava tanto. Lembro-me da história, e isso é real, de que trazia no casaco uma bolinha de merda que um paciente havia deixado, uma criança, dois anos antes. Ele não trocava de casaco, para dar uma imagem de constância permanente. Essa obsessão exagerada com o enquadre analítico fez com que muitos transformassem seus consultórios nesse momento, a frequência, a constância, isso que não muda o enquadre. O engraçado é que, anos depois, meu pai se encontrou com Meltzer, e ele comentou que lembrava que veio à Argentina alguns poucos meses depois da morte do seu pai e que ele se sentia muito mal, enormemente obcecado. Pensava que havia estado em um estado mental muito questionável. Tudo o que havia sido visto aqui como consequência de um certo apostolado quase religioso, Meltzer leu depois como fruto de um luto patológico em que havia entrado. As ironias da vida, não? (Lemlij, 2011).

Essas histórias contadas pelos meus dois colegas e amigos argentinos me levaram a pensar que na América Latina abraçamos com relativa facilidade as ideias de um messias carismático para montar uma plataforma ideológica que nos permita funcionar na clínica. Como Rascovsky me disse, não temos consciência da ideologia implícita na nossa prática. E é que, a meu juízo, não existe separação entre teoria, prática clínica e política institucional. Cada um desses âmbitos psicanalíticos influencia nos outros dois. Por exemplo, a decisão

política de admitir psicanalistas homossexuais como membros da API repercutiu na aproximação teórica e clínica à homossexualidade. Não são poucas as vezes em que a discussão política precede novos desenvolvimentos teóricos ou clínicos. Por isso, quando os editores de *Calibán* me propuseram que escrevesse um artigo sobre a situação atual da psicanálise latino-americana, pensei que era uma oportunidade para dividir algumas reflexões sobre o âmbito político institucional, ao qual frequentemente não se presta suficiente atenção.

Estamos perto de eleger o próximo presidente da API, que será latino-americano, em consonância com a norma de rotação da presidência entre as regiões. Será o terceiro da nossa parte do continente a ocupar o cargo máximo da nossa organização mundial. Vale a pena recordar o que aconteceu nas eleições anteriores de presidentes latino-americanos: a primeira foi uma disputa entre dois candidatos que eram membros das duas sociedades argentinas mais importantes: Jorge García Badaracco (APA) e Horacio Etchegoyen (APdeBA). Ganhou Etchegoyen, que se apresentava com Ana Maria Andrade de Azevedo, membro de uma das maiores sociedades do Brasil (SBPSP), como secretária. Na segunda vez, ganhou Claudio Eizirik, membro da SBPSP, que levou Mónica Armesto (APA) como secretária.

A partir dessa revisão, chega-se a uma conclusão óbvia: as eleições para a presidência latino-americana da API são decididas pelos votos argentinos e brasileiros, dada a grande quantidade de membros que têm as numerosas sociedades dos seus países, algo que supera amplamente a do resto de sociedades da nossa região. Mas isso não acontece somente no que diz respeito à presidência e à vice-presidência, também acontece no caso do tesoureiro e dos representantes regionais que integram a Junta de Representantes.

Até onde se sabe, nesta oportunidade, a única aspirante à presidência é membro da APdeBA, de cujas filas já saiu um presidente, e seu vice-presidente é um membro da SBPRJ. Não se tem notícia de que algum dos ex-presidentes da Fepal, como Marcelo Viñar, Leopoldo Nosek, Guillermo Carvajal, Saúl Peña ou Abel Fainstein –que será presidente por mais alguns meses–, para mencionar alguns dos mais notáveis, ou algum outro colega, cujas capacidades sejam reconhecidas para além das fronteiras da sua cidade ou do seu país, ou seja, alguém claramente representativo do universo psicanalítico latino-americano, esteja disposto a aceitar o desafio de dirigir os destinos da API. Seria necessário pensar seriamente por quê.

Na minha opinião, parte da resposta pode ser encontrada ao analisar a pouco estimulante situação geral da psicanálise no mundo. Gunther Perdigão, ex-secretário geral, colega latino-americano residente na América do Norte, informou, em sua última coluna no Boletim Informativo Eletrônico da API, que o índice de crescimento da nossa organização diminuiu drasticamente, fenômeno acompanhado pelo aumento da idade média dos membros. Em poucas palavras: a API está se convertendo de maneira galopante em uma organização de anciãos. A que se deve isso? À incapacidade que mostramos de atrair os jovens mais inteligentes e promissores para nossa disciplina, para abraçar a carreira psicanalítica ou para se analisar. Essa situação tem uma correlação econômica: pela primeira vez, o orçamento da API diminuiu com relação ao ano anterior, com a intenção de economizar para os anos de vacas magras que vão chegar.

Pois bem, quais são as razões que fizeram com que chegássemos a essa situação? Estou convencido de que uma das mais importantes é que as mudanças que aconteceram nos últimos 20 anos, na API, são resultado de processos que, em vez de fazer com que nossa instituição seja mais democrática, tiveram o efeito contrário. Não discuto, de nenhuma maneira, a qualidade dos diretores e representantes escolhidos; o problema principal que vejo é o isolamento em que se mantém com relação às sociedades e ao resto dos membros.

Na década de 80, o Conselho Executivo da API era composto por presidente, secretário, três vice-presidentes pela América do Norte, três vice-presidentes pela Europa, dois vice-presidentes pela América Latina e um tesoureiro, todos eleitos por voto universal. Durante a presidência de Robert Wallerstein, somou-se um vice-presidente latino-americano aos dois que já havia, o que fez com que a representação da nossa região ficasse em pé de igualdade com a América do Norte e a Europa. O Conselho Executivo completava-se com três secretários, um para cada região, designados diretamente pelo presidente, que participava das sessões com voz, mas sem direito a voto. A paridade entre as regiões alcançou-se por completo quando foi decidido que a presidência – e posteriormente a tesouraria – se alternaria entre as três regiões.

Durante a presidência de Joseph Sandler, na década de 90, a pressão dos presidentes das sociedades integrantes levou à formação de um Comitê de Reorganização da API, que, sob liderança de Jorge Olagaray, propôs a criação da Câmara de Delegados. Esse novo órgão na estrutura de governo era formado por sete presidentes das sociedades integrantes de cada região. Eram os próprios presidentes das sociedades que escolhiam entre eles seus representantes regionais. A Câmara de Delegados não só permitia que as sociedades participassem do governo da API, senão que também se converteu em uma pródiga fonte de novos líderes internacionais que, depois de terminados os seus mandatos, continuaram trabalhando, seja em outros cargos de direção ou nos diversos comitês da API ou das suas organizações regionais.

Nos alvares do novo milênio, o presidente Otto Kernberg realizou uma nova reforma da estrutura de governo da API. Eliminou a Câmara de Delegados, e o Conselho Executivo foi substituído pela Junta de Representantes, composta pelo presidente, pelo secretário, pelo tesoureiro e por sete representantes para cada região. No início, dois desses representantes eram eleitos universalmente, e o resto só pela sua região. Atualmente todos os representantes são eleitos exclusivamente pelos membros das suas regiões. Além disso, decidiu-se somar ao Conselho Executivo, formado pelo presidente, pelo vice-presidente (antes secretário geral) e pelo tesoureiro, o presidente eleito. Apesar de que a intenção era que o presidente eleito se familiarizasse com a administração da API antes de assumir o cargo, na prática tem o efeito de que o presidente em exercício perde uma cota de poder, o que, somado ao fato de que não tem uma equipe de colaboradores próximos como quando havia secretários regionais designados, termina em que pode ter uma Junta de Representantes adversa, que complique a execução das iniciativas e dos projetos pelos quais os membros o elegeram.

A reforma que fez com que agora não só possam votar quem participa da Assembleia Administrativa senão que todos os membros possam fazer o mesmo pelo correio não ampliou tanto como se esperava a participação dos membros

nos assuntos da API. Dos 12 mil psicanalistas, apenas cerca de 3.000 exercem seu direito de voto. Mais exatamente, o que aconteceu foi que nunca mais houve um debate amplo e aberto sobre as propostas das autoridades submetidas à votação; consequentemente, sempre foram aprovadas. Não existe um lugar em que os membros possam ser escutados pelos diretores e pelos demais integrantes. A democracia não se reduz à votação, deve existir a possibilidade de debater desde baixo e de forma transversal. O debate não pode se reduzir a uma elite. Em resumo, na prática, o que temos na API é uma espécie de ditadura sob a forma de uma democracia plebiscitária.

A situação mundial da psicanálise que descrevíamos antes não é a mesma em todos os países ou regiões. De fato, na América Latina, assim como na Europa Oriental e na China, o número de psicanalistas continua crescente em bom ritmo. Para sustentar esse crescimento, recorreu-se a enquadres psicanalíticos não tradicionais: a análise condensada, a análise *shuttle* ou a análise telefônica ou por Skype. Uma boa pergunta é se foi previsto que impacto isso terá para o desenvolvimento futuro da nossa disciplina e da nossa profissão. A resposta é não. Essas modificações técnicas realizadas por motivos de política institucional não mereceram o amplo debate correspondente. Quais são as consequências disso? Atualmente há uma grande confusão entre *insight* psicanalítico, experiência psicanalítica e processo psicanalítico. Não está claro, por exemplo, que um amigo pode me oferecer a possibilidade de ter um *insight* tomando um café comigo, que posso aproveitar por conta da minha experiência psicanalítica, sem que aconteça um processo psicanalítico.

O que os latino-americanos queremos da API? Não temos um projeto definido para nossa organização mundial. Teríamos que defini-lo no seio da Fepal e contar para isso com a liderança fundamental de uma equipe de primeira, formada por quem dirigiu com sucesso a Fepal ou suas sociedades, ou que tenham sido diretores da API, e que, além do mais, constitua-se em uma espécie de *kitchen cabinet* que colabore intimamente com o próximo presidente latino-americano. Penso que quem foi presidente da Fepal, de uma sociedade ou membro da Junta de Representantes da API em representação da nossa região tem a responsabilidade de continuar participando ativamente da política institucional até se aposentar profissionalmente. Além disso, o presidente latino-americano deverá ter uma agenda latino-americana produto de um debate em toda a nossa região. Por exemplo, as atividades e projetos realizados pelo Instituto Latino-Americano de Psicanálise (Ilap) devem ser discutidos em e pelas sociedades, não só entre uma cúpula.

O principal problema da psicanálise na América Latina não é a sua produção científica, mas sim o que fazemos politicamente. A crise começa a ser sentida em alguns dos nossos países. Por exemplo, apesar de a tarifa de uma sessão psicanalítica poder chegar, em alguns lugares, a US\$ 200, cada vez há mais casos em que chega apenas a US\$ 20. Como poderemos então atrair jovens profissionais de destaque para que se incorporem à nossa profissão? É preciso realizar uma enérgica campanha de divulgação das benesses da psicanálise na comunidade acadêmica, nos hospitais e nas demais instituições de saúde –por exemplo, sustentando o valor da participação dos psicanalistas nos programas de saúde

pública-, e na sociedade em geral. Sem dúvida, isso resultará em um aumento do número de pacientes psicanalíticos e, com isso, no interesse em se unir à nossa profissão.

Antigamente a diretoria da Fepal era composta por membros de uma mesma sociedade, que tinha por missão dirigir a instituição por rotação. Quando foi a primeira vez da Sociedad Peruana de Psicoanálisis, Saúl Peña foi eleito presidente e eu fiz parte da sua diretoria como secretário de Publicações, que foram muito importantes durante esse período. Foi editado, por exemplo, *Psychoanalysis in Latin America*, livro em inglês que compilava os trabalhos que cada sociedade latino-americana havia escolhido como representativo e que teve prólogo do então presidente da API, Joseph Sandler, do presidente entrante, Horacio Etchegoyen, e do presidente da Fepal, e que foi distribuído amplamente entre psicanalistas de língua inglesa com o apoio da API. Foi editada também uma versão em espanhol. Além disso, foram editados dois números da *Revista Latino-Americana de Psicanálise* que continham uma seleção muito boa dos trabalhos clássicos dos autores latino-americanos mais importantes. Desde então a Fepal não realizou um projeto editorial de envergadura, fora da revista *Calibán*. O esforço feito por Saúl Peña para levar adiante a *Revista Latino-Americana de Psicanálise* não teve continuação. Uma tarefa que proponho para a próxima diretoria da Fepal é colocar à disposição das novas gerações uma reedição dos dois números dessa revista em formato eletrônico.

Se mencionei esses exemplos no campo editorial que conheço bem por experiência pessoal, é porque tenho certeza de que as diversas diretorias realizaram contribuições importantes em diferentes âmbitos do ofício psicanalítico latino-americano. Em tal sentido, parece-me de vital importância que a Fepal empreenda a tarefa de construir uma memória. Para isso, deveria ser pedido a todos os que exerceram a sua presidência que fizessem uma breve história da sua gestão e das iniciativas incompletas que poderiam ser retomadas ou avaliadas.

Os latino-americanos devemos impulsionar, decididamente, um amplo processo de democratização de todas as instituições psicanalíticas. Para isso, devemos começar por propor que sejam contemplados mecanismos para que a eleição do presidente, do vice-presidente e do tesoureiro da API não seja determinada pelo chauvinismo que geralmente leva os membros a votar nos candidatos que pertencem à sua mesma sociedade, o que faz com que na prática sejam as sociedades mais numerosas as que decidem o futuro da nossa organização mundial. Poderia ser proposto, por exemplo, que a rotação dos cargos não seja só regional, mas sim sub-regional. A mesma coisa vale para a eleição dos representantes regionais. No nosso caso, isso se traduziria em evitar a hegemonia dos colegas argentinos e brasileiros. As eleições devem ser ganhas pelos candidatos mais capacitados e que apresentem os melhores programas, mesmo quando forem membros de uma sociedade muito pequena e só possam contar, portanto, com uma reduzida quantidade de votos cativos por conta do chauvinismo.

Na Fepal, temos que ter claro o que queremos da API. O presidente atual, Stefano Bolognini, destacou recentemente o valor da participação contínua dos membros da API em nível científico, administrativo, institucional e comunitário,

algo sobre o qual ninguém pode ser contra. As iniciativas que está realizando não só devem continuar senão, especialmente, serem potencializadas por quem o suceder. Se o próximo presidente latino-americano não tiver um projeto, um em que um dos núcleos centrais deve ser a participação das organizações regionais e das próprias sociedades –que são as que estão em contato mais estreito e permanente com os membros– no processo de tomada de decisões da API – integrando-as a um órgão de governo semelhante à antiga Câmara de Delegados–, passará pelo cargo sem pena nem glória, o que fará com que se perca uma oportunidade importante de potencializar o desenvolvimento da psicanálise não só na nossa região, mas no mundo todo.

Referências

Lemlij, M. (2011). *Cara a cara. Entrevistas profanas*. Lima: Sidea.

Psicanálise no Brasil: uma foto virtual, apenas...

I

A História me assombra e ultrapassa. Sua presença inevitável propõe que, para cada gesto meu, seu horizonte se apresente numa dimensão que permitirá apenas que eu me mantenha como suspeito de mim mesmo. Suspeito do que imagino serem minhas convicções, do que pretendo afirmar como fatos, do que se apresenta a mim como questão e as conclusões que eu poderia determinar. Estou num tempo e num lugar, tenho uma ideologia assim como interesses, estou numa ecologia de crenças pessoais e culturais. Nos interstícios dessa complexa trama procuro minha forma e minha liberdade.

Com essas dúvidas, estou diante do que se me pede para relatar: a história da psicanálise no Brasil. Isso me é solicitado candidamente, como quando as crianças pedem um relato antes de dormir. Que história lhes contaremos? Com que finalidade? Ficarão tranquilas se o relato não contiver monstros? Estarão pacificadas se o relato não contiver imagens que lhes figurem seus amores, seus ódios, suas rivalidades, suas paixões? Será que essas histórias lhes possibilitarão as travessias que apenas permitem uma efêmera tranquilidade? Inevitavelmente buscamos essa breve paz que nos ajudará na dura passagem dos dias, que nos auxiliará nos trajetos cotidianos entre o hábito e o imprevisto e também nos saltos abissais da vigília para o sono e deste para outro dia nunca antes percorrido. A história me dará continência. Deste modo *Calibán* docemente me sussurra: conte-nos a História da Psicanálise no Brasil. Por quê? Com qual finalidade? Para tranquilizar? Para instrumento de luta? Para nos conhecermos? Para, ao se revelar nossa história, podermos dar um passo a mais na direção da apropriação de nossa identidade? Por outro lado, sabemos, como psicanalistas, duvidar de um projeto totalizante e nos contentar com pequenos passos efêmeros e transitórios. Desse modo comemoramos o breve êxito de um sonho construído e este apenas nos permitirá caminhar para o inevitável e necessário próximo sonho.

Anos atrás, quando era editor da revista *IDE*, com um grupo pensei em recuperar a história de nossa sociedade psicanalítica. Com finalidades comemorativas pretendíamos contar a épicada do nascimento da psicanálise em nosso meio: seus pais, seus antecessores e seus padrinhos. História que atingiria seu

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

apogeu, é claro, no momento de seu relato que então seria apresentado como o final de um percurso exitoso. Entrevistamos os pioneiros, coletamos documentos e ouvimos seus relatos. O que começou a se esboçar diante de nossos olhos foi que a história não somente não seria recuperada como também que teria que conter naquele momento intimidades e interpretações que certamente ultrapassavam nossos propósitos. A épica se transfiguraria em aspectos trágicos e, como deveríamos ter suspeitado de início, os heróis eram humanos e sua peregrinação caberia apenas no que nos é próprio: um relato analítico que acontece apenas no templo ou alcova sacralizados e sexuados, na sala onde pode ocorrer uma análise. A nossa história, mesmo em sua possibilidade pequena de revelação, passaria inevitavelmente por amores, paixões, incestos, assassinatos, além dos bucólicos amores e filiações com os quais gostamos de contar para os mais novos a sua origem. Além disso, a análise crítica de nosso meio social e cultural ultrapassava nossa competência. Desse modo, naquele momento a opção foi desistir de uma tarefa além de nossas condições. Fizemos, com alguma ousadia, o *Álbum de família*. Esse livro, como as histórias oficiais de família, conteria apenas fotos de momentos da vida dos pioneiros. Essas fotos e apenas alguns ensaios introdutórios oficialmente revelariam a impossibilidade da tarefa naquelas páginas, mas que poderiam ser percorridas com o prazer e a fantasia com que OLHAMOS antigas coleções de fotos. Convidávamos nosso leitor a sonhar a partir das imagens e que estas fossem apenas estímulos para continuar pensando e imaginando. Mantivemos também a ideia do tempo histórico, pois essas imagens pertenciam a um tempo e a um lugar definidos. Intercalamos fotos de acontecimentos, da história brasileira e da história do mundo, contemporâneos às imagens pessoais dos pioneiros que se apresentavam diante dos olhos do curioso. Outro convite para o pensamento. Tampouco podíamos pensar no movimento das ideias, na discussão objetiva entre as diferentes escolas psicanalíticas, assim como ignoramos ideologias, interesses. Apenas um romance familiar sem pretensão à verdade histórica.

Naquele momento não tivera contato ainda com a obra *Imagens apesar de tudo*, de Didi-Huberman (2012). Nesse livro, Huberman faz uma profunda análise de quatro fotos que sobreviveram o campo de morte nazista de Birkenau. Algum fotógrafo anônimo as realizara com o propósito de não deixar sem representação algo que os algozes pretendiam que se realizasse sem marcas e “sem o Kadish”, a oração dos mortos. São quatro fotos bastante precárias, mas a análise que Huberman faz a partir delas e a polêmica em que se envolve com Claude Lanzmann, autor de documentário *Shoah*, para quem o Holocausto é irrepresentável, são essenciais. Essa discussão é de interesse notável para nós, psicanalistas, que estamos envolvidos na tarefa clínica de criação de representações e de imagens através do trabalho do sonho. Aliás, Huberman se vale do conceito freudiano de “*Traumarbeit*” em sua discussão.

Didi-Huberman, baseado em Walter Benjamin e Aby Warburg, pretende criar o que chama método arqueológico: dizia que, em cada imagem que olhamos e relacionamos com outras imagens e textos, podemos descobrir pontos de convergência e múltiplas temporalidades diferentes. O filósofo define o olhar arqueológico como a capacidade de comparar o que vemos no presente, o que

sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido. Analisar imagens antigas é como analisar ruínas. Quase tudo está destruído, mas resta algo. O importante é como nosso olhar põe esse algo em movimento. Quem não sabe olhar atravessa a ruína sem perceber.

Aby Warburg, criador da biblioteca Warburg, possivelmente a biblioteca atual de humanidades mais importante, tem tido sua obra revista e retomada. Criou um método em que todas as disciplinas de humanidades se relacionavam umas com as outras. Ocupou-se das imagens como processo civilizador que ainda não é linguagem, mas, ao serem geradas, estariam a meio caminho entre a magia e o logos, e onde o espaço simbólico criado apresenta o espaço reflexivo e de ponderação entre o ser humano e seu entorno de natureza e sociedade. Esse movimento não é cumulativo, mas necessitará a cada momento que seja recriado. Criou um instituto que se dedicou nessa transdisciplinaridade a uma hermenêutica da cultura. Após o contato com esses autores, surge-me a ideia de novamente privilegiar uma imagem.

II

Assim, mais uma vez, vejo-me diante da História e, diante de minha precariedade, contarei apenas uma história. Como se diz em nosso dialeto, não pretendendo capturar o objeto em sua dinâmica, contarei apenas uma vinheta clínica, ou melhor, farei um percurso ao redor de uma foto virtual. Passo a ela:

Virgínia Bicudo gostava de contar como, do grupo liderado por Durval Marcondes, ela foi a primeira a deitar no divã de Adelheid Koch. Aliás, dizia ela, “fui a primeira pessoa a me analisar no Brasil, na América Latina talvez”. Poderíamos começar com a difícil pergunta: quem são esses entes definidos por letras maiúsculas? Quem são Adelheid Koch, Virgínia Bicudo e Durval Marcondes, Brasil e América Latina? Posso dá-los como supostos ou prometer que ao fim deste relato os conheceremos?

Cortázar diferencia o romance clássico do conto fazendo uma comparação analógica com o cinema e a fotografia. O cinema, como o romance, é uma “ordem aberta”, enquanto uma fotografia propõe uma justa limitação prévia. Diz Cortázar que “fotógrafos da categoria de um Cartier-Bresson ou de um Brassai definem sua arte como um aparente paradoxo: o de recortar um fragmento da realidade, fixando-lhe determinados limites, mas de tal modo que esse recorte atue como uma explosão que abra de par em par uma realidade muito mais ampla, como uma visão dinâmica que transcende espiritualmente o campo abrangido pela câmara. O fotógrafo, assim como o contista, sente a necessidade de escolher e limitar uma imagem ou um acontecimento que sejam significativos, que não só valham por si mesmos, mas também sejam capazes de atuar no espectador ou no leitor como uma espécie de abertura, de fermento que projete a inteligência e a sensibilidade em direção a algo que vai muito além do argumento visual ou literário contido na foto ou no conto”.

Assim, vejamos nossa foto de Virgínia Bicudo (1910-2003) no divã. Imaginemos uma velha foto de família e que nela vemos três personagens. Imaginemos que Virgínia se encontra deitada num móvel de expressão europeia e portanto

estranho ao seu meio de origem. Outro móvel, possivelmente uma *bergère*, é mais familiar a quem se senta atrás, Adelheid Koch (1896-1980). Deve ter sido trazida em navio juntamente com seus móveis pessoais por essa peculiar alemã em sua viagem de imigração para os trópicos. Ela mal fala português. Essa cena é observada e patrocinada num ponto virtual da foto por um senhor bastante elegante e que facilmente pode ser reconhecido como pertencente à elite econômica e cultural do Brasil. Estamos diante de Durval Marcondes (1899-1981). Pela decoração, roupas, penteados e jeito da foto, estamos claramente na década de 30. Estamos na casa de Durval, que é também seu consultório e será sede da Sociedade Psicanalítica de São Paulo. Os três personagens da foto serão essenciais a essa organização durante toda a sua vida.

Observando um pouco mais detidamente, vemos que Virgínia Leone Bicudo é mulata. Sua história é uma história brasileira comum. Por parte de pai, é neta de uma escrava e de um avô desconhecido: este seria o senhor de escravos? Seu filho? Algum dos agregados da fazenda? Jamais saberemos, assim como restará em mistério a origem de tantas famílias históricas em nosso meio. Seu pai, Teófilo Julio, era um “empregado de dentro”, trabalha na casa-grande de uma fazenda paulista de café. Lá conhece e se casa com Giovanna Leone, a filha de imigrantes italianos vindos ao Brasil em 1897. Todos trabalham em lavoura de café pertencente a Bento de Augusto de Almeida Bicudo. Este, caracteristicamente entre os proprietários de fazendas, pertence ao partido Republicano paulista, é senador do Congresso Legislativo Estadual e é um dos fundadores do jornal *O Estado de São Paulo*. É a tradicional brasileira *Casa-grande & senzala* no seu modelo paulista. Deveríamos neste ponto voltar a Gilberto Freire, mas resumidamente esse modo de produção caracteriza-se, entre outros aspectos, por ser monocultura, baseada em trabalho escravo, voltada para a exportação, com grande independência do Estado ou, melhor dito, é possuidora do Estado brasileiro. Na casa-grande, há convivência próxima entre escravos e senhores, a miscigenação é comum. É um regime paternalista e autocrático. Lembremos que, por ocasião do bloqueio inglês ao tráfico de escravos, instala-se no Brasil uma política de imigração em moldes cruéis, pois o intento é de apenas substituir a mão de obra escrava que se tornara demasiado cara. Ao contrário da imigração aos EUA, pelas leis aprovadas pelos cafeicultores paulistas, os imigrantes são proibidos de adquirir terras e devem pagar as despesas de sua viagem ao proprietário de terras. O regime é de tal despotismo que a Prússia proíbe seus cidadãos de imigrar para o Brasil. A ideologia, e a própria constituição, são liberais, mas a forma real não lhe corresponde. Na prática a imigração pretende apenas suprir a carência de mão de obra escrava. Mesmo assim, a escravidão tem no Brasil seu último expoente e, ao seu término, a república se instala num simples golpe militar. Segundo Gilberto Freire, a casa-grande completada pela senzala representa todo um regime econômico, social e político.

Voltando ao pai de Virgínia, Teófilo, em algum momento este adota o sobrenome Bicudo. Estava conforme o costume, após a abolição, de, por não terem sobrenome, os ex-escravos adotarem o sobrenome do seu antigo senhor. Vemos na foto que Virgínia tem o cabelo “ruim”, como diz o povo, incorporando e aceitando o preconceito. De fato, Virgínia é uma linda jovem, aliás todos na

foto chamam a atenção por uma elegante beleza que, como sempre é, somente a encontramos quando temperada por inteligência e cultura.

Mas Virgínia tem também o nome Leone, italiano de origem como vimos acima. Sua mãe, chamada de início Giovanna e depois abrigada para D. Joaquina, chamou a atenção, por sua inteligência, do liberal Bento Bocado que, de forma paternalista, patrocinou-lhe os estudos. Conhece o filho de escrava Teófilo Júlio, casa-se com ele, muda-se para São Paulo e têm seis filhos, a segunda dos quais é Virgínia. Esta estuda sociologia, premiada por suas contradições, e lá conhece Durval Marcondes, professor de psicanálise, disciplina que tentava divulgar desde os anos 20.

Voltando para a nossa foto, nosso olhar estranha uma mulata nesse ambiente tão elegante e europeu de alguma forma, que se pode vislumbrar na sala em que aquele evento ocorre. Hoje, em 2014, ainda temos nosso “apartheid”. Sabermos pela voz de Virgínia que foi a dor da sua situação que a levou da pesquisa sociológica para a pesquisa em áreas de seu espírito. Ainda hoje é absoluta exceção encontrarmos negros ou mulatos em nossos institutos de formação. Tampouco nos escandalizamos com essa raridade, que também não consta da preocupação de nenhum instituto. Ao contrário, nossas casas possuem quartos para servidores domésticos, herança da casa-grande e dignos representantes atualizados da senzala. Hoje, 126 anos após a abolição da escravatura, continuamos a professar nossas características ideológicas liberais sobrepostas a um enorme atraso das estruturas sociopolíticas. Apenas há poucos meses pensa-se em dar direitos trabalhistas aos atuais “empregados de dentro”, aliás com bastante escândalo por parte das nossas elites.

Outra experiência de dor se visualiza na segunda mulher na foto. É loira, cabelos lisos e muito bonita. O relato de Virgínia sempre chama a atenção para o deslumbramento que essa figura lhe trouxe numa primeira visão. “Era linda, com seu chapéu maravilhoso.”

Já Flávio Dias, um outro participante (oculto nessa foto) da cena de origem da psicanálise em São Paulo, contava outra história. Adelheid Koch lhe contara que veio ao Brasil para praticar psicanálise, mas que também havia trazido um pequeno capital e, se a psicanálise não prosperasse, ela abriria uma fábrica de chapéus. Um clássico da épica da imigração de refugiados judeus da Europa em vias de sua ocupação pelo nazismo. Prenunciando a destruição dos judeus na Europa, Ernest Jones ajuda os psicanalistas centro-europeus a se refugiar em outros centros. Para tal, contactara Durval Marcondes para patrocinar a vinda de Adelheid Koch. Ela, que era alemã e se analisara com Otto Fenichel, e pertencia ao instituto de Berlim filiado à IPA, deveria vir ao Brasil para analisar e formar o primeiro instituto, creio, da América Latina. Acredito que estamos também vendo na foto o gesto inicial da psicanálise clínica no nosso continente. Adelheid chegou em 1936 e ainda mal falava português quando essa cena acontece. Como episódio anedótico, lembro o que nos conta Flávio Dias: a pedido de Adelheid, lhe havia feito uma lista de palavras em português para que ela pudesse utilizá-los nas análises que conduziria. Numa foto real da época que consta do *Álbum de família*, vemos Adelheid e suas filhas atrás de um tanque lavando roupas, quadro inusitado para as elites que se interessaram pela psicanálise. Não vou aqui recordar o inenarrável drama judaico

daqueles anos. Os leitores podem facilmente fazer suas associações acerca dessa época.

Lembro agora que no Brasil vivíamos na década de 30 um momento peculiar onde aspectos de fascistas do governo Vargas conviviam com a primeira onda de modernização e industrialização. A ideologia do Estado Novo, regime ditatorial que se instala em 1937, oscilará entre simpatias para com o nazifascismo e o fascínio pelo poderio econômico americano. Somente em 1943 definirá seu lado no confronto europeu optando pelas democracias liberais, não sem antes aprovar uma série de leis antisemitas. De qualquer modo o país vive uma transição das classes no poder sendo que a antiga elite agrária, fazendo face à crise de 1929, sofre um choque que atinge em cheio o modelo único da monocultura voltada para a exportação. A industrialização põe em cena novas elites urbanas e industriais, e um operariado educado politicamente na Europa, que aqui chega num novo movimento migratório. As antigas elites ocupam profissões liberais e lugares de funcionários privilegiados do Estado que, no novo modelo, também se presta a funcionar em moldes de lhes dar sobrevida. Como exemplo, lembremos que até os anos 70 as cátedras nas universidades serão ocupadas por membros das antigas elites. Enquanto isso, os novos imigrantes ocupam-se de desprezadas atividades ligadas à economia. Ocupam lugar de relevo no comércio, na indústria e na construção. Assim é com a colônia italiana, judaica, árabe, japonesa etc. São Paulo é o lugar central para onde se dirige essa nova onda imigratória, e o país assiste a um crescimento relevante da urbanização.

Durval Marcondes, que patrocina a cena entre Adelheid Koch e Virgínia Bicudo, é originário dessa elite de origem agrária e hegemônica até os anos 20. Médico, é próximo das elites intelectuais de São Paulo e, como tal, participa da Semana de 22. Esse evento é marcado como origem do movimento modernista no Brasil. Interessa-se por psicanálise e inicia correspondência com Freud, a quem envia o primeiro número da *Revista Brasileira de Psicanálise*, em 1928, que voltará a ser editado novamente apenas em 1967. Acredito que esse movimento artístico e cultural tem origem no desenraizamento que surge da transformação do lugar social que a aristocracia rural enfrenta. É interessante como os participantes do movimento modernista se interessam e leem Freud nessa época. Um pouco mais tarde, em 1928, o *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade cita Freud três vezes. Esse manifesto critica a forma como as elites lidavam com a cultura que vinha da Europa sem filtrá-la para a especificidade do nosso meio. Propunha que tivéssemos uma apropriação cultural cujo modelo seria a degustação que o bispo Sardinha sofrera por parte dos índios caetés. Devorado por índios antropófagos, o primeiro bispo no Brasil passaria a ser o modelo para a incorporação da cultura que vinha de outros centros. Canibalizada a cultura, destruída ao se tornar carne do habitante local, esta se tornaria desse modo adaptada ao nosso meio e à nossa verdade. Há na leitura de Freud por parte dos modernistas um peculiar apreço pelo vértice pulsional que, unido a outras forças primitivas, metaforizadas pelos nossos selvagens, seriam o motor da transformação e do progresso do novo mundo. Esse modo de pensar é profundamente irreverente e original. Nele encontramos o apreço pelo primitivo, pelo espontâneo, pelo irruptivo e pelo dessacralizado, que entranha profundamente

movimentos culturais posteriores como o Tropicalismo na música, o Cinema Novo, o teatro de Nelson Rodrigues, a chanchada, movimento que se opõe ao obscurantismo e à censura na ditadura militar e tantos outros movimentos que acabam por se tornar parte de nossa natureza e que são facilmente reconhecidos por um olhar que nos observe de fora.

Penso que, por sua origem, essa intelectualidade aristocrática não poderia adotar o movimento crítico de origem marxista que fora trazido por essa segunda onda migratória. Adelheid Koch chega ao Brasil pouco tempo depois de Olga Benário. Ambas têm a mesma origem, Berlim, mesmo que vivessem em universos de ideias extremamente distantes. Trazem ambas ideias tipicamente europeias que, misturadas com o que se encontra no país que as recebe, terão destino peculiar. Uma pretende divulgar a psicanálise, a outra vem imbuída de projetos de transformação social, é presa em 1935 e mandada de volta à Alemanha, onde vem a ser executada no campo de extermínio de Bernburg.

O movimento crítico acerca das tradições e do atraso social e cultural em nosso meio tem um viés teórico inusitado. Como na Europa a leitura de Freud inspirara o surrealismo, no Brasil o movimento modernista se vale, como uma de suas raízes, também de Freud, numa leitura bastante original. Adelheid Koch nos traz o Freud clínico, Virgínia Bicudo nos trará mais tarde, após período londrino, Melanie Klein e Bion. Durval Marcondes talvez possa representar como esses fermentos criam o modo da psicanálise em São Paulo. Esses representantes exemplares dos movimentos sociais darão forma à nossa psicanálise. Criam um grupo que tem peculiaridades próprias das quais aponto algumas. A partir de seus inícios, a psicanálise em nosso meio tem caráter não acadêmico e profundamente ligado à cultura. Há um sincretismo cultural que torna o grupo permeável a uma multiplicidade de escolas e, se pode haver uma visão crítica a esse sincretismo, sem dúvida ele propicia um ambiente de liberdade teórica e clínica. A sociedade psicanalítica de São Paulo nunca sofreu cisão. Até hoje as divergências e crises teóricas e ideológicas encontram abrigo no interior do grupo e, possivelmente, no interior da IPA, é o único grupo sem cisões numa metrópole. Talvez ainda hoje somos devedores da forma que presidiu o encontro de tão diferentes personagens.

Com variações particulares, a cena que propõe essas associações pode ser estendida a outros grupos brasileiros. O leitor encontrará sem dificuldade descrições factuais de todos os grupos brasileiros. Não foi a minha proposta fazê-lo. Com um pouco de imaginação, não é impossível reportar as perplexidades que hoje enfrentamos tanto nas sociedades psicanalíticas como em nossa sociedade civil às sincronias e dissinchronias presentes nos grupos sociais presentes nessa foto. A foto como uma proposta perceptiva explosiva poderia continuar espalhando seus estilhaços, mas sofre uma delimitação externa dada pelo espaço cedido gentilmente pelo convite “calibanístico”. Se o espaço da revista é definido, o espaço de nossas reflexões e sonhos é infinito. Sempre poderemos voltar a essa foto e, em associação com estímulos atualizados, permitir que o espírito ganhe asas e voe, mesmo que os sonhos e a reflexão sejam inevitavelmente insuficientes.

Referências

- Cortázar, J. (1993). Alguns aspectos do conto. In *Valise de Cronópio* (pp. 147-163). São Paulo: Perspectiva.
- Didi-Huberman, G. (2012). *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM.
- Freyre, G. (1996). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Moretzsohn, M. A. (2010). *Uma história brasileira: Centenário de nascimento de Virgínia Leone Bicudo*. São Paulo: SBPSP.
- Nosek, L. (Org.). (2002). *Álbum de família: Imagens, fontes e ideias da psicanálise em São Paulo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Warburg, A. (2013). *A renovação da antiguidade pagã: Contribuições científico-culturais para a história do renascimento europeu*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Minha vida e o movimento psicanalítico no Rio da Prata

Estou longe de ser um erudito na história da psicanálise latino-americana, sobretudo se pensarmos que a história é a cronologia de fatos e personagens que configuram um trajeto. Sou, sim, coparticipante e testemunha desse trajeto, e dessa posição –autorreferencial– posso testemunhar o que me parece relevante e significativo nesse caminho de meio século.

Por isso faço uma paródia de Freud no título ou –para ser menos pretensioso– escudo-me no humor sagaz da Mafalda de Quino: “A história começa quando eu percebo”, ou na afirmativa de Ortega y Gasset: “Eu sou eu e minhas circunstâncias...”. Como na micro-história, que, através de um personagem corrente, procura retratar a sensibilidade de uma época.

Não há no meu texto, portanto, nenhuma pretensão de descrição exaustiva nem de uma verdade demonstrável, mas sim uma invocação à controvérsia para que, a partir de diferentes sentinelas, possamos argumentar e bordar as arestas do que poderíamos denominar como o *Zeitgeist* (espírito de época) da psicanálise de hoje. Sim, poderemos falar de psicanálise em movimento, e não de teoria coagulada ou petrificada.

Também aprendi com os historiadores que não há história positiva no sentido de captar ou apreender o passado tal como foi, senão versões em que a leitura e a interpretação dos fatos passados vão criando um cenário fictício que busca se aproximar do mais substantivo e significativo da realidade vivida. A história das ideias em psicanálise é mais afim com o fluir da cultura do que com a rigidez das leis da cosmografia ou da termodinâmica. Mas não se abandona a objetividade demonstrável ou compartilhável sem estremecimento e sem o temor de habilitar o absurdo... Para definir a história de cada movimento cultural, Bajtin utilizou o termo cronotopo, e Ignacio Lewkowicz afirmava que a meta da operação historiadora não é resgatar a totalidade do que foi, mas sim traçar pontes de inteligibilidade entre aquele passado e o que atualmente ocorre.

* * *

Quando “eu” (minha geração) nasci para a psicanálise, a exigência de que nosso ofício fosse aprovado na condição de prática científica era um postulado indiscutível; merecer a qualificação prestigiosa de “ciência natural” é dizer que a

* Asociación Psicoanalítica del Uruguay

causalidade inconsciente devia seguir a mesma lógica do determinismo linear laplaciano, objetivar discernir a causa princeps e chegar a resultados previsíveis. A necessidade de acreditar em uma “teoria verdadeira” estava em sintonia com o dogma da Ilustração de buscar a coincidência entre *Res* e *Intellectus*. A maneira de teorizar de Freud, de criar esse cenário que ele chamava de especulativo, não se ajusta às regras fixadas por Francis Bacon para as ciências empíricas. É mais afim, acredito, com os modelos de abstração em matemática. As ciências do sujeito, cujas referências são intradiscursivas, não são submissíveis ao rigor das ciências da natureza. Hoje sabemos que Freud foi estruturalista “*avant la lettre*”, compreendendo que a estrutura é um modo de articular os fenômenos que observamos e os modelos teóricos, de maneira diferente que o procedimento indutivo-dedutivo das ciências naturais.

Por outro lado, antes, a diferença entre normalidade e neurose (entre saúde e doença) era concebida como nítida e dicotômica, e nossa vocação como trabalhadores da saúde mental era indiscutível para o resgate de uma racionalidade lúcida sobre si própria e de um sujeito consciente de si. Essa era a meta a conseguir.

A cultura em que habitamos nestas últimas décadas ajusta-se mal à nitidez desses postulados, apesar de estarmos longe de dissipar o mal-estar da cultura e a brutalidade destrutiva de alguns sintomas. Hoje não pensamos em realidade e ficção como termos antinômicos, senão como ingredientes inevitáveis da nossa relação com o mundo humano e conosco mesmos, para construir o futuro de uma ilusão ou padecer o mal-estar de uma cultura. Mas adultério, corrupção, psicopatia, xenofobia, diversidade sexual são termos com fronteiras mais difusas que há meio século, na tolerância ou na condenação, e o pensar psicanalítico fica irremediavelmente marcado pela cultura em que habita e que o habita. Tenho a convicção de que o espaço de incerteza e ignorância que nos damos agora era antes mais fino do que o que nos concedemos hoje em dia.

Dos tempos fundadores guardo, fixamente, o gesto de Breuer de refugiar-se frente ao mandato de Berta: “Deixe-me falar”, que inaugura o fundamento da *talking cure*. É uma semente que continua vigente apesar de a sua plena realização ser inalcançável e utópica. Esse posicionamento nos diferencia radicalmente das doutrinas psicoterapêuticas em uso, onde o lugar do saber reside mais na técnica de quem trata do que na palavra do tratado. A assimetria se construiria na transferência e é o que me parece um traço singular relevante do nosso ofício, antes e agora. Só com esse desdobramento pode brotar a neolíngua da transferência que habilita a construção de uma assimetria original própria do enquadre psicanalítico.

* * *

Quando minha geração nasceu para a psicanálise, em meados do século XX, a vanguarda no Rio da Prata era kleiniana, mais do que freudiana, talvez no norte, lutava o kleinismo com a *Egopsychologie* como “vanguardas” da herança freudiana. Mas o que mais importa é que em ambos casos a maneira de transmitir uma “teoria verdadeira” tinha um rigor militar... e os dissidentes, para a Sibéria!

Visto hoje, acho que em nome da ortodoxia padecemos uma epidemia de usar a teoria como religião. O anátema de “isso não é psicanálise” era constante. A excomunhão, fosse doméstica ou vinda do vaticano de Londres, pairava no ar.

Ser kleiniano implicava a crença de que o essencial da estruturação psíquica se desenrolava no tempo infans, na teoria das posições e no Édipo precoce que mediava entre eles. Mas sobretudo que na regressão que promoviam e que era possibilitada pelas quatro ou cinco sessões semanais de 50 minutos, permitiam observar, ao vivo e em cores, o aqui e agora comigo, as ansiedades e defesas básicas desse período da vida. O psiquismo arcaico era a causa princeps da organização psíquica, e sua atualização em sessão, em uma transferência candente e passional, traria consigo a modificação do sintoma, do caráter e dos vínculos.

A reedição de emoções primitivas seriam as promotoras da mudança psíquica, habilitariam a reorganização do psiquismo na experiência e no reconhecimento dos aspectos hostis e destrutivos da relação consigo mesmo e com os demais. A recuperação consciente de um saber sobre si mesmo, em sintonia com a metáfora freudiana da dessecação do Zuiderzee, mediante a interpretação mutativa (Strachey) e o *insight* bipessoal (Baranger), foram a meta discernível do êxito do processo.

No debate teórico, a controvérsia entre a prioridade lógica dos vetores edípicos e pré-edípicos no determinismo do transtorno estava sempre na ordem do dia. No que havia acordo tácito (ou concordância) era sobre que uma experiência passional em presença (nada se modifica em ausência ou na esfinge) era a própria carne do fato transferencial.

* * *

O retorno a Freud de Jacques Lacan, ou seja, a chegada –às instituições rio-platenses da API– do pensamento francês abriu outros horizontes e foi para muitos um ponto de inflexão.

Penso que, além das contribuições teóricas originais e substantivas da Escola Francesa, outros fatores incidiram nessa inflexão. O crescimento descomunal da urbe fazia com que fosse dificilmente viável a preservação do enquadre de quatro-cinco sessões por semana. Mas sobretudo a viragem epistemológica que implicou a derrota ou a derrocada dos paradigmas monocausais que a ciência da modernidade objetivava, e sua substituição por um pensamento débil, onde cabiam e cresciam as noções de incerteza e caos, que tácita ou explicitamente questionavam a vigência de teorias unitárias que buscavam se sustentar em explicações exclusivas para pensar fenômenos complexos. Essa mudança de postura da modernidade tardia, que aconteceu não só em ciências humanas, senão em ciências duras, também marcou nosso posicionamento clínico.

Foi necessária a coragem dos Baranger para se atrever a renunciar ao prestigioso rótulo de ciência natural, que nos escorava contra o charlatanismo, e intitular seu trabalho *Artesanías psicoanalíticas*, dedicando um fecundo capítulo para definir a especificidade da “investigação em psicanálise”, distinguindo-a dos princípios de Francis Bacon, como requisito de cientificidade em ciências da natureza, e confrontá-la com o pensamento vulgar.

E um passo ainda mais ousado e centralizado na experiência clínica, a de postular a noção de fantasia básica do campo bipessoal, onde a sensibilidade, a ideologia e inclusive as “extravagâncias” do psicanalista são ingredientes infaltáveis do fenômeno transferencial, nas antípodas do panoptismo do *one-body = psychologie*.

As consequências de incorporar, à nossa clínica, a vigência do conceito de “Prioridade do Outro”, com maiúscula e minúscula, parece-me um dos marcos da nossa história pessoal e coletiva.

O inconsciente freudiano sempre habitou um território fronteiro entre a biologia e a cultura; as noções de pulsão e de identificação são os conceitos nodais que tensionam a definição do sujeito da experiência freudiana. Prazer de órgão versus educação esfínteriana, para trazer um exemplo dos começos, evidencia como a mente está ligada tanto ao corpo como ao mundo. Bleger falava de interpretação clivada, quando o conflito acontecia no interior do psiquismo, e não clivada, quando circulava na transferência. A banda de Moebius nos economizou esse dilema e nos deu a liberdade de interpretar a transferência ou em transferência.

* * *

Enquanto nos capitalizávamos na teoria, nos proletarizávamos na prática. A psicanálise fora da API proliferava e, sobretudo, na cultura do progresso tecnológico e da revolução digital o passeio pelo inconsciente caducou ou ficou relegado –no imaginário social– frente ao progresso da farmacologia ou às técnicas terapêuticas tidas como mais rápidas e mais eficazes, mas o caráter efêmero dos seus êxitos nos restitui a clientela, para uma busca sem fim.

Apesar das várias mortes anunciadas, a pesquisa freudiana prossegue (seja chamada de prática clínica, interrogação ou investigação) com a mesma paixão de outrora. O fundador nos legou a descoberta da sexualidade infantil, desde a teoria da sedução aos fantasmas originários, dos pares pulsionais às tópicas do espaço psíquico e seus conflitos intra e intersistêmicos, dos mecanismos próprios da neurose aos da psicose, além do desenvolvimento do seu eixo socioantropológico, de *Totem a Moisés*, passando por *Psicologia das massas* e *O futuro de uma ilusão* (em que horas Freud escreveu tudo isso, com o trabalho que me dá redigir uma dezena de páginas?).

Seus novos achados são, às vezes, desenvolvimentos dos precedentes, outros, mudanças de pista para explorar novos horizontes. O que fala sobre teorias em movimento, inacabadas ou inacabáveis, geniais, mas precárias e abertas tanto à tradição como ao futuro. Nesse lugar pretendo me situar, mais do que como exegeta dos gênios da modernidade. A esfera do íntimo e do público, tão nitidamente discerníveis na cultura habitada por Freud, derrubou os muros que separavam um espaço e outro. Por isso, para a clínica atual, é necessário (porém não suficiente) focalizar os conflitos internos e também nos deixarmos envolver pela multicausalidade de fatores que incidem na produção do sujeito. Mundo interno e realidade fantasmática que está sempre tingida por um mundo social em convulsão e com bússolas erráticas.

O resgate lacaniano da *Hilfklogiskeit* (desamparo originário e seu corolário de dependência extrema nos inícios) hoje me parece tão ou mais importante do que o complexo nuclear da neurose, que explorava erotismo e violência na

esfera da intimidade. Ambas referências (Édipo e prematuridade) não são contraditórias entre si, mas esta última se ajusta mais ao sujeito em relação que propicia a Prioridade do Outro (Lacan, Laplanche, Piera) do que o sujeito autoengendrado que se cozinha na interioridade da peripécia edípica.

Se o psiquismo está no cérebro e o revelaremos com a ajuda das neurociências, ou se está no mundo (e sobretudo na intimidade das relações com os outros significativos), mas também na cultura e em suas mutações, é um dilema que não me atrevo a desenvolver nos limites deste texto.

* * *

Mas o mais importante de uma história em movimento não está tanto no ontem, mas sim no amanhã futuro. Sou dos que pensam que atravessamos um tempo de mutação civilizatória e que não é fácil adaptar-se às mudanças. O *flâneur* (passeador) de Walter Benjamin, que me parece um protótipo do neurótico da modernidade, está em declínio, se não caducou.

Esse passeador alternava –na gestão do seu foro íntimo– momentos transitivos de ação no mundo com momentos reflexivos onde trabalha, para reiterar a referência a Benjamin, “o pássaro fantástico do tédio”, quando o sujeito sonhava o seu passado e o seu futuro, com prazos extensos. Nesse gesto de interrogação introspectiva, encontrava-se com seus mal-estares, sintomas e inibições.

Neste mundo da instantaneidade da informação, abundante de acontecimentos a metabolizar, essa pausa reflexiva declinou ou caducou, e o romance interior entra no compasso dos ritmos epilépticos da sociedade de consumo (a televisão, a Copa do Mundo, o desastre das guerras no Meio Oriente, o retorno dos fundamentalismos e o ceticismo quanto à democracia, a mudança climática e o esgotamento dos combustíveis fósseis e da água limpa). Minha geração caminhou pela ilusão de um futuro de progresso, de oportunidades e equidade, a atual vive um futuro incerto, lúgubre ou pelo menos pouco previsível. A nossa sabia que, lutando, teríamos um lugar na sociedade, a atual vive com medo da anomia e da exclusão.

A revolução industrial e, agora, a digital, mediante a eficiência nos processos de automatização e robotização, diminuem a importância da mão de obra humana na passagem de matéria bruta a produto elaborado (Beck, Forrester). A expansão tecnológica é liberadora ou alienante? Ou uma combinação de ambos?

Nossa geração “sabia” que, superando nossos conflitos internos, teríamos um lugar no mundo, hoje essa expectativa é habitada por incertezas maiores. Para ser “alguém”, e não ninguém, é preciso que o mundo nos receba e acolha. Refiro-me à população de “incluídos” em um sistema de convivência, que chegam aos nossos consultórios. Não aos marginalizados, esses não chegam à consulta, mas sim organizam suas *maras* e gangues, criam suas legalidades paralelas e nos ameaçam com a realidade e a ficção da insegurança cidadã. O crime organizado e as religiões sincréticas, ambos em expansão, são o destino provável dos homens descartáveis (Ogilvie). Ou, sem chegar a esses extremos, desempenham as tarefas que Chaplin imitou em *Tempos modernos* e Z. Bauman descreveu-as em seu livro *Vidas desperdiçadas* (*Wasted lives*).

Para eles, alguns analistas latino-americanos inventamos dispositivos de ação extramuros, na linhagem das experiências de José Bleger e Pichon-Rivière, e com a distinção conceitual que faz J. Laplanche, entre psicanálise aplicada e psicanálise exportada. Seria extenso demais enumerar essas projeções para a comunidade que a Fepal promove, são frágeis, mas apaixonantes, não só pelo que damos, senão pelo que aprendemos. Olhar, com ouvido analítico, isso que acontece na intimidade e no interior do consultório, e aguçar a percepção da fronteira entre a cena social e a “outra cena” (a da causalidade fantasmática, que se desdobra no consultório).

Para os incluídos no nosso sistema de convivência, o acesso ao autossustento, a um projeto vocacional satisfatório, a um projeto de família e de procriação é mais difícil hoje que ontem, e se traduz muitas vezes na adolescentização da terceira década ou da vida inteira, viver para o dia, em moratória... sem projeto. As taxas de divórcio e a demora na parentalidade pautam, estatisticamente, essas dificuldades.

Sei bem, como todos os colegas, que os conflitos internos e a realidade psíquica se imprimem sobre traços hipomaniacos ou depressivos, saudáveis e criativos ou ruins e empobrecedores ao encontro do sujeito com seu mundo e que muitos jovens não se deixam arrastar pela vertigem pós-moderna e procuram continuar a ser romancistas de si mesmos.

A opção na prática clínica pode ser refugiar-se conservadoramente para elaboração do conflito interno, ou sob o risco de perder a especificidade que nos era familiar e de nos arriscarmos a explorar novos territórios na produção de subjetividade, onde o social e o psicógeno se sobredeterminam.

Em outros textos, tratei, mais extensamente, do fato das mudanças do sujeito em sua relação com a palavra e o surgimento da patologia da passagem ao ato ou do vazio, em substituição do neurótico como romancista de si mesmo. Para dizer de forma telegráfica, a revolução digital e a liberação de condutas seculares que determinavam limites entre a “normalidade e a transgressão” colocam em juízo a sustentação das nossas intervenções.

Durante décadas defendemos que a diferença de sexos e o tabu do incesto eram o pilar fundador de todas as diferenças. O que fazer hoje com a diversidade sexual, a não coincidência do corpo anatômico e do discurso, com os *swingers*, os bissexuais, os orgasmos por computador e a multidão de comportamentos que colocam em xeque o que para a nossa geração estava nos fundamentos da cultura?

A revolução digital chegou para ficar, a civilização da imagem substitui a cultura do texto e da palavra. Os laços sociais tendem a ser mais superficiais, fugazes e efêmeros.

Penso que a publicidade que postula que uma imagem vale mais do que mil palavras é uma falácia, que –como nos ensinou o Freud de *A interpretação dos sonhos*– a imagem deve ser traduzida para texto para poder pensar. Texto falado ou interior, não a ideia fixa –quase alucinatória– que nos assedia em momentos de fracasso. A imagem desencadeia e dispara o pensamento, mas não o substitui. M. L. Pelento havia lançado a hipótese do retorno das tatuagens e dos piercings como uma tentativa de dar permanência ou perpetuidade às experiências significativas que não podiam se inscrever com palavras.

Hoje as fronteiras entre o âmbito do público (que se mostra) e do privado (que se cala ou se oculta) estão difusas. A profusão exibicionista nas redes sociais pauta isso.

O motivo de consulta costumava ser o conflito neurótico –entre a tentação e o proibido– que o sintoma ou a inibição manifestavam. Hoje costuma ser a passagem ao ato, auto ou heterodestrutiva, em detrimento do conflito. Nossa tarefa já não parece se localizar em tentar resolver ou elaborar o conflito, mas sim em instituí-lo, porque está sepultado na passagem ao ato. Dar espessura a esse foro íntimo, próprio da condição humana, em seu caráter interrogante e autoteorizante, que nos dá o deleite de ser o que somos. Enquanto escrevo, penso que o meu texto se parece a uma receita que desconhece a diversidade. Na verdade, não desconheço o arco-íris de motivos de consulta, muitos dos quais são semelhantes aos de antes, pretendo apenas sublinhar aqueles que mais nos confundem ou desconcertam. A mentalidade de épocas passadas e atuais não é uma sucessão senão de intrincamentos complexos. Mas as referências sociais (família, sexualidade, norma e transgressão, obediência e rebeldia) não têm hoje os mesmos códigos, nem o mesmo poder prescritivo de algumas poucas décadas atrás.

Em tempos de Freud, o processo psicanalítico durava, em média, menos de um ano, à razão de cinco ou seis sessões semanais de 50 minutos. Em meados do século, era sagrada a frequência de quatro ou cinco sessões durante vários anos. Com a expansão da urbe, os tempos de traslado proibem, na maioria dos casos, a realização desse enquadre.

Ainda mais importante é que, com o avanço do conhecimento da fisiologia reprodutiva, a aparição dos métodos anticoncepcionais e as mudanças de sensibilidade com relação aos tabus do sexo, a fobia à defloração e o mandato de castidade, mudaram os parâmetros, ofuscando a fronteira antes tão nítida em sua genitalidade legítima, transgressora ou condenável.

A diversidade sexual, que há poucas décadas era delito ou vergonha, hoje é um direito, às vezes consagrado pela ordem jurídica e social, o que não resolve a homofobia nem os limites entre ordem e libertinagem.

Tempos novos, que interrogam nossos saberes herdados... a história do hoje e do amanhã é sempre parcial porque volta seu olhar ao desconhecido.

Herdeiros de um imenso patrimônio teórico-clínico, que é o suporte que nos guia na fragilidade do nosso ofício cotidiano, a melhor história não é a que nos ancora à sabedoria do passado, mas sim aquela que nos aproxima do poder fundador, que se autodefiniria como conquistador, ou explorador de terras ignotas.

Alvoreceres da psicanálise na América Latina. A pergunta sobre a subjetividade

Introdução:

Abordaremos a história de como a psicanálise entra e se estabelece na América Latina e na Argentina até a formalização das associações psicanalíticas por volta da Segunda Guerra e sua expansão no pós-guerra. A isso se seguirão marcas e fios condutores que promovem sua inclusão institucional e discursiva.

Apesar de cada cenário local ter, social e politicamente, sua modalidade lógica e discursiva própria, seus problemas, debates e urgências, certos achados da psicanálise são requeridos para abordar invariavelmente uma modalidade de subjetividade que insiste para além de conjunturas e circunstâncias. Contextos mundiais como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, os momentos de entreguerras e o segundo pós-guerra europeu oferecerão marcos comuns que motivarão migrações, importações discursivas e institucionais, e as chaves para explicitar a significação da subjetividade e da psicanálise a cada oportunidade. A psicanálise aparece associada a critérios psicológicos e vinculada à condição humana como conflitividade subjetiva, poucas vezes considerada.

1. Até 1916. Naturalismo, positivismo

Em um primeiro momento, produzem-se importações institucionais e discursivas. Analisaremos a presença da psicanálise no âmbito acadêmico, predominantemente na Faculdade de Medicina e no âmbito psiquiátrico: seus programas e referências; nas instituições: grandes hospícios e hospitais, como também sua presença nas associações profissionais hospitalares.

As instituições. Os hospícios:

Criados na América Latina no final do século XIX e oficializados no início do século XX na Argentina, adquirem significado especial no contexto social da imigração europeia massiva e da participação política restrita. São criados aproximadamente em 1852/60, convertem-se em grandes instituições de contenção por volta de 1880 e se nacionalizam. Os hospícios são fundados simultaneamente com o mesmo design em todos os países da América Latina (foi detectada a surpreendente simetria entre o hospício do Rio de Janeiro e o Hospício de las Mercedes em Buenos Aires). São coincidentes seus princípios arquitetônicos e design, seus bosques de estilo francês para garantir ar puro e

* Doutora em psicologia (Universidade de Buenos Aires) e professora titular de história da psicologia, Faculdade de Psicologia da UBA; pesquisadora especializada em história da psicologia na Argentina.

evitar os miasmas; suas cloacas para garantir água pura: todo o projeto responde a um plano, são modelos institucionais exponencializados, representantes do regime conservador.

Os livros:

Em uma exposição recente de livros antigos da universidade de Salvador, na Bahia –uma das mais antigas e prestigiosas– são exibidas centenas de livros franceses do século XIX: Charcot, Janet e Ribot. A penetração discursiva arquitetônica e bibliográfica é contundente.

A formação na origem:

Muitos psiquiatras americanos estudam com Charcot em Paris.

Critérios:

O método patológico de fundamento fisiológico da escola francesa supõe um Estado que opera institucionalmente sobre as disfunções patológicas –tanto loucura como crime, hospícios e prisões–, que alcançam repercussão na universidade. Os programas universitários naturalistas positivistas incluem precocemente temas como “histeria-hipnose-sugestão” que facilitam a obtenção de certa familiaridade terminológica. Nesse contexto a psicanálise oferece critérios psicológicos explicativos diferenciados dos fisiológicos-neurológicos.

Predomina o enfoque fisiológico-patológico da clínica francesa, com presença precoce na Universidade de Buenos Aires, em “Psicologia clínica e experimental”, já em 1902. O fisiologista Horacio Piñero, membro da Sociedade Médica de Paris, segue o modelo experimental dos laboratórios de psicologia experimental de Wundt, mas são os mestres franceses que definem os problemas e demarcam seus alcances discursivos. Ribot, artífice de uma taxonomia passional patológica oposta ao estado afetivo normal, o método patológico de estudo de exceções e casos únicos, encaixava-se com a psicopatologia passional, revés da evolução normal.

O estudo de casos clínicos –concebido como momento de discussão clínica do caso– amadurece uma nova cena: o “ateneu clínico” de Charcot. O estudo e a discussão de casos clínicos impulsionados por Charcot e a abordagem de hipnose e sugestão constituem métodos psicológicos inovadores que estudam os sintomas histéricos mediante a hipnose nos ateneus. Cena da qual Freud participa como discípulo.

Instituições:

O Dr. Ramos Mejía cria no Hospital de San Roque o primeiro Serviço de Doenças Nervosas –réplica exata do de Charcot– conectado ao Depósito de Contraventores, que por sua vez é uma cópia do *Depôt de l’Infermerie Especial*, vinculado à Polícia de Paris de Clerembault –com o seu Observatório de Criminologia–, que conta com a participação de José Ingenieros.

Em 1906, Ingenieros torna-se responsável pela “Psicologia II”, com um programa de psicologia funcional de base neurológica. Situa a histeria como próxima do sonho: chega a comparar a cura com o despertar. Fiel ao materialismo biológico, Ingenieros desconfia da explicação psicológica da histeria, que considera fenômenos psíquicos sem sustentação, recusa sobretudo a etiologia sexual proposta por Freud.

Sarcasticamente, refere-se pejorativamente a ela com reações de riso, jocosas, comentários zombeteiros, e a ironia chega à imprensa em artigo jornalístico atribuído a Aníbal Ponce. De efeito desqualificador, adere à explicação fisiológica da histeria, de Janet, como déficit na síntese por debilidade constitucional (Ponce, 1970).

A habilitação discursiva de Freud, apesar de pontual e fragmentária, e mediada pelos critérios dominantes de Janet, aparece como uma tese psicológica e de conteúdo psicológico. Prima o argumento explicativo fisiológico sobre o psicológico.

A tese de Agrelo (1908), intitulada *Psicoterapia y reeducación psíquica*, menciona Freud, de acordo com referência feita pelo psiquiatra Torres Norry.

E Freud? Por sua vez, Freud, atento, registra cada repercussão, cada efeito discursivo. Em 1910, Germán Greve, médico chileno de origem alemã, publica na Seção Neurológica do Congresso Interamericano de Medicina e Higiene, realizado em Buenos Aires, “Sobre psicología y psicoterapia de ciertos estados angustiosos”, e comenta em 1914, em *La historia del movimiento psicoanalítico*: “...um médico do Chile defendeu a sexualidade infantil e elogiou os resultados da terapia psicanalítica nos sintomas obsessivos...”

2. O primeiro pós-guerra: humanismo espiritualista. Psicanálise e subjetividade. Década de 20

O humanismo espiritualista do primeiro pós-guerra encontra sua expressão no reformismo humanista antipositivista, na Universidade de Buenos Aires, em 1918. A democracia de participação ampliada propicia um sujeito participativo, ativo na esfera política, que progride socialmente através do estudo e do trabalho. Essa tendência mostra-se correlativa à expansão da psicologia, especialmente em suas áreas mais prospectivas: trabalhista e educacional, e a uma psicologia clínica assistencial e social preocupada com a prevenção.

Alejandro Korn, a figura central do reformismo em Buenos Aires, decano da reforma, expressa suas ideias em *Filosofía de la subjetividad* (1924) e *Axiología* (1930), inspirada no relativismo subjetivo de Dilthey e Bergson. A “personalidade” psicológica é construtora de valorações. Sua filosofia da subjetividade, liberdade criadora, é a contraproposta da psicologia positivista, considerada mecanicista, de um determinismo biológico limitado.

As visitas:

As conferências de Gonzalo Rodríguez Láfora, psiquiatra espanhol em visita às universidades argentinas em 1923, abrem o caminho para a circulação e o interesse pela psicanálise. Apresenta-a e a habilita parcialmente, como método de “exploração do espírito”, como método investigativo, como teoria e como terapia: a psicoterapia.

O prestigioso psiquiatra peruano Honorio Delgado (1925) apresenta a psicanálise, em *La humanización de la ciencia*, como porta para investigar a conflitividade da “alma humana”. Freud escreve a Honorio Delgado e o considera o máximo propagador das ideias da psicanálise na América.¹

1. Rey de Castro, A. (1993). Lettres de Sigmund Freud à Honorio Delgado, 1919-1934. *Revue Internationale d'Histoire de la Psychanalyse*, 6, 401-428.

Efeitos acadêmicos:

Ambos exercem profunda influência inclusiva da psicanálise no ambiente acadêmico, como mostra a criação do Instituto de Psicologia (na proposta original de Mouchet, de 1924, ela é legitimada como possível metodologia de investigação). Essa influência impacta nos reformistas: Beltrán, Bermann e Loudet. Juan Ramón Beltrán, adjunto extraordinário na cátedra de psicologia fisiológica e experimental, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, apresenta um Seminário Especial: “A psicanálise”, de presença estável nos programas acadêmicos. Alberini, em seus programas de Psicologia II, complementa com “Essência da personalidade”. Uma psicologia axiológica que respeita o mapa raciovitalista de Ortega y Gasset: a personalidade vital abarca o leque valorativo que vai desde as tendências, pulsões, emotividade, sentimentos, paixões até o logos racional.

Efeitos institucionais:

No espaço hospitalar florescem consultórios e dispensários. A ênfase colocada nos pacientes crônicos é substituída pela atenção na figura dos trabalhadores: o tema preponderante é o alcoolismo. O psiquiatra paraguaio Fernando Gorriti propicia espaços para a psicoterapia na Liga de Higiene e na Colonia Nacional de Alienados Open Door, onde trabalha como subdiretor.

Freud parabeniza Jorge Thenon pela sua tese de doutorado de 1928, *Sobre el valor de la psicoterapia en la medicina práctica*, onde considera sua psicoterapia como medicina prática.

Esse conjunto de ideias torna-se um espaço discursivo propício para as ideias da psicanálise.

A chegada discursiva. Entradas da psicanálise:

Tradução francesa médica tradicional e onde prevalece a tradição anterior: é fragmentária. Alguns artigos segundo a seleção francesa.

Juan Ramón Beltrán, adjunto extraordinário desde 1928, apresenta o seminário “A psicanálise”. Aborda Freud em versão francesa no marco de uma psicologia vital, na matéria “psicologia fisiológica e experimental” (UBA), sendo titular Enrique Mouchet. Em linha com Gonzalo Láfora, Beltrán apresenta a psicanálise como método de investigação, como psicoterapia e como teoria. Interessado especialmente nas duas primeiras possibilidades. Ele a considera parte indispensável do método clínico- diagnóstico do médico: trabalha especialmente os sonhos e as formações do inconsciente. Tenta convencer Mouchet sobre as vantagens da psicanálise como método de investigação frente à psicotecnia do laboratório. Relega a teoria – “o freudismo” – porque a considera impregnada de “escolasticismo”.

Por outro lado, a Sociedade Kantiana de Buenos Aires se dirige a Ortega y Gasset (representante das novidades da filosofia e da psicologia alemã na Espanha). Recomenda a um editor espanhol a tradução direta das obras completas de Freud, do alemão para o castelhano, ainda em vida. Freud festeja a iniciativa e, em agradecimento, começa a estudar “a língua de Cervantes”. A calorosa recomendação de Ortega y Gasset ainda é legível na primeira folha da obra de López Ballesteros.

O fracasso editorial na Espanha é previsível: nem os republicanos aceitam “uma psicologia de mero cenário”, não fisiológica, nem os religiosos toleram a

etiologia sexual. Inesperadamente, o editor evita a bancarrota eminente por conta da venda massiva do material, já que é contundente o sucesso editorial em Buenos Aires, por volta de 1925. Ortega y Gasset tem um público de admiradores que segue suas recomendações. Seu breve prólogo ainda pode ser lido nessas edições.

Essa trama discursiva mostra qual lugar, preponderante, conferido à psicologia e ao conceito de personalidade, atua como facilitador quanto à recepção, circulação e aclimação discursiva de conceitos da psicanálise, tanto no âmbito médico como filosófico como cultural (Rossi, 2001).

Em Santa Fe, na Universidad del Litoral, Lanfranco Ciampi, discípulo de Santi de Sanctis, conectado com a escola patológica fisiológica francesa, cria em 1924 a primeira cátedra de psiquiatria infantil do mundo (ligada ao hospício e à escola de crianças com retardo, como fez seu mestre em Roma).

Ciampi é fundador, com Gonzalo Bosch, da Liga Argentina de Higiene Mental, ambos renovam a nosografia com uma psicopatologia funcional que sugere um possível desencadeamento no ambiente social. Ao conferir certa reversibilidade às doenças mentais, é possível um espaço de prevenção. Ciampi aplica conceitos da psicanálise em suas psicoterapias, ainda que de forma limitada –por conta da tradição fisiológica do seu mestre.

Em Córdoba, ecos de um “freudismo reformista” aparecem em figuras como Orgaz e no âmbito da cultura, em escritores como Juan Filloy.

Na América, as expressões continuam a ser isoladas: no México, é registrada uma tese de doutorado, de Guevara Oropeza, *Psicoanálisis*, de 1923, e surpreende uma visita de Pierre Janet, em 1925, que se atribui a criação da psicanálise.

Em 1928, o peruano Honorio Delgado afasta-se taxativamente da psicanálise e até se torna opositor, prenunciando a entrada em cena do espiritualismo, uma das tendências que prevalecem na década seguinte.

3. A década de 30 entre o espiritualismo e o materialismo dialético

A crise econômica mundial de 30 gera a agudização do nacionalismo. É um período de restrição na participação política, o humanismo se eclipsa, na Argentina congela-se o projeto reformista em nível universitário, institutos psicotécnicos trabalhistas fecham. A imigração europeia se detém e se desata uma significativa redistribuição em direção aos centros industriais urbanos.

O retorno ao naturalismo e o auge da biotipologia propõem um sujeito passivo politicamente, visualizado em suas limitações, déficits e impossibilidades, com uma subjetividade atenuada, com o ressurgimento de formas sutis de controle social, psiquiátrico e criminológico. O problema social é visualizado em termos de doenças sociais sob responsabilidade e de ordem médica assistencial.

O discurso acadêmico hospitalar fica limitado. Certos traços discursivos reformistas sobrevivem em Córdoba: o reformismo e a crítica social na cultura aparecem nas expressões literárias de Filloy e Roberto Arlt. A psicanálise conserva sua significação. Na filosofia, Deodoro Roca aparece como “lâmpada das profundezas da alma”.

A partir do materialismo dialético, remete-se à psicanálise:

Gregorio Bermann, figura reformista-materialista da UBA, titular de toxicomanias e medicina legal na Universidade de Córdoba desde 1928, será exonerado

em 1936 por defender Aníbal Ponce, excluído da sua cátedra no Instituto de Professorado, por conta da sua militância política com relação à lei Sánchez Sorondo, que exclui comunistas da função pública.

Nesse ano, Bermann funda a *Revista Psicoterapia*, apresenta diversas perspectivas de psicoterapia, ferramenta psicológica da nova psiquiatria social que denuncia a psicopatologização e a criminalização da pobreza. Nesse contexto, inclui alguns conceitos psicanalíticos, apesar de não haver dúvidas quanto à intencionalidade de reeducação e o pragmatismo social.

O materialismo dialético clássico impõe uma materialidade biológica econômica e social que chega ao desenlace em diversas saídas: Emilio Pizarro Crespo mostra em *De una actitud psíquica a una enfermedad social del erotismo* um esforço discursivo que empurra o psíquico para as doenças sociais. Elías Castelnuovo, uruguaio, do grupo de Boedo, considera isso criticamente, em *Psicoanálisis sexual y psicoanálisis social*, como obstáculo por seu caráter conjectural, burguês e narcisista (Castelnuovo, 1936).

4. Entrada acadêmica do espiritualismo

Em termos acadêmicos, na Universidade de Buenos Aires continuam as cátedras disponíveis na década de 20. No entanto, podem ser observadas algumas mudanças: Alberini, ainda fiel ao mapa raciovitalista orteguiano, desliza seus programas para o espiritualismo; Mouchet, socialista, continua com a sua psicologia vital; Beltrán, com seu seminário “A psicanálise”.

Na disciplina “Filosofia, gnosiologia e metafísica”, cátedra de Korn, herdada por Francisco Romero, observa-se uma mudança vertiginosa rumo às novas tendências do espiritualismo alemão. A filosofia da personalidade e seu relativismo subjetivo é considerada “psicologista”. Os “valores absolutos da pessoa humana” de Scheler e Hartmann questionam até o mapa raciovitalista orteguiano. As categorias de Scheler (natureza, vida, espírito) e as de Hartmann significam um desprezo da dimensão subjetiva e psicológica do sujeito, corte definitivo com a psicologia.

O espiritualismo prefere falar de “pessoa”, sua racionalidade, valores, espiritualidade. A “personalidade” psicológica fica restrita ao âmbito psíquico-vital. Nessas vicissitudes conceituais, os programas de psicologia da UBA incluem Freud citando entre Scheler e Spranger, entre 1930 e 1945.

Certos desenlaces institucionais mostram momentos de debate discursivo como na Sociedade de Psicologia de Buenos Aires, que reúne pluralidade de matizes discursivos onde são apreciados, apesar das incipientes demarcações e das mudanças de ênfase na maneira de considerar alguns conceitos da psicanálise. Os artigos de publicações mostram isso discursivamente no que se refere ao afetivo, ao emocional, à psicoterapia e à prevenção. Assim, por exemplo:

1932: Nerio Rojas propõe uma psiquiatria dinâmica, profunda, de raízes afetivas.

1936: Loudet, na *Revista de Psiquiatria y Criminología*, muda o eixo, demarcando a psicologia médica.

1936: Bermann conclama a um debate aberto na revista *Psicoterapia*.

- 1935-7: Chega Bela Szekely, psicanalista de Hamburgo.
- 1937: Thenon propõe humanizar a psiquiatria, serviços sociais, enfoques familiares, hospital aberto, dispensários; prevenção.
- 1938: Mira y López chega à Argentina: propicia o ensino oficial da psicoterapia.
- 1940: Bosch e Beltrán: fundam a Sociedade de Medicina.

Um momento privilegiado de convergência discursiva acontece no Colégio Livre de Estudos Superiores em 1939. Apresenta-se um curso coletivo chamado “Exame crítico da obra de Freud”, que torna visíveis tanto os temas e problemas significativos como as alianças e os acordos discursivos.

Publica-se no Tomo XX, em 1940.

No curso, foram expostos os seguintes trabalhos:

- *Concepción freudiana y personalidad*, Mira y López
- *Las leyes generales de la elaboración inconciente*, Thenon
- *Freud y la educación*, Bermann, B. Szekely e E. Troise
- *Freud y las teorías estéticas*, Pichon-Rivière e Szekely
- *Psicología y medicina*, Bermann, Mira y López, Pichon-Rivière e Thenon
- *El freudismo y sus aplicaciones a la clínica penal*, J. Belbey, Bermann e Jiménez de Azúa

Os temas mostram explicitamente a intencionalidade de abrir a psicanálise para diversos campos de aplicação. Significativas alianças e aproximações são rastreáveis na preparação das conferências. Cada uma delas reúne três ou quatro autores, o anfitrião sem dúvida é Thenon. Ocupam lugares de protagonismo: Bermann e Pichon-Rivière; são convidados instituidores: Mira y López e B. Szekely. Esse momento mostra a convergência e os matizes do grupo afim ao materialismo dialético e interessado na psicanálise e em suas diversas perspectivas de aplicação.

A criação da primeira Associação de Psicanálise da Argentina em 1942

Ao se reunirem psicanalistas formados no exterior: Szekely, Garma e Cárcamo, com Bermann e Thenon da psiquiatria social e o grupo autóctone: Pichon-Rivière, Rascovsky e Ferrari Hardoy, de inserção hospitalar, não chegam a um acordo: é decidida a fundação da Associação Psicanalítica Argentina, mas com a exclusão de grupos que vinham trabalhando intensamente para institucionalizar a psicanálise, a psiquiatria social, por desacordos ideológicos. O grupo médico acadêmico liderado por Beltrán, próximo a Bosch, pretendia incluir a psicanálise na Sociedade Médica Argentina.

Mesmo sendo membro da Sociedade de Psicanálise de Paris, Beltrán não foi convocado. O grupo formado na origem argumenta sua falta de análise didática. A rejeição é o seu pertencimento ao grupo nacionalista.

O primeiro curso de psicologia médica, “Anormalidades do caráter”, pelo jesuíta José Laburu, na Faculdade de Medicina da UBA. O desenlace é dado pelo adjunto extraordinário Osvaldo Loudet, quando, em dezembro desse ano, apresenta o **Curso Superior de Psiquiatria** ante o Conselho Superior da Uni-

versidade de Buenos Aires, diferenciando definitivamente a psicologia médica da psiquiatria e da psicanálise.

5. O humanismo do segundo pós-guerra

Na Argentina, a renovação por concurso de 1947, da psicologia na UBA, permite apreciar as novas tendências: o indubitável regresso ao relativismo subjetivo e ao humanismo do segundo pós-guerra enche de conteúdos psicológicos as matérias sobre Sartre (teoria das emoções) e Merleau-Ponty, e a psicanálise em versão alemã:

Tiefenpsychologie, psicologia profunda, de López Ballesteros, que fundamenta a dinâmica da personalidade (Rossi & Falcone, 2009). A psicanálise compreende um campo de referências formado por Freud, Adler e Jung (Rossi, 2009).

No Brasil, em 1948, Mira y López se instala no Rio de Janeiro definitivamente: isso significa que a psicanálise começa a ser implantada como psicoterapia institucional nos hospitais. Dessa época datam suas obras: *Psicoterapia y personalidad* e *Psicoanálisis*. Com seu colega Araújo Lima participam da *Revista Latinoamericana de Psiquiatria* de G. Bermann entre 1952 e 1954.

No México, em 1950, Erich Fromm começa a formação sistemática de psiquiatras. Até o momento, constituíam seminários e grupos de estudos assistemáticos. Apenas em 1956, nessa linha, culturalista, é fundada a Associação Mexicana de Psicanálise.

No Chile, em 1953, Bela Szekely, diretor do Departamento de Psicologia do Instituto Pedagógico da Universidade Católica, propõe uma clínica psicológica infantil. Propõe escritos de psicologia profunda que articula análise psíquica com os valores, na linha da escola vienense e do psicanalista húngaro Caruso, axiologia.

O Chile e o México constituem raros exemplos em que a psicanálise é aplicada precocemente em instituições jesuíticas e em religiosos.

Conclusões

A entrada da psicanálise na Argentina é esporádica. Sua entrada está associada a figuras, teses, seminários e artigos. Trata-se de uma entrada lenta, mas firme, quando se contempla a entrada institucional: nas universidades e nos hospitais. Relacionada aos círculos médicos e psiquiátricos. No entanto, as associações aparecem independentes e geralmente impulsionadas por grupos locais e exilados refugiados formados na origem.

Discursivamente, detectam-se duas tradições: as traduções francesas e a alemã. A francesa abre o desafio do materialismo dialético.

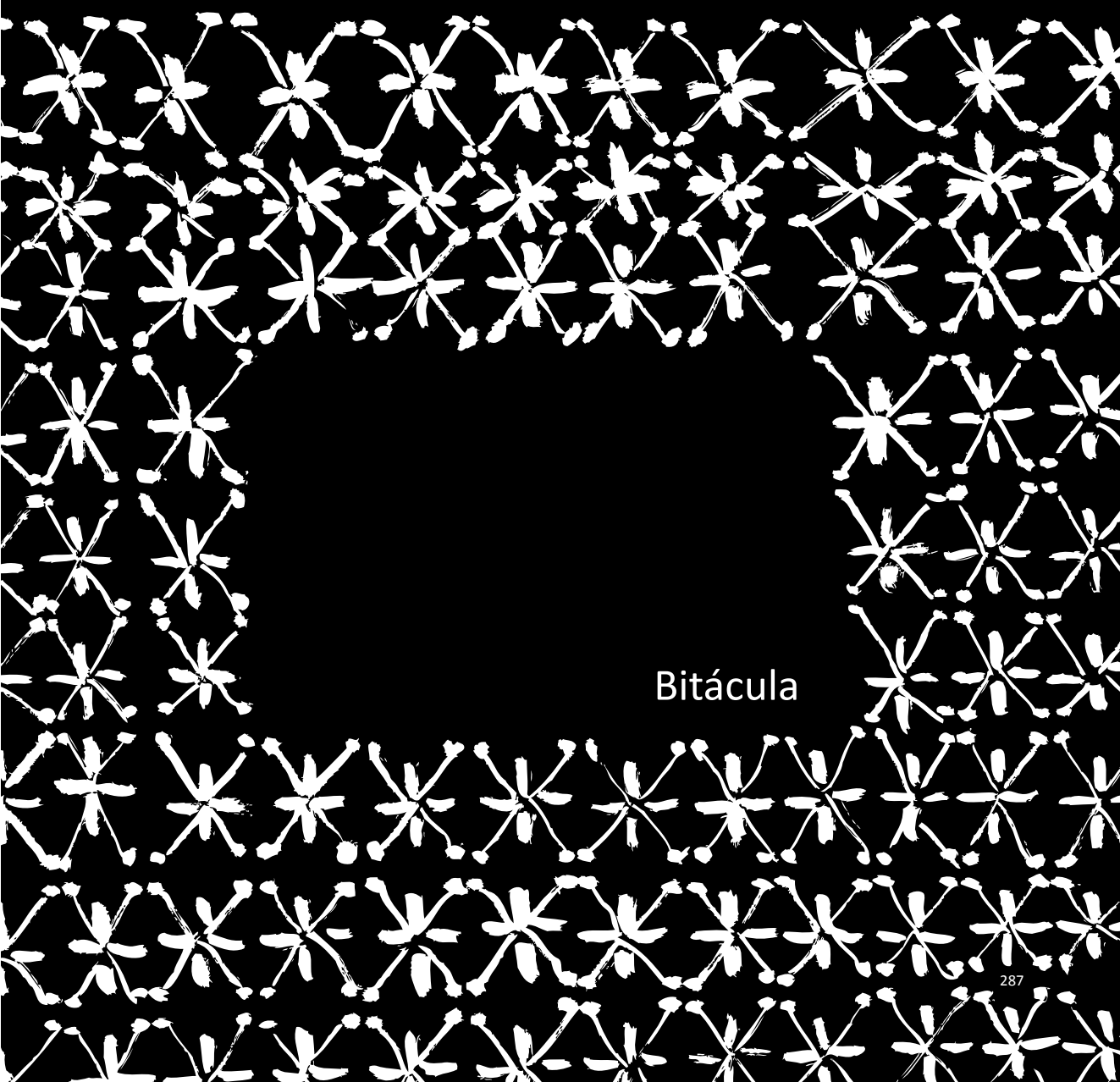
Conceitualmente, a psicanálise permanece próxima de definições psicológicas e relutante ao naturalismo: encontra lugar no raciovitalismo.

Nos anos 30, a psicanálise encontra-se em xeque entre o espiritualismo e a reflexologia da psiquiatria social. Considerada e criticada por ambos, permanece irreduzível ao material-biológico e social do materialismo dialético e relutante à axiologia espiritualista.

Apresenta batalha argumentativa frente a todo excesso teórico de apagar a dimensão subjetiva.

Referências

- Agrelo, J. (1908). *Psicoterapia y reeducación psíquica* (Tese de doutorado). Buenos Aires: Mena.
- Beltrán, J. R. (1936). La psicoanálisis y el médico práctico. *Revista Psicoterapia*, 1(3), 75-79.
- Castelnouvo, E. (1936). *Psicoanálisis sexual y psicoanálisis social*. Buenos Aires: Claridad.
- Ponce, A. (1970). *Apuntes de viaje: Diario íntimo de una adolescente*. Buenos Aires: Ediciones el Viento en el Mundo.
- Rossi, L. (2001). Presencia del psicoanálisis en el discurso médico y filosófico en la Universidad de Buenos Aires. In *Psicología: Su inscripción universitaria como profesión* (pp. 113-119). Buenos Aires: Eudeba.
- Rossi, L., & Falcone, R. (2002). Presencia de la Asociación Psicoanalítica Argentina en la Universidad de Buenos Aires. In *60 años de psicoanálisis en Argentina: Pasado, presente, futuro* (pp. 231-241). Buenos Aires: Lumen.
- Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía e Letras. (s. d.). *Programas de la carrera de psicología*. Manuscrito inédito.



Bitácula



Butes

Pascal Quignard

Butes é um personagem menor da mitologia grega. Um marinheiro que, diferentemente de Ulisses e de Orfeu, decide não sobreviver ao canto das sereias (*Seiren* é derivado de ser, atar). Em vez de se prender ao mastro, se solta. A realidade nos prende a uma morte segura por paralisia, presos à cadeira do mastro. Butes lança-se ao mar em busca dos seres de ficção, da sua melodia, apenas para observar e entrar em contato por um instante com o rosto daquele en-canto. (Fernando Orduz)

México:

Sexto Piso, 2011



Jacques Lacan y la cuestión de la formación de los analistas

Moustapha Safouan

Safouan, evidentemente afetado pela morte de Lacan e pela dissolução da Escola Freudiana de Paris, repassa na primeira parte a história prévia a Lacan e, na segunda, as contribuições de Lacan ao tema. Apesar de ser “lacaniano”, sua visão crítica lhe permite abrir os problemas e mostrar os impasses de ambos enfoques, que continuam vigentes. Fica claro que ser analista é um fato atípico e não se encaixa em instituições típicas. Seria necessário ajustar instituições e avaliações a essa condição extremamente singular. (Leonardo Peskin)

Buenos Aires:

Paidós, 1984



El proceso psicoanalítico

Donald Meltzer

Meltzer apresenta seu conceito de história natural do processo analítico, que reúne o desenvolvimento das relações de objeto precoces. O processo, de cinco etapas, vai desde uma dependência do objeto não reconhecida nem aceita até o reconhecimento doloroso da sua importância e da sua possível liberdade. Esse livro, com a sua visão da psicanálise como atividade humana (capítulo 9), é fonte de consulta permanente para o trabalho do psicanalista. (Virginia Ungar)

Buenos Aires:

Paidós, 1968



Psicoanalizar hoy. Problemas de articulación teórica clínica

Marcelo N. Viñar

Esse livro é uma referência para pensar as particularidades da formação em psicanálise e como manter sua vigência para a compreensão dos fenômenos sociais. Destaco a qualidade do autor para ser fiel a Freud e incorporar a contribuição de outras disciplinas, para propor uma forte incidência da psicanálise no social, com especial atenção a fenômenos dolorosos da condição humana: a miséria, a violência, a desumanização. (Gladys Franco)

**Montevideu:
Trilce, 2002**



Psicopatología de la vida cotidiana. El olvido de nombres propios. Caso Signorelli

Sigmund Freud

A simplicidade da construção que Freud nos apresenta é de uma genialidade capaz de despertar inveja em todos os sentidos. Trabalha desenvolvimentos linguísticos com profunda significação psíquica. Expõe nosso funcionamento psíquico de um modo que apenas um grande escritor pode conseguir. O impacto estético desse texto sempre me causou uma profunda impressão e não seria honesto se negasse que funciona como um ideal estimulante para a sua descendência. (Leonardo Adalberto Francischelli)

**Obras Completas.
Buenos Aires-Madri:
Amorrortu, 1904/1978**

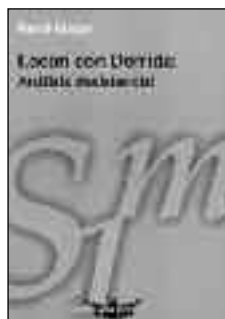


The work of confluence: Listening and interpreting in the psychoanalytic field

**Madeleine e
Willy Baranger**

Quando preparei meu trabalho para *Calibán*, esse trabalho dos Baranger escrito em inglês me pareceu muito interessante, já que os autores formulam e depois desenvolvem sua versão da “teoria do campo”. Durante décadas, tal teoria exerceu uma grande influência na América Latina e, mais recentemente, constituiu-se em um aspecto importante de outras tradições psicanalíticas. Minhas inquietações com relação à psicanálise comparada deram início a uma exploração dos conceitos que derivam da visão da situação psicanalítica enquanto campo bipessoal. (Jay Greenberg)

**Londres:
Karnac, 2009**



Lacan con Derrida: Análisis desistencial

René Major

Entrecruzar Lacan com Derrida é a proposta de Major nesse texto, fazendo com que o nome próprio “Lacan” participe do jogo de desconstrução. Jogo que supõe uma crítica a toda semântica baseada na presença e no sentido: percorrem-se, assim, temas como a letra, o dom, o inconsciente, nessa tentativa de pensar a possibilidade de uma “psicanálise derridiana” depois de Lacan. (Mónica B. Cragnolini)

**Buenos Aires:
Letra Viva, 1999**



Aprendiendo de la experiencia

Wilfred Bion

Bion interessou-se, ao longo de toda a sua obra, pelo processo do pensar. Nesse livro, dedica-se a estudar os problemas vinculados com a experiência do aprendizado. O autor nos ensina que conhecer algo implica um sentimento doloroso que é inerente à própria experiência emocional do conhecimento. Apresenta-se o dilema entre evitar ou modificar essa dor, relacionado com a capacidade de tolerar a frustração. (Verónica Esther Díaz)

**Barcelona:
Paidós, 2003**

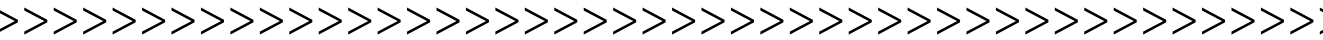


Luz en la selva. La novela familiar de Enrique Pichon-Rivière

Vicente Zito Lema

Diz Zito Lema: “Esse livro pretende o impossível: converter-se em uma cerimônia de ressurreição”. Também comenta, como uma fatalidade, porque escreveu em primeira pessoa. “Foi necessário colocar-se na pele do outro”. Mas nos adverte sobre a necessidade de um terceiro, como em todo ato criativo (Pichon-Rivière): o leitor que reconstrói a vida do outro. Uma homenagem a Pichon-Rivière: conta-nos algo da sua vida e é, por sua vez, uma obra pichoniana, onde realidade e ficção acabam por não diferenciar-se. (Osvaldo Canosa)

**Buenos Aires:
Topía, 2009**



Journal of Psycho-Analysis, ex-editor de *Contemporary Psychoanalysis*. É coautor, com Stephen Mitchell, de *Object relations in psychoanalytic theory* e autor de *Oedipus and beyond: A clinical theory*.
jaygreenberg275@aol.com

Eduardo Grüner

Sociólogo, ensaísta e crítico cultural argentino. Doutor em ciências sociais pela UBA; foi vice-decano e professor de teoria política na Faculdade de Ciências Sociais; entre seus livros: *El sitio de la mirada* (Norma, 2000), *El fin de las pequeñas historias* (Paidós, 2002), *La oscuridad y las luces* (Edhasa, 2011).
egruner1@yahoo.com.ar

Jorge Kantor

Psicanalista didata da Sociedad Peruana de Psicoanálisis (SPP). Presidente, ex-secretário científico, ex-diretor do instituto e ex-tesoureiro da SPP. Membro pela América Latina do Comitê de Saúde Mental e Psicanálise; ex-membro pela América Latina do Comitê sobre o Preconceito da API. Formado em psicologia clínica, Universidade Católica do Peru. Ed. M. Harvard University.
jorge.kantor@gmail.com

Ronald Kapaz

Designer gráfico brasileiro de São Paulo, é designer titular da Oz Estratégia+Design, exercita a

complexidade e magia do desenhar, refinando o uso de linhas, formas e cores. Como estrategista senior em identidade corporativa, usa as palavras e um olhar expandido para desenhar pontos de vista, *linhas* de raciocínio, *planos* de ação, *conceitos* de identidade e *visões* de mundo.

ronald@ozdesign.com.br

Rómulo Lander

Psicanalista, membro titular da Sociedad Psicoanalítica de Caracas. Comprometido com o movimento psicanalítico internacional. Autor de mais de 150 trabalhos nacionais e internacionais sobre psicanálise, e de nove livros sobre psicanálise. Professor e didata do Instituto de Psicanálise de Caracas. Psicanalista dedicado em período integral à prática da psicanálise.
ralander@viptel.com

Adriana Guimarães Lasalvia

Membro filiado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro - Rio 2, SBPRJ. Representante dos membros provisórios no Departamento da Clínica Social da SBPRJ.
adlasalvia@gmail.com

Moisés Lemlij

Psicanalista, membro titular e didata da Sociedad Peruana de Psicoanálisis (SPP). É professor da Universidade de Lima, Peru.

Ocupou cargos em sua própria instituição, na Fepal e na IPA. Entre seus livros, destacam-se: *Mujeres por mujeres* (Fondo Editorial Sidea, 1999), *Entre el mito y la historia. Reflexiones sobre la violencia* (BPP, 1994), *Historia, memoria y ficción* (BPP, 1996).
sidea@chavin.rcp.net.pe

Anna-Maria de Lemos Bittencourt

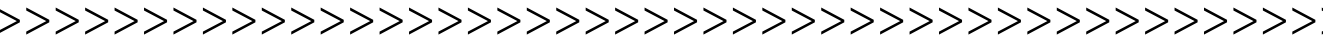
Psicanalista de adultos, adolescentes e crianças, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, com funções didáticas para analisar e supervisionar alunos, professora do instituto, onde oferece seminários clínicos, cursos de Freud, Winnicott e alguns autores contemporâneos, como André Green e René Roussillon.
annambittencourt@gmail.com

Roberto Losso

Psicanalista, membro titular e didata da APA, coordenador da Comissão de Família e Casal da Fepal, professor consultor de psiquiatria e saúde mental da Faculdade de Medicina, Universidade de Buenos Aires, autor de *Psicoanálisis de la familia* (Lumen, 2001).
rhlosso@gmail.com

Marion Minerbo

Psicanalista, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São



Paulo. Membro da comissão de qualificação de analistas didatas. Produção científica: *Transferência e contratransferência* (Casa do Psicólogo, 2012), e *Neurose e não neurose* (Casa do Psicólogo, 2012). O pensamento clínico contemporâneo. Algumas ideias de René Roussillon (*Revista Brasileira de Psicanálise*, 2013). *Ser e sofrer, hoje* (Revista Ide, 2013), *Transferência: diálogo com um jovem colega* (*Jornal de Psicanálise*, 2014). marion.minerbo@terra.com.br

Leopold Nosek

Psicanalista. Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, da qual foi presidente (1993-1996). Presidente da Fepal (2010-2012). Foi editor das seguintes publicações: *International Journal of Psychoanalysis*, *Revista Brasileira de Psicanálise* e *Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*. Algumas contribuições: *Trauma y cultura* (EPF, 2010), *Psicoanálisis y arte contemporáneo* (*Docta*, 2011), *Cuerpo e infinito: notas sobre la genitalidad* (APU, 2011). nosek@terra.com.br

Thomas Ogden

Psiquiatra e psicanalista da Associação Americana de Psicanálise e da IPA, associado da Tavistock Clinic, fez formação em São Francisco (EUA), onde é diretor do Center of the Advan-

ced Study of the Psychoses. Escreveu, entre outros: *Sujeitos da psicanálise* (Casa do Psicólogo, 1996) e *Esta arte da psicanálise* (Artmed, 2010). Autor de vários ensaios, tem especial interesse por literatura. thomas.ogdenmd@gmail.com

Comentários do texto de Thomas Ogden por:

Juarez Guedes Cruz, Paulo Henrique Favalli, Sergio Lewkowicz, Maurício Marx e Silva (membros da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre); Karen Cainelli, Maria da Graça Motta, Katia Ramil Magalhães, Laura Meyer da Silva, Ana Nyvia Oliveira Sousa, Rita Taschetto (membros aspirantes da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre). sergio.lewkowicz@gmail.com

Fernando Orduz

Psicanalista, membro titular da Sociedad Colombiana de Psicoanálisis, mestre em comunicação e cultura. Ex-presidente da Sociedad Colombiana de Psicoanálisis. Ex-diretor da revista dessa sociedade (2010-2012). Professor de cátedra universitária em psicologia e em artes. Desenvolveu trabalhos de pesquisa no campo das culturas juvenis, da arte contemporânea e da cultura cidadã. orduzsolamente@hotmail.com

Lúcia Palazzo

Psicanalista. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de

Janeiro. Redatora do programa de rádio *Perguntar e pensar*, da SBPRJ, em parceria com a rádio MEC. Uma das autoras da coleção *Para ler e pensar*. lupalazzo@superig.com.br

Rafael Paz

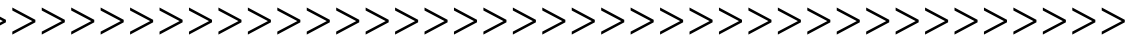
Psicanalista, membro titular com função didática da Sociedad Argentina de Psicoanálisis (SAP). Professor honorário da Universidade de Buenos Aires (UBA). Fundador da Assembleia Permanentemente pelos Derechos Humanos. Entre seus livros: *Cuestiones disputadas en la teoría y en la clínica psicoanalítica* (Biebel, 2008). rflpaz@gmail.com

Leonardo Peskin

Psicanalista, membro titular e professor de seminários da Asociación Psicoanalítica Argentina (APA). Integrante de comissões de assessoria, ética e avaliação de trabalhos da IPA. Numerosos trabalhos publicados e livros em colaboração sobre clínica e teoria freudiana e lacanianiana. Autor do livro *Los orígenes del sujeto y su lugar en la clínica psicoanalítica*. leonardopeskin@hotmail.com

Mariano Ben Plotkin

Doutor em história pela Universidade da Califórnia, Berkeley. Pesquisador do Conicet e professor da Universidade Tres de Febrero. Entre seus livros: *Mañana es San Perón* (1994);



Freud in the Pampas (2001), assim como artigos em revistas internacionais. Bolsista Guggenheim, 2010. Diretor de *CulturasPsi/PsyCultures*, revista online de acesso livre (www.culturaspsi.org). mplotkin@ides.org.ar

Alfonso Pola Matte

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica Chilena. Ocupou desde 1997 todos os cargos de direção da associação. Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Método Clínico Comparado (CCM) na América Latina. Publicou numerosos artigos na *Revista Chilena de Psicoanálisis*, tais como: La supervisión didáctica: Una experiencia con deseo (1993), ¿Podemos aprender de nuestros intercambios? Problemas en la discusión de material clínico (2004). alfonsopola@vtr.net

Lucía Rossi

Doutora em psicologia pela Universidade de Buenos Aires e professora titular de história da psicologia pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora

especialista em história da psicologia na Argentina. lrossi@psi.uba.ar

Ralph E. Roughton

Psicanalista, *Atlanta Psychoanalytic Society*; didata e supervisor (aposentado) do Instituto Psicanalítico da Emory University, ambas organizações filiadas à *American Psychoanalytic Association* e à IPA. Professor emérito do Departamento de Psiquiatria e Ciências do Comportamento da Emory University. rroughton@bellsouth.com

Virginia Ungar

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires. Coordenadora do Comitê de Training Integrado (API), ex-coordenadora e atual consultora do Comitê de Psicanálise de Crianças e Adolescentes da IPA. Publicou numerosos artigos sobre psicanálise de crianças, adolescentes, técnica e supervisão, tal como *El fin de la adolescencia hoy* (*Revue Française de Psychanalyse*, LXXVII, 2013). virginiaungar@gmail.com

Marcelo Viñar

Psicanalista, Asociación Psicoanalítica del Uruguay. Ex-professor do Departamento de Educação Médica Continuada, Faculdade de Medicina. Desde 1990 coordena um grupo de pesquisa de campo sobre adolescência marginalizada e menores de idade fora da lei. Foi presidente da APU e da Fepal, bem como representante ante o Board da IPA. Seu livro mais recente: *Mundos adolescentes y vértigo civilizatorio* (Noveduc, 2013). marcelo@belvil.net

Mariza Werneck

Professora doutora assistente do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Defendeu seu doutorado –parcialmente realizado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris– sobre o pensamento mítico e os operadores estéticos de Claude Lévi-Strauss. marizawerneck@gmail.com

Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise é a publicação oficial da Federação Psicanalítica da América Latina (Fepal), organização vinculada à Associação Psicanalítica Internacional (API), editada regularmente, sob o título de *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, desde 1994.

Sua proposta editorial tem por finalidade favorecer a difusão e o desenvolvimento do pensamento psicanalítico latino-americano em sua especificidade e promover o diálogo com a psicanálise de outras latitudes. Busca estimular a reflexão e o debate, inserindo as questões pertinentes à psicanálise nos contextos científico, cultural, social e político contemporâneos. Sua periodicidade é quadrimestral.

Cada número incluirá em seu conteúdo artigos em formato de ensaio, artigo científico, entrevista, resenha ou outros que os editores considerarem pertinentes. Os trabalhos a publicar serão inéditos e redigidos em espanhol ou português. No entanto, se na avaliação dos editores forem considerados de especial interesse, poderão ser editados trabalhos que tenham sido publicados ou apresentados em congressos, mesas-redondas etc., sendo informados data e lugar onde foram expostos originalmente. Poderão ser publicados trabalhos originais em outros idiomas que não contem com versões em espanhol ou português.

No caso de que seja incluído material clínico, o autor tomará as mais estritas medidas para preservar absolutamente a identidade dos pacientes, sendo de sua exclusiva responsabilidade o cumprimento dos procedimentos para alcançar tal finalidade ou obter seu consentimento.

As opiniões dos autores dos trabalhos ou das pessoas entrevistadas são de sua exclusiva responsabilidade. Sua publicação em *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise* não implica de nenhum modo que seus editores compartilhem os conceitos apresentados.

A publicação de trabalhos implica para o/os autor/es a cessão legal dos direitos, razão pela qual se proíbe sua reprodução escrita, impressa ou eletrônica sem a autorização expressa e por escrito por parte dos editores.

Os trabalhos apresentados serão objeto de uma avaliação independente com características de “duplo-cego”, por pelo menos dois integrantes do Comitê Revisor da *Revista*, que poderão fazer recomendações para sua eventual publicação. A avaliação será feita com critérios parametrizados e a eventual aceitação, negativa ou solicitação de mudanças ou ampliações nos textos

constituem tarefa do Comitê Revisor da *Revista*, que remeterá suas sugestões ao Comitê Editor. Os editores definirão, em razão da pertinência temática e das possibilidades da revista, a oportunidade da publicação.

Os trabalhos devem ser enviados por correio eletrônico para **fepal@adinet.uy** e **revista@fepal.org**.

A extensão dos textos não deverá exceder as 8.000 palavras em formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, com entrelinhamento duplo. A bibliografia, que não será considerada para contabilidade da extensão máxima permitida, deverá ser imprescindível e ajustar-se às referências explícitas no texto. Trabalhos para seções específicas da *Revista* poderão ter especificações adicionais. Os trabalhos poderão ser redigidos em espanhol ou em português, de acordo com o idioma de seu autor, e deverão ser enviadas duas cópias do texto, com o mesmo título. Uma delas deve informar o nome do autor (que será acompanhado de uma breve descrição curricular e de dados de contato), e a outra, apenas um pseudônimo. Recomenda-se extrair do corpo do trabalho toda menção ou inclusão bibliográfica que permita eventualmente identificar o autor.

Será acrescentado também um resumo em espanhol ou em português das principais ideias do trabalho, bem como um resumo em inglês (obrigatório para qualquer um dos dois casos), redigido em terceira pessoa e de aproximadamente 150 palavras. Serão incluídos todos os dados de referência das publicações citadas, com especial cuidado em esclarecer casos de citações de outros autores, e onde as mesmas forem fiéis ao texto original.

A bibliografia e as citações bibliográficas serão ajustadas às normas internacionais da American Psychological Association, indicadas em

http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/instructivo_citas.pdf.

Os descritores serão obtidos no Tesouro de Psicanálise da Asociación Psicoanalítica Argentina. Ver Tesouro na página web da Biblioteca Virtual de Psicanálise da América Latina: <http://www.bivipsil.org>, seção “Tesouro” e depois “Listado alfabético simple”. Ou também é possível ver/baixar a lista, em ordem alfabética, em **<http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/tesauro.pdf>**.



Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise



DETROIT
20

BULLS
5

LAKERS

SPURS

HEAT



Realidades & Ficções II

Argumentos: Painéis centrais do 30º
Congresso Latino-Americano de Psicanálise II

+ Antonino Ferro + Jay Greenberg

Cidades Invisíveis: Rio de Janeiro

Dossiê: A época da psicanálise II

Vórtice: Quem pode ser analista?

Textual: Juan Villoro

Clássica & Moderna:

Enrique Pichon-Rivière

Fora de Campo: Thomas Ogden

De Memória: Lemlij + Nosek

+ Viñar + Rossi

Bitácula

